

Relatório de Execução 2003

www.ccr-lvt.pt/po/

Programa operacional Região de Lisboa e Vale do Tejo

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo



INDICE

INDICE	I
ÍNDICE DE QUADROS GRÁFICOS E FIGURAS	III
NOTA INTRODUTÓRIA	1
1. MODIFICAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS COM IMPORTÂNCIA RELEVANTE PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO	3
1.1. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO EUROPEU	4
1.2. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL	17
1.3. A PERSPECTIVA DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO ANALISADA PELOS ACTORES ENVOLVIDOS NO PO	23
1.4. SINTESE DO CONTEXTO ACTUAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	30
2. EVOLUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PORLVT	35
2.1. A ARTICULAÇÃO ENTRE AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO E OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA REGIONAL	36
2.2. ANÁLISE DO NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO POR PRIORIDADE ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO	39
3. PROGRAMAÇÃO E REALIZAÇÃO FINANCEIRA	167
3.1. A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL DO PORLVT	167
3.2. O FINANCIAMENTO APROVADO: A TAXA DE COMPROMISSO	170
3.3. EXECUÇÃO FINANCEIRA	173
3.4. EXECUÇÃO E COMPROMISSO: A TAXA DE REALIZAÇÃO	175
3.5. TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO	180
3.6. DOMÍNIOS DE EXECUÇÃO	182
3.7. FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	186

3.8. PERSPECTIVAS DE CUMPRIMENTO DA REGRA DO N+2	190
3.9. RESERVA DE EFICIÊNCIA	193
4. DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	199
4.1. SISTEMA DE GESTÃO	199
4.2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	201
4.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	203
4.4. CONTRATOS-PROGRAMA - EIXO PRIORITÁRIO 1	205
4.5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO	216
4.6. AVALIAÇÃO INTERCALAR	218
4.7. CONTROLO 1º NIVEL	232
4.8. ACÇÕES DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	245
4.9. GRANDES PROJECTOS	255
5. ADEQUAÇÃO ÀS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS.....	257
ANEXO.....	269
PUBLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO	269
DADOS DA EXECUÇÃO	276
LISTAGEM DE PROJECTOS APROVADOS.....	290

ÍNDICE DE QUADROS GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1-1: A evolução da abertura comercial da Região	15
Quadro 1-2: A evolução da situação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2000-2003)	24
Quadro 1-3: Quadro síntese da evolução situação económica e social da Região de Lisboa e Vale do Tejo no período de execução do Programa Operacional	31
Quadro 1-4: A evolução recente do desemprego	32
Quadro 1-5 - A evolução do PIB per capita da Região no contexto Nacional e Europeu	33
Quadro 2-1: Articulação entre Prioridades Estratégicas, Medidas e Objectivos das Medidas do PORLVT	38
Quadro 2-2: Indicadores de Acompanhamento da Medida 1.1.	41
Quadro 2-3: Indicadores de Acompanhamento da Medida 1.2.	47
Quadro 2-4: Indicadores de Acompanhamento da Medida 1.3.	50
Quadro 2-5: Indicadores de Acompanhamento da Medida 1.4.	53
Quadro 2-6: Indicadores de Acompanhamento da Medida 1.5.	57
Quadro 2-7: Indicadores de Acompanhamento da Medida 1.7.	61
Quadro 2-8: Indicadores de Acompanhamento da Medida 2.1.	64
Quadro 2-9: Indicadores de Acompanhamento da Medida 2.2.	68
Quadro 2-10: Indicadores de Acompanhamento da Medida 2.3.	71
Quadro 2-11: Indicadores de Acompanhamento da Medida 2.4.	75
Quadro 2-12: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.1.	79
Quadro 2-13: Caracterização dos Formandos da Medida 3.1	80
Quadro 2-14: Caracterização das acções de formação Medida 3.1	80
Quadro 2-15: Caracterização dos Resultados das Acções de Formação	81
Quadro 2-16: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.2.	83
Quadro 2-17: Caracterização dos Formandos da Medida 3.2	84
Quadro 2-18: Formandos da Acção-Tipo 3.2.1.1 - Educação e Formação de Adultos com Certificação Escolar e Profissional	85
Quadro 2-19: Formandos da Acção-Tipo 3.2.1.5 - Formação Profissional para os Funcionários da Administração Pública	85
Quadro 2-20: Formandos da Acção-Tipo 3.2.1.6 - Formação Profissional para os Trabalhadores do Sector da Saúde	85
Quadro 2-21: Caracterização das Entidades Apoiadas Por Escalão de Dimensão Medida 3.2.....	85
Quadro 2-22: Caracterização das acções de formação Medida 3.2	85
Quadro 2-23: Caracterização dos Resultados das Acções de Formação - Medida 3.2.....	86
Quadro 2-24: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.3.	88
Quadro 2-25: Caracterização dos Formandos da Medida 3.3	89
Quadro 2-26: Caracterização dos Formandos da Medida 3.3 - acção Estágios Profissionais	90
Quadro 2-27: Caracterização das acções de formação Medida 3.3	90
Quadro 2-28: Formandos da acção-tipo 3.3.1.1 - Qualificação Profissional com Progressão Escolar	90
Quadro 2-29: Caracterização dos Resultados das Acções de Formação	90
Quadro 2-30: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.4.	93

Quadro 2-31: Caracterização dos Postos de Trabalho Criados no Âmbito da Medida 3.4	93
Quadro 2-32: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.5.	96
Quadro 2-33: Caracterização dos Formandos da Medida 3.5	97
Quadro 2-34: Caracterização das acções de formação Medida 3.5	97
Quadro 2-35: Caracterização das Entidades Apoiadas Por Escalão de Dimensão Medida 3.5.....	98
Quadro 2-36: Outros Indicadores Relativos à Medida 3.5	98
Quadro 2-37: Caracterização dos Resultados das Acções de Formação Medida 3.5	98
Quadro 2-38: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.6.	100
Quadro 2-39: Caracterização dos Formandos da Medida 3.6	101
Quadro 2-40: Caracterização das acções de formação Medida 3.6	102
Quadro 2-41: Caracterização das Entidades Apoiadas Por Escalão de Dimensão Medida 3.6.....	102
Quadro 2-42: Outros Indicadores Relativos à Medida 3.6: Entidades Apoiadas	102
Quadro 2-43: Distribuição dos Apoiados da Medida 3.6 Por Tipo de Intervenção, Sexo e Situação Face ao Emprego	102
Quadro 2-44: Distribuição dos Apoiados Medida 3.6 Por Tipo de Intervenção e Grupo Etário	103
Quadro 2-45: Distribuição dos Apoiados Medida 3.6 Por Situação do Apoiado.....	103
Quadro 2-46: Formandos Acção-Tipo 3.6.2.2 - Educação e Formação de Adultos com Certificação Escolar e Profissional	104
Quadro 2-47: Caracterização dos Resultados das Acções de Formação Medida 3.6	104
Quadro 2-48: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.7.	106
Quadro 2-49: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.8.	108
Quadro 2-50: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.9.	111
Quadro 2-51: Nº de Formandos diferentes em valores acumulados - Medida 3.9	112
Quadro 2-52: Somatório do nº de apoios concedidos a formandos por candidatura reportada a ano civil - Medida 3.9.....	112
Quadro 2-53: Nº de Escolas Apoiadas - Medida 3.9.....	112
Quadro 2-54: Nº de Turmas Apoiadas Por Ano Lectivo - Medida 3.9	112
Quadro 2-55: Nº de Turmas Apoiadas - Turmas Diferentes Por ano Civil - Medida 3.9	113
Quadro 2-56: Volume de Formação Global Por ano Civil - Medida 3.9	113
Quadro 2-57: Caracterização da Formação no Ano 2003 Medida 3.9.....	113
Quadro 2-58: Nº de Jovens que concluíram o E.S. c/ nível III por Ano Civil	113
Quadro 2-59: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.10.....	116
Quadro 2-60: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.11.....	123
Quadro 2-61: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.12.....	127
Quadro 2-62: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.14.....	132
Quadro 2-63: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.15.....	138
Quadro 2-64: Outros Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.15.....	139
Quadro 2-65: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.16.....	143
Quadro 2-66: Distribuição por Ano e Modo dos Projectos aprovados na Medida 3.17	148
Quadro 2-67: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.17.....	149
Quadro 2-68: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.18.....	154
Quadro 2-69: Indicadores de Acompanhamento da Medida 3.19.....	160

Quadro 3-1: Peso dos Diferentes Domínios de Intervenção Nas Execução Do Porlvt - Eixos Prioritários 1 e 2 -.....	184
Quadro 3-2: Peso dos Diferentes Domínios de Intervenção Na Execução Do Porlvt - Eixo Prioritário 3-	185
Quadro 3-3 Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia -FEDER	187
Quadro 3-4 Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia -FSE.....	188
Quadro 3-5 Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia -FEOGA.....	189
Quadro 3-6: Indicadores da reserva de eficiência -indicadores de realização.....	196
Quadro 3-7: Indicadores da reserva de eficiência - indicadores de resultado	198
Quadro 4-1: Alterações à dotação Orçamental do Programa decorrentes da Decisão C(2003)2662200	
Quadro 4-2: Investimento Elegível e Fundo dos Contratos Programa e Planos de Acção por Medida (Euros).....	206
Quadro 4-3: Montantes contratados, Aprovados e Executados por Medida (Euros)	206
Quadro 4-4: Taxas de compromisso e de Execução Por Medida (Euros)	207
Quadro 4-5: Investimento Elegível e Fundo dos Contratos Programa e Planos de Acção por Sub-região (Euros)	207
Quadro 4-6: Montantes contratados, Aprovados e Executados por Sub-região (Euros).....	208
Quadro 4-7: Taxas de compromisso e de Execução Por Subregião (Euros)	208
Quadro 4-8: Montantes contratados, Aprovados e Executados por Medida e Sub-região (Euros) .	209
Quadro 4-9: Montantes contratados Por Contrato Programa - AML (Euros)	211
Quadro 4-10: Montantes contratados Por Contrato Programa - Lezíria do Tejo (Euros)	212
Quadro 4-11: Montantes contratados Por Contrato Programa - Médio Tejo (Euros)	214
Quadro 4-12: Montantes contratados Por Contrato Programa - Oeste (Euros).....	215
Quadro 4-13: Plano Anual de Controlo 2003	234
Quadro 4-14: Esforço de Controlo por Fundo 2003.....	235
Quadro 4-15: Acções de Controlo Concluídas 2003.....	237
Quadro 4-16: Esforço de Controlo Efectivo - Acções de Controlo Concluídas 2003	238
Quadro 4-17: Distribuição das despesas não elegíveis por Fundo - Acções de Controlo Concluídas 2003	239
Quadro 4-18: Distribuição das Acções de Controlo Concluídas 2003 por eixo	239
Quadro 4-19: Anomalias detectadas no Controlo - Órgãos de Gestão.....	240
Quadro 4-20: Anomalias detectadas no Controlo - Beneficiário	240
Quadro 4-21: Anomalias detectadas no Controlo FSE.....	241
Quadro 4-22: Não conformidades Nível Contabilístico	241
Quadro 4-23: Maiores Frequências de Não Existe Nível Contabilístico.....	242
Quadro 4-24: Programação Acções de Controlo 2004.....	242
Quadro 4-25: Auditorias ao PORLVT	244
Quadro 4-26: Situação do Projecto Metropolitano Ligeiro do Sul do Tejo em 31/12/2003	256
Quadro A-1: Ponto de Situação reportado a 31/12/2003 (Euros).....	274
Quadro A-2: Aprovações e Execução A 31.12.2003 (Euros)	280
Quadro A-3: Execução Ano 2003 (Euros).....	281
Quadro A-4: Peso dos Diferentes Domínios de Intervenção Nas Homologações Do Porlvt - Eixos Prioritários 1 e 2 -.....	282

Quadro A-5: Peso dos Diferentes Domínios de Intervenção Nas Homologações Do Porlvt - Eixo Prioritário 3-	283
Quadro A-6: Relatório Anual de Execução (Domínios De Intervenção) - Medida A GRIS - "Agricultura e Desenvolvimento Rural" - PO REGIONAL L.V.T.- Valores acumulados a 31/12/2003 - Por acção	284
Quadro A-7: Relatório Anual de Execução (Domínios De Intervenção) - Medida AGRIS - "Agricultura e Desenvolvimento Rural" - PO REGIONAL L.V.T.- Valores acumulados a 31/12/2003 - Por Domínio	285
Quadro A-8: Relatório Anual de Execução (Domínios De Intervenção) - Medida AGRIS - "Agricultura e Desenvolvimento Rural" - PO REGIONAL L.V.T.- Valores Anuais 2003 - Por acção	286
Quadro A-9: Relatório Anual de Execução (Domínios De Intervenção) - Medida AGRIS - "Agricultura e Desenvolvimento Rural" - PO REGIONAL L.V.T.- Valores Anuais 2003 - Por Domínio	287
Quadro A-10: Projectos Apoiados no Âmbito de Medidas FEDER.....	288
Quadro A-11: Projectos Apoiados no Âmbito de medidas FSE.....	322
Quadro A-12: Projectos Apoiados no Âmbito de medidas FEOGA.....	397
Gráfico 1-1: O ranking do nível de vida nas regiões capitais europeias (diferença do PIB per capita face à UE15, 2000)	5
Gráfico 1-2: as regiões capitais europeias e a coesão regional nacional (diferença do PIB per capita face à respectiva média nacional, 2000)	6
Gráfico 1-3: O peso relativo das regiões capitais europeias no PIB e na População (2000)	6
Gráfico 1-4: As disparidades do nível de educação nas regiões capitais europeias (dotações relativas por níveis alcançados na população 25-59 anos, 2001)	8
Gráfico 1-5: A especialização económica das regiões capitais europeias (2000).....	9
Gráfico 1-6: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal □Abertura Comercial Total e Intra-Europeia□.....	16
Gráfico 1-7: Região de Lisboa e Vale do Tejo vs Portugal □Extroversão Comercial Total e Intra-Europeia□.....	16
Gráfico 1-8: Evolução do PIB per capita na região de Lisboa e Vale do Tejo (Portugal = 100).....	18
Gráfico 1-9: Evolução da Produtividade na região de Lisboa e Vale do Tejo (Portugal = 100).....	18
Gráfico 1-10: O peso da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional	18
Gráfico 1-11: Taxa de actividade em Lisboa e Vale do Tejo (2001)	19
Gráfico 1-12: o desemprego na região de Lisboa e Vale do Tejo (evolução da taxa de desemprego, %).....	20
Gráfico 1-13: A especialização industrial da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional (diferença nas estruturas de emprego em 2000, em %).....	22
Gráfico 2-1: Distribuição dos Formandos da medida 1.4 por Sexo.....	54
Gráfico 2-2: Medida 1.6 - investimento aprovado por medida (%).....	60
Gráfico 2-3: Medida 1.6 - investimento aprovado por Sub-Região (%)	60
Gráfico 2-4: Distribuição dos Formandos da medida 3.9 por Sexo.....	112
Gráfico 2-5: Distribuição dos Formandos da medida 3.9 por Escalão Etário	112
Gráfico 2-6: Repartição Modal do Investimento Aprovado.....	148

Gráfico 3-1 Distribuição da despesa pública programada por medidas do po.....	168
Gráfico 3-2 Distribuição da despesa pública das medidas por anos % da programação no período 2000-2003	169
Gráfico 3-3 taxas de comparticipação comunitária por medidas do programa	169
Gráfico 3-4 Taxa de compromisso 2000-2006 (despesa pública)	171
Gráfico 3-5 Taxa de Execução 2000-2006 (despesa pública)	174
Gráfico 3-6 Comparação entre as previsões para a despesa fundo e os pedidos de pagamento (ano 2003)	175
Gráfico 3-7 taxa de realização financeira no período 2000-2003	176
Gráfico 3-8 taxa de realização financeira no período 2000-2006	176
Gráfico 3-9 decomposição da taxa de realização 2000-2006: taxa de execução e taxa de compromisso	178
Gráfico 3-10 Taxas de comparticipação comunitária da despesa pública	181
Gráfico 3-11 Despesa pública programada, aprovada e exectuda por domínios de intervenção .	183
Gráfico 3-12 Distribuição dos pagamentos da união europeia por anos e fundos estruturais	186
Gráfico 3-13 Cumprimento da regra n+2 em 2003	191
Gráfico 3-14 Perspectivas para o cumprimento da regra n+2 em 2004	192
Gráfico 4-1: Evolução do Número de Transferências efectuadas para Beneficiários Finais e Organismos Intermédios.....	200
Gráfico 4-2: Plano de Controlo 2003	235
Gráfico 4-3: Esforço de Controlo Por Fundo, 2003	236
Gráfico 4-4: Acções de Controlo Concluídas	237
Gráfico 4-5: Esforço de Controlo, Por Fundo - Acções Concluídas.....	238
Gráfico 4-6: Programação Acções de Controlo 2004	243
Figura 1-1: As perspectivas do “desenvolvimento policentrico” na Europa.....	11
Figura 1-2: A aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu Um posicionamento global relevante	12
Figura 1-3: A aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu (óptica “pessoas”).....	13
Figura 1-4: A aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu (óptica “organizações”)	14
Figura 1-5: A evolução da situação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2000-2003): a visão dos promotores contrastada pela visão das entidades envolvidas na gestão por domínios detalhados de intervenção (*).....	25
Figura 3-1 FEDER montantes aprovados por km2 (projectos regionalizáveis).....	173
Figura 3-2 FEDER montantes aprovados por habitante (projectos regionalizáveis).....	173

NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) apresenta uma análise de implementação do Programa no final do ano de 2003, tendo em consideração a evolução recente da situação sócio-económica regional e as alterações entretanto introduzidas no Programa. Deste modo, cumpre-se não só o Regulamento (CE) 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho, que estabelece a obrigatoriedade da autoridade de gestão elaborar um relatório anual de execução que deverá ser objecto de análise e aprovação por parte da Comissão de Acompanhamento e posteriormente remetido para apreciação pela Comissão Europeia, como também se procura sistematizar um conjunto de informação útil para reflexão e análise pelas diversas entidades envolvidas na execução do PORLVT.

A meio do período de execução do Programa, e na sequência da Avaliação Intercalar, este Relatório procura incorporar alguma informação mais detalhada sobre a execução do Programa bem como perspectivar as trajectórias de execução das diversas Medidas, Eixos e Fundos Estruturais.

Em termos de estrutura, o Relatório segue as orientações da comissão de Gestão do QCA III¹ e encontra-se estruturado em cinco capítulos e um Anexo. No primeiro capítulo faz-se uma actualização do contexto de execução do PO tendo por base a informação estatística entretanto disponibilizada e a análise efectuada no âmbito da Avaliação Intercalar. O segundo capítulo é dedicado à análise detalhada da implementação das diferentes Medidas e dos resultados alcançados. O terceiro capítulo analisa a programação e realização financeira, procurando perspectivar a segunda fase de execução do PO. O quarto capítulo é dedicado às actividades desenvolvidas no âmbito da gestão e o quinto capítulo analisa a adequação do PORLVT às políticas comunitárias.

¹ Que adoptam as orientações expressas no documento de trabalho dos Serviços da Comissão Europeia “*Le rapport annuel d’execution des interventions des fonds structurels*”.

1. MODIFICAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS COM IMPORTÂNCIA RELEVANTE PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO

O contexto global da execução do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) é fortemente marcado por uma espécie de **simetria invertida** existente **entre os períodos de concepção e execução dos QCA II e QCA III**. Com efeito, enquanto o QCA II foi preparado em tempo de crise conjuntural na Europa e em Portugal (recessão de 1992-1993) e executado em período de recuperação e aceleração do crescimento económico, o QCA III foi preparado em tempo de algum “adormecimento” sobre esse crescimento, já em início de desaceleração, e está a ser executado em período de recessão económica e de dificuldades orçamentais relevantes.

O contexto económico global da execução do PORLVT veio assim a ser muito diferente do que foi tido em consideração durante a sua concepção. O quadro macroeconómico que caracteriza o contexto global da execução do Programa é marcado por uma articulação muito particular entre uma **conjuntura duradoura de dificuldades**, induzidas por factores internos e externos, e uma conjugação de **rápidas mutações de dimensão estrutural** com a progressiva afirmação de modelos económicos baseados no conhecimento e na informação exigindo progressos sustentados nos níveis de educação e formação dos recursos humanos, na modernização das organizações e na qualificação do território.

A situação da região de Lisboa e Vale do Tejo e a sua evolução mais recente, no contexto europeu e nacional é analisada neste capítulo tendo em particular atenção a especificidade da região quer no plano do seu enquadramento na política estrutural comunitária, isto é, o de um regime transitório no grupo de regiões elegíveis para apoio no quadro do objectivo 1, quer no plano da sua própria reconfiguração administrativa² com efeitos relevantes no final deste processo de “phasing-out” e, portanto, no próximo ciclo de programação financeira estrutural na União Europeia (2007-2013).

A abordagem da evolução da situação económica e social da região é baseada nos trabalhos mais recente de caracterização da Região de Lisboa e Vale do Tejo nomeadamente os desenvolvidos no âmbito da Avaliação Intercalar do PORLVT e no projecto de Monitorização Estratégica da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

² De acordo com o Decreto-Lei nº244/2002, de 5 de Novembro, a NUTS II Lisboa passa a integrar apenas a NUTS III Grande Lisboa e a NUTS III Península de Setúbal.

Esta caracterização é efectuada com base em dois instrumentos principais. Deste modo, paralelamente à informação disponibilizada pelos sistemas estatísticos convencionais³ recorre-se à informação fornecida pelos inquéritos realizados, no âmbito da Avaliação Intercalar, junto dos promotores e das entidades envolvidas na gestão do programa que, pela inquestionável riqueza associada ao conhecimento prático da Região e do Programa permitem evidenciar o modo como os principais actores regionais vêem a situação actual da região e a sua evolução recente. Este capítulo encontra-se estruturado em quatro pontos. Os dois primeiros procuram posicionar a região respectivamente no contexto Europeu e Nacional, o terceiro sintetiza a perspectiva dos actores regionais sobre a situação e evolução recente da região de LVT e, por último sistematiza-se os principais aspectos relevantes do contexto económico-social regional com incidência na execução do PORLVT.

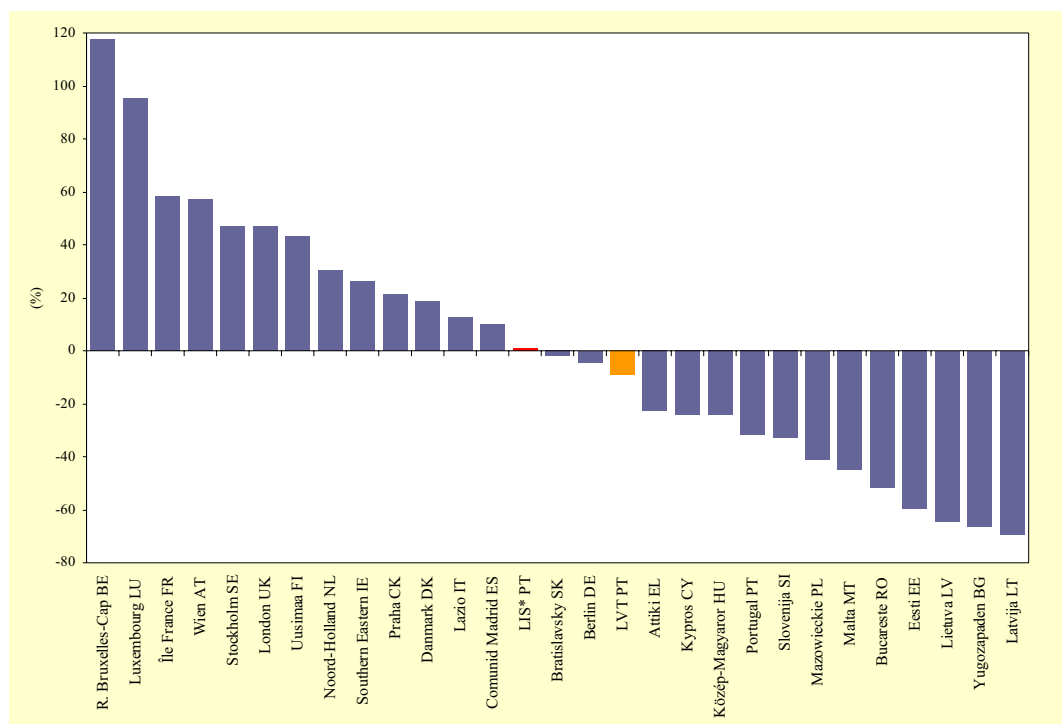
1.1. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO EUROPEU

O nível médio de vida, aproximado pelo PIB por habitante expresso em paridades de poder de compra, da região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar de superar a média nacional ficava, em 2000, ainda aquém da média da UE 15 (ver Gráfico 1-1). O PIB per capita da Região de Lisboa e Vale do Tejo atingia, nesse ano, cerca de 90,9% da média da UE 15 e cerca de 100,2% da UE uma vez concretizado o alargamento (UE 25). A nova fronteira administrativa da região de Lisboa induz uma melhoria do nível do seu PIB per capita de cerca de 11,2%, o que o situa já acima da média da UE15 em 1,1%.

A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, assim, no contexto das regiões capitais da Europa em alargamento, uma posição intermédia, sendo o seu nível de vida aproximado por algumas regiões da Europa central e oriental (como Bratislava) ou mesmo ultrapassado (como Praga), muito embora, no contexto da actual União (UE15), o seu nível de vida apenas supere o da região capital da Grécia (Atenas) e aproxime o de Berlim.

³ Cujos limites, em termos de actualização, foram parcialmente superados através de estimativas da responsabilidade da Equipa de Avaliação Intercalar.

**GRÁFICO 1-1: O RANKING DO NÍVEL DE VIDA NAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS
(DIFERENÇA DO PIB PER CAPITA FACE À UE15, 2000)**



Fonte: Relatório da Avaliação Intercalar do PORLVT com base na informação disponibilizada no “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003

O grau de afastamento do PIB per capita da região de Lisboa e Vale do Tejo face à respectiva média nacional encontra-se, não obstante o diferencial positivo apresentado, entre os menos significativos no seio das regiões capitais da UE (ver Gráfico 1-2) indiciando, neste plano, um nível de coesão económica regional alinhado com os países médios e pequenos da União (Suécia, Finlândia, Áustria e Espanha). Com a nova definição⁴ da NUTS II, a região de Lisboa aprofunda a sua distância em relação à média nacional, situando-se num nível de coesão próximo dos grandes países mais desenvolvidos (França, Reino Unido) ou dos países do alargamento mais coesos (Polónia, Hungria).

O grau de afastamento do nível de vida na região de Lisboa e Vale do Tejo face à respectiva média nacional deve ser enquadrado, no entanto, com o peso relativo assumido pela região no total do país (ver Gráfico 1-3), seja em termos de criação de riqueza (PIB), seja em termos populacionais. Importa, assim, notar, em contraste com a relativamente moderada diferença no PIB per capita face à média nacional, a importância muito significativa assumida pela região de Lisboa e Vale do Tejo a nível nacional, seja ao nível da população (33,5%), seja, sobretudo, ao nível do PIB (44,8%).

⁴ Para facilitar a comparação os diferentes gráficos usam a sigla “LVT”, para a “velha” fronteira da NUTS II, e a sigla “LIS*”, para a “nova” fronteira da NUTS II.

GRÁFICO 1-2: AS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS E A COESÃO REGIONAL NACIONAL (DIFERENÇA DO PIB PER CAPITA FACE À RESPECTIVA MÉDIA NACIONAL, 2000)

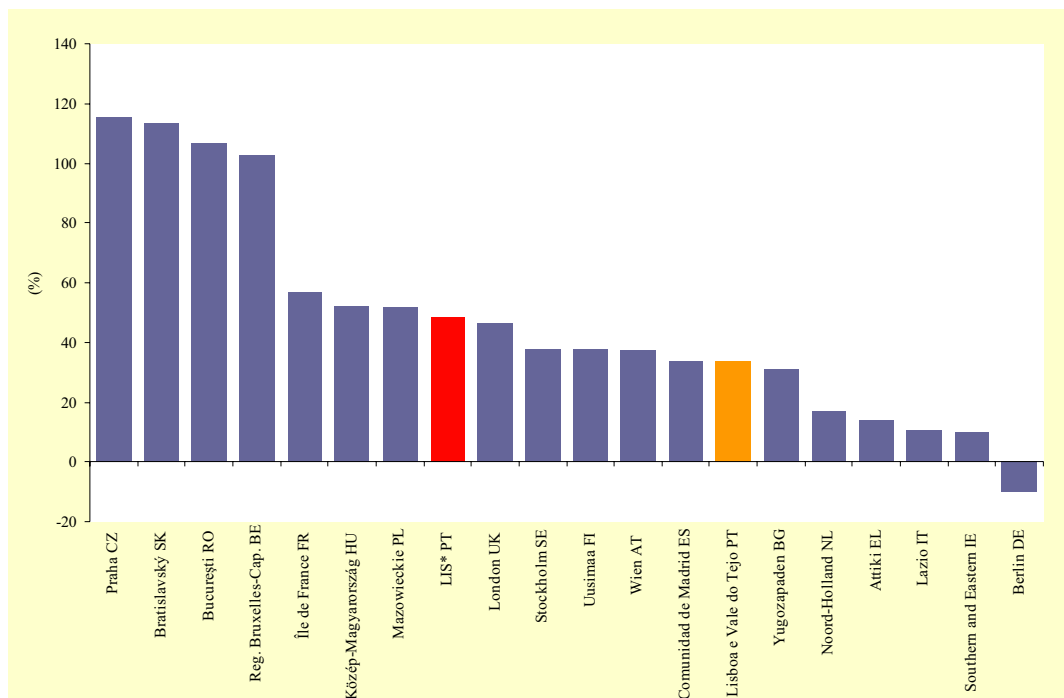
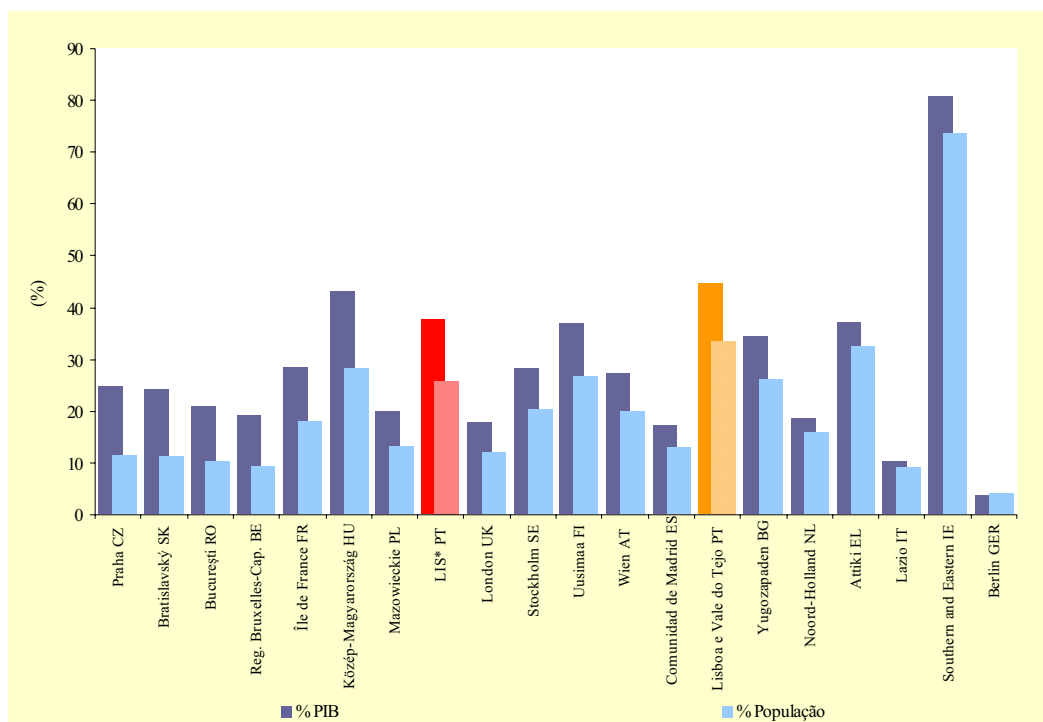


GRÁFICO 1-3: O PESO RELATIVO DAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS NO PIB E NA POPULAÇÃO (2000)



Fonte: Relatório da Avaliação Intercalar do PORLVT com base na informação disponibilizada no “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003

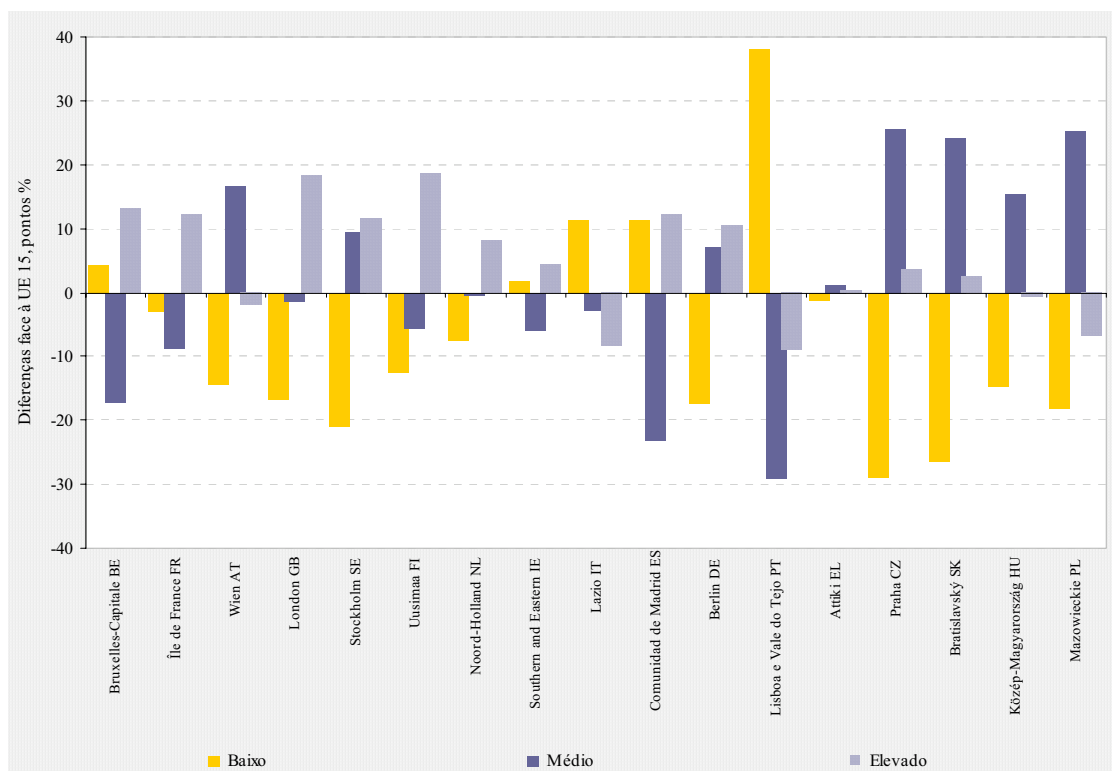
A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, assim, no contexto nacional, um papel não só relevante, como desafiante para a concepção, execução e avaliação das políticas estruturais, na medida em que o respectivo sucesso depende, crescentemente, de uma boa combinação da lógica da afectação de recursos (redistribuição) com a lógica dos efeitos de arrastamento, a “montante” e a “jusante”, sobre a produção, o consumo e o emprego (sinergias), no relacionamento da região com as outras regiões do país. Com efeito, a coesão regional nacional tanto pode ser prejudicada por sinergias sem suficiente redistribuição, como por uma redistribuição excessiva que limite a dimensão efectiva das sinergias entre a região e o resto da economia.

A região de Lisboa e Vale do Tejo pode ser referenciada ao grupo das “regiões intermédias em consolidação”, cujo núcleo central se situa no arco Bélgica flamenga - Alemanha - Áustria, grande parte da Suécia rural e algumas regiões dispersas por vários países, com destaque para outra capital de localização periférica, Bratislava. Revelando um perfil tipo bastante próximo da média da União, o grupo das “regiões intermédias em consolidação” destaca-se pelas dinâmicas específicas do mercado de trabalho, isto é, uma elevada taxa de emprego da população em idade activa em 2001, mas agravamento da taxa de desemprego entre 1991 e 2001.

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, por outro lado, uma estrutura global de níveis educacionais bastante débil no contexto europeu, apresentando um peso muito significativo dos níveis de educação da população activa mais baixos e um peso muito limitado dos níveis de educação médios e elevados (ver Gráfico 1-4). Esta característica da estrutura global de recursos humanos da região constitui uma importante restrição sobre o seu potencial de crescimento futuro, muito embora sejam as competências (“skills”) que, ligando a educação, a formação profissional e a qualificação, se revelem determinantes nos processos de criação de riqueza e, nesse quadro, a região tem revelado uma capacidade significativa de superar esses limites aproximando-se, como se viu, ao nível dos resultados na criação de riqueza de regiões com melhor dotação de recursos humanos.

A evolução mais recente da região revela, também, no entanto, a manifestação de progressivas dificuldades, nessa capacidade de superação parcial dos limites do nível global de educação da população activa, à medida que se vai afirmando, na realidade competitiva efectiva dos mercados, a referência da “economia baseada no conhecimento”. Uma lúcida gestão do regime transitório da região exigirá, neste quadro, uma aproximação inovadora à valorização da sua dotação em recursos humanos, traduzida na dinamização de projectos centrados no binómio educação e formação, dotados de dimensão com suficiente massa crítica, mas polarizados muito selectivamente nas necessidades das actividades portadoras de capacidade competitiva internacional.

GRÁFICO 1-4: AS DISPARIDADES DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO NAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS (DOTAÇÕES RELATIVAS POR NÍVEIS ALCANÇADOS NA POPULAÇÃO 25-59 ANOS, 2001)

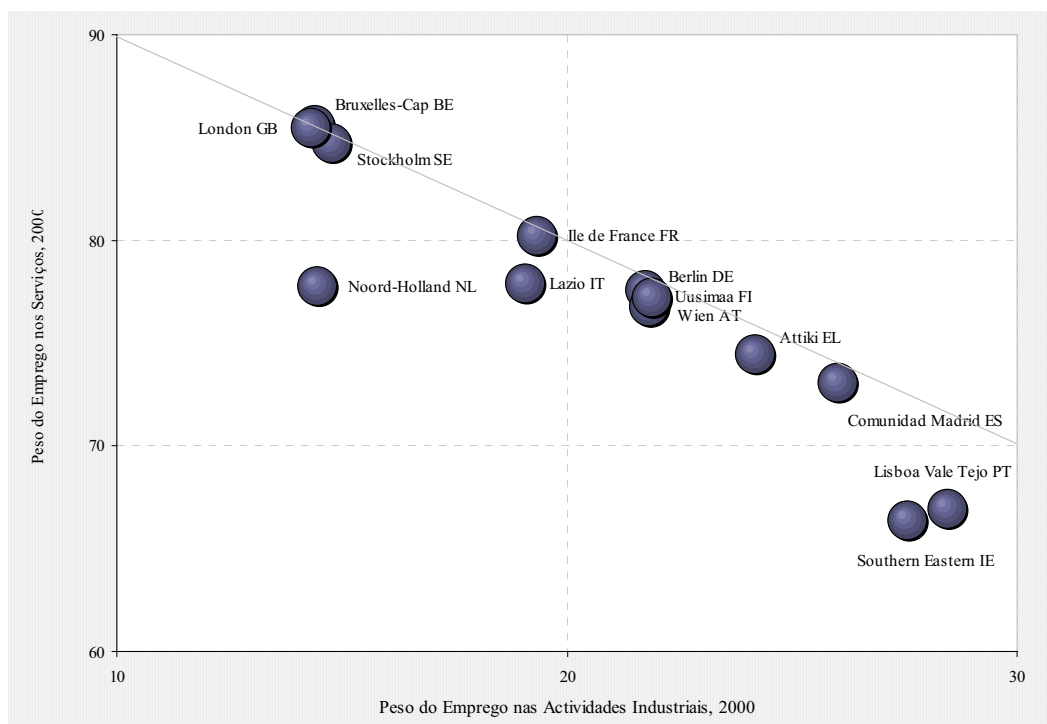


Fonte: Relatório da Avaliação Intercalar do PORLVT com base na informação disponibilizada no “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003

O perfil de especialização de actividades na região de Lisboa e Vale do Tejo revela um peso do sector dos serviços no geral inferior ao das regiões capitais europeias, sobretudo no que concerne aos países da UE15 (ver Gráfico 1-5). A situação região aproxima-se quase totalmente da situação média da UE15 no que respeita ao peso relativo do emprego nos três grandes sectores de actividade (agricultura, indústria e serviços). No entanto, em termos das regiões capitais, ela apresenta dois traços distintivos:

- um peso ainda relevantes das actividades industriais (28,5%), no que é acompanhada pelas regiões de Dublin (27,6%), Madrid (26,0%)e, em menor grau, Atenas (24,2%), afastando-se com alguma nitidez das restantes regiões capitais e, sobretudo, das regiões de Estocolmo (14,8%), Bruxelas (14,4%) e Londres (14,3%), fortemente polarizadas pelas actividades de serviços;
- um peso claramente minoritário, mas ainda assim com alguma expressão das actividades associadas à agricultura, floresta, pecuária e pesca (4,6%), no que é acompanhada pelas regiões capitais da Irlanda (6,1%), Itália (3,0%) e Holanda (2,0%).

GRÁFICO 1-5: A ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA DAS REGIÕES CAPITAIS EUROPEIAS (2000)



Fonte: Relatório da Avaliação Intercalar do PORLVT com base na informação disponibilizada no “Segundo Relatório de Progresso sobre a Coesão Económica e Social”, Comissão Europeia, Janeiro 2003

A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, no contexto europeu, uma posição intermédia ao nível do esforço efectuado para reforçar a sua base de conhecimentos científicos e tecnológicos, o qual pode ser medido com base nas actividades de Investigação e Desenvolvimento de uma região. Com efeito a região afectava, em 1999, cerca de 0,9 % das despesas do PIB regional a gastos com actividades de I&D, onde envolvia cerca de 1% do volume de emprego, ficando claramente aquém, neste último indicador, das regiões com apostas claras na I&D como Paris (3,2%), Estocolmo (3,5%), Helsínquia (3,3%), mas aproximando-se de regiões como Milão, Londres, Roma, Turim, Bordéus ou Manchester-Liverpool (todas situadas entre 0,7-1,3%).

No espaço das regiões ibéricas importa notar, no entanto, que a região de Lisboa e Vale do Tejo se situa, em termos do peso relativo das despesas e do emprego em I&D, num relativamente folgado 3º lugar, próxima da Catalunha (1,1%-1,3%, respectivamente), mas relativamente afastada da Comunidade de Madrid (1,4%-2,2%), o que, considerando o fortíssimo dinamismo da integração económica entre Portugal e Espanha, obriga a considerar uma prioridade estratégica mais elevada no desenvolvimento da região para os esforços públicos e privados em matéria de investigação & desenvolvimento.

O contexto da concepção e execução do PORLVT é assim, em função dos elementos de caracterização da sua posição no quadro dinâmico de uma União Europeia em aprofundamento e alargamento, um contexto que estabelece, com bastante clareza, a necessidade do predomínio de estratégias de intervenção “ofensivas” sobre estratégias de intervenção “defensivas” ou de “consolidação”, ainda que orientadas por motivações de “catching-up”.

Um estudo recente sobre o papel do policentrismo no equilíbrio espacial do desenvolvimento europeu⁵ ajuda a situar este desafio estratégico, cuja grau de exigência se acentua no quadro da gestão do regime de “phasing-out” de objectivo 1 da região, ao situar o pólo regional de Lisboa num grupo de “estrelas emergentes”, isto é, sistemas urbanos competitivos, com boas ligações internacionais, podendo ter algum papel nos processos de decisão económica, com reflexos positivos nas regiões vizinhas menos desenvolvidas, muito embora revelando, ainda debilidades em termos de capital humano ou de produtividade .

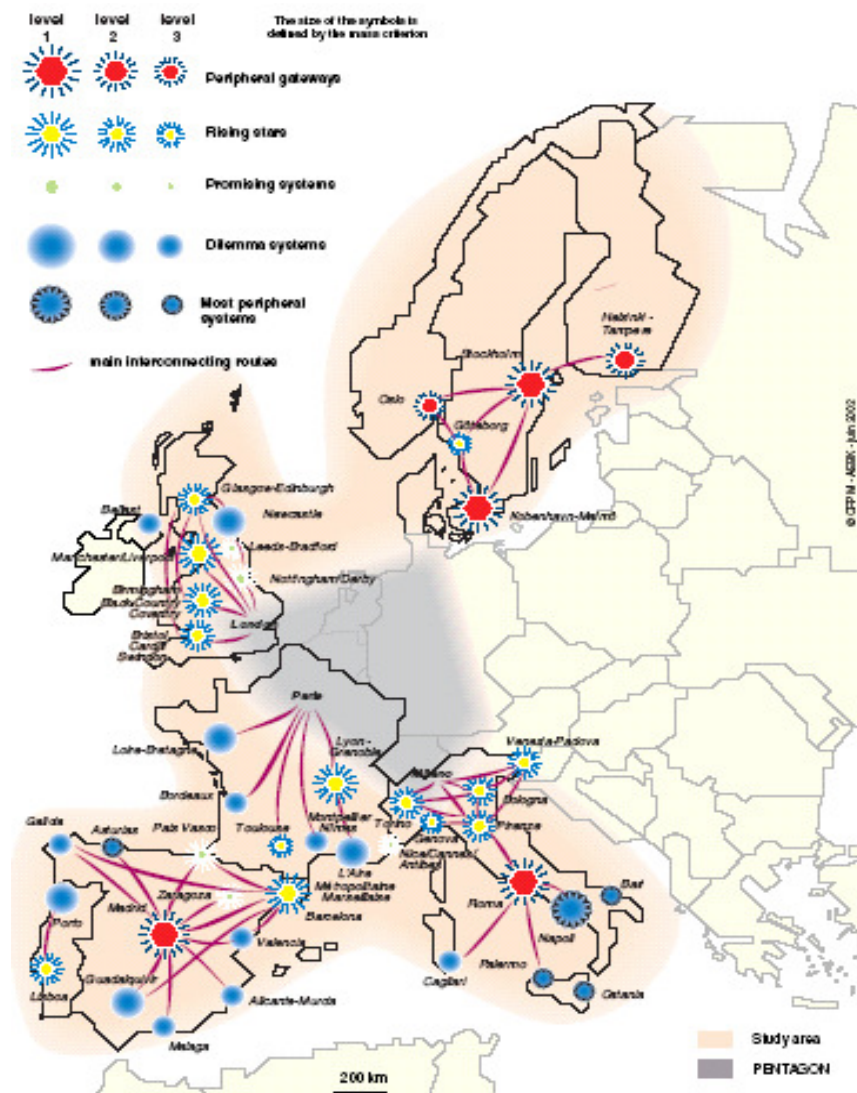
Neste grupo a região de Lisboa, ao lado de Barcelona, de regiões do norte de Itália (como Turim, Génova ou Veneza) e de regiões do centro do Reino Unido (como Birmigham, Manchester-Liverpool ou Glasgow-Edimburgo), é apontada como podendo progredir com base no dinamismo revelado (ver Figura 1-1).

A grande conclusão que emerge desta caracterização da região de Lisboa centra-se na natureza dos seus desafios de desenvolvimento económico, social e institucional, isto é, no facto de eles serem, no essencial, muito mais externos e dinâmicos do que internos e estáticos, muito mais referenciados à construção do “futuro” do que à simples correcção das insuficiências do “passado”.

Quer isto dizer que os grandes objectivos estratégicos do desenvolvimento económico e social, sejam eles mais polarizados pelas pessoas (emprego, nível de vida, coesão social, igualdade de oportunidades, nomeadamente), sejam eles polarizados pelas organizações (competitividade, produtividade, inovação, coesão económica, nomeadamente), sejam eles polarizados pelo território (coesão territorial, equilíbrio espacial, desenvolvimento local, nomeadamente) só podem ser prosseguidos com eficácia num contexto exigente de “benchmarking” relativo com outras regiões europeias numa lógica concorrencial no acesso aos recursos avançados, na captação dos fluxos de capitais e pessoas e na produção e retenção dos rendimentos.

⁵ CPRM (2002), *Study on the Construction of a Polycentric and Balanced Development Model for the European Territory*, Conference of Peripheral Maritime Regions of Europe, Peripheries Forward Studies Unit .

FIGURA 1-1: AS PERSPECTIVAS DO “DESENVOLVIMENTO POLICENTRICO” NA EUROPA



Fonte: CPRM (2002), “Study on the Construction of a Polycentric and Balanced Development Model for the European Territory”, Conference of Peripheral Maritime Regions of Europe, Peripheries Forward Studies Unit .

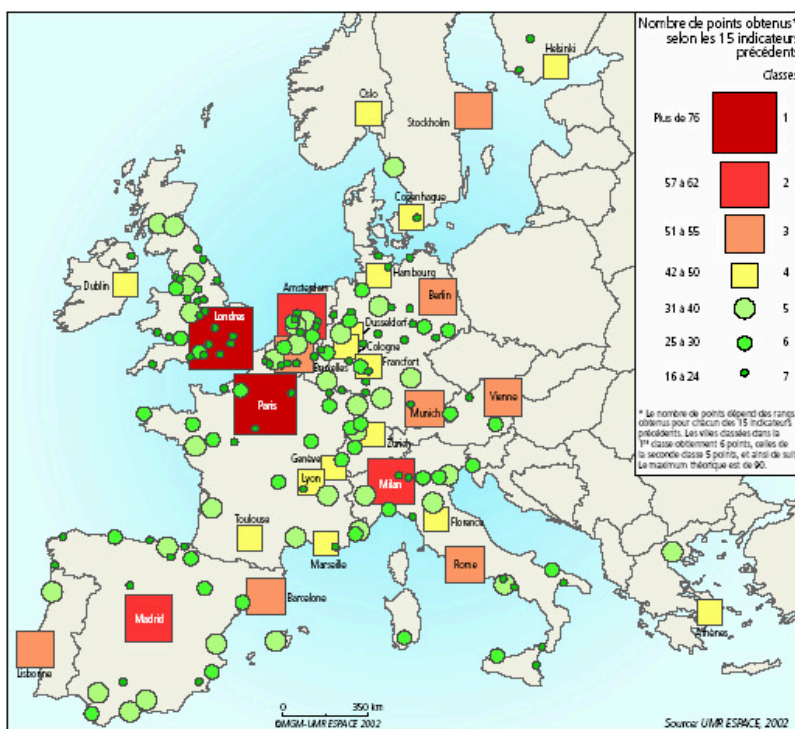
A região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo uma região diversificada, é, no entanto, uma região fortemente urbanizada que integra a maior cidade e capital, para além da principal aglomeração urbana do país. Interessa, neste quadro, situar agora as grandes características da aglomeração urbana de Lisboa no contexto europeu.

De forma muito sintética, um estudo, igualmente recente⁶, permite identificar (ver Figura 1-2) um posicionamento global relevante da aglomeração urbana de Lisboa no espaço europeu, integrando-se no grupo das “grandes cidades” que, em termos de uma hierarquia de dimensão demográfica e

⁶ Rozenblat, Cécile e Cicille, Patricia (2003), “Les Villes Européennes, une Analyse Comparative”, DATAR.

económica e de qualidade funcional diversificada, se situam a seguir quer às duas grandes metrópoles europeias (Londres e Paris), quer aos três grandes pólos que, de forma diversificada, conseguem assumir posições preponderantes nalgumas funções especializadas (Madrid, Milão e Amsterdão), isto é, no grupo do 6º ao 13º lugares, entre 180 aglomerações, com Barcelona, Roma, Viena, Bruxelas, Munique, Berlim e Estocolmo.

FIGURA 1-2: A AGLOMERAÇÃO URBANA DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU
UM POSICIONAMENTO GLOBAL RELEVANTE



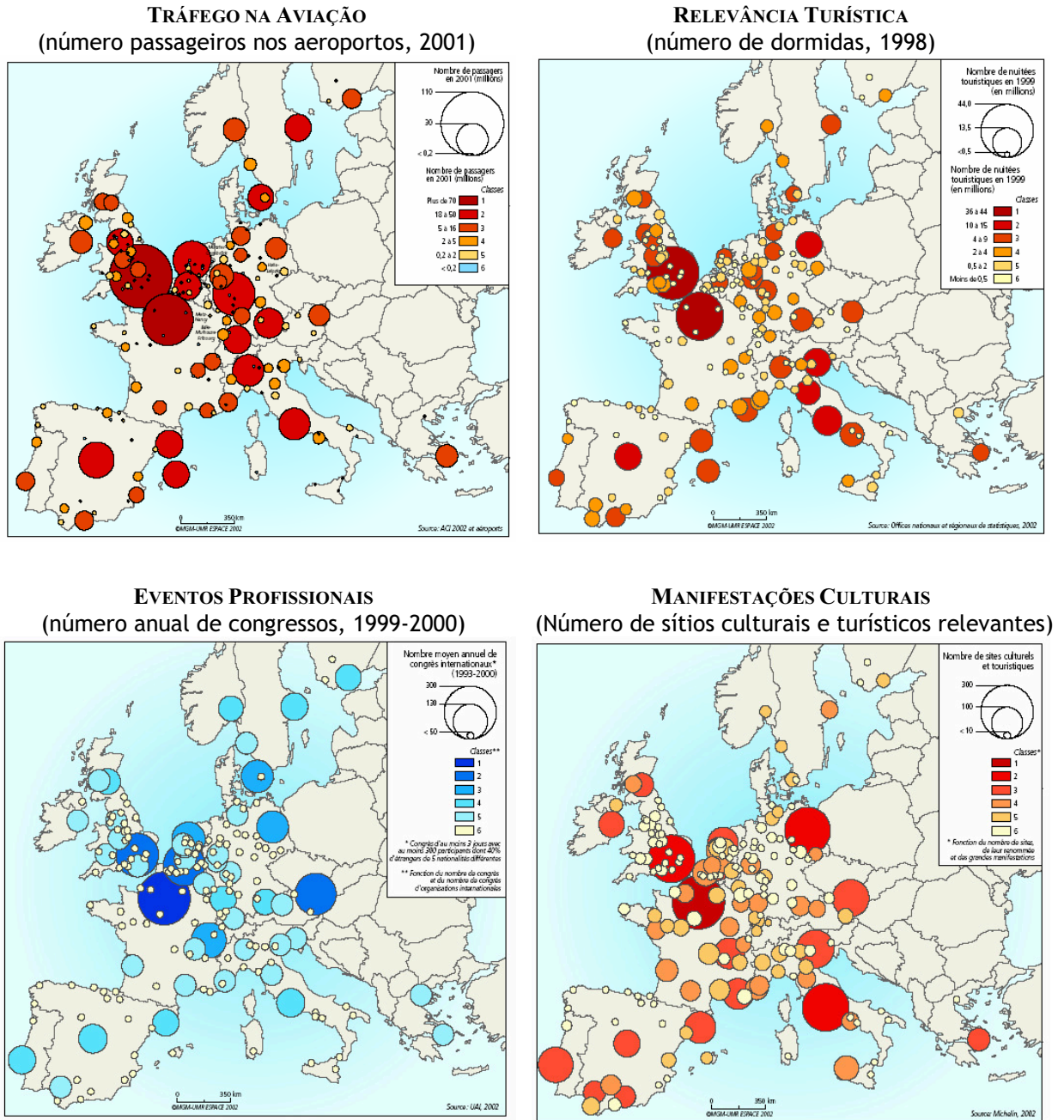
Fonte: “Les Villes Européennes, une analyse comparative”, DATAR, 2003.

Os indicadores utilizados no estudo para qualificar o desempenho funcional das aglomerações urbanas estudadas permitem identificar com alguma clareza, também, que Lisboa apresenta debilidades que se enraízam nos desequilíbrios entre diferentes domínios que limitam o desenvolvimento de sinergias e dificultam a consolidação das iniciativas, nomeadamente as de natureza mais estrutural. Importa, neste quadro salientar:

- no plano da óptica das “pessoas” (ver Figura 1-3) esses desequilíbrios são expressos, sobretudo, por um desempenho bastante relevante ao nível das motivações de mobilidade turística e profissional, com um número muito significativo de congressos e manifestações culturais, que, no entanto, não é acompanhado, nem pela dimensão do tráfego aéreo, nem pelo número de dormidas turísticas;
- no plano da óptica das “organizações” (ver Figura 1-4) esses desequilíbrios são expressos, sobretudo, por uma reduzida expressão ao nível dos centros empresariais de decisão

envolvidos na internacionalização financeira e produtiva, ainda que o número de feiras e exposições realizadas ou o grau de participação das universidades nas redes de investigação do 5º programa quadro europeu sejam significativos.

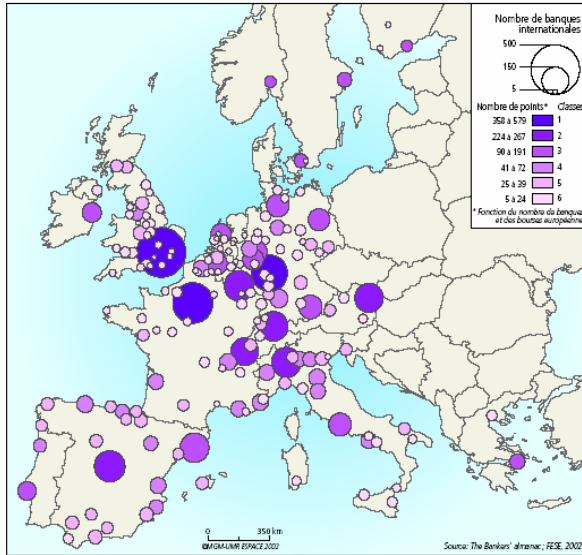
FIGURA 1-3: A AGLOMERAÇÃO URBANA DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU (ÓPTICA “PESSOAS”)



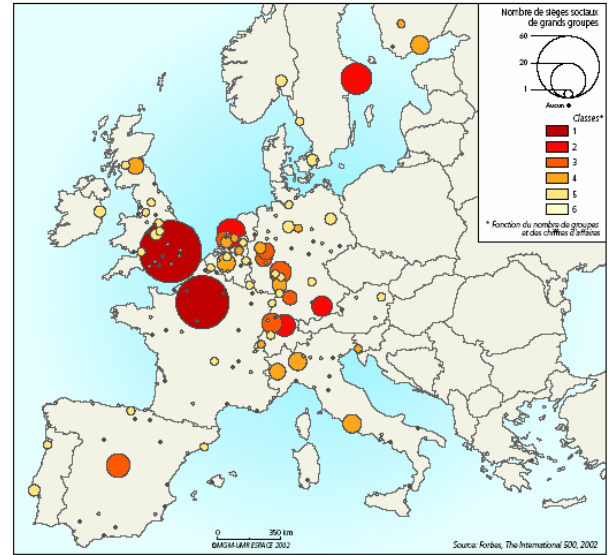
Fonte: “Les Villes Européennes, une analyse comparative”, DATAR, 2003.

FIGURA 1-4: A AGLOMERAÇÃO URBANA DE LISBOA NO CONTEXTO EUROPEU (ÓPTICA “ORGANIZAÇÕES”)

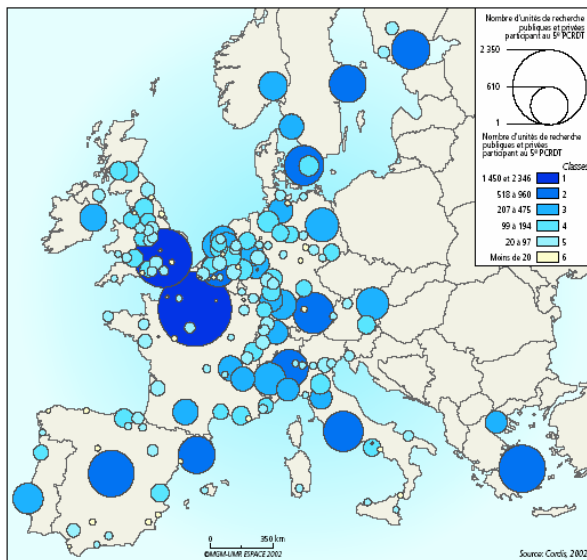
INTERNACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA
Presença de operadores internacionais



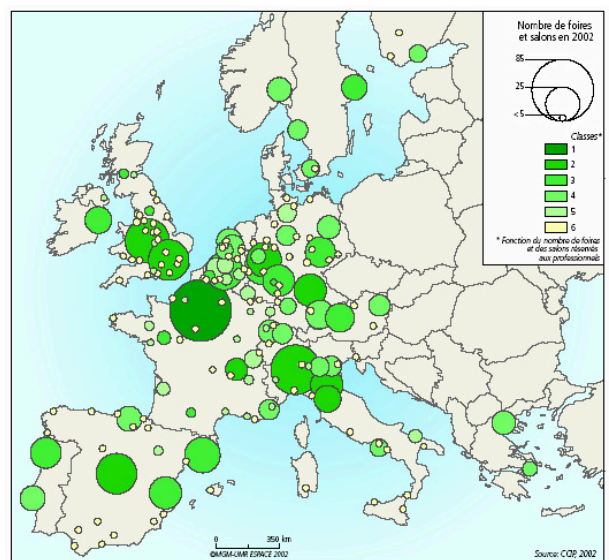
CENTROS DE DECISÃO EMPRESARIAL
(Localização de sedes de grupos económicos europeus)



PARTICIPAÇÃO EM REDES DE INVESTIGAÇÃO
5º programa quadro europeu



DINAMISMO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
Número de Feiras e Exposições



Fonte: “Les Villes Européennes, une analyse comparative”, DATAR, 2003.

A grande conclusão que emerge desta caracterização da aglomeração urbana de Lisboa centra-se, pelo seu lado, na natureza do processo de conversão de recursos em realizações ou resultados, isto é, no facto de parecer existir um défice de exploração de sinergias ou de articulação e coordenação de políticas e intervenções, que geram desequilíbrios, limitam o normal curso da transmissão dos efeitos ao longo das “cadeias de impacte” e prejudicam a afirmação concorrencial da “cidade” e da “região” no plano europeu.

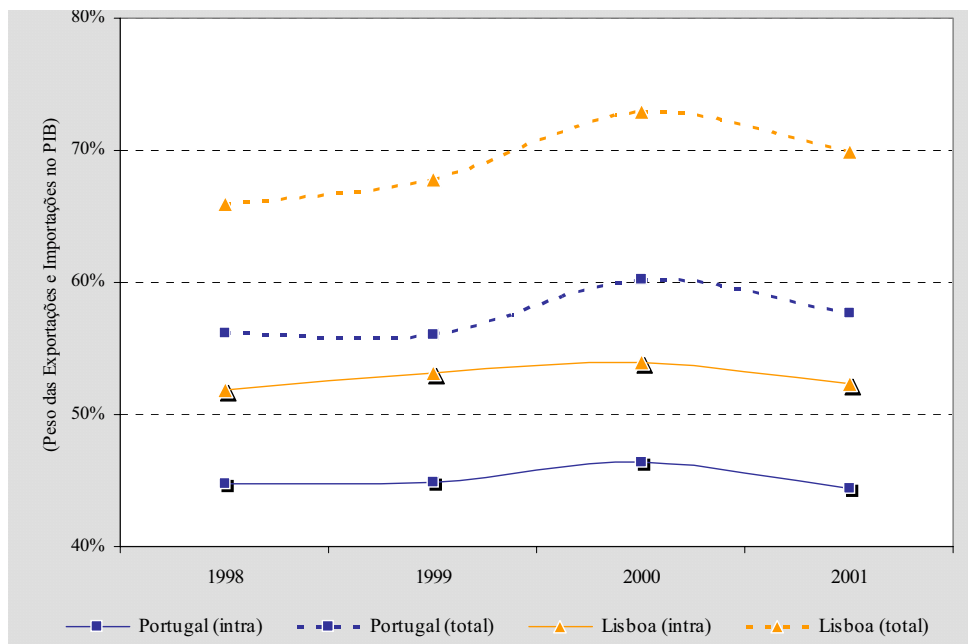
A evolução da inserção comercial internacional da economia portuguesa permite, pelo seu lado, identificar na evolução mais recente, que no essencial, reflecte uma forte continuidade, uma ligeiro reforço da polarização no espaço europeu por parte da região de Lisboa e Vale do Tejo, que vê crescer o peso do comércio intra-europeu, quer ao nível das suas exportações, que ao nível da sua abertura global (importações e exportações), enquanto, no resto do país, se passa exactamente o contrário. Trata-se, no entanto, de um sinal não suficientemente expressivo para poder ser considerado como uma tendência suficientemente definida.

QUADRO 1-1 - A EVOLUÇÃO DA ABERTURA COMERCIAL DA REGIÃO

Indicadores	1998	1999	2000	2001
Extroversão Comercial (X/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	18,3%	17,7%	19,1%	18,5%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	25,1%	24,2%	25,8%	24,9%
Portugal	22,0%	21,3%	22,8%	22,1%
Extroversão Comercial intra-europeia (X/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	14,7%	14,6%	15,1%	14,9%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	20,8%	20,3%	21,0%	20,0%
Portugal	18,1%	17,7%	18,3%	17,7%
Abertura Comercial (X+M/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	66,0%	67,8%	72,9%	69,9%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	48,2%	46,5%	50,0%	47,9%
Portugal	56,2%	56,0%	60,3%	57,7%
Abertura Comercial intra-europeia (X+M/PIB)				
Lisboa e Vale do Tejo	51,8%	53,1%	53,9%	52,3%
Portugal s/Lisboa e Vale do Tejo	39,0%	38,2%	40,4%	38,1%
Portugal	44,8%	44,9%	46,4%	44,4%

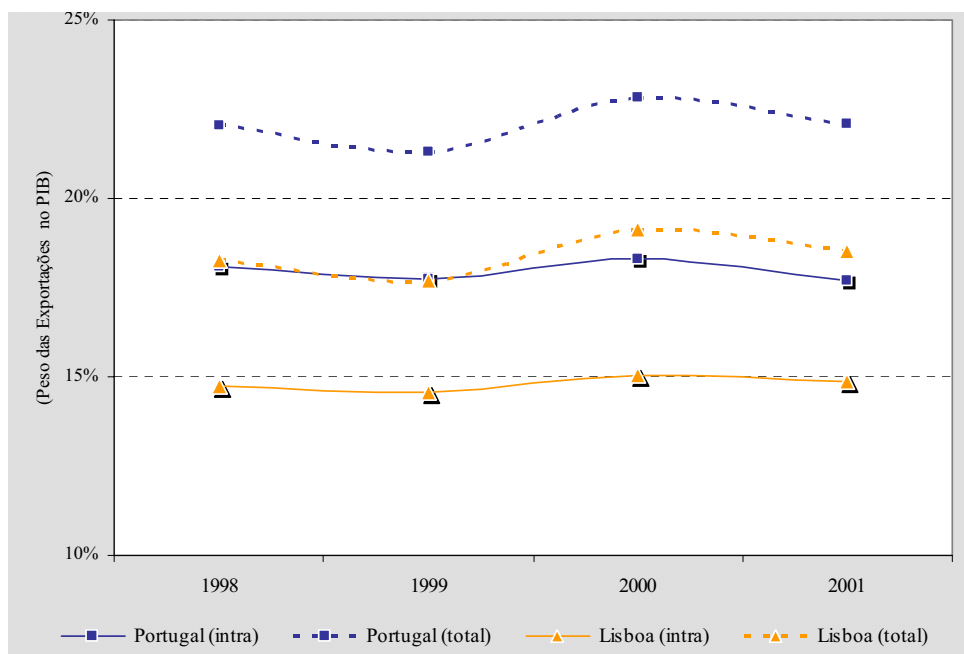
Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 1-6: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[ABERTURA COMERCIAL TOTAL E INTRA-EUROPEIA]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

**GRÁFICO 1-7: REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO VS PORTUGAL
[EXTROVERSÃO COMERCIAL TOTAL E INTRA-EUROPEIA]**



Fonte: INE, Anuários Regionais (1997-1998, 1999-2001, 2002); Estimativas da equipa de avaliação.

Esta tendência, que tem um elevada probabilidade de confirmação, seja pela dinâmica de procura associada ao facto de a região comportar o principal pólo de consumo da economia portuguesa, seja pela dinâmica de investimento internacional associada ao facto de a região acolher alguns dos investimentos mais significativos realizados numa lógica de produção para o mercado europeu no seu conjunto (o sector automóvel constitui um bom exemplo), sugere que se atribua uma importante atenção, no futuro, quer ao acompanhamento, para a região, das oportunidades e ameaças do processo de alargamento, quer à garantia de um adequado nível de participação da região nas acções estruturais europeias mais exigentes e qualificadas e, sobretudo, nas redes europeias associadas à inovação e à economia do conhecimento.

1.2. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL

A região de Lisboa e Vale do Tejo regista, no plano nacional, os mais elevados níveis de médios de rendimento por habitante e de produtividade. Esta vantagem relativa da região no plano nacional que encontrou, como se viu, também expressão no plano da convergência regional à escala europeia, conduziu, naturalmente, à entrada da região no regime de “phasing out”, para a elegibilidade no quadro do objectivo 1 dos Fundos Estruturais, situação em que se encontra actualmente.

O PIB per capita regional superava, em 2001, em cerca de 33%, a média nacional, fruto de um crescimento mais rápido, face à economia nacional, no período 1995/1998, que se nivelou, no entanto, nos dois anos seguintes (ver Gráfico 1-8).

A tendência de crescimento dos níveis de produtividade da região, na segunda metade da década de 90, em face do contexto nacional, aproximou-se bastante da tendência evidenciada pelo PIB per capita, posicionando-se os níveis de produtividade, em 2000, em cerca de 26% acima da média do espaço nacional (ver Gráfico 1-9). A consideração da nova configuração da NUTS II Lisboa permite quantificar o resultado esperado, que é o de uma melhoria da posição relativa da região, na sua nova configuração restrita, no contexto nacional, dado que a mesma passa a apresentar um nível de PIB per capita cerca de 48,6% acima da média nacional e um nível de produtividade 33,5% mais acentuado que a média nacional.

GRÁFICO 1-8: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PORTUGAL = 100)

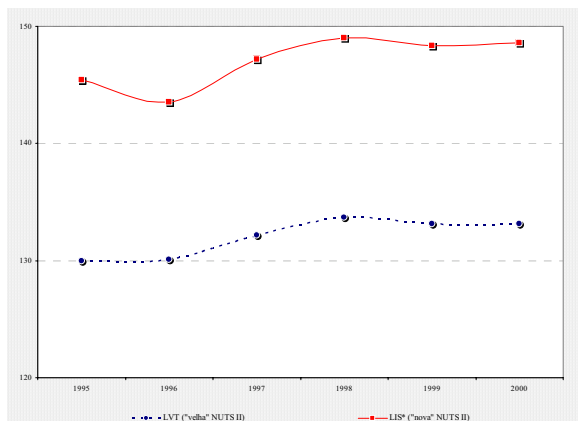
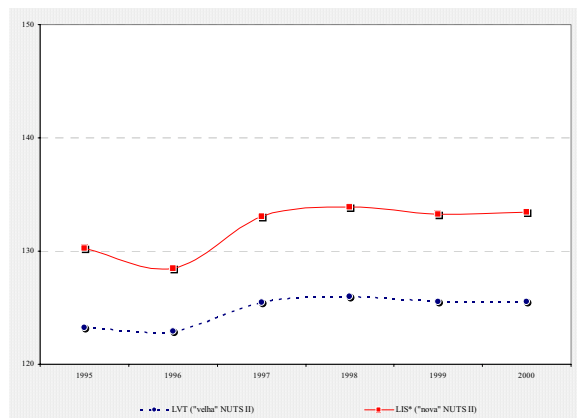


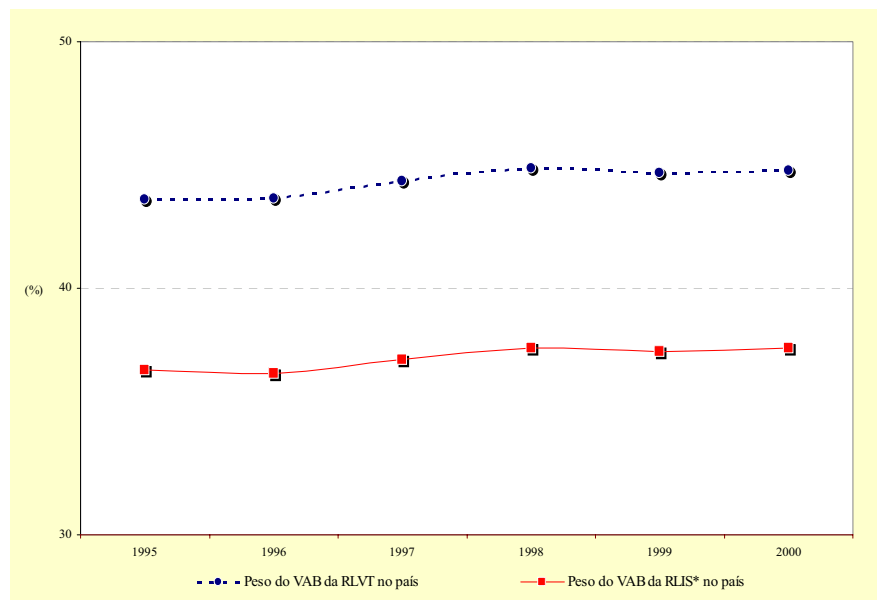
GRÁFICO 1-9: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PORTUGAL = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais 1995-2001

A região de Lisboa e Vale do Tejo tem seguido, deste modo, uma trajectória de reforço da sua dimensão económica no contexto nacional: em 1995 a região representava 43,6% do VAB gerado no espaço nacional, posicionando-se, em 2000, em cerca de 44,7% do mesmo. A consideração da nova configuração da NUTS II Lisboa revela aqui, ao contrário, um ligeiro declinar da importância da região, na sua nova configuração restrita, no contexto nacional, passando a mesma a representar, no ano 2000, cerca de 37,6% do VAB gerado no espaço nacional.

GRÁFICO 1-10: O PESO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL

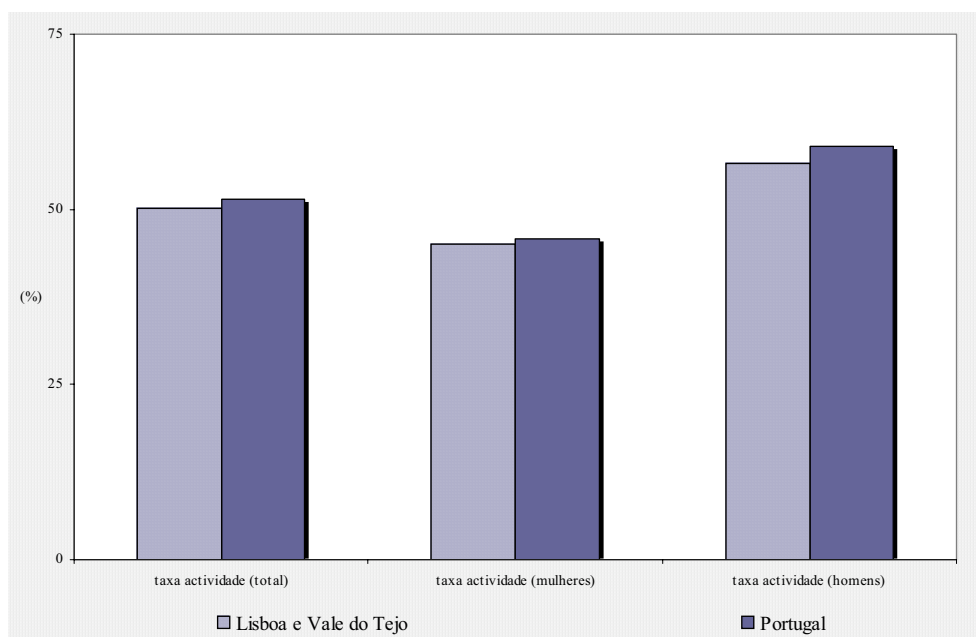


Fonte: INE, Contas Regionais 1995-2001.

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta no que respeita ao perfil do emprego e à dinâmica do mercado de trabalho uma combinação própria de factores de natureza estrutural e conjuntural que criam, em simultâneo, quer um potencial mais favorável, quer desafios mais exigentes. Assim importa notar:

- a) A taxa de actividade na região de Lisboa e Vale do Tejo, embora menor, aproxima-se bastanteda taxa de actividade nacional (ver Gráfico 1-11) e, à semelhança do que ocorre no espaço nacional, apresenta uma taxa de actividade feminina inferior à masculina (45,1% nas mulheres e 56,6% nos homens);
- b) A estrutura dos recursos humanos, no plano dos níveis de educação alcançados, evidenciada pela região destaca-se favoravelmente no contexto nacional, embora de forma não especialmente vincada. Com efeito verifica-se que, por um lado, 14,2% da população da região concluiu o ensino superior, superando os 10,6% do espaço nacional, enquanto que, por outro lado, o peso da população com habilitações inferiores ao 1º ciclo, apesar de ainda se revelar muito elevado, 43,1%, é inferior ao verificado no conjunto do espaço nacional, 49,4%;

GRÁFICO 1-11: TAXA DE ACTIVIDADE EM LISBOA E VALE DO TEJO (2001)



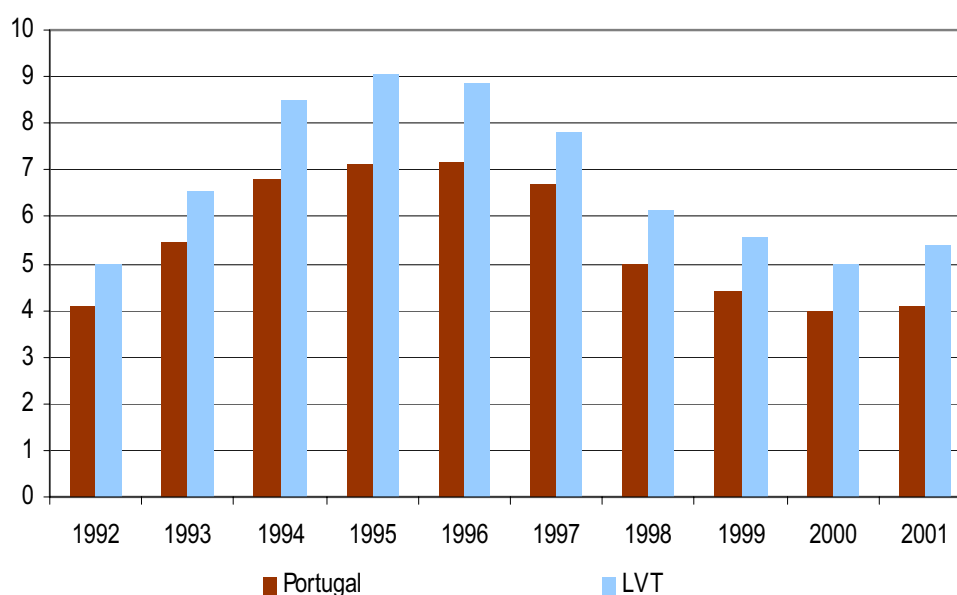
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

- c) A estrutura de qualificações evidenciada pela região de Lisboa e Vale do Tejo é, também, mais favorável que a verificada para o conjunto do país, demarcando-se, até, de uma forma ligeiramente mais nítida que a estrutura dos níveis de educação, apresentado, desse modo, um maior peso relativo dos quadros superiores, quadros médios,

encarregados e dos profissionais altamente qualificados na sua estrutura de qualificações e, por oposição, um menor peso relativo dos profissionais qualificados, semi-qualificados, não qualificados, praticantes e aprendizes;

- d) A evolução registada, na última década, pela taxa de desemprego na região de Lisboa e Vale do Tejo revela uma tendência pesada para um nível estrutural de desemprego superior em relação ao verificado no país (1-2 pontos percentuais acima da média nacional), embora acompanhando os movimentos conjunturais cíclicos verificados na economia nacional. A região evidencia, assim, face ao país, para além de um “desemprego friccional”, associado a uma maior mobilidade profissional, tecnológica e organizacional, naturalmente mais elevado, quer uma tendência para uma maior intensidade do fenómeno do desemprego, nos períodos de desaceleração do nível de actividade económica, quer uma menor capacidade de gerar os empregos necessários para satisfazer as complexas tendências demográficas que se manifestam na região (em especial as que surgem associadas aos fluxos de imigração, à diferenciação dos modelos familiares e à expansão das periferias urbanas).

GRÁFICO 1-12: O DESEMPREGO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO
(EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO, %)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, em termos de “demografia empresarial”, um dinamismo caracterizado por uma turbulência demográfica ainda mais acentuada que a revelada pela economia nacional, isto é, a região caracteriza-se por uma maior intensidade de criação de empresas de pequena, média e grande dimensão e um menor nível de criação de empresas de

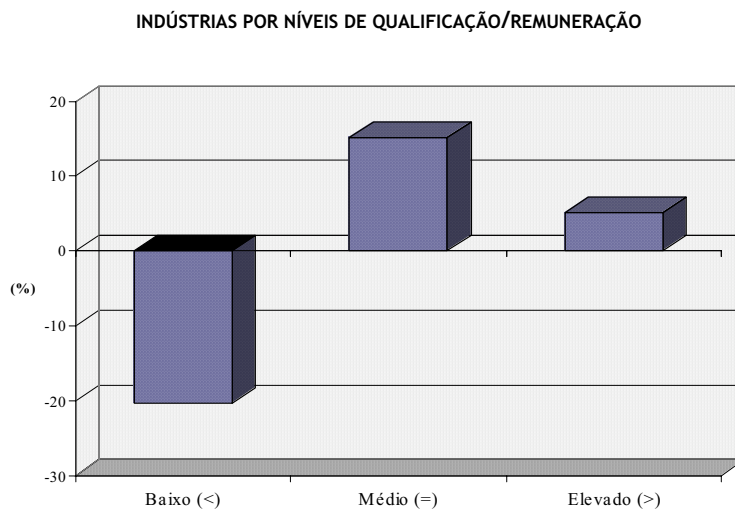
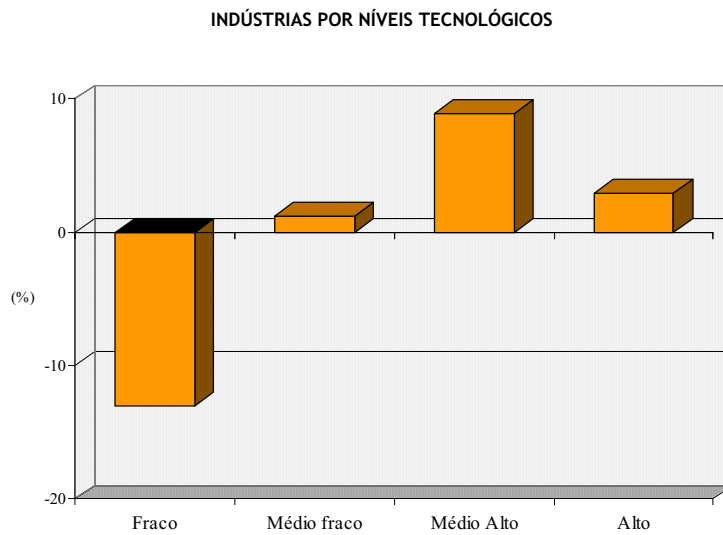
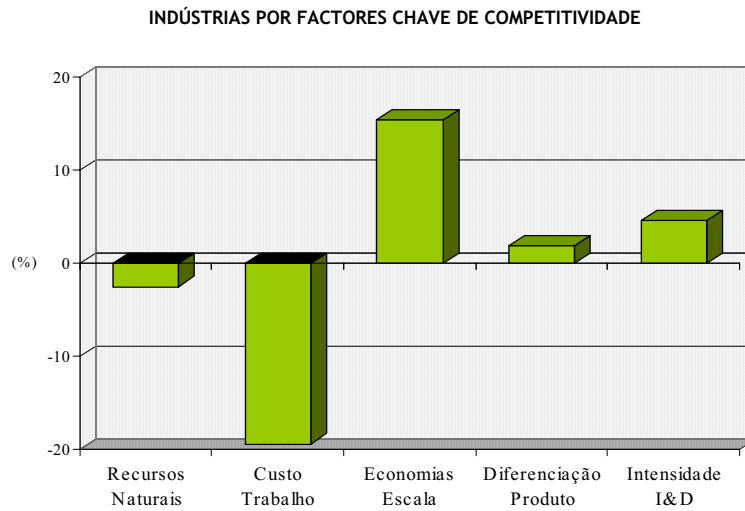
muito pequena dimensão. Contudo, a região evidencia, também, uma maior intensidade de encerramentos do que o continente ao nível das médias e grandes empresas.

A estrutura de especialização produtiva da região de Lisboa e Vale do Tejo, considerando a criação de riqueza, o valor acrescentado, por actividades a nível nacional, apoia-se em duas características fundamentais: uma considerável diversificação no quadro de uma especialização terciária bastante desenvolvida. As actividades com maior expressão na região são, assim, as actividades de serviços, como as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, serviços financeiros e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, e as actividades de comércio, transportes e armazenagem. As restantes actividades surgem com menor expressão, nomeadamente, as indústrias transformadoras e extractivas, as “utilities”, a educação, saúde e acção social.

A análise da especialização produtiva da região de Lisboa e Vale do Tejo, no plano específico das actividades industriais, conduzida com base na distribuição da estrutura do emprego na região e na economia nacional, considerando os grandes segmentos competitivos, tecnológicos e de qualificação/remuneração em acção na organização industrial (ver Gráfico 1-13) permite revelar quer a existência de diferenças muito significativas, quer, sobretudo, que essas diferenças configuram uma especialização industrial da região bastante mais favorável que a do país, isto é, portadora de uma menor vulnerabilidade nos factores que condicionam a capacidade concorrencial das empresas. Com efeito verifica-se:

- i) que os factores competitivos menos sofisticados, os níveis tecnológicos menos exigentes e os níveis de qualificação/remuneração mais baixos estão claramente “subrepresentados” na região;
- ii) que os factores competitivos mais sofisticados, os níveis tecnológicos mais exigentes e os níveis de qualificação/remuneração mais elevados, estando claramente “sobrepresentados” na região, são sistematicamente superados pelos níveis intermédios, isto é, o perfil de especialização da região é marcado pelas economias de escala nos dos factores competitivos, pelo nível médio-alto na especialização tecnológica e pelo nível intermédio na mobilização dos recursos humanos em termos de qualificação e remuneração;
- iii) que existe, portanto, uma margem de progresso qualitativo da especialização industrial da região que importa explorar de forma sustentada, seja por razões internas, consolidação dos clusters de actividades mais relevantes e resposta às procuras desenhadas pela evolução demográfica, seja por razões externas, na medida em que, no quadro das regiões capitais europeias, a articulação entre indústria e serviços é mais relevante na região de Lisboa.

GRÁFICO 1-13: A ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO CONTEXTO NACIONAL (DIFERENÇA NAS ESTRUTURAS DE EMPREGO EM 2000, EM %)



Fonte: DEEP, Quadros de Pessoal ,2000.

1.3. A PERSPECTIVA DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO ANALISADA PELOS ACTORES ENVOLVIDOS NO PO

A perspectiva de evolução da situação da região, desde do início da execução do PO até ao final do 1º Semestre de 2003, que emerge da opinião expressa na resposta aos inquéritos, efectuados no âmbito da Avaliação Intercalar⁷, quer pelos promotores, quer pelas entidades envolvidas na gestão, caracteriza-se (ver Quadro 1-2), em termos globais, por uma melhoria da situação da região no que respeita aos domínios em que a situação de partida se apresentava mais favorável, isto é, em domínios que se reportam mais explicitamente ao objectivo genérico da qualificação e valorização do território (dotação de infraestruturas e equipamentos colectivos, valorização do património, animação cultural e turística) ou ao envolvimento na “sociedade de informação” (grau de utilização das tecnologias de informação e comunicação pelas empresas, cidadãos e administração).

A evolução da qualificação das pessoas e das organizações é apreciada, pelo seu lado, de uma forma bem menos expressiva, tal como já o era, na caracterização da situação de partida. Com efeito, a visão da evolução da situação económica, social e institucional da região revelada pelos inquéritos aos promotores e à gestão do programa atribui evoluções positivas muito pouco significativas (podem ser consideradas, na prática, como manutenção da situação de partida, nos seus grandes traços) aos domínios onde, precisamente, identificavam as situações menos favoráveis na altura do arranque do programa, isto é, no esforço de investigação & desenvolvimento, no dinamismo das actividades produtivas, no grau de articulação interna nas administrações públicas, no ordenamento do território e na qualidade ambiental.

A evolução do mercado de trabalho surge como o domínio onde convergem as opiniões reconhecendo uma degradação da situação da região em articulação, aliás, com as opiniões expressas sobre os domínios da inclusão e exclusão social, seja numa avaliação não muito favorável na situação de partida, seja no reconhecimento de uma modesta evolução favorável.

A evolução da situação ao nível da formação e qualificação das pessoas é reconhecida, pelo seu lado, como favorável e razoavelmente significativa funcionando como uma espécie de mecanismo de reequilíbrio das tendências negativas verificadas ao nível do mercado de trabalho. A situação da região, no quadro comparativo do contexto de uma União Europeia em aprofundamento e alargamento, apresenta, no entanto, suficientes vulnerabilidades para exigir ritmos de melhoria da situação do potencial humano bem mais relevantes.

⁷ Estes inquéritos foram realizados, no final do 1º Semestre de 2003 ao conjunto de promotores com projectos aprovados no âmbito do Programa e às entidades com responsabilidade na Gestão e obtiveram taxas de respostas de, respectivamente, 33% e 77%.

QUADRO 1-2: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003)

A visão dos promotores por domínios detalhados de intervenção

Domínios de Intervenção do Programa	Situação Actual		Comparação c/ Situação em 2000			Evolução 2000-2003
	Nota Média	Div %*	Pior	Igual	Melhor	
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	3,8	8,6%	4,4%	50,0%	45,6%	10,8%
Energia, Transportes, Ambiente	3,7	5,7%	3,4%	53,2%	46,8%	11,7%
Saúde	3,5	0,0%	8,9%	62,0%	29,1%	5,8%
Desporto	4,1	17,1%	2,4%	31,7%	65,9%	15,5%
Educação, Formação	3,9	11,4%	4,7%	50,0%	45,3%	10,4%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,2	-8,6%	12,7%	68,0%	19,3%	2,1%
Internacionalização	3,4	-2,9%	6,7%	69,3%	24,0%	5,1%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	3,2	-8,6%	32,9%	38,3%	28,8%	-1,3%
Formação/Qualificação	3,8	8,6%	5,8%	38,9%	55,3%	13,0%
Desemprego/Inserção	2,8	-20,0%	50,3%	38,7%	11,0%	-14,0%
Inclusão Social	3,2	-8,6%	12,0%	58,9%	29,1%	5,3%
Ambiente e Património	3,6	2,9%	7,8%	48,3%	43,9%	10,0%
Qualidade Ambiental	3,4	-2,9%	15,7%	49,4%	34,9%	5,6%
Protecção Natural/Espaços Verdes	3,5	0,0%	6,8%	52,0%	41,2%	9,8%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	3,8	8,6%	4,8%	44,6%	50,6%	12,1%
Inovação e Sociedade de Informação	3,8	8,6%	2,9%	24,8%	72,3%	18,3%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	2,9	-17,1%	11,1%	62,5%	26,4%	5,3%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,9	11,4%	1,2%	11,1%	87,7%	22,2%
Sociedade Informação (empresas)	4,3	22,9%	0,0%	9,0%	91,0%	21,2%
Sociedade Informação (administração)	3,8	8,6%	0,0%	20,0%	80,0%	21,1%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,3	-5,7%	8,4%	68,6%	23,0%	4,4%
Articulação na Administração	3,2	-8,6%	7,3%	76,8%	15,9%	2,7%
Qualidade Serviços Públicos	3,4	-2,9%	7,2%	54,2%	38,6%	9,2%
Ordenamento Território	3,0	-14,3%	16,0%	62,7%	31,3%	5,1%
Participação Cívica e Associativa	3,4	-2,9%	4,1%	74,3%	21,6%	5,1%

A visão das entidades por domínios detalhados de intervenção

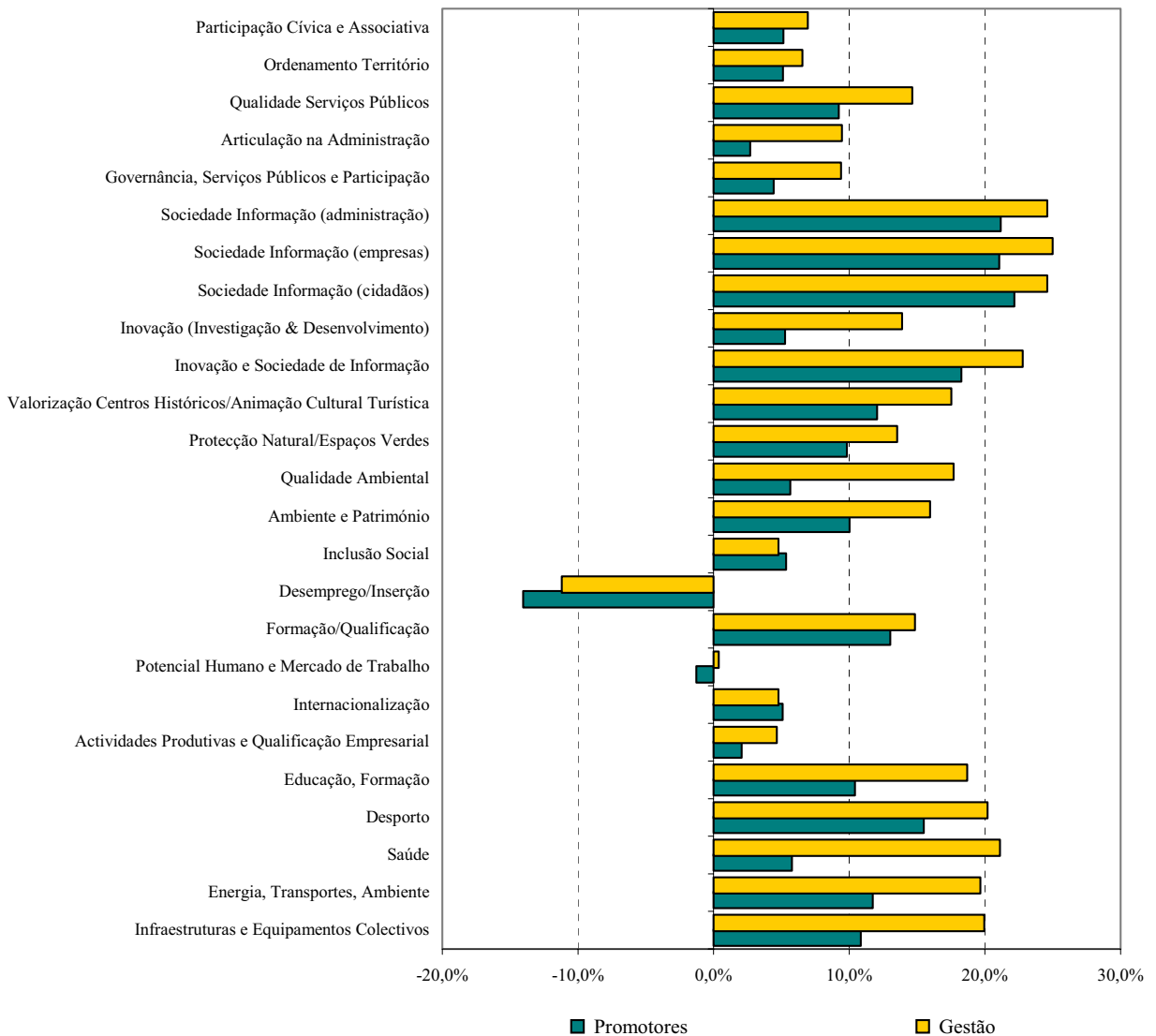
Domínios de Intervenção do Programa	Situação Actual		Comparação c/ Situação em 2000			Evolução 2000-2003
	Nota Média	Div %*	Pior	Igual	Melhor	
Infraestruturas e Equipamentos Colectivos	4,3	22,9%	1,8%	10,6%	87,6%	20,0%
Energia, Transportes, Ambiente	4,3	22,9%	0,0%	15,6%	84,6%	19,7%
Saúde	3,9	11,4%	5,9%	5,9%	88,2%	21,1%
Desporto	4,7	34,3%	0,0%	5,1%	94,9%	20,2%
Educação, Formação	4,4	25,7%	5,9%	5,9%	88,2%	18,7%
Actividades Produtivas e Qualificação Empresarial	3,6	2,9%	4,5%	74,2%	21,3%	4,7%
Internacionalização	3,8	8,6%	3,0%	75,8%	21,2%	4,8%
Potencial Humano e Mercado de Trabalho	3,4	-2,9%	25,2%	48,3%	26,5%	0,4%
Formação/Qualificação	3,7	5,7%	3,2%	38,7%	58,1%	14,8%
Desemprego/Inserção	3,1	-11,4%	39,2%	56,3%	4,5%	-11,2%
Inclusão Social	3,6	2,9%	8,2%	66,4%	25,4%	4,8%
Ambiente e Património	4,2	20,0%	1,6%	29,8%	68,6%	16,0%
Qualidade Ambiental	4,1	17,1%	2,5%	22,5%	75,0%	17,7%
Protecção Natural/Espaços Verdes	4,3	22,9%	1,4%	39,0%	59,6%	13,5%
Valorização Centros Históricos/Animação Cultural Turística	4,2	20,0%	1,3%	24,8%	74,9%	17,5%
Inovação e Sociedade de Informação	3,7	5,7%	0,0%	15,7%	84,3%	22,8%
Inovação (Investigação & Desenvolvimento)	3,6	2,9%	0,0%	50,0%	50,0%	13,9%
Sociedade Informação (cidadãos)	3,8	8,6%	0,0%	6,5%	93,5%	24,6%
Sociedade Informação (empresas)	4,0	14,3%	0,0%	0,0%	100,0%	25,0%
Sociedade Informação (administração)	3,8	8,6%	0,0%	6,5%	93,5%	24,6%
Governância, Serviços Públicos e Participação	3,6	2,9%	0,6%	65,0%	34,4%	9,4%
Articulação na Administração	3,5	0,0%	0,0%	66,9%	33,1%	9,5%
Qualidade Serviços Públicos	3,6	2,9%	2,6%	42,1%	55,3%	14,6%
Ordenamento Território	3,5	0,0%	0,0%	77,1%	22,9%	6,5%
Participação Cívica e Associativa	3,6	2,9%	0,0%	75,0%	25,0%	6,9%

(*)Classificação baseada numa escala de 1 a 6 (em que 1 = má situação actual e 6 = muito boa situação actual). O valor 3,5 surge, assim, como valor central da notação. A divergência traduz o afastamento, positivo ou negativo, da média das respostas face a esse mesmo valor central, calculado em %. A evolução 2000-2003 é calculada através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação actual (2003) em relação à notação que resultaria para a situação de partida (2000) aplicando-lhe o quadro comparativo (pior, igual, melhor) com base na dispersão da notação, domínio a domínio.

Fonte: Avaliação Intercalar do PORLVT, Inquérito aos promotores e à gestão do Programa

O contraste entre a visão dos promotores e a visão das entidades envolvidas na gestão (ver Figura 1-5), apesar de revelar um maior “optimismo” ao nível da gestão e um maior “pessimismo” ao nível dos promotores, confirma, com grande nitidez, as grandes linhas, já avançadas, de caracterização da situação de partida e do sentido da evolução da situação económica e social da região.

FIGURA 1-5: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (2000-2003): A VISÃO DOS PROMOTORES CONTRASTADA PELA VISÃO DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA GESTÃO POR DOMÍNIOS DETALHADOS DE INTERVENÇÃO (*)



(*) A figura representa a evolução positiva ou negativa da situação da região entre 2000 e 2003 no domínio respectivo através da variação em percentagem da notação atribuída pelos inquiridos à situação de partida e à situação actual.

Fonte: Inquérito aos promotores do PORLVT e Inquérito à gestão do PORLVT.

A hipótese de trabalho que se perfila é, assim, a de uma evolução positiva, mas desequilibrada, da situação da região, tendendo, por um lado, a consolidar alguns dos seus “pontos fortes” e a manter alguns dos seus “pontos fracos” e, por outro lado, a recriar desproporções entre a expansão, mais favorável, do nível e qualidade de vida e a performance, menos favorável, das actividades produtivas, da dinâmica empresarial e do esforço de inovação. Estes desequilíbrios e desproporções traduzem-se, na situação actual, em problemas e necessidades acrescidas em matéria de combate ao desemprego e de inclusão social.

A avaliação da situação actual da região e da sua evolução recente, por parte dos intervenientes na gestão e pelos promotores do programa, no plano detalhado de cada domínio temático considerado, pode sintetizar-se da seguinte forma:

- a) Infraestruturas e equipamentos colectivos
 - i) a gestão do programa confere a este domínio uma notação média-alta (alta na área dos equipamentos desportivos) bem como uma evolução, desde 2000, claramente positiva em todas as áreas de infraestruturas e equipamentos colectivos (transporte, ambiente, energia, saúde, desporto e educação e formação), estimada num progresso de 20% na notação;
 - ii) os promotores revelam-se mais contidos na apreciação deste domínio, seja no plano da situação actual, seja no plano da sua evolução face à situação de partida, que estimam num progresso médio de cerca de 10%, sendo, fundamentalmente, na área dos equipamentos desportivos, de transporte e de educação e formação que melhor avaliam a situação actual da região e, nas áreas da energia e da saúde que avaliam de forma menos positiva a situação e a sua evolução;
 - iii) as opiniões expressas pelos promotores validam uma hipótese de melhoria da coesão territorial no domínio das infraestruturas e equipamentos colectivos, na medida em que uma parte substancial das respostas aponta no sentido da existência de uma situação melhor a nível concelhio, seja ao nível da comparação da situação actual face à situação registada em 2000 (73,9% das respostas), seja ao nível da comparação dos concelhos com a própria região (52,9% das respostas).
- b) Actividades produtivas e qualificação empresarial:
 - i) a gestão do programa aprecia de forma muito homogénea as diferentes áreas deste domínio, isto é, numa linha de relativa manutenção da situação verificada em todas elas, entre 2000 e 2003, onde os casos da qualidade da produção agrícola e florestal e da criação e promoção de produtos e marcas regionais parecem ser os de menor desempenho;

- ii) os promotores confirmam esta linha de apreciação, avaliando como insuficiente a situação actual da região neste domínio, salientando-se a opinião expressa (por 26,2% dos promotores) de evolução negativa operada na área da qualidade da produção agrícola e florestal;
 - iii) os promotores validam, igualmente, a hipótese de uma “cristalização” da situação da coesão económica, no plano das actividades produtivas, ao considerarem que os seus concelhos de inserção apresentam uma situação não só semelhante à da região como tendo tido a mesma evolução (47,7% das respostas), ainda que um número significativo de promotores (22,1%) considere que a situação actual dos seus concelhos é pior que a situação global da região.
- c) Potencial humano e mercado de trabalho
- i) a gestão do programa atribui a este domínio uma notação média, sendo ao nível do mercado de trabalho (inserção profissional de jovens e desemprego) que a situação actual foi considerada como menos positiva, uma vez que ao nível do desenvolvimento do sistema de formação e do processo de qualificação a evolução registada é considerada positiva, com um progresso estimado na notação, face à situação de partida, de cerca de 15%;
 - ii) os promotores validam a apreciação da gestão, seja nos aspectos mais favoráveis, isto é, a evolução da formação e qualificação de recursos humanos, seja nos aspectos menos favoráveis, isto é, no respeitante às áreas do desemprego e da inserção profissional de jovens e de grupos com necessidades especiais;
 - iii) os promotores validam, igualmente, uma certa homogeneidade territorial interna à região, neste domínio, uma vez que a maioria (55,1%) afirma que a situação actual dos seus concelhos se assemelha à situação verificada na região no seu conjunto, tendo a evolução registada desde 2000 garantido uma certa convergência (46,6% optam por uma avaliação de manutenção e 47,7% por uma avaliação de melhoria da situação face à região).
- d) Inclusão social:
- i) a gestão do programa, atribuindo um notação média à situação da região em 2003, avalia globalmente como ligeiramente positiva a evolução em relação à situação de partida neste domínio, principalmente nas áreas dos serviços e das condições de apoio a crianças e idosos. A exclusão social concentra, pelo seu lado, a pior notação (média-baixa) e a evolução menos favorável;

- ii) os promotores tendem, pelo seu lado, a ser ainda menos positivos na avaliação quer da situação actual, quer da evolução em relação à situação de partida, sendo de destacar que, na área da exclusão social, a evolução operada desde 2000 foi considerada negativa por 29,3% dos inquiridos;
 - iii) a avaliação dos promotores numa base concelhia aponta no sentido de os problemas e necessidades deste domínio assumirem uma configuração regional global, isto é, os promotores consideraram que a situação actual dos seus concelhos e a respectiva evolução acompanham a situação da região no seu conjunto;
- e) Ambiente e património:
- i) a gestão do programa confere a este domínio uma notação média-alta e um evolução positiva face à situação de partida, com maior relevância nas áreas do alargamento e melhoria de espaços verdes e da conservação e valorização de centros históricos (nas áreas da animação cultural e turística e do alargamento e melhoria de espaços verdes, as opiniões de mais de 70% dos inquiridos colocam a região numa posição melhorada face a 2000, sendo que nenhuma das respostas obtidas apontou no sentido de uma regressão da situação);
 - ii) os promotores, que avaliam a situação actual da região de forma também, positiva, mas mais contida, situam nas áreas da qualidade ambiental e da protecção dos sistemas naturais as suas principais preocupações, quer em termos de situação, quer em em termos de ritmo de progresso;
 - iii) as opiniões dos promotores validam uma hipótese de “distribuição desigual” dos problemas e necessidades ambientais na região, na medida em que são relativamente heterogéneas no que diz respeito ao posicionamento dos seus concelhos no contexto da região (19,5% consideram a sua situação pior, 44,8% consideram a sua situação igual e 35,6% consideram a sua situação melhor) e da sua evolução recente (registra-se um divisão entre estabilidade, 44,8%, e melhoria, 44,8%);
- f) Inovação e sociedade da informação
- i) a gestão do programa faz uma avaliação positiva da situação actual, notação média-alta, e, sobretudo, da evolução registada no período 2000-2003, nomeadamente na área da utilização das tecnologias de informação e comunicação, em que mais de 90% dos inquiridos consideraram que a situação actual da região melhorou em relação à situação registada em 2000.

- ii) Na área dos recursos mobilizados para a I&D a apreciação da gestão do programa é mais moderada embora se mantenha positiva nos dois planos (situação actual e evolução registada);
 - iii) os promotores mantêm, neste domínio, opiniões mais “conservadoras”, convergindo na apreciação de uma significativa melhoria na utilização das tecnologias de informação e comunicação na região face à situação em 2000 (mais de 80% dos inquiridos), mas não validando, nem a apreciação da situação actual (notação média-baixa), nem os progressos realizados (11% dos inquiridos consideram, mesmo, ter havido uma regressão da situação), ao nível dos recursos aplicados em I&D;
 - iv) a hipótese de trabalho indiciada pelos promotores, ao nível da inserção concelhia, é da homogeneidade com convergência, isto é, a maioria dos promotores inquiridos considera que os concelhos em que se inserem apresentam, no domínio da inovação, uma situação semelhante à da região e que a evolução operada desde 2000 permitiu a manutenção da situação existente (51,7%) ou a sua melhoria (42,5%).
- g) Governância, serviços públicos e participação
- i) os intervenientes na gestão do Programa avaliam a situação actual da região neste domínio como média, sendo de salientar o desequilíbrio estabelecido entre a avaliação mais positiva conferida à articulação entre a Administração Pública Local e Central e a avaliação menos positiva conferida à articulação regional entre organismos da Administração Central. Apesar disso, uma parte significativa dos inquiridos consideraram ter ocorrido uma melhoria da situação destas áreas na região;
 - ii) a avaliação global dos promotores relativamente a este domínio coloca a situação actual num valor médio-baixo e a sua evolução, face à situação em 2000, num patamar global de uma certa manutenção da situação. Esta contenção é especialmente visível na área do ordenamento do território que surge, em termos de situação actual e de evolução, como a área de menor desempenho no conjunto do domínio;
 - iii) os promotores validam, aqui, a hipótese de trabalho de problemas e necessidades globais da região, na medida em que este domínio é aquele em que os promotores consideram existir menor divergência entre a posição dos seus concelhos de inserção e a região no seu conjunto (72,1% das respostas apontam no sentido da existência de uma situação semelhante).

1.4. SÍNTESE DO CONTEXTO ACTUAL DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

O conjunto dos indicadores utilizados para situar o contexto económico global das intervenções enquadradas no PORLVT, seja na “situação de partida”, seja na sua evolução e transformação mais recente, sistematizados no Quadro 1-3, permite avaliar o desempenho da região em termos de ritmo e qualidade do crescimento económico, em termos da demografia e do mercado de trabalho, em termos de convergência económica, nacional e europeia, e em termos de coesão social. As grandes conclusões que se podem extrair desse quadro de síntese para situar, objectivamente, a evolução da situação económica e social da região são as seguintes:

- a) o crescimento económico global, face ao final do QCA II (1999-2002), na região foi de 6% em termos reais, induzido por uma dinâmica onde o crescimento do emprego (3,6%) se sobrepôs ao crescimento da produtividade (2,4%). Nos últimos 2 anos (2000-2002) verificou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento e uma acentuação da sua natureza extensiva;
- b) o nível de vida real da população acompanhou sensivelmente o ritmo de crescimento económico e a sua desaceleração (5,1% de acréscimo entre 1999 e 2002, mas apenas 0,9% entre 2000 e 2002);
- c) a região confirmou o seu complexo processo de convergência económica em termos europeus, isto é, melhorou, entre 1999 e 2002, a sua posição face à média europeia em termos de produto interno bruto por habitante em € correntes em 5,7% (4,5% nos últimos 2 anos), enquanto, em termos de produto interno bruto por habitante avaliado em paridades de poder de compra, viu a sua posição face à média europeia degradar-se em -3,1% (embora com uma melhoria de 1,4% nos últimos 2 anos)⁸;
- d) a convergência económica, em termos nacionais, sofreu também uma evolução positiva, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a baixar a distância do seu PIB per capita em PPS face à média do país de 36,6%, em 1999, para 34,4%, em 2002.
- e) a convergência económica, em termos nacionais, reflecte, no entanto, uma conjuntura de maiores dificuldades da região, face à situação nacional, em termos demográficos e de mercado de trabalho. Com efeito, a região regista um aumento mais significativo da taxa de desemprego, bem como um aumento da taxa de actividade que supera, na evolução relativa face à média nacional, o aumento do nível de emprego.

⁸ Se Portugal é o país da União mais sensível aos efeitos das sucessivas estimativas das PPS, a região de Lisboa e Vale do Tejo é, pelo seu lado, a região mais sensível. As oscilações nestas estimativas são particularmente relevantes, na análise de curto prazo, sobretudo quando, e é o caso, se verifica uma convergência rápida, mas desequilibrada, dos níveis de preços.

**QUADRO 1-3: QUADRO SÍNTESE DA EVOLUÇÃO SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL
DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO NO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL**

Região de Lisboa e Vale do Tejo	Anos				Acréscimo global	
	1999	2000	2001	2002	1999-2002	2000-2002
Produto Interno Bruto						
PIB, preços mercado (biliões €)	48,283	51,854	55,175	58,089		
PIB, preços mercado (biliões €, preços 1999)	48,283	50,270	50,803	51,154		
Evolução do PIB em volume (1999=100)	100,0	104,1	105,2	106,0	6,0%	1,8%
Produtividade						
Produtividade (milhares €)	24,074	25,763	26,989	27,993		
Produtividade (milhares €, preços 1999)	24,074	24,976	24,851	24,650		
Evolução da produtividade real (1999=100)	100,0	103,7	103,2	102,4	2,4%	-1,3%
Emprego (milhares)						
Emprego (milhares)	1723	1733	1760	1785		
Evolução do emprego (1999=100)	100,0	100,6	102,2	103,6	3,6%	3,0%
Nível de Vida						
PIB per capita (milhares €)	14,479	15,548	16,449	17,279		
PIB per capita (milhares €, preços 1999)	14,479	15,073	15,145	15,216		
Evolução do nível de vida real (1999=100)	100,0	104,1	104,6	105,1	5,1%	0,9%
Demografia e Mercado de Trabalho						
População (milhares)	3334,7	3335,1	3354,4	3361,8		
Evolução (1999=100)	100,0	100,0	100,6	100,8	0,8%	0,8%
Taxa de Actividade	49,7%	50,1%	50,6%	51,2%	3,0%	2,2%
Desemprego	92	83,6	90,9	112,1		
Evolução do desemprego (1999=100)	100,0	90,9	98,8	121,8	21,8%	34,0%
Taxa de Desemprego	5,6%	5,0%	5,4%	6,5%		
Convergência económica						
No espaço europeu						
PIB per capita (€, UE=100)	68,0	68,8	70,6	71,9	5,7%	4,5%
PIB per capita (PPS, UE=100)	98,4	94,1	95,0	95,3	-3,1%	1,4%
No espaço nacional						
PIB per capita (PPS, Portugal=100)	136,6	134,7	133,7	134,4	-1,6%	-0,2%
Produtividade (Portugal=100)	125,5	126,5	125,9	125,4	-0,1%	-0,9%
Peso relativo da região no país (PIB)	44,7%	44,9%	44,6%	44,7%	0,1%	-0,3%
Coesão Social						
Nível de Emprego (Portugal=100)	100,0	99,6	99,5	100,2	0,2%	0,6%
Taxa de Desemprego (Portugal=100)	126,5	125,1	131,8	128,7	1,7%	2,9%
Taxa de Actividade (Portugal=100)	98,3	98,0	97,8	98,7	0,4%	0,7%

Fonte: Estimativas da Equipa de Avaliação a partir da informação disponibilizada pelas Contas Nacionais (séries anuais e trimestrais), pelas Contas Regionais, pelo Anuário Estatístico Regional 2002 e pelo Anexos Estatísticos da “European Economy” de 2003.

O agravamento da situação no mercado de trabalho constitui o traço mais marcante da conjuntura em que a execução do programa se tem desenvolvido, em articulação estreita, aliás, com a forte desaceleração do ritmo de crescimento económico. Este agravamento, sendo rápido, tem sido também desequilibrado. Com efeito, a taxa de desemprego na região, que já atingia 7,6% no IV trimestre de 2002, situava-se nos 6,3% para os homens e nos 9,2% para as mulheres. A evolução de 2002 parece, no entanto, revelar que a região já estará a dar os primeiros passos para inverter o seu posicionamento face ao resto do país (o segundo semestre de 2002 revela, apesar dum aumento do desemprego, um ritmo menos gravoso para a região).

QUADRO 1-4: A EVOLUÇÃO RECENTE DO DESEMPREGO

Região de Lisboa e Vale do Tejo	Ano/Trimestre		Acréscimo global 2000-IV/2002
	2002	IV/2002	
Taxa de Desemprego			
Total	6,5%	7,6%	17,2%
Masculino	5,6%	6,3%	11,9%
Feminino	7,6%	9,2%	21,6%
Taxa de Desemprego (Portugal=100)			
Total	128,7	124,1	-3,6%
Masculino	134,2	126,7	-5,6%
Feminino	124,0	121,7	-1,9%

Fonte: Anuário Estatístico Regional 2002

Estes resultados se, por um lado, apoiam a lição do passado recente de que a convergência regional nacional se tem feito mais em tempos de crise ou desaceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a sofrer impactos negativos mais pronunciados) do que em tempos de progresso ou aceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a evidenciar maior capacidade de crescimento económico), colocam, por outro lado, a interrogação de saber se esta característica se manterá na próxima situação de recuperação de uma conjuntura desfavorável onde, pela primeira vez, a região de Lisboa e Vale do Tejo não poderá contar com apoios estruturais na quantidade e qualidade a que pode aceder desde a plena adesão à UE em 1986.

A análise da evolução do processo de convergência económica da região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto da economia europeia permite, pelo seu lado, dar conta de uma tendência complexa, que só poderá ser reforçada no futuro próximo, de articulação entre uma efectiva convergência do PIB per capita, quando avaliado em termos de € correntes, com uma estagnação ou travagem da convergência do PIB per capita, quando avaliado em termos de paridades de poder de compra (PPS)

A explicação deste fenómeno, aparentemente contraditório, encontra-se num duplo movimento ao nível dos preços dos factores, bens e serviços, isto é, uma lenta mas efectiva convergência do

preços absolutos e relativos articulada com um nível de inflação persistentemente mais elevado em Portugal face à média comunitária. Neste quadro, a correcção da passagem de valores em € para valores em PPS será cada vez menos relevante no caso português (relembra-se que essa correcção significava, em 1990, um aumento de 65%, para compensar as diferenças de preços, já só atingia, em 1995, 49,5% e situava-se, como se viu, em 2001, em 34,5%).

QUADRO 1-5 - A EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU

PIB per capita	1998	1999	2000	2001
(em milhares de €)				
UE15	20,276	21,269	22,580	23,232
Portugal	10,000	10,600	11,546	12,299
(UE15=100)	49,3	49,8	51,1	52,9
Lisboa e Vale do Tejo	13,300	14,100	15,548	16,449
(UE15=100)	65,6	66,3	68,9	70,8
(em milhares de PPS)				
UE15	20,276	21,269	22,580	23,232
Portugal	14,771	15,331	15,784	16,538
(UE15=100)	72,8	72,1	69,9	71,2
Lisboa e Vale do Tejo	19,645	20,393	21,256	22,119
(UE15=100)	96,9	95,9	94,1	95,2

Fonte: INE, Contas Nacionais e Contas Regionais; EUROSTAT; estimativas da equipa de avaliação.

Os desafios da convergência económica de Portugal e, em particular, da região de Lisboa e Vale do Tejo, situam-se, deste modo, cada vez mais no plano dos factores estruturais (qualidade do investimento, do crescimento e do modelo competitivo, melhoria rápida do nível de produtividade e sustentabilidade das intervenções estruturantes) e não no plano dos factores nominais ou conjunturais.

As consequências desta evolução são, como facilmente se compreende, bastante relevantes ao nível da formulação das políticas estruturais, na medida em que reforçam drasticamente a necessidade de viabilizar projectos de elevada qualidade, de alcançar níveis de selectividade mais elevados e deslocar progressivamente os referenciais de eficiência e eficácia do quadro nacional (menos exigente) para o quadro europeu e internacional (mais exigente).

A articulação entre as políticas estruturais regionais nos espaços nacional e europeu coloca, assim, desafios muito particulares e exigentes na gestão da transição da região de Lisboa e Vale do Tejo, no seio dos quais se destaca a capacidade de encontrar formas novas de sustentar a coerência dos processos de convergência através da ligação da projecção europeia da região de Lisboa e Vale do Tejo com um efectivo “catching-up” activo das outras regiões portuguesas no contexto nacional e europeu, isto é, essa articulação obriga a encontrar trajectórias concretas de investimento e desenvolvimento onde se possa verificar, simultaneamente, um aumento do “peso” europeu da RLVT e um redução do seu “peso” nacional.

2. EVOLUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PORLVT

Neste capítulo é avaliada a evolução da implementação do Programa ao nível dos diversos eixos prioritários e medidas que o compõem.

Num primeiro momento, é apresentada a articulação entre as prioridades estratégicas definidas para o Programa e os objectivos de cada uma das medidas.

Em seguida, para cada medida, é analisada a sua situação e o grau de cumprimento dos indicadores de acompanhamento.

Na análise de cada medida é apresentada uma ficha de síntese em que se avalia a sua situação bem como as perspectivas de implementação.

Relativamente à situação são apresentados indicadores relativos ao nível de compromisso, realização e execução, com a indicação, nomeadamente, dos níveis e taxas de compromisso. Estes indicadores são calculados tendo em conta quer a situação relativa ao período decorrido, ou seja 2000-2003, quer relativamente ao conjunto do programa, ou seja 2000-2006, apresentando-se, no que diz respeito às taxas, os valores globais do PORLVT. São ainda comparados os investimentos por domínios de intervenção no momento da programação e na aprovação.

Relativamente às perspectivas de implementação são apresentados indicadores de alerta ao nível do compromisso, da execução e do cumprimento da regra n+2 em 2004.

Relativamente ao compromisso consideram-se quatro situações alternativas, representadas por diferentes cores num “semáforo” apresentado na ficha: i) uma situação de menor compromisso, representada por uma bola encarnada, em que o valor de despesa pública aprovada é inferior à dotação orçamental programada para o período 2000-2002, o que traduz algumas dificuldades ao nível da adesão dos promotores aos Programa; ii) a segunda situação, representada por uma bola encarnada pálida, em que o nível de aprovações é superior à dotação acumulada a 2002 mas inferior à dotação acumulada em 2003; iii) uma terceira situação, representada por uma bola verde pálida, em que o nível de aprovações acumulada a 31 de Dezembro de 2003 é superior à dotação para o período 2000-2003 mas inferior à dotação global; iv) a quarta situação, representada por uma bola verde mas com um alerta que corresponde às situações em que se verificam “overbooking”, ou seja, em que o nível das aprovações é superior à dotação global da medida, situação que embora traduzindo uma elevada adesão, não deixa de merecer alguma atenção.

Relativamente à execução consideram-se igualmente quatro situações alternativas, representadas também por diferentes cores num “semáforo” apresentado na ficha: i) a situação de menor execução, representada por uma bola encarnada, em que a taxa de execução da despesa pública aprovada é inferior a 20%; ii) a segunda situação, representada por uma bola encarnada pálida, em que a taxa de execução se situa entre 20 e 50%; iii) uma terceira situação, representada por uma bola verde pálida, em que a taxa de execução se encontra entre os 50 e 75% da despesa pública aprovada; e iv) a quarta situação, representada por uma bola verde, em que a taxa de execução é superior a 75%.

No que diz respeito às perspectivas de cumprimento da regra n+2 em 2004 são apresentados dois indicadores. Um corresponde ao montante de execução de fundo em 2004 necessário para que a regra seja cumprida e um segundo em que se qualifica a facilidade relativa de cumprimento. Esta qualificação é feita em quatro níveis: i) a situação de grande dificuldade em que o cumprimento da regra impõe uma execução em 2004 superior ao valor acumulado em 2003; ii) a segunda situação, representada por uma bola encarnada pálida, em que o cumprimento da regra exige um nível de execução inferior ao valor acumulado mas superior ao valor da execução média anual registada até 31 de Dezembro de 2003; iii) uma terceira situação, de alguma facilidade, representada por uma bola verde pálida, em que o cumprimento da regra exige um nível de execução inferior à execução média anual até 31 de Dezembro de 2003; e iv) a quarta situação, representada por uma bola verde, em que o cumprimento da regra já está assegurado.

Para cada medida são ainda apresentados exemplos de projectos apoiados.

2.1. A ARTICULAÇÃO ENTRE AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO E OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA REGIONAL

O Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo fundamenta-se na Estratégia de Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, elaborada no âmbito do PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social), assumindo como finalidade principal a prossecução do objectivo global definido para a Região: a qualificação do território, das pessoas e das organizações.

O Programa Operacional Regional abrange toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUTS II), envolvendo participações comunitárias do FEDER, FEOGA e FSE, estando organizado em três Eixos Prioritários:

- Eixo Prioritário 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal
- Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial

- Eixo Prioritário 3 -Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas

Para cada um destes eixos foi definida uma prioridade estratégica, constituindo estas, no seu conjunto, os vectores chave para atingir o objectivo a que a Intervenção se propõe e que são a base para a criação de factores de competitividade capazes de reposicionar a Região de forma activa e dinâmica, num quadro internacional de crescente competição entre regiões, viabilizando simultaneamente o desenvolvimento sustentável e harmonioso das sub-regiões que a constituem.

A primeira dessas prioridades estratégicas, associada ao eixo prioritário 1, constitui o reforço da coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local, pretendendo dar respostas aos seguintes desafios: necessidades sociais das populações ao nível de infra-estruturas e equipamentos; recuperação e valorização de património; reforço da qualificação do potencial humano, com especial atenção para o reforço da formação qualificada da mulher; promoção e valorização do espaço territorial.

A segunda prioridade estratégica, associada ao Eixo Prioritário 2, consiste no incremento da estruturação da Região e da capacidade competitiva das sub-unidades regionais, designadamente ao nível do aproveitamento das potencialidades territoriais e de organização do território; do desenvolvimento das cidades mediante o apoio a estratégias concertadas de qualificação e do desenvolvimento urbano e da requalificação de património e integração das funções urbanas, nas componentes fundamentais que promovem a coesão social.

A terceira prioridade estratégica, associada ao Eixo Prioritário 3, visa, nomeadamente, o incremento da equidade territorial e o incentivo do desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região; assegurar o acesso a determinados serviços e padrões de qualidade de vida e de ambiente; promover o desenvolvimento do potencial humano e do papel da mulher na vida económica da Região; e pugnar pela construção de uma sociedade mais favorável à competitividade, à inovação e à iniciativa dos agentes, através da melhoria e desenvolvimento das diversas envolventes: económica, cultural, social e ambiental.

A análise da eficácia de implementação do PORLVT na prossecução das estratégias e objectivos atrás definidos exige que seja avaliado o contributo de cada Medida que compõe a Intervenção, no sentido de aferir o seu grau de execução, analisar eventuais estrangulamentos, e propor, caso se revele adequado, trajectórias de correcção no futuro, com vista a atingir os resultados e objectivos pretendidos.

O quadro seguinte apresenta as relações entre as prioridades estratégicas, as diferentes Medidas e os objectivos que servirão de ponto de partida para esta análise.

QUADRO 2-1: ARTICULAÇÃO ENTRE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS, MEDIDAS E OBJECTIVOS DAS MEDIDAS DO PORLVT

Prioridades Estratégicas	Medidas do PORLVT	Fundo	Objectivos Globais das Medidas
Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local	Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	Constituir uma resposta qualificada para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas
	Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial
	Medida 1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	Melhorar a visibilidade e notoriedade externa da Região e reforçar/qualificar capacidade dos agentes locais
	Medida 1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	Qualificar o potencial humano
	Medida 1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	Sustentabilidade, inovação e valorização territorial, de âmbito local e sub-regional
	Medida 1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	Garantir às Autarquias melhores condições de serviços e financiamento para os investimentos a realizar no âmbito dos projectos do PORLVT
	Medida 1.7. Acções de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Comunitário	FSE	Promoção de acções de dinamização e apoio à consolidação do partenariado do local, com vista à implementação de redes territoriais de desenvolvimento local
Incrementar a estruturação da Região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais	Medida 2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial	FEDER	Promover rede urbana equilibrada, competitiva e ambientalmente sustentável
	Medida 2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Emprego	FSE	Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da componente territorial
	Medida 2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	Criar as condições de sustentabilidade e afirmação do Vale do Tejo como espaço de turismo e lazer
	Medida 2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da acção VALTEJO
Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da Região	Medida 3.1. Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	Promover a inserção profissional e o reforço da empregabilidade da população mais jovem
	Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	Reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade dos activos empregados
	Medida 3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	Reforçar a empregabilidade dos jovens e adultos desempregados
	Medida 3.4. Criação de Emprego	FSE	Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	Medida 3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	Consolidar/desenvolver os pilares básicos dos sistemas de formação e emprego em termos de qualidade, eficácia, acessibilidade
	Medida 3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	Fomentar a integração social e profissional de grupos com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho
	Medida 3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	Contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e fortalecer a intervenção junto de grupos desfavorecidos
	Medida 3.8. Infra-estruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário	FEDER	Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais no âmbito da educação destes níveis de ensino
	Medida 3.9. Ensino Profissional	FSE	Consolidar e expandir o ensino profissional qualificado
	Medida 3.10. Economia	FEDER	Promover as áreas estratégicas par a o desenvolvimento e melhorar a envolvente empresarial
	Medida 3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	Promover a cultura científica e tecnológica junto da população
	Medida 3.12. Sociedade da Informação	FEDER	Desenvolver cidades digitais na Região bem como modernizar a administração pública em termos de Sociedade da Informação
	Medida 3.13. Sociedade da Informação	FSE	Criar competências para o desenvolvimento da Sociedade de Informação na Região
	Medida 3.14. Pescas - Infra-estruturas de Portos	FEDER	Melhorar as infra-estruturas de portos e as condições de exercício da actividade em núcleos onde a actividade tem impacto relevante
	Medida 3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	Construir sólida aliança entre agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social
	Medida 3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	Reforçar o investimento público no âmbito da construção, modernização e recuperação e adaptação de infra-estruturas desportivas
	Medida 3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	Contribuir para oferecer um sistema de transportes seguro e sustentável dos pontos de vista económico, financeiro, ambiental e social
	Medida 3.18. Ambiente	FEDER	Promover o desenvolvimento sustentável dos sistemas ambientais de nível regional
	Medida 3.19. Saúde	FEDER	Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, com a implementação dos sistemas locais de saúde

Fonte: PORLVT

2.2. ANÁLISE DO NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO POR PRIORIDADE ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

A análise realizada em seguida pretende verificar em que grau as diferentes medidas, através das suas realizações têm concretizado os seus objectivos específicos, e desta forma concorrido para que sejam atingidos os fins a que se destinam, as Prioridades Estratégicas definidas para o Programa Regional, e como tal de que forma a implementação e execução do Programa contribuiu para a prossecução do desenvolvimento sustentável da Região e da sua coesão económica e social.

A análise é efectuada para cada prioridade estratégica e por medida, sendo apresentada, de forma sucinta, as medidas e respectiva execução.

2.2.1. Reforçar a coesão regional, melhorando a qualidade de vida da população e o desenvolvimento local

As intervenções financiadas no âmbito do primeiro eixo, “Apoios a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal”, destinam-se a assegurar e a apoiar o envolvimento directo dos municípios no processo de desenvolvimento apoiados pelos Fundos Estruturais, tendo como objectivos específicos constituir uma resposta qualificada, ao nível local e supra-municipal, para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas, recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial, contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade externas da região e para reforçar e qualificar a capacidade dos agentes locais, qualificar o potencial humano e a valorização territorial assente no efeito multiplicador das intervenções dirigidas a espaços territoriais específicos.

O eixo integra sete medidas, cinco financiadas pelo FEDER e duas pelo FSE.

Medida 1.1. Acessibilidades e Equipamentos (FEDER)

Medida: 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos	
Objectivo: Constituir uma resposta qualificada para as necessidades das populações na dotação de equipamentos e infra-estruturas	
Dotação orçamental (despesa pública)	
Total: 272 423 000 €	% programação 2000-2003: 82.3%
% do Programa: 10.9%	Taxa de comparticipação: 65.0%
Situação da medida:	
Nº projectos aprovados:	183
Invest. elegível aprovado:	209 640 659€
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	170 677 608€
Inv. eleg. executado 2003:	44 325 180€
Fundo executado 2000-2003	104 846 980€
Desp. pública aprovada:	209 640 658€
Desp. pública exec. 2000-03:	170 677 608€
Desp. pública exec. 2003:	44 325 180€
Fundo executado 2003	27 448 395€
Tx. Compromisso, realização e execução(%)	
Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Fundo a executar:	5 016 155€
Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos foram aprovados 183 projectos, representando um investimento global de cerca de 210 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 128 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 170 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 105 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destacam-se as infra-estruturas de transportes, com cerca de 50% do total de investimentos e as infra-estruturas sociais e de saúde com cerca de 33%.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 77%, valor inferior à média do PORLVT, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 81%, claramente superior à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 63%.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso inferior à dotação até 2003 mas um nível de execução elevada. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não deverá ter grandes dificuldades já que lhe basta realizar despesa de cerca de 5 milhões de euros, valor claramente inferior à média anual de execução verificada.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-2: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.1.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 1.1- ACESSIBILIDADES E EQUIPAMENTOS (FEDER)					
Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	(1)	1994-99	188	250	153
Nº de km de estradas municipais beneficiados, apoiados	(1)	1994-99	797	750	499
Nº de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados	(1)	1994-99	310	500	1036
Nº de centros de transporte construídos, apoiados	(1)	1994-99	2	4	
Nº de km de acessos viários directos e variantes às áreas urbanas, apoiados	(1)	1994-99	88	30	10
Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	(1)	1994-99	16	20	14
Nº de equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados	(1)	1994-99	6	10	15
Nº de equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	(1)	1994-99	48	30	25
Nº de ha infraestruturados de áreas industriais, apoiados	(1)	1994-99	187	250	106
Nº de outros equipamentos de utilização colectiva construídos, por tipologia*					19
Nº de projectos de incremento da mobilidade quotidiana*					
Nº de projectos de apoio a acções complementares no domínio da redução do impacto acústico e ambiental*					

Legenda: (1) - Os valores não são cumulativos

* - Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

A observação dos valores apresentados permite verificar que, com excepção do indicador relativo ao “número de centros de transporte construídos/apoiados” todos os outros indicadores registavam em 31 de Dezembro de 2003 algum grau de execução, verificando-se mesmo que no caso dos indicadores “número de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados” e “número de equipamentos escolares do ensino básico construídos/apoiados” as metas para 2006 foram já ultrapassadas. O indicador reportado a 2002.12.31 “nº de lugares de estacionamento criados com a construção de parques de estacionamento, apoiados” ultrapassa a meta prevista para 2006, em 100%, devendo-se esta situação ao facto de ter sido considerado relevante quantificar o nº de lugares criados em outros projectos nos domínios das



acessibilidades e equipamentos. Estão nesta situação, os parques de estacionamento associados directamente a equipamentos desportivos e da qualificação e ordenamento do espaço urbano, cuja dimensão e localização contribuem como soluções integradas de estacionamento.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de três projectos apoiados no âmbito da medida 1.1:

- a Creche, Jardim de Infância e ATL do Concelho de Óbidos e Recuperação Urbanística Envolvente (1.1/004);
- a Radial de Benfica - Ligação do Nó da Buraca ao Eixo Norte/Sul em Campolide - Prolongamento natural do IC 19 (1.1/006);
- a construção da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço (1.1/011).

Creche, Jardim de Infância e ATL do Concelho de Óbidos e Recuperação Urbanística Envolvente (1.1/004)	
Medida: 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos	Inv. elegível: 419 613.73 €
Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Óbidos	Compart. Fundo: 272.748,92 €
	Tx. Comp: 65.0%
<p>Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Fevereiro de 2001 Conclusão: Janeiro de 2002</p>	
<p>Objectivo do Projecto: Trata-se de um projecto importante para a população do concelho, nomeadamente para as crianças e respectivas famílias, e que visa a construção de uma creche, jardim de infância e ATL, permitindo a fixação das famílias no território.</p>	
<p>Descrição do Projecto: O edifício a construir terá a forma de um “L”, com um corpo central mais elevado a que corresponde o Berçário/Parque e ATL. Serão utilizados materiais que sejam de fácil aplicação e manutenção de forma a reduzir os custos e tendo em conta o tipo de utilização a que estarão sujeitos. Do projecto fazem parte as seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção; • Estaleiro; • Arranjos exteriores; • Equipamento de recreio; • Sistema de aquecimento; • Rede de electricidade; • Recuperação urbanística envolvente. 	
<p>Resultados do projecto: Fixação de famílias no território. Valência de 35 crianças para a creche, 40 para o jardim de infância e 20 para o ATL.</p>	

Radial de Benfica - Ligação do Nó da Buraca ao Eixo Norte/Sul em Campolide - Prolongamento natural do IC 19 (1.1/006)	
Medida: 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos	Inv. elegível: 9.397.352,38 €
Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Lisboa	Compart. Fundo: 4.698.676,19 €
	Tx. Comp: 50.0%
<p>Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Novembro de 1999 Conclusão: Novembro de 2000</p>	
<p>Objectivo do Projecto: Contribuir para articular eixos rodoviários fundamentais da cidade de Lisboa (CRIL, IC 19 e Eixo Norte/Sul), criando uma eficaz alternativa à circulação rodoviária entre a faixa noroeste da Área Metropolitana de Lisboa e a margem sul, sendo ainda alternativa ao eixo da Av. Carolina Michaelis - Rua Conde de Almoester.</p>	
<p>Descrição do Projecto: O projecto visa a conclusão da construção do Nó de Campolide (Eixo Norte/Sul) e da Radial de Benfica. Terá 3 vias de circulação por sentido, com perfil transversal de 29,4m com separador central. Do projecto técnico constam as seguintes especialidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas gerais; • Equipamentos de sinalização e segurança; • Iluminação; • Telecomunicações; • Paisagismo; • Vedações; • Projectos complementares. 	
<p>Resultados do projecto: Facilitar a fluidez do tráfego, reduzindo o tempo das viagens e proporcionando maior economia de combustível. Prevê-se um tráfego médio diário por sentido de 38.000 veículos.</p>	

Construção da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço (1.1/011)	
Medida: 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos	Inv. elegível: 748.196,84 €
Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço	Compart. Fundo: 448.918,10 €
	Tx. Comp: 60.0%
<p>Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Maio de 2000 Conclusão: Outubro de 2001</p>	
<p>Objectivo do Projecto: Trata-se de uma obra que visa proporcionar aos utentes da Biblioteca condições de espaço, assim como de informação e de lazer, de forma a satisfazer as suas necessidades.</p>	
<p>Descrição do Projecto: Do projecto consta a recuperação de um edifício antigo, localizado no centro da vila, do qual serão preservadas a fachada principal, a lateral e a parte da fachada posterior que terá por finalidade a instalação da Biblioteca Municipal. Serão executados trabalhos de arquitectura, de instalações eléctricas, de comunicações, de segurança e de climatização/ventilação.</p>	
<p>Resultados do projecto: Os potenciais beneficiários do projecto são as populações do concelho de Sobral de Monte Agraço, mas também as populações das freguesias vizinhas dos concelhos limítrofes (Alenquer, Torres Vedras e Arruda dos Vinhos).</p>	

Medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial (FEDER)

Medida: 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial			
Objectivo: Recuperar e valorizar o património ambiental e patrimonial			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	139 663 000 €	% programação 2000-2003:	82,3%
% do Programa:	5,6%	Taxa de participação:	65,0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	167		
Invest. elegível aprovado:	146 667 440 €	Desp. pública aprovada:	146 667 439 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	113 900 066 €	Desp. pública exec. 2000-03:	113 900 066 €
Inv. eleg. executado 2003:	35 374 788 €	Desp. pública exec. 2003:	35 374 788 €
Fundo executado 2000-2003	70 238 607 €	Fundo executado 2003	21 807 717 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	0 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

No âmbito da medida 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial foram aprovados 167 projectos, representando um investimento global de cerca de 146 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 91 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 114 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 70 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destacam-se o ordenamento e requalificação e as infra-estruturas ambientais, com cerca de 50% do total de investimentos cada.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 105%, o que reflecte a existência de “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 70%, claramente superior à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 80%, também superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos e um nível de execução elevada. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não tem qualquer dificuldade na medida em que já cumpriu a regra.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-3: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.2.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 1.2 - VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (FEDER)					
Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	17	10	6
Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	(1)	1994-99	21	30	49
Nº de planos de salvaguarda de zonas históricas, apoiados	(1)	1994-99	3	5	
Nº de projectos de abastecimento de água*					31
Nº de projectos de drenagem e tratamento de esgotos*					54
Nº de projectos de recolha e tratamento de resíduos sólidos*					
Nº de projectos de aproveitamento de energias renováveis e desenvolvimento de energias alternativas*					

Legenda: (1) - Os valores não são cumulativos

* - Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

A observação dos valores apresentados permite verificar que só o indicador relativo ao “número de planos de salvaguarda de zonas históricas apoiados” não registava em 31 de Dezembro de 2003 qualquer execução. A realização ao nível do indicador “número de acções de valorização e requalificação urbana apoiadas”, por seu turno, tinha já ultrapassado as metas propostas para 2006.

A expansão da Área Metropolitana de Lisboa associada a uma ausência de políticas urbanas abrangentes, de requalificação dos espaços públicos, de criação de infra-estruturas e de equipamentos colectivos adequados às necessidades das populações, estimulou um crescimento desordenado e conseqüentemente desqualificado em termos sociais e urbanísticos que se reflectem a nível dos aglomerados urbanos que compõem o sistema urbano da Região.

É neste contexto que foram reforçadas e implantadas acções de qualificação dos espaços urbanos, constituindo como um factor indutor para o reforço das novas centralidades e novas dinâmicas territoriais, que se reflecte na recente tendência da localização de empresas de serviços nos concelhos das sub-regiões do Oeste e do Vale do Tejo.

Este processo gerou, assim, um maior número de projectos apresentados, relativamente ao previsto no indicador.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 1.2:

- Parque dos Poetas - 1ª Fase (1.2-023/AML).

Parque dos Poetas - 1ª Fase (1.2-023/AML)	
Medida: 1.2 - Valorização Ambiental e Patrimonial	Inv. elegível: 6.636.695,56 €
Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Oeiras	Compart. Fundo: 3.318.347,78 €
	Tx. Comp: 50.0%
<p>Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Dezembro de 2001 Conclusão: Dezembro de 2002</p>	
<p>Objectivo do Projecto: Criação de um espaço público para a revitalização de actividades de recreio, lazer e desporto, aliados a fins culturais, por forma a constituir um parque temático.</p>	
<p>Descrição do Projecto: O presente projecto assume um carácter de património cultural através da criação de um parque temático, que possibilita uma leitura mais profunda da paisagem, reflectindo a arte dos jardins em toda a sua carga simbólica e ambiental, cruzada, de forma inovadora, com o discurso poético e a linguagem plástica, reflectida nas várias criações estéticas. De uma forma integrada, mas complementar, surgem também espaços de recreio para crianças e adultos. Os trabalhos constantes do projecto consistem essencialmente em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obras de construção civil (fundações e estruturas); • Paisagismo; • plantações. 	
<p>Resultados do projecto: Qualificação do espaço público e criação de um importante equipamento local e nacional. A população potencialmente beneficiária deste projecto serão os 160.000 habitantes do concelho de Oeiras.</p>	

Medida 1.3 - Capacidade Institucional Regional (FEDER)

Medida: 1.3 - Capacidade Institucional Regional			
Objectivo: Melhorar a visibilidade e notoriedade externa da Região e reforçar/qualificar capacidade dos agentes locais			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	11 077 349 €	% programação 2000-2003:	77,8%
% do Programa:	0,4%	Taxa de comparticipação:	65,0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	44		
Invest. elegível aprovado:	8 954 302 €	Desp. pública aprovada:	8 954 302 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	5 006 221 €	Desp. pública exec. 2000-03:	5 006 221 €
Inv. eleg. executado 2003:	1 945 046 €	Desp. pública exec. 2003:	1 945 046 €
Fundo executado 2000-2003	3 191 085 €	Fundo executado 2003	1 252 108 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	585 644 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 1.3. - Capacidade Institucional Regional foram aprovados até 31 de Dezembro de 2003 44 projectos, representando um investimento global de cerca de 9 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 5,5 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 5 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 3,1 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destaca-se o Turismo que representa cerca de 80% do total de investimentos.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 80%, valor ligeiramente inferior à média do PORLVT, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 56%, de que resulta uma taxa de realização financeira de 45%, também inferior à média do Programa.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação acumulada até 2003, o que abre boas hipóteses de cumprimento dos objectivos em termos de despesa, e um nível de execução superior a 50%. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não deverá enfrentar dificuldades já que terá que executar um montante inferior à média de execução anual no passado.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-4: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.3.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 1.3 - CAPACIDADE INSTITUCIONAL REGIONAL (FEDER)					
Nº de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas	(1)	1994-99	50	105	8
Nº de congressos, seminários, workshops, apoiados	(1)	1994-99	17	56	1
Nº de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	(1)	1994-99	10	10	1
Nº de estudos realizados, por domínio*					7

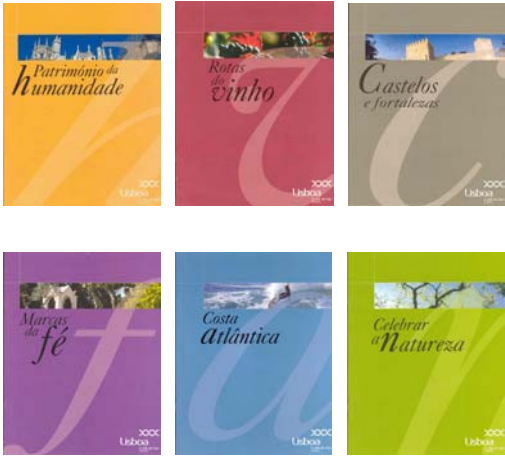
Legenda: (1) - Os valores não são cumulativos

* - Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

Se bem que se tenha já registado execução ao nível dos três indicadores previstos, os valores obtidos ficam muito aquém das metas propostas o que levanta algumas dificuldades ao seu cumprimentos até ao final do programa.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 1.3:

- Promoção dos Produtos Turísticos de Lisboa e Vale do Tejo (1.3/042).

Promoção dos Produtos Turísticos de Lisboa e Vale do Tejo (1.3/042)	
Medida: 1.3 - Capacidade Institucional Regional Promotor e outros actores envolvidos: Associação de Turismo de Lisboa Região de Turismo da Costa Azul Região de Turismo de Leiria/Fátima Junta de Turismo da Costa do Estoril Região de Turismo do Oeste Região de Turismo do Ribatejo Região de Turismo dos Templários Câmara Municipal de Sintra Câmara Municipal de Mafra	Inv. elegível: 733.011,00 € Compart. Fundo: 476.457,15 € Tx. Comp: 65.0%
Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Julho de 2002 Conclusão: Abril de 2003	
Objectivo do Projecto: Pretende-se com este projecto, em acção conjunta dos vários organismos responsáveis pela promoção turística de LVT, a implementação de medidas que permitam um aumento da duração média da estadia, do número de dormidas vendidas e um crescimento significativo das receitas, alargando à região a visibilidade que a proposta turística Lisboa já detém.	
Descrição do Projecto: Descrição do Projecto: Do projecto de investimento constam as seguintes componentes: <ul style="list-style-type: none"> • Materiais Promocionais - concepção e produção de materiais promocionais da marca Lisboa e Vale do Tejo de suporte à actividade promocional da região; • Website da Marca - criação e manutenção (durante 18 meses) de um site na internet da marca Lisboa e Vale do Tejo, incluindo a divulgação mensal de uma webletter; • Folhetos de Produto - produção de 12 folhetos e 12 cd-rom promocionais sobre os 12 produtos turísticos eleitos para as acções promocionais de Lisboa e Vale do Tejo; • Direct-Marketing - construção de uma base de dados de contactos para cada um dos 12 produtos e consequentes acções de marketing directo. 	
Resultados do projecto: Aumento médio das estadias, do número de dormidas e das receitas.	

Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento (FSE)

Medida: 1.4 - Formação para o Desenvolvimento			
Objectivo: Qualificar o potencial humano			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	37 261 529 €	% programação 2000-2003:	89,4%
% do Programa:	10.9%	Taxa de comparticipação:	65,0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:		118	
Invest. elegível aprovado:	12 688 233 €	Desp. pública aprovada:	12 666 844 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	6 069 569 €	Desp. pública exec. 2000-03:	6 053 694 €
Inv. eleg. executado 2003:	2 540 001 €	Desp. pública exec. 2003:	2 538 376 €
Fundo executado 2000-2003	3 934 901 €	Fundo executado 2003	1 649 945 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Fundo a executar:	14 544 336 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento foram aprovados 118 projectos, representando uma despesa global de cerca de 12,7 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 8,2 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executadas despesas na ordem dos 6 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 3,9 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destaca-se o desenvolvimento da educação e formação não ligada a sector específico, que representa cerca de 80% das despesas feitas.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 33%, valor abaixo da dotação acumulada a 2002, o que reflecte algumas dificuldades ao nível da adesão à Medida. A taxa de execução é de cerca de 48%, consideravelmente inferior à média do programa. Destes indicadores resulta um nível de realização financeira na ordem dos 16% valor muito reduzido.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível execução e, fundamentalmente, de compromisso relativamente baixos. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, só muito dificilmente a medida conseguirá cumprir pois isso exigiria a realização de despesa superior à realizada, em termos acumulados, até à data..

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-5: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.4.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 1.4 - FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (FSE)					
Nº de acções de formação por ano, apoiadas	(1) (4)	1994-99		429	643
Nº médio de formandos por ano	(2) (4)	1994-99	7 126	6 437	8 190
Formandos H	(3)		2 185		2 868
Formandos M	(3)		3 941		5 332
Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local)	(5)	1999	24.8	35	41.0

Legenda: Os valores não são cumulativos

(1) O Custo Médio por pessoa de cada acção de formação foi estimado em 1.000 euros e o nº médio de formandos por acção 15 pessoas

(2) Para a situação de partida foi considerado o valor médio do PROFAP no QCAII

(3) Com base na média verificada no PROFAP, para o total das Regiões, nos anos de 1998 e 1999

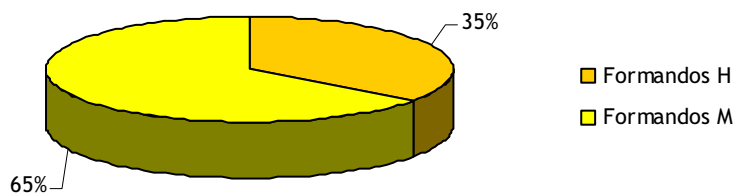
(4) O valor indicado para 2006, corresponde ao nº médio anual para o período 2000-2006

(5) Situação de partida: nº de participações em acções de formação/nº de efectivos da administração local (Fonte: Balanço Social 1999). Quantificação 2006: considera que os efectivos da administração local frequentarão três acções no período 2000/2006 e reporta-se ao nº de efectivos na administração local em 1999

Se os níveis de realização financeira são reduzidos, ao nível dos indicadores de acompanhamento verifica-se que em todos eles se cumpriam em 2003 as metas previstas para 2006, se bem que se deva ter em conta que estas metas são definidas em termos médios anuais, podendo sofrer quebras nos anos remanescentes de implementação da medida.

Em termos de distribuição dos formandos por sexo, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 2-1, verifica-se que predominam os formandos do sexo feminino, que representam cerca de 65% do total.

GRÁFICO 2-1: DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 1.4 POR SEXO



Medida 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial (FEDER)

Medida: 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial																																					
Objectivo: Sustentabilidade, inovação e valorização territorial, de âmbito local e sub-regional																																					
Dotação orçamental (despesa pública)																																					
Total: 158 856 977 €	% programação 2000-2003: 73,4%																																				
% do Programa: 6,3%	Taxa de participação: 43,0%																																				
Situação da medida:																																					
Nº projectos aprovados:	78																																				
Invest. elegível aprovado:	107 951 615 € Desp. pública aprovada: 107 951 615 €																																				
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	40 341 047 € Desp. pública exec. 2000-03: 40 341 047 €																																				
Inv. eleg. executado 2003:	14 422 132 € Desp. pública exec. 2003: 14 422 132 €																																				
Fundo executado 2000-2003	20 340 273 € Fundo executado 2003 6 800 124 €																																				
Tx. Compromisso, realização e execução(%)	Inv. por domínios (program. vs aprov.)																																				
<table border="1"> <caption>Tx. Compromisso, realização e execução(%)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>1.5 (%)</th> <th>Total Prog. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tx. Real (00-03)</td> <td>~35</td> <td>~65</td> </tr> <tr> <td>Tx. Real</td> <td>~25</td> <td>~55</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr(00-03)</td> <td>~90</td> <td>~110</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr</td> <td>~65</td> <td>~85</td> </tr> <tr> <td>Tx. exec.</td> <td>~35</td> <td>~60</td> </tr> </tbody> </table>	Categoria	1.5 (%)	Total Prog. (%)	Tx. Real (00-03)	~35	~65	Tx. Real	~25	~55	Tx. Compr(00-03)	~90	~110	Tx. Compr	~65	~85	Tx. exec.	~35	~60	<table border="1"> <caption>Inv. por domínios (program. vs aprov.)</caption> <thead> <tr> <th>Domínio</th> <th>% DP Program.</th> <th>% DP Homol.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>16-Ajudas às PME e ao artesanato</td> <td>~10</td> <td>~10</td> </tr> <tr> <td>17-Turismo</td> <td>~5</td> <td>~5</td> </tr> <tr> <td>18-Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)</td> <td>~10</td> <td>~5</td> </tr> <tr> <td>35-Ordenamento e requalificação</td> <td>~50</td> <td>~30</td> </tr> <tr> <td>36-Infra-estruturas sociais e de saúde</td> <td>~15</td> <td>~10</td> </tr> </tbody> </table>	Domínio	% DP Program.	% DP Homol.	16-Ajudas às PME e ao artesanato	~10	~10	17-Turismo	~5	~5	18-Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	~10	~5	35-Ordenamento e requalificação	~50	~30	36-Infra-estruturas sociais e de saúde	~15	~10
Categoria	1.5 (%)	Total Prog. (%)																																			
Tx. Real (00-03)	~35	~65																																			
Tx. Real	~25	~55																																			
Tx. Compr(00-03)	~90	~110																																			
Tx. Compr	~65	~85																																			
Tx. exec.	~35	~60																																			
Domínio	% DP Program.	% DP Homol.																																			
16-Ajudas às PME e ao artesanato	~10	~10																																			
17-Turismo	~5	~5																																			
18-Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	~10	~5																																			
35-Ordenamento e requalificação	~50	~30																																			
36-Infra-estruturas sociais e de saúde	~15	~10																																			
Perspectivas de realização:	Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:																																				
Compromisso: ○ ○ ○ <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar: 25 835 071 €																																				
Execução: ○ ○ ○ ○	Persp. cumprimento: ○ ○ ○ ○																																				

No âmbito da medida 1.5. - Acções Específicas de Valorização Territorial foram aprovados 78 projectos, representando um investimento global de cerca de 108 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 49 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 40 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 20 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destaca-se o ordenamento e a requalificação, com cerca de 80% do total de investimentos.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 68% da programação global até 2006, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 37%, ambas claramente inferiores à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 25%, cerca de metade da taxa de realização média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, verifica-se que a mesma ainda não conseguiu comprometer montantes correspondentes à programação até 2003, o que revela algumas dificuldades de adesão. A execução dos investimentos aprovados revela também um ritmo relativamente baixo o que coloca reservas quanto à capacidade de cumprimentos dos objectivos em termos de realização financeira. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida terá algumas dificuldades já que terá que executar investimentos a um ritmo superior à média anual verificada no passado.

Em termos de aspectos mais específicos, esta Medida está estruturada em duas tipologias de intervenção, vocacionadas para espaços territoriais diferentes: Reforço e Qualificação do Sistema Urbano Regional e PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa.

A Acção Específica Reforço e Qualificação do Sistema Urbano Regional pretende apoiar intervenções que promovam a consolidação, qualificação e valorização dos sistemas urbanos do Oeste e Vale do Tejo, tendo como objectivos específicos, consolidar níveis hierárquicos fundamentais do sistema urbano regional, valorizar os subsistemas urbanos regionais, fortalecendo desempenhos claramente supramunicipais e relacionais, incrementar uma funcionalidade assente na complementaridade e articulação interurbana, afirmar a constituição de redes de cidades, assegurar as condições de acessibilidade e de mobilidade prioritariamente interna dos subsistemas urbanos, racionalizar a implementação e gestão de equipamentos e serviços, qualificar e valorizar os aglomerados urbanos envolvidos.

A acção PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, pretende apoiar intervenções que promovam uma Área Metropolitana de Lisboa mais equilibrada, competitiva e sustentável, tendo como objectivos específicos: reduzir os desequilíbrios territoriais e as tendências de degradação e desqualificação urbanística e social, introduzir dinâmicas de reequilíbrio social e reforçar os mecanismos de coesão social, assegurar condições de habitabilidade, de sociabilidade e de integração social das populações, assegurar condições de formação profissional, de emprego e empregabilidade, dinamizar as actividades económicas e reforçar a iniciativa empresarial, melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade, aumentar a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana.

No ano de 2003, a Medida 1.5. aprovou em Unidade de Gestão 27 projectos , no valor de 43,7 milhões de euros de despesa pública tendo sido homologados 26, no valor de 37,3 milhões de euros de despesa pública.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-6: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.5.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 1.5 - ACÇÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL (FEDER)					
Nº de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos, apoiados	(1)	1994-99	-	9	1
Nº de projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	(1)	1994-99	-	20	9
Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (nº de ha)	(1)	1994-99	-	200	10
Nº de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede	(1)	1994-99		10	13
Superfície de espaço público intervencionado por tipo de espaço (nº de m2)*					

Legenda: Os valores não são cumulativos

(1) No âmbito do PORLVT 1994-1999, não foram apoiadas acções desta natureza

*Indicadores não quantificados no Complemento de Programação

Apesar de se registrem resultados nos diversos indicadores, os mesmos estão muito aquém das metas o que permite antever dificuldades no alcançar das metas previstas.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 1.5:

- Centro Cultural de Sardoal (1.5/075).

Centro Cultural de Sardoal (1.5/075)	
<p>Medida: 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial</p> <p>Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal do Sardoal</p>	<p>Inv. elegível: 2.684.902,00 €</p> <p>Compart. Fundo: 1.073.960,80 €</p> <p>Tx. Comp: 40.0%</p>
<p>Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Janeiro de 2003 Conclusão: Dezembro de 2004</p>	
<p>Objectivo do Projecto: A construção de um empreendimento, para criar as condições para o desenvolvimento, prática e apresentação de actividades na área do teatro, cinema, música e dança, prevendo-se também um espaço para exposições de pintura, escultura e fotografia.</p>	
<p>Descrição do Projecto: O projecto deste Centro inclui um auditório multimédia (teatro, cinema, palestras, etc.) para aproximadamente 200 lugares. Este auditório deverá ser complementado por uma zona de galeria que permita exposições com temáticas diversas e por uma zona de bar para apoio aos eventos. A candidatura integra as seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centro Cultural (86%); • Equipamento (13%); • Projecto técnico (1%). 	
<p>Resultados do projecto: Melhoria significativa das condições de realização de eventos culturais e revitalização do movimento associativo na área da cultura. Prevê-se que 75% da população do concelho (6.000 habitantes) sejam servidas pelo equipamento.</p>	

Medida 1.6- Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico (FEDER)

Medida: 1.6- Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico			
Objectivo: Garantir às Autarquias melhores condições de serviços e financiamento para os investimentos a realizar no âmbito dos projectos do PORLVT			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	3 535 912 €	% programação 2000-2003:	82,3%
% do Programa:	0,1%	Taxa de comparticipação:	75,0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	55		
Invest. elegível aprovado:	3 638 119 €	Desp. pública aprovada:	3 638 119 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	534 734 €	Desp. pública exec. 2000-03:	534 734 €
Inv. eleg. executado 2003:	287 344 €	Desp. pública exec. 2003:	287 344 €
Fundo executado 2000-2003	401 050 €	Fundo executado 2003	215 508 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	5 016 155€
Execução:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

O apoio comunitário através desta Medida incide sobre 55 projectos, envolvendo 18 municípios, totalizando um valor de 3,6 milhões de euros, correspondendo ao total da programação para o período de 2000-2006.

Os projectos apoiados repartem-se, nomeadamente, pelas Medidas 1.1 - Acessibilidades e Equipamentos com 54% e 1.2 - Valorização Ambiental e Patrimonial com 37%. As restantes Medidas do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) e Quadro Comunitário de Apoio 3 (QCA 3), são responsáveis por 9% do investimento aprovado a nível desta Medida.

Quando analisada a sua distribuição territorial, verifica-se que a Área Metropolitana de Lisboa é responsável por mais de metade do investimento aprovado (56%), seguindo-se o Oeste, com 27% e o Vale do Tejo com 17%.

O nível da taxa global de utilização, reportado ao final do ano de 2003, era de, aproximadamente, 90%, tendo somente 7 projectos taxas de utilização inferiores a 70%.

GRÁFICO 2-2: MEDIDA 1.6 - INVESTIMENTO APROVADO POR MEDIDA (%)

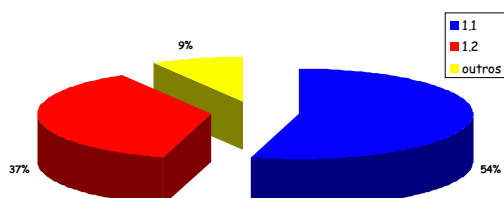
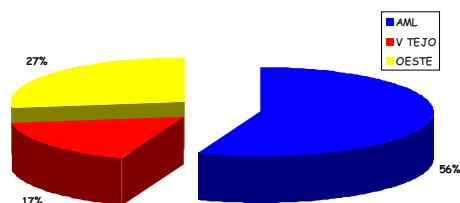


GRÁFICO 2-3: MEDIDA 1.6 - INVESTIMENTO APROVADO POR SUB-REGIÃO (%)



Se o nível de compromisso da medida é elevado, estando já comprometidos os montantes da programação até 2006, a execução é relativamente baixa, na ordem dos 15%, o que conduz a que se verifique uma taxa de realização na ordem dos também na ordem dos 15%. Estes resultados levantam dificuldades ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, pois o seu cumprimento exigiria a execução em 2004 de um montante de fundo superior à execução acumulada a 31 de Dezembro de 2003.

Medida 1.7 - Acções de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Comunitário (FSE)

Medida: 1.7 - Acções de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Comunitário			
Objectivo: Promoção de acções de dinamização e apoio à consolidação do partenariado do local, com vista à implementação de redes territoriais de desenvolvimento local			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	3 077 111 €	% programação 2000-2003:	20,0%
% do Programa:	0,1%	Taxa de comparticipação:	65,0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	0		
Invest. elegível aprovado:	0 €	Desp. pública aprovada:	0 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	0 €	Desp. pública exec. 2000-03:	0 €
Inv. eleg. executado 2003:	0 €	Desp. pública exec. 2003:	0 €
Fundo executado 2000-2003	0 €	Fundo executado 2003	0 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	0 €
Execução:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

Esta medida não apresenta execução.

QUADRO 2-7: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 1.7.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 1.7 - ACÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO (FSE)			2006	
Nº de destinatários finais abrangidos	(1)	1994-99	-	1250

Legenda: Os valores não são cumulativos

(1) No âmbito do PORLVT 1994-1999, não foram apoiadas acções desta natureza

2.2.2. Incrementar a estruturação da região e a capacidade competitiva das sub-unidades regionais

As intervenções financiadas no âmbito do segundo eixo, “Acções Integradas de Base Territorial”, destinam-se a superar as fragilidades, ou aproveitar as oportunidades insuficientemente exploradas, das regiões ou sub regiões da Região de Lisboa e Vale do Tejo que apresentem problemas ou potencialidades específicos cuja solução passa por uma abordagem e intervenção mais integradas, tendo como objectivos específicos reforçar e promover uma rede urbana equilibrada, competitiva e sustentável; requalificar a Área Metropolitana de Lisboa, requalificando e valorizando ambientalmente os espaços urbanos, promovendo a mobilidade urbana sustentável, qualificando áreas de realojamento e reforçando a capacidade institucional de planeamento e gestão urbana e de participação do público nos processos que conduzam a melhoria do ambiente urbano; promover o desenvolvimento de competências profissionais no desempenho de funções urbanas e o acompanhamento de iniciativas de combate à exclusão social, fortalecer a articulação das políticas no espaço regional e o espírito de coesão da Área Metropolitana de Lisboa; valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazer e de turismo, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social; e promover a igualdade de oportunidades, melhorando as condições de empregabilidade e de qualificação da população, com vista à estabilização do tecido social local e regional, combater a discriminação e exclusão social.

O eixo integra quatro medidas, duas financiadas pelo FEDER e duas pelo FSE.

Medida 2.1 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial (Feder)

Medida: 2.1 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial																																				
Objectivo: Promover rede urbana equilibrada, competitiva e ambientalmente sustentável																																				
Dotação orçamental (despesa pública)																																				
Total:	146 679 104 €	% programação 2000-2003:	82,3%																																	
% do Programa:	5,8%	Taxa de comparticipação:	50,6%																																	
Situação da medida:																																				
Nº projectos aprovados:	9																																			
Invest. elegível aprovado:	12 718 695 €	Desp. pública aprovada:	12 718 695 €																																	
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	5 104 008 €	Desp. pública exec. 2000-03:	5 104 008 €																																	
Inv. eleg. executado 2003:	1 356 343 €	Desp. pública exec. 2003:	1 356 343 €																																	
Fundo executado 2000-2003	2 266 651 €	Fundo executado 2003	494 609 €																																	
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)																																		
<table border="1"> <caption>Dados para Tx. Compromisso, realização e execução(%)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>2.1 (%)</th> <th>Total Prog. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tx. Real (00-03)</td> <td>~5</td> <td>~65</td> </tr> <tr> <td>Tx. Real</td> <td>~5</td> <td>~55</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr(00-03)</td> <td>~10</td> <td>~110</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr</td> <td>~10</td> <td>~85</td> </tr> <tr> <td>Tx. exec.</td> <td>~40</td> <td>~60</td> </tr> </tbody> </table>		Categoria	2.1 (%)	Total Prog. (%)	Tx. Real (00-03)	~5	~65	Tx. Real	~5	~55	Tx. Compr(00-03)	~10	~110	Tx. Compr	~10	~85	Tx. exec.	~40	~60	<table border="1"> <caption>Dados para Inv. por domínios (program. vs aprov.)</caption> <thead> <tr> <th>Domínio</th> <th>% DP Program. (%)</th> <th>% DP Homol. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>31-Infra-estruturas de transportes</td> <td>~25</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>34-Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)</td> <td>~15</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>35-Ordenamento e requalificação</td> <td>~50</td> <td>~50</td> </tr> <tr> <td>36-Infra-estruturas sociais e de saúde</td> <td>~15</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		Domínio	% DP Program. (%)	% DP Homol. (%)	31-Infra-estruturas de transportes	~25	0	34-Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	~15	0	35-Ordenamento e requalificação	~50	~50	36-Infra-estruturas sociais e de saúde	~15	0
Categoria	2.1 (%)	Total Prog. (%)																																		
Tx. Real (00-03)	~5	~65																																		
Tx. Real	~5	~55																																		
Tx. Compr(00-03)	~10	~110																																		
Tx. Compr	~10	~85																																		
Tx. exec.	~40	~60																																		
Domínio	% DP Program. (%)	% DP Homol. (%)																																		
31-Infra-estruturas de transportes	~25	0																																		
34-Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	~15	0																																		
35-Ordenamento e requalificação	~50	~50																																		
36-Infra-estruturas sociais e de saúde	~15	0																																		
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:																																		
Compromisso:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	47 786 516 €																																	
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>																																	

No âmbito da medida 2.1 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial foram aprovados 9 projectos, representando um investimento global de cerca de 13 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 6,2 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 5 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 2 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto dos investimentos correspondem ao domínio ordenamento e a requalificação.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso inferior a 10%, um nível claramente baixo, o que revela dificuldades de adesão à Medida. A taxa de execução, por seu turno, anda na ordem dos 40%, valor também claramente inferior à média do Programa. Globalmente, a taxa de realização financeira é então de cerca de 3,5%, um valor muito baixo..

No que respeita às perspectivas de realização da medida, dado o baixo nível de compromisso e de execução, deverão ser sentidas dificuldades no cumprimento das metas de realização financeira.. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, só muito dificilmente a medida conseguirá cumprir , dados que necessita de executar 48 milhões de euros de fundo, valor superior à execução acumulada até à data.

Dos projectos aprovados cinco já foram encerrados. O reduzido grau de aprovações e de execução é reflexo directo das tipologias de projecto consideradas na Medida, estando em causa operações de elevada complexidade técnica e dimensão física e financeira que exigem a articulação de vários actores e a realização de múltiplas acções prévias ao lançamento das obras e tornam particularmente difícil o controlo de deslizamentos no calendário de realização das várias acções, especialmente das empreitadas. Das nove candidaturas três foram aprovadas em Dezembro de 2003. A execução avaliada em termos individuais pode considerar-se satisfatória, com cinco candidaturas encerradas com execução de 100% e outra em vias de encerramento também ao mesmo nível.

De qualquer modo, devem ser referidos os atrasos consideráveis na realização destes projectos, registando um deslizamento de mais de um ano relativamente ao período inicialmente programado.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-8: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 2.1.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 2.1 - QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA - COMPONENTE TERRITORIAL (FEDER)					
Nº de lugares de estacionamento tendo em vista dissuadir a utilização do automóvel nos centros urbanos	(1)	1999	0	150	
Extensão de ciclovia a criar/reabilitar (nº de km)	(1)	1999	0	1	
Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (nº de m ²)		2000	0	15 000	0
Projectos de melhoria da qualidade visual da paisagem urbana*					9
Superfície destinada ao desenvolvimento de operações de realojamento de populações recenseadas no PER da AML (ha)*					20.6
Área Urbana intervencionada (ha)*					23.9

Legenda: (1) Para a quantificação dos indicadores de acompanhamento consideraram-se apenas as cidades seleccionadas para a realização de operações integradas de requalificação urbana e de valorização ambiental, integradas na Linha 1 da Componente 1 do Programa POLIS

*Indicadores não quantificados contemplados no Complemento de Programação

Relativamente aos indicadores quantificados estabelecidos no PO/CP, apenas um é contemplado nos projectos aprovados mas a quantidade ainda é nula porque ainda não se registou qualquer execução física.

Os objectivos dos restantes projectos são medidos recorrendo-se aos indicadores de acompanhamento não quantificados.

Os problemas sentidos na gestão prendem-se com o desfasamento entre a programação financeira da Medida, especialmente pela forte concentração de verbas nos três primeiros anos, e a evolução física/financeira de projectos que se enquadram nas tipologias estabelecidas na Medida e que constituem candidaturas ou intenções de candidatura neste âmbito.

A redução de meios financeiros/técnicos pelas entidades beneficiárias, resultado de uma conjuntura económica de contracção do crescimento e traduzida na menor capacidade de promoção e realização de projectos, também é uma condicionante ao desenvolvimento da Medida.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiados no âmbito da medida 2.1:

- Execução de Redes de Infra-estruturas e arranjo de Espaços Exteriores num empreendimento do PER em Casal da Mira, Município de Amadora (2.1/010).

Execução de Redes de Infra-estruturas e arranjo de Espaços Exteriores num empreendimento do PER em Casal da Mira, Município de Amadora (2.1/010)	
<p>Medida: 2.1 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Territorial</p> <p>Promotor e outros actores envolvidos: INH - Instituto Nacional de Habitação Câmara Municipal de Amadora</p>	<p>Inv. elegível: 4.637.937,00 €</p> <p>Compart. Fundo: 2.318.968,50 €</p> <p>Tx. Comp: 50.0%</p>
<p>Situação do Projecto: Projecto em execução com início a 01/04/2001 e com data de conclusão em 31/12/2004.</p>	
<p>Objectivo do Projecto: Promover a melhoria da qualidade de vida dos residentes e utentes do espaço que compreende o empreendimento habitacional.</p>	
<p>Descrição do Projecto:</p> <p>O projecto traduz-se na execução de redes de infra-estruturas (arruamentos, redes de abastecimento de água, redes de drenagem doméstica e pluvial e equipamento fixo da rede de recolha de resíduos sólidos) e arranjo de espaços exteriores (movimento e contenção de terras, pavimentação, revestimento vegetal e equipamento urbano) necessários à qualificação formal e funcional do empreendimento habitacional e à sua integração territorial e social.</p> <p>Trata-se de um empreendimento com uma área de intervenção de 10ha -0,44% da área do Concelho, onde irão ser realojadas cerca de 3000 pessoas - 1,7% da população do Concelho.</p>	
<p>Resultados do projecto:</p> <p>O projecto pretende criar um espaço correctamente articulado e equipado através da criação de uma rede estruturada de acessibilidade e da implantação do equipamento/mobiliário adequado às vivências dos residentes e utentes.</p>	

Medida 2.2 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Empregabilidade (FSE)

Medida: 2.2 - Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana - Componente Empregabilidade			
Objectivo: Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da componente territorial			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	14 259 107 €	% programação 2000-2003:	82,3%
% do Programa:	0,6%	Taxa de comparticipação:	55,0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	0		
Invest. elegível aprovado:	0 €	Desp. pública aprovada:	0 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	0 €	Desp. pública exec. 2000-03:	0 €
Inv. eleg. executado 2003:	0 €	Desp. pública exec. 2003:	0 €
Fundo executado 2000-2003	0 €	Fundo executado 2003	0 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	4 865 809 €
Execução:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

Esta medida não teve qualquer execução até à data.

A principal dificuldade que se tem colocado à implementação da Medida prende-se com o processo de articulação ao nível nacional e regional, envolvendo o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, os Coordenadores das Medidas Regionais e a Gestão dos POR, a Tutela do emprego e a Gestão do FSE, para estabelecer um conjunto de procedimentos e critérios prévios à formulação e apresentação de propostas de candidatura e à sua análise, apreciação e eventual aprovação a serem vertidos no Regulamento Específico da Medida.

Ultrapassada a fase de coordenação entre entidades, a proposta de Regulamento encontra-se no Instituto de Gestão do FSE e aguarda-se a sua aprovação e publicação.

Esta é a situação que se tem transmitido aos potenciais beneficiários que têm solicitado esclarecimentos e manifestado interesse em apresentar propostas de candidatura a esta Medida. No entanto, importa referir que os projectos equacionados até ao momento não revelam articulação/complementaridade com projectos desenvolvidos e financiados no âmbito da Medida 2.1 “Qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente territorial”.

QUADRO 2-9: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 2.2.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 2.2 - QUALIFICAÇÃO DAS CIDADES E REQUALIFICAÇÃO METROPOLITANA - COMPONENTE EMPREGABILIDADE (FSE) Nº de acções de formação			2006	0

Medida 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo (FEDER)

Medida: 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo			
Objectivo: Criar as condições de sustentabilidade e afirmação do Vale do Tejo como espaço de turismo e lazer			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	70 312 539 €	% programação 2000-2003:	82,3%
% do Programa:	2,8%	Taxa de participação:	35,3%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	59		
Invest. elegível aprovado:	58 949 654 €	Desp. pública aprovada:	58 949 654 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	38 315 101 €	Desp. pública exec. 2000-03:	38 315 101 €
Inv. eleg. executado 2003:	12 376 337 €	Desp. pública exec. 2003:	12 376 337 €
Fundo executado 2000-2003	20 280 685 €	Fundo executado 2003	6 312 302 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	5 894 141 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo foram aprovados 59 projectos, representando um investimento global de cerca de 59 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 31 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 38 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 20 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destaca-se o ordenamento e requalificação, com cerca de 70% do total de investimentos.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 83%, próximo do valor médio do Programa, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 65%, superior à média do PORLVT. A taxa de realização financeira é de cerca de 55%.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um compromisso que ultrapassa já o montante da dotação até 2003, o que aponta no sentido de cumprimento das metas em termos de aprovação. Os níveis de execução são igualmente razoáveis. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não deverá ter dificuldades dado que o montante a executar de fundo, na ordem dos 5,9 milhões de euros, é inferior à execução média anula registada até a data.

Durante o ano 2003, foram aprovadas 11 candidaturas. Registe-se o facto da dinâmica de aprovações e execuções financeiras estarem em consonância com a execução física. Entre as intervenções aprovadas são de referenciar a implementação de projectos âncora no Parque do Almourol, Vala de Alpiarça e Valorização ambiental e patrimonial.

No quadro do projecto estratégico do Parque do Almourol foi possível consolidar e, nalguns casos, concluir projectos como sejam: Miradouro do Almourol, Requalificação do Arripiado, Elaboração de Mapas , de Percursos Pedestres e de Provas Tipo Challenger, Construção do Centro de Formação Out-Door do Parque Almourol, , Requalificação Urbana e Ambiental de Constância e Vila Nova da Barquinha. Foram neste âmbito aprovadas quatro novas candidaturas: - A primeira fase do Parque Urbano de Vila Nova da Barquinha, a construção dos Centros Náuticos de Constância e de Vila Nova da Barquinha e a remodelação dos cais e rampas da frente marginal do Rio Tejo.

No âmbito da ancoragem estratégica “Vala de Alpiarça” assumiram especial relevância a implementação dos seguintes projectos: - Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim; Valorização Urbana da Tapada, Requalificação do Centro Cívico de Almeirim; Valorização Ambiental da Albufeira dos Patudos - 2ª Fase; Requalificação Ambiental e Infraestruturação da Zona de Localização das Actividades Económicas de Almeirim - 1ª Fase.

Ao nível da aposta estratégica “Valorização Ambiental e Patrimonial” sofreu, no decorrer do ano, um forte incremento o projecto de Valorização ambiental e paisagística da Aldeia Avieira do Escaroupim e a requalificação do Cais da Vala - Salvaterra de Magos. Foram aprovadas duas novas candidaturas:

- “Requalificação do Parque Ribeirinho do Sorraia / Benavente”;
- “Remodelação do Jardim dos Charcos”, em Almeirim, que complementa intervenções já em execução no Concelho.

No quadro da valorização do património histórico e construído merece destaque a aprovação da candidatura de Valorização Urbanística da Praça Sá da Bandeira e Rua Serpa Pinto, em Santarém, bem como a remodelação dos Cine-Teatros de Almeirim e da Chamusca.

Ficaram concluídas em 2003 as seguintes intervenções:

- Recuperação do Pátio do Valverde - 2ª Fase, na Azambuja; Museu Nacional Ferroviário - Edifício 24, no Entroncamento; Complexo Equuspólis, na Golegã; Parque Urbano da Zona Norte, em Almeirim; Valorização Ambiental da Albufeira dos Patudos - 2ª Fase, em Alpiarça, Centro Regional de Artesanato - Remodelação das Instalações Existentes - 1ª Fase, na Chamusca e. Requalificação Ribeirinha do Rio Almansor, em Benavente.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-10: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 2.3.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 2.3 - VALTEJO - Valorização do Tejo (FEDER)					
Nº de intervenções de valorização do património histórico, apoiadas	(1)	1994-99	8	9	4
Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	(1)	1994-99	3	10	10
Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	(1)	1994-99	4	10	6

Legenda: Os valores não são cumulativos

A observação dos indicadores de acompanhamento permite verificar que se registaram resultados ao nível dos diferentes indicadores, salientando-se mesmo que a meta estabelecida para 2006 ao nível do indicador “número de intervenções de valorização do património paisagístico apoiadas” foi já alcançada.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de dois projectos apoiados no âmbito da medida 2.3:

- AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo (2.3/025);
- Complexo Equuspólis (2.3/038).

AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo (2.3/025)	
Medida: 2.3 - Valtejo - Valorização do Tejo	Inv. elegível: 947.552.39€
Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Abrantes	Compart. Fundo: 473.776.21€
	Tx. Comp: 50.0%
Situação do Projecto: Concluído. Início em Novembro de 2001 e fim em Setembro 2003.	
Objectivo do Projecto: O AQUAPOLIS tem por objectivo a reabilitação das duas margens do Rio Tejo, abrangendo uma área total de aproximadamente 85 ha, (re)criando um espaço de convivência social, tirando o maior partido possível das suas potencialidades turísticas e desportivas, tendo como filosofia “devolver o Tejo à cidade”, permitindo uma interligação activa cidade/rio. São também objectivos deste projecto, tornar as margens do Tejo, em Abrantes, um destino de atractividade regional e garantir o reforço da importância económica e associativa da cidade por via da promoção de equipamentos de fruição nas margens do Rio Tejo.	
Descrição do Projecto:	
<p>Inserido numa lógica de intervenção integrada, este projecto assenta na valorização/requalificação de um conjunto de elementos urbanísticos e paisagísticos que se interligam, tendo a sua concretização e execução vindo a ser realizada de uma forma faseada. A empreitada “Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo” inclui o tratamento da margem direita do Tejo englobando trabalhos de desmatagem, levantamento e reposição de lancis, zona de estadia e contemplação, alameda arborizada, esplanada, zona de recreio informal, parque infantil, plano de plantação, rede de rega, equipamento urbano, rede de águas, drenagem de águas residuais, aquedutos protegido, arruamentos, rede eléctrica, rede de gás e iluminação pública. No âmbito do projecto AQUAPOLIS, foram já aprovadas as intervenções: “Acessos no Rossio ao Sul do Tejo”, já concluída, “Concepção/Construção de infraestruturas, em execução e “Açude insuflável no Rio Tejo” em fase de concurso.</p>	
Resultados do projecto:	
<p>Valorização do património paisagístico. Requalificação e valorização urbana de Abrantes, reforço da coesão regional, melhoria da qualidade de vida das populações, maior desenvolvimento local e regional. Aproveitamento das potencialidades e os recursos endógenos locais e a criação de novas infraestruturas turísticas, de recreio e de lazer.</p>	

Complexo Equuspólis (2.3/038)	
Medida: 2.3 - Valtejo - Valorização do Tejo	Inv. elegível: 1 740 628.06€
Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal da Golegã	Compart. Fundo: 870 314.03€
	Tx. Comp: 50.0%
<p>Situação do Projecto: Concluído. Início em Setembro de 2001 e fim em Julho 2003.</p>	  
<p>Objectivo do Projecto: Inserido numa lógica de afirmação da Golegã como Capital do Cavalo, este projecto, pela vertente turística, didáctica e pedagógica, pretende ser um centro de atracção de jovens, estudantes, docentes e turistas. Neste sentido, o projecto visou a construção de um edifício “Equuspólis” com diversos espaços dirigidos à temática do cavalo, tendo também como objectivo a valorização da Lagoa da Alverca para actividades de recreio e lazer.</p>	
<p>Descrição do Projecto: Incluiu a construção de um edifício “Equuspólis” com diversos espaços polinucleados dirigidos à temática do cavalo nas suas mais variadas vertentes, apostando no recurso às novas tecnologias da informação, conciliando, paralelamente, actividades dinamizadoras afins de teor lúdico, cultural, recreativo e formativo - ateliers e outras acções específicas que o tornam num espaço vivo e vivificado. Este edifício alberga o Museu Municipal Martins Correia, com o espólio deste goleganense, a Galeria Municipal de Arte “João Pedro Veiga” - Exposições temporárias de pintura e escultura, o espaço “Equusvirtual”, (História do Cavalo, da Pré-História à actualidade. Diaporama 3D, património e tradição cultural do Concelho), a Biblioteca Temática sobre o Cavalo, Espaço Internet, auditório para seminários e congressos e ateliers de formação técnico-profissional. A candidatura inclui a aquisição de equipamentos para o edifício, designadamente, diaporamas mistos em imagens normais e 3D da história da Golegã, equipamento de projecção, equipamento de som e equipamento informático. Inclui a criação do Parque da Juventude, aproveitando o espelho de água da Lagoa da Alverca para a prática de actividades de recreio e lazer, como sejam desportos náuticos, radicais, pesca desportiva, anfiteatro para espectáculos. Engloba a criação de espaços verdes no espaço envolvente ao edifício “Equuspólis”.</p>	
<p>Resultados do projecto: Consolidação da Golegã como elemento estruturante do espaço regional. Criação de uma área de lazer e recreio que serve os interesses da população local e regional. Criação de um espaço (Edifício Equuspólis) com teor lúdico, cultural, recreativo e formativo. Aproveitamento da Lagoa da Alverca para a realização de actividades como a canoagem, vela e pesca desportiva.</p>	

Medida 2.4 - Formação e Empregabilidade (FSE)

Medida: 2.4 - Formação e Empregabilidade	
Objectivo: Desenvolver Acções de formação profissional relacionadas com os domínios prioritários da acção VALTEJO	
Dotação orçamental (despesa pública)	
Total: 7 549 059 €	% programação 2000-2003: 82,3%
% do Programa: 0,3%	Taxa de comparticipação: 60,0%
Situação da medida:	
Nº projectos aprovados:	3
Invest. elegível aprovado:	1 838 937 € Desp. pública aprovada: 1 838 937 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	1 025 479 € Desp. pública exec. 2000-03: 1 025 479 €
Inv. eleg. executado 2003:	393 613 € Desp. pública exec. 2003: 393 613 €
Fundo executado 2000-2003	615 287 € Fundo executado 2003 236 168 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%) Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
<p>The first chart shows commitment, realization, and execution percentages for measure 2.4. The second chart shows investment distribution by domain (DP Program and DP Homol.) for categories 16, 17, and 23.</p>	
Perspectivas de realização:	
Compromisso:	● ○ ○ ⊕
Execução:	○ ○ ○ ○
Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Fundo a executar:	2 194 947 €
Persp. cumprimento:	● ○ ○ ○

No âmbito da medida 2.4 - Formação e Empregabilidade foram aprovados 3 projectos, representando um montante de despesa total de cerca de 1,8 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 1,1 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executadas despesas na ordem do milhão de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 615 mil euros. Em termos de domínios de intervenção destacam-se o Turismo que absorveu a totalidade das despesas efectuadas.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 24%, o que reflecte a existência de alguma dificuldade ao nível da adesão. Com uma taxa de execução na ordem dos 55%, a medida não aparenta grandes dificuldades neste domínio. Estes resultados conduzem a uma taxa de realização financeira de cerca de 13%, valor claramente baixo e que põe em causa a capacidade de cumprir as metas em termos de execução financeira em 2006..

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta dificuldades mais em termos de compromisso mais do que em termos de execução. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida terá grandes dificuldades no seu cumprimento já que isso exigiria uma execução de fundo de cerca de 2 milhões de euros, valor superior à execução acumulada até ao final de 2003.

Durante o ano de 2003 foram executadas duas candidaturas (Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte -ADIRN e do Centro de Estudos de Turismo e Cultura/Instituto Politécnico de Tomar) com cinco cursos: Animadores de Actividades de Desporto Aventura, Animadores de Actividades Náuticas, Sistemas de Desenvolvimento Regional, Técnicas de Gestão, Turismo e Lazer e Técnicas de Valorização do Património Cultural, com um total de 119 formandos (64 homens e 55 mulheres).

As características específicas da formação exigiu a estrutura de programas de formação integrados com particular incidência das componentes prática (saber-fazer), visitas de estudos e apresentação pública do resultado final das aprendizagens. Os domínios prioritários da formação estão ancorados nos objectivos estratégicos do Programa VALTEJO - Valorização do Tejo (Medida 2.3).

Foram estabelecidas parcerias estratégicas com entidades “ligadas ao território” - Nersant, ADIRN e Centro de Estudos e Cultura de Tomar .

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-11: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 2.4.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 2.4 - FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE (FSE)					
Nº de estágios profissionais, apoiados	(1)	1994-99	-	10	3
Nº de acções de formação, apoiados	(1)	1994-99	-	14	

A observação dos indicadores de acompanhamento permite verificar que não houve qualquer realização ao nível do indicador “número de estágios profissionais apoiados” e a realização ao nível do indicador de acções de formação se encontra muito abaixo dos níveis necessários para o cumprimento das metas estabelecidas.

2.2.3. Promover a equidade territorial e incentivar o desenvolvimento do potencial humano e empresarial, no sentido de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade económica e social da região

As intervenções financiadas no âmbito do terceiro eixo, “Acções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas”, agrega as acções sectoriais desconcentradas do conjunto dos programas do QCA, sendo por isso o mais problemático em termos de gestão e o mais exigente em coordenação, na medida em que implica a harmonização dos objectivos de política regional e sectorial e uma efectiva consensualização na fase de implementação. Na verdade, enquanto que as acções dos dois primeiros eixos podem ser directa e inequivocamente ligadas às necessidades e objectivos de cada região, já o terceiro eixo responde também a objectivos de política sectorial susceptíveis de serem diferenciados regionalmente, contribuindo assim para os objectivos de desenvolvimento regional.

Estas intervenções têm como objectivos específicos promover a empregabilidade, o emprego e a coesão social e apoiar o investimento no desenvolvimento local e social; melhorar a qualidade da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário e expandir a frequência da educação pré-escolar; consolidar o ensino profissional qualificado, integrando-o numa rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário; actuar ao nível das actividades económicas por forma a tirar partido de economias de aglomeração ou proximidade dos consumidores finais, da conversão de consumos de energia para gás natural e da melhoria da envolvente empresarial; promover a cultura científica e tecnológica junto da população da Região; promover o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais e a modernização da Administração Pública no contexto da Sociedade de Informação; apoiar e melhorar as infra-estruturas de portos no sector das pescas e melhorar as condições de exercício de actividade em pequenos núcleos piscatórios; incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social; estruturar redes de equipamentos, desenvolver e promover a prática desportiva; melhorar as acessibilidades intra-regionais que se traduzam num reforço de coesão e solidariedade internas; promover o desenvolvimento sustentável da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental; contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde.

O eixo integra dezanove medidas mais três respeitantes à assistência técnica, uma por fundo. No seu conjunto, onze correspondem a medidas FEDER, nove a medidas FSE e duas ao FEOGA.

Medida 3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa (FSE)

Medida: 3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	
Objectivo: Promover a inserção profissional e o reforço da empregabilidade da população mais jovem	
Dotação orçamental (despesa pública)	
Total: 123 923 200 €	% programação 2000-2003: 80,2%
% do Programa: 4,9%	Taxa de comparticipação: 62,5%
Situação da medida:	
Nº projectos aprovados:	59
Invest. elegível aprovado:	130 467 503 € Desp. pública aprovada: 130 467 503 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	98 013 138 € Desp. pública exec. 2000-03: 97 907 455 €
Inv. eleg. executado 2003:	25 437 838 € Desp. pública exec. 2003: 25 415 538 €
Fundo executado 2000-2003	61 192 159 € Fundo executado 2003 15 884 711 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%) Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
<p>The first chart shows commitment, realization, and execution rates for measure 3.1 (yellow bars) and the total program (blue horizontal lines). The second chart shows the distribution of investment by domain for two specific areas: 17-Turismo and 23-Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico.</p>	
Perspectivas de realização:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Fundo a executar:	0 €
Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

No âmbito da medida 3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa foram aprovados 59 projectos, representando um volume de despesa total de cerca de 130 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 82 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinha sido executado um montante de despesa total na ordem dos 98 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 61 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destaca-se as políticas activas do mercado de trabalho que representam cerca de 80% do total de despesas.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 105%, o que reflecte a existência de “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 75%, claramente superior à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 79%, também superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos, e um nível de execução elevada. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não tem qualquer dificuldade na medida em que já cumpriu a regra.

Relativamente à execução desta medida em 2003, foram abertas as candidaturas para Planos Integrados de Formação (PIF's) - 15 de Novembro a 15 de Dezembro, Planos de Formação - de 15 a 30 de Novembro e para Projectos Não Integrados em Planos de Formação - de 1 a 15 de Dezembro/2003, para formação a realizar nos anos de 2004/2005, nas acções-tipo 3.1.1.1 - Sistema de Aprendizagem (IEFP) e 3.1.1.2 - Escolas de Turismo (INFTUR), tendo sido apresentadas 16 candidaturas, solicitando um montante de 64.749.455,03 euros e envolvendo 14.601 formandos.

Destinando-se esta medida a financiar a realização de acções de formação em sistemas de formação/ensino alternativos aos sistemas formais de ensino, nomeadamente através da formação em alternância, constata-se a tendência já demonstrada em vários estudos que se debruçaram sobre esta temática e que têm concluído que as pessoas do sexo feminino têm mais tendência para frequentar o sistema formal de ensino tendo em vista a transição para o ensino superior enquanto as pessoas do sexo masculino têm tendência para abandonar mais cedo o sistema de ensino ingressando no mercado de trabalho ou então, concluindo o ensino secundário através de sistemas alternativos, mais nos domínios do ensino profissional ou de alternância, tendo em vista uma mais rápida integração profissional.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-12: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.1.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.1 - PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO QUALIFICANTE E DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVÁ (FSE)					
Nº de formandos em formação em alternância	(1)	1994-99	5 139	3 800	7 301
Contributo da medida por forma a atingir 8% dos jovens que entram no mercado de trabalho com frequência de acções de formação em alternância (%)	(2)	1994-99	5.00	3.72	8.67
Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	(1)	1994-99	5 139	3 800	6 958

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa Pessoa. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(2) Situação de Partida: nº de aprendizes/ano apoiados no período 1994-99, a dividir pelo nº de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000). Quantificação 2006: nº de aprendizes/ano apoiados no período 2000-06, a dividir pelo nº de jovens/ano que entram no mercado de trabalho (cerca de 102.000).

Verifica-se que as metas previstas para 2006 se encontravam no final de 2003 já alcançadas, se bem que se deva ter em conta que as metas são definidas em termos médios e a eventual diminuição nos últimos anos de implementação da medida, pode levar à redução dos indicadores.

Com vista à caracterização dos formandos e das acções de formação, são apresentados diversos indicadores nos quadros seguintes.

QUADRO 2-13: CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.1

	Total	Homens	Mulheres
Nº formandos	7 954	5 573	2 381
Situação face ao emprego			
Empregado	0	0	0
Desempregado			
DLD	0	0	0
Não DLD	0	0	0
1º Emprego	7 954	5 573	2 381
Escalão etário			
<15			
15 - 19	5616		
20 - 24	2282		
25 - 34	55		
35 - 44	1		
45 - 49	0		
50 - 54	0		
55 - 64	0		
>64	0		
Habilitações literárias			
<4 anos	0		
1ºciclo (4º ano)	0		
2ºciclo (6º ano)	1660		
3ºciclo (9º ano)	6112		
Ensino Secundário	182		
Bacharelato/ Licenciatura	0		
Dipl. Pós Universitário	0		

QUADRO 2-14: CARACTERIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO MEDIDA 3.1

Tipos de Acções	Nº Acções	Volume Formação	Nº Formandos
Acções com Módulos TIC/Acções Domínio Novas Tecnologias	133	303 355	2 142
Acções com Módulos Sensibilização Ambiental/Acções Domínio Ambiente	38	23 149	569
Total acções	544	6 174 230	

QUADRO 2-15: CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Aproveitamento		
Aprov.	Reprov.	Desist
90%	3%	7%

No âmbito desta medida constata-se que o número de formandos do sexo masculino é muito superior ao do sexo feminino. Sendo as acções de formação igualmente destinadas a ambos os géneros, numa perspectiva de igualdade de oportunidades, este resultado só se justifica, como acima já se disse, pelo facto da taxa de abandono do sistema formal de ensino ser mais significativa entre os indivíduos do sexo masculino, que optam assim, por sistemas de qualificação alternativos como é o Sistema de Aprendizagem. Verifica-se que a percentagem de alunos do sexo feminino que prosseguem os estudos no âmbito do sistema educativo é muito superior. Verifica-se ainda um número significativo de acções e, conseqüentemente, de formandos abrangidos, em formação de sensibilização ambiental e acções de formação que incluem conteúdos TIC, indo assim de encontro aos objectivos da política comunitária.

Medida 3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (FSE)

Medida: 3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade			
Objectivo: Reforçar a empregabilidade e a adaptabilidade dos activos empregados			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	116 825 600 €	% programação 2000-2003:	80,2%
% do Programa:	4,7%	Taxa de comparticipação:	52,0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	1314		
Invest. elegível aprovado:	180 092 004 €	Desp. pública aprovada:	149 287 373 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	100 474 694 €	Desp. pública exec. 2000-03:	79 779 504 €
Inv. eleg. executado 2003:	35 596 907 €	Desp. pública exec. 2003:	27 958 092 €
Fundo executado 2000-2003	49 862 191 €	Fundo executado 2003	17 473 808 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	0 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

No âmbito da medida 3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade foram aprovados 1314 projectos, representando um volume de despesa global de cerca de 180 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 93 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 100 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 50 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destaca-se o desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico, que reuniu o conjunto da despesa efectuada.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 128%, o que reflecte a existência de “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 53%, ligeiramente inferior à média do Programa. Daqui resulta uma taxa de realização financeira de 68%, superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos. Apresenta, por outro lado, um nível de execução médio. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não tem qualquer dificuldade na medida em que já cumpriu a regra.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-16: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.2.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.2 - FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE (FSE)					
Nº de activos em formação	(1)	1994-99	32 853	22 100	58 770
Nº de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	(2)	1994-99	18 954	3 800	10 245
Nº de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa	(3)	1994-99	166	50	0
Contributo da medida por forma a atingir 10% de participação dos activos em formação ao longo da vida (%)	(4)	1994-99	0.74	0.49	0.83

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(2) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99, PROFAP. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(3) A Situação de Partida refere-se à média do indicador Programa PME - PESSOA. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006

(4) Situação de Partida: nº médio de activos apoiados no PESSOA no período 1994-99/população empregada (média 94/99 - Dados INE). Quantificação 2006: nº médio de activos apoiados no período 2000-06/população activa empregada (média 94/99 - Dados INE)

No que se refere à medida 3.2, um facto a destacar é a não implementação da tipologia de projecto de consultoria formativa. Por essa razão, o indicador “Nº de PME's abrangidas em acções de consultoria formativa” não apresenta qualquer valor. Os motivos para a não implementação desta Tipologia de Projecto prenderam-se com a conjugação dos seguintes aspectos:

- Em primeiro lugar, as verbas disponíveis na Medida, devido ao “phasing out”, são escassas face às várias acções que aí podem ser enquadradas;
- A implementação daquela Tipologia de Projecto requeria a abertura de concurso público para a celebração de contratos programa para a sua gestão.

Relativamente aos restantes indicadores forma já atingidas as metas definidas para 2006. Com vista à caracterização dos formandos e das acções de formação, são apresentados diversos indicadores nos quadros seguintes.

QUADRO 2-17: CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.2

	Total	Homens	Mulheres
Nº formandos	82 886	34 575	48 311
Situação face ao emprego			
Empregado	82 886	34 575	48 311
Desempregado			
DLD	0	0	0
Não DLD	0	0	0
1º Emprego	0	0	0
Escalão etário			
<15	0		
15 - 19	867		
20 - 24	8867		
25 - 34	33486		
35 - 44	20535		
45 - 49	8065		
50 - 54	6955		
55 - 64	3614		
>64	497		
Habilitações literárias			
<4 anos	213		
1ºciclo (4º ano)	4226		
2ºciclo (6º ano)	7039		
3ºciclo (9º ano)	15161		
Ensino Secundário	27122		
Bacharelato/ Licenciatura	28622		
Dipl. Pós Universitário	503		

QUADRO 2-18: FORMANDOS DA ACÇÃO-TIPO 3.2.1.1 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS COM CERTIFICAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

N.º Formandos	Sexo	
	H	M
294	162	132

QUADRO 2-19: FORMANDOS DA ACÇÃO-TIPO 3.2.1.5 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

N.º Formandos	Sexo	
	H	M
16.876	3.989	12.887

QUADRO 2-20: FORMANDOS DA ACÇÃO-TIPO 3.2.1.6 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS TRABALHADORES DO SECTOR DA SAÚDE

N.º Formandos	Sexo	
	H	M
6.589	1.010	5.579

QUADRO 2-21: CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES APOIADAS POR ESCALÃO DE DIMENSÃO MEDIDA 3.2

Dimensão das Empresas (n.º de Trabalhadores)			
1-9	10-49	50 - 249	250
13 862	16 503	14 522	21 123

QUADRO 2-22: CARACTERIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO MEDIDA 3.2

Tipos de Acções	Nº Acções	Volume Formação	Nº Formandos
Acções com Módulos TIC/Acções Domínio Novas Tecnologias	2 743	1 559 983	34 537
Acções com Módulos Sensibilização Ambiental/Acções Domínio Ambiente	915	173 574	12 177
Total acções	6 612	6	

QUADRO 2-23: CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO - MEDIDA 3.2

Aproveitamento		
Aprov.	Reprov.	Desist
93%	2%	5%

No âmbito da Medida 3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade verifica-se um relativo equilíbrio na participação de ambos os géneros em acções de formação, sendo que aqui o sexo feminino é maioritário com 58% dos formandos.

O grupo etário com maior participação é, naturalmente, entre os 25 e os 44 anos, com 65% dos formandos totais abrangidos.

Constata-se também uma apreciável adesão dos formandos a acções que incluem módulos com TIC's e com sensibilização ambiental, dando assim um importante contributo à implementação das políticas comunitárias.

Não obstante o enorme esforço da gestão do Programa no sentido de direccionar a Medida para as pessoas com mais baixas qualificações e oriundas de PME's, os resultados alcançados não são, todavia, totalmente satisfatórios. De facto, embora na abertura de candidaturas, se tenha referido explicitamente a prioridade destes públicos na análise de candidaturas e sendo a aplicação desse critério bastante rigoroso, verifica-se que o grupo dos formandos com habilitação superior foi o mais participativo, embora com vantagem diminuta sobre os que detêm habilitações ao nível do ensino secundário. Também ao nível das empresas de origem, constata-se que as pessoas oriundas de empresas com mais de 250 trabalhadores constituem a maioria dos formandos abrangidos, embora numa percentagem inferior à verificada no ano transacto.

Todavia, como atenuante destes resultados há a referir o facto de nestes valores estarem incluídos os formandos da Acção - Tipo 3.2.1.6 - Formação Profissional para Trabalhadores do Sector da Saúde, cujas habilitações médias são de nível superior e os serviços de origem são classificados como empresas com mais de 250 trabalhadores. Ora, o seu peso, no conjunto da Medida, desvirtua claramente a média, o que nos leva a concluir que nas restantes Acções - Tipo, as pessoas com mais baixas habilitações e oriundas de PME's foram, efectivamente, os principais destinatários da Medida, tal como estabelecem os seus objectivos.

Dos indicadores apresentados ressalta ainda o facto de se poder chegar a um valor médio de duração das acções de formação profissional de 67,75 horas, o que, numa Medida que se caracteriza tradicionalmente por enquadrar acções de curta duração, traduz o esforço que se tem vindo a fazer, por parte da gestão da Intervenção, no sentido de incentivar a realização de acções

com uma maior duração média, tendo como objectivo que as mesmas assumam um carácter mais estruturante e qualificante.

Medida 3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (FSE)

Medida: 3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados			
Objectivo: Reforçar a empregabilidade dos jovens e adultos desempregados			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	98 668 800 €	% programação 2000-2003:	80,2%
% do Programa:	3,9%	Taxa de comparticipação:	62,5%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	138		
Invest. elegível aprovado:	98 108 556 €	Desp. pública aprovada:	98 108 556 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	79 402 629 €	Desp. pública exec. 2000-03:	79 157 237 €
Inv. eleg. executado 2003:	27 373 835 €	Desp. pública exec. 2003:	27 373 835 €
Fundo executado 2000-2003	49 473 270 €	Fundo executado 2003	17 108 647 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	0 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

No âmbito da medida 3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados foram aprovados 138 projectos, representando um montante de despesa total de cerca de 98 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 61 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinha sido executada despesa total na ordem dos 79 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 49 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destacam-se o desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico, que representou cerca de 60% da despesa e as políticas activas do mercado de trabalho, que representaram cerca de 40%.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 99%, encontrando-se muito perto de esgotar a dotação prevista, e uma taxa de execução da despesa aprovada de cerca de 80%, claramente superior à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 80%, também superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso próximo da dotação global, o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos e um nível de execução elevada. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não tem qualquer dificuldade na medida em que já cumpriu a regra.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-24: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.3.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.3 - QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS (FSE)					
Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	(1)	1994-99	7 284	4 400	4 888
% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa	(2)	1994-99	11%	9%	7.20%

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A Situação de Partida refere-se à média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA. Em 2006 a quantificação refere-se à média do indicador no período 2000/2006.

(2) A situação de partida refere-se à medida do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA/nº médio de desempregados não DLD no mesmo período, na Região. Em 2006 a quantificação refere-se à medida do indicador no período 2000/2006/nº médio de desempregados não DLD no ano 2000, na Região.

Relativamente a esta medida deve destacar-se ainda que terminou a sua vigência em 31 de Dezembro de 2003 o contrato programa celebrado com o IEFP, relativo aos Estágios Profissionais.

Relativamente ao grau de cumprimento das metas previstas, verifica-se um cumprimento da meta no que respeita ao indicador “número de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)” estando bastante perto de cumprimento o indicador relativo à “% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa”.

Nos quadros seguintes são apresentados alguns indicadores de caracterização dos formandos e das acções de formação promovidas

QUADRO 2-25: CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.3

	Total	Homens	Mulheres
Nº formandos	3 882	1 123	2 759
Situação face ao emprego			
Empregado	0	0	0
Desempregado			
DLD	720	180	540
Não DLD	3162	943	2 219
1º Emprego	0	0	0
Escalão etário			
<15	0		
15 - 19	68		
20 - 24	750		
25 - 34	1655		
35 - 44	927		
45 - 49	264		
50 - 54	130		
55 - 64	86		
>64	2		
Habilitações literárias			
<4 anos	46		
1ºciclo (4º ano)	289		
2ºciclo (6º ano)	1167		
3ºciclo (9º ano)	1185		
Ensino Secundário	1123		
Bacharelato/ Licenciatura	68		
Dipl. Pós Universitário	4		

QUADRO 2-26: CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.3 - ACÇÃO ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

	Total
Nº formandos	3 389
Homens	1075
Mulheres	2314
Situação face ao emprego	
Empregado	0
Desempregado	
DLD	50
Não DLD	713
1º Emprego	2626
Nível de Qualificação	
II	199
III	1038
IV e V	2152

QUADRO 2-27: CARACTERIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO MEDIDA 3.3

Tipos de Acções	Nº Acções	Volume Formação	Nº Formandos
Acções com Módulos TIC/Acções Domínio Novas Tecnologias	59	136 316	851
Acções com Módulos Sensibilização Ambiental/Acções Domínio Ambiente	47	3 803	601
Total acções	336	2 882 149	

QUADRO 2-28: FORMANDOS DA ACÇÃO-TIPO 3.3.1.1 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM PROGRESSÃO ESCOLAR

N.º Formandos	Sexo	
	H	M
880	140	740

QUADRO 2-29: CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Aproveitamento		
Aprov.	Reprov.	Desist.
90%	2%	8%

Caracterizando os formandos apoiados no âmbito desta medida constata-se que o número de mulheres abrangidas na Medida 3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados é claramente superior ao dos homens, em coerência com as percentagens relativas de desempregados.

Também aqui o número de formandos abrangidos em acções de formação incluindo módulos em TIC's e de sensibilização ambiental é razoável, em consonância com as políticas comunitárias.

Pela duração média das acções de formação (742 horas) pode constatar-se o carácter qualificante da formação apoiada.

No âmbito desta Medida foram abrangidos 880 formandos em acções de educação e formação de adultos com qualificação profissional e progressão escolar, dos quais 140 homens e 740 mulheres.

Medida 3.4 - Criação de Emprego (FSE)

Medida: 3.4 - Criação de Emprego																											
Objectivo: Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial																											
Dotação orçamental (despesa pública)																											
Total:	31 163 200 €	% programação 2000-2003:	80,2%																								
% do Programa:	1,2%	Taxa de comparticipação:	62,5%																								
Situação da medida:																											
Nº projectos aprovados:	1																										
Invest. elegível aprovado:	24 991 000 €	Desp. pública aprovada:	24 991 000 €																								
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	23 739 094 €	Desp. pública exec. 2000-03:	23 739 094 €																								
Inv. eleg. executado 2003:	5 749 451 €	Desp. pública exec. 2003:	5 749 451 €																								
Fundo executado 2000-2003	14 836 932 €	Fundo executado 2003	3 593 407 €																								
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)																									
<table border="1"> <caption>Tx. Compromisso, realização e execução(%)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>3.4 (%)</th> <th>Total Prog. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tx. Real (00-03)</td> <td>~95</td> <td>~65</td> </tr> <tr> <td>Tx. Real</td> <td>~75</td> <td>~55</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr(00-03)</td> <td>~100</td> <td>~110</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr</td> <td>~80</td> <td>~90</td> </tr> <tr> <td>Tx. exec.</td> <td>~95</td> <td>~60</td> </tr> </tbody> </table>		Categoria	3.4 (%)	Total Prog. (%)	Tx. Real (00-03)	~95	~65	Tx. Real	~75	~55	Tx. Compr(00-03)	~100	~110	Tx. Compr	~80	~90	Tx. exec.	~95	~60	<table border="1"> <caption>Inv. por domínios (program. vs aprov.)</caption> <thead> <tr> <th>Domínio</th> <th>% DP Program (%)</th> <th>% DP Homol. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>21 Políticas Activas do Mercado de Trabalho</td> <td>~30</td> <td>~70</td> </tr> </tbody> </table>		Domínio	% DP Program (%)	% DP Homol. (%)	21 Políticas Activas do Mercado de Trabalho	~30	~70
Categoria	3.4 (%)	Total Prog. (%)																									
Tx. Real (00-03)	~95	~65																									
Tx. Real	~75	~55																									
Tx. Compr(00-03)	~100	~110																									
Tx. Compr	~80	~90																									
Tx. exec.	~95	~60																									
Domínio	% DP Program (%)	% DP Homol. (%)																									
21 Políticas Activas do Mercado de Trabalho	~30	~70																									
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:																									
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	0 €																								
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>																								

No âmbito da medida 3.4 - Criação de Emprego foi aprovado um único projecto relativo ao Contrato-Programa celebrado com o IEFP, representando um montante de despesa global de cerca de 25 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 15,6 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executada despesa de cerca de 23,7 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 14,8 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto da intervenção diz respeito às políticas activas do mercado de trabalho.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 80%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 95%, claramente superior à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 76%, também superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso e um nível de execução elevados. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não tem qualquer dificuldade na medida em que já cumpriu a regra.

Relativamente a esta medida, um primeiro aspecto a realçar, é que terminou a sua vigência em 31 de Dezembro de 2003 o contrato programa celebrado com o IIEFP, relativo aos Apoios ao Emprego.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte, verificando-se que a meta prevista está a ser ultrapassada.

QUADRO 2-30: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.4.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.4 - CRIAÇÃO DE EMPREGO (FSE)					
Nº de postos de trabalho criados no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego	(1)	1994-99	580	740	828

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) Situação de Partida: média dos postos de trabalho criados ao abrigo do Programa ILE's no período 94/99
2006: média do indicador no período 2000/2006

Nos quadros seguintes caracterizam-se os postos de trabalho criados e as entidades empregadoras.

QUADRO 2-31: CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO CRIADOS NO ÂMBITO DA MEDIDA 3.4

N.º Postos de Trabalho Criados (1)	Entidades empregadoras		Distribuição dos Postos de Trabalho por Sexo	
	Públicas	Privadas	H	M
875	0	785	362	513

Legenda: (1) Postos de trabalho criados e preenchidos

Em termos de distribuição sectorial das entidades apoiadas, o sector dos serviços representa a maioria, com cerca de 86% do total das entidades apoiadas. A distribuição por sub-sectores, de acordo com a CAE, é a seguinte:

- Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos, Motociclos, e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico - 28% do total das entidades apoiadas;
- Actividades Imobiliárias, Alugueres e serviços Prestados às Empresas - 27% do total das entidades apoiadas;

- Alojamento e Restauração - 15% do total das entidades apoiadas.

Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas (FSE)

Medida: 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas	
Objectivo: Consolidar/desenvolver os pilares básicos dos sistemas de formação e emprego em termos de qualidade, eficácia, acessibilidade	
Dotação orçamental (despesa pública)	
Total: 28 286 400 €	% programação 2000-2003: 80,2%
% do Programa: 1,1%	Taxa de comparticipação: 62,5%
Situação da medida:	
Nº projectos aprovados:	182
Invest. elegível aprovado:	17 005 973 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	9 345 631 €
Inv. eleg. executado 2003:	3 912 139 €
Fundo executado 2000-2003	5 721 227 €
Desp. pública aprovada:	16 720 445 €
Desp. pública exec. 2000-03:	9 153 963 €
Desp. pública exec. 2003:	3 818 871 €
Fundo executado 2003	2 386 794 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)	
Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:	
Compromisso:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Fundo a executar:	4 936 243 €
Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas foram aprovados 182 projectos, representando um montante de despesa global de cerca de 17 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 10,4 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinha sido executada despesa na ordem dos 9,3 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 2,1 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto das intervenções concentra-se no domínio desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 59%, valor inferior à média do Programa, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 55%. O nível de realização financeira atinge os 32%, valor inferior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso inferior à dotação acumulada até 2002, ou seja ainda não conseguiu comprometer verbas da dotação de 2003, o que revela algumas dificuldades em termos de adesão à medida. Apresenta, por outro lado alguma capacidade de execução. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida terá algumas dificuldades na medida em que terá que executar um montante de fundo superior à execução média anual registada até à data.

Em termos de implementação da medida neste ano, na sequência da publicação do Despacho Conjunto n.º 833/2002, de 24 de Outubro, publicado no D.R. - II Série, n.º 265, de 16 de Novembro de 2002, que aprovou o Regulamento Específico das Tipologias de Projecto relacionadas com a problemática da igualdade de oportunidades, foram abertas candidaturas às Tipologias de Projecto 3.5.6, 3.5.7 e 3.5.9 de 1 de Março a 17 de Abril de 2003, tendo sido apresentadas um total de 42, que foram alvo de parecer técnico por parte da CIDM e da CITE, estando actualmente a decorrer a execução das acções aprovadas.

Foram ainda abertas candidaturas relativamente à Tipologia de Projecto 3.5.4 - Centro de Recursos em Conhecimento durante o mês de Janeiro de 2003. Foram recebidas 8 candidaturas, tendo sido aprovadas 5, após o processo de análise que foi desencadeado em articulação com o INOFOR - Instituto para a Inovação na Formação que emitiu competente parecer técnico sobre todas as candidaturas. Estas candidaturas representam um montante global de 302.149,26 euros.

Relativamente à execução desta medida, foram ainda abertas as candidaturas para Planos Integrados de Formação (PIF's) - 15 de Novembro a 15 de Dezembro, Planos de Formação - de 15 a 30 de Novembro e para Projectos Não Integrados em Planos de Formação - de 1 a 15 de Dezembro/2003, para formação a realizar nos anos de 2004/2005, nas Tipologias de Projectos 3.5.6. - Concepção e desenvolvimento de acções de sensibilização e de comunicação sobre a temática da igualdade de oportunidades; 3.5.7 - Formação de públicos estratégicos, no domínio da igualdade de oportunidades e 3.5.9. - Criação de um sistema de apoio às entidades empregadoras nos domínios da organização do trabalho. Foram apresentadas 38 candidaturas, solicitando um montante de 3.655.821,91 euros e envolvendo 5.480 formandos.

No âmbito da Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas ainda só estão contempladas as acções realizadas no âmbito das duas Tipologias de Projecto com execução no final de 2003. É uma medida que se espera venha a demonstrar níveis de execução bastante mais apreciáveis nos próximos anos, não só em termos financeiros, mas essencialmente em termos de implementação de algumas Tipologias de Projecto que se espera venham a ser emblemáticas na prossecução dos

objectivos da política comunitária, como é o caso das Tipologias de Projecto da Promoção da Igualdade de Oportunidades.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-32: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.5.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.5 - EFICÁCIA E EQUIDADE DAS POLÍTICAS (FSE) Nº de agentes da política de Emprego e Formação em formação	(1)	1994-99	4 854	250	1 825

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) Situação de Partida: média do indicador no período 94/99 do Programa PESSOA.

2006: média do indicador no período 2000/2006

Ao nível dos indicadores de acompanhamento verifica-se que as metas foram alcançadas. Nos quadros seguintes procede-se à caracterização dos formandos e das acções de formação.

QUADRO 2-33: CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.5

	Total	Homens	Mulheres
Nº formandos	4412	1829	2583
Situação face ao emprego			
Empregado	4245	1771	2474
Desempregado			
DLD	57	26	31
Não DLD	64	18	46
1º Emprego	46	14	32
Escalão etário			
<15	0		
15 - 19	3		
20 - 24	278		
25 - 34	2199		
35 - 44	1135		
45 - 49	286		
50 - 54	253		
55 - 64	231		
>64	27		
Habilitações literárias			
<4 anos	0		
1ºciclo (4º ano)	26		
2ºciclo (6º ano)	68		
3ºciclo (9º ano)	185		
Ensino Secundário	890		
Bacharelato/ Licenciatura	3086		
Dipl. Pós Universitário	157		

QUADRO 2-34: CARACTERIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO MEDIDA 3.5

Tipos de Acções	Nº Acções	Volume Formação	Nº Formandos
Acções com Módulos TIC/Acções Domínio Novas Tecnologias	116	90 501	1 631
Acções com Módulos Sensibilização Ambiental/Acções Domínio Ambiente	14	1 673	184
Total acções	361	440 392	

QUADRO 2-35: CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES APOIADAS POR ESCALÃO DE DIMENSÃO MEDIDA 3.5

Dimensão das Empresas (n.º de Trabalhadores)			
1-9	10-49	50 - 249	>250
1 274	1 104	1 061	806

QUADRO 2-36: OUTROS INDICADORES RELATIVOS À MEDIDA 3.5

N.º Agentes da Política de Emprego e Formação	N.º Unidades de Apoio à Inserção Criadas / Apoiadas	N.º Utentes das Unidades de Apoio à Inserção
50	178	101 623

QUADRO 2-37: CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO MEDIDA 3.5

Aproveitamento		
Aprov.	Reprov.	Desist
94%	1%	5%

Medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social (FSE)

Medida: 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social	
Objectivo: Fomentar a integração social e profissional de grupos com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho	
Dotação orçamental (despesa pública)	
Total: 156 063 477 €	% programação 2000-2003: 80,2%
% do Programa: 6,2%	Taxa de comparticipação: 52,0%
Situação da medida:	
Nº projectos aprovados:	101
Invest. elegível aprovado:	125 985 702 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	111 562 370 €
Inv. eleg. executado 2003:	13 600 333 €
Fundo executado 2000-2003	69 608 858 €
Desp. pública aprovada:	125 985 702 €
Desp. pública exec. 2000-03:	111 373 976 €
Desp. pública exec. 2003:	13 586 372 €
Fundo executado 2003	8 981 602 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)	
Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>
Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Fundo a executar:	0 €
Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

No âmbito da medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social foram aprovados 101 projectos, representando um montante de despesa global de cerca de 126 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 79 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinha sido executada despesa num montante na ordem dos 111 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 69,6 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto de projectos diz respeito ao domínio Integração social.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 80,7%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 88%, esta claramente superior à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 71%, também superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta tem já um nível de compromisso superior à dotação acumulada até 2003, e um nível de execução elevada. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não tem qualquer dificuldade na medida em que já cumpriu a regra.

Relativamente à execução desta medida, foram abertas as candidaturas para Planos Integrados de Formação (PIF's) - 15 de Novembro a 15 de Dezembro, Planos de Formação - de 15 a 30 de Novembro e para Projectos Não Integrados em Planos de Formação - de 1 a 15 de Dezembro/2003, para formação a realizar nos anos de 2004/2005, na Acção Tipo 3.6.2.2 - Educação e Formação de Adultos com Certificação Escolar e Profissional. Foram apresentadas 97 candidaturas, solicitando um montante de 62.031.002,07 euros e envolvendo 3.435 formandos.

Terminaram a sua vigência em 31 de Dezembro de 2003 os contratos programa celebrados com o IEFP, relativos à Promoção da Inserção Social e Profissional das Pessoas com Deficiência e aos Instrumentos do Mercado Social de Emprego, no âmbito da medida 3.6 - Promoção da Empregabilidade dos Grupos Desfavorecidos.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-38: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.6.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.6 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FSE)					
Nº de pessoas desempregadas de longa duração apoiadas	(1)	1994-99	4 726	1 950	4 218
Nº de pessoas portadoras de deficiência apoiadas	(1)	1994-99	3 533	1 250	2 121
Nº de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes apoiados	(1)	1994-99	732	200	0
Nº de pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido com acesso a programas de inserção social	(1)	1994-99	466	2 250	1 972
Contributo da medida para o acréscimo anual de 25%, até 2002, de participação das pessoas com deficiência em medidas de política activa	(1)	1994-99	40%	14%	23%

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) Situação de Partida: média do indicador no período 94/99 do Programa INTEGRAR.

2006: média do indicador no período 2000/2006

O indicador de n.º de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes não está quantificado, mas naturalmente que este grupo alvo está enquadrado nas acções implementadas. Relativamente aos

restantes indicadores, verifica-se um desempenho que permitirá o cumprimento das metas pré-estabelecidas.

Nos quadros seguintes apresenta-se a caracterização dos formandos e das acções de formação executadas

QUADRO 2-39: CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.6

	Total	Homens	Mulheres
Nº formandos	1 632	569	654
Situação face ao emprego			
Empregado	535	306	229
Desempregado			
DLD	272	75	197
Não DLD	273	112	161
1º Emprego	143	76	67
Escalão etário			
<15	0		
15 - 19	128		
20 - 24	205		
25 - 34	479		
35 - 44	296		
45 - 49	63		
50 - 54	33		
55 - 64	19		
>64	0		
Habilitações literárias			
<4 anos	28		
1ºciclo (4º ano)	114		
2ºciclo (6º ano)	408		
3ºciclo (9º ano)	101		
Ensino Secundário	269		
Bacharelato/ Licenciatura	303		
Dipl. Pós Universitário	0		

QUADRO 2-40: CARACTERIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO MEDIDA 3.6

Tipos de Acções	Nº Acções	Volume Formação	Nº Formandos
Acções com Módulos TIC/Acções Domínio Novas Tecnologias	52	59 050	819
Acções com Módulos Sensibilização Ambiental/Acções Domínio Ambiente	7	2 744	105
Total acções	106	391 098	

QUADRO 2-41: CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES APOIADAS POR ESCALÃO DE DIMENSÃO MEDIDA 3.6

Dimensão das Empresas (n.º de Trabalhadores)			
1-9	10-49	50 - 249	>250
0	535	0	0

QUADRO 2-42: OUTROS INDICADORES RELATIVOS À MEDIDA 3.6: ENTIDADES APOIADAS

N.º Empresas de Inserção Apoiadas	N.º Escolas Oficina Apoiadas
106	27

QUADRO 2-43: DISTRIBUIÇÃO DOS APOIADOS DA MEDIDA 3.6 POR TIPO DE INTERVENÇÃO, SEXO E SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO

Tipos de Intervenção	N.º Total de Pessoas Apoiadas	Sexo		Situação Face ao Emprego			
		H	M	DLD	ÑDLD	1ºEmprego	Outros
Mercado Social de Emprego	4.221	1.043	3.178	3.429	77	493	222
Escolas-Oficina	291	57	234	190	77	24	0
Inserção-Emprego	1.062	260	802	879		145	38
Programas Ocupacionais - carenciados	1.406	342	1.064	1.211		116	79
Disp.Conj.ME/MTS	304	51	253	213		91	0
Disp.Conj.MC/MTS	59	14	45	42		17	0
Empresas de Inserção	1.098	319	779	893		100	105
PAIPS - Incentivos à contratação	1	0	1	1		0	0
Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	861	526	335	83	67	698	13
Total Mercado Social de Emprego + Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	5.082	1 569	3 513	3 656		1.191	235

QUADRO 2-44: DISTRIBUIÇÃO DOS APOIADOS MEDIDA 3.6 POR TIPO DE INTERVENÇÃO E GRUPO ETÁRIO

Tipos de Intervenção	Grupo Etário								
	- 15	15 - 19	20 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 64	+ 64
Mercado Social de Emprego	0	139	672	2.511	431	264	199	5	
Escolas-Oficina	0	11	34	188	34	17	7	0	
Inserção-Emprego	0	36	151	665	98	67	45	0	
Programas Ocupacionais carençados	0	49	185	804	171	103	91	3	
Desp.Conj.ME/MTS	0	0	119	177	8	0	0	0	
Desp.Conj.MC/MTS	0	0	22	34	3	0	0	0	
Empresas de Inserção	0	43	161	642	117	77	56	2	
PAIPS - Incentivos à contratação	0	0	0	1	0	0	0	0	
Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	0	310	221	307	13	5	5	0	
Total Mercado Social de Emprego + Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	0	449	893	2.818	444	269	204	5	

QUADRO 2-45: DISTRIBUIÇÃO DOS APOIADOS MEDIDA 3.6 POR SITUAÇÃO DO APOIADO

Tipos de Intervenção	Beneficiários do Rend.Mínimo Garantido			Em Formação	Apoios à Integração	Actividades Ocupacionais	Informação Avaliação e Orientação Profissional
	C/ Acesso a	Em	Apoios à				
	Programas Inserção Social	Formação	Integração				
Mercado Social de Emprego	1.062	386	676	720	1.732	1.769	0
Escolas-Oficina	0	0	0	291	0	0	0
Inserção-Emprego	1.062	386	676	386	676	0	0
Programas Ocupacionais carençados	0	0	0	0	0	1.406	0
Desp.Conj.ME/MTS	0	0	0	0	0	304	0
Desp.Conj.MC/MTS	0	0	0	0	0	59	0
Empresas de Inserção	0	0	0	43	1.055	0	0
PAIPS - Incentivos à contratação	0	0	0	0	1	0	0
Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	0	0	0	546	315	0	0
Total Mercado Social de Emprego + Promoção da Inserção Social e Prof. das Pessoas Com Deficiência	1.062	386	676	1.266	2.047	1.769	0

QUADRO 2-46: FORMANDOS ACÇÃO-TIPO 3.6.2.2 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS COM CERTIFICAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

N.º Formandos	Sexo	
	H	M
530	163	367

QUADRO 2-47: CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO MEDIDA 3.6

Aproveitamento		
Aprov.	Reprov.	Desist
70%	1%	29%

No que respeita à caracterização dos beneficiários da medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social verifica-se que a mesma apresenta uma execução física em consonância com os seus objectivos, isto é, abarca pessoas com diferentes situações face ao emprego, com predominância das pessoas desempregadas (DLD's e NDLD's) e à procura do 1.º emprego, naturalmente de grupos sociais desfavorecidos, como toxicodependentes e ex-toxicodependentes, ex-reclusos, minorias étnicas, pessoas portadoras de deficiência, beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, etc. e com níveis de habilitações literárias bastante baixas.

Também aqui o número de mulheres é superior ao dos homens, em coerência com os indicadores relativos destes grupos - alvo.

Medida 3.7 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social (FEDER)

Medida: 3.7 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social			
Objectivo: Contribuir para a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local e fortalecer a intervenção junto de grupos desfavorecidos			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	33 058 909 €	% programação 2000-2003:	82.3%
% do Programa:	1.3%	Taxa de participação:	51.2%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	26		
Invest. elegível aprovado:	31 011 501 €	Desp. pública aprovada:	25 523 470 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	8 723 824 €	Desp. pública exec. 2000-03:	3 459 996 €
Inv. eleg. executado 2003:	8 723 824 €	Desp. pública exec. 2003:	3 459 996 €
Fundo executado 2000-2003	2 075 997 €	Fundo executado 2003	2 075 997 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	○ ○ ○ ●	Fundo a executar:	10 231 528 €
Execução:	● ○ ○ ○	Persp. cumprimento:	● ○ ○ ○

No âmbito da medida 3.7 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social foram aprovados 26 projectos, representando um investimento global de cerca de 31 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 15 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 8,7 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 2 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção o conjunto dos projectos surge associado ao domínio políticas activas do mercado de trabalho.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 77%, valor inferior à média do Programa, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 13%, claramente inferior à média do Programa. Em termos de realização financeira a medida apresenta um valor de 10.7%, também claramente inferior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso relativamente baixo e dificuldades ao nível da execução. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida terá algumas dificuldades dado que isso exigiria uma execução de fundo de cerca de 10 milhões de euros, valor superior à execução acumulada até 31 de Dezembro de 2003.

De destacar que terminou a sua vigência em 31 de Dezembro de 2003 o contrato programa celebrado com o IEFP, relativo aos Apoios ao Emprego (vertente FEDER), no âmbito da Tipologia de Projecto 3.7.1 - Apoio ao Investimento em iniciativas locais criadoras de emprego.

No âmbito da Medida 3.7, para além do Contrato-Programa celebrado com o IEFP estão já em execução 25 candidaturas aprovadas durante o ano de 2003, após o competente parecer da Segurança Social e representando um montante global de 8.025.704,41 euros.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-48: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.7.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.7. - APOIO AO INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIAL (FEDER) Nº de projectos de apoio ao investimento criador de emprego	(1)	1994-99	0	148	103

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) Situação de Partida: no passado (PESSOA) não foram financiados apoios ao Investimento para criação de postos de trabalho.

2006: média do indicador no período 2000/2006

Pesar do baixo nível de realização financeira, regista-se um significativo grau de cumprimento das metas relativamente ao indicador de acompanhamento considerado.

Medida 3.8 - Infra-estruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (FEDER)

Medida: 3.8 - Infra-estruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário			
Objectivo: Criar as condições infra-estruturais necessárias à prossecução dos objectivos gerais no âmbito da educação destes níveis de ensino			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	11 272 791 €	% programação 2000-2003:	83.3%
% do Programa:	0.4%	Taxa de comparticipação:	75.0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	70		
Invest. elegível aprovado:	15 479 137 €	Desp. pública aprovada:	15 479 137 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	4 566 820 €	Desp. pública exec. 2000-03:	4 566 820 €
Inv. eleg. executado 2003:	1 756 450 €	Desp. pública exec. 2003:	1 756 450 €
Fundo executado 2000-2003	3 345 781 €	Fundo executado 2003	1 274 297 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	2 724 590 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida Infra-estruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário foram aprovados 70 projectos, representando um investimento global de cerca de 15 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 9 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 4,5 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 3,3 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto dos projectos aprovados surgem associados ao domínio infra-estruturas sociais e de saúde.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 137%, o que reflecte a existência de “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos

aprovados de 30%, claramente inferior à média do Programa. Globalmente a medida apresenta um nível de realização financeira na ordem dos 40%, também abaixo da média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos e um nível de execução baixo. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida poderá ter algumas dificuldades, dado que isso exige um nível de execução superior à média verificada no passado.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-49: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.8.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.8 - INFRAESTRUTURAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO (FEDER)					
Nº de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar	(1) (2)	2000	0	108	79
Nº de salas de ensino secundário e profissional remodeladas/apetrechadas	(1) (2)	2000	0	66	

Legenda: (1) Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000-2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.

(2) No âmbito do QCA II os investimentos FEDER permitiram, a nível do território nacional através da I.O. Educação a criação e/ou equipamentos de:

- 245 Escolas do ensino básico e secundário;
- 1.505 laboratórios nos ensinos básico e secundário;
- 309 infra-estruturas desportivas (157-cobertas e 152-descobertas);
- 71 escolas do ensino profissional (construídas e beneficiadas);
- 901 salas de ensino secundário profissional equipadas;
- 162 cantinas em escolas dos ensinos básico e secundário.

Não foram financiadas com co-financiamento FEDER quaisquer infra-estruturas da educação pré-escolar

Não se registou qualquer execução ao nível do indicador “número de salas de ensino secundário e profissional remodeladas/apetrechadas”. Relativamente ao indicador “número de salas novas/ampliadas ou remodeladas de educação pré-escolar”, este apresenta um grau de desempenho ainda abaixo do necessário ao cumprimento das metas, provavelmente devido às dificuldades de execução identificadas.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 3.8:

- Jardim de Infância de Outurela/Portela (3.8/030).

Jardim de Infância de Outurela/Portela (3.8/030)							
<p>Medida: 3.8 - Infra-estruturas de Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário</p> <p>Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Oeiras</p>	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">Inv. elegível:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">123.003,56 €</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Compart. Fundo:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">92.252,67 €</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Tx. Comp:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">75.0%</td> </tr> </table>	Inv. elegível:	123.003,56 €	Compart. Fundo:	92.252,67 €	Tx. Comp:	75.0%
Inv. elegível:	123.003,56 €						
Compart. Fundo:	92.252,67 €						
Tx. Comp:	75.0%						
<p>Situação do Projecto: Projecto iniciado em 17/09/2001 e concluído em 20/08/2003.</p>							
<p>Objectivo do Projecto: Proporcionar o acesso à educação pré-escolar das crianças entre os 3 e os 5 anos, constituindo uma etapa fundamental no processo de socialização em contexto escolar, numa zona densamente ocupada por famílias realojadas.</p>							
<p>Descrição do Projecto: Construção de raiz e aquisição de equipamento e de apetrechamento didático-pedagógico. A capacidade deste jardim de infância é de 50 crianças.</p>							
<p>Resultados do projecto: A existência de equipamentos desta natureza destinados a crianças em idade pré-escolar constitui um importante meio de apoio às famílias, permitindo, sobretudo às mulheres a sua integração no mercado de trabalho, o que leva a um acréscimo de rendimentos dos respectivos agregados familiares. O impacto económico deste projecto foi a criação de 4 novos postos de trabalho (2 educadores, 1 auxiliar de acção educativa e 1 auxiliar de cozinha).</p>							

Medida 3.9 - Ensino Profissional (FSE)

Medida: 3.9 - Ensino Profissional			
Objectivo: Consolidar e expandir o ensino profissional qualificado			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	62 495 483 €	% programação 2000-2003:	81.2%
% do Programa:	2.5%	Taxa de comparticipação:	54.0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	79		
Invest. elegível aprovado:	73 419 815 €	Desp. pública aprovada:	73 419 815 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	57 512 176 €	Desp. pública exec. 2000-03:	54 072 476 €
Inv. eleg. executado 2003:	16 533 528 €	Desp. pública exec. 2003:	15 427 971 €
Fundo executado 2000-2003	31 091 674 €	Fundo executado 2003	8 871 083 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	0 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>

No âmbito da medida 3.9 - Ensino Profissional foram aprovados 79 projectos, representando um montante de despesa global de cerca de 73 milhões de euros e apoios FSE de cerca de 42 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinha sido executada despesa na ordem dos 57,5 milhões de euros correspondendo a uma despesa FSE de cerca de 31 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto dos projectos surgem associados ao domínio desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 119%, o que reflecte a existência de “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 73,6%, claramente superior à média do Programa. A medida apresenta um nível de realização financeira na ordem dos 86%, também superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos e um nível de execução elevada. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não tem qualquer dificuldade na medida em que já cumpriu a regra.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-50: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.9.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.9 - ENSINO PROFISSIONAL (FSE)					
Nº de formandos	(1) (2)	2000	0	12 990	20 776
Nº de escolas apoiadas		2000	0	21	23
Nº de turmas apoiadas		2000	0	633	802
Nº de horas de formação (Volume de formação)		2000	0	52 372 800	17 547 918
Nº de jovens que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III		2000	0	2 800	3 406

Legenda: (1) Dado que estes indicadores de acompanhamento são indicadores de realização física directamente dependentes do investimento a realizar no período 2000-2006, a situação de partida relativamente aos mesmos é 0.

(2) O investimento no Ensino Profissional co-financiado pelo FSE foi, no âmbito dos QCA I e II, concretizado no PRODEP (Programa Nacional). No QCA III este investimento é partilhado entre PO Educação e os PO Regionais, em montantes financeiros equivalentes, sendo, no entanto, a respectiva programação decrescente no PO Educação e crescente nos PO Regionais, com excepção registada apenas para a Região de LVT dado o processo de "phasing-out". O número médio de formandos por ano apoiados no âmbito do PRODEP foi de 26.000.

A observação dos valores permite verificar que forma cumpridas as metas relativas a todos os indicadores com excepção do relativo ao volume de formação, em que a realização representa cerca de 1/3 da meta definida.

Os quadros seguintes apresentam uma caracterização dos formandos e da formação ministrada.

GRÁFICO 2-4: DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.9 POR SEXO

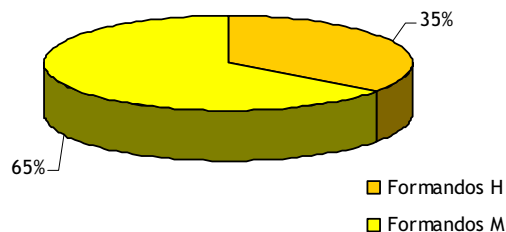
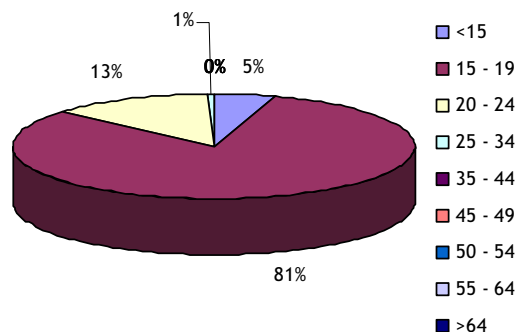


GRÁFICO 2-5: DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS DA MEDIDA 3.9 POR ESCALÃO ETÁRIO



QUADRO 2-51: Nº DE FORMANDOS DIFERENTES EM VALORES ACUMULADOS - MEDIDA 3.9

31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003
4 703	6 503	8 085	8 085

QUADRO 2-52: SOMATÓRIO DO Nº DE APOIOS CONCEDIDOS A FORMANDOS POR CANDIDATURA REPORTADA A ANO CIVIL - MEDIDA 3.9

31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	Acumulado
a)4703	b)6210	c)5706	d)4157	20 776

Legenda:

- a) Nº de formandos no 1º, 2º, 3º anos do ano lectivo 2000/2001
- b) Nº de formandos no 1º, 2º, 3º anos do ano lectivo 2000/2001 acrescido do 1º ano 2001/2002
- c) Nº de formandos no 1º, 2º, 3º anos do ano lectivo 2001/2002 acrescido do 1º ano 2002/2003
- d) Nº de formandos no 1º, 2º, 3º anos do ano lectivo 2002/2003

QUADRO 2-53: Nº DE ESCOLAS APOIADAS - MEDIDA 3.9

31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003
21	23	18	17

QUADRO 2-54: Nº DE TURMAS APOIADAS POR ANO LECTIVO - MEDIDA 3.9

2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	Somatório das diferentes turmas apoiadas
228	239	207	128	802

QUADRO 2-55: Nº DE TURMAS APOIADAS - TURMAS DIFERENTES POR ANO CIVIL - MEDIDA 3.9

31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	Somatório de nº de turmas
228	467	446	335	a)373

Legenda:

a) Só consideradas as turmas iniciais acrescidas das do 1º ano seguintes.

QUADRO 2-56: VOLUME DE FORMAÇÃO GLOBAL POR ANO CIVIL - MEDIDA 3.9

31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	Acumulado
1 834 790	5 461 289	5 337 012	4 914 827	17 547 918

QUADRO 2-57: CARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO NO ANO 2003 MEDIDA 3.9

Volume de Formação em TIC's	Volume de Formação Ambiental
1 878 805	68 236

QUADRO 2-58: Nº DE JOVENS QUE CONCLUÍRAM O E.S. C/ NIVEL III POR ANO CIVIL

31-12-2000	31-12-2001	31-12-2002	31-12-2003	Acumulado
0	1 154	1 057	1 195	3 406

Medida 3.10 - Economia (FEDER)

Medida: 3.10 - Economia			
Objectivo: Promover as áreas estratégicas para o desenvolvimento e melhorar a envolvente empresarial			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	389 904 227 €	% programação 2000-2003:	75.3%
% do Programa:	15.5%	Taxa de participação:	40.6%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	102		
Invest. elegível aprovado:	361 318 057 €	Desp. pública aprovada:	361 318 057 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	220 243 214 €	Desp. pública exec. 2000-03:	220 243 214 €
Inv. eleg. executado 2003:	63 002 529 €	Desp. pública exec. 2003:	63 002 529 €
Fundo executado 2000-2003	86 265 589 €	Fundo executado 2003	24 830 653 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	1 232 040 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.10 - Economia foram aprovados 102 projectos, representando um investimento global de cerca de 361 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 143 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 220 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 86 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, a quase totalidade do investimento surge associado ao domínio infra-estruturas no domínio das energias.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 93%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 61%. O nível de realização financeira da medida é de cerca de 56%, ligeiramente superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso relativamente elevado e capacidade de execução alta, o que aponta para a capacidade de cumprimento dos objectos ao nível da realização financeira. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não deverá ter dificuldades dados que a execução necessária é claramente inferior à média anual verificada no passado.

Em 2003, foram recepcionadas 19 novos projectos de candidatura de conversão de consumos para gás natural relativas à Acção A, num montante de investimento total de 21,284 milhões de Euros, e dos quais um o respectivo promotor solicitou desistência e outro teve uma decisão desfavorável (correspondendo a um montante de 47 mil Euros). Foram aprovadas em Unidade de Gestão 15 candidaturas (incluída a desistência) e uma reformulação de candidatura.

No âmbito dos projectos de expansão e valorização da rede nacional de turismo juvenil (Pousadas da Juventude) não deu entrada na DRE-LVT nenhuma nova candidatura, nem tampouco se registaram aprovações.

Continua a não se registarem candidaturas no âmbito de projectos de investimento relativos à criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial (ALE), uma vez que a respectiva regulamentação, a cargo do Gestor do Programa Operacional da Economia, não foi ainda concluída.

Não se registou, também, qualquer candidatura no âmbito de projectos turísticos de natureza estruturante de base regional (PITER).

Em 2003 foram recepcionadas 5 novas candidaturas relativas à Acção B, englobando um investimento total de 60,826 milhões de Euros, e aprovadas, em Unidade de Gestão, 14 candidaturas de projectos de expansão das redes de distribuição de gás natural sendo que duas são reprogramações.

No âmbito dos projectos de investimento relativos à criação de instituições de interface e de assistência empresarial foi recepcionado um projecto, englobando um investimento total de cerca de 8,7 milhões de Euros e foram aprovadas duas candidaturas com 4,4 milhões de Euros de despesas elegíveis.

No que respeita a projectos de criação de laboratórios de medição e ensaio foram apresentadas três candidaturas cujo montante total de investimento atinge 1 milhão de Euros, e aprovadas duas compreendendo despesas elegíveis no montante de 1,2 milhões de Euros.

A taxa de contratação, medida pela relação entre o investimento elegível das candidaturas objecto de contratação e o das candidaturas homologadas ministerialmente, registou um valor de 97,9% no

final do ano, havendo apenas 2 candidaturas em trânsito e não se verificando qualquer anomalia neste domínio.

A apresentação de Pedidos de Pagamento pelos promotores mantém um nível elevado, considerando que atingiu 84,9% a relação entre o total de incentivos FEDER relativos aos Pedidos de Pagamento apresentados e o total de incentivos FEDER contratados.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-59: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.10.


Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.10 - ECONOMIA (FEDER)					
Nº de Pousadas de Juventude a remodelar				2	5
Nº de Pousadas de Juventude a criar				1	0
Extensão da Rede de Distribuição Gás Natural - Primária + Secundária (nº de km)		1994-99	2 500	1 100	1 443.97
Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural		1994-99	300 372	540 000	557 829

Os indicadores relativos à remodelação de pousadas da juventude e à extensão da rede de distribuição de gás natural ultrapassaram já as metas previstas. No que respeita à criação de pousadas da juventude ainda não se registou execução, estando a realização no que respeita aos clientes totais da rede de gás natural em cerca de metade do valor da meta prevista.

O indicador reportado a 2003.12.31 “Extensão da rede de Distribuição de Gás Natural- Primária + Secundária (nº de Km)” ultrapassa a meta prevista para 2006, devendo-se esta situação por um lado ao facto de um dos Promotores contabilizar os ramais de ligação como rede executada, não sendo possível fazer a distinção destes dois valores e por outro lado à optimização dos recursos que tem gerado um custo por Km de rede inferior ao previsto, permitindo a realização de mais Km de rede.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de dois projectos apoiados no âmbito da medida 3.10:

- Pousada da Juventude de Areia Branca (3.10/017);
- Conversão Industriais 2000 (3.10/040).

Pousada da Juventude de Areia Branca (3.10/017)	
Medida: 3.10 - Economia	Inv. elegível: 1.271.600,93 €
Promotor e outros actores envolvidos: Movijovem - Agência de Turismo Jovem - CIPRL	Compart. Fundo: 953.700,70 €
	Tx. Comp: 75,0%
<p>Situação do Projecto: Finalizado. Data de início do investimento: 28-09-2001 Data de conclusão do investimento 01-10-2002</p>	
<p>Objectivo do Projecto: A presente candidatura tem como objectivo a remodelação da Pousada existente, devido ao facto da edificação se apresentar com graves deficiências de comportamento devido à falta de impermeabilização da cobertura dos paramentos exteriores e dos pavimentos das zonas húmidas e ao envelhecimento e desadequação das instalações especiais, nomeadamente redes eléctrica, água e esgotos. Esta intervenção visa melhorar a funcionalidade e o conforto das instalações.</p>	
<p>Descrição do Projecto: Esta intervenção visa nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reformulação das áreas de serviço e de apoio, criação de novos espaços, designadamente, cozinha com self-service, lavandaria, cozinha, vestiários para o pessoal e áreas técnicas; • Remodelação dos quartos existentes a acréscimo de mais quartos com instalações sanitárias privadas, assim como criação de mais instalações sanitárias e ainda uma sala de convívio articulada com um bar confinante com terraço panorâmico; • Reformulação do hall de entrada da recepção e introdução de um escritório complementar e de uma sala de reuniões; • Implementação de condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e de alojamentos adaptados para o efeito. 	
<p>Resultados do projecto: A reabilitação empreendida poder-se-á classificar de profunda, devido à natureza das intervenções executadas. As alterações empreendidas resultaram num acréscimo de qualidade do empreendimento na medida em que se atendeu às normas da Federação Internacional das Pousadas de Juventude e aos requisitos da NORMA NP EN ISO 9001:2000 a que a Movijovem se encontra actualmente vinculada. Este projecto veio dotar a Pousada da Juventude da Areia Branca, localizada na Lourinhã, de condições quer ao nível das instalações especiais quer ao nível de novos equipamentos, por forma a prestar um melhor serviço aos jovens utentes nacionais e estrangeiros das redes Nacional e Internacional de Pousadas de Juventude com mais de 5.000 unidades de alojamento em todo o mundo.</p>	

Conversão Industriais 2000 (3.10/040)	
Medida: 3.10 - Economia	Inv. elegível: 569.087,53 €
Promotor e outros actores envolvidos: Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Compart. Fundo: 213.407,82 €
	Tx. Comp: 37.5%
<p>Situação do Projecto: Finalizado. Data de inicio do investimento: 19-01-2000 Data de conclusão do investimento 19-11-2001.</p>	 
<p>Objectivo do Projecto: A candidatura tem por objectivo a conversão dos consumos de propano e fuelóleo para Gás Natural em diversas instalações industriais, nomeadamente a PARAGLÁS, localizada no concelho de Benavente.</p>	
<p>Descrição do Projecto: Esta intervenção consiste:</p> <p>A partir da válvula de corte geral da SETGÁS, situada no exterior da fábrica e junto ao muro que limita a propriedade, executar-se-á um ramal enterrado de aproximadamente 2m até chegar ao Posto de Regulação e Medição (PRM), onde o gás é fornecido pela Companhia em Média Pressão (MPB) (0,5 - 4 bar), com uma pressão mínima garantida de 0,5 bar e será medido, filtrado e regulado até à pressão de 0,3 bar (MPA), para abastecimento das caldeiras de vapor.</p> <p>A parte de tubagem enterrada será de PEAD DN 110, tipo SDR 11 segundo as especificações "Tubagem de Polietileno para Sistemas Enterrados de Distribuição de Gás Natural".</p> <p>A seguir, a partir da válvula de saída do PRM, o gás será conduzido numa tubagem enterrada, com o diâmetro de PEAD DN 160, SDR 11, até à parede da Central Térmica, onde será feita a transição PE-aço.</p> <p>A partir da transição PE-aço, a tubagem passará a aérea, em aço DIN 2448 ou API 5 L sem costura, até à válvula de corte geral.</p> <p>A partir desta válvula de corte geral a tubagem, no mesmo material e diâmetro, continuará na vertical até ao topo onde atravessará a parede.</p> <p>Dentro da Central Térmica, a tubagem fará uma curva à esquerda e percorrerá toda a parede até chegar à válvula de corte da caldeira.</p>	
<p>Resultados do projecto: Este projecto contribui para o desenvolvimento do mercado de consumo de gás natural, concretamente através da conversão e conseqüente abastecimento desta instalação industrial, em condições de segurança do aprovisionamento, de eficiência e de baixo custo. A execução do projecto propiciará a utilização de uma fonte alternativa de energia ambientalmente favorável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na região. Para a empresa, este projecto de conversão constitui um factor determinante para a competitividade, permitindo desta forma obter resultados positivos em termos de custos de produção, redução de custos de manutenção e de armazenamento de combustível.</p>	

Medida 3.11 - Ciência, Tecnologia e Inovação (FEDER)

Medida: 3.11 - Ciência, Tecnologia e Inovação			
Objectivo: Promover a cultura científica e tecnológica junto da população			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	6 987 112 €	% programação 2000-2003:	100.0%
% do Programa:	0.3%	Taxa de comparticipação:	50.0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	7		
Invest. elegível aprovado:	7 121 227 €	Desp. pública aprovada:	7 121 227 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	616 436 €	Desp. pública exec. 2000-03:	616 436 €
Inv. eleg. executado 2003:	445 745 €	Desp. pública exec. 2003:	445 745 €
Fundo executado 2000-2003	308 218 €	Fundo executado 2003	222 872 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	1 893 231 €
Execução:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.11 - Ciência, Tecnologia e Inovação foram aprovados 7 projectos, representando um investimento global de cerca de 7 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 3,5 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 616 mil euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 308 mil euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto dos projectos apoiados surgem associados ao domínio investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 101%, o que reflecte a existência de “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 8,6%, um valor muito baixo que deixa transparecer algumas dificuldades. O grau de realização financeira da medida anda em torno dos 9%, claramente inferior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos mas um nível de execução muito baixa. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida terá algumas dificuldades caso não se altere a situação já que terá que executar um montante superior à execução acumulada até à data.

Na presente data os projectos aprovados apresentam o seguinte ponto de situação:

Centro Ciência Viva da Amadora

No início do ano 2002 foi aprovado o projecto relativo ao Centro Ciência Viva da Amadora com vista a financiar a aquisição e construção de diversos módulos interactivos subordinados ao tema “Cidade, Urbanismo e Arquitectura”, entre os quais um conjunto de maquetes de edifícios para instalação no exterior, produção de módulos sobre os princípios do urbanismo português, e uma maquete tridimensional do território da Amadora para desenvolvimento de actividades sobre a Cidade. Para além do núcleo expositivo, foi ainda preparada uma sala de actividades/oficina de modelos de arquitectura e um centro de documentação e de acesso à Internet. A referida candidatura englobou ainda a aquisição de mobiliário, equipamento audio-visual, equipamento informático, material didáctico e a consequente aquisição de serviços exigida pela forte componente informática. No decorrer da execução do projecto, decidiu-se instalar no 1º andar uma exposição temporária cujo tema é a electricidade, cedida pela EDP - Museu da Electricidade (Central Tejo), reconhecida pela sua elevada qualidade pedagógica. O Centro Ciência Viva da Amadora foi inaugurado em Setembro de 2003. Por forma a complementar o espólio expositivo do Centro foi apresentada uma nova candidatura, aprovada no final do ano 2003, que se destina essencialmente ao melhoramento da oferta de equipamentos expositivos do Centro e a projectos de comunicação de ciência. No âmbito desta candidatura será adquirida uma nova exposição permanente, que irá substituir a exposição temporária sobre a electricidade.

Centro Ciência Viva de Constância

O projecto do Centro Ciência Viva de Constância foi aprovado em Julho de 2003. Este projecto faz parte de um plano da Câmara Municipal de Constância com vista a criar três pólos de sensibilização da população em geral (residentes e visitantes) para temas como o ambiente, a astronomia e ciências relacionadas e aspectos históricos do concelho. Actualmente já funcionam no Parque de Astronomia um Observatório Astronómico, um planetário portátil insuflável e um planetário fixo. O objectivo principal da candidatura é valorizar o espaço com a instalação dos seguintes módulos: Esfera celeste, Modelo do Sistema Solar-Distâncias, Relógio de Sol analemático, Relógio de Sol analemático, Modelo do Sistema Solar-Planetas e Globo. Este Centro foi aberto ao público no dia 19 de Março de 2004.

Centro Ciência Viva do Alviela

O projecto relativo ao Centro Ciência Viva do Alviela foi aprovado no final do ano 2002, com vista a valorizar as Nascente dos Olhos de Água do Alviela e a respectiva bacia de alimentação, face à sua importância patrimonial no contexto regional e nacional. Esta região do território nacional é do ponto de vista geológico e geomorfológico, a que melhor representa os mais típicos fenómenos cárnicos, sendo as grutas os mais conhecidos. Neste projecto encontram-se previstas as seguintes componentes: Geodromo, Climatógrafo, Observatório, Espaço de acesso gratuito à internet e Estrutura interpretativa do rio Alviela e do Canhão Flúvio-cárnico da Ribeira dos Amiais. Está prevista a abertura ao público deste Centro até ao final do ano 2004.

Centro Ciência Viva de Sintra

O projecto do Centro Ciência Viva de Sintra é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Sintra que obteve aprovação no final do ano 2003. Os conteúdos propostos para este Centro desenvolvem-se em torno de três temáticas: “O Corpo Humano”, “Fenómenos/Artes Circenses” e “A água”. Estes temas fornecem um fio condutor para o visitante, sendo ao mesmo tempo suficientemente vastos para abranger vários domínios da ciência e da tecnologia. Encontra-se prevista a disponibilização de vários espaços para a realização de actividades tais como, um núcleo expositivo constituído por módulos interactivos de ciência e tecnologia, um centro de documentação/ sala de leitura para cerca de 40 pessoas e um centro de acesso gratuito à Internet. Prevê-se o início das obras em Setembro de 2004, estando prontas no final de Maio de 2005, altura em que deverá ocorrer a abertura do Centro ao público.

Centro Ciência Viva de Torres Novas

Este projecto foi aprovado no final do ano 2003 sendo os conteúdos propostos desenvolvidos em torno da temática: “A energia”. Este tema é suficientemente vasto para abranger vários domínios da ciência e da tecnologia. Este Centro Ciência Viva encontra-se a ser instalado no edifício da antiga central eléctrica do caldeirão. É partindo desta memória que a energia, nas suas mais várias formas, surge como tema central deste centro de ciência.

Planetário Calouste Gulbenkian - Ciência Viva de Lisboa

O projecto Planetário Calouste Gulbenkian - Ciência Viva de Lisboa nasceu no seguimento do Protocolo celebrado entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Estado Maior da Armada com vista à constituição de um Centro de Divulgação Científica. A necessidade de celebrar este protocolo foi originada pela relevância que as actividades de divulgação do conhecimento científico e tecnológico têm para a formação de uma verdadeira cultura científica e tecnológica, em especial junto das camadas mais jovens da população e que, por isso, importa levar a cabo

iniciativas que promovam, junto do cidadão comum, o contacto com o conhecimento científico e tecnológico. Neste sentido, tornou-se urgente a renovação do equipamento existente no Planetário, nomeadamente do projector principal, dado que o actual já ultrapassou o limite de vida útil concedido pelo fornecedor. A aquisição do novo projector “Zeiss” originou a necessidade de acções de formação específicas para os seus futuros operadores, bem como, um período alargado para instalação do equipamento. De acordo com o contrato assinado com a empresa fornecedora, estima-se que este processo esteja terminado no final do presente ano. Para além das actividades de divulgação científica, que serão desenvolvidas especialmente na área da Astronomia, comprometendo para este efeito todo o espaço até agora designado como Planetário Calouste Gulbenkian, no Observatório Astronómico Comandante Eugénio Conceição Silva serão ainda instaladas exposições temáticas temporárias, bem como uma mediateca e um centro gratuito de acesso à Internet.

Globalmente, as dificuldades encontradas no decorrer do período na implementação desta medida devem-se essencialmente, para além das dificuldades de financiamento já referidas, à tipologia dos projectos inseridos na Medida Ciência, Tecnologia, Inovação. Em Portugal existe uma baixa experiência ao nível da concepção e produção de espaços interactivos de Ciência e Tecnologia, o que implica, por vezes, o recurso a alguns dos melhores centros de ciência internacionais.

Outro factor que origina algumas dificuldades no decorrer do projecto prende-se com os recursos humanos, visto que a criação de um Centro Ciência Viva exige não só uma forte interacção de equipas competentes multidisciplinares, durante todo o processo de criação de um centro, como também após a sua abertura ao público.

Em suma, apesar dos entraves referidos, as dificuldades foram superadas e, excedendo a quantificação prevista no Complemento de Programação, na região de Lisboa e Vale do Tejo serão instalados 6 Centros Ciência Viva, dos quais 1 já se encontra em pleno funcionamento (Amadora), 3 estarão em funcionamento no final do presente ano (Planetário Calouste Gulbenkian, Alviela e Constância) e os restantes (Sintra, Torres Novas) no decorrer de 2005.

Em termos de execução financeira, destaca-se o facto do Planetário Calouste Gulbenkian não ter executado despesas em 2003, devido à abertura de um concurso público originando o desvio verificado. Este desvio acentuou-se com o atraso verificado nas execuções dos Centros Ciência Viva de Constância e Alviela. Por outro lado o Centro Ciência Viva da Amadora que apenas previa execução em 2002 transferiu um saldo para 2003 devido ao atraso verificado na instalação dos conteúdos que constituem a parte expositiva do Centro.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte, verificando-se que os valores ainda estão aquém das metas propostas, provavelmente devido às dificuldades de implementação descritas.

QUADRO 2-60: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.11.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003	
	Notas	Situação de partida			
		Ano	Valor		2006
MEDIDA 3.11 Nº de centros Ciência Viva		2000	1	4	1

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 3.11:

- Centro Ciência Viva de Constância - Parque de Astronomia (3.11/004).

Centro Ciência Viva de Constância - Parque de Astronomia (3.11/004)							
<p>Medida: 3.11 - Ciência, Tecnologia e Inovação</p> <p>Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Constância Museu de Ciência da Universidade Heliades - Associação Juvenil de Ciência de Constância</p>	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">Inv. elegível:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">220 200,00 €</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Compart. Fundo:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">110 100,00 €</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Tx. Comp:</td> <td style="text-align: right; padding: 2px;">50.0%</td> </tr> </table>	Inv. elegível:	220 200,00 €	Compart. Fundo:	110 100,00 €	Tx. Comp:	50.0%
Inv. elegível:	220 200,00 €						
Compart. Fundo:	110 100,00 €						
Tx. Comp:	50.0%						
<p>Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Agosto de 2003 Conclusão: Março de 2004</p>							
<p>Objectivo do Projecto: Trata-se de um projecto que visa complementar a oferta do Centro Ciência Viva de Constância através da instalação do Parque de Astronomia.</p>							
<p>Descrição do Projecto: O Parque de Astronomia é a componente do Centro Ciência Viva de Constância que é comparticipada pelo PORLVT, sendo as restantes componentes financiadas pelo LEADER+ e pelo PIQTUR.</p> <p>Actualmente já funcionam neste espaço um observatório astronómico, um planetário portátil insuflável e um planetário a funcionar em sala fixa, sendo o objectivo principal desta candidatura a valorização deste espaço através dos seguintes investimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamento científico e astronómico; • Aquisição de equipamento informático, máquina de vídeo, máquina fotográfica digital; • Aquisição de equipamento administrativo; • Promoção e divulgação; • Apoio técnico e manutenção. 							
<p>Resultados do projecto: A população potencialmente beneficiária do projecto corresponde aos 4.400 habitantes do concelho de Constância, acrescentando a este número os visitantes das regiões interiores mais próximas (distritos de Santarém, Castelo Branco, Lisboa, Leiria e Portalegre). Espera-se atingir durante o ano lectivo de 2004/2005 os 5.000 visitantes/mês, atingindo desta forma a actual capacidade máxima de recepção do Centro.</p>							

Medida 3.12 - Sociedade da Informação (FEDER)

Medida: 3.12 - Sociedade da Informação																											
Objectivo: Desenvolver cidades digitais na Região bem como modernizar a administração pública em termos de Sociedade da Informação																											
Dotação orçamental (despesa pública)																											
Total:	21 140 000 €	% programação 2000-2003:	88.0%																								
% do Programa:	0.8%	Taxa de participação:	58.9%																								
Situação da medida:																											
Nº projectos aprovados:	17																										
Invest. elegível aprovado:	13 805 805 €	Desp. pública aprovada:	13 805 805 €																								
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	4 977 270 €	Desp. pública exec. 2000-03:	4 977 270 €																								
Inv. eleg. executado 2003:	3 142 319 €	Desp. pública exec. 2003:	3 142 319 €																								
Fundo executado 2000-2003	3 732 953 €	Fundo executado 2003	2 356 739 €																								
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)																									
<table border="1"> <caption>Taxas de Compromisso, Realização e Execução (%)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>3.12 (%)</th> <th>Total Prog. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tx. Real (00-03)</td> <td>~25</td> <td>~65</td> </tr> <tr> <td>Tx. Real</td> <td>~20</td> <td>~55</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr(00-03)</td> <td>~75</td> <td>~110</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr</td> <td>~65</td> <td>~85</td> </tr> <tr> <td>Tx. exec.</td> <td>~35</td> <td>~60</td> </tr> </tbody> </table>		Categoria	3.12 (%)	Total Prog. (%)	Tx. Real (00-03)	~25	~65	Tx. Real	~20	~55	Tx. Compr(00-03)	~75	~110	Tx. Compr	~65	~85	Tx. exec.	~35	~60	<table border="1"> <caption>Investimento por Domínios (%)</caption> <thead> <tr> <th>Domínio</th> <th>% DP Program (%)</th> <th>% DP Homol. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>32-Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação</td> <td>~35</td> <td>~65</td> </tr> </tbody> </table>		Domínio	% DP Program (%)	% DP Homol. (%)	32-Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	~35	~65
Categoria	3.12 (%)	Total Prog. (%)																									
Tx. Real (00-03)	~25	~65																									
Tx. Real	~20	~55																									
Tx. Compr(00-03)	~75	~110																									
Tx. Compr	~65	~85																									
Tx. exec.	~35	~60																									
Domínio	% DP Program (%)	% DP Homol. (%)																									
32-Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	~35	~65																									
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:																									
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	3 348 107 €																								
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>																								

No âmbito da medida 3.12 - Sociedade da Informação foram aprovados 17 projectos, representando um investimento global de cerca de 13,8 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 8,7 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 5 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 3,7 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto dos projectos aprovados surgem associados ao domínio infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 65%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 36%, ambos claramente inferiores à média do Programa. No que respeita à realização financeira, a medida apresenta uma taxa de realização de 23.5%.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta níveis de compromisso e execução relativamente baixos. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida poderá ter algumas dificuldades dados que terá que executar um montante superior à média anual registada no passado.

Relativamente à implementação da medida, o trabalho de coordenação levado a cabo entre o Programa Regional e o Coordenador das Medidas permitiu o desenvolvimento de um conjunto de tarefas de estudo e concretização com o objectivo de criar as condições favoráveis e indispensáveis ao lançamento de uma iniciativa integrada dirigida à comunidade académica nacional - “Iniciativa “Campus Virtual”.

O edital desta iniciativa foi lançado no início de 2003 e a movimentação que ele veio criar nos estabelecimentos de ensino superior de todo o país, e muito particularmente nos da Região de Lisboa e Vale do Tejo permitiram níveis de aprovação muito satisfatórios no ano em análise.

Relativamente aos atrasos verificados no arranque dos projectos aprovados no Estado Aberto, verifica-se que os organismos apenas avançam para os projectos após o financiamento comunitário estar assegurado, uma vez que o orçamento nacional não permite a necessária cobertura financeira.

Esta situação dá origem a que os projectos no momento de aprovação se encontrem numa fase inicial de lançamento de concursos, não registando ainda despesa efectiva, o que provoca atrasos ao nível da execução financeira e física do programa.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-61: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.12.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 3.12				
Organismos que disponibilizam correio electrónico interno aos funcionários		a)	2600	2.373 (1)
Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos funcionários		a)	2600	2.373 (1)
Organismos com ligação à internet			119	260
Organismos que disponibilizam formulários através da internet		a)	75%	237 (3)
Organismos que aceitam formulários através da internet		a)	75%	0
Organismos que utilizam as TIC em processos comuns		a)	250	0

Legenda: a) Não aplicável, uma vez que no anterior QCA não foram financiados projectos desta natureza

(1) Indicador de realização refere-se a nº de caixas de correio

(2) Indicador de realização refere-se a nº de organismos

(3) Este indicador registou uma redução devido à fusão entre a CCR-LVT e a DRAOT-LVT.

A análise da situação por acção é efectuada em seguida.

Acção Portugal Digital - Iniciativa Campus Virtual

Os indicadores de Resultado e de Realização Física da acção “Portugal Digital” ainda se encontram com um nível de execução zero, uma vez que ainda não há pedidos de pagamento validados relativamente a esta acção, embora já existam projectos aprovados.

É de realçar que embora não tenham sido cumpridas as metas para o ano de 2003, no final do ano já tinham sido apresentados pedidos de pagamento que permitiriam uma aproximação da meta proposta, contudo estes não foram validados, o que implica a não execução.

Acção Estado Aberto



Os indicadores de acompanhamento da acção “Estado Aberto” confirmam que os projectos aprovados até ao momento vão de encontro aos objectivos definidos para esta linha de acção, sobretudo no que diz respeito à promoção do acesso e utilização das novas TIC pela Administração Pública.

Assim, surgiram mais 118 organismos com ligação à Internet, mais 118 organismos a disponibilizarem correio electrónico aos seus funcionários, o que resultou num aumento de 2373 caixas de correio. Para além do acesso à Internet e do correio electrónico enquanto ferramentas de trabalho, mais 241 organismos utilizarão intensivamente as TIC's nos seus processos comuns até 2006, dos quais 219 já implementaram estes processos desde o início do programa.

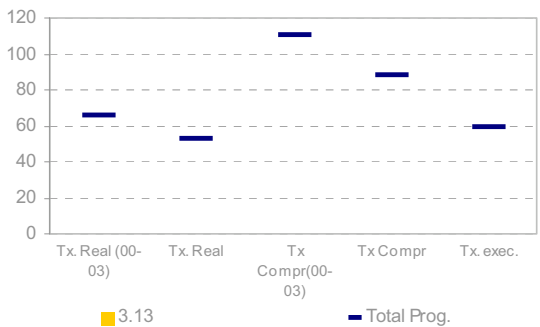
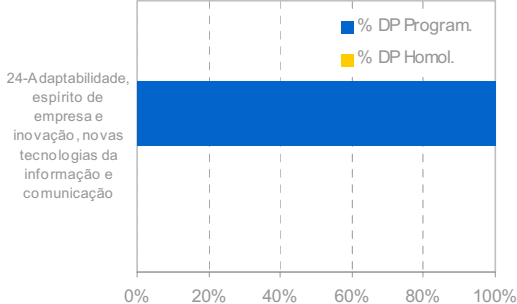
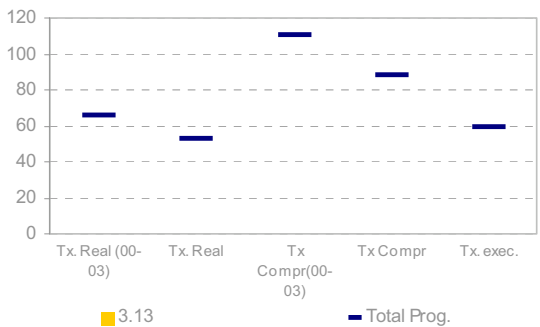
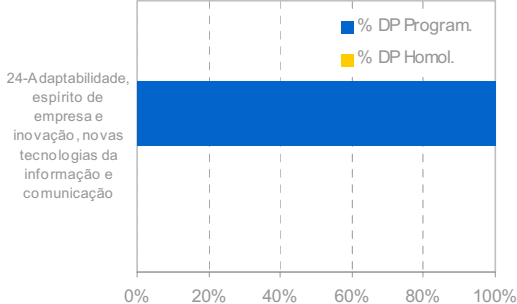
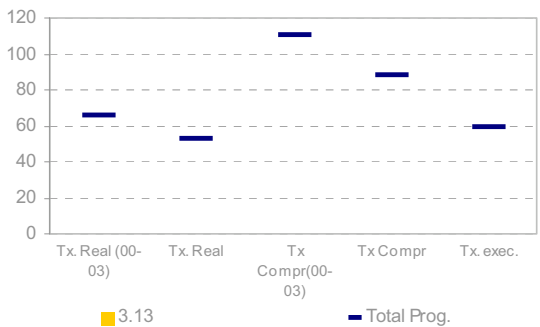
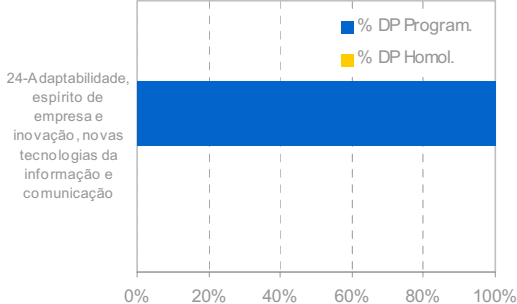
Note-se que esta acção tem 6 projectos aprovados, 3 dos quais estão concluídos. Outros dois estão em fase final de execução, tendo já entrado neste gabinete, a 02 de Janeiro, o pedido de pagamento final relativamente a um deles. O último projecto a ser aprovado no âmbito desta acção ainda não tem execução, contudo foram apresentados pedidos de pagamento ainda no decorrer do ano em análise.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 3.12:

- Expansão da Instalação de Lojas do Cidadão pelas capitais de distrito Portuguesas - Lojas de Setúbal e Lisboa - Restauradores (3.12/003).

Expansão da Instalação de Lojas do Cidadão pelas capitais de distrito Portuguesas - Lojas de Setúbal e Lisboa - Restauradores (3.12/003)	
Medida: 3.12 - Sociedade da Informação Promotor e outros actores envolvidos: Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão	Inv. elegível: B) 772.966,12 € Compart. Fundo: B) 579.724,59 € Tx. Comp: 75.0%
<p>Situação do Projecto: Datas previstas: Início: Agosto de 2001 Conclusão: Novembro de 2002</p>	  <p style="text-align: center;">Loja de Lisboa - Restauradores</p>   <p style="text-align: center;">Loja de Setúbal</p>
<p>Objectivo do Projecto: Com a Expansão do Projecto de instalação de Lojas do Cidadão nas capitais de distrito nacionais pretendeu-se atingir os seguintes objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir maiores e melhores condições de acessibilidades por parte do cidadão aos Serviços da Administração Pública e Empresas de Serviços Públicos; • Manter e ampliar uma infra-estrutura tecnológica que integra todas as entidades instaladas, permitindo que a disponibilização dos produtos seja feita de forma fiável e eficiente. 	
<p>Descrição do Projecto: Instalação de equipamento activo e passivo de rede, pc's e impressoras, sistema de segurança e sistema de gestão de atendimento. Decorreu em dois momentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Momento 1 - Instalação da Loja do Cidadão de Setúbal; • Momento 2 - Instalação da Loja do Cidadão de Lisboa - Restauradores. 	
<p>Resultados do projecto: São beneficiários do projecto todos os cidadãos que utilizam os serviços prestados pelos organismos públicos e empresas presentes nas Lojas do Cidadão de Setúbal e Lisboa - Restauradores. O n.º de reclamações apresentadas face aos atendimentos prestados pelas entidades presentes nas Lojas registou uma taxa de 0,01% em Setúbal e 0,02% em Lisboa. É ainda de salientar que o n.º de Louvores (pouco usuais em Portugal) são sempre superiores aos das Reclamações.</p>	

Medida 3.13 - Sociedade da Informação (FSE)

Medida: 3.13 - Sociedade da Informação			
Objectivo: Criar competências para o desenvolvimento da Sociedade de Informação na Região			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total: 3 715 000 €	% programação 2000-2003: 100.0%		
% do Programa: 0.1%	Taxa de comparticipação: 53.4%		
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	0		
Invest. elegível aprovado:	0 €		
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	0 €		
Inv. eleg. executado 2003:	0 €		
Fundo executado 2000-2003	0 €		
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> Tx. Compromisso, realização e execução(%)  </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> Inv. por domínios (program. vs aprov.)  </td> </tr> </table>		Tx. Compromisso, realização e execução(%) 	Inv. por domínios (program. vs aprov.) 
Tx. Compromisso, realização e execução(%) 	Inv. por domínios (program. vs aprov.) 		
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> Perspectivas de realização: Compromisso: ● ○ ○ ⊗ Execução: ● ○ ○ ○ </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> Perspectivas cumprimento n+2 em 2004: Fundo a executar: 1 407 120 € Persp. cumprimento: ● ○ ○ ○ </td> </tr> </table>		Perspectivas de realização: Compromisso: ● ○ ○ ⊗ Execução: ● ○ ○ ○	Perspectivas cumprimento n+2 em 2004: Fundo a executar: 1 407 120 € Persp. cumprimento: ● ○ ○ ○
Perspectivas de realização: Compromisso: ● ○ ○ ⊗ Execução: ● ○ ○ ○	Perspectivas cumprimento n+2 em 2004: Fundo a executar: 1 407 120 € Persp. cumprimento: ● ○ ○ ○		

Esta medida ainda não registou qualquer execução.

Medida 3.14 - Pescas - Infra-estruturas de Portos (FEDER)

Medida: 3.14 - Pescas - Infra-estruturas de Portos			
Objectivo: Melhorar as infra-estruturas de portos e as condições de exercício da actividade em núcleos onde a actividade tem impacto relevante			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	10 122 112 €	% programação 2000-2003:	83.0%
% do Programa:	0.4%	Taxa de participação:	75.0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	2		
Invest. elegível aprovado:	8 910 005 €	Desp. pública aprovada:	8 910 005 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	7 395 165 €	Desp. pública exec. 2000-03:	7 395 165 €
Inv. eleg. executado 2003:	4 930 829 €	Desp. pública exec. 2003:	4 930 829 €
Fundo executado 2000-2003	4 437 099 €	Fundo executado 2003	2 958 497 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	332 514 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.14 - Pescas - Infra-estruturas de Portos foram aprovados 2 projectos, representando um investimento global de cerca de 8,9 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 5,3 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 7,4 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 4,4 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, os dois projectos estão associados ao domínio de infra-estruturas de transportes.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 88%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 83%, claramente superior à média do Programa. O nível de realização financeira anda em torno dos 73%, também superior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso considerável e um nível de execução elevada, o que abre boas perspectivas à realização da medida. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não deverá ter dificuldades dado tem terá que executar um montante inferior à execução média anual registada no passado.

A execução da Medida 3.14 - Infra-Estruturas de Portos, em 2003, decorreu com a normalidade esperada, face aos dois projectos aprovados. As verbas disponíveis foram insuficientes para propor a aprovação da candidatura relativa à Construção da 2ª fase das obras marítimas do sector da pesca do porto de Peniche, destinado a modernizar e ampliar este porto, de modo a permitir a acostagem, o estacionamento e a alagem de embarcações de pesca que utilizam ou se prevê que o venham a utilizar.

Em virtude de um eventual reforço só ser viável aquando da finalização da reprogramação do QCA III e face às limitações de verbas existentes ao nível do PORLVT, entendeu o promotor do projecto - IPTM - em finais de 2003, reestruturar a candidatura, programando as obras em duas fases que constituirão dois projectos distintos, e deste modo poder acelerar o início dos trabalhos de um dos projectos.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-62: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.14.


Indicadores	Quantificação				INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.14 Pescas - Infra-estruturas de Portos (FEDER) Nº de projectos de beneficiação ou construção em Portos de Pesca	(1)	1994-99	3	4	1.72

Legenda: Os valores apresentados não são cumulativos

(1) A situação de partida corresponde aos projectos apoiados no período de programação anterior.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 3.14:

- Novas Instalações de Pesca na Baía de Cascais - Infra-estruturas Marítimas (3.14/002).

Novas Instalações de Pesca na Baía de Cascais - Infra-estruturas Marítimas (3.14/002)	
Medida: 3.14 - Pescas - Infra-estruturas de Portos	Inv. elegível: 1.552.735,98 €
Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal da Cascais	Compart. Fundo: 931.641,58 €
	Tx. Comp: 60.0%
Situação do Projecto: Concluído. Início 09/04/01 e fim em 16/10/02.	
Objectivo do Projecto: Criação de um terrapleno que proporcionará o espaço físico necessário à implantação de novos armazéns de aprestos para apoio à frota de pesca local.	
Descrição do Projecto: O projecto engloba a construção de terrapleno, contido por um muro vertical, que se saliente paralelamente ao paredão da marginal, em plano fixado ligeiramente abaixo do plano da praça e miradouros existentes sobre a Praia dos Pescadores.	
Resultados do projecto: A construção deste terrapleno proporcionou a racionalização do espaço e uma maior eficiência a operacionalidade da actividade.	

Medida 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)

Medida: 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural			
Objectivo: Construir sólida aliança entre agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica e social			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	131 999 800 €	% programação 2000-2003:	80.9%
% do Programa:	5.3%	Taxa de participação:	55.5%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	1124		
Invest. elegível aprovado:	126 162 301 €	Desp. pública aprovada:	114 754 119 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	52 848 074 €	Desp. pública exec. 2000-03:	46 664 874 €
Inv. eleg. executado 2003:	29 834 996 €	Desp. pública exec. 2003:	27 276 410 €
Fundo executado 2000-2003	34 813 283 €	Fundo executado 2003	20 351 957 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	30 863 797 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural foram aprovados 1124 projectos, representando um investimento global de cerca de 126 milhões de euros e apoios FEOGA de cerca de 85 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 53 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 35 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção destaca-se o domínio da promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais, que representa cerca de 90% dos investimentos.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 87%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 40%, esta abaixo da média do Programa. No que respeita à realização financeira, a medida apresenta uma taxa de realização de 35%, abaixo da média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso significativo mas dificuldades ao nível da execução à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos e um nível de execução elevada. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida poderá ter algumas dificuldades pois terá que executar um montante bastante superior à média de execução anual registada até este momento.

A medida no seu global tem evoluído de forma favorável , embora com um nível muito diferenciado de procura a nível das acções/subacções. Cerca de 60% dos projectos aprovados foram candidaturas à Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura representando em termos financeiros apenas cerca de 7% do investimento elegível aprovado. O maior volume financeiro está aprovado na Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento correspondendo a cerca de 64% do montante total aprovado. Esta Acção e a Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais têm um montante de investimento aprovado que corresponde a 75% do total. A medida teve em 2003 um esforço de recuperação que se reflectiu no cumprimento da regra n+2 , esforço que terá que ver continuado para 2004 de modo a cumprir os objectivos previstos.

Em termos do comportamento das subacções, a acção 1 - Dinamização na Pequena Agricultura, tal como já referido, representa a grande maioria dos projectos, continuando a existir uma grande procura.

Ao nível da Acção 2 - Desenvolvimento de produtos de qualidade, verifica-se que na subacção 2.1- Criação e Modernização de Unidades Produtivas, que se caracteriza pela aposta no desenvolvimento de produtos de qualidade certificados, foram aprovados, até 31 de Dezembro de 2003, 18 projectos, correspondentes a apoios do FEOGA na ordem de 1,12 M€. Tendo em conta que na região há um reduzido n.º de produtos certificados, pelo que se considera haver uma razoável cobertura. Na subacção 2.2- Incentivos a Produtos de Qualidade, existiam, em 31 de Dezembro de 2003, 9 candidaturas aprovadas, correspondentes a apoios FEOGA de 273.464€. Embora exista procura relativamente subacção, o facto de apenas serem elegíveis produtos DOP,IGP,IGF e outros com certificação reconhecida, restringe a concretização das intenções de projectos, assim como a não elegibilidade das acções de promoção. A criação futura de nova subacção 2.3 proposta no complemento da Programação 2004 e que se destina à “Criação e modernização de pequenas unidades artesanais ou de âmbito local”, poderá potenciar aquelas intenções, desde que haja disponibilidade financeira, uma vez que abrangerá a “preparação artesanal de bens alimentares”, não restringindo o investimento a produtos certificados.

No que respeita à acção 3. - Gestão sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas, verifica-se que na Subacção 3.1. Instalação de Organizações de Produtores Florestais, foram aprovados no período em análise 6 projectos correspondentes a apoios FEOGA de 1,3 M€ que praticamente cobrem a área regional. A taxa de execução embora aparentemente baixa, na ordem dos 8%,

resulta do facto de serem projectos plurianuais a 5 anos. A Subacção 3.2.- Apoio à constituição e Instalação de prestadores de serviços tem apenas um projecto aprovado, correspondendo a apoios FEOGA de 26.250€ evidenciando que as empresas existentes parecem cobrir as necessidades nesta área. Na Subacção 3.3.- Apoio à prestação de serviços florestais foram aprovadas no total 4 candidaturas, correspondendo a apoios FEOGA de 275.090€, sendo projectos plurianuais. De uma forma geral as empresas existentes parecem capazes de assegurar os serviços em causa afigurando-se poder ser favorável um modelo de financiamento que privilegiasse a procura (proprietários e agrupamentos de produtores). A subacção 3.4.1. - Prevenção de Riscos causados por agentes bióticos, tinha no final de 2003 apenas 2 projectos aprovados, mas prevê-se que a alteração das condições de acesso venha permitir a entrada de novas candidaturas. Nestes projectos, embora plurianuais, prevê-se uma taxa de execução elevada, dado englobarem acções de silvicultura preventiva e detecção e intervenção precoce em situação de incêndio. A procura continua a ser crescente. No caso da subacção 3.4.2.-. Prevenção de riscos causados por agentes abióticos, existia em 31 de Dezembro de 2003, uma candidatura aprovada, de natureza plurianual. Um possível factor limitante poderá ser devido à exigência dos Planos Operacionais de Prevenção cobrirem áreas muito abrangentes. A subacção 3.5. - Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público não teve qualquer candidatura. O facto de estarem excluídos os espaços florestais do Estado reduz o alcance da medida e nenhum particular admitiu que o seu espaço tenha interesse público (possibilidade de entraves).

No âmbito da Acção 4 - Serviços à agricultura, verifica-se que na Subacção 4.1. - Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas foram aprovadas 3 candidaturas plurianuais correspondentes a apoios FEOGA de 384.262€ incidindo, sobretudo, na área dos serviços Produtivos comuns. Parece haver maior procura, no caso dos serviços produtivos comuns, Desenvolvimento de outros serviços à Agricultura. Na Subacção 4.2.2.1 considera-se que houve uma boa adesão a nível Regional. A Subacção 4.2.3.2- prevê a comparticipação no custo de serviços agrícolas essenciais relacionados com Raças Autóctones, existindo diversos projectos aprovados, que cobrem a totalidade de potenciais interessados na região. Sendo projectos anuais, a execução é finalizada um ano após a contratação.

Na Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento verifica-se que as Subacções 5.1. e 5.2. Novos regadios colectivos e Beneficiação dos Regadios Tradicionais e Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega, direccionando-se para as estruturas hidroagrícolas têm utilização maioritária por parte da Administração Central em parceria com Organizações de Agricultores embora também por parte da Administração Regional em parceria. A procura tem sido elevada, existindo nas subacções um total de 41 projectos aprovados (49M€ de FEOGA na subacção 5.1 relativos a 22 projectos e cerca de 9 M€ na 5.2 relativos a 19 projectos). Dada a complexidade que envolve este tipo de investimentos, a sua execução está muito dependente das condições climáticas entre outras, o que poderá eventualmente conduzir a atrasos. Na Subacção 5.3 foram

aprovados 6 projectos, com apoios de 2.8M€ do FEOGA. O montante total de apoios do FEOGA no âmbito da acção 5 é de 60,5 M€, que correspondem a despesas elegíveis de 80,8 M€, representando 67% do total do FEOGA aprovado com uma taxa de execução na ordem dos 45%.

A Acção 6 - Caminhos e Electricidade Agro- Rurais regista elevados níveis de procura. Na Subacção 6.1. - Caminhos Agrícolas e Rurais existem 117 candidaturas aprovadas (com apoios FEOGA de 8,2M€) estando criadas condições para a sua execução . Na Subacção 6.2 - Electrificação, verifica-se igualmente uma procura muito elevada existindo 107 candidaturas aprovadas correspondentes a apoios FEOGA de 1,6M€. Estando a execução muito dependente da EDP, pensam terem sido criadas condições para a agilização dos processos e a sua execução física e financiada.

No que respeita à Acção 7. Valorização do Ambiente e do Património Rural, verifica-se ao nível da Subacção 7.1 - Recuperação e valorização do Património da Paisagem e dos núcleos populacionais em Meio Rural que existem 39 projectos aprovados, na sua maioria promovidos por Autarquias Locais, a que correspondem apoios de 2,5M€ do FEOGA. Actualmente a acção está suspensa por Despacho do Senhor MADRP, mantendo-se no entanto a execução dos projectos plurianuais (Plano de Intervenção e Projectos). Na Subacção 7.2. - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais existem 45 candidaturas aprovadas que incidem fundamentalmente no domínio do tratamento ambiental dos efluentes dos lagares de azeite, como apoios do FEOGA de 956 282€, apresentando uma taxa de execução de 60%. No futuro, prevê-se alargar o âmbito desta subacção através da aprovação de candidaturas no âmbito dos efluentes de queijarias e de suiniculturas.

Na acção 8 - Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural existem 3 candidaturas aprovadas correspondendo a apoios FEOGA de 224.398€. Pelo seu carácter inovador e destinando-se a apoiar a realização de projectos de carácter colectivo e de cooperação, tem tido uma procura crescente, com uma taxa de execução baixa (3,6%) prevendo-se que venha a aumentar em 2004, dado tratarem-se de projectos de execução plurianual.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-63: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.15.




Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 3.15 - AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (FEOGA)				
Diversificação na Pequena Agricultura				
Nº de projectos aprovados			2 426	664
Ajudas Públicas (1000 Euros)			18.000-22.000	4 336
Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade				
Nº de projectos para criação e modernização de unidades produtivas			49	18
Nº de projectos de incentivos a produtos de qualidade			12	9
Ajudas públicas (1000 Euros)			4.000-8.000	1 968
Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica da Floresta				
Nº de organizações de produtores florestais constituídas			7	6
Nº de entidades prestadoras de serviços florestais instaladas			20	1
Nº de projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados			9	4
Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados			150	2
Nº de projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados			800	1
Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos			60 000	16 500
Ha de área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos			40 000	3 349
Nº de projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público aprovados			150	0
Ha de área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação			1 500	0
Ajudas públicas (1000 Euros)			8.000-12.000	2 805
Serviços à Agricultura				
Nº de projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados			65	3
Nº de projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados			160	51
Ajudas públicas (1000 Euros)			12.000-16.000	5 929
Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento				
Nº de projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados			60	22
Nº de agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais			5 520	5 754
Ha de área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais			11 683	19 048
Nº de projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados			25	19
Nº de agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega			3 562	2 843
Ha de área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega			17 138	23 674
Nº de projectos de emparcelamento aprovados			9	6
Nº de agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento			4 261	2 768
Ha de área beneficiada por projectos de emparcelamento			11 512	8 590
Ajudas públicas (1000 Euros)			118.000-124.000	80 778
Caminhos e Electrificação Agro-rurais				
Nº de projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados			20	117
Km de rede viária nova			35	0
Km de rede viária beneficiada			35	203
Nº de explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais			1 500	3 785
Nº de projectos de electrificação aprovados			70	107
Nº de explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação			350	213
Ajudas públicas (1000 Euros)			4.000-6.000	14 065
Valorização do Ambiente e do Património Rural				
Ajudas públicas (1000 Euros)			4.000-6.000	4 575
Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural				
Ajudas públicas (1000 Euros)			3.000-5.000	299


QUADRO 2-64: OUTROS INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.15.

Indicadores de acompanhamento não quantificados	INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento	
Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais (Km)	62.6
Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega (Km)	36.2
Caminhos e Electrificação Agro-rurais	
Linhas de média tensão instaladas (Km)	62.150
Linhas de baixa tensão instaladas (Km)	25.966
Valorização do Ambiente e do Património Rural	
N.º de projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados	39
N.º de projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados	45
Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural	
N.º de projectos aprovados	3

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de dois projectos apoiados no âmbito da medida 3.15:

- Reabilitação e Modernização das Centrais Hidroeléctricas de Montargil e Maranhão. (3.15/185);
- Empreitada de finalização da construção da tomada de água, derivação e estações elevatórias do Conchoso (3.15/202).

Reabilitação e Modernização das Centrais Hidroeléctricas de Montargil e Maranhão. (3.15/185)	
Medida: 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural Promotor e outros actores envolvidos: IDRHa - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica e Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	Inv. elegível: 5.152.392,73 € Compart. Fundo: 3.864.294,55 € Tx. Comp: 75.0%
Situação do Projecto: Em execução. Data de início de trabalhos: 01/03/2002 Data de finalização de trabalhos: 30/06/2004	 <p>Central do Maranhão</p>  <p>Canal de Camões</p>  <p>Regadeira 52</p>
Objectivo do Projecto: Recuperação e automatização de duas centrais hidroeléctricas construídas no início dos anos 50.	
Descrição do Projecto: Projecto referente à reabilitação das centrais hidroeléctricas do Maranhão e Montargil, que estão inseridas no Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia, localizadas junto às barragens com o mesmo nome. As centrais estão em funcionamento há cerca de 50 anos, mas face aos problemas de exploração motivados pelo longo período de utilização dos equipamentos existentes e à necessidade de implementação de um sistema automático de exploração em regime abandonado, torna-se necessário proceder à reabilitação e modernização das instalações existentes. Desta forma pretende-se otimizar a produção de energia e reduzir os custos de produção.	
Resultados do projecto: Como resultados a obter dos investimentos a realizar pretende-se a produção de cerca de 18,1 GWh na Central de Maranhão e 9,3 GWh na Central de Montargil, assim como a redução de custos de produção agrícola através da implementação do sistema automático de exploração de água em regime abandonado. Este projecto irá beneficiar 15.351 ha, 1.600 explorações e 1.400 agricultores.	

Empreitada de finalização da construção da tomada de água, derivação e estações elevatórias do Conchoso (3.15/202)	
Medida: 3.15 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	Inv. elegível: 10.652.550,00 €
Promotor e outros actores envolvidos: IDRHa - Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica e Associação de Beneficiários das Lezírias	Compart. Fundo: 7.989.412,50 € Tx. Comp: 75.0%
<p>Situação do Projecto: Em execução. Data de início de trabalhos: 31/12/2001 Data de finalização de trabalhos: 30/09/2004</p>	
<p>Objectivo do Projecto: Drenagem gravítica e por bombagem da Lezíria Norte, rega de 2.000 ha e adução de água de qualidade para um total de 7.120 ha.</p>	
<p>Descrição do Projecto: Construção de um extenso sistema de drenagem para evacuação de águas drenadas, geralmente salgadas, directamente para o estuário. Construção de um circuito de abastecimento e distribuição de caudais para rega composto por um canal principal de rega e três estações elevatórias e redes de rega enterradas em pressão.</p>	
<p>Resultados do projecto: Esta obra pretende alcançar os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na estiagem, permitirá a entrada de água de qualidade a partir do rio Tejo para alimentação do Canal Principal de Rega para regar uma área estimada de 5.120 ha distribuídos pela Lezíria Norte e Lezíria Sul; • Na época pluviosa drenagem de parte significativa da Lezíria Norte, de forma gravítica para o Rio Tejo; • Possibilidade de rega de 2.000 ha em caso de necessidade; • Automatização do sistema. 	

Medida 3.16 - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos (FEDER)

Medida: 3.16 - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos																											
Objectivo: Reforçar o investimento público no âmbito da construção, modernização e recuperação e adaptação de infra-estruturas desportivas																											
Dotação orçamental (despesa pública)																											
Total:	35 492 923 €	% programação 2000-2003:	82.3%																								
% do Programa:	1.4%	Taxa de participação:	61.9%																								
Situação da medida:																											
Nº projectos aprovados:	28																										
Invest. elegível aprovado:	28 718 719 €	Desp. pública aprovada:	28 718 719 €																								
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	11 140 788 €	Desp. pública exec. 2000-03:	11 140 788 €																								
Inv. eleg. executado 2003:	3 804 788 €	Desp. pública exec. 2003:	3 804 788 €																								
Fundo executado 2000-2003	6 701 000 €	Fundo executado 2003	2 197 378 €																								
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)																									
<table border="1"> <caption>Tx. Compromisso, realização e execução(%)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>3.16 (%)</th> <th>Total Prog. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tx. Real (00-03)</td> <td>~38</td> <td>~65</td> </tr> <tr> <td>Tx. Real</td> <td>~30</td> <td>~50</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr(00-03)</td> <td>~95</td> <td>~110</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr</td> <td>~80</td> <td>~85</td> </tr> <tr> <td>Tx. exec.</td> <td>~38</td> <td>~60</td> </tr> </tbody> </table>		Categoria	3.16 (%)	Total Prog. (%)	Tx. Real (00-03)	~38	~65	Tx. Real	~30	~50	Tx. Compr(00-03)	~95	~110	Tx. Compr	~80	~85	Tx. exec.	~38	~60	<table border="1"> <caption>Inv. por domínios (program. vs aprov.)</caption> <thead> <tr> <th>Domínio</th> <th>% DP Program</th> <th>% DP Homol.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>36-Infra-estruturas sociais e de saúde</td> <td>~35%</td> <td>~65%</td> </tr> </tbody> </table>		Domínio	% DP Program	% DP Homol.	36-Infra-estruturas sociais e de saúde	~35%	~65%
Categoria	3.16 (%)	Total Prog. (%)																									
Tx. Real (00-03)	~38	~65																									
Tx. Real	~30	~50																									
Tx. Compr(00-03)	~95	~110																									
Tx. Compr	~80	~85																									
Tx. exec.	~38	~60																									
Domínio	% DP Program	% DP Homol.																									
36-Infra-estruturas sociais e de saúde	~35%	~65%																									
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:																									
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	6 936 927 €																								
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>																								

No âmbito da medida 3.16 - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos foram aprovados 28 projectos, representando um investimento global de cerca de 28,7 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 17 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 11 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 6,7 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto dos projectos aprovados está associado ao domínio infra-estruturas sociais e de saúde.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 81%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 38%, claramente inferior à média do Programa. Relativamente à realização financeira, a medida apresenta uma taxa de realização financeira de 31%, também inferior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta algumas dificuldades ao nível do compromisso e da execução. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida terá algumas dificuldades já que terá que executar um montante superior à execução média anual registada até à data.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-65: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.16.

Indicadores	Quantificação				INDICADORES FISICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		2006	
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.16 - DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (FEDER)					
Nº de m2 de área útil de equipamento desportivo de base por habitante	a)	2000	1.88	1.89	0.03
Nº de m2 de construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	a)			30 700	93 675
Nº de intervenções em equipamentos desportivos	a)			11	15

Legenda: a) Nota explicativa: todos os indicadores são calculados a partir de custos médios de m2 de área útil de equipamento desportivo e com base no pressuposto que 50% das intervenções serão piscinas cobertas

Estão previstos em Complemento de Programação a construção/modernização de 30.700m2 de equipamentos desportivos, permitindo acréscimo da área útil desportiva por habitante de 1,88m²/hab para 1,89m²/hab. Este valor, e tendo em conta a diversidade das tipologias dos equipamentos desportivos, previa uma prevalência das Piscinas Desportivas Cobertas, relativamente aos restantes equipamentos. No entanto, as candidaturas apresentadas distribuíram-se da seguinte forma:

- 8 Piscinas Cobertas Desportivas;
- 7 Pistas de Atletismo;
- 8 Grandes Campos de Jogos;
- 5 Pavilhões Desportivos.


Estes projectos prevêm a construção/modernização de 136.377m2 de área útil desportiva, resultante do peso das Pistas de Atletismo e Grandes Campos de Jogos. A realização física deste indicador a 31/12/2003 era de 93.675m², tendo sido largamente ultrapassado o objectivo proposto.


Alguns factores contribuíram para que, face aos projectos em carteira, a execução seja tão parca, nomeadamente:

- A não existência por parte dos promotores de capacidade financeira para executar as obras. O exemplo mais flagrante desta situação é a candidatura da Câmara Municipal da Nazaré, onde a obra está concluída, mas a Câmara não possui os recursos financeiros para suportar a sua parte no projecto.
- Calamidades naturais e erros de construção. No caso do Clube Desportivo Amiense, e em virtude dos fogos que assolaram Portugal no último verão, o Grande Campo de Jogos ardeu, no caso da Câmara Municipal de Coruche os tanques das piscinas rebentaram, tendo sido necessário apurar as consequentes responsabilidades antes de se proceder à necessária rectificação e continuação da obra.
- Defeitos de Construção e Trabalhos a Mais. Por exemplo no caso da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, estando previsto o encerramento da obra em 31/03/2001, foi feita uma recepção com defeitos em Dezembro de 2003 e dados 180 dias para correcção dos mesmos.
- Alteração de Projectos. Caso da Câmara Municipal de Setúbal em que sem consulta ao Coordenador da Medida, foram efectuadas alterações ao projecto aprovado, ao que se acresce o atraso verificado na obra.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de dois projectos apoiados no âmbito da medida 3.16:

- Requalificação do Complexo Desportivo do União Mucifalense (3.16/016);
- Piscina Municipal da Benedita, Alcobaça (3.16/006).

Requalificação do Complexo Desportivo do União Mucifalense (3.16/016)	
Medida: 3.16 - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Inv. elegível: 494.140,27 €
Promotor e outros actores envolvidos: União Mucifalense	Compart. Fundo: 308.837,67 €
	Tx. Comp: 62,5%
Situação do Projecto: Finalizado	
Objectivo do Projecto: Aumentar a capacidade de utilização da infra-estrutura desportiva por intermédio da aplicação de relva sintética, permitindo assim um número muito superior de utilizações diárias.	
Descrição do Projecto: Requalificação do complexo desportivo com aplicação de relva sintética no Grande Campo de Jogos e ampliação adequada dos balneários.	
Resultados do projecto: Modernização e qualificação de área útil desportiva em 7.422,48 m2.	

Piscina Municipal da Benedita, Alcobça (3.16/006)	
Medida: 3.16 - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos Promotor e outros actores envolvidos: Câmara Municipal de Alcobça	Inv. elegível: 1.306.715,97 € Compart. Fundo: 816.697,48 € Tx. Comp: 62,5%
Situação do Projecto: Finalizado	 
Objectivo do Projecto: Dotar o concelho de Alcobça, numa zona de elevada população com a Benedita, de uma infra-estrutura que permita a prática da natação nas suas três variáveis desportivas $\frac{3}{4}$ natação pura, pólo aquático e natação sincronizada $\frac{3}{4}$ a que acresce a possibilidade da sua utilização pela população em geral.	
Descrição do Projecto: Piscina com 25x17+12,5x6m de plano de água, com os apoios necessários e habituais.	
Resultados do projecto: Construção de área útil desportiva de 500m ² .	

Medida 3.17 - Acessibilidades e Transportes (FEDER)

Medida: 3.17 - Acessibilidades e Transportes			
Objectivo: Contribuir para oferecer um sistema de transportes seguro e sustentável dos pontos de vista económico, financeiro, ambiental e social			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	270 497 350 €	% programação 2000-2003:	79.4%
% do Programa:	10.8%	Taxa de participação:	45.1%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	29		
Invest. elegível aprovado:	373 621 566 €	Desp. pública aprovada:	373 621 566 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	139 569 658 €	Desp. pública exec. 2000-03:	139 569 658 €
Inv. eleg. executado 2003:	97 233 917 €	Desp. pública exec. 2003:	97 233 917 €
Fundo executado 2000-2003	60 611 521 €	Fundo executado 2003	37 599 436 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	18 184 810 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.17 - Acessibilidades e Transportes foram aprovados 29 projectos, representando um investimento global de cerca de 373,6 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 133,7 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 140 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 60,6 milhões de euros. O conjunto dos projectos surge associado ao domínio de intervenção infra-estruturas de transportes.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 138%, o que reflecte a existência de “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 37%, claramente inferior à média do Programa, de que resulta uma taxa de realização financeira de 51%.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global, o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos e um nível de execução relativamente baixo, motivado em parte pelo maior ciclo de execução deste projectos de grande dimensão. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não deverá ter grandes dificuldades na medida em que basta executar um montante inferior à execução média anual registada no passado.

A distribuição dos investimentos e projectos por modo de transporte são apresentados no quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 2-66: DISTRIBUIÇÃO POR ANO E MODO DOS PROJECTOS APROVADOS NA MEDIDA 3.17

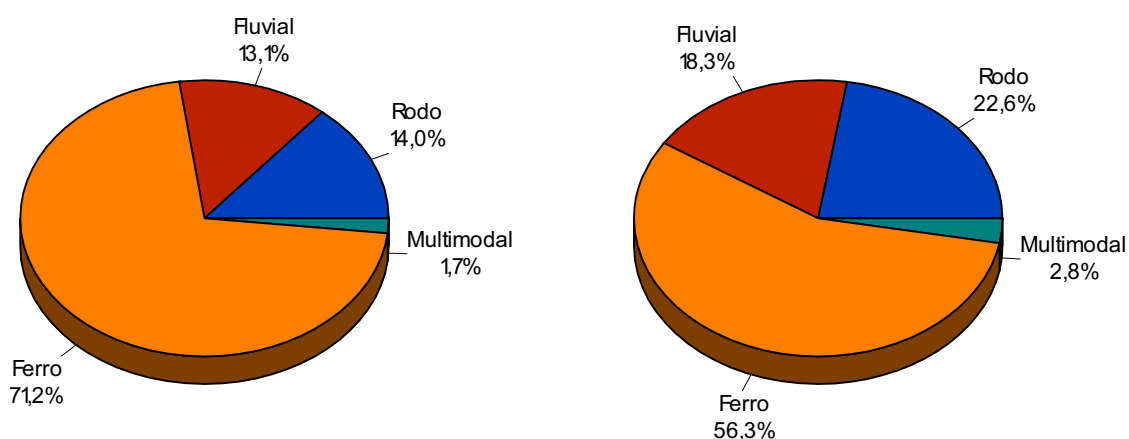
Sector	Aprovados anualmente				Total
	2000	2001	2002	2003	
Rodoviário	5	11	5	2	23
Fluvial	(1)	2	---	---	2
Ferrovário	---	---	1 ⁽²⁾	1	2
Multimodal	---	---	1 ⁽²⁾	1 ⁽²⁾	2
Total	5	13	7	4	29

Legenda:

(1) Em 2000 foi aprovado o projecto de “Aquisição de seis navios e peças sobressalentes” depois anulado em 2001 por não se terem confirmado os pressupostos de correcta aplicação das regras de contratação pública, o que levou as autoridades portuguesas a optar pela realização de novo concurso.

(2) Estudos

GRÁFICO 2-6: REPARTIÇÃO MODAL DO INVESTIMENTO APROVADO



Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-67: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.17.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003
	Notas	Situação de partida		
		Ano	Valor	
MEDIDA 3.17 - ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES (FEDER)				
Extensão de linha férrea a construir ou requalificar (nº de km)	(1)			12.5
Nº de estações a construir e remodelar (unidades)	(1)			19
Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de km)	(1) (2)			55
Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir (unidade)	(1) (3)			8
Obras de arte construídas ou a construir*				3
Extensão de estradas beneficiadas ou reparadas*				237.7

Legenda: (1) A natureza dos indicadores aconselha a que a medição em 2006 seja feita com base numa quantificação das intervenções efectuadas durante o período

(2) Não se indica a situação de partida por o peso das requalificações/ beneficiações ser demasiado elevado. Por outro lado, a distinção entre requalificação e construção tornaria imprescindível o conhecimento exacto dos projectos, classificados de igual modo, para o período perspectivado, situação que não é possível identificar totalmente



(3) A aquisição de navios destina-se à renovação da frota actual, pelo que parece não fazer sentido referenciar-se uma situação de partida


* Indicadores não incluídos no Complemento de Programação.

Não se regista qualquer execução nos indicadores “extensão de linha férrea a construir ou requalificar (nº de km)” e “número de estações a construir e remodelar (unidades)”. Por outro lado as metas relativas à extensão de estradas a construir ou requalificar já forma ultrapassadas.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de dois projectos apoiados no âmbito da medida 3.17:

- Metropolitano Ligeiro do Sul do Tejo (1ª fase) (3.17/028);
- Terminal Fluvial do Montijo - Cais do Seixalinho (1ª fase) (3.17/009).

Metropolitano Ligeiro do Sul do Tejo (1ª fase) (3.17/028)	
<p>Medida: 3.17 - Acessibilidades e Transportes</p> <p>Promotor e outros actores envolvidos: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação</p>	<p>Inv. elegível: 265.068.234,00 €</p> <p>Compart. Fundo: 74.802.256,00 €</p> <p>Tx. Comp: 28,2%</p>
<p>Situação do Projecto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto fisicamente terminado até 2005. • Encerramento no PORLVT até 30 de Junho de 2006 	
<p>Objectivo do Projecto: Trata-se de uma projecto que visa conseguir um enorme aumento de qualidade na oferta de transporte público na Área Metropolitana de Lisboa.</p>	
<p>Descrição do Projecto:</p> <p>Trata-se de um novo sistema de transportes ferroviário para transporte de passageiros - metropolitano ligeiro - com o qual se pretende revolucionar por completo a oferta de transporte público existente na região.</p> <p>Inclui a construção das infra-estruturas de longa duração, o fornecimento de material circulante, os equipamentos de comando e controle de tráfego e ainda, a realização de testes e ensaios, constituindo um subsistema ferroviário completo pronto a funcionar.</p>	
<p>Resultados do projecto:</p> <p>A população potencialmente beneficiária do projecto é de largas centenas de milhares de pessoas. Os benefícios mais evidentes são a elevada contribuição para o uso do transporte público e o forte impacto positivo em matéria ambiental e energética uma vez em exploração.</p> <p>Obter-se-ão, ainda, ganhos significativos no que respeita a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempos de deslocação • Conforto • Regularidade • Integração urbanística • Integração modal • Repartição modal 	

Terminal Fluvial do Montijo - Cais do Seixalinho (1ª fase) (3.17/009)	
Medida: 3.17 - Acessibilidades e Transportes	Inv. elegível: 5.985.757,00 €
Promotor e outros actores envolvidos: Transtejo, S.A.	Compart. Fundo: 3.591.345,00 €
	Tx. Comp: 60,0%
<p>Situação do Projecto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto fisicamente terminado em 2003. • Encerramento no PORLVT até 30 de Junho de 2004 	
<p>Objectivo do Projecto: Trata-se de uma obra que visa o aumento de qualidade da oferta de transporte público fluvial entre as duas margens do Tejo.</p>	
<p>Descrição do Projecto:</p> <p>O projecto respeita à construção de um terminal fluvial para transporte de passageiros entre as margens do Tejo na Área Metropolitana de Lisboa. Situa-se no concelho do Montijo e desenvolveu-se em três fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aterros e dragagens • Interface • Pontões e passadiços <p>O interface inclui um parque de estacionamento para 2.000 viaturas o que, aliado à melhoria da qualidade os serviços, constituirá uma importante medida visando a transferência modal de TRI para TRP.</p> <p>Este projecto foi complementado com o reordenamento das acessibilidades terrestres ao terminal, a cargo do IEP e Câmara Municipal do Montijo, dando o carácter integrado que se exige do sistema de transportes.</p>	
<p>Resultados do projecto:</p> <p>A população potencialmente beneficiária do projecto é de centenas de milhares de pessoas. Os benefícios mais evidentes são a elevada contribuição para o uso do transporte público e o forte impacto positivo em matéria ambiental e energética uma vez em exploração.</p> <p>Em particular, salienta-se a significativa redução dos tempos de viagem entre o Terreiro do Paço (Lisboa) e Montijo, superior a 20%</p>	

Medida 3.18 - Ambiente (FEDER)

Medida: 3.18 - Ambiente			
Objectivo: Promover o desenvolvimento sustentável dos sistemas ambientais de nível regional			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	32 793 118 €	% programação 2000-2003:	82.8%
% do Programa:	1.3%	Taxa de participação:	75.0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	18		
Invest. elegível aprovado:	23 501 251 €	Desp. pública aprovada:	23 501 251 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	12 122 108 €	Desp. pública exec. 2000-03:	12 122 108 €
Inv. eleg. executado 2003:	6 192 297 €	Desp. pública exec. 2003:	6 192 297 €
Fundo executado 2000-2003	9 091 581 €	Fundo executado 2003	4 644 223 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	6 301 070 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.18 - Ambiente foram aprovados 18 projectos, representando um investimento global de cerca de 23,5 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 17,6 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 12 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 9 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção, o conjunto dos projectos estão associados ao domínio ordenamento e requalificação.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 71%, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 51%. A taxa de realização financeira da medida é de cerca de 37%, consideravelmente inferior à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta níveis de compromisso e de execução relativamente baixos, o que poderá implicar algumas dificuldades ao nível da realização da medida. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida poderá ter algumas dificuldades já que terá que executar um montante superior à média da execução registada no passado.

No ano de 2003 foi aprovado apenas um projecto, revelando uma redução acentuada na dinâmica de apresentação/aprovação de candidaturas, situação que poderá indicar menor interesse dos promotores pelas áreas de intervenção em causa e/ou menor capacidade de investimento dos mesmos mas para qual também contribuirá a menor disponibilidade financeira da Medida e à aplicação de prioridades na sua afectação.

Em termos acumulados, estão aprovados dezoito projectos, sete dos quais já encerrados, quatro até final de 2002 e três durante 2003. Em termos de execução está-se longe de ter um quadro semelhante ao das aprovações, com a maioria dos projectos a registarem acentuados atrasos na realização física e financeira relativamente à programação prevista e aprovada. Situação que se prende com o tipo de projectos em causa, especialmente os de maior dimensão física e financeira que são os de encerramento de lixeiras, porque envolvem vários processos de obra que são susceptíveis, pelas suas especificidades técnicas, de frequentes ajustamentos nos trabalhos e no calendário de execução.

São principalmente estes projectos que revelam maiores deslizamentos temporais e, conseqüentemente, menores taxas de execução.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte.

QUADRO 2-68: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.18.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003	
	Notas	Situação de partida			
		Ano	Valor		2006
MEDIDA 3.18 - AMBIENTE (FEDER)					
Acção A - Conservação e valorização do património natural					
% de território abrangido pelo estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, Sítios da Rede Natura 2000 e ZPEs)		2000	5.3	7	0.05
Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza		2000	0	8 000	0
Acção B - Valorização e protecção dos recursos naturais					
Extensão de costa a interencionar (nº de km)		2000	-	8	0
Acção C - Informação e gestão ambientais					
Nº de estruturas de monitorização a instalar ou renovar		2000	-	6	30
% do território da região coberto pela série cartográfica 1/10000		2000	0	100	
% do território da região coberto com ortofotomapas digitais a cores		2000	90	100	
Acção D - Melhoria do ambiente urbano					
Nº de postos de informação no domínio do ambiente urbano a criar		2000	-	2	3
Nº de habitantes a abranger por intervenções de requalificação urbana		2000	0	40 000	269 723
Nº de acções de apoio à recuperação do passivo ambiental		2000		1	1

Legenda: Nota: As situações de partida não quantificadas referem-se a tipologias de projectos sem correspondência no período de programação precedente.

Relativamente aos indicadores definidos no PO/CP, existem alguns que até 2003 não apresentaram evolução quantitativa porque a natureza/objecto dos projectos aprovados correspondiam a outros tipos de indicadores.

Os projectos aprovados (18) enquadram-se nos objectivos e tipologias definidos para cada uma das Acções que compõem a Medida, assim, é evidente que os mesmos contemplam acções que contribuem para a prossecução dos objectivos da Medida. No entanto, alguns desses projectos e respectivos objectivos, pela sua especificidade, não se traduzem nos indicadores constantes do PO/CP daí que o seu controlo físico se faça através dos indicadores não quantificados e/ou das respectivas componentes de investimento.

O projecto aprovado no âmbito da Acção A consiste na investigação e na produção de material audiovisual de uma gruta de acesso marítimo que pelas suas características, e localização, na Rede Natura 2000, é uma área relevante para a conservação da natureza. Com este projecto está-

se a promover a valorização e utilização sustentada do património natural através do desenvolvimento do conhecimento sobre a área em causa e da sua divulgação por diferentes meios, nomeadamente, artigos em edições da especialidade, programas de televisão, exposições em Centros de Interpretação/Educação Ambiental.

Na Acção B estão aprovados dois projectos, um com objectivos na sensibilização/informação ambiental relativa a sistemas naturais do litoral, outro que compreende a intervenção de uma linha de água através da recuperação/valorização de um dique que tem um papel fundamental na protecção dos terrenos e populações envolventes.

No âmbito da Acção C estão aprovados seis projectos da responsabilidade dos serviços regionais do ambiente e que têm como conteúdo a aquisição de mais e melhores meios, tecnológicos e técnicos, para desempenharem de forma mais eficaz as funções de recolha, sistematização e divulgação de informação sobre diferentes descritores ambientais (ar, água, etc). Os investimentos realizados nestes projectos são complementares, em várias situações, dos investimentos considerados em projectos de maior dimensão física e financeira aprovados ou a apresentar noutros âmbitos, nomeadamente, o Programa Operacional do Ambiente e o Programa da Sociedade de Informação - Medida Regionalmente Desconcentrada.

Os oito projectos aprovados na Acção D concorrem todos para a melhoria do ambiente urbano, embora actuando em domínios diferentes mas complementares e que são factores de melhoria da qualidade de vida das populações.

Globalmente Pode considerar-se que a Medida tem um grau de implementação satisfatório, quer pelo número de projectos aprovados, quer pelo interesse demonstrado por várias entidades em conhecer o seu conteúdo e disposições no sentido de apresentarem novas propostas de candidatura embora na maioria das situações não configurem projectos considerados prioritários de acordo com os critérios estabelecidos.


Esta dificuldade, decorrente da tipologia de projectos e do seu impacto nos objectivos estabelecidos, quer ao nível dos domínios de intervenção, quer dos indicadores de acompanhamento, verifica-se nas aprovações e também nas intenções de candidatura com forte concentração no âmbito das Acções C e D.

Algumas áreas de intervenção, nomeadamente as previstas na Acção A e na Acção B têm revelado fraco grau de implementação o que parece estar relacionado com o facto de serem principalmente da responsabilidade da Administração e por isso exigirem investimento público na realização directa ou no financiamento a entidades terceiras (ex: ONGA).

A este nível espera-se atingir avanços nos anos de 2004 e 2005 com algumas entidades públicas a dinamizarem os investimentos no Litoral, implementando os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, e na protecção e qualificação das áreas que integram a Rede Natura 2000.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de um projecto apoiado no âmbito da medida 3.18:

- Gestão de resíduos sólidos urbanos - encerramento das lixeiras da Boba (Amadora), Carenque (Amadora) e Montemor (Loures) (3.18/010).

Gestão de resíduos sólidos urbanos - encerramento das lixeiras da Boba (Amadora), Carenque (Amadora) e Montemor (Loures) (3.18/010)	
Medida: 3.18 - Ambiente	Inv. elegível: 9.477.160,00 €
Promotor e outros actores envolvidos: Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa	Compart. Fundo: 7.107.870,00 € Tx. Comp: 75.0%
<p>Situação do Projecto: Em execução. Teve início a 01/07/2001 e prevê-se a conclusão 31/12/2004</p> <p>Objectivo do Projecto: Encerramento, selagem e recuperação ambiental das lixeiras da Boba e de Carenque, na Amadora, e a de Montemor, em Loures.</p>	 <p>Boba</p>  <p>Carenque</p>  <p>Montemor</p>
<p>Descrição do Projecto: O projecto visa o encerramento de três lixeiras, duas na Amadora e uma no concelho de Loures, estando em causa a realização de projectos técnicos resultantes de concursos de concepção/construção que se traduzem em investimentos imateriais (estudos/projectos) e materiais (construção civil), sendo a sua concretização uma medida enquadrada no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU).</p>	
<p>Resultados do projecto: Os resultados esperados só podem ser apreciados em termos qualitativos relativamente à recuperação ambiental. Entende-se a recuperação ambiental como o conjunto de acções físicas de correcção da agressão ambiental, isto é, o isolamento, confinamento, recobrimento e transformação de área degradada em espaço utilizável através da implantação de sistemas de protecção ambiental, nomeadamente,</p> <ul style="list-style-type: none"> • drenagem de águas pluviais; • captação e drenagem de águas lixiviantes; • controlo de biogás. 	

Medida 3.19 - Saúde (FEDER)

Medida: 3.19 - Saúde			
Objectivo: Contribuir para a garantia de uma prestação adequada e eficiente de cuidados de saúde, com a implementação dos sistemas locais de saúde			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	46 634 879 €	% programação 2000-2003:	82.3%
% do Programa:	1.9%	Taxa de comparticipação:	75.0%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	32		
Invest. elegível aprovado:	47 034 738 €	Desp. pública aprovada:	47 034 738 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	24 330 400 €	Desp. pública exec. 2000-03:	24 330 400 €
Inv. eleg. executado 2003:	9 972 752 €	Desp. pública exec. 2003:	9 972 752 €
Fundo executado 2000-2003	18 196 707 €	Fundo executado 2003	7 428 492 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)		Inv. por domínios (program. vs aprov.)	
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	3 505 966 €
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>

No âmbito da medida 3.19 - Saúde foram aprovados 32 projectos, representando um investimento global de cerca de 47 milhões de euros e apoios FEDER de cerca de 33 milhões de euros. Até 31 de Dezembro de 2003 tinham sido executados investimentos na ordem dos 24 milhões de euros correspondendo a uma despesa FEDER de cerca de 18 milhões de euros. Em termos de domínios de intervenção o conjunto dos projectos aprovados dizem respeito ao domínio infra-estruturas sociais e de saúde.

Em termos de indicadores globais da medida, regista-se um nível de compromisso de cerca de 100%, existindo um ligeiro “overbooking”, e uma taxa de execução dos investimentos aprovados de 52%. Em termos de realização financeira, a medida apresenta uma taxa de realização financeira de 52%, equivalente à média do PORLVT.

No que respeita às perspectivas de realização da medida, esta apresenta um nível de compromisso superior à dotação global o que configura dificuldades na aceitação de novos projectos e um nível de execução médio. Ao nível do cumprimento da regra n+2 em 2004, a medida não deverá ter grandes dificuldades já que terá que executar um montante inferior à execução média anula registada no passado.

Durante o ano de 2003, continuou a verificar-se algum atraso na execução física dos projectos, devido a problemas diversos, nomeadamente a falta de elementos suficientes ao nível da EAT, por forma a realizar maior acompanhamento dos Sub-Projectos, ou seja, uma mais eficaz coordenação da Medida 3.19.

Foram apresentadas sete novas candidaturas, num valor total de Investimento de 11.960.227 €, três do SRS Setúbal, duas do SRS Santarém, uma do SRS Lisboa e ainda uma da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana.

Por outro lado foi revogado, a 29/07/03, o acto de homologação, datado de 31/08/00, do projecto 3.19/012, referente à Construção do CS da Expo/98. Foi efectuada a reprogramação de três candidaturas da SRS de Setúbal, relativas aos projectos 3.19/015 - Instalações Degradadas; 3.19/019 - Modernização dos Centros de Saúde; e 3.19/004 - Construção do CS S. Sebastião.

O projecto 3.19/011, para a construção da Extensão de Saúde do Estoril, sofreu uma reprogramação ao nível do projecto e ao nível do investimento, passando a contemplar duas instituições em vez de uma (Extensão de Saúde do Estoril e Extensão de Saúde de S. Domingos de Rana). A taxa de comparticipação FEDER foi, também, objecto de alteração, passando de 75% para 50%. O valor do investimento total passou de 3.314.976 € para 7.032.297 €.

Os indicadores de acompanhamento apurados em finais de 2003 relativamente a esta medida podem ser observados no quadro seguinte, revelando que as metas ao nível dos indicadores “Nº de intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões” e “Nº de intervenções em equipamento de centros de saúde e respectivas extensões” foram já ultrapassadas.

QUADRO 2-69: INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA MEDIDA 3.19.

Indicadores	Quantificação			INDICADORES FÍSICOS 31/12/2003	
	Notas	Situação de partida			2006
		Ano	Valor		
MEDIDA 3.19 - SAÚDE (FEDER)					
Nº de intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20	20.55
Nº de intervenções em equipamento de centros de saúde e respectivas extensões			N.A. b)	15	25.67
Nº de intervenções de remodelação e adequação de instalações hospitalares	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	10	
Nº de intervenções em equipamento de instalações hospitalares	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	7	
Nº de novas infra-estruturas e equipamentos criados para promoção da saúde, incluindo infra-estruturas para formação	Intervenções selectivas a)		N.A. b)	20	
Nº de estabelecimentos hospitalares com pré-tratamento adequado das águas residuais	Intervenções selectivas a)		6	18	



Legenda: a) Intervenções prioritárias, criteriosamente seleccionadas para melhorar o acesso e/ou criar modelos de qualidade assistencial em cuidados de saúde primários ("primary health care") ou novos tipos de resposta em cuidados hospitalares.

b) Não aplicável, dado o carácter selectivo das intervenções previstas.

Apresentam-se em seguida, a título de ilustração, os dados de dois projectos apoiados no âmbito da medida 3.19:

- Instalações Degradadas (3.19/015);
- Construção do Centro de Saúde de Santo António de Charnais (3.19/039).

Instalações Degradadas (3.19/015)	
Medida: 3.19 - Saúde	Inv. elegível: 801.185,00 €
Promotor e outros actores envolvidos: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - Sub-Região de Saúde de Setúbal	Compart. Fundo: 600.889,00 € Tx. Comp: 75,0%
<p>Situação do Projecto: Iniciou-se em 2000 e concluiu-se em Dezembro 2003</p> <p>Objectivo do Projecto: Proceder à substituição de duas estruturas de saúde já existentes e à ampliação e remodelação de outra que se encontravam em edifícios degradados e de má acessibilidade.</p>	<p>Extensão de Saúde de Coina</p>  <p>Extensão de Saúde de Azeitão</p>  <p>Extensão de Saúde de Pinhal de Frades</p> 
<p>Descrição do Projecto:</p> <p>Extensão de Saúde de Coina - construção de um pré-fabricado para resolver de imediato o problema do sub-dimensionamento e adequação funcional do serviço, de modo a servir a médio prazo cerca de 25.000 habitantes.</p> <p>Extensão de Saúde de Azeitão - construção de um pré-fabricado para ampliação das instalações e remodelação e beneficiação das já existentes. Criou-se deste modo, uma infra-estrutura mais funcional e adaptada à dimensão da população deste concelho, com a melhoria do acesso, das condições de trabalho e de atendimento aos utentes, servindo cerca de 15.000 inscritos.</p> <p>Extensão de Pinhal de Frades - construção de um pré-fabricado ligeiro, em terreno cedido pela Câmara Municipal do Seixal, de modo a dar resposta às necessidades da população residente na área, dos cuidados primários de saúde.</p>	
<p>Resultados do projecto:</p> <p>Melhorar a imagem das instituições, criando condições de acesso, qualidade e humanização dos cuidados de saúde prestados à população, através da remodelação das instalações e da aquisição de equipamento tecnologicamente mais avançado.</p>	

Construção do Centro de Saúde de Santo António de Charnais (3.19/039)	
<p>Medida: 3.19 - Saúde</p> <p>Promotor e outros actores envolvidos: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo em parceria com o sector social - Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Aldeia Galega da Merceana</p>	<p>Inv. elegível: 1.886.714,00 €</p> <p>Compart. Fundo: 943.357,00 €</p> <p>Tx. Comp: 50,0%</p>
<p>Situação do Projecto: Iniciou-se no ano 2003, em Julho e prevê-se a sua conclusão para Outubro de 2005</p>	 
<p>Objectivo do Projecto: Construção de novas instalações de uma Unidade de Saúde Familiar, a designar por “Centro de Saúde de Santo António de Charnais”, que constituirá uma Extensão do Centro de Saúde de Alenquer.</p>	
<p>Descrição do Projecto: Construção de novas instalações de saúde dado que se verifica no concelho de Alenquer, uma insuficiência de serviços de Saúde. O centro de saúde mais próximo, Alenquer, está situado a 16 Km. Atendendo a que a taxa de crescimento de população tende a aumentar a curto prazo, será uma intervenção muito útil e com resultados palpáveis e visíveis, a bem das populações servidas.</p>	
<p>Resultados do projecto: Este projecto de construção pretende responder não só aos cuidados de saúde (consultas e cuidados de enfermagem), mas também a meios de diagnóstico e tratamento e uma unidade básica de urgência. Incluído no Plano Estratégico do “Campus” da Misericórdia da Merceana, integrará um equipamento social que abrange um jardim de infância, um lar de idosos e um centro de dia. Estas instalações vão servir para o atendimento de cerca de 10.174 utentes inscritos, das Freguesias de Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Ventosa, Vila Verde dos Francos, Pereiro de Palhacana, Ribafria e Olhalvo.</p>	

Medida 3.20 - Assistência Técnica (FEDER)

Medida: 3.20 - Assistência Técnica			
Objectivo: Assistência Técnica			
Dotação orçamental (despesa pública)			
Total:	17 699 056 €	% programação 2000-2003:	80.7%
% do Programa:	0.7%	Taxa de participação:	64.7%
Situação da medida:			
Nº projectos aprovados:	26		
Invest. elegível aprovado:	6 641 157 €	Desp. pública aprovada:	6 641 157 €
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	4 553 444 €	Desp. pública exec. 2000-03:	4 553 444 €
Inv. eleg. executado 2003:	2 368 870 €	Desp. pública exec. 2003:	2 368 870 €
Fundo executado 2000-2003	2 917 932 €	Fundo executado 2003	1 504 177 €
Tx. Compromisso, realização e execução(%)			
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:	
Compromisso:	● ○ ○ ⊗	Fundo a executar:	3 933 416 €
Execução:	○ ○ ○ ○	Persp. cumprimento:	○ ○ ○ ○

Medida 3.21 - Assistência Técnica (FSE)

Medida: 3.21 - Assistência Técnica																					
Objectivo: Assistência Técnica																					
Dotação orçamental (despesa pública)																					
Total:	12 010 767 €	% programação 2000-2003:	80.3%																		
% do Programa:	0.5%	Taxa de participação:	62.5%																		
Situação da medida:																					
Nº projectos aprovados:	6																				
Invest. elegível aprovado:	2 589 126 €	Desp. pública aprovada:	2 589 126 €																		
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	1 742 303 €	Desp. pública exec. 2000-03:	1 742 303 €																		
Inv. eleg. executado 2003:	885 421 €	Desp. pública exec. 2003:	885 421 €																		
Fundo executado 2000-2003	1 089 953 €	Fundo executado 2003	553 388 €																		
Tx. Compromisso, realização e execução(%)																					
<table border="1" style="display: none;"> <caption>Data for Tx. Compromisso, realização e execução(%)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>3.21 (%)</th> <th>Total Prog. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tx. Real (00-03)</td> <td>~15</td> <td>~65</td> </tr> <tr> <td>Tx. Real</td> <td>~15</td> <td>~55</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr(00-03)</td> <td>~25</td> <td>~110</td> </tr> <tr> <td>Tx Compr</td> <td>~20</td> <td>~85</td> </tr> <tr> <td>Tx. exec.</td> <td>~65</td> <td>~60</td> </tr> </tbody> </table>				Categoria	3.21 (%)	Total Prog. (%)	Tx. Real (00-03)	~15	~65	Tx. Real	~15	~55	Tx. Compr(00-03)	~25	~110	Tx Compr	~20	~85	Tx. exec.	~65	~60
Categoria	3.21 (%)	Total Prog. (%)																			
Tx. Real (00-03)	~15	~65																			
Tx. Real	~15	~55																			
Tx. Compr(00-03)	~25	~110																			
Tx Compr	~20	~85																			
Tx. exec.	~65	~60																			
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:																			
Compromisso:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	3 447 700 €																		
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>																		

Medida 3.22 - Assistência Técnica (FEOGA)

Medida: 3.22 - Assistência Técnica																					
Objectivo: Assistência Técnica																					
Dotação orçamental (despesa pública)																					
Total:	2 857 000 €	% programação 2000-2003:	82.3%																		
% do Programa:	0.1%	Taxa de participação:	75.0%																		
Situação da medida:																					
Nº projectos aprovados:	3																				
Invest. elegível aprovado:	2 350 937 €	Desp. pública aprovada:	2 350 937 €																		
Inv. eleg. exec. 2000-2003:	1 699 306 €	Desp. pública exec. 2000-03:	1 699 306 €																		
Inv. eleg. executado 2003:	247 769 €	Desp. pública exec. 2003:	247 769 €																		
Fundo executado 2000-2003	1 274 479 €	Fundo executado 2003	185 827 €																		
Tx. Compromisso, realização e execução(%)																					
<table border="1" style="display: none;"> <caption>Data for Tx. Compromisso, realização e execução(%)</caption> <thead> <tr> <th>Categoria</th> <th>3.22 (%)</th> <th>Total Prog. (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Tx. Real (00-03)</td> <td>~65</td> <td>~65</td> </tr> <tr> <td>Tx. Real</td> <td>~55</td> <td>~55</td> </tr> <tr> <td>Tx. Compr(00-03)</td> <td>~100</td> <td>~110</td> </tr> <tr> <td>Tx Compr</td> <td>~85</td> <td>~85</td> </tr> <tr> <td>Tx. exec.</td> <td>~70</td> <td>~60</td> </tr> </tbody> </table>				Categoria	3.22 (%)	Total Prog. (%)	Tx. Real (00-03)	~65	~65	Tx. Real	~55	~55	Tx. Compr(00-03)	~100	~110	Tx Compr	~85	~85	Tx. exec.	~70	~60
Categoria	3.22 (%)	Total Prog. (%)																			
Tx. Real (00-03)	~65	~65																			
Tx. Real	~55	~55																			
Tx. Compr(00-03)	~100	~110																			
Tx Compr	~85	~85																			
Tx. exec.	~70	~60																			
Perspectivas de realização:		Perspectivas cumprimento n+2 em 2004:																			
Compromisso:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/>	Fundo a executar:	55 129 €																		
Execução:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	Persp. cumprimento:	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/>																		

3. PROGRAMAÇÃO E REALIZAÇÃO FINANCEIRA

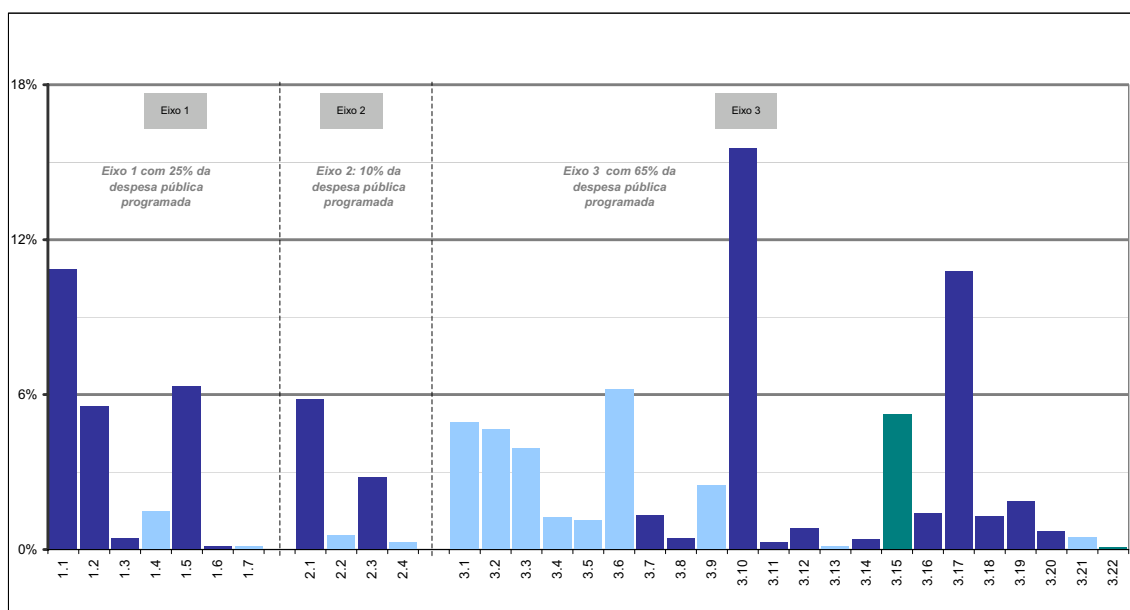
A análise da programação e realização financeira do Programa, para o período 2000-2003 e, em particular, para o ano de 2003, efectuada neste capítulo do Relatório de Execução, baseia-se na relação entre as despesas efectivamente realizadas e a despesa programada, normalmente designada por *taxa de realização financeira* ou *taxa de execução da despesa programada* e a sua decomposição em *taxa de compromisso financeiro*, relação entre a despesa aprovada e a despesa programada e em *taxa de execução da despesa aprovada, relação entre a despesa aprovada e despesa executada*.

Esta capítulo encontra-se subdividida em 8 pontos. No primeiro, faz-se uma apresentação da Programação Financeira já com as diversas alterações entretanto efectuadas, nomeadamente as realizadas durante o ano de 2003, aprovadas na Comissão de Acompanhamento realizada no mês de Junho. Em seguida, abordam-se, em pontos autónomos, os níveis de compromisso, execução e realização do PO tentando identificar algumas dificuldades na sua implementação. Posteriormente, apresentam-se as taxas de participação e os domínios de intervenção do Programa, confrontando os valores decorrentes da execução com os valores da programação. O capítulo termina com apresentação dos fluxos financeiros com a Comissão Europeia, um ponto dedicado à análise do cumprimento da regra do n+2 no passado e das perspectivas do seu cumprimentos nos próximos anos e, finalmente, com uma síntese sobre o cumprimento dos critérios definidos para a reserva de eficiência.

3.1. A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL DO PORLVT

A diversidade das intervenções programadas no âmbito do PORLVT tem como consequência dotações financeiras muito diferenciadas por medida verificando-se que, após a alteração da programação financeira aprovada na Comissão de Acompanhamento de Junho de 2003, apenas 5 das actuais 33 medidas do Programa concentram 50 % da despesa pública programada (ver Gráfico 3-1.).

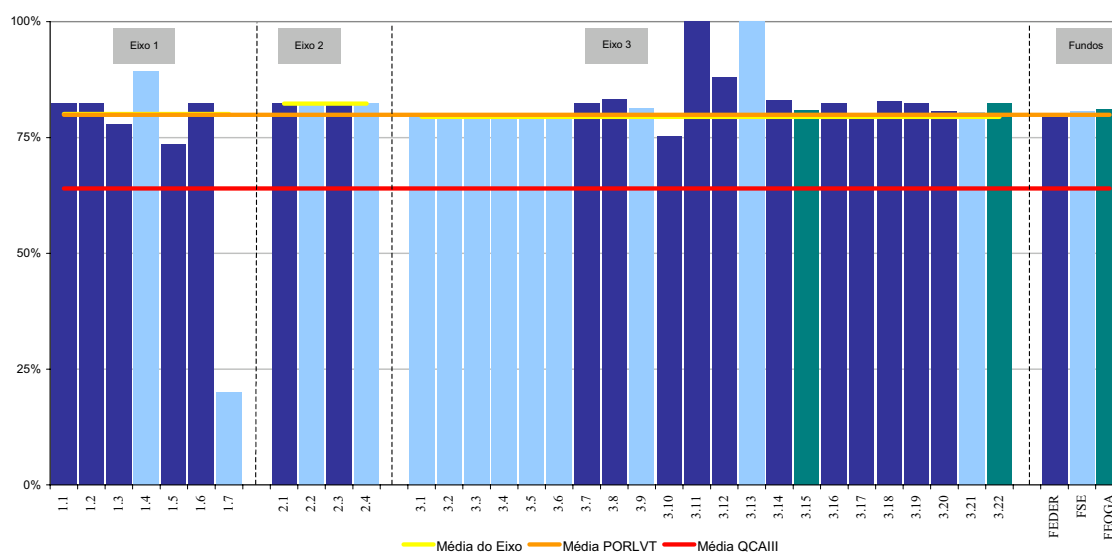
GRÁFICO 3-1 DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PROGRAMADA POR MEDIDAS DO PO



O ritmo anual associado à programação financeira assume especial relevância neste Programa em virtude do regime de *phasing-out* a que a região está sujeita. A dotação da despesa pública programada é progressivamente reduzida, concentrando-se os recursos nos primeiros anos de vigência do programa. Em 2002 a programação financeira acumulada do PO, em termos de despesa pública, situa-se nos 67% e em 2003 nos 71%, enquanto que no QCA o ritmo de despesa pública previsto é muito mais homogêneo ao longo do período, situando-se, respectivamente em 49% no final do ano de 2002 e em 64% em 2003.

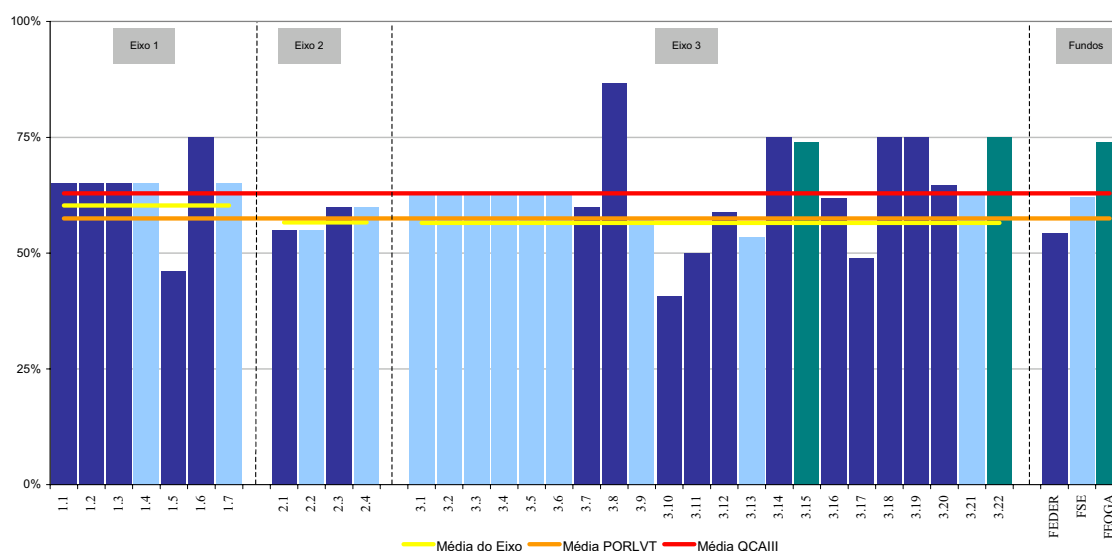
A generalidade das medidas do PO apresenta uma repartição anual da despesa pública semelhante (Gráfico 3-2) salientando-se apenas os casos particulares das medidas 3.11 e 3.13 que tinham a totalidade dos recursos concentrados até ao ano 2003, da medida 3.12, com os recursos concentrados até 2004 e da medida 3.10. e 1.5 que apresentam uma programação financeira ligeiramente menos concentrada nos primeiros anos do período.

**GRÁFICO 3-2 DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA DAS MEDIDAS POR ANOS
% DA PROGRAMAÇÃO NO PERÍODO 2000-2003**



A taxa de participação comunitária (peso da despesa comunitária na despesa pública total) média do PORLVT é de 57%, situando-se 6 pontos percentuais abaixo da média de participação no QCA. A taxa de participação é mais elevada no eixo 1 (64%) e mais baixa no eixo 3 (55%), coexistindo, neste último caso, situações diferenciadas entre medidas (ver Gráfico 3-3).

GRÁFICO 3-3 TAXAS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA POR MEDIDAS DO PROGRAMA





No eixo 3, as taxas de participação mais elevadas verificam-se na medida 3.8 (87%, sendo superior à verificada no PO Educação em 16 pontos percentuais) e nas medidas 3.14, 3.18 e 3.19 (75%) com actuação nas áreas dos portos, ambiente e saúde. Nas medidas desconcentradas do

POEFDS (3.1 a 3.7) e na medida 3.16 a taxa de comparticipação ronda os 62%. Por último, as taxas de comparticipação mais baixas encontram-se nas medidas 3.10 (41%, o que contrasta com a taxa de comparticipação do POE nacional que se situa nos 67%), 3.11 e 3.17 (50%).

3.2. O FINANCIAMENTO APROVADO: A TAXA DE COMPROMISSO

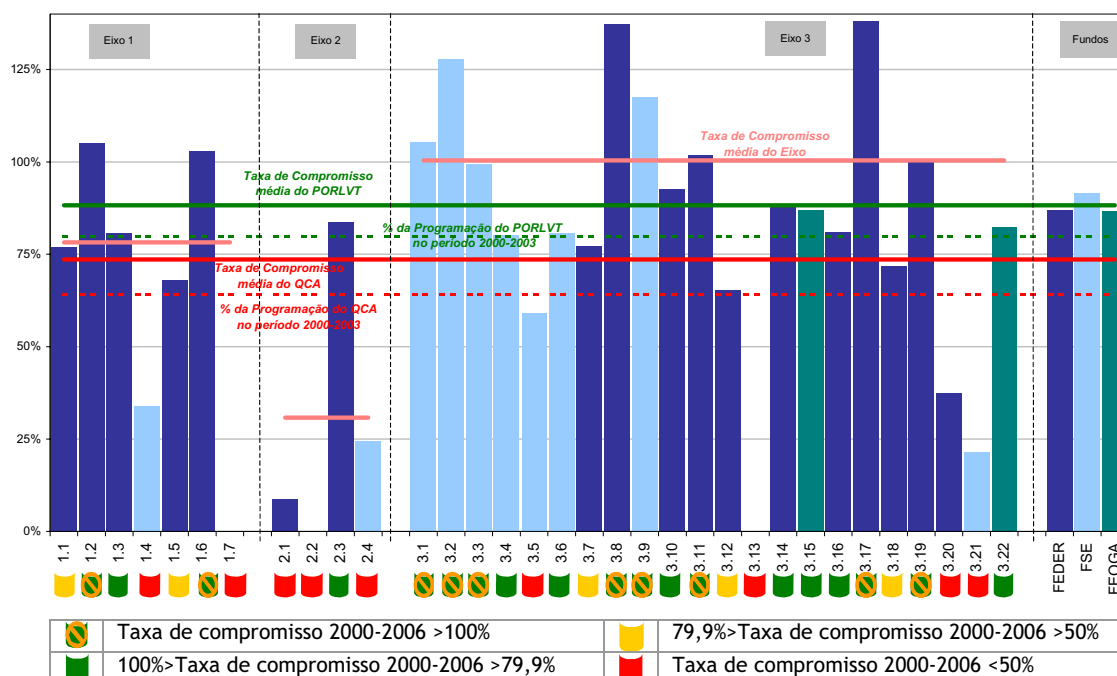
O valor global das candidaturas aprovadas até ao final de 2003 representam, em termos de despesa pública 2.213,3 milhões euros o que corresponde a 88,2% do total do programado, ou seja, 8,3 pontos percentuais mais, do que os 79,9% previstos para os 4 primeiros anos do Programa. Este diferencial é muito semelhante ao verificado para o conjunto do QCA que previa uma peso da programação total nos primeiro 4 anos da seja mais 9,6 pontos percentuais do que o inicialmente programado.

Esta taxa de compromisso global apresenta grandes variações entre medidas e eixos do Programa sendo possível “arrumar” as medidas do Programa em quatro tipos de situações (ver Gráfico 3-4):


- Medidas com taxas de compromisso já superiores a 100% (assinaladas com ) evidenciando uma forte limitação à aprovação de novas candidaturas. Encontram-se nesta situação as medidas:
 - o medida 1.2. ;
 - o medida 1.6. ;
 - o medida 3.1.;
 - o medida 3.2.;
 - o medida 3.3.;
 - o medida 3.8.;
 - o medida 3.9.;
 - o medida 3.11.;
 - o medida 3.17.;
 - o medida 3.19.;
- Medidas com taxas de compromisso superiores a 79,9% (valor programado para a despesa publica nos primeiros quatros anos do PO) e inferior a 100% (assinaladas com ) que, neste caso, evidenciam uma gestão das aprovações alinhadas com a programação inicialmente prevista e que ainda permitem alguma margem para, com os meios actualmente disponíveis, aprovar novas candidaturas. Encontram-se nesta situação as medidas:
 - o medida 1.3. ;

- o medida 2.3. ;
- o medida 3.4. ;
- o medida 3.6. ;
- o medida 3.10. ;
- o medida 3.14. ;
- o medida 3.15. ;
- o medida 3.16. ;
- o medida 3.22. ;

GRÁFICO 3-4 TAXA DE COMPROMISSO 2000-2006 (DESPESA PÚBLICA)



- Medidas com taxas de compromisso inferiores aos 79,9% e superiores a 64% (ritmo de programação previsto para os 4 primeiros anos do QCA), assinaladas com no Gráfico 3-4, evidenciando um ritmo de aprovações mais alinhado com o QCA do que com o previsto no PO da região de Lisboa e Vale do Tejo e que evidencia alguma disponibilidade de meios para a segunda fase do Programa que se inicia no ano de 2004. Encontram-se nesta situação as medidas:
 - o medida 1.1. ;
 - o medida 1.5. ;
 - o medida 3.7. ;

- o medida 3.12. ;
- o medida 3.18. ;
- Medidas com taxas de compromisso inferiores a 50% (assinaladas com ) , ou seja, com um atraso claro ao nível da aprovação de candidaturas o que pode colocar em risco a realização integral da programação financeira inicialmente prevista. Encontram-se nesta situação as medidas:
 - o medida 1.4. ;
 - o medida 1.7. ;
 - o medida 2.1. ;
 - o medida 2.2. ;
 - o medida 2.4. ;
 - o medida 3.5. ;
 - o medida 3.13. ;
 - o medida 3.20. ;
 - o medida 3.21. ;

Os diferentes níveis de compromisso das medidas têm duas consequências claramente diferenciadas quando se analisa o Programa por Fundos Estruturais ou Eixos de Intervenção. No caso da observação por Fundos verifica-se uma forte variação dos níveis de compromisso intra-fundos o que tem como consequência uma certa homogeneidade dos seus níveis de compromisso globais. Quando se observa o PO por Eixos de intervenção verifica-se uma situação claramente distinta, com o Eixo 3 a apresentar uma taxa de compromisso situada nos 100% e o Eixo 2 com um nível de compromisso de apenas 30%.

A observação dos projectos regionalizáveis, financiados pelo FEDER evidenciam valores mais elevados por habitante nas regiões com PIB per capita mais reduzidos, variando entre os cerca de 640 euros/hab.na Lezíria do Tejo e os 214 euros/ hab na região da Grande Lisboa. Em relação à superfície os valores variam entre 371 mil euros por km² da Grande Lisboa e os cerca de 36 mi euros por km² da Lezíria do Tejo (ver Figura 3-1 e Figura 3-2)

FIGURA 3-1 FEDER MONTANTES APROVADOS POR KM²
(PROJECTOS REGIONALIZÁVEIS)

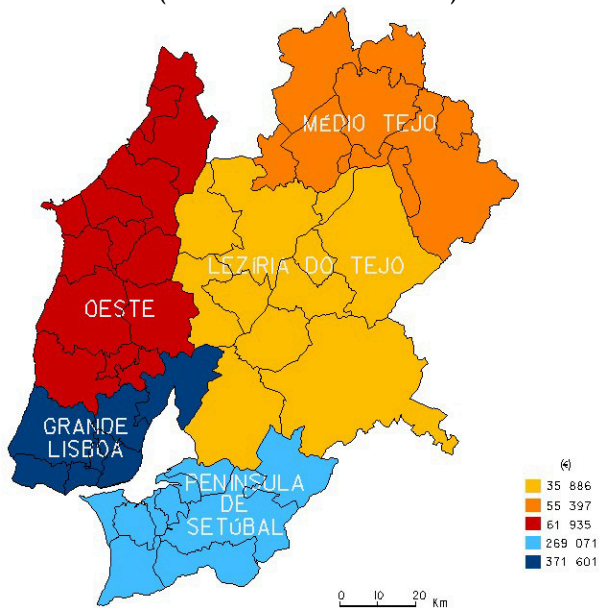
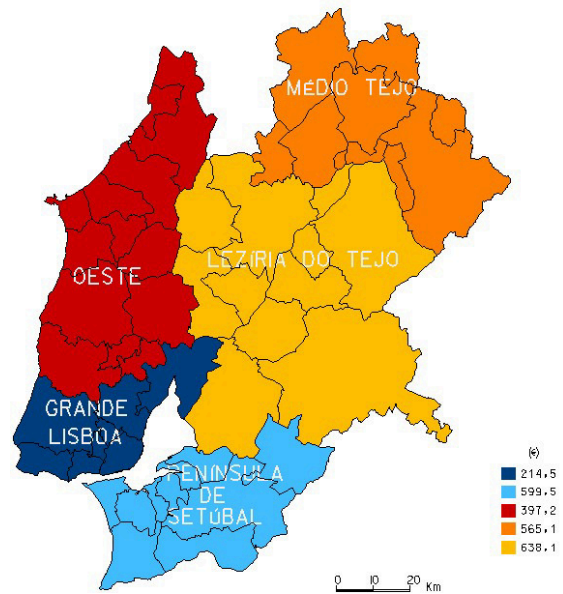


FIGURA 3-2 FEDER MONTANTES APROVADOS POR
HABITANTE (PROJECTOS REGIONALIZÁVEIS)

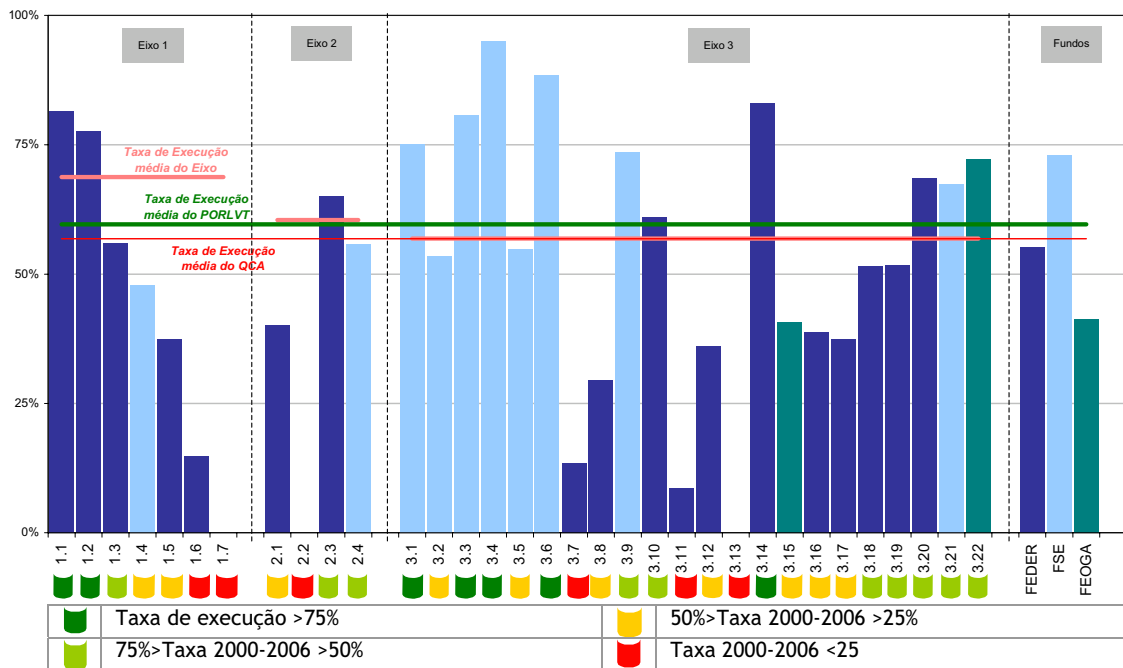


3.3. EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira acumulada do Programa até ao final de 2003 ascende, em termos de despesa pública, a 1.319,2 milhões de euros, ou seja, 59,6% da despesas pública aprovada. Esta taxa de execução supera em cerca de 3 pontos percentuais a taxa de execução média do QCA.

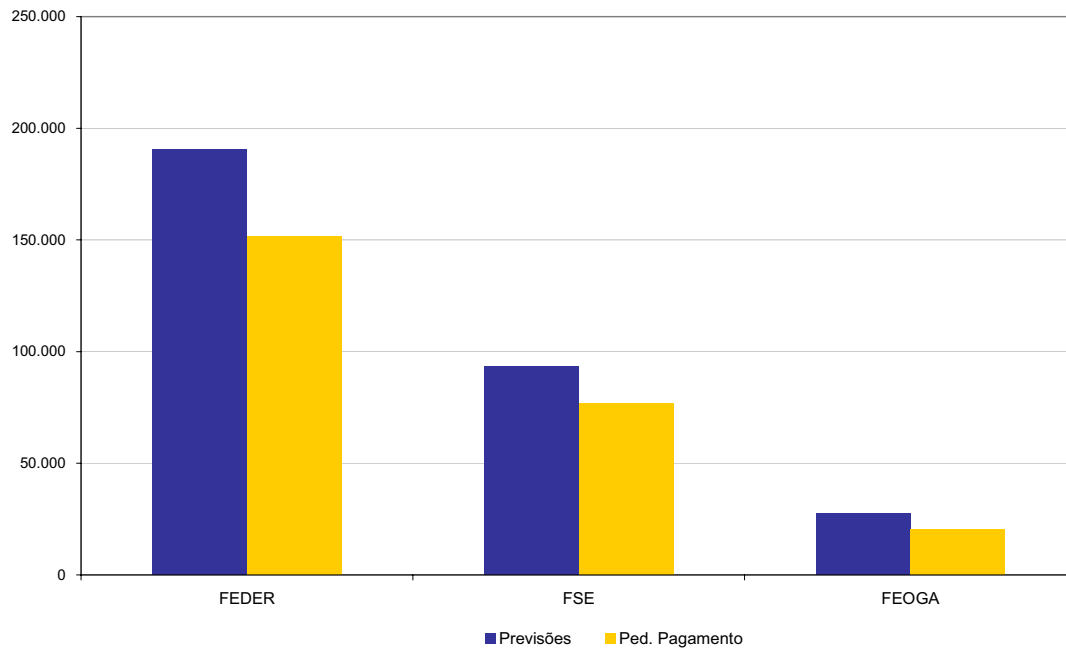
Do mesmo modo que para a taxa de compromisso, os níveis de execução apresentam grandes diferenças entre Medidas, Eixos e Fundos do Programa como se pode constatar através do Gráfico 3-5.

GRÁFICO 3-5 TAXA DE EXECUÇÃO 2000-2006 (DESPESA PÚBLICA)



No caso da taxa de execução é curioso notar que se verifica, ao contrário da taxa de compromisso, diferenças significativas entre os vários Fundos justificáveis em função da diferente natureza dos projectos aprovados, nomeadamente do seu tempo de implementação.

A comparação entre os valores de execução e as previsões efectuadas para os pedidos de pagamento no ano 2003 (ver Gráfico 3-6) evidenciam uma sobrestimação das previsões em cerca de 20 % para o total do Programa, verificando-se diferenças relativamente semelhantes para os vários Fundos.

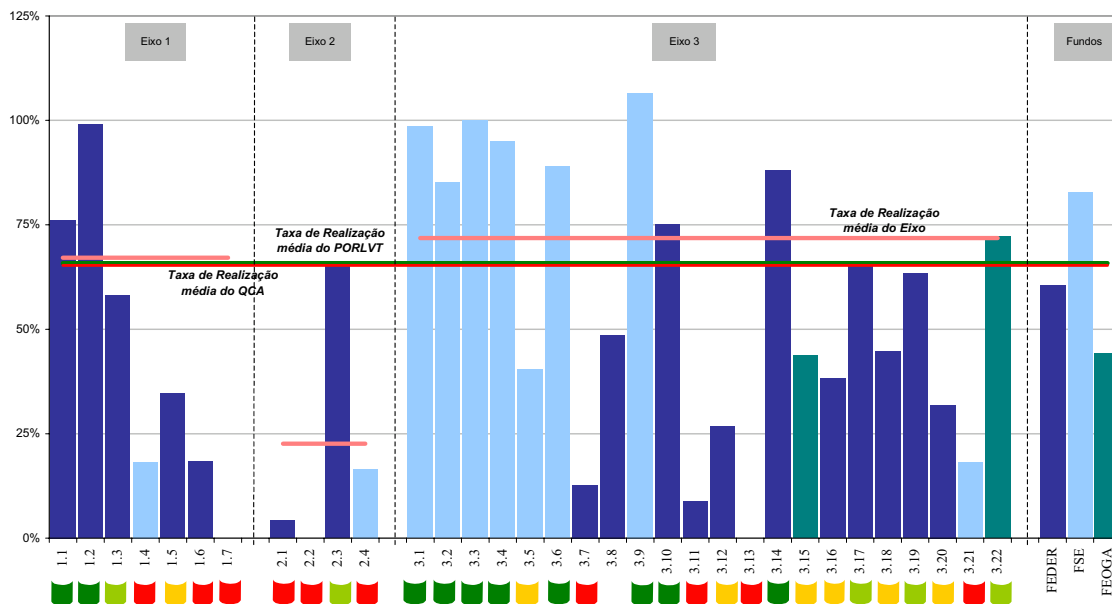
GRÁFICO 3-6 COMPARAÇÃO ENTRE AS PREVISÕES PARA A DESPESA FUNDO E OS PEDIDOS DE PAGAMENTO (ANO 2003)

3.4. EXECUÇÃO E COMPROMISSO: A TAXA DE REALIZAÇÃO

Em termos globais, para o período 2000-2003, o PORLVT apresenta uma taxa de realização financeira semelhante à taxa registada para o conjunto do QCA (65,7,% no PORLVT e 65,3% no QCA), mas com níveis muito diferenciados por Fundos e Eixos (ver Gráfico 3-7). Em particular observa-se uma taxa de realização elevada no conjunto do Eixo 3, nomeadamente das medidas desconcentradas do POEFDS (com excepção da medida 3.5.), e, ainda, das medidas 3.9 e 3.14.. Para além destas medidas destacam-se ainda as taxas de realização das duas medidas integralmente contratualizadas, com as Associações de Municípios (Medida 1.1. e em particular a Medida 1.2. que apresenta uma taxa de realização, no período 2000-2003 de 99%).

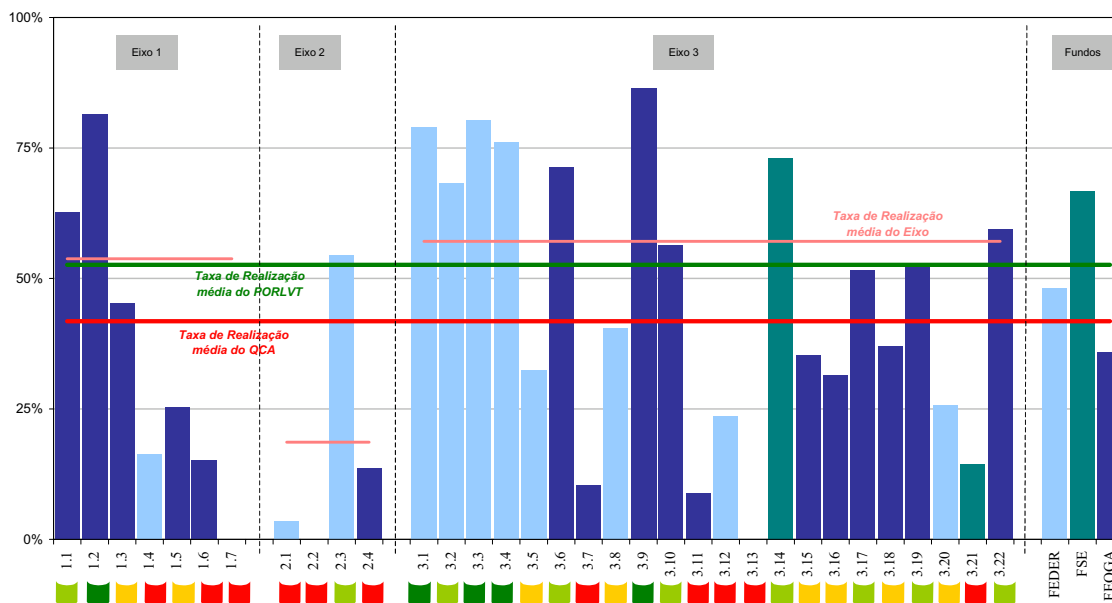
Contrariamente o Eixo 2 apresenta taxas de realização muito baixas, em que, pela relevância no conjunto da programação, se destaca a medida 2.1. que não vai além de uma taxa de realização de 4,2%. Igualmente o FEOGA e, em particular, a medida 3.15. apresenta um nível de realização muito inferior ao valor médio do Programa.

GRÁFICO 3-7 TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA NO PERÍODO 2000-2003



Tendo em consideração o grau de uniformidade das várias medidas, em termos do peso da programação financeira dos primeiros quatro anos (2000-2003) no total da programação do Programa, como ficou evidenciado no ponto 3.1. (ver Gráfico 3-2), os resultados das taxas de realização para o total do período de programação apresentam uma configuração muito semelhante às verificadas para os quatro primeiros anos (ver Gráfico 3-8), sendo de realçar o facto da medida 3.9. atingir já uma taxa de realização financeira próxima dos 87%.

GRÁFICO 3-8 TAXA DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA NO PERÍODO 2000-2006



Ao contrário do que se verifica no período 2000-2003, onde as taxas de realização do PO e do QCA apresentavam valores muito próximos, a comparação da taxa de realização financeira para o total do período de programação (2000-2006), apresenta, no caso do PORLVT, como seria de esperar, valores claramente superiores aos registados para o QCA (52,6% e 41,8% respectivamente) em consequência do ritmo de programação inicial do PO regional ser substancialmente mais elevado do que o ritmo do QCA (80% da programação do PORLVT concentrada nos primeiros quatro anos e apenas 64% da Programação do QCA).

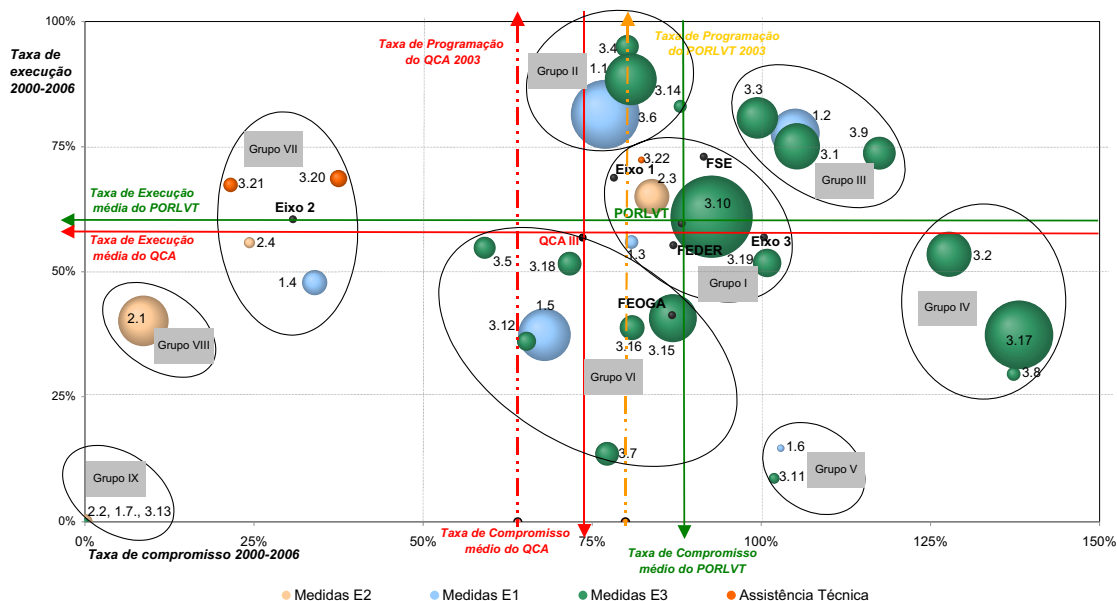
A decomposição destes níveis de *realização financeira*¹, em termos de *taxa de compromisso financeiro*, para o período 2000-2006 e a *taxa de execução da despesa aprovada* permite, clarificar o quadro de realização do PORLVT, evidenciando o posicionamento das várias medidas face aos valores médios de realização do PO e do QCA, e construir uma tipologia de classificação dos níveis de eficácia financeira das diferentes medidas do PO considerando 9 situações distintas (ver Gráfico 3-9).

- **Grupo I (compromissos e execuções médios):** Esta situação revelam uma boa gestão da procura em relação aos níveis de programação financeira inicial e um ritmo de execução regular. Fazem parte deste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 1.3;
 - o medida 2.3;
 - o medida 3.10;
 - o medida 3.19;
 - o medida 3.22;
 e ainda, globalmente, o Eixo 1, o Eixo 3, o FEDER e o FSE;
- **Grupo II (compromissos médios e execuções elevadas):** Situação reveladora de uma elevada capacidade de execução com graus de selectividade adequados, permitindo uma regulação da procura em níveis consentâneos com a programação inicial. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 1.1.;
 - o medida 3.4;
 - o medida 3.6.;
 - o medida 3.14.;

¹ Como facilmente se percebe a *taxa de realização* (TR_{06}), para o período 2000-2006, resulta do produto da *taxa de compromisso financeiro* (TC_{06}) com *taxa de execução da despesa aprovada* (TE_{06}) para os mesmos períodos de referência:

$$TR_{06} (\text{Exec.}_{03}/\text{Prog.}_{06}) = TC_{06} (\text{Aprov.}_{06}/\text{Prog.}_{06}) \times TE_{06} (\text{Exec.}_{03}/\text{Aprov.}_{06})$$

GRÁFICO 3-9 DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE REALIZAÇÃO 2000-2006: TAXA DE EXECUÇÃO E TAXA DE COMPROMISSO



Nota: as “bolhas” relativas às medidas representam o peso dessas medidas, em termos de despesa pública, no total do Programa.

- **Grupo III (compromissos elevados e execuções elevadas):** Situação reveladora de uma elevada adesão dos promotores e simultaneamente de uma elevada capacidade de execução que indicia uma antecipação da plena realização financeira e que pode revelar alguma escassez de recursos face à manutenção dos actuais níveis de procura. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 1.2.;
 - o medida 3.1.;
 - o medida 3.3.;
 - o medida 3.9.;
- **Grupo IV (compromissos elevados e execuções médias):** Situação reveladora de uma elevada adesão mas que não se traduziu ainda em execução em virtude da programação temporal dos projectos contemplar uma parte significativa da realização durante a segunda parte do actual período de programação.
 - o medida 3.2.;
 - o medida 3.8.;
 - o medida 3.17.;
- **Grupo V (compromissos elevados e execuções reduzidas):** Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 1.6.;

o medida 3.11.;

No caso da medida 1.6. a situação resulta da natureza da medida cujo conteúdo sendo a bonificação dos juros de empréstimos municipais leva a que o seu prazo de execução seja por natureza dilatado. No caso da medida 3.11., tendo em atenção a reduzida expressão financeira da medida, esta situação resulta fundamentalmente de um único projecto que se prevê concretizar durante o ano de 2004;

- **Grupo VI (compromissos médios e execuções médias ou reduzidas):** Esta situação parece revelar níveis de selectividade adequados, permitindo uma regulação da procura em níveis consentâneos com a programação inicial, mas que revela uma fraca capacidade de execução dos projectos aprovados. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

o medida 1.5.

o medida 3.5.

o medida 3.7.;

o medida 3.12.;

o medida 3.15.;

o medida 3.16.;

o medida 3.18.;

Encontra-se igualmente neste grupo o conjunto do FEOGA;

- **Grupo VII (compromissos reduzidos e execuções médias):** As medidas nesta situação revelam não só um défice de procura por parte dos promotores como apresentam níveis de execução muito reduzidos pelo que deverão merecer uma atenta reflexão em torno da sua actual definição. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:

o medida 1.4.

o medida 2.4;

o medida 3.20;

o medida 3.21;

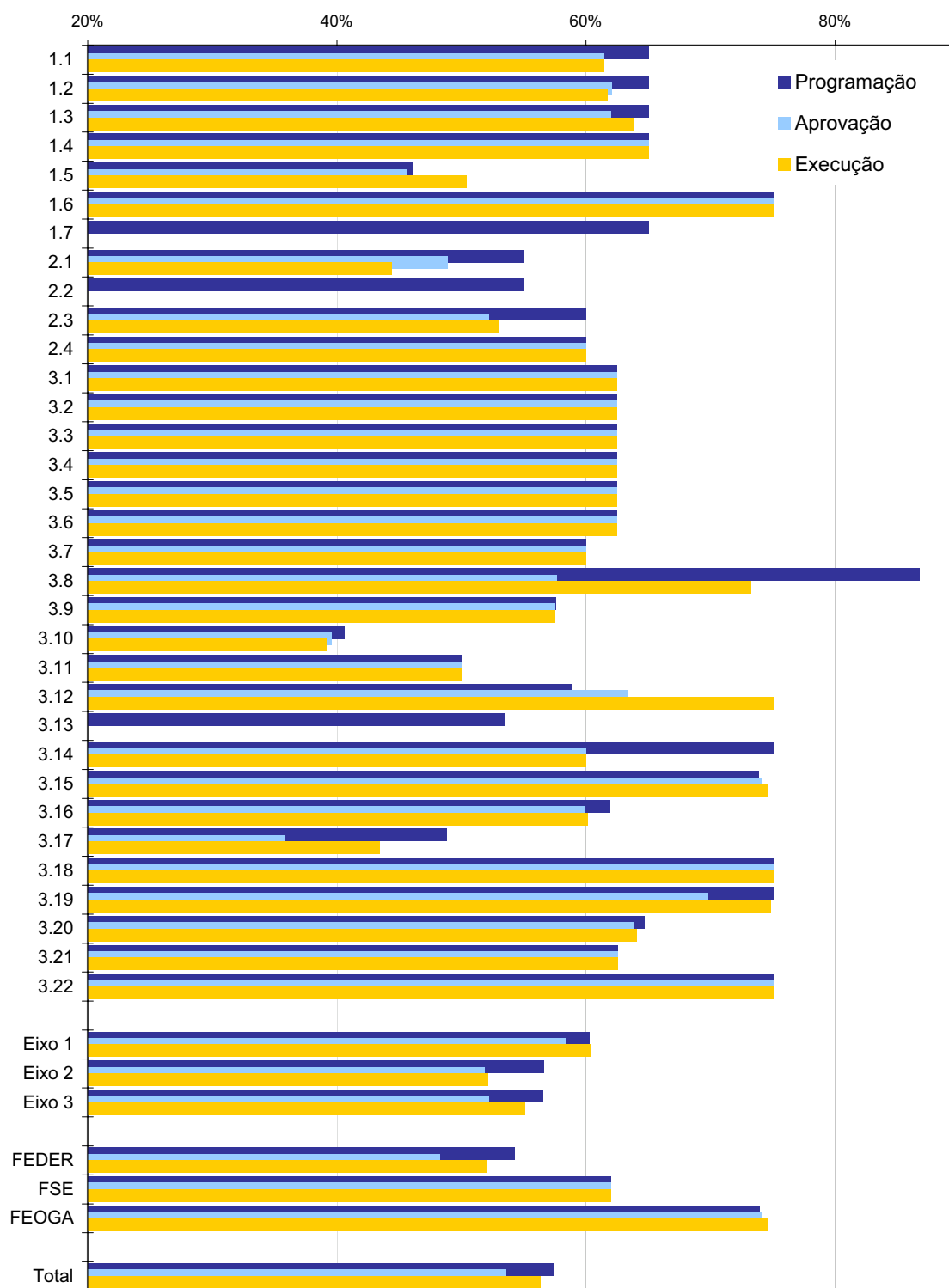
- **Grupo VIII (compromissos reduzidos e execuções reduzidas):** Nesta grupo, encontra-se apenas a medida 2.1. que atendendo à sua significativa dimensão no conjunto do Programa e, em particular no Eixo 2, pode, caso não seja objecto de uma significativa dinamização quer a nível das aprovações quer a nível das execuções, dificultar a taxa de realização final do Programa.

- **Grupo IX (compromissos e execuções nulas):** Nesta situação ainda não existem projectos aprovados o que deve constituir elemento de reflexão uma vez que uma das duas medidas envolvidas concentrava toda sua programação financeira até ao final do ano de 2003 (medida 3.13).. Encontram-se neste grupo as seguintes medidas:
 - o medida 2.2.;
 - o medida 3.13;
 - o medida 1.7, criada durante o decorrer do ano de 2003;

3.5. TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO

A comparação das taxas de comparticipação comunitária na despesa pública previstas na programação com as mesmas taxas na despesa pública aprovada e executada (ver Gráfico 3-10) apresenta, em termos globais desvios pouco significativos. No entanto, no caso das medidas 2.1., 2.3., 3.8., 3.14. e 3.17 os valores da taxa de comparticipação comunitária executada apresenta valores significativamente inferiores aos valores previstos na programação.

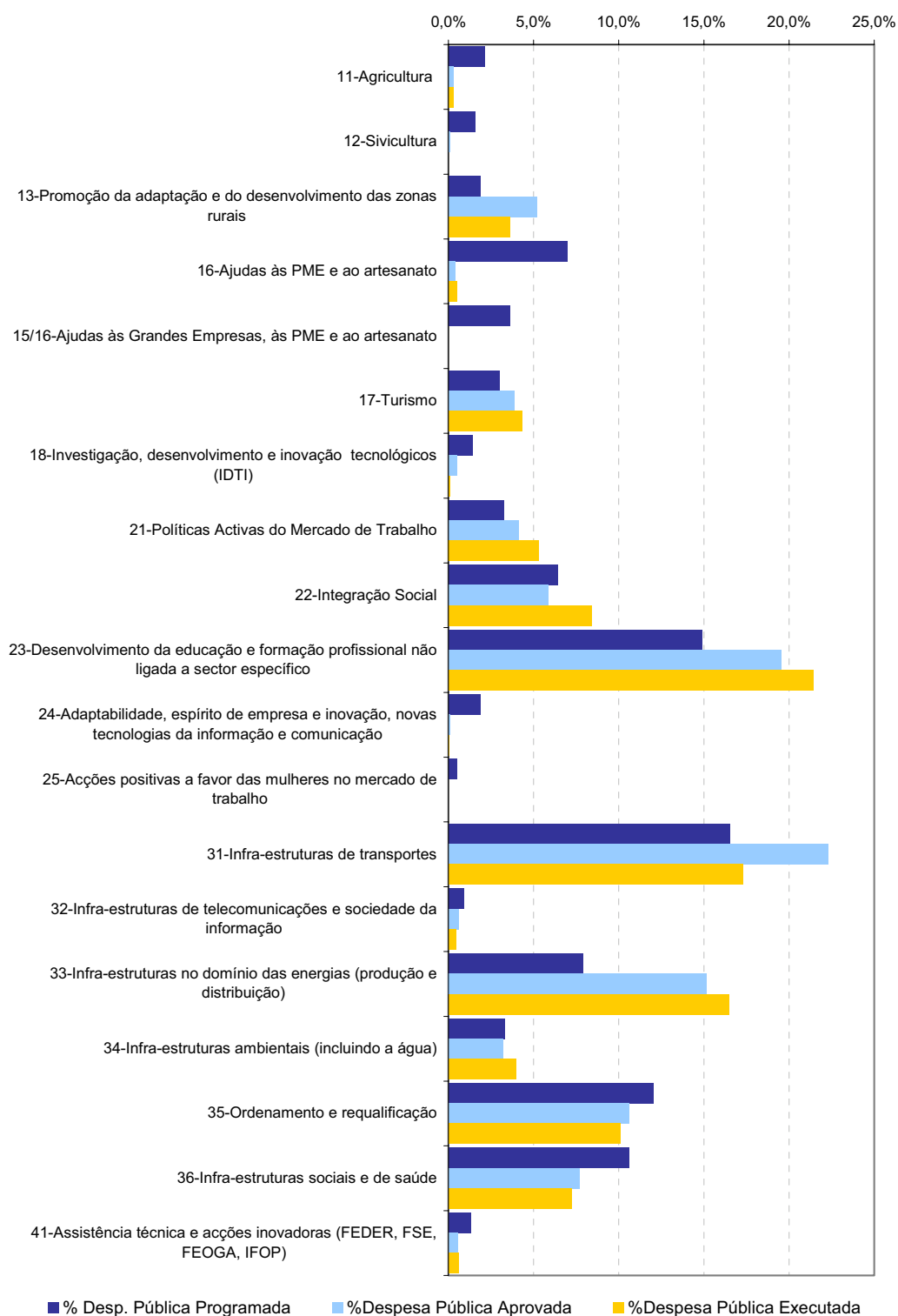
GRÁFICO 3-10 TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DA DESPESA PÚBLICA



3.6. DOMÍNIOS DE EXECUÇÃO

A distribuição por domínios de intervenção, de acordo com a classificação atribuída no Regulamento (CE) nº348/2001, da Comissão de 2 e Março, apresentada no Gráfico 3-11, evidencia, em termos gerais uma aproximação entre a distribuição prevista na programação e a distribuição da despesa pública aprovada e executada. As principais diferenças registam-se ao nível das ajudas às PME e ao artesanato, que perdem peso em relação à programação inicial, em detrimento das infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição), e das infra-estruturas de transporte e das políticas activas do mercado de trabalho. A desagregação por medidas permite constatar que as maiores diferenças se ficam a dever à medida 3.10 que, apresenta um considerável desvio entre os domínios de intervenção com execução face à distribuição por domínios prevista na programação.

GRÁFICO 3-11 DESPESA PÚBLICA PROGRAMADA, APROVADA E EXECUTADA POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO



**QUADRO 3-1: PESO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO NAS EXECUÇÃO DO PORLVT
- EIXOS PRIORITÁRIOS 1 E 2 -**

Med.	Fundo	Cód	Domínios de Intervenção	% domínio			Valor Executado (euros)	
				Program	Exec. Desp.	Exec. Fundo	Desp. Pública	Fundo
Medida 1.1.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	10%	3,8%	4,0%	6 509 323	4 231 060
		17	Turismo	10%	15,1%	15,2%	25 711 489	15 892 955
		31	Infra-estruturas de transportes	35%	48,3%	47,9%	82 462 887	50 233 985
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	45%	32,8%	32,9%	55 993 908	34 488 980
Medida 1.2.		33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	5%	0,0%	0,0%	0	0
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	45%	46,3%	48,9%	52 759 696	34 327 277
		35	Ordenamento e requalificação	50%	53,7%	51,1%	61 140 368	35 911 328
Medida 1.3.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	45%	2,3%	2,4%	115 373	74 993
		17	Turismo	40%	86,5%	86,2%	4 329 956	2 751 513
		32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	15%	11,2%	11,4%	560 891	364 579
Medida 1.4.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	45%	91,5%	91,5%	5 539 237	3 600 504
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	45%	8,5%	8,5%	514 457	334 397
		25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	10%	0,0%	0,0%	0	0
Medida 1.5.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	15%	0,0%	0,0%		
		17	Turismo	5%	11,5%	11,5%	4 629 016	2 348 322
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	10%	1,8%	1,8%	712 139	356 070
		35	Ordenamento e requalificação	50%	86,2%	86,3%	34 778 561	17 547 350
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	20%	0,5%	0,4%	221 331	88 533
Medida 1.6.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	40%	48,3%	48,3%	258 538	193 904
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	40%	12,9%	12,9%	69 178	51 884
		35	Ordenamento e requalificação	20%	38,7%	38,7%	207 017	155 263
Medida 2.1.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	25%	0,0%	0,0%	0	0
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	10%	0,0%	0,0%	0	0
		35	Ordenamento e requalificação	50%	100,0%	100,0%	5 104 008	2 266 651
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	15%	0,0%	0,0%	0	0
Medida 2.2.	FSE	17	Turismo	25%	0,0%	0,0%	0	0
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	5%	0,0%	0,0%	0	0
		22	Integração Social	20%	0,0%	0,0%	0	0
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	25%	0,0%	0,0%	0	0
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0,0%	0,0%	0	0
		25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	5%	0,0%	0,0%	0	0
Medida 2.3.	FEDER	13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	10%	13,7%	14,7%	5 259 056	2 981 371
		17	Turismo	25%	31,3%	30,5%	12 006 578	6 190 340
		35	Ordenamento e requalificação	65%	54,9%	54,8%	21 049 466	11 108 974
Medida 2.4.	FSE	16	Ajudas às PME e ao artesanato	20%	0,0%	0,0%	0	0
		17	Turismo	40%	100,0%	100,0%	1 025 479,00	615 287,00
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	40%	0,0%	0,0%	0	0

**QUADRO 3-2: PESO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO NA EXECUÇÃO DO PORLVT
- EIXO PRIORITÁRIO 3-**

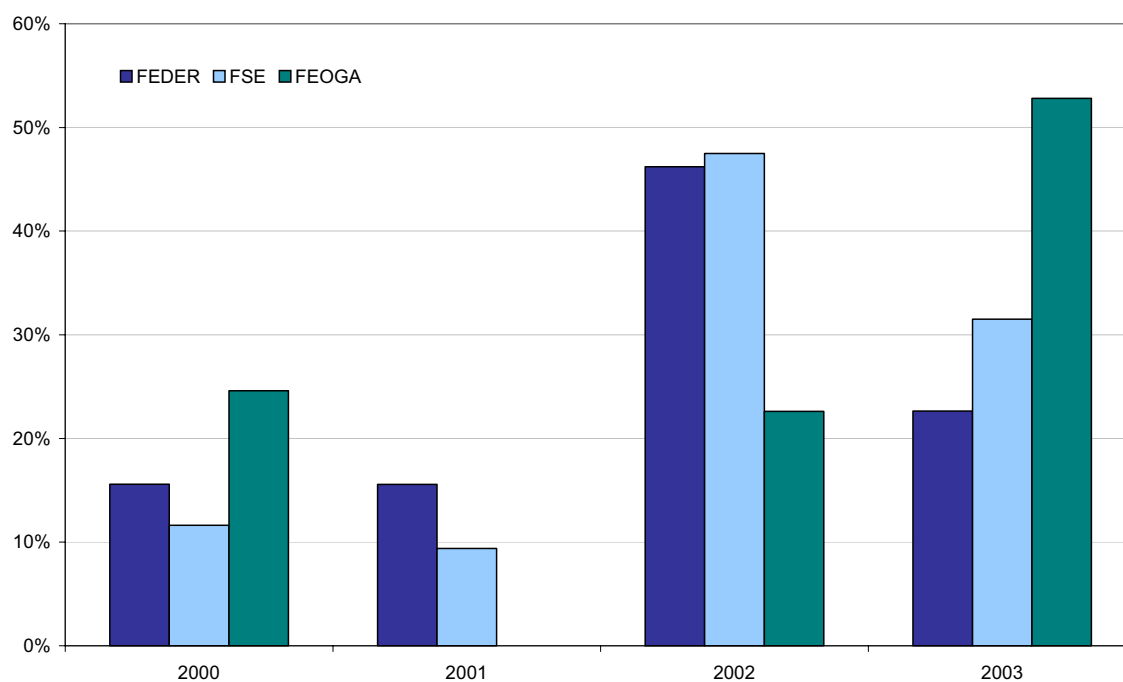
Med.	Fundo	Cód	Domínios de Intervenção	% domínio			Valor Executado(euros)	
				Prog.	Exec. Desp.	Exec. Fundo	Desp. Pública	Fundo
Medida 3.1.	FSE	17	Turismo	0%	8,7%	8,7%	8 531 502	5 327 727
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0%	91,3%	91,3%	89 824 868	56 078 953
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	0,0%	0,0%	0	0
Medida 3.2.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	80%	100,0%	100,0%	79 790 662	49 869 163
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0,0%	0,0%	0	0
Medida 3.3.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	30%	48,5%	42,1%	43 408 606	20 847 304
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	70%	57,9%	57,9%	46 046 937	28 625 966
Medida 3.4.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	100%	100,0%	100,0%	23 739 094	14 836 932
Medida 3.5.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	73%	0,0%	0,0%	0	0
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	0%	100,0%	100,0%	9 480 645	5 721 227
		25	Ações positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	27%	0,0%	0,0%	0	0
Medida 3.6.	FSE	22	Integração Social	100%	100,0%	100,0%	111 569 709	69 613 445
Medida 3.7.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	100%	0,0%	0,0%	0	0
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0%	100,0%	100,0%	3 459 996	2 075 997
Medida 3.8.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100,0%	100,0%	4 566 820	3 345 781
Medida 3.9.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	100,0%	100,0%	54 072 476	31 091 674
Medida 3.10.	FEDER	15/16	Ajudas às Grandes Empresas, às PME e ao artesanato	45%	0,0%	0,0%	0	0
		17	Turismo	3%	0,6%	1,2%	1 363 236	1 022 427
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	3%	0,0%	0,0%	0	0
		33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	49%	99,4%	98,8%	218 879 978	85 243 162
Medida 3.11.	FEDER	18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	100%	100,0%	100,0%	616 436	308 218
Medida 3.12.	FEDER	32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	100%	100,0%	100,0%	4 977 270	3 732 953
Medida 3.13.	FSE	24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	100%	0,0%	0,0%	0	0
Medida 3.14.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100,0%	100,0%	7 395 165	4 437 099
Medida 3.15.	FEOGA	11	Agricultura	40%	8,3%	8,0%	3 894 196	2 780 666
		12	Sívicultura	30%	0,3%	0,3%	142 894	107 171
		13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	30%	91,3%	91,7%	42 627 783	31 925 447
Medida 3.16.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100,0%	100,0%	11 140 788	6 701 000
Medida 3.17.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100,0%	100,0%	139 569 658	60 611 521
Medida 3.18.	FEDER	35	Ordenamento e requalificação	100%	100,0%	100,0%	12 122 108	9 091 581
Medida 3.19.	FEDER	34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	8%	0,0%	0,0%	0	0
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	92%	100,0%	100,0%	24 330 400	18 196 707
Medida 3.20.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100,0%	100,0%	4 533 444	2 917 932
Medida 3.21.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100,0%	100,0%	1 742 303	1 089 953
Medida 3.22.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100,0%	100,0%	1 699 306	1 274 479

3.7. FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

Os pagamentos da União Europeia durante o ano de 2003 totalizaram aproximadamente 190 milhões de euros, correspondendo a 27,4% dos pagamentos efectuados durante os primeiros quatro anos do Programa e correspondem a cerca de 60% do montante de Fundo programado para o período 2000-2003.

O perfil de distribuição anual dos pagamentos relativos aos três Fundos Estruturais envolvidos no PORLVT é relativamente semelhante no caso do FEDER e do FSE (ver Gráfico 3-12) e, no caso do FEOGA apresenta o maior peso no ano de 2003 que concentra cerca de 53% dos pagamentos efectuados.

GRÁFICO 3-12 DISTRIBUIÇÃO DOS PAGAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA POR ANOS E FUNDOS ESTRUTURAIS



O histórico dos pedidos e pagamentos efectuados por Fundos, apresentados nos Quadro 3-3, Quadro 3-4, Quadro 3-5, permitem verificar 88% dos pedidos de pagamentos efectuados encontraram-se pagos, sendo esta percentagem de 88% no FEDER, 93% no FSE e 71% no FEOGA.

QUADRO 3-3 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA - FEDER
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO
Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FEDER

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2003 - FEDER

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. FEDER 2000-2006 a)	PED. PAG. INTERMÉDIOS	TOTAL CRÉDITOS	POR CONTA a)	REALIZADOS		POR SATISFAZER
				POR REEMBOLSO	TOTAL PAGAMENTOS	
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)-(6)
63 735,840	400 667,725	464 403,565	63 735,840	345 138,353	408 874,193	55 529,372

a) Inclui acréscimo de dotação no montante de 5 250 Euros (7% x 75 000 Euros) - Reprogramação medida das Acessibilidades.

Histórico dos Pagamentos por Conta		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	00-09-25	31 865,295
2ª parcela(3,5%)	00-12-12	31 865,295
Reprog.med. Acessib.	03-12-18	5,250
TOTAL		63 735,840

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º/ 2000	00-10-31	1 873,951 1 873,951	1º/ 2000 Regularização	01-07-06 02-05-28	1 873,951 0,009
2º/ 2000	00-12-15	629,802 629,802	2º/ 2000 Regularização	01-07-06 02-05-28	629,802 545,267 84,535
1º/ 2001	01-04-20	11 204,990 11 204,990	1º/ 2001 Regularização	01-07-06 02-05-28	11 204,990 10 854,651 350,339
2º/ 2001	01-07-19	21 385,494 21 385,494	2º/2001 Regularização	01-10-09 02-05-28	21 385,494 20 517,062 868,432
3º/2001	01-10-22	30 584,102 30 584,102	3º/2001 Regularização	01-12-26 02-05-28	30 584,102 29 881,813 702,289
1º/2002	02-03-27	51 163,834	1º/2002	02-06-07	51 163,834
2º/2002	02-05-07	21 613,670 21 613,670	2º/2002 Regularização	02-07-12 03-03-31	21 613,670 20 622,201 991,469
3º/2002	02-08-23	20 589,347 20 589,347	3º/2002 Regularização	02-10-09 03-03-31	20 589,347 19 723,797 865,550
4º/2002	02-10-30	36 644,912 36 644,912	4º/2002 Regularização	02-12-30 03-03-31	36 644,912 36 196,232 448,680
5º/2002	02-12-30	59 198,311	5º/2002	03-03-31	59 198,311
1º/2003	03-04-17	31 809,245	1º/2003	03-05-20	28 784,863
2º/2003	03-06-25	20 281,495	2º/2003	03-07-15	20 155,505
3º/2003	03-10-31	43 537,769	3º/2003	03-12-18	41 309,571
4º/2003	03-12-04	33 839,022			
5º/2003	03-12-15	16 311,780			
			Reembolsado Regularizado		340 827,049 4 311,304
TOTAL		400 667,725	TOTAL		345 138,353

QUADRO 3-4 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA -FSE

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO
Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FSE

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2003 - FSE

unidades: euros

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006	PED. PAG. INTERMÉDIOS	TOTAL CRÉDITOS	REALIZADOS			POR SATISFAZER
			POR CONTA	POR REEMBOLSO	TOTAL PAGAMENTOS	
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)-(6)
30.164.330,00	249.117.941,29	279.282.271,29	30.164.330,00	229.373.792,61	259.538.122,61	19.744.148,68

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	13-10-2000	15.082.165,00
2ª parcela(3,5%)	22-12-2000	15.082.165,00
TOTAL		30.164.330,00

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
unidade: euro					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º/2001	11-06-2001	3.759.086,95	1º/2001	26-09-2001	3.759.086,95
2º/2001	24-08-2001	20.622.259,38	2º/2001	21-11-2001	20.622.259,38
3º/2001	28-11-2001	37.330.598,27	3º/2001	11-01-2002	37.330.598,27
1º/2002	13-03-2002	21.140.359,78	1º/2002	31-05-2002	21.140.359,78
2º/2002	24-06-2002	48.765.109,18	2º/2002	20-08-2002	48.765.109,18
3º/2002	27-09-2002	16.012.836,62	3º/2002	04-11-2002	16.012.836,62
1º/2003	31-01-2003	22.807.159,23	1º/2003	20-03-2003	22.807.159,23
2º/2003	09-06-2003	40.249.490,58	2º/2003	24-07-2003	40.249.490,58
3º/2003	03-10-2003	18.686.892,62	3º/2003	12-11-2003	18.686.892,62
4º/2003	22-12-2003	19.744.148,68			
TOTAL		249.117.941,29	TOTAL		229.373.792,61

QUADRO 3-5 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA - FEOGA

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA E VALE DO TEJO
Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FEOGA

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2003 - FEOGA

unidades: mil euros

CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE			
7% PROG. Fundo 2000-2006	PED. PAG. INTERMÉDIOS	TOTAL CRÉDITOS	REALIZADOS			POR SATISFAZER
			POR CONTA	POR REEMBOLSO	TOTAL PAGAMENTOS	
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)-(6)
7.500,640	35.229,963	42.730,603	7.500,640	22.999,937	30.500,577	12.230,026

Histórico dos Pagamentos por Conta		
unidade: mil euro		
Designação	Data	Mont.
1ª parcela(3,5%)	10-10-2000	3.750,320
2ª parcela(3,5%)	05-12-2000	3.750,320
TOTAL		7.500,640

Histórico dos Pagamentos Intermédios					
unidade: euro					
Pedidos			Reembolsados		
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.
1º	27-12-2001	596.055,97	1º	17-05-2002	596.056,00
2º	30-10-2002	8.162.833,11	2º	28-11-2002	6.297.233,00
3º	26-12-2002	6.110.415,28	3º	03-03-2003	4.705.390,00
4º	26-09-2003	4.702.441,10	4º	20-10-2003	7.752.528,00
5º	29-10-2003	3.623.452,10	5º	02-12-2003	3.648.730,00
6º	16-12-2003	12.034.765,58	6º		
TOTAL		35.229.963,14	TOTAL		22.999.937,00

3.8. PERSPECTIVAS DE CUMPRIMENTO DA REGRA DO N+2

O PORLVT cumpriu, em 2003, a regra N+2, ao conseguir obter uma execução acumulada, por fundo superior aos valores programados para os anos de 2000 e 2001². Para além de se verificar que os diferentes Fundos tiveram diferentes graus de dificuldade no cumprimento da regra é, igualmente possível observar, com base no Gráfico 3-13, o contributo muito diferenciado das várias medidas para o atingir da meta imposta pela regra N+2.

As perspectivas de cumprimento desta regra para o ano de 2004 implicam um considerável aumento do ritmo de execução no caso do FEOGA, verificando-se que para o FSE o resultado já se encontra globalmente atingido (ver Gráfico 3-14). No caso do FEDER será necessário realizar cerca de 25% mais do que o realizada em média no conjunto dos quatro primeiros anos, o que no entanto, atendendo ao ritmo anual crescente de execução, corresponde a um valor de cerca de 70% da execução realizada durante o ano de 2003.

A observação do Gráfico 3-14 permite no entanto verificar que o contributo das diversas medidas FEDER para o cumprimento da regra N+2 é muito diferenciado sendo notórios as diminutas execuções das medidas 2.1., 3.7., 1.5 e 3.8..

² Note-se o FEOGA foi objecto de uma derrogação das verbas previstas para 2000 e 2001 da ordem dos 7 milhões de euros. O FEOGA corrigido da derrogação é apresentado com um asterisco no Gráfico 3-13.

GRÁFICO 3-13 CUMPRIMENTO DA REGRA N+2 EM 2003

(Relação entre a despesa em Fundo executada acumulada e a despesa prevista em Fundo para os anos de 2000 e 2001, líquida dos adiantamentos iniciais)

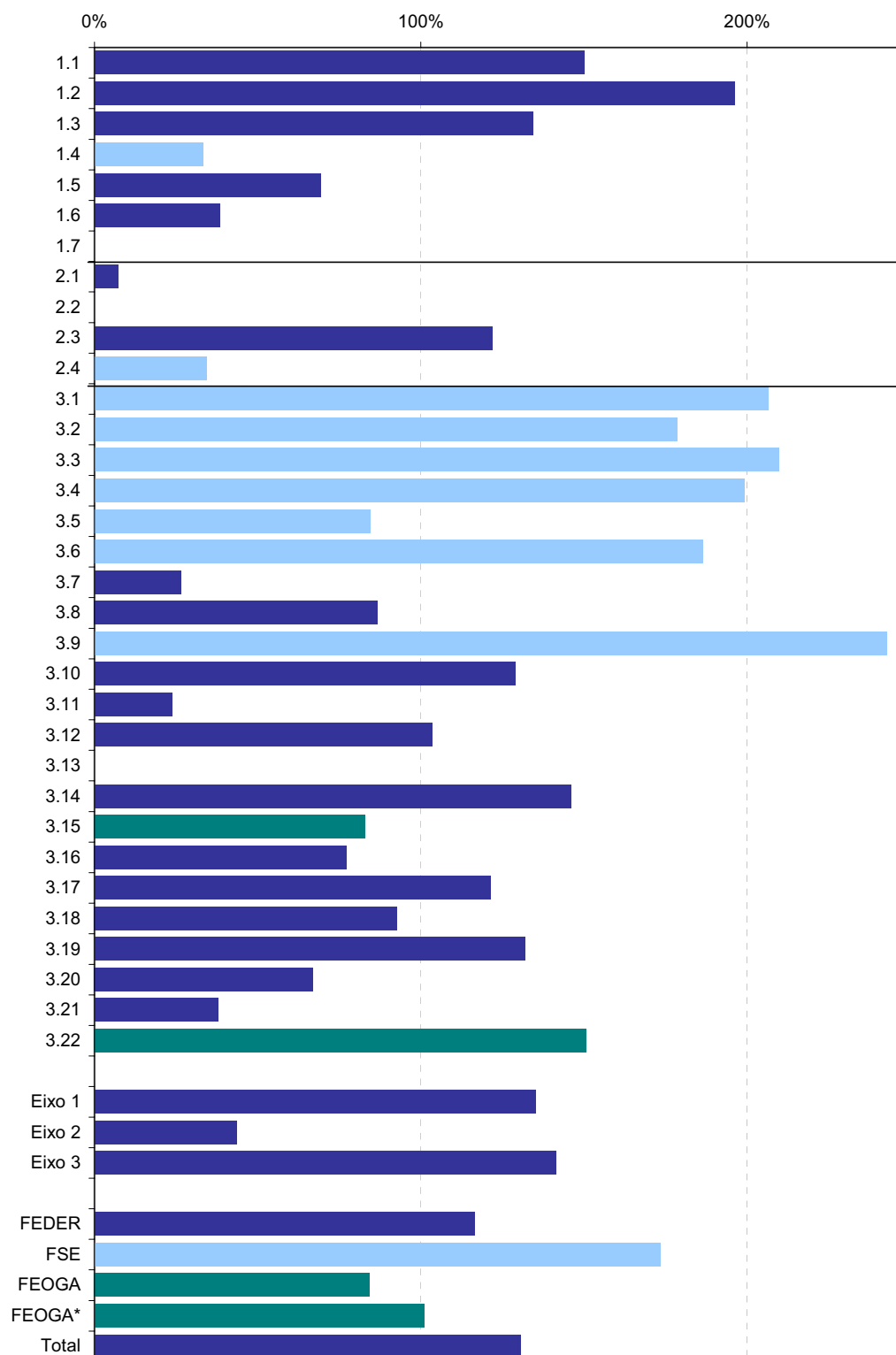
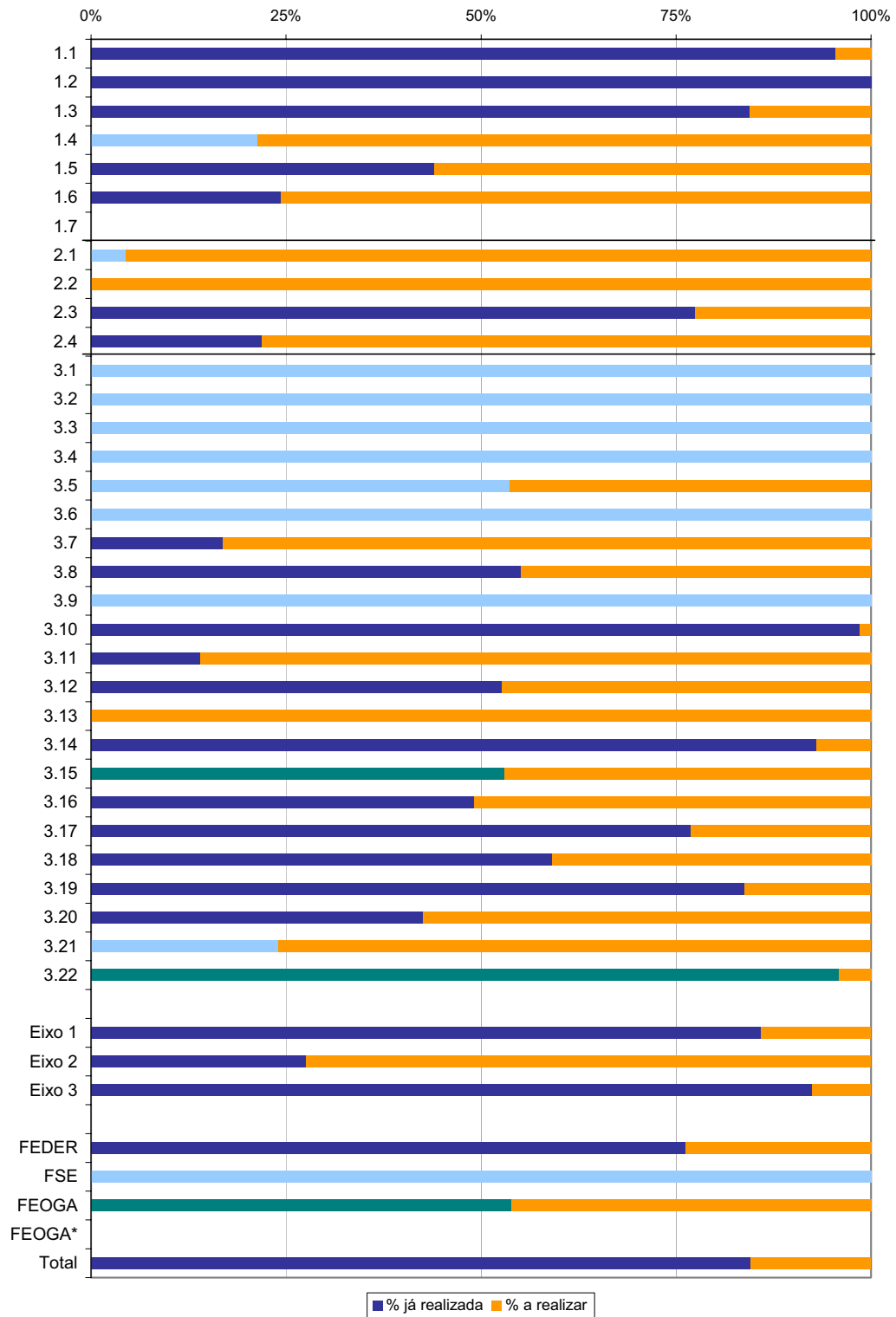


GRÁFICO 3-14 PERSPECTIVAS PARA O CUMPRIMENTO DA REGRA N+2 EM 2004
 (% de despesa a realizar face ao objectivo para o final do ano)



3.9. RESERVA DE EFICIÊNCIA

A criação de uma Reserva de Eficiência, prevista no Regulamento 1260/1999 de 21 Junho, destina-se a premiar o esforço de implementação das intervenções apoiadas por fundos estruturais, tendo como objectivo melhorar a eficácia na sua aplicação. Neste sentido foram definidos três grupos de critérios (gestão, execução financeira e eficácia) que procuram reflectir as preocupações que devem ser tidas durante a execução do Programa Operacional. Os resultados, apresentados seguidamente, permitem verificar de forma clara o cumprimento dos diversos critérios por parte do PORLVT e, deste modo, colocando o Programa em condições de acesso aos financiamentos programadas para a reserva de eficiência do QCA Nacional.

Critérios de Gestão

Em relação aos critérios de gestão foi possível tornar disponível, num prazo inferior a quatro meses após a aprovação do complemento de programação, para todas as medidas do Programa, informação completa sobre a execução financeira e, antes do final do 1º semestre de 2001, informação completa sobre a realização física, garantindo desta forma o cumprimento do critério relativo à qualidade do sistema de gestão quer em relação à informação financeira quer em relação à informação sobre a realização física.

Em relação ao critério da Qualidade do Sistema de Controlo foram cumpridos o estipulado em termo da montagem do sistema, cumprindo os requisitos de fiscalização dos projectos nas suas componentes material, financeira e contabilística e, simultaneamente, garantindo o cumprimento do prazo de 30 de Junho de 2001 para a sua definição. Por outro lado, foi possível atingir uma percentagem de 8,6% das despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras e de gestão relativamente ao total da correspondente programação dos Fundos estruturais.

Finalmente, foram definidos, desde o início do PO, um conjunto de critérios de selecção objectivos e claramente identificados, que se aplicaram à totalidade dos projectos candidatos, garantindo, desta forma, um processo de análise em função de critérios de selecção objectivos e claramente identificados.

Qualidade do Sistema de Avaliação

O Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa mereceu, em termos globais, a classificação máxima, por parte do Grupo Técnico de Acompanhamento, tendo sido destacados os seguintes aspectos:

- *Incorpora todos os domínios de avaliação previstos no Caderno de Encargos;*
- *Respeita todas as orientações e recomendações emanadas pela Comissão Europeia e pela Comissão de Gestão do QCAIII;*
- *Cumprimenta cabalmente a proposta metodológica apresentada ;*
- *Os resultados do exercício da avaliação são consistentes com as análises detalhadas efectuadas;*
- *Não foram detectadas pontos fracos no relatório, podendo-se considerar como uma fraqueza o ser muito extenso, o que no entanto se encontra ultrapassado com a apresentação do Sumário Executivo onde estão sistematizados os diversos capítulos do estudo.*
- *As conclusões e recomendações dos avaliadores são apresentadas de forma clara e imparcial;*
- *O relatório apresenta-se muito bem organizado e com tratamento gráfico bastante cuidado.*

Critérios da eficácia

O critério da eficácia do PO compreende a verificação, por parte da equipa responsável pela Avaliação Intercalar do cumprimento das metas definidas para meio percurso (final de 2003) do conjunto de indicadores de Realização e de Resultados, incluídos no Complemento de Programação. No Caso do PORLVT foram previstos inicialmente um total 28 indicadores afectos à reserva de eficiência, sendo 16 indicadores de realização e 12 de resultados.

Os resultados³ para os 16 indicadores de realização, seleccionados para a atribuição da reserva de eficiência, são apresentados no Quadro 3-6. A apreciação detalhada do quadro permite constatar que, do conjunto de 16 indicadores de realização, 14 cumprem as metas estimadas para

³ A avaliação do cumprimento das metas dos indicadores afectos à reserva de eficiência tem como base a metodologia indicativa do documento da Comissão de Gestão do QCA III - *Contribuição da Avaliação Intercalar para a quantificação dos indicadores da reserva de eficiência (critério de eficácia)*. Para uma análise detalhada da metodologia seguida ver o capítulo 9 do Relatório Final da Avaliação Intercalar.

30/06/2003 e 2 estão em situação de incumprimento. Em situação de cumprimento encontram-se os seguintes indicadores:

- 1.1.1. N° de km de estradas municipais construídos, apoiados;
- 1.1.2. - N° de equipamentos culturais construídos, apoiados;
- 1.1.3. - N° equipamentos escolares do ensino básico construídos, apoiados;
- 1.1.4. - N° equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados;
- 1.2.1. - N° de acções de valorização do património histórico, apoiadas;
- 1.2.2.- N° de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas;
- 2.3.1. - N° intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas;
- 2.3.2. - N° áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas;
- 3.1.1. - N° médio anual de formandos em formação em alternância;
- 3.3.1. N° de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes);
- 3.9.1. - N° de formandos;
- 3.10.1- Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (n° de Km);
- 3.17.1. - Extensão de estradas a construir ou requalificar (n° de Km);
- 3.17.2 N° de barcos de transporte de passageiros a adquirir.

QUADRO 3-6: INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA -INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Medida	Indicadores								
	Designação	Quantificação							Taxa de realiz. (%)
		Situação de partida		2003	2006	Indicad. Físicos 30/06/03	Metas 30/06/03		
		Ano	Val.						
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=7/8	
1.1 Acessibilidades e equipamentos	1.1.1. Nº de km de estradas municipais construídos, apoiados	1	1994-99	188	175	250	150	140	107.8%
	1.1.2. Nº de equipamentos culturais construídos, apoiados	2	1994-99	16	14	20	13	11.2	123.2%
	1.1.3. Nº equipament. escolares do ensino básico construídos, apoiados	3	1994-99	6	7	10	14	5.6	260.7%
	1.1.4. Nº equipamentos de lazer e desportivos construídos, apoiados	4	1994-99	48	21	30	24	16.8	145.9%
1.2. Valorização ambiental e patrimonial	1.2.1. Nº de acções de valorização do património histórico, apoiadas	5	1994-99	17	7	10	6	5.6	107.1%
	1.2.2. Nº de acções de valorização e requalificação urbana, apoiadas	6	1994-99	21	20	30	46	16	291.5%
1.4. Formação para o desenvolvimento	1.4.1. Nº médio de formandos por ano	7	1994-99	7 126	7 322	6 437	6949 ^(a)	7322	94.9%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				29 288	45 059	13898 ^(b)	23430 ^(b)	59.3%
2.3 VALTEJO-Valorização do Tejo	2.3.1. Nº intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas	8	1994-99	3	4	10	8	3.2	257.8%
	2.3.2. Nº áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas	9	1994-99	4	4	10	4	3.2	145.3%
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	3.1.1. Nº médio anual de formandos em formação em alternância	10	1994-99	5 139	5 332	3 800	7 083 ^(a)	5332	132.8%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				21 328	26 600	21 249	17 062.4	124.5%
3.3 Qualificação e inserção profissional dos desempregados	3.3.1. Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	11	1994-99	7 284	6 175	4 400	7 842 ^(a)	6175	127.6%
	Conversão dos valores médios anuais em valores acumulados				24 700	30 800	23 526	19 760	119.1%
3.9 Ensino profissional	3.9.1. Nº de formandos	12	2000	0	9 000	12 990	13 021 ^(a)	7 200	180.9%
3.10 Economia	3.10.1 Extensão da rede de distribuição de gás natural - Primária+Secundária (nº de Km)	13	1994-99	2 500	570	1 100	1 356	456	297.5%
3.17 Acessibilidades e transportes	3.17.1 Extensão de estradas a construir ou requalificar (nº de Km)	14		-	15	55	56	12	467.9%
	3.17.2 Nº de barcos de transporte de passageiros a adquirir	15		-	2	8	2	1.6	125.0%
3.18. Ambiente	3.18.1 Extensão de costa a intervir (nº de Km)	16	2000	-	4	8	0	3.2	0.0%

(a) Os valores disponíveis referem-se a 31/12/2002, no entanto dado tratarem-se de indicadores relativos a medidas do FSE, os valores de execução relativos a Junho não têm qualquer relevância para efeitos da estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados (Março/Abril) no ano seguinte, reflectindo a execução do ano anterior.

(b) Este valor refere-se apenas aos anos de 2001 e 2002.

Em situação de incumprimento, pelo contrário, encontram-se os seguintes indicadores:

- 1.4.1. - N° médio de formandos por ano ;
- 3.18.1. - Extensão de costa a intervir (n° de Km).

Em relação aos indicadores de resultado, a aferição do cumprimento da meta de 2003 foi baseada em projecções de valores dos indicadores para 31 de Dezembro de 2003. A formulação destas estimativas implicou, não só, um conhecimento das relações observadas, em anos anteriores, entre resultados por um lado e realizações físicas ou financeiras.

Os resultados, apresentados no Quadro 3-7, permitem constatar que no conjunto de 12 indicadores de resultados, os seguintes 11 indicadores cumprem, de acordo com a metodologia definida, as metas estimadas para 31/12/2003:

- 1.1.1 Densidade da rede rodoviária municipal (n° de Km/1000Km²);
- 1.1.2. - % de População servida por biblioteca;
- 1.1.3. - % de População servida por equipamentos desportivos;
- 1.2.1. - % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes;
- 1.2.2. - % de População servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- 1.4.1 Taxa de cobertura (n° de formandos/n° de efectivos da administração local) (%);
- 2.3.1. % de freguesias com pólos de atracção turística;
- 3.1.1. N° médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III);
- 3.3.1. % de desempregados não DLD que receberam acções de política activa;
- 3.9.1. N° de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III;
- 3.10.1 N° de clientes totais da rede de distribuição de gás natural.

Apenas o indicador 3.18.1. “N° de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza” não atingirá a meta prevista.

QUADRO 3-7: INDICADORES DA RESERVA DE EFICIÊNCIA - INDICADORES DE RESULTADO

Medida	Indicadores								
	Designação		Quantificação						
			Situação de partida		Metas		Valor a 31/12/02	Valor estim 31/12/03	Taxa realiz. (%)
			Ano	Val.	2003	2006			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=8/5	
1.1 Acessibilidades e equipamentos	1.1.1 Densidade da rede rodoviária municipal (nº de Km/1000Km ²)	1	1999	1 026	1 041	1 047	1 039	1 041	100%
	1.1.2. % de população servida por biblioteca	2	1998	54%	70%	80%	90.5% ^(a)		
	1.1.3 % de população servida por equipamentos desportivos	3	1998	55%	70%	80%	76% ^(b)	80.9%	101%
	<i>Revisão do indicador de acordo com a informação actual produzida</i>				65%	80%			
1.2 Valorização ambiental e patrimonial	1.2.1 % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	4	1997	53%	70%	95%	67.1% ^(c)	75.3%	103%
			1998	56.4%	73.4% ⁽ⁱ⁾				
	1.2.2. % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos	5	1997	66%	85%	100%		100% ^(f)	118%
1.4 Formação para o desenvolvimento	1.4.1 Taxa de cobertura (nº de formandos/nº de efectivos da administração local) (%)	6	1999	24.8%	31%	34.9%	35.3% ⁽¹⁾		
2.3 VALTEJO - Valorização do Tejo	2.3.1. % de freguesias com pólos de atracção turística	7	1998	34.8%	37%	40%	35.2%	37.8% ^(d)	102%
3.1 Promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa	3.1.1. Nº médio anual de formandos em formação em alternância que tenham obtido a qualificação correspondente à formação seguida (nível II e III)	8	1994-99	5 139	5 319	3 800	6 423 ⁽¹⁾	6647	125%
	<i>Conversão dos valores médios anuais em acumulados</i>					21 276	26 600	19 269	26589
3.3 Qualificação e inserção profission dos desempregados	3.3.1. % desempregados não DLD que receberam acções de política activa	9	1994-99	11%	13%	9%	14,3% ⁽¹⁾	13,9%	107%
3.9 Ensino profissional	3.9.1. Nº de formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação profissional de nível III	10	2000	0	1 950	2 800	2 211	2211 ^(h)	113% ^(h)
3.10 Economia	3.10.1 Nº de clientes totais da rede de distribuição de gás natural	11	1994-99	300 372	454 600	540 000	539 673 ^(e)	539 673 ^(g)	118% ^(g)
3.18 Ambiente	3.18.1. Nº de utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	12	2000	0	4 000	8 000	0	0	0%

(a) Informação respeitante a Maio de 2002; Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, 2003

(b) Informação respeitante a Maio de 2002; Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População da região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, 2003. De referir que actualização desta informação, para 2002, por parte do INE, não segue exactamente a mesma tipologia de equipamentos desportivos apresentada na informação da situação de partida inicial, respeitante ao ano de 1998.

(c) A informação mais recente diz respeito ao Anuário Estatístico Regional da região de Lisboa e Vale do Tejo de 2002 (com o ano de 2001 como o ano de referência da informação).

(d) Este valor encontra-se ainda sujeito a uma confirmação da informação, junto do INE, dado tratar-se de informação disponível não publicada.

(e) Valores em 30 de Junho de 2003.

(f) Fonte: Relatório Final do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do QCA II, Junho de 2002.

(g) Admitindo que o número de novos clientes não aumenta durante o 2º semestre de 2003.

(h) Admitindo apenas os formandos que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação III nos anos lectivos de 2000-2001 e 2001-2002.

(i) Revisão da meta incorporando a alteração detectada na situação de partida

(j) Os valores disponíveis referem-se a 31/12/2002, no entanto dado tratarem-se relativos a medidas do FSE, os valores de execução relativos a Junho não têm qualquer relevância para efeitos da estimativa da execução do ano. A execução anual é apurada com base nos saldos finais que são apresentados (Março/Abril) no ano seguinte, reflectindo a execução do ano anterior.

4. DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

4.1. SISTEMA DE GESTÃO

Ao nível do Eixo Prioritário 1, os contratos-programa estabelecidos com as Associações de Municípios do Oeste, Lezíria Tejo, Médio Tejo e Junta Metropolitana de Lisboa, asseguraram um bom nível de aprovações nas Medidas 1.1. Acessibilidades e Transportes, 1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial e 1.3. Capacidade Institucional Regional, com níveis de execução dentro da normalidade apesar dos constrangimentos decorrentes das exigências crescentes em termos orçamentais.

No decurso de 2003 foram realizadas, no âmbito do **Eixo Prioritário 1**, 9 Unidades de Gestão na CCDRLVT, para aprovação de 84 candidaturas, com cerca de 46,2 milhões de euros de despesa pública.

Ainda no Eixo 1, promoveram-se as seguintes reuniões:

- 3 reuniões na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo para aprovação de 7 candidaturas, com cerca de 5,7 milhões de euros de despesa pública;
- 6 reuniões na Associação de Municípios do Médio Tejo para aprovação de 10 candidaturas, com cerca de 8,9 milhões de euros de despesa pública;
- 2 reuniões na Associação de Municípios do Oeste tendo sido aprovadas 16 candidaturas, com cerca de 11,7 milhões de euros de despesa pública;
- Na Junta Metropolitana de Lisboa, promoveram-se 8 reuniões onde foram aprovadas 12 candidaturas com cerca de 10,1 milhões de euros de despesa pública.

A Unidade de Gestão do **Eixo Prioritário 2** reuniu por quatro vezes em 2003, tendo aprovado 14 candidaturas de valor superior a 19,6 milhões de euros de despesa pública.

Para o **Eixo Prioritário 3**, realizaram-se 9 reuniões da Unidade de Gestão onde foram aprovadas 1132 candidaturas de valor superior a 387 milhões de euros de despesa pública.

Em 2003, veio a ser aprovada a Decisão C(2003)2662, de 16/07/2003, que altera a Decisão C(2000)1781 do PO. Esta Decisão contempla as alterações apresentadas pela Autoridade de Gestão aprovadas em Comissão de Acompanhamento em 2002.

QUADRO 4-1: ALTERAÇÕES À DOTAÇÃO ORÇAMENTAL DO PROGRAMA DECORRENTES DA DECISÃO C(2003)2662

PO LISBOA E VALE DO TEJO	Custo Total	Despesa Pública Total	Fundos Estruturais			
			Total	FEDER	FSE	FEOGA-O
Total	2 714 674 298	2 508 305 891	1 441 083 000	910 512 000	430 919 000	99 652 000
Total respeitante ao FEDER	1 781 705 658	1 678 150 358	910 512 000	910 512 000	0	0
Total respeitante ao FSE	754 460 974	695 298 733	430 919 000	0	430 919 000	0
Total respeitante ao FEOGA	178 507 666	134 856 800	99 652 000	0	0	99 652 000

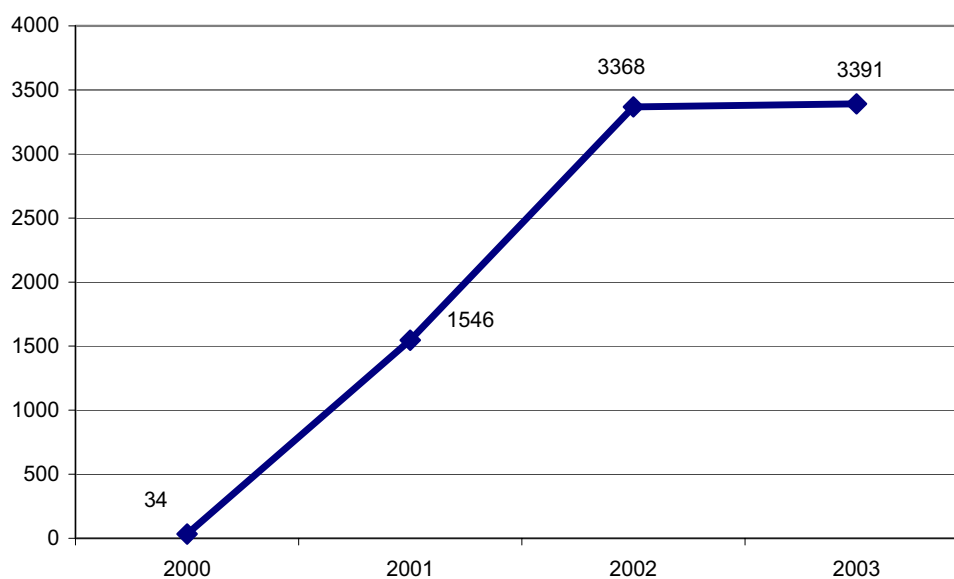
Durante o ano de 2003 deu-se a plena implementação dos “Critérios de Selecção”.

A EAT de Gestão do PORLVT , no decorrer de 2003, analisou, registou e preparou para autorização do Gestor do Programa, 3391 transferências a efectuar para beneficiários finais e Organismos Intermediários.

O eixo 1 e 2 registaram, no seu conjunto, 632 transferências e o eixo 3 registou 2759.

A evolução destas transferências visualiza-se no gráfico seguinte.

GRÁFICO 4-1: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRANSFERÊNCIAS EFECTUADAS PARA BENEFICIÁRIOS FINAIS E ORGANISMOS INTERMEDIÁRIOS



4.2. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

No decurso de 2003 realizaram-se duas Comissões de Acompanhamento, totalizando 7 até ao final do ano.

A 1ª reunião de 2003, 6ª reunião da Comissão de Acompanhamento do PORLVT realizou-se a 6 de Junho de 2003, na margem sul do Tejo (com visita a vários projectos co-financiados), tendo sido apresentado e aprovado o Relatório de Execução de 2002.

A representante da DG Agri, informou que o processo de alteração do Programa Agricultura, com a consequente alteração ao PORLVT, se encontrava em fase de finalização. Quanto ao processo de pedido de excepção à regra “n+2” do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), a Comissão Europeia aceitou uma derrogação até 2004, tendo ficado em aberto quais os montantes a derrogar. Informou ainda, ter sido enviada uma resposta às autoridades portuguesas, aceitando o montante relativo à fracção do ano 2000. O processo relativo à fracção de 2001, e os montantes em causa, deverão ser confirmados até ao fim do corrente ano.

O representante da DG Emprego, mencionou que esta Comissão de Acompanhamento está inserida num calendário que irá terminar, sensivelmente, dentro de um ano, e de onde resultarão decisões importantes, de grande impacto político em toda a Europa.

Salientou que a negociação das reprogramações dos Fundos Estruturais, entre a Comissão e os Estados-Membros, finaliza em Março de 2004, e que, todas as iniciativas de gestão, sejam de gestão corrente, a exemplo das reuniões da Comissão de Acompanhamento, sejam extraordinárias, tais como as avaliações, inscrevem-se neste contexto geral de uma intensa avaliação no terreno, que visa fornecer um testemunho independente sobre a qualidade da aplicação dos Fundos Estruturais.

A Comissão Europeia crê que, com base na visão independente dos avaliadores, e na visão subjectiva dos Gestores, resulte uma capacidade acrescida de visão estratégica para o futuro dos Fundos Estruturais, fundamental não só para negociação citada, mas igualmente para a reforma dos Fundos no período subsequente a 2006.

Relativamente à alteração ao PORLVT, que foi posta em consulta escrita em Setembro de 2002, relacionada com uma redução de 7,5 milhões de euros no FEOGA para que fosse possível reforçar o programa PESCAS, relativamente a umas indemnizações a uma frota pesqueira, foi aprovada. No entanto, esta redução só foi operada em 2003.

Foi apresentado o ajuste nas dotações previstas dos recursos públicos nacionais que estão relacionados com a titularidade das entidades que têm vindo a apresentar candidaturas, nas

Medidas 2.4 e 3.9, sendo a componente da Administração Central reduzida, e reforçada, em igual valor, a componente Outras.

Foi ainda apresentada uma alteração de indicadores das medidas 3.12 e 3.13 da Sociedade de Informação

A representante do GPPAA, apresentou globalmente a proposta de alteração ao Complemento de Programação (subacção 3.4) e fez referência a duas precisões apresentadas pela DG Agri, para serem contempladas na proposta de alteração, designadamente :

- Relativamente à aquisição de viaturas, declarar-se que serão viaturas de todo o terreno, equipadas para a prevenção dos incêndios e destinadas a esse fim .
- Limite no nível das ajudas de 30 000€ por viatura.

Propôs uma pequena alteração da sub-acção “Emparcelamento rural”, referindo que foi detectado que as despesa elegíveis estão exaustivamente elencadas, e que a despesa que decorre da remarcação e titulação de novos lotes não se encontra contemplada, pelo que solicitou que os custos de reorganização predial fossem considerados elegíveis na referida subacção.

Foi feita uma apresentação pela equipa de avaliadores, do estudo preliminar da avaliação intercalar do PORLVT.

Foi feita ainda uma apresentação sobre a situação do controlo .

No âmbito da Gestão e Acompanhamento foi ainda apresentada pela Autoridade de Gestão, a Biblioteca do Programa Operacional, onde está disponibilizada toda a documentação de enquadramento legal, incluindo legislação, Complemento de Programação, Programa Operacional, Critérios de selecção, Manual de Gestão, e Manual de Controlo.

A 11 de Dezembro de 2003, realizou-se, na Quinta dos Loidos, Bombarral, a 7ª reunião da Comissão de Acompanhamento do PORLVT, onde foram discutidas a situação da execução do POR LVT, alterações ao complemento de Programação e a Avaliação Intercalar - relatório final. Foram ainda efectuadas visitas a projectos co-financiados.

Os participantes foram informados pelo Presidente da C.A. de que a “regra n+2”, bem como o critério financeiro para a atribuição da reserva de eficiência já tinha sido alcançado.

Salientou ainda que os resultados alcançados a nível de desempenho resultam de um trabalho colectivo e de um bom entendimento a nível de todos os parceiros envolvidos, visível na concretização das obras físicas ,que tornam os nossos territórios mais atractivos.

O representante da Comissão Europeia ressaltou a importância da reunião ser realizada no concelho do Bombarral e informou dos procedimentos a seguir de acordo com o artigo 42º do Regulamento CE 1260/99 do Conselho de 21 de Junho.

Referiu ainda que do ponto de vista da Comissão Europeia o PORLVT era o Programa que tinha a melhor performance em termos de execução, o que se devia ao mérito e capacidade do Gestor em promover a respectiva execução e ao facto de se tratar de uma região em “phasing-out”, o que implicava maiores exigências em termos de execução.

Foram presentes dois documentos, designadamente, o Relatório de execução do QCA II, versão final, aprovada pela Comissão Europeia e a situação do Saneamento Básico na RLVT.

A representante da DGDR referiu a metodologia e calendarização prevista para a atribuição da reserva de eficiência, salientando que o PORLVT era considerado “muito eficiente”.

Foi apresentada a situação da execução do PO em termos de execução financeira e também das acções desenvolvidas a nível de Controlo do 1º Nível

Foi ainda feita uma apresentação do relatório final da “avaliação Intercalar” pela equipa de avaliadores.

4.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

As actividades de Assistência Técnica são fundamentais para a prossecução dos objectivos pretendidos com a implementação do Programa Operacional, assegurando as condições de arranque e funcionamento dos sistemas de gestão e acompanhamento, controlo, avaliação e divulgação.

No âmbito destas actividades foram aprovadas doze candidaturas, no decorrer do ano 2003, totalizando 5 301 512,39 € de despesa pública, correspondendo a uma comparticipação de Fundos Comunitários de 3 450 769,21 €.

Do total das candidaturas aprovadas nove respeitaram ao FEDER (63%), duas ao FSE (20%) e uma ao FEOGA (17%).

Na Medida 3.20 (FEDER) as candidaturas aprovadas foram da responsabilidade da CCDRLVT, das Associações de Municípios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo, e Junta Metropolitana de Lisboa, decorrentes do processo de contratualização, uma da ex-DRAOTLVT, no âmbito da Acção Integrada Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana, e as restantes três relativas às Intervenções Regionalmente Desconcentradas da Economia, Desporto e Infra-estruturas de Portos.

Não apresentaram candidaturas as Intervenções Desconcentradas do Emprego, das Acessibilidades e Transportes, do Ambiente e da Saúde.

Do montante total aprovado nesta Medida (3 359 941,48€) apenas se executou cerca de 67%, distribuindo-se este valor entre as despesas directamente decorrentes do processo da gestão, implementação, acompanhamento e controlo, sujeitas a plafond, de acordo com a Regra de Elegibilidade nº 11 e as despesas não sujeitas a plafond, de acordo com a mesma regra. As primeiras representaram cerca de 68 % das despesas totais afectas à assistência técnica FEDER, montante esse bastante abaixo do limite fixado para as diversas Acções incluídas nesta Medida - 76% para a Acção 1, 100% para a Acção 3 e 90% para as Acções 4 e 5.

Os maiores desvios de execução recaíram nas candidaturas relativas aos Eixos Prioritários 1 e 2 e questões transversais do PO, da CCDRLVT, à Medida 2.1 da ex-DRAOT, e à candidatura do Instituto do Desporto.

As justificações apresentadas para tais desvios prendem-se, de uma forma geral com a contenção nas despesas (PIDDAC), de acordo com as orientações governamentais, visando a concretização da política económica e social definida e contribuir para a estabilidade das finanças públicas.

Na Medida 3.21 (FSE) as duas candidaturas aprovadas, da CCDRLVT e do Instituto de Emprego e Formação Profissional, totalizaram 1 042 170,91 € de despesa pública e 651 356,69 € de FSE, executando-se cerca de 83% do montante aprovado.

Na globalidade, o desvio na execução deveu-se, tal como já havia sido referenciado nas candidaturas da Medida FEDER, à necessidade de se proceder a uma contenção nas despesas, de acordo com as orientações governamentais.

Das despesas realizadas 91% referem-se a despesas sujeitas a plafond, montante relativo que se encontra abaixo do plafond médio previsto nas Acções 1 e 2 da Medida Assistência Técnica FSE - 93%. Contudo, e apesar da candidatura do IEFP ter executado a quase globalidade das despesas IN aprovadas e ter uma execução nula nas despesas não sujeitas a plafond, teve um desvio significativo, para baixo, nas despesas com o pessoal, pelo facto de terem saído da Estrutura de Apoio Técnico três funcionários que não foram substituídos face às contingências que se verificaram na contratação de pessoal.

A não execução de despesas OUT deveu-se ao atraso no processo de aquisição de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de trabalhos relacionados com o aperfeiçoamento do sistema informático de apoio à gestão da Intervenção desconcentrada do Emprego.

Na Medida 3.22 (FEOGA) a candidatura aprovada da responsabilidade da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, previa uma despesa total de 899 400 €, realizando apenas cerca de 27% desse montante.

Os desvios de execução deveram-se fundamentalmente a uma maior eficiência na implementação da medida, ao encerramento antecipado de contas e aos condicionalismos introduzidos nas despesas relacionadas com pessoal, assim como na locação de viaturas.

O montante das despesas sujeitas a plafond totalizaram apenas 29% das despesas totais, montante este significativamente abaixo do limite previsto nos documentos de programação para esta medida - 61%.

Os compromissos existentes na melhoria das infra-estruturas de comunicação, não realizáveis num ano, aconselham a continuidade de investimentos nesta área. A necessidade de verbas para o acompanhamento, tal como aquisição de serviços, é imprescindível para um bom controlo e auditoria da medida, apesar da contenção que foi possível introduzir.

4.4. CONTRATOS-PROGRAMA - EIXO PRIORITÁRIO 1

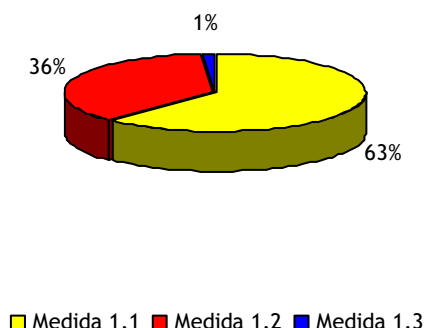
Nos termos do Artº 36 do D. L. 54/2000 de 2 Março, é consagrado o princípio da contratualização, mediante a celebração de Contratos-programa homologados pelo membro do governo competente, podendo a autoridade de gestão de cada Intervenção operacional associar a gestão técnica administrativa e financeira da mesma a entidades públicas ou privadas.

Recorrendo à figura da contratualização, e desta forma à implementação da parceria na gestão do PORLVT, como previsto em Complemento de Programação, foram estabelecidos contratos-programa para os triénios 2000-2002 e 2003-2005, com as Associações de Municípios do Oeste, Lezíria Tejo, Médio Tejo e Junta Metropolitana de Lisboa, cabendo a estas entidades a gestão técnica, administrativa e financeira das Medidas 1.1.; 1.2.; e parte da 1.3, no âmbito dos contratos firmados. Aquando da contratualização das referidas medidas, as entidades parceiras apresentaram Planos de Acção/Planos de Investimento, com o objectivo de corporizar, enquadrar e justificar um conjunto de investimentos e acções que os diversos municípios que as compõem pretendiam levar a efeito enquadrados no Eixo Prioritário 1 do PORLVT.

Os valores globais por medida dos investimentos e dos apoios constantes dos Planos de Acção e dos Contratos-Programa celebrados são apresentados no quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 4-2: INVESTIMENTO ELEGÍVEL E FUNDO DOS CONTRATOS PROGRAMA E PLANOS DE ACÇÃO POR MEDIDA (EUROS)

Medidas	Contratos Programa		Planos de Acção		Contratado/Plano	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
Medida 1.1	261 497 849.84	170 139 404.04	252 710 512.16	155 561 277.70	103.5%	109.4%
Medida 1.2	150 450 955.65	85 162 014.40	284 791 670.47	114 467 606.79	52.8%	74.4%
Medida 1.3	5 583 736.36	3 621 788.49	5 900 340.41	3 696 847.94	94.6%	98.0%
Total	417 532 541.85	258 923 206.93	543 402 523.04	273 725 732.43	76.8%	94.6%

GRÁFICO 4-2. DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS CONTRATOS PROGRAMA POR MEDIDA

A análise dos valores revela um concentrar de investimentos na medida 1.1, que representa cerca de 63% do total dos investimentos. Comparando os valores constantes do Plano de acção com os contratados, verifica-se que foi ao nível da medida 1.2 que se registaram maiores reduções face às intenções de investimento apresentadas pelas associações de municípios e Junta Metropolitana de Lisboa.

A execução global dos contratos programa, por medida, pode ser analisada com base nos dados apresentados nos quadros seguintes. A análise das taxas de compromisso e de execução revela que é ao nível da medida 1.3 que existem menores desempenhos.

QUADRO 4-3: MONTANTES CONTRATADOS, APROVADOS E EXECUTADOS POR MEDIDA (EUROS)

Medidas	Contratos Programa		Aprovação		Execução	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
Medida 1.1	261 497 849.84	170 139 404.04	209 640 659.30	128 718 247.17	170 462 362.05	104 736 782.27
Medida 1.2	150 450 955.65	85 162 014.40	146 127 439.76	90 628 050.13	113 900 063.93	70 238 605.25
Medida 1.3	5 583 736.36	3 621 788.49	4 154 278.22	2 571 844.86	2 723 007.99	1 729 128.78
Total	417 532 541.85	258 923 206.93	359 922 377.28	221 918 142.16	287 085 433.97	176 704 516.30

QUADRO 4-4: TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO POR MEDIDA (EUROS)

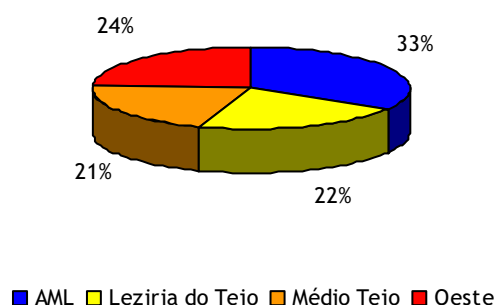
Medidas	Taxa de compromisso do contrato programa		Taxa de execução	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
Medida 1.1	80.2%	75.7%	81.3%	81.4%
Medida 1.2	97.1%	106.4%	77.9%	77.5%
Medida 1.3	74.4%	71.0%	65.5%	67.2%
Total	86.2%	85.7%	79.8%	79.6%

Se procedermos à análise por sub-região, comparando os valores dos investimentos previstos nos Planos de acção com os valores contratados, apresentados no Quadro 4-5, verifica-se que as maiores diferenças se situam ao nível da Lezíria do Tejo, em que os montantes de incentivos contratados representam cerca de 79% das intenções. Em termos de distribuição regional dos investimentos, apresentada Gráfico 4-3, verifica-se que a Área Metropolitana absorve cerca de 1/3 dos investimentos seguindo-se as restantes regiões com valores na ordem dos 21-24%.

QUADRO 4-5: INVESTIMENTO ELEGÍVEL E FUNDO DOS CONTRATOS PROGRAMA E PLANOS DE ACÇÃO POR SUB-REGIÃO (EUROS)

Subregiões	Contratos Programa		Planos de Acção		Contratado/Plano	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
AML	138 801 307.99	90 221 851.00	159 207 162.02	91 717 694.24	87.2%	98.4%
Lezíria do Tejo	92 243 186.21	47 487 122.85	192 867 257.67	60 330 193.29	47.8%	78.7%
Médio Tejo	85 783 650.49	55 756 374.77	88 871 330.90	55 663 287.05	96.5%	100.2%
Oeste	100 704 397.16	65 457 858.31	102 456 772.45	66 014 557.85	98.3%	99.2%
Total	417 532 541.85	258 923 206.93	543 402 523.04	273 725 732.43	76.8%	94.6%

GRÁFICO 4-3. DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL DOS CONTRATOS PROGRAMA POR SUB-REGIÃO



A análise da execução dos contratos programa por sub-região revela taxas ligeiramente inferiores de compromisso na AML e Médio Tejo, registando-se níveis de execução mais baixos no Oeste e Lezíria do Tejo, provavelmente porque estas duas sub-regiões aprovaram já mais projectos no âmbito do segundo Contrato Programa, cuja execução está agora no seu início.

QUADRO 4-6: MONTANTES CONTRATADOS, APROVADOS E EXECUTADOS POR SUB-REGIÃO (EUROS)

Medidas	Contratos Programa		Aprovação		Execução	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
AML	138 801 307.99	90 221 851.00	122 115 115.19	71 018 989.52	106 398 677.71	61 823 124.39
Lezíria do Tejo	92 243 186.21	47 487 122.85	80 132 307.45	51 469 137.89	61 799 630.39	39 916 864.34
Médio Tejo	85 783 650.49	55 756 374.77	70 835 253.93	44 513 317.86	59 830 787.20	37 923 907.54
Oeste	100 704 397.16	65 457 858.31	86 839 700.71	54 916 696.89	59 056 338.67	37 040 620.03
Total	417 532 541.85	258 923 206.93	359 922 377.28	221 918 142.16	287 085 433.97	176 704 516.30

QUADRO 4-7: TAXAS DE COMPROMISSO E DE EXECUÇÃO POR SUBREGIÃO (EUROS)

Medidas	Taxa de compromisso do contrato programa		Taxa de execução	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
AML	88.0%	78.7%	87.1%	87.1%
Lezíria do Tejo	86.9%	108.4%	77.1%	77.6%
Médio Tejo	82.6%	79.8%	84.5%	85.2%
Oeste	86.2%	83.9%	68.0%	67.4%
Total	86.2%	85.7%	79.8%	79.6%

Procedendo à análise por media e sub-região, de acordo com os dados apresentados no Quadro 4-8 e gráficos seguintes, verifica-se que ao nível da medida 1.1 se registam valores mais baixos de compromisso na AML, sendo os níveis de execução inferiores na Lezíria do Tejo e Oeste. Relativamente à medida 1.2, registam-se valores mais baixos de compromisso no Médio Tejo, sendo a execução inferior no Oeste. Por último, ao nível da medida 1.3, a sub-região com menor nível de compromisso é a Lezíria do Tejo, sendo o Oeste a que apresenta valores mais baixos de execução. Um elemento a destacar diz respeito à existência de “overbooking” nas medidas 1.2 e 1.3 na sub-região da AML.

QUADRO 4-8: MONTANTES CONTRATADOS, APROVADOS E EXECUTADOS POR MEDIDA E SUB-REGIÃO (EUROS)

Medida / região	CP.Eleg.	CP.Feder	Aprov. Eleg.	Aprov. Feder	Exec. Eleg.	Exec.Feder	Tx Compr.	Tx Exec.
Medida 1.1								
AML	90552264.95	58858971.00	65470852.65	38255030.19	57931919.47	33825350.61	72.3%	88.5%
LT	60202076.40	39131348.31	51762775.13	33092265.95	39600530.79	25540512.87	86.0%	76.5%
MT	55950999.68	36368151.39	47481076.62	29698188.86	41407613.05	26227424.62	84.9%	87.2%
O	54792508.81	35780933.34	44925954.90	27672762.17	31522298.74	19143494.17	82.0%	70.2%
Total 1.1	261497849.84	170139404.04	209640659.30	128718247.20	170462362.10	104736782.30	80.2%	81.3%
Medida 1.2								
AML	46370450.45	30140794.00	54673533.83	31611421.63	47188398.26	27207666.19	117.9%	86.3%
LT	30870920.22	7596150.16	27617330.44	17887940.73	21903143.19	14183979.81	89.5%	79.3%
MT	28684710.92	18645062.45	22616288.00	14335500.96	17760572.86	11265792.09	78.8%	78.5%
O	44524874.06	28780007.79	41220287.49	26793186.81	27047949.62	17581167.16	92.6%	65.6%
Total 1.2	150450955.65	85162014.40	146127439.80	90628050.13	113900063.90	70238605.25	97.1%	77.9%
Medida 1.3								
AML	1878592.59	1222086.00	1970728.71	1152537.70	1278359.98	790107.59	104.9%	64.9%
LT	1170189.59	759624.38	752201.88	488931.21	295956.41	192371.66	64.3%	39.3%
MT	1147939.89	743160.93	737889.31	479628.04	662601.29	430690.83	64.3%	89.8%
O	1387014.29	896917.18	693458.32	450747.91	486090.31	315958.70	50.0%	70.1%
Total 1.3	5583736.36	3621788.49	4154278.22	2571844.86	2723007.99	1729128.78	74.4%	65.5%
Total	417532541.85	258923206.93	359922377.30	221918142.20	287085434.00	176704516.30	86.2%	79.8%

GRÁFICO 4-4. MONTANTES CONTRATADOS, APROVADOS E EXECUTADOS POR SUB-REGIÃO - MEDIDA 1.1 (EUROS)

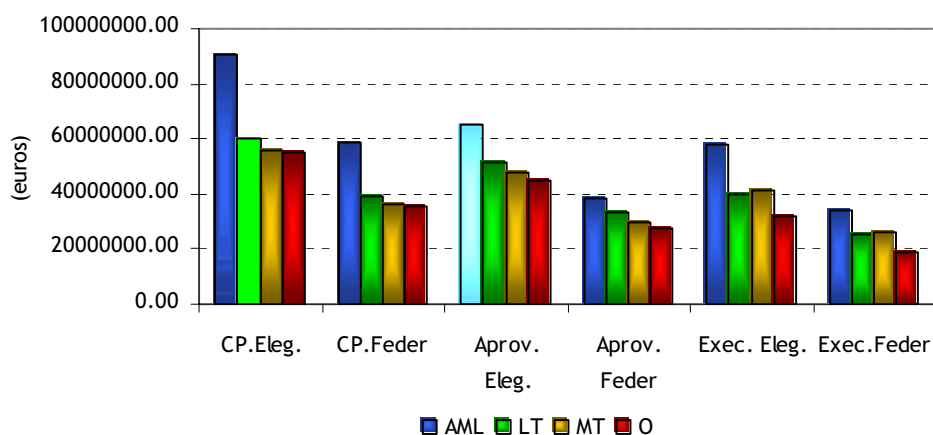


GRÁFICO 4-5. MONTANTES CONTRATADOS, APROVADOS E EXECUTADOS POR SUB-REGIÃO - MEDIDA 1.2 (EUROS)

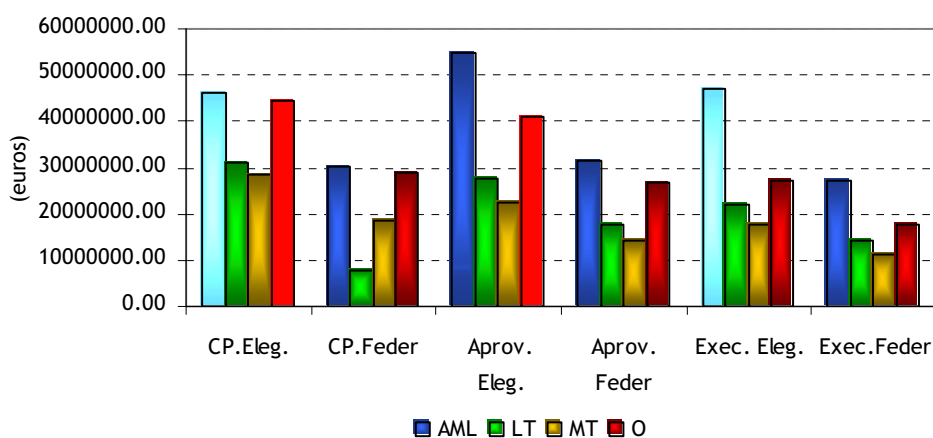
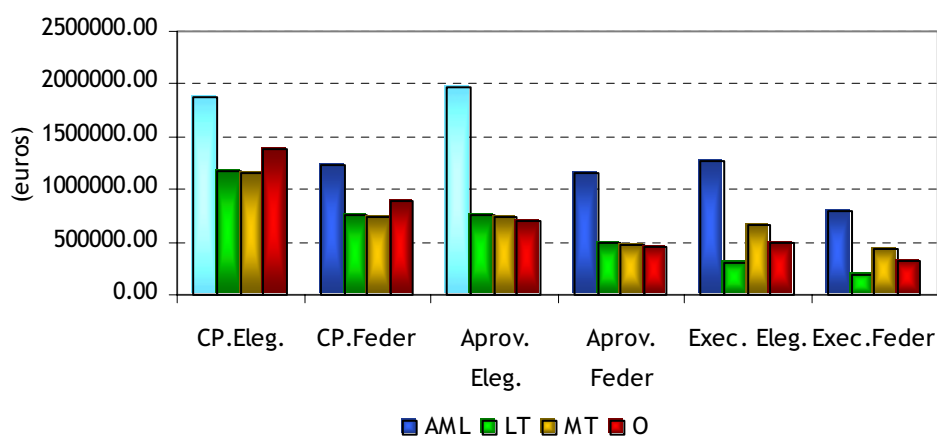


GRÁFICO 4-6. MONTANTES CONTRATADOS, APROVADOS E EXECUTADOS POR SUB-REGIÃO - MEDIDA 1.3 (EUROS)



Nos pontos seguintes apresentam-se os detalhes dos contratos Programa celebrados com as diferentes associações de municípios e a Junta Metropolitana de Lisboa.

Junta Metropolitana de Lisboa

Relativamente aos contratos celebrados com a Junta Metropolitana de Lisboa, associados à sub-região da Área Metropolitana de Lisboa, o respeitante ao primeiro triénio foi celebrado a 13 de Dezembro de 2000 e o contrato para o segundo triénio a 1 de Julho de 2003.

O padrão de apoios contratado revela uma clara redução do primeiro para o segundo contrato programa, motivada pela situação de “phasing-out” da Região. Esta diminuição é comum às

diferentes medidas, sendo a distribuição dos investimentos quase idêntica no primeiro e segundo contrato programa.

**QUADRO 4-9: MONTANTES CONTRATADOS POR CONTRATO PROGRAMA - AML
(EUROS)**

Medidas	Contrato Programa 2000-2002		Contrato Programa 2003-2005	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
Medida 1.1	62 731 970.95	40 775 780.00	27 820 294.00	18 083 191.00
Medida 1.2	32 107 695.45	20 870 003.00	14 262 755.00	9 270 791.00
Medida 1.3	1 324 652.59	862 025.00	553 940.00	360 061.00
Total	96 164 318.99	62 507 808.00	42 636 989.00	27 714 043.00

GRÁFICO 4-7: MONTANTES DE INVESTIMENTO POR MEDIDA E CONTRATO PROGRAMA - AML

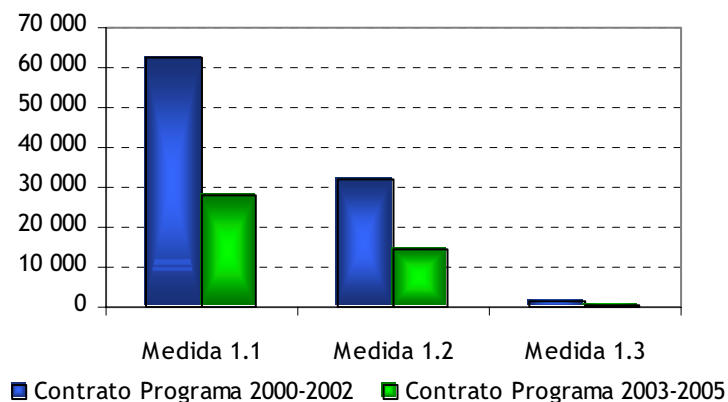


GRÁFICO 4-8: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2000-2002 - AML

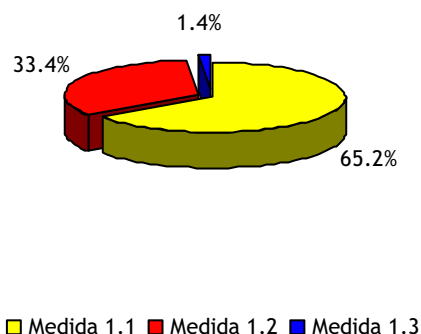
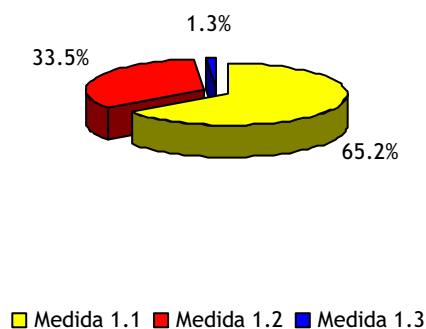


GRÁFICO 4-9: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2003-2005 - AML

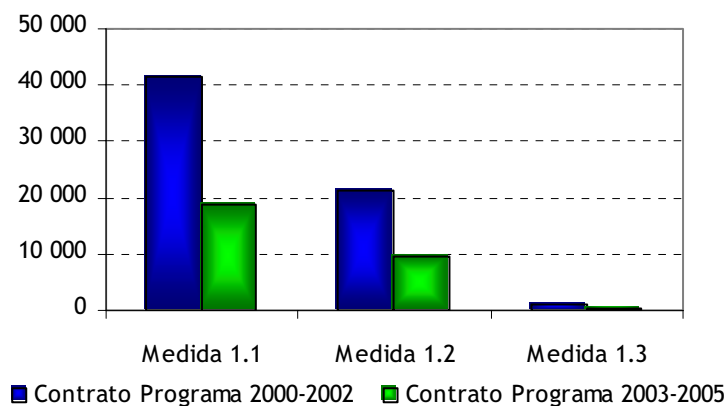
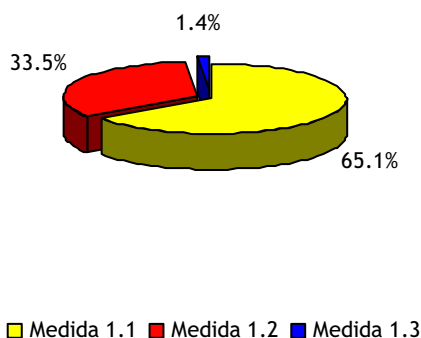
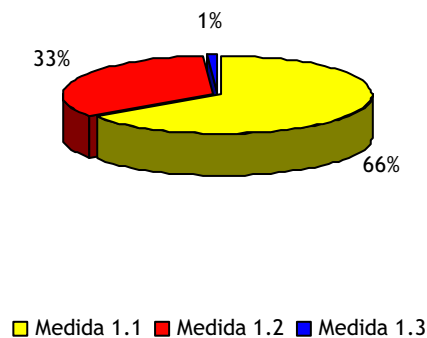


Associação de Municípios da Lezíria do Tejo

No que respeita aos contratos programa celebrados com a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, os mesmos estão associados a investimentos de cerca de 92 milhões de euros e apoios na ordem dos 47.4 milhões de euros.

QUADRO 4-10: MONTANTES CONTRATADOS POR CONTRATO PROGRAMA - LEZÍRIA DO TEJO (EUROS)

Medidas	Contrato Programa 2000-2002		Contrato Programa 2003-2005	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
Medida 1.1	41 486 557.40	26 966 261.31	18 715 519.00	12 165 087.00
Medida 1.2	21 314 018.22	1 384 164.16	9 556 902.00	6 211 986.00
Medida 1.3	887 720.59	577 019.38	282 469.00	182 605.00
Total	63 688 296.21	28 927 444.85	28 554 890.00	18 559 678.00

GRÁFICO 4-10: MONTANTES DE INVESTIMENTO POR MEDIDA E CONTRATO PROGRAMA - LEZÍRIA DO TEJO**GRÁFICO 4-11: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2000-2002 - LEZÍRIA DO TEJO****GRÁFICO 4-12: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2003-2005 - LEZÍRIA DO TEJO**

Associação de Municípios do Médio Tejo

Os contratos programa celebrados com a Associação de Municípios do Médio Tejo representam investimentos globais de cerca de 86 milhões de euros, sendo 59 milhões relativos ao primeiro contrato e 26,6 relativos ao segundo. A distribuição dos investimentos por medidas é apresentada no Gráfico 4-14 e Gráfico 4-15, respectivamente para o primeiro e segundo contrato sendo os valores muito aproximados.

QUADRO 4-11: MONTANTES CONTRATADOS POR CONTRATO PROGRAMA - MÉDIO TEJO (EUROS)

Medidas	Contrato Programa 2000-2002		Contrato Programa 2003-2005	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
Medida 1.1	38 554 488.68	25060419.39	17 396 511.00	11 307 732.00
Medida 1.2	19 755 219.92	12840893.45	8 929 491.00	5 804 169.00
Medida 1.3	871 414.89	566419.93	276 525.00	176 741.00
Total	59 181 123.49	38 467 732.77	26 602 527.00	17 288 642.00

GRÁFICO 4-13: MONTANTES DE INVESTIMENTO POR MEDIDA E CONTRATO PROGRAMA - MÉDIO TEJO

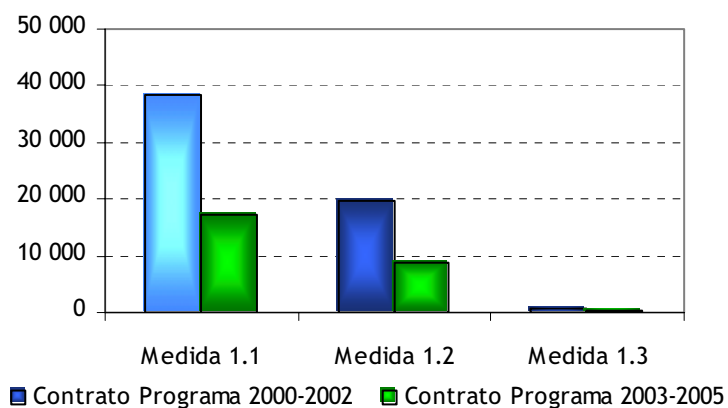


GRÁFICO 4-14: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2000-2002 - MÉDIO TEJO

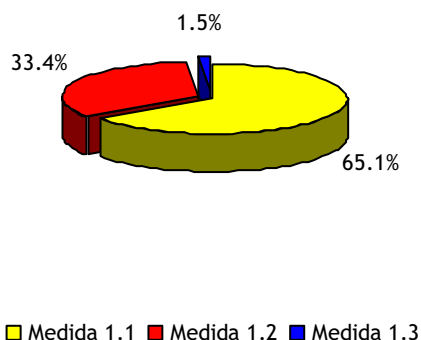
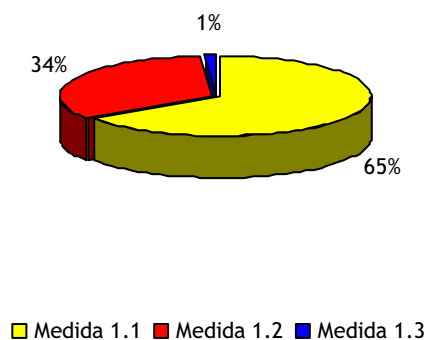


GRÁFICO 4-15: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2003-2005 - MÉDIO TEJO



Associação de Municípios do Oeste

No que respeita aos contratos programa celebrados com a Associação de Municípios do Oeste, que representam no seu conjunto investimentos de cerca dos 100 milhões de euros, o facto mais relevante a destacar é a redução do peso da medida 1.2, que no primeiro contrato programa tinha representado cerca de 50% dos investimentos, aproximando-se, no segundo contrato programa, dos valores médios das outras regiões, de cerca de 33% dos investimentos.

QUADRO 4-12: MONTANTES CONTRATADOS POR CONTRATO PROGRAMA - OESTE (EUROS)

Medidas	Contrato Programa 2000-2002		Contrato Programa 2003-2005	
	Elegível	Fundo	Elegível	Fundo
Medida 1.1	34 474 351.81	22 574 131.34	20 318 157.00	13 206 802.00
Medida 1.2	34 108 274.06	22 009 217.79	10 416 600.00	6 770 790.00
Medida 1.3	982 452.29	633 952.18	404 562.00	262 965.00
Total	69 565 078.16	45 217 301.31	31 139 319.00	20 240 557.00

GRÁFICO 4-16: MONTANTES DE INVESTIMENTO POR MEDIDA E CONTRATO PROGRAMA - OESTE

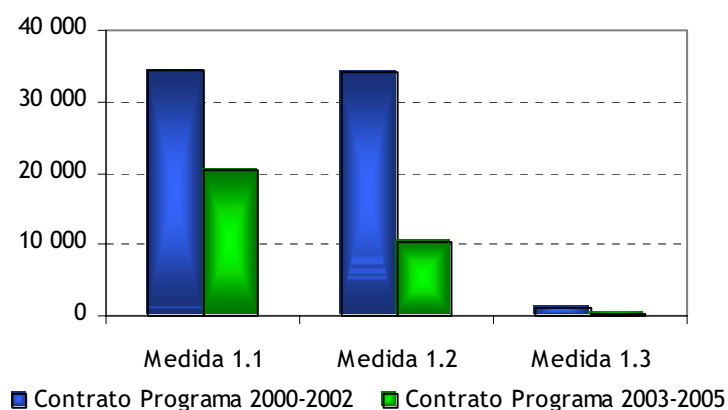
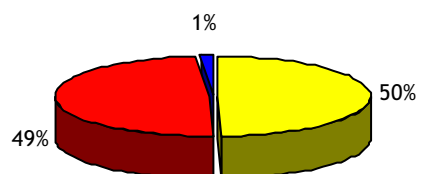
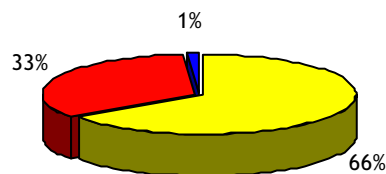


GRÁFICO 4-17: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2000-2002 - OESTE



■ Medida 1.1 ■ Medida 1.2 ■ Medida 1.3

GRÁFICO 4-18: DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR MEDIDA - CONTRATO PROGRAMA 2003-2005 - OESTE



■ Medida 1.1 ■ Medida 1.2 ■ Medida 1.3

4.5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

No âmbito do FEDER a aplicação informática (SIFEC), encontra-se em funcionamento.

As Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa fazem o carregamento de dados das Medidas contratualizadas, Medida 1.1., 1.2. e parte da 1.3. do eixo prioritário 1, numa aplicação, denominada “SIGNO”, que permitirá a migração dos dados deste sistema para o SIFEC. Decorreram já no ano de 2003, acções de formação na CCR e nas Associações de Municípios e Junta Metropolitana de Lisboa, sobre a utilização da aplicação, encontrando-se a mesma em funcionamento.

A migração dados para o SIFEC não se veio a concretizar no ano de 2003, estando ainda a decorrer testes, junto da DGDR.

Foi disponibilizado aos Coordenadores o acesso à utilização do modulo FEDER, ainda no ano de 2002, por forma a que as candidaturas sejam carregadas pelas respectivas estruturas de apoio, bem como os pedidos de pagamento dos executores, estando apenas as Medidas 3.10. - Economia, 3.12. - Sociedade de Informação e 3.17. - Acessibilidades e Transportes a seguir estes procedimentos. Nas restantes Medidas, por razões de ordem técnica ou falta de meios humanos a EAT do Gestor continuou em 2003 a assegurar esta tarefa.

O PORLVT, no âmbito do FSE, o sistema de informação a cargo do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), utiliza este sistema como Gestor Integrado a nível da Medida 3.9. - Ensino Profissional. As candidaturas desta Medida do ano lectivo 2002/2003, e 2003/2004 já foram

introduzidas pelos promotores directamente no sistema e são tratadas e analisadas via sistema de Informação pelo Coordenador da Medida 3.9 (EAT de Apoio) e Gestão do PO (EAT de Gestor).

Também a recolha e gestão dos Modelos 2/IGFSE - Idoneidades de Entidades é feita pela EAT do Gestor directamente no SII/FSE.

A integração deste PO como gestor Integrado a nível das restantes medidas do Programa veio no ano de 2003 a ser posto de parte devido aos montantes financeiros envolvidos e à fase tardia da sua disponibilização.

Quanto ao FEOGA-O, o sistema de informação da Intervenção Regionalmente Desconcentrada da Agricultura e Desenvolvimento Rural será assegurado, pelo Sistema de Informação da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU).

O organismo responsável por este sistema é o IFADAP, que previa a disponibilização da aplicação no final de Junho de 2002, o que até ao final de 2003 não aconteceu.

A gestão e acompanhamento dos programas Operacionais da Agricultura e Desenvolvimento Rural do QCAIII está apoiada num sistema corporizado por uma Base de Gestão Simplificada existente no IFADAP e em Modelos de Análise parcelares que não estão automaticamente integrados no sistema.

A informação sobre gestão das diversas intervenções FEOGA-O do QCA é carregada sob responsabilidade dos gestores/coordenadores permitindo a produção de toda a informação necessária à gestão e assegurando o cumprimento dos requisitos regulamentares nesta matéria (relatórios, selecção de amostras de controlo, indicadores de execução e de gestão, elaboração dos pedidos de pagamento).

Para todos os PO são registadas as diferentes fases dos projectos no sistema: Entrada, Análise, Decisão, Contratação, Acompanhamento, Controlo e Conclusão, sendo validados e efectuados por via electrónica todos os pagamentos das ajudas concedidas.

Durante o ano de 2003 decorreu a adjudicação da implementação de um sistema integrado de informação, próprio da CCRLVT, no âmbito do PORLVT, designado por SI.PORLVT

Este sistema de informação tem como base um repositório global da informação que é carregada nos quatro sistemas referidos, o que permitirá o conhecimento global e integrado do Programa. Prevvia-se que este sistema estivesse em pleno funcionamento até ao final de 2003.

Devido a problemas do SIFEC, relacionados com as rubricas de despesa, não foi ainda possível a migração de dados deste sistema para o SI.PORLVT.

Os projectos apoiados pelo FEOGA e FSE, já são geridos pelo Sistema do PORLVT, desde a entrada da candidatura até à finalização do Projecto.

Este sistema permite a geração automática de notificação de entrada de candidaturas, emissão de termos de aceitação e decisão, de propostas de processamento e de diversos quadros globais de gestão. Permite ainda a que a cada candidatura esteja associado o respectivo parecer técnico. No que respeita às medidas da Intervenção Desconcentrada do Emprego do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do Eixo 3, a utilização do Sistema de Informação do IGFSE, quer por parte da Intervenção Desconcentrada quer da própria gestão do PORLVT, tem-se limitado apenas à recolha e gestão dos Modelos IGFSE em vigor, na medida em que a gestão do PORLVT já decidiu não se integrar no referido Sistema de Informação. Assim, mantém-se e manter-se-á em utilização a adaptação da aplicação informática utilizada pelo Programa Pessoa no âmbito do QCA II - SIP III, em estreita articulação com o Sistema de Informação do PORLVT. Está ainda em estudo a possibilidade de se fazerem algumas adaptações para aperfeiçoar o seu funcionamento.

4.6. AVALIAÇÃO INTERCALAR

A avaliação intercalar, conforme prevista no Regulamento (CE) n.º 1260/1999, art.º 42º, constitui uma medida destinada a melhorar a qualidade e a pertinência da programação, traduzindo uma oportunidade de identificação de possíveis reorientações consideradas pertinentes de modo a garantir a concretização dos objectivos definidos.

Este processo decorreu durante o ano de 2003, tendo tido como objectivo primordial examinar os primeiros resultados do Programa Operacional, a sua pertinência e a realização dos objectivos, a utilização dos recursos e o desenvolvimento do acompanhamento e da execução e, especificamente, examinar os resultados obtidos em função dos indicadores estabelecidos para a Reserva de Eficiência. O estudo de avaliação intercalar teve como referência temporal os três primeiros anos de vigência dos instrumentos de programação (Janeiro de 2000 a Dezembro de 2002).

A avaliação intercalar foi realizada por avaliadores independentes, reproduzindo-se, de seguida, as principais conclusões e recomendações resultantes do processo de avaliação intercalar do Programa, organizadas por área de análise.

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

O PORLVT ocupa um “lugar” específico no QCA III marcado pelo progresso alcançado pela Região no processo de convergência real no espaço europeu (única NUTS II portuguesa acima do limiar de $\frac{3}{4}$ do PIB per capita da média comunitária) que a coloca num regime transitório (“phasing-out” de

objectivo 1). O PORLVT é, também, o maior programa no referencial de todas as regiões europeias integradas naquele regime transitório.

A região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa, no contexto nacional, um papel não só relevante, como desafiante para a concepção, execução e avaliação das políticas estruturais, na medida em que o respectivo sucesso depende, crescentemente, de uma boa combinação da lógica da afectação de recursos (redistribuição) com a lógica dos efeitos de arrastamento, a “montante” e a “jusante”, sobre a produção, o consumo e o emprego (sinergias), no relacionamento da região com as outras regiões do país. Com efeito, a coesão regional nacional tanto pode ser prejudicada por sinergias sem suficiente redistribuição, como por uma redistribuição excessiva que limite a dimensão efectiva das sinergias entre a região e o resto da economia.

A grande conclusão que emerge da caracterização da região de Lisboa e Vale do Tejo centra-se na natureza dos seus desafios de desenvolvimento económico, social e institucional, isto é, no facto de eles serem, no essencial, muito mais externos e dinâmicos do que internos e estáticos, muito mais referenciados à construção do “futuro” do que à simples correcção das insuficiências do “passado”.

A região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, indícios claros, por um lado, de estar a sofrer mais significativamente do que o resto do país os efeitos da situação conjuntural recessiva em que a economia portuguesa, no quadro mais geral da economia europeia e mundial, foi mergulhando desde o final do ano 2000 e, por outro lado, de estar a prosseguir uma melhor performance qualitativa do que a do resto do país, em termos de modelos de crescimento, mobilização de recursos humanos qualificados e de internacionalização.

As estimativas apresentadas, se confirmadas, como se espera, apoiam a lição do passado recente de que a convergência regional nacional se tem feito mais em tempos de crise ou desaceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a sofrer impactos negativos mais pronunciados) do que em tempos de progresso ou aceleração do nível de actividade (onde a região de Lisboa e Vale do Tejo tende a evidenciar maior capacidade de crescimento económico).

Recomendações

Quanto à qualidade da formulação estratégica do Programa e do contexto da intervenção...

Tendo em atenção que na próxima situação de recuperação de uma conjuntura desfavorável, a região de Lisboa e Vale do Tejo não poderá contar, pela primeira vez, com apoios estruturais na quantidade e qualidade a que acedeu desde a plena adesão à UE em 1986, recomenda-se que se proceda, em tempo útil, a uma adequada reformulação das formas de articulação, na região, entre as políticas estruturais regionais de base nacional e europeia para poder gerir com sucesso a exigente transição da região de Lisboa e Vale do Tejo, o que se traduz:

- i. Na necessidade de encontrar formas novas de sustentar a coerência dos processos de convergência através da ligação da projecção europeia da região de Lisboa e Vale do Tejo com um efectivo “catching-up” activo das outras regiões portuguesas no contexto nacional e europeu, isto é, na necessidade de encontrar trajectórias concretas de investimento e desenvolvimento onde se possa verificar, simultaneamente, de afirmação internacional da região (ganhando peso e relevância à escala ibérica, europeia e mundial) e de reequilíbrio interno da região (perdendo peso quantitativo, que não relevância qualitativa, na afectação de recursos e na concentração da riqueza) o que só será possível com uma **maior diferenciação das estratégias regionais de desenvolvimento em Portugal;**
- ii. Na necessidade de garantir uma mais elevada inserção da região nas iniciativas comunitárias, associadas a políticas de base europeia ou a intervenções estruturais (para além do objectivo 1) ou a redes europeias de negócios, de investigação, de inovação, de desenvolvimento e acção cultural, entre outras, o que só será possível com um **reforço significativo da internacionalização institucional, seja das administrações públicas, seja das empresas,** que encontre adequada receptividade ao nível dos parceiros europeus.

Quanto à coerência da intervenção...

A avaliação da coerência do programa, através da construção da árvore de objectivos do PO veio a revelar-se de difícil concretização, uma vez que a sua estrutura interna não adere inteiramente a uma lógica de hierarquização de objectivos, dificuldade que não se refere a insuficiências específicas da estrutura do PORLVT, mas que resulta, da definição comum dos eixos prioritários

dos vários Programas Operacionais Regionais que reflectem mais uma lógica de “repartição de responsabilidades de gestão”, do que uma lógica de “repartição por domínios-problema”.

A estrutura dos programas regionais representa, no modelo adoptado no QCA III, um certo tipo de compromisso entre uma lógica nacional/sectorial e uma lógica nacional/regional desconcentrada, arrastando, nomeadamente, um aumento da complexidade das estruturas de decisão. A análise realizada permitiu identificar um conjunto de limitações que decorrem, sobretudo, de uma insuficiente articulação entre os objectivos sectoriais prosseguidos pelas medidas e acções desconcentradas e os objectivos estratégicos da estratégia regional e da verificação de uma razoável diversidade das formas de articulação sectorial/regional adoptadas nas práticas concretas de gestão.

Recomendações

Quanto à coerência da intervenção

Tendo em consideração que o Programa assenta numa estrutura de objectivos que toma naturalmente como referência a vertente regional, mas que coexiste (no Eixo 3) com uma estrutura que à partida serve objectivos de natureza sectorial, recomenda-se que se valorize significativamente os esforços de coordenação e se corrija as insuficiências de programação, o que implica:

- i. uma redistribuição de responsabilidades e de competências entre os diferentes níveis da administração pública;
- ii. uma lógica de colaboração e concertação com expressão, sobretudo, na execução do Eixo 3, onde as intervenções que decorrem de programas definidos, à partida, segundo uma lógica sectorial, não podem deixar de considerar, explicitamente, a especificidade, as necessidades e as prioridades regionais, para poderem ser eficazes;
- iii. a adopção, em próximos exercícios de programação, de uma lógica que permita adaptar efectivamente os objectivos dos PO sectoriais às características da Região e aos objectivos do Programa Operacional Regional.

Quanto aos níveis de adesão ao programa

Os promotores de projectos parecem privilegiar a construção de equipamentos colectivos, sejam os que representam ainda uma geração de investimentos orientados para a satisfação de

necessidades básicas, sejam os que representam a consolidação e desenvolvimento dessa primeira geração, em comparação com infra-estruturas e equipamentos traduzindo um padrão de vida mais elevado, com maior representatividade de bens intangíveis e com maior conteúdo de informação.

Apesar dos promotores privados apresentarem o maior número de projectos, são os projectos apresentados pelos promotores públicos aqueles que representam a maior parte do investimento elegível, tendo a administração central um peso ligeiramente superior ao peso da administração local. A repartição das responsabilidades de gestão entre os eixos do programa reflecte-se claramente na distribuição do investimento aprovado por tipo de promotor, estando o investimento promovido pela administração central concentrado no eixo 3 e o promovido pela administração local maioritariamente posicionado no Eixo 1 do PO.

Existe uma relação inversa entre o peso dos fundos comunitários e o peso dos passivos financeiros nas receitas de capital dos municípios da RLVT entre 2000 e 2002. Verifica-se que para a grande maioria dos municípios, nomeadamente os pertencentes ao Vale do Tejo e ao Oeste, os fundos comunitários são uma fonte de receita extremamente importante, sendo o peso dos respectivos passivos financeiros nas receitas tendencialmente menor naqueles municípios onde a relevância dos fundos comunitários é superior, o que não indicia uma justificação do nível endividamento com a necessidade de autofinanciamento dos projectos no âmbito do QCA em cumprimento do princípio da adicionalidade.

Existe uma correlação forte entre a distribuição por concelhos do valor do investimento elegível aprovado no conjunto do PORLVT e a distribuição das transferências financeiras para as autarquias locais por via do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal, o que mostra em todo o Programa e não só nas medidas contratualizadas do eixo 1, a relevância em termos de desenvolvimento local e coesão territorial.

Recomendações

Quanto aos níveis de adesão ao programa

Tornar o programa menos vertical e mais transversal, explorando mais intensamente a construção de sinergias entre as várias formas de intervenção quer numa lógica de coerência interna (entre as várias medidas, o que inclui um reforço da articulação dos diversos Eixos e Fundos do PO), quer numa lógica de coerência externa, na interacção com os PO sectoriais.

Reforçar drasticamente a capacidade de induzir e viabilizar projectos de elevada qualidade e sustentabilidade, de alcançar níveis de selectividade mais elevados e de deslocar progressivamente os referenciais de eficiência e eficácia do quadro

Recomendações

Quanto aos níveis de adesão ao programa

nacional (menos exigente) para o quadro europeu e internacional (mais exigente), o que só será possível com uma muito **maior atenção às fases a montante e jusante do ciclo de vida dos projectos**, isto é, alongando o tempo de acompanhamento dos projectos no quadro da execução das intervenções estruturais.

Quanto aos níveis de realização e compromisso financeiro

A avaliação dos ritmos de realização financeira do PO, para o período 2000-2003, tendo por base a relação entre as despesas efectivamente realizadas e a despesa programada, apresenta uma taxa ligeiramente inferior à registada para o conjunto do QCA, situação que se inverte consideravelmente quando se considera a taxa de realização para todo o período de programação. No entanto, o Programa apresenta níveis de realização muito diferenciados por Fundos e Eixos, sendo de destacar, a baixa taxa de realização global do Eixo II, resultante dos níveis muito reduzidos de realização de todas as medidas, com excepção da medida 2.3 - Valtejo, as elevadas taxas de realização do Eixo I, resultado dos níveis de realização associados às duas medidas integralmente contratualizadas com as Associações de Municípios e as elevadas taxas de realização das medidas desconcentradas relativas à Formação do FSE, no Eixo III.

No quadro das intervenções do QCA na região, o PORLVT apresenta um desempenho, medido pela taxa de realização para o total do período de programação que o coloca também numa posição superior à taxa de realização média na região de Lisboa e Vale do Tejo dos diversos PO do QCA.

Em termos dos valores da taxa de compromisso para o conjunto do período de programação verifica-se que o PORLVT apresenta, como seria natural, em função da situação de phasing-out, valores superiores ao registados para o total do QCA, contudo, no quadro das intervenções do QCA em Lisboa apresenta um valor de compromisso inferior ao valor médio do conjunto das intervenções.

Recomendações

Quanto aos níveis de realização e compromisso financeiro ...

O exercício de reprogramação que vier a ser realizado na sequência do presente exercício de avaliação e no quadro da afectação da reserva de eficiência que o Programa possa vir a conquistar, deve ter em conta o facto de que face aos níveis de compromisso actuais do PORLVT e dos PO sectoriais com intervenção na região, o Programa reforça o seu peso no total dos apoios ainda disponíveis para a segunda fase do actual período de programação dos Fundos Comunitários, o que exige uma maior coordenação entre os diversos PO com intervenção na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

O programa assume expressão com significado ao nível da articulação da qualificação dos territórios com a qualificação das pessoas, nomeadamente ao nível da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo, não só, uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando, alguns deles, novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural, surgindo, em contrapartida com expressão pouco significativa ao nível da qualificação das organizações onde comporta resultados modestos.

O programa apresenta níveis de realização, no plano das metas de resultados estabelecidas relativamente interessantes, muito embora, de um modo geral, não só a “ambição” das metas não seja muito significativa como esteja associada, de forma compreensível, ao nível de realização e cumprimento das mesmas, isto é, os níveis mais elevados de desempenho correspondem às metas menos ambiciosas.

O programa terá dado um contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social, inserção de desempregados, apoio à criação de empregos e aos desempregados de longa duração.

O programa não terá dado, em sentido inverso, nenhum contributo significativo, ao nível da qualificação do território, para a consolidação e captação directa de pólos de actividades industriais e de serviços, seja porque a medida desconcentrada “economia” não veio a incluir nenhuma acção nesse sentido, como as realizações na área das infra-estruturas para a localização industrial foram muito modestas.

O programa terá tido, finalmente, expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas.

A opinião conjunta dos promotores e da gestão é, apesar das suas diferenças, muito expressiva ao conferir ao programa um desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local, e, também, ao conferir ao programa um desempenho claramente insuficiente na qualificação das organizações, com expressão, sobretudo, na competitividade das unidades subregionais e do desenvolvimento empresarial.

A comparação da relevância das medidas por domínios temáticos de intervenção permite, também, evidenciar um défice de sinergias na configuração do programa em acção que surge demasiado ancorado em intervenções bem delimitadas e pouco expressivo em intervenções transversais de banda mais larga, isto é, em termos de concepção/programação, um desenho de objectivos relativamente geral e ambicioso tende a “empurrar” para cima a relevância esperada, enquanto em termos de execução/realização, uma tipologia de projectos mais específica e limitada, tende a “puxar” para baixo a relevância revelada.

A tendência que se perfila é, assim, a de uma evolução positiva, mas desequilibrada, da situação da região, tendendo, por um lado, a consolidar alguns dos seus “pontos fortes” e a manter alguns dos seus “pontos fracos” e, por outro lado, a recriar desproporções entre a expansão, mais favorável, do nível e qualidade de vida e a performance, menos favorável, das actividades produtivas, da dinâmica empresarial e do esforço de inovação. Estes desequilíbrios e desproporções traduzem-se, na situação actual, em problemas e necessidades acrescidas em matéria de combate ao desemprego e de inclusão social.

Recomendações

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

Equilibrar o desempenho global do programa que se revela mais positivo na lógica pontes fortes/ameaças do que na lógica pontos fracos/oportunidades, o que, não sendo fácil, considerando nomeadamente a conjuntura económica menos favorável em que o programa se tem desenvolvido, representa no entanto umas das formas mais seguras de gerir o período de *phasing-out*, apostando mais em efeitos estruturantes e duradouros (menos projectos e mais valiosos) do que em efeito mais imediatos (maior número de projectos).

Correcção dos desequilíbrios identificados entre as tipologias de projectos

Recomendações

Quanto aos resultados e efeitos da intervenção...

efectivamente consagradas nas medidas do Eixo 3 e os problemas e necessidades da região, particularmente da afirmação competitiva à escala europeia internacional. Reside aqui o caminho para alcançar uma maior equilíbrio entre as três vertentes consagradas quer na estratégia regional quer ao nível do QCA: Território, Pessoas e Organizações.

Renovar os desafios do programa aumentando a ambição das metas em que na formulação inicial se foi menos ambicioso seja, no plano quantitativo, seja, sobretudo, no plano qualitativo, fundamentalmente nas áreas onde o programa revelou maior desempenho (infraestruturas e equipamentos colectivos, valorização do património e ordenamento e requalificação).

Promover uma maior concentração dos meios em projectos inovadores e estruturantes centrados nos factores avançados da competitividade com efeitos alargados, demonstráveis, de arrastamento sobre outras organizações e actividades, de forma a enraizar, cada vez mais, o processo de crescimento competitivo e convergência económica da região de Lisboa, nos factores estruturais (qualidade do investimento, do crescimento e do modelo competitivo, melhoria rápida do nível de produtividade e sustentabilidade das intervenções estruturantes) e não nos factores nominais ou conjunturais.

Contemplar na execução futura das acções de educação, formação e qualificação dos recursos humanos uma inclusão explícita das necessidades da região em competências para a sofisticação das acções de valorização e qualificação do território.

Quanto ao sistema de gestão e acompanhamento...

A análise da gestão global do PO permite verificar a existência de uma combinação adequada entre gestão estratégica efectuada ao nível do Gestor, coadjuvado pelos gestores de eixo - orientação para o cumprimento dos objectivos do PO -, e gestão operacional - orientação para a utilização eficiente dos recursos financeiros, físicos e humanos, embora limitada pelas lacunas dos sistemas de informação.

A capacidade de coordenação e articulação institucional (particularmente importante e exigente ao nível do Eixo 3) do Gestor do Programa é reconhecida pela generalidade dos responsáveis da gestão ao nível das medidas desconcentradas.

Da mesma forma, ao nível da gestão do Eixo 1, foi possível constatar a existência de uma liderança activa das medidas coordenadas, particularmente importante no acompanhamento da implementação dos contratos-programa assinados com as Associações de Municípios (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e com a Junta Metropolitana de Lisboa, através do estabelecimento de mecanismos de concertação e de resposta aos objectivos contratualizados.

Ao nível da gestão do Eixo 2, nomeadamente da medida 2.3 - VALTEJO, regista-se a capacidade de articulação de projectos e instituições de nível supramunicipal e o permanente acompanhamento da evolução dos projectos, desde a fase de concepção até à sua plena execução física.

Do ponto de vista da adequação de recursos existentes para o cumprimento das responsabilidades atribuídas à Gestão do Programa, verifica-se, desde a concepção do Programa, a aposta em estruturas pouco numerosas. As restrições legais à contratação de técnicos, resultantes das políticas de contenção da despesa pública, reduziram a capacidade de resposta da Gestão e tiveram, designadamente, consequências negativas na capacidade de recrutamento de técnicos para a EAT Controlo limitando, assim, o potencial operacional das acções de controlo de 1º nível.

As tarefas de gestão corrente do Programa têm sido dificultadas pelas lacunas existentes ao nível do Sistema de Informação central dos Fundos, pela sua implementação tardia e pela falta de formação dos utilizadores. Os Sistemas de Informação dos Fundos têm sido utilizados essencialmente para a gestão do módulo de pagamentos, sendo a utilização destes sistemas, quase sempre, interpretada como mais uma formalidade/burocracia administrativa a cumprir do que como um instrumento relevante de apoio à gestão, nomeadamente na orientação da selectividade e da qualidade dos projectos e na monitorização da procura dos meios disponibilizados.

Os sistemas de informação existentes apenas parecem dar resposta às questões relacionadas com o controlo da execução física e, sobretudo, financeira dos projectos, sendo muito limitados em relação a outras áreas fundamentais do processo de gestão do Programa, nomeadamente a análise dos prazos de tramitação associados às várias fases do ciclo do projecto e na área de avaliação de resultados e impactes.

A actual inconsistência ao nível dos Sistemas de Informação é um dos factores críticos determinantes da eficácia do Programa nos aspectos relacionados com a gestão e estrutura de acompanhamento, sendo por isso importante que os esforços já desencadeados produzam resultados urgentemente.

Ao nível dos indicadores de avaliação definidos predominam os indicadores de realização, no sentido em que exprimem o resultado imediato das intervenções/projectos que apesar de globalmente se revelarem adequados para o acompanhamento e avaliação dos objectivos operacionais das medidas, poucos são, no entanto, aqueles que exprimem mudanças de estado associadas aos objectivos.

A ausência de indicadores de impacte e resultado, em particular a nível do Programa e dos Eixos, levanta a questão das possibilidades efectivas para uma medição dos objectivos fixados pelo Programa Operacional, constituindo por isso uma limitação à avaliação dos seus efeitos.

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

Ao nível da concepção do Programa recomenda-se a integração das políticas de desenvolvimento sectorial na estratégia de desenvolvimento regional exige o **estudo da adequação de normas, claras, de aplicação genérica para todas as regiões do País, mas especialmente a definição de políticas específicas que tenham em consideração as particularidades e o grau de desenvolvimento regional.** Nomeadamente, no que respeita à Região de Lisboa e Vale do Tejo, o regime de “phasing-out” parece aconselhar a selecção cuidada dos domínios de intervenção e dos projectos a apoiar, o que deverá exigir maiores níveis de selectividade na escolha dos projectos.

Ao nível das **medidas contratualizadas**, deve ponderar-se a participação dos intervenientes na gestão do Programa com responsabilidades de nível sectorial na fase prévia à discussão dos projectos nas Unidades de Gestão, potenciando, desta forma, a articulação entre entidades responsáveis, o que pode contribuir positivamente para a actuação integrada ao nível dos domínios de intervenção e a prossecução dos objectivos do Programa Operacional.

A contratualização exige, por outro lado, uma **nova lógica de funcionamento para as Unidades de Gestão**, que ultrapasse a clássica gestão assente na avaliação individual de cada projecto para incorporar uma componente de avaliação contínua dos contratos-programa, que permita, eventualmente, corrigir ou reorientar alguns aspectos específicos destes contratos.

A adopção desta lógica de funcionamento possibilita, por outro lado, uma **participação mais activa dos vários membros da UG**, valorizadora de uma perspectiva de parceria e gestão estratégica com reforço da articulação sectorial e

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

sem perda da função de acompanhamento e de garante da selectividade dos projectos, o que resultará no enriquecimento das funções destes órgãos de gestão.

Recomenda-se, por outro lado, a criação de condições para a **articulação dos sistemas de informação dos vários fundos**, bem como a criação de condições que dotem a estrutura, no caso particular do sistema de informação do FEDER, de um grau de operacionalização que evite a necessidade de os diversos coordenadores de medidas criarem aplicações ou base de dados que dificilmente se conseguem articular.

Recomenda-se, igualmente, que sejam alargadas as actuais áreas de actuação do sistema de informação do SIFEC, passando, por um lado, a incluir um módulo sobre informação relativa ao processo de selecção e hierarquização dos projectos e, por outro, desenvolvendo o módulo de indicadores, de modo a reforçar a informação sobre resultados e impactos dos projectos, aproveitando, muitas vezes, a própria informação exigida, nos formulários de candidatura, mas que posteriormente não serve de input no processo de monitorização e gestão estratégica do Programa.

A análise realizada permite, ainda, com base nos aspectos bastante positivos associados à experiência de **contratualização** concretizada no seio do programa, recomendar o seu **prosseguimento e alargamento, nomeadamente em termos de novas parcerias, com os sectores privado e social**, com os objectivos de reforçar os níveis de eficiência e eficácia do programa e, sobretudo, de começar a construir um nova geração de políticas regionais.

A análise realizada sobre a bateria de **indicadores** permite retirar indicações e recomendações para uma desejável introdução de ajustamentos, visando nomeadamente:

- i. alargar o espectro do processo de avaliação e acompanhamento, que deverá passar a contemplar indicadores de impacto e aumentar a representatividade dos indicadores de resultados, em particular aos níveis dos eixos e do PO globalmente;
- ii. facilitar a verificação do cumprimento dos objectivos durante o acompanhamento da execução do programa;

Recomendações

Quanto ao do sistema de gestão e acompanhamento...

- iii. garantir correspondência entre indicadores e projectos susceptíveis de serem apoiados para permitir o tratamento das questões da eficiência e da eficácia no contexto do processo de avaliação;
- iv. identificar com rigor o alcance e caminho de um indispensável processo de clarificação sobre os indicadores a incluir num grupo de indicadores-chave;
- v. situar a vantagem potencial de recorrer à construção de indicadores sintéticos resultantes, quer da agregação de indicadores respeitantes a níveis inferiores de programação, quer da agregação de indicadores respeitantes a domínios com acções em mais do que um eixo do programa.

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

Tendo em consideração a execução financeira, o Programa contribuiu sobretudo para o objectivo do QCA “Qualificação das áreas metropolitanas”, tendo também gerado um impacto acrescido sobre a qualificação dos espaços rurais e a melhoria da qualidade de vida. A contribuição para os outros objectivos do QCA (Reforço da empregabilidade e elevação do nível de qualificação dos recursos humanos, reforço da inclusão social e reforço do sistema urbano) foi menos intensa podendo-se afirmar que o impacto do programa terá sido claramente inferior.

A comparação do impacte potencial (ao nível da concepção) com o impacte efectivo (face à execução financeira) do Programa revela, no entanto, que, até à data, o contributo do PORLVT para o QCA foi superior ao inicialmente concebido para os objectivos de reforço da inclusão social, melhoria da qualidade de vida, qualificação dos espaços rurais e melhoria da empregabilidade e claramente inferior no que se refere ao reforço do sistema urbano. A menor contribuição do Programa para este último objectivo pode ficar a dever-se ao facto de algumas das realizações neste domínio ainda não terem sido aprovadas ou se encontrarem ainda em curso e, como tal, apresentarem taxas de realização relativamente mais baixas.

O contributo do PO para o Valor Acrescentado Comunitário, identificado a partir da análise da eficácia de conjunto do Programa para os grandes objectivos de natureza nacional e comunitária, manifesta-se nos seguintes resultados:

- desempenho claramente positivo na articulação dos objectivos de qualificação do território e das pessoas, com expressão, sobretudo, na qualidade de vida e no desenvolvimento local através da melhoria da dotação em infraestruturas e equipamentos colectivos cobrindo não só uma gama alargada de necessidades humanas e sociais, como representando novos recursos de dinamização do desenvolvimento económico, social e cultural;
- expressão também interessante ao nível das acções de requalificação urbana, de recuperação e valorização do património numa perspectiva que associa a qualidade de vida com a dinamização de actividades económicas;
- resultados obtidos na estruturação da região e no desenvolvimento do potencial humano surgem como podendo minorar o desequilíbrio apontado entre objectivos mais conseguidos e menos conseguidos;
- contributo interessante no plano da moderação dos efeitos de uma degradação não prevista da conjuntura económica através das suas realizações e resultados em termos de inclusão social e (re)inserção no mercado de trabalho.

Recomendações

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

O contributo do programa, em termos de valor acrescentado comunitário, exige uma referência à situação transitória de “phasing-out” em que o PORLVT se enquadra, o que sugere que se atribua uma importante atenção, no futuro imediato (reprogramações no QCA III e preparação da programação 2007-2013), quer ao acompanhamento, para a região, das oportunidades e ameaças do processo de alargamento, quer à garantia de um adequado nível de participação da região nas acções estruturais europeias mais exigentes e qualificadas, sobretudo, nas redes europeias associadas à inovação e à economia do conhecimento.

No plano dos critérios associados à influência dos métodos comunitários importa, sobretudo, valorizar a experiência de **contratualização** ensaiada pela gestão do programa que, devendo ser inserida na lógica mais geral do desenvolvimento de **parcerias** alargadas, se assume como um caso de “boas práticas” gerado no seio do programa, cujo valor seria seguramente muito importante se a fase final de execução do PORLVT viesse a consagrar a sua consolidação e extensão, nomeadamente em termos de parceria entre o sector público e o sector privado.

Recomendações

Quanto ao contributo para o QCA e para o valor acrescentado comunitário.

Na necessidade de aumentar os níveis de alavancagem financeira dos fundos nacionais e comunitários afectos a intervenções estruturais, enquanto instrumento de promoção da respectiva eficácia, o que só será possível com um **alargamento do recurso ao modelo da montagem de parcerias**, quer entre os sectores privado e social e as instituições públicas, quer entre os diferentes níveis de organização das administrações públicas, **articulado com uma lógica de maior rigor e força indutora nos incentivos ou apoios a conceder** (a recomendação vai no sentido de reduzir, por um lado, o âmbito material e funcional do investimento elegível, em sintonia com os objectivos estratégicos das intervenções, e de aumentar, por outro lado, a atractividade dos apoios, seja em termos de intensidade, seja, sobretudo, em termos de adequação formal aos investimentos);

Ainda no terreno da generalização das boas práticas identificadas pelos trabalhos de avaliação recomenda-se que se procure aprofundar ainda mais a articulação das **diferentes dimensões territoriais** integradas no PO reforçando o nível de cooperação e especialização intra-regional e, sobretudo, reforçando o papel das iniciativas susceptíveis de contribuir para a coesão económica e social da região.

A análise revela que a região de Lisboa e Vale do Tejo ocupa um lugar privilegiado no quadro das regiões europeias em **regime transitório** de saída do objectivo 1. Neste sentido recomenda-se que as autoridades regionais, em estreita colaboração com a DG Regional da Comissão Europeia, organize atempadamente uma Conferência Internacional que permita reflectir em conjunto quer sobre os resultados da avaliação do processo de “phasing-out” em curso, quer, sobretudo, sobre a preparação do próximo período de programação.

4.7. CONTROLO 1º NIVEL

Constituem objectivos do controlo verificar se os projectos ou acções financiados foram empreendidos de forma correcta, prevenir e combater as irregularidades e recuperar os fundos perdidos na sequência de abuso ou negligência, por forma a assegurar a realidade, a regularidade e a legalidade das operações subjacentes.

O controlo de 1º nível abrange as acções de natureza concomitante e ou a posteriori das candidaturas, projectos ou acções co-financiados, nas suas componentes material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógica, ou seja, a verificação física e financeira, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e documentos de despesa.

Inclui ainda os procedimentos relativos à verificação da forma como os órgãos de gestão ou as suas estruturas garantem a fiabilidade dos documentos constantes das candidaturas e asseguram a recolha da informação necessária à caracterização das componentes dos projectos ou acções, bem como a eficácia do acompanhamento da execução dos projectos ou acções.

Para a execução das acções de controlo de 1º nível recorreu-se sempre a serviços externos de auditoria, mediante aquisição de serviços às entidades pré-qualificadas, com excepção do FEOGA-O, que ainda é da competência do IFADAP, nos termos do Protocolo assinado entre o Gestor do PORLVT, o Coordenador da medida regionalmente desconcentrada e o IFADAP, em 01/07/01.

As verificações efectuadas foram de natureza física, documental e contabilística. Além das verificações efectuadas no beneficiário final, as acções de controlo abrangeram ainda a verificação dos procedimentos relativos aos órgãos de gestão.

4.7.1. Plano Anual de Controlo 2003

Execução Física, Por Fundo

FSE

Para determinação do Plano Anual de Controlo 2003 foram seleccionadas todas as medidas do PORLVT que apresentavam execução financeira a 31 de Maio de 2002. Por inexistência de execução financeira à data de “corte” para elaboração do Plano Anual de Controlo não foram abrangidas as medidas 2.2, 2.4 e 3.13.

Assim, no âmbito do Plano Anual de Controlo 2003, que inicialmente tinha previsto a realização de 40 acções de controlo, foram executadas 23, que estão em fase de análise do projecto de relatório, e 3 estão em curso. Das referidas 26 acções de controlo, 13 relatórios de auditoria foram entregues no último trimestre de 2003 e os restantes apenas nos primeiros meses de 2004.

Conjuntamente com o Plano Anual de Controlo 2004 serão executadas as restantes acções de controlo.

FEDER

Para definição da amostra dos projectos objecto de controlo de 1º nível em 2003, foram seleccionadas todas as medidas do PORLVT que apresentavam execução financeira até 1 de Julho de 2002. Assim, por inexistência de execução financeira, não foram abrangidas as medidas 2.1 e 3.7.

Todas as acções de controlo foram executadas em 2003, mas os projectos de relatório estão em fase de análise e/ou pedido de esclarecimentos aos respectivos auditores ou já em fase de contraditório.

FEOGA-O

Para definição do Plano Anual de Controlo 2003 (reformulado em Julho de 2003) foram seleccionadas todas as medidas do PORLVT que apresentavam execução financeira a 30 de Dezembro de 2002. Foram executadas 2 acções de controlo, cujos projectos de relatório já foram entregues em 2004, e que estão em fase de análise.

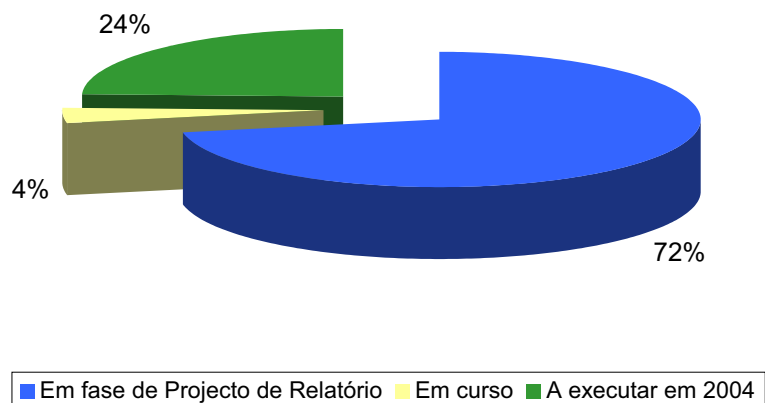
Assim, o ponto de situação do Plano Anual de Controlo 2003 é o apresentado no quadro e figura seguintes.

QUADRO 4-13: PLANO ANUAL DE CONTROLO 2003

Fundo / PO	N.º de Acções de Controlo			
	Previstas	Em fase de Projecto de Relatório	Em curso	A executar em 2004
FEDER	34	34	0	0
FSE ¹	40	23	3	13
FEOGA-O	9	2	0	7
Total	83	59	3	20

¹ Uma das acções de controlo previstas não será efectuada.

GRÁFICO 4-19: PLANO DE CONTROLO 2003



Esforço de controlo, por Fundo

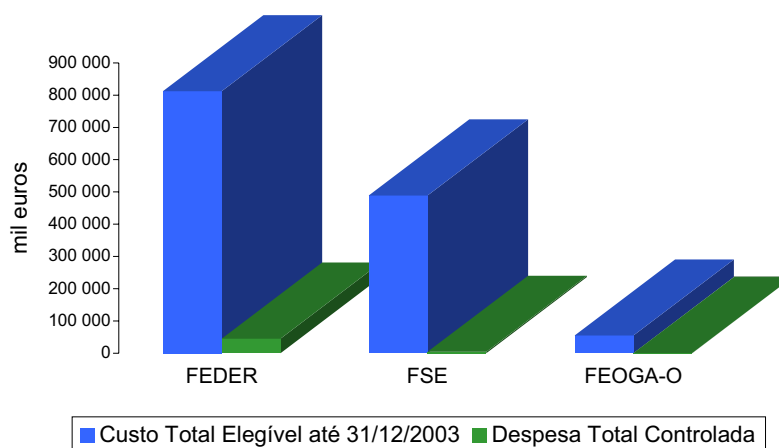
Com o objectivo de determinar a expressão da amostra para o ano de 2003, considerando a despesa controlada no local, embora sem relatórios finais, e o Custo Total Elegível Executado até 31/12/2003, elaborou-se um quadro resumo por Fundo, apresentado no quadro e figura seguintes.

QUADRO 4-14: ESFORÇO DE CONTROLO POR FUNDO 2003

Unid: euros

Fundo / PO	Custo Total Elegível até 31/12/2003	Despesa Total Controlada em 2003	%
FEDER	812.117.911,81	45.007.841,31	5,5%
FSE	488.887.083,45	4.195.301,95	0,9%
FEOGA-O	54.547.379,50	41.454,61	0,1%
Total	1.355.552.374,76	49.244.597,87	3,6%

GRÁFICO 4-20: ESFORÇO DE CONTROLO POR FUNDO, 2003



4.7.2. Acções de controlo concluídas em 2003 e relativas a anos anteriores

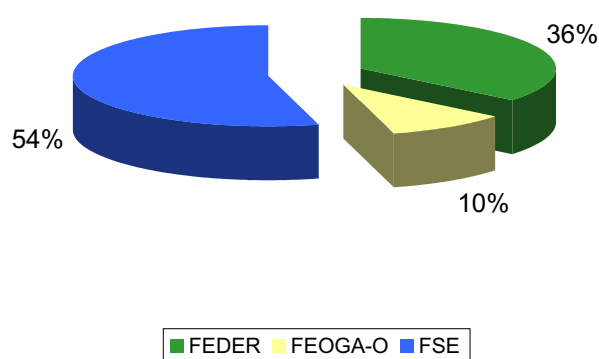
Execução física, por Fundo

Em 2003 foram elaborados 70 relatórios finais de acções de controlo efectuadas no âmbito dos planos anuais de controlo 2001 e 2002. A distribuição por Fundo/Eixo/Medida é a apresentada no quadro e figura seguintes.

QUADRO 4-15: ACÇÕES DE CONTROLO CONCLUÍDAS 2003

Fundo / PO	Eixo Prioritário	Medida	N.º acções de controlo concluídas
FEDER	Eixo 1	1.1	3
		1.2	4
		1.3	2
		1.5	1
	Eixo 2	2.3	3
		3.8	1
	Eixo 3	3.10	1
		3.12	1
		3.16	1
		3.17	1
		3.18	1
		3.19	5
		3.20	1
Total FEDER			25
FEOGA-O	Eixo 3	3.15	7
Total FEOGA-O			7
FSE ²	Eixo 3	3.1	6
		3.2	7
		3.3	5
		3.4	4
		3.6	11
		3.9	5
Total FSE			38
Total PORLVT			70

GRÁFICO 4-21: ACÇÕES DE CONTROLO CONCLUÍDAS



² No caso dos contratos-programa com o IEFP, um no âmbito da medida 3.4 e outro da medida 3.6, que foram desdobrados em várias acções de controlo, considera-se aqui o número total de acções de controlo executadas no terreno.

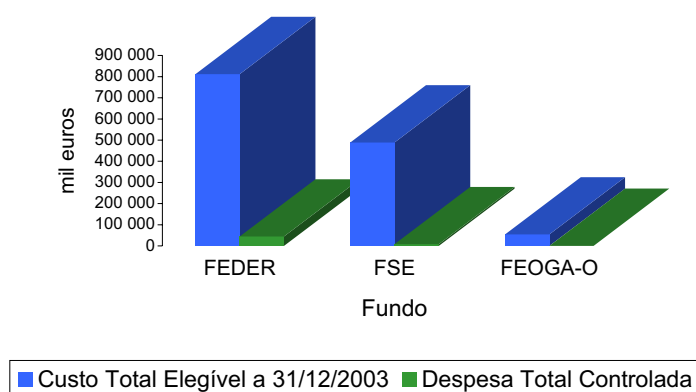
Esforço de controlo, por Fundo

Assim, o esforço de controlo efectivo, ou seja, com relatórios finais, em relação ao Custo Total Elegível Executado até 31/12/2003, atingiu os 3,9%, sendo a distribuição por Fundo a que se apresenta no quadro e figura seguintes.

QUADRO 4-16: ESFORÇO DE CONTROLO EFECTIVO - ACÇÕES DE CONTROLO CONCLUÍDAS 2003

Unid: euros

Fundo / PO	Custo Total Elegível a 31/12/2003	Despesa Total Controlada	%
FEDER	812.117.911,81	44.240.027,56	5,4%
FSE	488.887.083,45	8.365.962,64	1,7%
FEOGA-O	54.547.379,50	235.352,48	0,4%
Total	1.355.552.374,76	52.841.342,68	3,9%

GRÁFICO 4-22: ESFORÇO DE CONTROLO, POR FUNDO - ACÇÕES CONCLUÍDAS

Em termos de despesas não elegíveis, o montante apurado não é muito significativo, situa-se nos 0,05% do Custo Total Elegível a 31/12/2003, embora ainda se esteja a proceder a alguns acertos destes valores, no que concerne ao FSE. A distribuição por medida e global é a que consta do quadro seguinte:

QUADRO 4-17: DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS POR FUNDO - ACÇÕES DE CONTROLO CONCLUÍDAS 2003

Unid: euros

Fundo / PO	Custo Total Elegível a 31/12/2003	Despesa Não Elegível	%
FEDER	812.117.911,81	3.473,48	0,0004%
FSE ³	488.887.083,45	737.066,53	0,15%
FEOGA-O	54.547.379,50	1.951,05	0,004%
Total	1.355.552.374,76	742.491,06	0,05%

Principais conclusões das acções de controlo concluídas, por Fundo**FEOGA-O**

Face ao número pouco significativo de acções de controlo concluídas (7), é ainda prematuro apresentar conclusões sobre este Fundo.

FEDER

Com base nos relatórios finais das acções de controlo efectuadas, 25 no total e de acordo com a distribuição por Eixos indicada no quadro abaixo, foram apuradas as principais anomalias verificadas nos Órgãos de Gestão e no Beneficiário.

QUADRO 4-18: DISTRIBUIÇÃO DAS ACÇÕES DE CONTROLO CONCLUÍDAS 2003 POR EIXO

Controlo de 1º Nível	Total	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
N.º de acções de controlo concluídas	25	10	3	12
	100%	40%	12%	48%

Contudo, convém ressaltar que este apuramento, retirado do capítulo Recomendações/Conclusões do Questionário de Controlo de 1º Nível, não se pode considerar rigoroso porque os parâmetros não estão codificados, no entanto, reflectem uma boa imagem da realidade verificada.

³ Embora os relatórios de controlo já estejam na sua versão final, algumas despesas não elegíveis ainda estão a ser objecto de acerto

QUADRO 4-19: ANOMALIAS DETECTADAS NO CONTROLO - ORGÃOS DE GESTÃO

Anomalias nos <u>Órgãos de Gestão</u> ⁴	N.º total de ocorrências	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Não existe check-list de análise dos PP	9	5	2	2
Não existe índice no dossier do projecto	8	4	2	2
Deverá haver maior rigor na análise dos PP	4	1	0	3
Não existe evidência de comunicação da recepção da candidatura	3	0	0	3
Não evidência de verificação documental (originais) no destinatário final	3	2	1	0
Anomalias diversas	9	3	2	4
Totais	36 100%	15 42%	7 19%	14 39%

QUADRO 4-20: ANOMALIAS DETECTADAS NO CONTROLO - BENEFICIÁRIO

Anomalias no <u>Beneficiário (BF/DI)</u> ⁵	N.º total de ocorrências	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Não aposição de carimbo com indicação de cofinanciamento FEDER nos originais dos documentos	13	6	3	4
Não existência de cópias dos extractos bancários com os movimentos de pagamento das facturas no dossier do projecto	8	4	2	2
Não referência expressa, no dossier do projecto, de documentos arquivados noutros serviços	8	2	2	4
Não existe índice no dossier do projecto	7	2	2	3
Dossier do projecto incompleto e / ou mal organizado	3	1	0	2
Não evidência de acompanhamento e fiscalização do projecto	3	0	2	1
Anomalias diversas	10	4	4	2
Totais	52 100%	19 37%	15 29%	18 35%

FSE

Com base nos relatórios finais das acções de controlo efectuadas às medidas do Eixo 3⁶, cujas situações relevantes foram inseridas no SiiFSE⁷, apurou-se que, em termos de Organização Técnico-Pedagógica, cerca de 84,7% das verificações efectuadas revelaram que as mesmas estavam “Conforme” mas, em termos de Organização Contabilística, esse indicador desceu para 78,4%.

Uma análise mais detalhada por ocorrências pode ser apreciada no quadro seguinte:

⁴ Fonte: EAT-C com base nos relatórios de auditoria

⁵ Fonte: EAT-C com base nos relatórios de auditoria

⁶ O único Eixo que apresentava execução financeira à data da determinação do Plano Anual de Controlo 2002

⁷ Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

QUADRO 4-21: ANOMALIAS DETECTADAS NO CONTROLO FSE

Situações Relevantes ao Nível	Frequência (Ocorrências Totais)	Conforme	Não Conforme	Não Existe	Não Aplicável
Técnico-Pedagógico					
Em número	530	449	13	48	20
Em percentagem	100%	84,7%	2,5%	9,1%	3,8%
Contabilístico					
Em número	972	762	43	143	24
Em percentagem	100%	78,4%	4,4%	14,7%	2,5%

Extraindo-se ainda dos dados inseridos no SiiFSE apenas as situações mais relevantes em termos de “Não conforme” e “Não existe”, apuram-se os seguintes resultados:

- Maior frequência de “Não Conforme” e “Não existe” ao Nível Técnico-Pedagógico: Os dados apurados são irrelevantes.
- As maiores frequência de “Não Conformidades” a Nível Contabilístico são apresentadas no quadro seguinte

QUADRO 4-22: NÃO CONFORMIDADES NÍVEL CONTABILÍSTICO

Situações Relevantes	Frequência (N.º de Ocorrências)			
	Conforme	N/Conf.	N/Existe	N/Aplic.
Os movimentos bancários estão exclusivamente relacionados com os recebimentos e pagamentos de todos os projectos financiados	6	5	8	0
Os originais contêm a chave de imputação	17	5	2	0
Os documentos de suporte de custos internos identificam claramente o respectivo bem ou serviço e a fórmula de cálculo do bem imputado	11	5	1	1

- Maior frequência de “Não existe” a Nível Contabilístico:

QUADRO 4-23: MAIORES FREQUÊNCIAS DE NÃO EXISTE NÍVEL CONTABILÍSTICO

Situações Relevantes	Frequência (N.º de Ocorrências)			
	Conforme	N/Conf.	N/Existe	N/Aplic.
Conta bancária específica	16	1	9	0
Centro de custos por pedido de financiamento	16	0	9	0
Listagem mensal de todos os documentos por rubrica do PPS	3	0	9	0
Os movimentos bancários estão exclusivamente relacionados com os recebimentos e pagamentos de todos os projectos financiados	6	5	8	0
Menção “financiado pelo FSE / IO / n.º pedido financiamento / valor imputado”	15	4	7	0

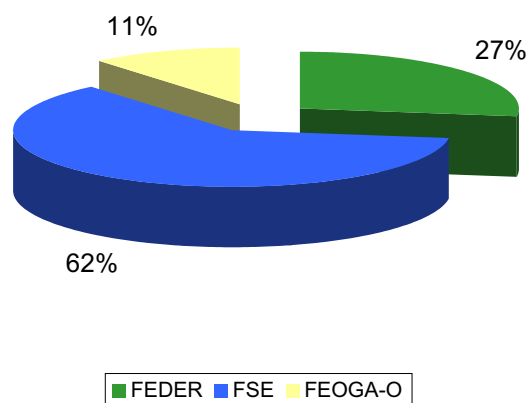
4.7.3. Programação das acções de controlo para 2004

Para o ano 2004 estão programadas 162 acções de controlo, das quais 3 já estão em curso, com a distribuição por Fundo Estrutural apresentada no quadro e figura seguintes.

QUADRO 4-24: PROGRAMAÇÃO ACÇÕES DE CONTROLO 2004

Fundo / PO	N.º de Acções de Controlo			
	Previstas PAC 2004	A executar PAC 2003	Em curso	Total
FEDER	44	0	0	44
FSE	84	13	3	100
FEOGA-O	11	7	0	18
Total	139	20	3	162

GRÁFICO 4-23: PROGRAMAÇÃO ACCÇÕES DE CONTROLO 2004



4.7.4. Auditorias ao PORLVT

No âmbito das competências que estão atribuídas aos órgãos do SNC - Sistema Nacional de Controlo do QCA III e a outras entidades que exercem funções de controlo, foram efectuadas as seguintes auditorias ao PORLVT, que também abrangeram cerca de 108 beneficiários:

QUADRO 4-25: AUDITORIAS AO PORLVT

Organismo Controlador / Âmbito da Auditoria	Situação da Auditoria
IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas	
Certificação de despesa constante no 4º PP (21Jul03) - FEOGA-O	Com Projecto de Relatório
IGA - Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão	
Avaliação do Sistema de Gestão e Controlo da Medida AGRIS do PORLVT do QCA III - FEOGA-O	Em curso
IGF - Inspeção-Geral de Finanças	
Auditoria a projectos co-financiados pelo FEDER integrados no PORLVT - QCA III	Com Projecto de Relatório
Controlo complementar por amostragem (art. 16º do Regulamento (CE) n.º 438/2001) - FEOGA-O	Com Projecto de Relatório
Auditoria ao IEFP, enquanto grande beneficiário das medidas da IDEFDS do PORLVT, do QCA III	Com Projecto de Relatório
Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do PORLVT	Com Relatório Final
Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas e Medidas Financiadas pelo FEOGA-O e pelo IFOP	Com Relatório Final
Controlo complementar por amostragem (art. 16º do Reg.(CE) n.º 438/2001) - FEDER e FSE	Em curso
IGFSE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	
Verificação da Fiabilidade da Declaração de Despesa - 1º PR (Dezembro 2000 a Abril 2001) - FSE	Com Relatório Final
Verificação da Fiabilidade da Declaração de Despesa - 2º PR (Maio a Julho 2001) - FSE	Com Relatório Final
Verificação da Fiabilidade da Declaração de Despesa - 3º PR (Julho 2001 a Janeiro 2002) - FSE	Com Relatório Final
Verificação da Fiabilidade da Declaração de Despesa - 4º e 5º PR (Fevereiro a Agosto 2002) - FSE	Com Relatório Final
Intervenção Rápida - PR Junho 2003 - FSE	Com Relatório Final
Intervenção Rápida - PR Outubro 2003 - FSE	Com Relatório Final
Auditoria de Sistemas ao PORLVT - FSE	Em curso
IG-MSST - Inspeção Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho	
Certificação de despesa - FSE	Em curso
Tribunal de Contas Europeu	
Declaração de fiabilidade (DAS) de 2002 relativa aos pagamentos (intermédios) do QCA III, do FSE - PORLVT	Com Relatório Final
Tribunal de Contas Português	
Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Eixo 3 do PORLVT - QCA III	Com Relatório Final

4.8. ACÇÕES DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

O presente relatório visa apresentar as acções realizadas em 2003 no âmbito do **Plano de Comunicação** do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, discriminando-as por destinatários:

- Beneficiários finais e potenciais do PORLVT
- Opinião pública
- Estruturas de Gestão e de Apoio Técnico do PORLVT

4.8.1. Acções destinadas aos Beneficiários do PORLVT

Publicações

Brochura “PORLVT - Uma Estratégia com Resultados (Abril de 2003)”

Porque “obra feita” é o perfeito instrumento de divulgação de qualquer programa, foi editada a brochura “PORLVT - Uma Estratégia com Resultados”, a qual apresenta a Região de Lisboa e Vale do Tejo, a sua estratégia de desenvolvimento e os principais investimentos que têm vindo a ser realizados desde o início do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) até Abril de 2003, visando a concretização dessa estratégia numa realidade.



Destina-se esta obra aos agentes de desenvolvimento beneficiários do PORLVT, mas que têm dele, muitas vezes, uma visão apenas limitada ao seu horizonte de interesses. Por outro lado, pretende servir de instrumento de consulta para qualquer cidadão com interesse na temática, apresentando informação concisa e pertinente, ilustrada por imagens actuais da RLVT e dos projectos em curso ou executados.

A brochura apresenta indicadores referentes a três dezenas de projectos, agrupados por áreas temáticas: acessibilidades e transportes, agricultura, ciência, equipamentos - cultura, desporto, saúde, turismo e lazer -, requalificação urbana, valorização ambiental e patrimonial e qualificação dos recursos humanos.



A publicação foi distribuída em diversos eventos realizados na Região e enviada aos principais interlocutores locais, regionais e nacionais, públicos e privados, bem como aos beneficiários do PORLVT.

Edição de Relatório Final do PORLVT - QCA II

De acordo com as Directivas Comunitárias, cabe às Autoridades de Gestão dos respectivos Programas Operacionais assegurar que os cidadãos tenham acesso a toda e qualquer informação relativa à gestão e execução dos fundos comunitários em cada Estado-Membro.

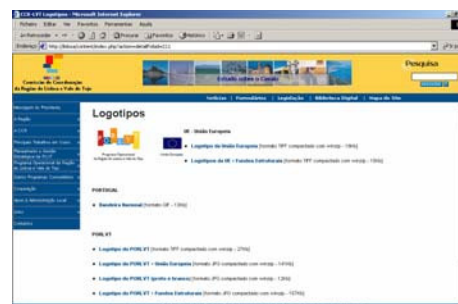


Assim, decidiu a Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo proceder à divulgação dos resultados alcançados, em termos de investimentos, no período 1994-1199, correspondente ao Quadro Comunitário de Apoio II (QCAII).

Para tal, editou o **Relatório Final do PORLVT - QCA II**, para distribuição gratuita pelos principais quadrantes da sociedade civil e política, nacional e regional, promovendo o papel dos Fundos Estruturais no desenvolvimento da RLVT e a transparência dos procedimentos administrativos e financeiros.

Disponibilização de Informação on-line

Encontra-se disponível na página da Internet informação actualizada sobre o PORLVT: formulários, notícias, legislação, publicações, regras de publicitação, logotipos, contactos, etc.



Sessão Pública de Esclarecimento

Seminário Regional FORAL

No âmbito da Campanha Integrada da Comunicação do Programa de Formação para as Autarquias Locais - Programa FORAL, decorreu a 31 de Outubro, no Museu Regional do Oeste, nas Gaeiras (Óbidos), um seminário de apresentação do Programa, que contou com presença do Secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas.



Cerca de 100 representantes da administração local e de empresas formadoras tiveram oportunidade de conhecer os dados relativos à evolução do Programa FORAL na RLVT e as futuras iniciativas previstas no quadro da divulgação do Programa - visitas às Câmaras Municipais, mailing a empresas de formação e a autarquias, apelo a uma maior e qualificante formação dos recursos humanos autárquicos.

4.8.2. Acções destinadas à opinião pública

Exposições sobre o PORLVT

Feira do Vinho e do Cavalo 2003

De 19 a 21 de Setembro, decorreu em Alenquer a Feira do Vinho e do Cavalo 2003. Este certame, de carácter nacional, levou a Alenquer o escol da arte equestre lusitana, galas equestres, classificação de equídeos, corrida de toiros, concursos diversos, horse ball, desfile de cavaleiros, amazonas, atrelagens e campinos. Simultaneamente, decorreu uma feira de artesanato, bem como uma mostra e comercialização dos bons vinhos de mesa produzidos na região oeste.

Face aos estudos editados sobre a Fileira do Cavalo e a Rota da Vinha e do Vinho no Vale do Tejo, o PORLVT esteve presente nesta iniciativa através de um stand informativo.



Exposição “Vidas Sem Barreiras”

Na sequência da Decisão 2001/903/CE, de 3 de Dezembro, do Conselho da União Europeia, designando o ano 2003 como o “Ano Europeu das Pessoas com Deficiência” (AEPD), entendeu Sua Excelência o Ministro da Segurança Social e do Trabalho criar a Comissão Nacional de Coordenação para o AEPD.

Entendeu a Comissão Distrital de Lisboa realizar uma Feira Temática, sob a designação “Vidas Sem Barreiras”, a qual decorreu no Pavilhão 1 de Exposições da Associação Industrial Portuguesa, no actual Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL), nos dias 26 e 27 de Setembro de 2003.

O PORLVT participou nesta iniciativa através de um stand de exposição, o qual divulgava os Eixos e Medidas do Programa, principais prioridades e objectivos e os dados referentes à Medida desconcentrada 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social, financiada pelo Fundo Social Europeu. O stand incluía um posto de Internet, com ligação exclusiva ao site do Programa Operacional da RLVT - que prevê uma versão “acessibilidades” para as pessoas portadoras de deficiência - e a apresentação de um powerpoint, com componente sonora.



FERSANT - Feira Empresarial da Região de Santarém 2003

A NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém organizou, de 16 a 19 de Outubro, em Torres Novas, a FERSANT 2003 - Feira Empresarial da Região de Santarém, este ano na sua XIV Edição. O PORLVT participou nesta iniciativa com um stand de exposição de exposição, que contou com a presença de um técnico disponível para prestar esclarecimentos sobre o Programa.

Para além da informação genérica (objectivos, eixos prioritários, montantes), foram divulgados alguns exemplos de projectos já concluídos ou em curso na RLVT.

Seminário “O Fundo Social Europeu e a Estratégia Europeia para o Emprego”

O PORLVT esteve presente na Mostra FSE que decorreu a par com o Seminário “O Fundo Social Europeu e a Estratégia Europeia para o Emprego”, nos dias 13 e 14 de Novembro, no Estoril. Participaram nesta iniciativa, organizada pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, a totalidade dos Programas Operacionais sectoriais e Regionais.



Feira ALLFOOTBALL

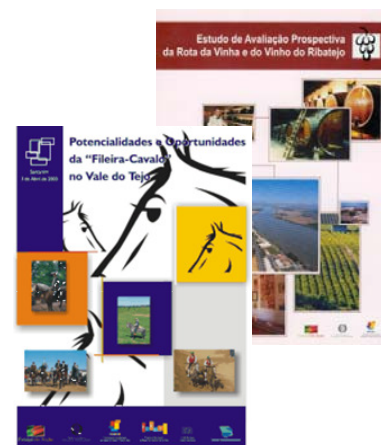
“ALLFOOTBALL - A Feira”, constituiu uma organização da empresa “Central de Comunicação” e da Feira Internacional de Lisboa e pretendeu converter Lisboa na capital mundial do Futebol, promovendo qualitativamente o desporto-rei, em vésperas do EURO 2004. A ALLFOOTBALL reagrupava três áreas distintas - Exposição, Animação e Congressos - divulgando as diferentes vertentes do futebol: a desportiva, social, económica, cultural, de marketing e política. A Associação de Futebol de Santarém esteve presente com um stand de exposição, no qual o PORLVT divulgou os projectos regionais de natureza desportiva.



Edição de Publicações

Edição de Estudos Sectoriais

O PORLVT promoveu a realização de dois estudos dedicados a sectores relevantes da economia do Vale do Tejo: “Avaliação Prospectiva da Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo” e “Potencialidades e Oportunidades da Fileira-Cavalo no Vale do Tejo”. Pela interesse suscitado no seio do mundo equestre e vitivinícola regional e pela



pertinência das suas conclusões, o PORLVT editou os respectivos relatórios finais.

O Estudo referente à Fileira-Cavalo foi alvo de discussão pública, em sessão de apresentação realizada em Santarém, no dia 3 de Abril.

Na área do Ambiente, o PORLVT editou ainda o estudo sobre o “*Levantamento e Caracterização do Saneamento Básico na RLVT*”, no qual apresenta o Ponto de Situação dos sistemas “em alta” e “em baixa” até 2002 e as perspectivas a curto e médio prazo.

Todas as edições, de distribuição gratuita, foram divulgadas pelas Autarquias e entidades sectoriais directamente ligadas aos temas em causa.



Visitas a projectos co-financiados pelo PORLVT

O PORLVT organizou e promoveu duas visitas a projectos co-financiados pelo Programa na Região de Lisboa e Vale do Tejo, destinadas aos membros da Comissão de Acompanhamento do PORLVT e, principalmente, aos órgãos de comunicação social regionais.

A 6 de Junho, aquando da reunião da VI Comissão de Acompanhamento do Programa, que decorreu na Costa da Caparica, o PORLVT aproveitou para promover uma visita a investimentos realizados na *Margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa*, no âmbito do Eixo 1 - Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal e do Eixo 3, Medida 3.17 - Acessibilidades e Transportes. Assim, organizou uma visita ao convento dos Capuchos e à extensão de Saúde do Feijó, em Almada; ao Parque da Bela Vista e à Escola de Ensino Básico - 1º Ciclo da Belavista (Setúbal); ao Parque dos Casquilhos, no Barreiro, terminando a visita com a travessia do Tejo em Catamaran, um investimento no domínio das acessibilidades de grande importância para a Grande Lisboa.



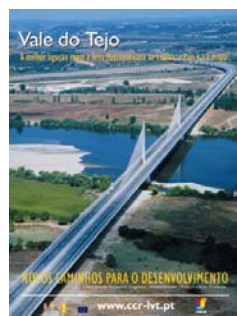
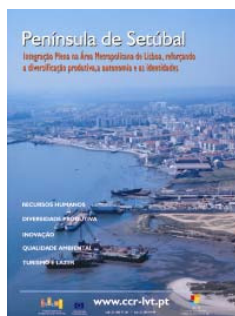
O *Oeste* foi a sub-região escolhida para a segunda visita, no âmbito da VII Comissão de Acompanhamento que teve lugar a 11 de Dezembro, tendo sido visitados os seguintes projectos que obtiveram comparticipação comunitária ao abrigo do Eixo 1 do PORLVT no Bombarral: Teatro Eduardo Brazão, zona desportiva e zona industrial do Bombarral.

Inserção de anúncios nos órgãos de comunicação social

Anúncio *Península de Setúbal*

Revista “Sem Mais”

Abril 2003



Anúncio *Vale do Tejo*

Guia Autárquico do Distrito de Santarém

Junho 2003

Anúncio *Oeste*

Revista Oficial do XX Festival do Vinho Português/ Bombarral

Julho 2003



Publicação Periódica

Criado em 2001, o Suplemento PORLVT da Newsletter da CCR de Lisboa e Vale do Tejo tem constituído um dos principais instrumentos de divulgação do Programa Operacional, sendo enviado para 1300 pessoas ou entidades e distribuído nos diversos encontros organizados pela Comissão de Coordenação.



4.8.3. Acções destinadas às Estruturas de Gestão e de Apoio Técnico do PORLVT

Compilação e Divulgação de Informação

Biblioteca do PORLVT

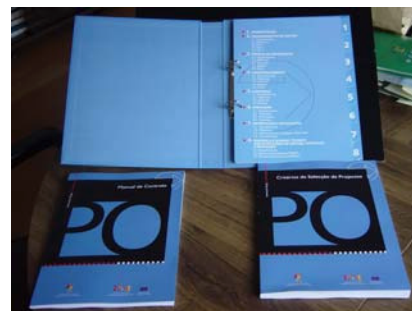
Verificou-se, no âmbito do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT), a necessidade de proceder à compilação da documentação fundamental relativa a este Programa por forma a facilitar a sua consulta e divulgação pelos membros da



Comissão de Acompanhamento e estruturas de gestão e avaliação afectas ou relacionadas com o mesmo.

Neste sentido, foi decidido proceder à realização e edição da “Biblioteca PORLVT”, que inclui as seguintes publicações:

- Programa Operacional Regional
- Complemento de Programação
- Manual de Gestão
- Manual de Controlo
- Critérios de Selecção de Projectos
- Legislação
- Diversos



Avaliação Intercalar do PORLVT

Dado o Relatório Final da Avaliação Intercalar do PORLVT ser composto por vários volumes e ser de difícil reprodução e divulgação pelos membros da Comissão de Acompanhamento, Comissão Europeia e Estruturas de Gestão do PORLVT, procedeu-se à sua edição em CD-ROM.



Encontros/ Intercâmbios de Experiências

3º Encontro Anual do QCA III

À semelhança do ocorrido em 2002, entendeu a Comissão Europeia realizar uma reunião com todas as Autoridades de Gestão do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), quer as responsáveis pelos Fundos, quer as responsáveis pelo Programa Operacionais, regionais e sectoriais. O encontro foi agendado para dia 4 de Dezembro, na Região Autónoma da Madeira.

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) fez-se representar pelo Gestor do Programa, Eng. António Fonseca Ferreira, e pelo Gestor do Eixo 1 e responsável pela Assistência Técnica, Eng. António Moura de Campos.

4.8.4. Recortes de imprensa

Recortes de Imprensa **CCRLVLT**

Orgão de Comunicação Social	ECONOMIA	Periodicidade	MENSAL
Assunto	Estado de Leste - Castelo	Data	10 Maio 03

O CAVALO É UMA APOSTA PARA A REGIÃO DO VALE DO TEJO

A filiação do cavalo no Vale do Tejo e as actividades a ele associadas foi o matéria de um estudo apresentado pela CCR em Santarém, C. Castelo e Golegã e a Companhia das Lezírias tem o tráfego que pode potenciar o sector.

JOSE HENRIQUE

A realidade do estudo sobre a filiação do cavalo, cujo período abrangido se situa de Lisboa e Vale do Tejo, tem por objectivo e meta básica que é servir de base para a análise social. O estudo, de responsabilidade do grupo de trabalho constituído pelo investigador da Filiação do Cavalo, aponta diversos resultados a analisar sobre este pequeno sector que, apesar de pouco conhecido, tem vindo a ganhar importância no Vale do Tejo.

A análise do investimento em termos de recursos, principalmente desde que Portugal aderiu à UE, Europeia, tem sido muito positiva para o Vale do Tejo. O estudo, realizado pelo Centro de Estudos de Economia da Universidade Nova de Lisboa, aponta para a importância do cavalo e das actividades a ele associadas, quer em termos económicos e quer em termos sociais.

A análise do investimento em termos de recursos, principalmente desde que Portugal aderiu à UE, Europeia, tem sido muito positiva para o Vale do Tejo. O estudo, realizado pelo Centro de Estudos de Economia da Universidade Nova de Lisboa, aponta para a importância do cavalo e das actividades a ele associadas, quer em termos económicos e quer em termos sociais.

Três projectos para a filiação do cavalo

A filiação do cavalo no Vale do Tejo é o objecto de um estudo realizado pelo Centro de Estudos de Economia da Universidade Nova de Lisboa, apontando para a importância do cavalo e das actividades a ele associadas, quer em termos económicos e quer em termos sociais.

Cavalo Lusitano e a herança

A realidade do cavalo Lusitano é o objecto de um estudo realizado pelo Centro de Estudos de Economia da Universidade Nova de Lisboa, apontando para a importância do cavalo e das actividades a ele associadas, quer em termos económicos e quer em termos sociais.

A estratégia na criação do cavalo

A realidade do cavalo Lusitano é o objecto de um estudo realizado pelo Centro de Estudos de Economia da Universidade Nova de Lisboa, apontando para a importância do cavalo e das actividades a ele associadas, quer em termos económicos e quer em termos sociais.

Recortes de Imprensa **CCRLVLT**

Orgão de Comunicação Social	Bit	Periodicidade	MENSAL
Assunto	FORAL	Data	1-10-03

Ministério das Ciências, Tecnologia e Inovação

ID: 5641251

Data: 01-10-2003

Bit

Programa FORAL

Tiragem: 35000

País: Portugal

Ámbito: Especializado

Período: Mensal

Página: 134

Cores: Cor

Área: 17 2x34,88 cm

Cofre: 1 de 1

Memorandum

www.programaforal.mcoia.gov.pt

Até 2006, a Secretaria de Estado da Administração Local pretende formar 75% dos 100 mil efectivos das autarquias. Refira-se que, destes, 66% não dispõem de escolaridade obrigatória e somente 1% têm cursos técnico-profissionais. O Programa Foral, assim se designa a iniciativa, visa aumentar a qualificação dos recursos humanos na Administração Local. Neste portal, encontra informação sobre o programa, podendo desde já inscrever-se nas opções de formação.

Recortes de Imprensa		PERIODO	CLASSIFICAÇÃO
Orgão de Comunicação Social	"Jornal Notícias, Jornal"	Periodicidade	Semanal
Assunto	"Relatório de Gestão"	Data	12-06-03

Programa Operacional sobre rodas

O presidente do Conselho de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Fernando Pereira, está bastante satisfeito com o andamento do Programa Operacional para a região. E afirma que, não terá por falta de execução deixar crescer que o país irá perder fundos comunitários

«Não vou pedir ao Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) que seja mais rápido, porque já está a ser executado de acordo com o calendário da Comissão Europeia. O que eu quero é que o país não perca os fundos comunitários por falta de execução».



Fernando Pereira, presidente do Conselho de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, afirma que o país não terá por falta de execução deixar crescer que o país irá perder fundos comunitários.

«O PORLVT está a ser executado de acordo com o calendário da Comissão Europeia. O que eu quero é que o país não perca os fundos comunitários por falta de execução».

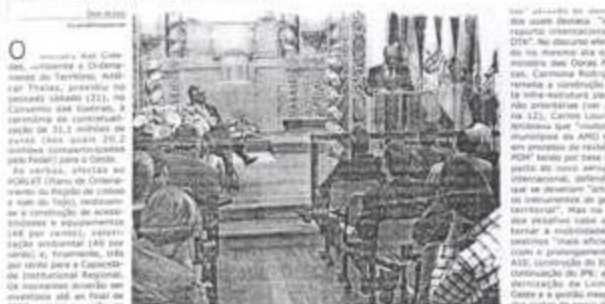
«O PORLVT está a ser executado de acordo com o calendário da Comissão Europeia. O que eu quero é que o país não perca os fundos comunitários por falta de execução».

«O PORLVT está a ser executado de acordo com o calendário da Comissão Europeia. O que eu quero é que o país não perca os fundos comunitários por falta de execução».

Recortes de Imprensa		PERIODO	CLASSIFICAÇÃO
Orgão de Comunicação Social	"Jornal Notícias, Jornal"	Periodicidade	Semanal
Assunto	"Relatório de Gestão"	Data	12-06-03

Oeste recebe 31 milhões de euros

Atividades, equipamentos e restauração ambiental são os eixos em que o Oeste vai investir 31,1 milhões de euros afetados ao PORLVT e comparticipados pelo FEDER. O ministro António Teixeira assinou os contratos e visitou algumas obras em Colares da Rainha, Torres Vedras e Sobral.



António Teixeira visita o Parque de Colares da Rainha.

O Oeste vai receber 31,1 milhões de euros afetados ao PORLVT e comparticipados pelo FEDER. O ministro António Teixeira assinou os contratos e visitou algumas obras em Colares da Rainha, Torres Vedras e Sobral.

O Oeste vai receber 31,1 milhões de euros afetados ao PORLVT e comparticipados pelo FEDER. O ministro António Teixeira assinou os contratos e visitou algumas obras em Colares da Rainha, Torres Vedras e Sobral.

O Oeste vai receber 31,1 milhões de euros afetados ao PORLVT e comparticipados pelo FEDER. O ministro António Teixeira assinou os contratos e visitou algumas obras em Colares da Rainha, Torres Vedras e Sobral.

O Oeste vai receber 31,1 milhões de euros afetados ao PORLVT e comparticipados pelo FEDER. O ministro António Teixeira assinou os contratos e visitou algumas obras em Colares da Rainha, Torres Vedras e Sobral.

Recortes de Imprensa		PERIODO	CLASSIFICAÇÃO
Orgão de Comunicação Social	"Jornal Notícias, Jornal"	Periodicidade	Semanal
Assunto	"Relatório de Gestão"	Data	12-09-03

Gestor do PORLVT visitou três obras na cidade

Via Circular Interna, Jardim das Rosas e Avenida 25 de Abril... tudo pronto antes de 2004



Na passada quinta-feira, 4 de Setembro, esteve em Torres Novas o Gestor do Eixo 1 do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, o eng.º Moura Campos, para observar o andamento de três obras na cidade.

Recortes de Imprensa		PERIODO	CLASSIFICAÇÃO
Orgão de Comunicação Social	"Jornal Notícias, Jornal"	Periodicidade	Semanal
Assunto	"Relatório de Gestão"	Data	12-09-03

Gestor do PORLVT visitou três obras na cidade

Via Circular Interna (VCI), Jardim das Rosas e Avenida 25 de Abril... tudo pronto antes de 2004



Na passada quinta-feira, 4 de Setembro, esteve em Torres Novas o Gestor do Eixo 1 do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, o eng.º Moura Campos, para observar o andamento de três obras na cidade.

Na passada quinta-feira, 4 de Setembro, esteve em Torres Novas o Gestor do Eixo 1 do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, o eng.º Moura Campos, para observar o andamento de três obras na cidade.



4.8.5. Acções de Publicidade de medidas específicas

Medidas da Intervenção intervenção sectorial desconcentrada do emprego, formação e desenvolvimento social

Edição de Brochura sobre intervenção sectorial desconcentrada do emprego, formação e desenvolvimento social

Distribuição de uma brochura de identificação de todas as intervenções do Ministério do Trabalho e da Solidariedade no âmbito do QCA III, dando especial ênfase ao POEFDs e às Intervenções Desconcentradas, a todas as pessoas interessadas que contactam os serviços da Estrutura de Apoio

Técnico ao Coordenador da Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social incluída na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Manutenção de página on-line

Manutenção da página na Internet www.poefds.pt onde podem ser obtidas mais informações sobre as intervenções da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, onde se inclui a Intervenção Sectorial Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social incluída na Intervenção Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Medida 3.12

Acção Portugal Digital: Iniciativa Campus Virtual

A iniciativa Campus Virtual foi apresentada ao público em geral através de diversos meios de comunicação social, tendo sido respeitadas todas as regras em termos de publicidade dos fundos comunitários.

A abertura de candidaturas, destinada a um beneficiário final específico, as instituições do Ensino Superior, foi publicitada no site do POSI (www.posi.pcm.gov.pt) e na imprensa diária de 21 de Fevereiro.

Acção Estado Aberto

A abertura de candidaturas foi publicitada no site do POSI e na imprensa diária de 28 de Maio. Houve uma prorrogação do prazo de apresentação de candidaturas também publicitado no site do POSI e na imprensa, no dia 24 de Julho.

4.9. GRANDES PROJECTOS

Incluído na Medida de Acessibilidades e Transportes foi em 2003 aprovado o projecto “MST - METROPOLITANO LIGEIRO DO SUL DO TEJO (1ª FASE) “ que constitui um Grande Projecto na acepção do previsto no art. 25 do REGULAMENTO (CE) N.º 1260/1999 DO CONSELHO de 21 de Junho de 1999.

Trata-se de um projecto de transporte ferroviário para transporte de passageiros - metropolitano ligeiro - com o qual se pretende revolucionar por completo a oferta de transporte público existente na região. Inclui a construção das infra-estruturas de longa duração, o fornecimento de material circulante, os equipamentos de comando e controle de tráfego e ainda, a realização de testes e ensaios, constituindo um subsistema ferroviário completo pronto a funcionar.

Foi apreciado em Unidade de Gestão realizada em 04/02/2003, tendo sido aprovada por despacho ministerial também em 04/02/2003. Através da Decisão C(2003) 3078 de 14 de Agosto de 2003 a CE confirmou a taxa de comparticipação prevista para o projecto, em conformidade com o previsto no ponto 3 do art. 26 do já citado REGULAMENTO (CE) N.º 1260/1999.

Assim, foi possível contribuir de forma muito significativa para a realização financeira do PORLVT em 2003. No quadro seguinte apresenta-se a situação em 31 de Dezembro de 2003.

QUADRO 4-26: SITUAÇÃO DO PROJECTO METROPOLITANO LIGEIRO DO SUL DO TEJO EM 31/12/2003

	INV. TOTAL	FEDER	% COMP.
Aprovado	265.068.234,72	74.802.255,84	28,22%
Executado	59.509.560,90	16.793.598,09	28,22%
% Realização	22,5%	22,5%	-

5. ADEQUAÇÃO ÀS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Estratégia Europeia de Emprego

As Medidas da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do PORLVT foram desenhadas, de forma explícita, para responder ao Plano Nacional de Emprego (PNE), designadamente aos objectivos ligados à transição de jovens para a vida activa, ao combate à exclusão sócio profissional e à promoção da empregabilidade e da adaptabilidade da população activa empregada.

Assim, a formação associada às Medidas 3.1. - Promoção da Formação Qualificante e de Transição para a Vida Activa, integrou a formação associada ao Sistema de Aprendizagem (formação em alternância) e formação certificada das Escolas de Hotelaria e Turismo da Região, contribuindo para a transição para a vida activa de um número significativo de jovens, enquanto via de alternativa para jovens, contribuindo para uma inserção mais rápida na vida activa.

A formação da Medida 3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade, integrou um conjunto alargado de acções de formação contínua dirigida a activos empregados de diversos sectores, incluindo os do sector do Turismo, da Administração Pública e do sector da Saúde.

As acções de formação dirigidas para este público incluem-se na actuação preventiva dos fenómenos do desemprego, contribuindo para a promoção da empregabilidade desses grupos, na óptica da aprendizagem ao longo da vida, integrada na estratégia europeia para o emprego.

A Medida 3.3. - Qualificação e Inserção Profissional de Desempregados, assume-se como elemento central de resposta a desempregados, quer na componente de estágios profissionais, quer na formação profissional para desempregados. A resposta no domínio dos estágios profissionais possibilitou o reforço da actuação precoce enquanto resposta aos problemas do desemprego, ao permitir a inserção profissional de um conjunto alargado de jovens, no mercado de trabalho.

Paralelamente, a formação profissional para desempregados, enquanto potenciadora do reforço das qualificações dos desempregados, favoreceu a sua reinserção no mercado de trabalho, minimizando os riscos de entrada no desemprego de longa duração.

A Medida 3.4. - Criação de Emprego, possibilitou a criação de postos de trabalho, associados aos diferentes instrumentos legais existentes de criação de emprego, designadamente das Iniciativas Locais de Emprego (ILE's), Apoios à Criação do Próprio Emprego (ACPE) e Criação do Próprio Emprego (CPE). Assim, os apoios concedidos integraram-se na estratégia precoce de combate ao desemprego promovendo o emprego de trabalhadores desempregados.

A Medida 3.5. - Eficácia e Equidade das Políticas, permitiu o apoio a Unidades de Inserção Profissional, enquanto instrumentos complementares dos Serviços Públicos de Emprego (SPE), reforçando o atendimento de empregados e desempregados, encaminhando-os para respostas, no âmbito das políticas activas de emprego.

A Medida 3.6. - Promoção do Desenvolvimento Social, integradora de respostas a públicos desfavorecidos, através de acções para apoios a públicos com deficiência, para públicos com diferentes graus de desfavorecimento, designadamente Desempregados de Longa Duração, Toxicodependentes e ex-toxicodependentes, Minorias Étnicas, etc., quer pela via da formação profissional, quer pela inclusão nos diferentes instrumentos do Mercado Social de Emprego. A estratégia subjacente nesta medida, enquanto resposta a estes grupos alvo, visa uma actuação facilitadora da sua inserção social, enquanto sectores expostos ao desemprego de longa duração ou a outros graus de desfavorecimentos, indo ao encontro da actuação preconizada no Plano Nacional para a Inclusão.

Em resumo, as Medidas 3.1. e 3.2., enquadram-se na actuação preventiva do desemprego, pretendendo através do reforço das qualificações profissionais uma inserção rápida na vida activa para os jovens ou melhorando a situação dos activos, quer ao nível do desempenho profissional quer contribuindo para uma maior adaptabilidade face às mutações técnicas, tecnológicas e organizacionais da generalidade das organizações. A sua execução contribui para o reforço da aprendizagem ao longo da vida, nos termos definidos pela Estratégia Nacional de Aprendizagem ao Longo da Vida, designadamente no desenvolvimento de competências na utilização das tecnologias de informação e comunicação e na realização de acções integradas nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA).

De forma diversa, embora, igualmente, integrados na estratégia europeia para o emprego, encontram-se as medidas 3.3 e 3.4, enquanto instrumentos de actuação precoce do combate ao desemprego e de criação do emprego. A minimização do tempo de desemprego é o seu principal objectivo, procurando activar os desempregados no âmbito dos instrumentos INSERJOVEM e REAGE.

Diferente, na estratégia de emprego se situa a medida 3.6 Promoção do Desenvolvimento Social, cabendo-lhe, em primeiro lugar contribuir para a inserção sócio-profissional de públicos desfavorecidos, enquanto elemento estruturante do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), contribuindo dessa forma para o reforço da coesão social.

O quadro seguinte, apresenta o contributo do Programa para o PNE, relativo ao ano de 2003.

QUADRO 5-1: CONTRIBUTO DO PORLVT PARA O PNE

Objectivos PNE	Medidas do PORLVT que contribuem directamente para o PNE	Execução 2003	
		Financeira (M€)	Física
Melhorar a Qualificação de Base da População Activa, numa perspectiva de formação ao longo da vida	3.2 - Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade (a)	35.604	82.886
	3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas (Formação dos Agentes da Política de Emprego e Formação) (a)	2.957	4.412
Promover a Inserção Sócio-Profissional e Combater o Desemprego de Longa Duração e a Exclusão	3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social (b)	13.608	6.305
	3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (Formação Profissional) (a)	18.404	3.882
	3.4 - Criação de Emprego (c)	5.749	875
Promover uma transição adequada dos jovens para a vida activa	3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa (a)	25.836	7.954
	3.3 - Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados (Estágios Profissionais) (b)	8.969	3.389

Legenda:

- (a) N.º de formandos
- (b) N.º de Pessoas Apoiadas
- (c) N.º de postos de trabalho criados

Quando em Dezembro de 2000 a Cimeira de Nice aprovou a Agenda Social e os quatro objectivos do método de coordenação aberta de luta contra a pobreza e a exclusão e pela inclusão social, já o PORLVT estava aprovado. Porém, grande número das medidas previstas no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) é operacionalizada pelo PORLVT, com especial realce para as intervenções abrangidas pela Medida 3.6 - Promoção do Desenvolvimento Social.

Tendo presente os 4 Objectivos do PNAI:

- Objectivo 1 - Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços;
- Objectivo 2 - Prevenir os riscos de exclusão;
- Objectivo 3 - Actuar em favor dos mais vulneráveis;
- Objectivo 4 - Mobilizar o conjunto dos intervenientes,

Pode concluir-se pela sinergia entre eles e diversas medidas do PORLVT de forma mais ou menos intensa. Assim, podem identificar-se para os objectivos do PNAI acima identificados as medidas cujo contributo é mais relevante:

Objectivo 1 - Medida 3.1 - Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa e Medida 3.5 - Eficácia e Equidade das Políticas: A transição de jovens devidamente qualificados e a igualdade de acesso ao emprego e à formação por ambos os géneros é um meio de prevenção da pobreza e da exclusão social.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A questão da eliminação das desigualdades e a promoção da igualdade entre homens e mulheres é implementada, no âmbito da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, através, para além das Tipologias de Projecto específicas desta temática incluídas na Medida 3.5, da valoração das candidaturas para a realização de acções de formação que incluam módulos que abordem esta temática.

De facto, a Matriz Referencial de Análise constante do Regulamento Específico das Medidas prevê no seu ponto 3 da Parte B a atribuição de 5 valores nas candidaturas que incluam, nas acções de formação, módulos específicos que abordem a temática da igualdade de oportunidades, nomeadamente visando a mudança de mentalidades e a partilha no processo de decisão bem como a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Considerando que a selecção de candidaturas para financiamento é efectuada pela sua hierarquização, em termos de pontuação final atribuída pela aplicação desta Matriz multicritérios, tem-se verificado a generalização da inclusão destes módulos nas diferentes acções de formação profissional levadas a cabo pelas entidades candidatas aos apoios do FSE na região de Lisboa e Vale do Tejo.

AMBIENTE

As preocupações em torno do estado do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável têm constituído um objectivos relevante da política comunitária. Ao nível de adequação à política comunitária de ambiente todas as intervenções operacionais com incidência directa em matéria de ambiente ou ordenamento do território contam com representantes do Ministério do Ambiente nas Unidades de Gestão, sendo necessário o seu parecer favorável como condição indispensável à aprovação da candidatura.

Na Medida 3.10. - Economia - decorrem da regulamentação da Medida as preocupações de respeito pelas políticas comunitárias e protecção do ambiente, constituindo balizas fundamentais em todo o processo de análise, parecer e aprovação das candidaturas, bem como ao nível do seu acompanhamento. Na que respeita aos investimentos no Gás Natural, em 2003, foram recebidos 19 novos projectos de candidatura de conversão de consumos para gás natural, num montante de investimento total de 21,284 milhões de Euros, e dos quais um o respectivo promotor solicitou desistência e outro teve uma decisão desfavorável (correspondendo a um montante de 47 mil Euros). Foram aprovadas em Unidade de Gestão 15 candidaturas (incluída a desistência) e uma reformulação de candidatura.

Na Medida 3.18 a apreciação e instrução dos processos de candidatura tem em consideração o quadro legal comunitário e nacional aplicável, atendendo à natureza/características e localização do projecto, exigindo a exibição de pareceres, certidões ou licenças a que estejam obrigados. Em situações em que não há obrigação legal/regulamentar de demonstração documental mas estão envolvidas matérias sensíveis em termos ambientais, a EAT consulta directamente as entidades competentes. Relativamente

Ainda no que se refere a política ambiental, todos os projectos apresentados ao abrigo da Medida 3.14. - Pescas e Infra-estruturas de Portos - tiveram de apresentar uma declaração de incidência ambiental, tendo apenas sido aprovados após a emissão do parecer favorável por parte das Entidades Competentes (DRAOT-LVT).

No sector da Agricultura, a compatibilização com as regras de protecção do ambiente e do bem estar animal é considerada na análise e acompanhamento das candidaturas, não sendo aprovados os projectos que não se enquadrem nestas regras e tendo os projectos de incidência ambiental de ser sujeitos a aprovação prévia das entidades competentes.

Ao nível da Medida 3.16. - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos - na área do ambiente é exigida, quando necessário, a demonstração das devidas adequações através das autorizações exigíveis por lei.

Também no sector das Acessibilidades e Transportes existe garantia de um elevado cumprimento das regras que respeitam às principais políticas comunitárias por parte de todas as entidades executoras, sendo dada particular atenção às questões ambientais, mas sendo observadas todas as outras políticas transversais comunitárias.

SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

No âmbito da Sociedade de Informação, a Comissão Europeia tem vindo a definir um conjunto de orientações que têm a ver com o real aproveitamento das novas potencialidades de crescimento da economia e do emprego, não só nas chamadas indústrias TIC, mas também em sectores que têm a ver com as chamadas indústrias de conteúdo, nomeadamente as editoras, a imprensa, as agências de notícias e de informação, as agências de publicidade, o audiovisual (rádio, TV), etc. A atenção especial que deverá ser dada a estes desenvolvimentos decorrem do facto de os mesmos estarem já a transformar a natureza e o número dos postos de trabalho, a forma de os agentes económicos interagirem entre si e as possibilidades de aumentar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Na Declaração Comum da Cimeira sobre o Emprego e a Formação na Sociedade de Informação, referia-se, por exemplo, que “os conhecimentos técnicos estão rapidamente a tornar-se tão importantes como o saber ler.

A adopção, em 1999 da iniciativa eEurope visava acelerar a aceitação das tecnologias digitais em toda a Europa e a garantir que os europeus dispõem das competências necessárias para as usar, definindo-se como áreas prioritárias:

- uma Internet mais rápida e mais segura;
- acesso mais barato à Internet;
- Internet rápida para investigadores e estudantes;
- cartões electrónicos para acesso electrónico seguro;
- investir nas pessoas e nas qualificações;
- entrada da juventude europeia na era digital;
- trabalhar na economia do conhecimento;
- participação das pessoas com deficiência
- estimular a utilização da Internet;
- acelerar o comércio electrónico;
- administração em linha;
- conteúdos digitais europeus para as redes mundiais;
- sistemas de transportes inteligentes.

Mais tarde, no Conselho Europeu de Lisboa de 2000, foi aprovado um conjunto de acções - o Plano Acção eEurope) que recomendou o seguinte conjunto de acções:

- Dar à população a possibilidade de adquirir literacia digital através do ensino ao longo da vida;
- Aumentar significativamente as admissões e os cursos de formação em tecnologias de informação e promover a igualdade entre os sexos nesses cursos, recorrendo quando adequado ao FSE;
- Estabelecer um diploma europeu de qualificações básicas nas tecnologias de informação, com processos de certificação descentralizados;

- Apoiar maior flexibilidade no local de trabalho recorrendo quando adequado a acordos entre os parceiros sociais com apoio dos Estados Membros;
- Promover uma rede de aprendizagem e formação em tecnologias de informação e comunicação em função da procura e para a reciclagem de pós-graduados;
- Criar pontos públicos de acesso à Internet em espaços públicos, bem como telecentros multimédia em todas as comunidades que proporcionem acesso a recursos de formação e teletrabalho, utilizando quando adequado fundos estruturais.

Assim, é sobretudo ao nível da redefinição da relação entre as administrações e os cidadãos, as empresas e demais agentes sociais que a internet pode jogar um papel crucial - desde o rápido e universal acesso à informação até à submissão electrónica de formulários e declarações on-line, passando por um conjunto de formas de atendimento não-presencial (marcação de consultas, apresentação de reclamações, etc.), criando-se um universo de oportunidades importantes para a vida dos cidadãos e das organizações.

Neste sentido, o eEurope 2005, no seu capítulo dedicado à Administração Pública, define como indicador central no exercício de benchmarking europeu a “percentagem de serviços básicos disponíveis on-line”, definindo para esse efeito um conjunto de 20 serviços considerados fundamentais e prioritários na oferta de serviços da Administração junto dos cidadãos e das empresas, constituindo o contexto enquadrador da actividade desenvolvida no âmbito do Estado Aberto.

No âmbito do PORLVT diversas actuações têm contribuído para a prossecução de alguns destes objectivos, nomeadamente ao nível da Medida 3.12. Sociedade da Informação, registando-se que mais 118 organismos com ligação à Internet, mais 118 organismos a disponibilizarem correio electrónico aos seus funcionários, o que resultou num aumento de 2373 caixas de correio. Para além do acesso à Internet e do correio electrónico enquanto ferramentas de trabalho, mais 241 organismos utilizarão intensivamente as TIC's nos seus processos comuns até 2006, dos quais 219 já implementaram estes processos desde o início do programa.

Por outro lado, ao nível das diversas medidas financiadas no âmbito do FSE, seja no eixo prioritário 1, no 2, ou no 3, apesar de não se dirigirem especificamente a estes objectivos, ao contemplarem a inclusão, na formação dirigida aos diferentes públicos-alvo, de módulos de tecnologias da informação e comunicação acabam por contribuir para o aumento da literacia em TIC's da população portuguesa.

AUXÍLIOS DE ESTADO, REGRAS DE CONCORRÊNCIA E MERCADOS PÚBLICOS

Relativamente ao problema dos auxílios de estado, nas Medidas 3.2 e 3.5, da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, uma vez que poderão ser concedidos apoios a empresas para a realização de acções de formação profissional a favor dos seus trabalhadores, são verificadas as regras de concorrência, no que se refere aos auxílios à formação, nos seguintes termos:

1. Considerando que O Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do seu texto de decisão, estabelece a observância do regime de ajudas decorrente dos preceitos legais correspondentes, designadamente a alínea a) do art. 1º do Regulamento n.º 994/98, do Conselho, de 7 de Maio, relativo à aplicação dos art. 87º e 88º do Tratado da União Europeia, o qual é aplicável a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais;
2. Considerando que para a determinação do regime de auxílios à formação, importa ter presente a natureza das entidades titulares de pedidos de financiamento, bem como o tipo de formação que pretendem desenvolver - geral (a) ou específica (b);
3. Considerando ainda que as entidades titulares de pedidos de financiamento poderão classificar-se em Entidades Formadoras, Entidades Beneficiárias e Outros Operadores, tal como definido nos art. 19º, 20º e 21º, respectivamente, do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro, importa ter em conta que:
4. Aos pedidos de financiamento titulados por Entidades Beneficiárias, i.e., entidades que promovem formação para os seus próprios activos, aplicar-se-á o disposto no Regulamento CE n.º 68/2001, da Comissão, de 12 de Janeiro, em matéria de intensidade de auxílios, uma vez que se verifica a aplicação do conceito de Auxílio de Estado na acepção do n.º 1 do art. 87º do Tratado.
5. Aos pedidos de financiamento titulados por Entidades Formadoras ou Outros Operadores, quando dirigidas unicamente aos activos de uma determinada(s) empresa(s), pese embora a natureza das entidades titulares do pedido de financiamento, a formação não é destinada ao “mercado”, pelo que se encontra abrangida pelo conceito de Auxílio de Estado, devendo aferir-se a intensidade do auxílio a conceder em função da(s) entidade(s) destinatária(s) da formação.
6. Taxas de incidência dos auxílios: A intensidade dos auxílios a conceder no âmbito da formação depende do tipo de formação - geral (a) ou específica (b) - a ministrar, assim como da dimensão das entidades beneficiárias. Desta forma, nos termos do

Regulamento CE n.º 68/2001, da Comissão, de 12 de Janeiro, estabelece-se a seguinte sistematização relativamente à intensidade de auxílios:

Tipo de Formação	Tipo de Empresa	Intensidade do Auxílio (taxa base)	Contribuição Pública	Contribuição Privada
FORMAÇÃO ESPECÍFICA	Grandes Empresas (>250 Trab.)	25%	0,25xCTE ⁽¹⁾	75%
	P.M.E. (< 250 Trab.)	35%	0,35xCTE ⁽¹⁾	65%
FORMAÇÃO GERAL	Grandes Empresas (>250 Trab.)	50%	0,50xCTE ⁽¹⁾	50%
	P.M.E. (< 250 Trab.)	70%	0,70xCTE ⁽¹⁾	30%

(1) CTE: Custo Total Elegível (inclui encargos salariais)

7. Neste contexto, todos os titulares de pedidos de financiamento que se enquadrem na definição de Entidade Beneficiária, e ainda as Entidades Formadoras e Outros Operadores, quando promovam formação dirigida exclusivamente a determinada empresa, deverão explicitar qual a natureza da formação que pretendem levar a efeito, de forma a serem observadas as taxas de financiamento público determinadas por lei.

A informação solicitada no parágrafo anterior tem carácter obrigatório e deverá ser prestada através do anexo ao Formulário B - Anexo Regime de Auxílio - existente para o efeito e já disponível no site da Intervenção Desconcentrada em formulários genéricos.

8. Nos casos em que uma entidade pretenda desenvolver dois tipos distintos de formação - geral e específica - deverá formalizar os pedidos de financiamento autonomamente, dada a diferença na respectiva intensidade de auxílio.

No âmbito desta problemática consideram-se:

- Formação geral - formação que pressupõe um ensino não vocacionado exclusiva ou principalmente para a posição actual ou futura do trabalhador na empresa beneficiária, conferindo qualificações em grande parte transferíveis para outras empresas ou outros domínios de actividade profissional, reforçando consideravelmente, por conseguinte, a empregabilidade do trabalhador - alínea e) do art. 2º do Regulamento n.º 68/01, da Comissão, de 12 de Janeiro.

- Formação específica - formação que pressupõe um ensino directo, principalmente vocacionado para a posição actual ou futura do trabalhador na empresa beneficiária, e que confere qualificações que não são, ou apenas o são numa medida limitada, transferíveis para outra empresa ou para outro domínio de actividade profissional - alínea d) do art. 2º do Regulamento n.º 68/01, da Comissão, de 12 de Janeiro.
- Pequenas e Médias Empresas - PME's - a definição deste conceito consta do Anexo I ao Regulamento n.º 68/2001, da Comissão, de 12 de Janeiro, que é parte integrante do presente Ofício.

Na Medida 3.10. - Economia - decorrem da regulamentação da Medida as preocupações de respeito pelas políticas comunitárias e cumprimento das regras de concorrência e dos mercados públicos, constituindo balizas fundamentais em todo o processo de análise, parecer e aprovação das candidaturas, bem como ao nível do seu acompanhamento.

No sector da Agricultura e Pescas (Medidas 3.14. e 3.15.) é assegurada a Compatibilidade com as Políticas Comunitárias, fazendo aplicar as regras da concorrência conforme previsto no D.L. n.º 197/99 de 8 de Julho.

Ao nível da Medida 3.16. - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos - as regras de concorrência e mercados públicos têm sido defendidas através da exigência de concursos públicos de acordo com o Dec-Lei nº59/99 de 2 de Março.

Também no sector das Acessibilidades e Transportes existe a garantia de um elevado cumprimento das regras que respeitam às principais políticas comunitárias por parte de todas as entidades executoras, sendo dada particular atenção às questões de contratos públicos e sendo ainda observadas todas as outras políticas transversais comunitárias.

POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC)

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC ficou sempre assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- São complementares e, desta forma, não concorrentes com as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO)

- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM)
- Decorrem, em termos de enquadramento, do estipulado no Regulamento (CE) n° 1257/99, pelo que a compatibilidade das mesmas com este regulamento está assegurada à partida, não tendo sido efectuado qualquer pedido de excepção ao abrigo do artigo 37° desse regulamento.

ANEXO

PUBLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO

Listagem nº1/2003, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, DR II série, 6 de Janeiro (p.193-200)
- Publica listagem dos apoios do FSE concedidos no 1º semestre de 2002, no âmbito do PRODEP - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal

Portaria n.º37/2003, de 15 de Janeiro - Estabelece as modalidades de articulação entre as entidades responsáveis pelos diferentes níveis de controlo do Fundo de Coesão e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo

Despacho nº2149/2003 (2ª série), do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, 3 de Fevereiro (p. 1731) - Considerando que a formação autárquica revela carências estruturais e considerando as limitações financeiras das autarquias locais face à diversidade da suas competências, determina, ao abrigo do nº 7 do Despacho conjunto nº 80/2001, de 5 de Janeiro, que se aplique até 2006, o disposto na alínea a) do referido despacho, ou seja, que a contrapartida pública nacional seja suportada a 100% pelos encargos com as remunerações dos activos em formação, tratando-se de acções de formação realizadas durante o período normal de trabalho

Despacho nº2633/2003 (2ª série), DR II série, 8 de Fevereiro (p. 2213) - Nomeia para coordenador do núcleo de coordenação e acompanhamento estratégico do Programa FORAL o Dr. Rui Manuel de Azevedo e Silva

Despacho nº2852/2003 (2ª série), DR II série, 12 de Fevereiro (p. 2324-2335) - Aprova e publica o regulamento específico da tipologia de projecto nº2.2.2, «Desenvolvimento organizacional», do Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

Despacho nº3334/2003 (2ª série), do Gabinete do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado no D.R. II Série de 18 de Fevereiro (p.2742) - Encontrando-se há muito ultrapassada a fase de arranque do QÇA III e por razões de disciplina financeira, determina que , a partir de 1 de Janeiro de 2003, apenas poderão ser candidatos à medida de bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico os projectos em que a soma do montante de financiamento FEDER ao projecto inicial com a bonificação FEDER da taxa de juro não ultrapasse 75% do custo do projecto

Portaria nº192/2003, de 22 de Fevereiro - Altera o Regulamento de Aplicação da Intervenção Medidas Agro-Ambientais do Plano de Desenvolvimento Rural, aprovado pela Portaria nº 475/2001, de 10 de Maio

Portaria nº193/2003, de 22 de Fevereiro - Altera o Regulamento de Aplicação da Intervenção Indemnizações Compensatórias do Plano de Desenvolvimento Rural, aprovado pela Portaria nº 46-A/2001, de 25 de Janeiro

Listagem nº62/2003, do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, DR II série, 25 de Fevereiro (p. 3129-3131) - Publica os apoios FSE concedidos desde 1 de Julho até 31 de Dezembro de 2002, no âmbito do PO Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho nº4286/2003 (2ª série), do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, 5 de Março (p. 3535-3539) - No âmbito dos eixos prioritários 1 e 2 das intervenções operacionais regionais e dentro das tipologias de projectos mencionadas nas tabelas anexas ao presente despacho, do qual fazem parte integrante, apenas são susceptíveis de apoio do FEDER as despesas que respeitem os limites nelas fixados

Despacho nº5103/2003 (2ª série), Gabinete do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, 15 de Março, II Série (p. 4221-4222) - Determina que as sociedades POLIS devem apresentar num período de 30 dias, a reprogramação financeira total da respectiva intervenção

Resolução do Conselho de Ministros nº50/2003, de 3 de Abril - Altera a Resolução do Conselho de Ministros nº27/2000, de 16 de Maio, que definiu as estruturas de gestão do QÇA III

Decreto-Lei nº71/2003, de 10 de Abril - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2001/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Maio, e altera o Decreto-Lei nº 289/91, de 10 de Agosto, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 89/48/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, relativa ao sistema geral de reconhecimento das formações profissionais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2003, de 11 de Abril - Determina as alterações ao Plano de Desenvolvimento Rural

Despacho nº7186/2003 (2ª série), do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, 11 de Abril (p. 5714) - Determina que as comissões de coordenação regional sujeitem à apreciação do Instituto Geográfico Português todas as candidaturas, em matéria de cartografia e cadastro, aos respectivos programas operacionais regionais

Despacho nº 7146/2003, DR nº 86, II Série de 11 de Abril, MADRP- Gabinete do Ministro - Visa a criação de uma estrutura para apreciação e enquadramento das candidaturas de projectos na área da recolha e tratamento de soros lácteos .

Despacho n.º 4286/2003, Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente Diário da República, DR II série, de 5 de Maio - No âmbito dos eixos prioritários 1 e 2 das intervenções operacionais regionais e dentro das tipologias de projectos mencionadas nas tabelas anexas ao presente despacho, do qual fazem parte integrante, apenas são susceptíveis de apoio do FEDER as despesas que respeitem os limites nelas fixados

Despacho nº 8745/2003 , DR nº 104,II Série de 6 de Maio, MADRP , gabinete do Ministro - Cria um Grupo de Ligação Nacional da medida AGRIS com o objectivo de uma melhor coordenação e articulação entre todas as entidades envolvidas na gestão, pagamento, acompanhamento e controlo com vista a assegurar uma melhor performance da Medida.

Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, cria o Instituto do Desporto de Portugal, alterando a estrutura dos serviços desconcentrados do ex-Instituto Nacional do Desporto, deixando de haver Delegados Regionais que por inerência do cargo eram os Coordenadores Regionais das Medidas Desporto no âmbito do QCA III.

Despacho nº9313/2003 (2ª série), Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, DR II série, de 13 de Maio (p. 7196-7197) - Nos termos do nº3 do artº 9º e do nº 3 do artº14º do Regulamento de Aplicação da Subacção nº3.4, «Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos», da Medida AGRIS, aprovado pela Portaria nº 327/2003, determina os valores dos custos máximos das despesas elegíveis para prevenção de riscos provocados por agentes bióticos

Portaria nº547/2003(2ª série), Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e da Segurança Social e do Trabalho, DR II Série, de 14 de Maio (p. 7241-7252) - Regulamento específico de Aplicação da Medida nº7, «Formação profissional»

Despacho nº9917-A/2003 (2ª série), DR II série, suplemento, de 19 de Maio [p. 7584-(2)] - Nos termos da Portaria nº317-A/2000 que cria e regulamenta o Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais (SIPIE), determina, para o ano de 2003, o período para a selecção dos projectos; a localização dos projectos a admitir e a dotação orçamental para esta fase, que não inclui qualquer verba a afectar à região de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho conjunto nº609/2003, dos Ministros da Segurança Social e do Trabalho e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, de 22 de Maio (p. 7785-7787) - Aprova o regulamento da formação à distância a desenvolver no âmbito de cada uma das medidas, dos programas operacionais regionais, destinadas a apoiar a formação para a administração local

Despacho conjunto nº610/2003, dos Ministros da Segurança Social e do Trabalho e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, de 22 de Maio (p. 7787) - Aprova o regulamento que estabelece o regime específico de apoios à formação avançada, que vem complementar os

regulamentos específicos das medidas dos programas operacionais regionais destinados a apoiar a formação da administração local

Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio - Extingue as comissões de coordenação regionais e as direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território e cria as comissões de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Decreto-Lei n.º109/2003. SÉRIE I-A de 2003-06-04 - Altera o Decreto-Lei n.º 224/2000, de 9 de Setembro, que estabelece a regulamentação do Programa Operacional Pesca (MARE), bem como da componente pesca dos programas operacionais de âmbito regional (MARIS), aplicável ao território do continente durante o período de vigência do Quadro Comunitário de Apoio para 2002-2006 (QCA III)

Regulamento n.º 1145/2003, de 28 de Junho, Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº160 SÉRIE JOL - Altera o Regulamento (CE) nº 1685/2000 no que diz respeito às regras de elegibilidade para co-financiamento pelos Fundos Estruturais

Despacho conjunto nº694/2003, dos Ministérios da Segurança Social e do Trabalho e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, de 7 de Julho (p. 10160-10161) - Aprova o «Regulamento da modalidade formação-acção a desenvolver no âmbito das medidas do eixo nº1 dos programas operacionais regionais destinados a financiar a formação profissional para a administração local»

Resolução de Conselho de Ministros n.º 101/2003 -D.R. N.º 182, I Série B de 08/08/2003: Cria, no âmbito da Intervenção Operacional da Economia, inserida no QCA III, o Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), que substitui o Programa Operacional da Economia.

Portaria nº893/2003, de 26 de Agosto - Altera o regulamento de aplicação da intervenção medidas agro-ambientais, do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), aprovado pela Portaria nº475/2001, de 10 de Maio

Listagem nº221/2003 do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, publicado no DR II série de 26 de Agosto (p. 13140-13142) - Nos termos do disposto no nº4 do nº19 da Portaria nº799-B/2000, de 20 de Setembro, publicam-se os apoios do FSE concedidos desde 1 de Janeiro até 30 de Junho de 2003 no âmbito do PO Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho conjunto nº866/2003, do Ministro das Finanças e da Segurança Social e do Trabalho, DR II série, de 1 de Setembro (p. 13461.13463) - Aprova, em complementaridade com os despachos nºs 9117/2002, de 3 de Maio, e 12608/2002, de 3 de Junho, que regulamentam as modalidades de estudos e recursos didácticos do POEFDS, o regime que define a disciplina aplicável aos apoios a conceder às modalidades de estudos e recursos didácticos do POEFDS no âmbito do eixo «Qualificar para modernizar a Administração Pública»

Portaria nº919/2003, de 3 de Setembro - Aprova o Regulamento de Execução da Medida de Apoio às Actuais Infra-Estruturas Tecnológicas, da Formação e da Qualidade

Portaria nº954/2003, de 9 de Setembro - Fixa as normas e o processo de acreditação dos serviços públicos que promovam formação decorrente das suas atribuições ou em áreas temáticas relacionadas com o seu âmbito de competências

Despacho conjunto nº908/2003, dos Ministros das Finanças, da Segurança Social e do Trabalho e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, de 16 de Setembro (p. 14164) - Determina que nas acções de formação realizadas durante o período normal de trabalho são elegíveis os encargos com as remunerações dos funcionários e agentes da Administração Pública em formação, a título de contribuição pública nacional, independentemente da qualidade em que intervenha a entidade titular do pedido de financiamento, desde que seja uma entidade da Administração Pública ou equiparada

Despacho conjunto nº915/2003, dos Ministérios da Saúde e da Segurança Social e do Trabalho, DR II série, de 18 de Setembro (p. 14270) - Determina que os pedidos de financiamento FSE solicitados pelas entidades do Ministério da Saúde ao Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social e ao Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo que correspondem a formações a executar durante o ano de 2003 e relativamente aos quais não tenha sido proferida decisão sejam transferidos para o Programa Operacional da Saúde

Portaria n.º1043/2003, de 22 de Setembro - Altera e republica o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 7, «Valorização do Ambiente e do Património Rural», da medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 48/2001, de 26 de Janeiro

Portaria nº1048/2003, de 23 de Setembro - Altera o Regulamento de Aplicação da Subacção nº 6.2, «Electrificação», da acção nº 6, «Caminhos e electrificação agro-rurais», da medida AGRIS, anexo à Portaria nº 1215/2002, de 4 de Setembro

Portaria n.º1051/2003, de 24 de Setembro - Altera e republica o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2, «Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade», da medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 1109-D/2000, de 27 de Novembro

Portaria n.º 934/2003, de 30 de Setembro - Altera o Regulamento da Componente Pesca dos Programas Operacionais Regionais do Continente (MARIS), aprovado pela Portaria nº1271/2001, de 8 de Novembro

Despacho conjunto nº960/2003, dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, DR II série, de 1 de Outubro (p. 14831-14832) - Altera o regulamento que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da medida n.º 5, acção n.º 5.1, "Formação contínua e especializada nos

ensinos básico e secundário", da Intervenção Operacional da Educação (PRODEP III), aprovado pelo despacho conjunto nº 984/2001, de 29 de Outubro

Despacho nº19220/2003 (2ª série), do Ministro da Segurança Social e do Trabalho, DR II série, de 7 de Outubro (p. 15142) - Determina que os projectos candidatos aos apoios da medida nº 5.6 do POEFDS que venham a desenvolver-se nas regiões declaradas em situação de calamidade pública pela RCM nº 106-B/2003, de 11 de Agosto e RCM nº 123/2003, de 25 de Agosto, são acrescidos de uma majoração de 20% em relação à pontuação resultante da aplicação da tabela de avaliação de critérios e prioridades a considerar na análise técnica dos projectos, prevista no despacho nº 11724-A/2001, publicado no DR, 2ª série, de 1 de Junho de 2001

Portaria nº1190/2003, de 10 de Outubro - Altera o anexo III do Regulamento de Aplicação da Intervenção Indemnizações Compensatórias do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), aprovado pela Portaria nº 46-A/2001, de 25 de Janeiro

Portaria nº1195/2003, de 13 de Outubro - Altera e republica o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 3.1, «Instalação de Organização de Produtores Florestais», da acção n.º 3, «Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas», da medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 1109-G/2000, de 27 de Novembro

Portaria nº1196/2003, de 13 de Outubro - Altera e republica o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1, «Diversificação na Pequena Agricultura», da medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 1109-E/2000, de 27 de Novembro

Portaria nº1197/2003, de 13 de Outubro - Altera e republica o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 6.1, «Caminhos Agrícolas e Rurais», da acção n.º 6, «Caminhos e electrificação agro-rurais», da medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 1109-I/2000, de 27 de Novembro

Portaria nº1198/2003, de 13 de Outubro - Altera e republica o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 3.2, «Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais», da acção n.º 3, «Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas», da medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 1109-C/2000, de 27 de Novembro

Portaria nº1199/2003, de 13 de Outubro - Altera e republica o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 5, «Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento», da medida AGRIS, aprovado pela Portaria n.º 1109-F/2000, de 27 de Novembro

Despacho nº19447/2003 (2ª série), do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, de 13 de Outubro (p. 15423) - Delegação de competência no Secretário de Estado da Administração Local, para aprovar o financiamento pela intervenção operacional respectiva, as

candidaturas às medidas relativas ao Programa de Formação para as Autarquias Locais - Programa FORAL - aprovado pela RCM nº171/2000, de 16 de Novembro

Despacho conjunto nº979/2003, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR II série, de 16 de Outubro (p. 15556-15559) - Nomeação dos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve

Despacho nº21142/2003 (2ª série), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo , DR II série, de 3 de Novembro (p. 16549) - Delegação de competências do gestor do PORLVT, Engº António Fonseca Ferreira na chefe de estrutura de apoio técnico do PORLVT, Engª Maria Gabriela Petersen e na chefe de estrutura de apoio do controlo do 1º nível, Drª Maria Joaquina Sim Sim

Despacho nº21143/2003 (2ª série), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo , DR II série, de 3 de Novembro (p. 16549-16550) - Delegação de competências do gestor do PORLVT, engº António Fonseca Ferreira no gestor do Eixo Prioritário nº 1 «Apoio ao investimento municipal e intermunicipal», engº José António Moura de Campos e no gestor do Eixo Prioritário nº 2 «Acções Integradas de base territorial», também coordenador da Acção Integrada de Base Territorial Valtejo, engº António Alves da Silva Marques

Despacho nº20471/2003, do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, DR 247 SÉRIE II de 2003-10-24 (p. 16057) - Delegação de competências nos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve

Despacho nº23923/2003 do Secretário de Estado do Trabalho. DR 285 Série II de 2003-12-11 (p. 18827-18828) - Subdelega nos gestores dos programas operacionais das Regiões do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve a competência para aprovar as candidaturas de projectos ao financiamento pelas intervenções desconcentradas do emprego, formação e desenvolvimento social nas medidas co-financiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE) e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

Resolução do Conselho de Ministros n.º189/2003. DR 289 SÉRIE I-B de 2003-12-16 - Prorroga o prazo de vigência do Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo (PIQTUR) até 31 de Dezembro de 2006

DADOS DA EXECUÇÃO

QUADRO A-1: PONTO DE SITUAÇÃO REPORTADO A 31/12/2003
(EUROS)

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Programação											
		2000/06				2000/03				2003			
		Custo Total (1)	Desp. Pública (2)	Fundo (3)	Custo Total (4)	Desp. Pública (5)	Fundo (6)	Custo Total (7)	Desp. Pública (8)	Fundo (9)			
	Total	2 714 674 298	2 508 305 891	1 441 083 000	2 172 138 351	2 003 866 359	1 164 393 618	358 226 466	333 745 988	184 867 881			
Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	FEDER	1 781 705 658	1 678 150 358	910 512 000	1 418 160 645	1 333 701 140	736 187 041	247 174 435	233 550 066	122 129 873			
	FSE	754 460 974	695 298 733	430 919 000	609 482 212	560 993 860	347 534 318	99 133 817	91 145 465	56 048 077			
	FEOGA-O	178 507 666	134 856 800	99 652 000	144 495 494	109 171 359	80 672 259	11 918 214	9 050 458	6 689 931			
EIXO 1													
FEDER	FEDER	597 334 775	585 556 238	351 016 653	476 960 021	467 267 843	288 840 194	89 767 920	88 208 117	46 484 272			
FSE	FSE	40 338 640	40 338 640	26 219 937	33 914 245	33 914 245	22 044 157	2 876 228	2 876 228	1 869 524			
FEOGA-O	FEOGA-O												
1.1- Acessib. Equipamentos	FEDER	272 423 000	272 423 000	177 073 000	224 168 050	224 168 050	145 707 587	36 076 305	36 076 305	23 449 342			
1.2- Valoriz. Amb. Patrimonial	FEDER	139 663 000	139 663 000	90 781 000	114 924 165	114 924 165	74 700 749	18 495 227	18 495 227	12 021 904			
1.3- Cap. Inst. Regional	FEDER	11 077 349	11 077 349	7 200 000	8 618 494	8 618 494	5 601 780	2 032 386	2 032 386	1 321 051			
1.4- Formação Desenv.	FSE	37 261 529	37 261 529	24 219 937	33 298 823	33 298 823	21 644 157	2 260 806	2 260 806	1 469 524			
1.5- Acções Esp. Valor. Territ.	FEDER	170 635 514	158 856 977	73 310 708	126 339 722	116 647 544	60 647 878	32 695 749	31 135 946	9 340 784			
1.6- Bonif. Juros	FEDER	3 535 912	3 535 912	2 651 945	2 909 590	2 909 590	2 182 201	468 253	468 253	351 191			
1.7- Acções de Apoio dev. Socio-Comunitário	FSE	3 077 111	3 077 111	2 000 000	615 422	615 422	400 000	615 422	615 422	400 000			
EIXO 2													
FEDER	FEDER	278 912 281	216 991 643	122 861 160	229 507 895	178 555 405	101 098 475	36 935 665	28 735 668	16 270 200			
FSE	FSE	21 808 166	21 808 166	12 371 933	17 945 234	17 945 234	10 180 464	2 888 002	2 888 002	1 638 385			
FEOGA-O	FEOGA-O												
2.1- Qual. Cidades Req. Metrop. - Territ.	FEDER	159 466 742	146 679 104	80 673 647	131 220 024	120 697 490	66 383 735	21 117 787	19 424 352	10 683 412			
2.2- Qual. Cidades Req. Metro. - Emp.	FSE	14 259 107	14 259 107	7 842 512	11 733 358	11 733 358	6 453 349	1 888 298	1 888 298	1 038 565			
2.3- Valtejo	FEDER	119 445 539	70 312 539	42 187 513	98 287 871	57 857 914	34 714 740	15 817 878	9 311 316	5 586 788			
2.4- Formação Empregabilidade	FSE	7 549 059	7 549 059	4 529 421	6 211 876	6 211 876	3 727 114	999 703	999 703	599 820			

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Programação												
		2000/06					2000/03					2003		
		Custo Total (1)	Desp. Pública (2)	Fundo (3)	Custo Total (4)	Desp. Pública (5)	Fundo (6)	Custo Total (7)	Desp. Pública (8)	Fundo (9)				
EIXO 3														
FEDER	FEDER	905 458 602	875 602 477	436 634 187	711 692 729	687 877 892	120 470 850	116 606 281	59 375 401					
FSE	FSE	692 314 168	633 151 927	392 327 130	557 622 733	509 134 381	93 369 587	85 381 235	52 540 168					
FEOGA-O	FEOGA-O	178 507 666	134 856 800	99 652 000	144 495 494	109 171 359	11 918 214	9 050 458	6 689 931					
3.1- Pro.Form.Qual. Trans. Vida Activa	FSE	123 923 200	123 923 200	77 452 000	99 377 600	99 377 600	15 993 600	15 993 600	9 996 000					
3.2- Form. Longo Vida e Adaptabilidade	FSE	140 368 600	116 825 600	73 016 000	113 057 400	93 686 400	18 193 800	15 076 800	9 423 000					
3.3- Qual. Inser. Prof. Desempregados	FSE	98 668 800	98 668 800	61 668 000	79 128 000	79 128 000	49 455 000	12 734 400	7 959 000					
3.4- Criação de Emprego	FSE	31 163 200	31 163 200	19 477 000	24 990 400	24 990 400	15 619 000	4 022 400	2 514 000					
3.5- Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	28 286 400	28 286 400	17 679 000	22 683 200	22 683 200	3 651 200	3 651 200	2 282 000					
3.6- Prom. Desenvolvimento Social	FSE	187 510 200	156 063 477	97 539 299	151 031 000	125 152 000	24 305 800	20 140 800	12 588 000					
3.7- Apoio Inv. Desenv. Local Social	FEDER	38 765 774	33 058 909	19 835 346	31 900 999	27 204 999	5 134 333	4 378 333	2 627 000					
3.8- Inf. Ed. Pre-escolar, Básico e Secund.	FEDER	13 041 697	11 272 791	9 780 421	10 736 860	9 392 500	1 729 360	1 481 000	1 297 000					
3.9- Ensino Profissional	FSE	66 668 001	62 495 483	36 001 171	53 990 578	50 752 226	11 794 444	11 088 092	6 369 000					
3.10- Economia	FEDER	389 904 227	389 904 227	158 370 070	293 436 755	293 436 755	48 357 357	48 357 357	20 945 551					
3.11- Ciência, Tecnol. Inovação	FEDER	6 987 112	6 987 112	3 493 556	6 987 112	6 987 112	2 693 116	2 693 116	1 047 558					
3.12- Socied. Informação FEDER	FEDER	21 140 000	21 140 000	12 442 000	18 605 000	18 605 000	6 184 000	6 184 000	3 222 000					
3.13- Socied. Informação FSE	FSE	3 715 000	3 715 000	1 984 000	3 715 000	3 715 000	1 121 000	1 121 000	438 000					
3.14- Pescas- Inf. Portos	FEDER	10 122 112	10 122 112	7 591 235	8 403 000	8 403 000	1 335 000	1 335 000	1 001 000					
3.15- Agricultura	FEOGA-O	175 650 666	131 999 800	97 509 000	142 144 557	106 820 422	11 539 868	8 672 112	6 406 138					
3.16- Desnv. Equip. desportivos	FEDER	35 492 923	35 492 923	21 981 054	29 205 978	29 205 978	4 700 240	4 700 240	2 910 896					
3.17- Acessib. Transportes	FEDER	292 877 704	270 497 350	132 119 938	232 603 463	214 828 986	37 429 769	34 569 560	16 884 928					
3.18- Ambiente	FEDER	32 793 118	32 793 118	24 594 900	27 146 666	27 146 666	4 327 665	4 327 665	3 245 757					
3.19- Saúde	FEDER	46 634 879	46 634 879	34 976 000	38 377 013	38 377 013	6 173 682	6 173 682	4 630 584					
3.20- Assist.Tecnica -FEDER	FEDER	17 699 056	17 699 056	11 449 667	14 289 883	14 289 883	2 406 328	2 406 328	1 563 127					
3.21- Assist.Tecnica -FSE	FSE	12 010 767	12 010 767	7 510 660	9 649 555	9 649 555	1 552 943	1 552 943	971 168					
3.22- Assist.Tecnica -FEOGA	FEOGA	2 857 000	2 857 000	2 143 000	2 350 937	2 350 937	378 346	378 346	283 793					

(continuação)

(continuação)

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Homologações						Despesa Válida pela AG					
		2000/06			2000/03			2003			2003		
		Custo Total (1)	Desp. Pública (2)	Fundo (3)	Custo Total (4)	Desp. Pública (5)	Fundo (6)	Custo Total (7)	Desp. Pública (8)	Fundo (9)	Custo Total (7)	Desp. Pública (8)	Fundo (9)
	Total	2 188 639 404	2 145 984 064	1 151 293 455	1 355 552 375	1 319 223 445	742 763 925	473 726 934	456 885 170	248 698 483			
Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	FEDER	1 393 699 868	1 393 564 259	670 825 572	812 117 912	806 854 084	419 249 710	311 661 487	306 397 660	151 423 524			
	FSE	666 426 297	635 314 749	393 653 241	488 887 083	464 005 181	287 426 452	131 982 681	122 963 331	76 737 176			
	FEOGA-O	128 513 238	117 105 056	86 814 642	54 547 380	48 364 180	36 087 763	30 082 765	27 524 179	20 537 784			
EIXO 1													
FEDER	FEDER	451 798 015	451 798 013	263 243 067	330 459 676	330 459 676	199 017 996	96 354 490	96 354 490	57 523 852			
FSE	FSE	11 927 681	11 906 292	7 739 090	6 069 569	6 033 694	3 934 901	2 540 001	2 538 376	1 649 945			
FEOGA-O	FEOGA-O												
1.1- Acessib. Equipamentos	FEDER	197 933 366	197 933 365	121 352 171	170 677 608	170 677 608	104 846 980	44 325 180	44 325 180	27 448 395			
1.2- Valoriz. Amb. Patrimonial	FEDER	140 236 335	140 236 334	87 196 664	113 900 066	113 900 066	70 238 607	35 374 788	35 374 788	21 807 717			
1.3- Cap. Inst. Regional	FEDER	8 370 238	8 370 238	5 257 052	5 006 221	5 006 221	3 191 085	1 945 046	1 945 046	1 252 108			
1.4- Formação Desenv.	FSE	11 927 681	11 906 292	7 739 090	6 069 569	6 033 694	3 934 901	2 540 001	2 538 376	1 649 945			
1.5- Acções Esp. Valor. Territ.	FEDER	101 619 957	101 619 957	46 708 587	40 341 047	40 341 047	20 340 273	14 422 132	14 422 132	6 800 124			
1.6- Bonif. Juros	FEDER	3 638 119	3 638 119	2 728 593	534 734	534 734	401 050	287 344	287 344	215 508			
1.7- Acções de Apoio dev. Socio-Comunitário	FSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
EIXO 2													
FEDER	FEDER	71 244 802	71 244 802	36 775 614	43 419 109	43 419 109	22 547 336	13 732 680	13 732 680	6 806 910			
FSE	FSE	1 838 937	1 838 937	1 103 362	1 025 479	1 025 479	615 287	393 613	393 613	236 168			
FEOGA-O	FEOGA-O												
2.1- Qual. Cidades Req. Metropol. - Territ.	FEDER	12 718 695	12 718 695	6 217 300	5 104 008	5 104 008	2 266 651	1 356 343	1 356 343	494 609			
2.2- Qual. Cidades Req. Metro. - Emp.	FSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
2.3- Valtajo	FEDER	58 526 106	58 526 106	30 558 313	38 315 101	38 315 101	20 280 685	12 376 337	12 376 337	6 312 302			
2.4- Formação Empregabilidade	FSE	1 838 937	1 838 937	1 103 362	1 025 479	1 025 479	615 287	393 613	393 613	236 168			

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Homologações						Despesa Válida pela AG											
		2000/06			2000/03			2003			2003								
		Custo Total (1)	Desp. Pública (2)	Fundo (3)	Custo Total (4)	Desp. Pública (5)	Fundo (6)	Custo Total (7)	Desp. Pública (8)	Fundo (9)	Custo Total (7)	Desp. Pública (8)	Fundo (9)						
EIXO 3																			
FEDER	FEDER	870 657 052	870 521 444	370 806 892	438 239 127	432 975 299	197 684 378	201 574 318	196 310 490	87 092 761									
FSE	FSE	652 659 680	621 569 520	384 810 789	481 792 035	456 926 009	282 876 264	129 089 453	120 215 551	74 853 440									
FEOGA-O	FEOGA-O	128 513 238	117 105 056	86 814 642	54 547 380	48 364 180	36 087 763	30 082 765	27 524 179	20 537 784									
3.1- Pro.Form.Qual. Trans. Vida Activa	FSE	130 467 503	130 467 503	81 542 190	98 013 138	97 907 455	61 192 159	25 437 838	25 415 538	15 884 711									
3.2- Form. Longo Vida e Adaptabilidade	FSE	180 092 004	149 287 373	93 304 550	100 474 694	79 779 504	49 862 191	35 596 907	27 958 092	17 473 808									
3.3- Qual. Inser. Prof. Desempregados	FSE	98 108 556	98 108 556	61 317 848	79 402 629	79 157 237	49 473 270	27 373 835	27 373 835	17 108 647									
3.4- Criação de Emprego	FSE	24 991 000	24 991 000	15 619 375	23 739 094	23 739 094	14 836 932	5 749 451	5 749 451	3 593 407									
3.5- Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	17 005 973	16 720 445	10 450 152	9 345 631	9 153 963	5 721 227	3 912 139	3 818 871	2 386 794									
3.6- Prom. Desenvolvimento Social	FSE	125 985 702	125 985 702	78 741 063	111 562 370	111 373 976	69 608 858	13 600 333	13 586 372	8 981 602									
3.7- Apoio Inv. Desenv. Local Social	FEDER	19 645 874	19 510 266	11 706 160	8 723 824	3 459 996	2 075 997	8 723 824	3 459 996	2 075 997									
3.8- Inf. Ed. Pre-escolar, Básico e Secund.	FEDER	15 479 137	15 479 137	8 925 277	4 566 820	4 566 820	3 345 781	1 756 450	1 756 450	1 274 297									
3.9- Ensino Profissional	FSE	73 419 815	73 419 815	42 216 394	57 512 176	54 072 476	31 091 674	16 533 528	15 427 971	8 871 083									
3.10- Economia	FEDER	328 582 460	328 582 460	128 149 517	220 243 214	220 243 214	86 265 589	63 002 529	63 002 529	24 830 653									
3.11- Ciência, Tecnol. Inovação	FEDER	7 121 227	7 121 227	3 560 613	616 436	616 436	308 218	445 745	445 745	222 872									
3.12- Socied. Informação FEDER	FEDER	11 400 919	11 400 919	7 522 859	4 977 270	4 977 270	3 732 953	3 142 319	3 142 319	2 356 739									
3.13- Socied. Informação FSE	FSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0									
3.14- Pescas- Inf. Portos	FEDER	8 910 005	8 910 005	5 346 003	7 395 165	7 395 165	4 437 099	4 930 829	4 930 829	2 958 497									
3.15- Agricultura	FEOGA-O	126 162 301	114 754 119	85 051 440	52 848 074	46 664 874	34 813 283	29 834 996	27 276 410	20 351 957									
3.16- Desnv. Equip. desportivos	FEDER	28 718 719	28 718 719	17 194 617	11 140 788	11 140 788	6 701 000	3 804 788	3 804 788	2 197 378									
3.17- Acessib. Transportes	FEDER	373 621 566	373 621 566	133 727 781	139 569 658	139 569 658	60 611 521	97 233 917	97 233 917	37 599 436									
3.18- Ambiente	FEDER	23 501 251	23 501 251	17 625 938	12 122 108	12 122 108	9 091 581	6 192 297	6 192 297	4 644 223									
3.19- Saúde	FEDER	47 034 738	47 034 738	32 809 523	24 330 400	24 330 400	18 196 707	9 972 752	9 972 752	7 428 492									
3.20- Assist. Técnica -FEDER	FEDER	6 641 157	6 641 157	4 238 604	4 553 444	4 553 444	2 917 932	2 368 870	2 368 870	1 504 177									
3.21- Assist. Técnica -FSE	FSE	2 589 126	2 589 126	1 619 218	1 742 303	1 742 303	1 089 953	885 421	885 421	553 388									
3.22- Assist. Técnica -FEOGA	FEOGA	2 350 937	2 350 937	1 763 203	1 699 306	1 699 306	1 274 479	247 769	247 769	185 827									

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Taxas de Execução (Fundo)						(continuação)
		Valores acumulados			2000-2003			
		Hom/Prog	DV/Prog	DV/Hom	DV/Prog	DV/Prog	DV/Prog	
		(19)=(12)/(3)*100	(20)=(15)/(3)*100	(21)=(15)/(12)*100	(22)=(15)/(6)*100	(23)=(18)/(9)*100		
Total		79,9	51,5	64,5	63,8	134,5		
Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	FEDER	73,7	46,0	62,5	56,9	124,0		
	FSE	91,4	66,7	73,0	82,7	136,9		
	FEOGA-O	87,1	36,2	41,6	44,7	307,0		
EIXO 1								
FEDER	FEDER	75,0	56,7	75,6	68,9	123,7		
FSE	FSE	29,5	15,0	50,8	17,9	88,3		
FEOGA-O	FEOGA-O							
1.1- Acessib. Equipamentos	FEDER	68,5	59,2	86,4	72,0	117,1		
1.2- Valoriz. Amb. Patrimonial	FEDER	96,1	77,4	80,6	94,0	181,4		
1.3- Cap. Inst. Regional	FEDER	73,0	44,3	60,7	57,0	94,8		
1.4- Formação Desenv.	FSE	32,0	16,2	50,8	18,2	112,3		
1.5- Acções Esp. Valor. Territ.	FEDER	63,7	27,7	43,5	33,5	72,8		
1.6- Bonif. Juros	FEDER	102,9	15,1	14,7	18,4	61,4		
1.7- Acções de Apoio desv. Socio-Comunitário	FSE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
EIXO 2								
FEDER	FEDER	29,9	18,4	61,3	22,3	41,8		
FSE	FSE	8,9	5,0	55,8	6,0	14,4		
FEOGA-O	FEOGA-O							
2.1- Qual. Cidades Req. Metro.-Territ.	FEDER	7,7	2,8	36,5	3,4	4,6		
2.2- Qual. Cidades Req. Metro.-Emp.	FSE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
2.3- Valtejo	FEDER	72,4	48,1	66,4	58,4	113,0		
2.4- Formação Empregabilidade	FSE	24,4	13,6	55,8	16,5	39,4		

(continuação)

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Taxas de Execução (Fundo)							
		Valores acumulados			2000-2003				
		Hom/Prog (19)=(12)/(3)*100	DV/Prog (20)=(15)/(3)*100	DV/Hom (21)=(15)/(12)*100	DV/Prog (22)=(15)/(6)*100	DV/Prog (23)=(18)/(9)*100	2003		
EIXO 3									
FEDER	FEDER	84,9	45,3	53,3	57,1	146,7			
FSE	FSE	98,1	72,1	73,5	89,7	142,5			
FEOGA-O	FEOGA-O	87,1	36,2	41,6	44,7	307,0			
3.1- Pro.Form.Qual. Trans. Vida Activa	FSE	105,3	79,0	75,0	98,5	158,9			
3.2- Form. Longo Vida e Adaptabilidade	FSE	127,8	68,3	53,4	85,2	185,4			
3.3- Qual. Inser. Prof. Desempregados	FSE	99,4	80,2	80,7	100,0	215,0			
3.4- Criação de Emprego	FSE	80,2	76,2	95,0	95,0	142,9			
3.5- Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	59,1	32,4	54,7	40,4	104,6			
3.6- Prom. Desenvolvimento Social	FSE	80,7	71,4	88,4	89,0	71,4			
3.7- Apoio Inv. Desenv. Local Social	FEDER	59,0	10,5	17,7	12,7	79,0			
3.8- Inf. Ed. Pre-escolar, Básico e Secund.	FEDER	91,3	34,2	37,5	41,6	98,2			
3.9- Ensino Profissional	FSE	117,3	86,4	73,6	106,6	139,3			
3.10- Economia	FEDER	80,9	54,5	67,3	72,2	118,5			
3.11- Ciência, Tecnol. Inovação	FEDER	101,9	8,8	8,7	8,8	21,3			
3.12- Socied. Informação FEDER	FEDER	60,5	30,0	49,6	33,4	73,1			
3.13- Socied. Informação FSE	FSE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
3.14- Pescas- Inf. Portos	FEDER	70,4	58,5	83,0	70,4	295,6			
3.15- Agricultura	FEOGA-O	87,2	35,7	40,9	44,1	317,7			
3.16- Desnv. Equip. desportivos	FEDER	78,2	30,5	39,0	37,0	75,5			
3.17- Acessib. Transportes	FEDER	101,2	45,9	45,3	57,8	222,7			
3.18- Ambiente	FEDER	71,7	37,0	51,6	44,7	143,1			
3.19- Saúde	FEDER	93,8	52,0	55,5	63,2	160,4			
3.20- Assist.Tecnica -FEDER	FEDER	37,0	25,5	68,8	31,7	96,2			
3.21- Assist.Tecnica -FSE	FSE	21,6	14,5	67,3	18,1	57,0			
3.22- Assist.Tecnica -FEOGA	FEOGA	82,3	59,5	72,3	72,3	65,5			

**QUADRO A-2: APROVAÇÕES E EXECUÇÃO A 31.12.2003
(EUROS)**

Medida	Fundo	Aprovações 2000-2006			Execução 2000-2003		
		Custo Total	Despesa Pública Total	Fundo	Custo Total	Despesa Pública Total	Fundo
1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	209 640 659,30	209 640 658,46	128 718 247,17	170 677 608	170 677 608	104 846 980
1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	146 667 439,76	146 667 439,02	90 979 050,13	113 900 066	113 900 066	70 238 607
1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	8 954 301,67	8 954 301,56	5 549 083,78	5 006 221	5 006 221	3 191 085
1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	12 688 232,74	12 666 843,89	8 233 448,54	6 069 569	6 053 694	3 934 901
1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	107 951 614,55	107 951 614,55	49 257 832,94	40 341 047	40 341 047	20 340 273
1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	3 638 119,42	3 638 119,42	2 728 592,79	534 734	534 734	401 050
1.7 Acções de Apoio ao Desenv. Socio Comunitário	FSE	0,00	0,00	0,00	0	0	0
Eixo 1		489 540 367,44	489 518 976,90	285 466 255,35	336 529 245	336 513 370	202 952 897
2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	12 718 695,46	12 718 695,46	6 217 300,34	5 104 008	5 104 008	2 266 651
2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	0,00	0,00	0,00	0	0	0
2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	58 949 654,05	58 949 654,05	30 770 087,49	38 315 101	38 315 101	20 280 685
2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	1 838 936,97	1 838 936,97	1 103 362,20	1 025 479	1 025 479	615 287
Eixo 2		73 507 286,48	73 507 286,48	38 090 750,03	44 444 588	44 444 588	23 162 624
3.1.Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	130 467 503,32	130 467 503,32	81 542 189,58	98 013 138	97 907 455	61 192 159
3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	180 092 004,29	149 287 372,69	93 304 550,30	100 474 694	79 779 504	49 862 191
3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	98 108 556,43	98 108 556,43	61 317 847,56	79 402 629	79 157 237	49 473 270
3.4. Criação de Emprego	FSE	24 991 000,00	24 991 000,00	15 619 375,00	23 739 094	23 739 094	14 836 932
3.5. Eficacia e Equidade das Políticas	FSE	17 005 972,91	16 720 444,52	10 450 151,67	9 345 631	9 153 963	5 721 227
3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	125 985 701,69	125 985 701,69	78 741 063,44	111 562 370	111 373 976	69 608 858
3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	31 011 500,50	25 523 470,43	15 314 083,07	8 723 824	3 459 996	2 075 997
3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	15 479 136,50	15 479 136,50	8 925 276,78	4 566 820	4 566 820	3 345 781
3.9. Ensino Profissional	FSE	73 419 815,00	73 419 815,00	42 216 394,00	57 512 176	54 072 476	31 091 674
3.10. Economia	FEDER	361 318 056,97	361 318 056,97	142 844 848,42	220 243 214	220 243 214	86 265 589
3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	7 121 226,54	7 121 226,54	3 560 613,27	616 436	616 436	308 218
3.12. Sociedade da Informação FEDER	FEDER	13 805 804,79	13 805 804,79	8 744 540,87	4 977 270	4 977 270	3 732 953
3.13. Sociedade da Informação FSE	FSE	0,00	0,00	0,00	0	0	0
3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	8 910 004,96	8 910 004,96	5 346 002,97	7 395 165	7 395 165	4 437 099
3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	126 162 301,38	114 754 119,48	85 051 439,64	52 848 074	46 664 874	34 813 283
3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	28 718 718,69	28 718 718,69	17 194 616,55	11 140 788	11 140 788	6 701 000
3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	373 621 566,31	373 621 566,31	133 727 781,18	139 569 658	139 569 658	60 611 521
3.18. Ambiente	FEDER	23 501 251,11	23 501 251,11	17 625 937,99	12 122 108	12 122 108	9 091 581
3.19. Saúde	FEDER	47 034 737,58	47 034 737,58	32 809 523,35	24 330 400	24 330 400	18 196 707
3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	6 641 157,08	6 641 157,08	4 238 603,88	4 553 444	4 553 444	2 917 932
3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	2 589 126,22	2 589 126,22	1 619 217,50	1 742 303	1 742 303	1 089 953
3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	2 350 936,80	2 350 936,80	1 763 202,61	1 699 306	1 699 306	1 274 479
Eixo 3		1 698 336 079,07	1 650 349 707,11	861 957 259,63	974 578 542	938 265 488	516 648 405
TOTAL		2 261 383 732,99	2 213 375 970,49	1 185 514 265,01	1 355 552 375	1 319 223 445	742 763 925
	FEDER	1 465 683 645,24	1 460 195 613,48	704 552 022,97	812 117 912	806 854 084	419 249 710
	FSE	667 186 849,57	636 075 300,73	394 147 599,79	488 887 083	464 005 181	287 426 452
	FEOGA	128 513 238,18	117 105 056,28	86 814 642,25	54 547 380	48 364 180	36 087 763

**QUADRO A-3: EXECUÇÃO ANO 2003
(EUROS)**

Medida	Fundo	Execução 2003		
		Custo Total	Despesa Pública Total	Fundo
1.1. Acessibilidades e Equipamentos	FEDER	44 325 180	44 325 180	27 448 395
1.2. Valorização Ambiental e Patrimonial	FEDER	35 374 788	35 374 788	21 807 717
1.3. Capacidade Institucional Regional	FEDER	1 945 046	1 945 046	1 252 108
1.4. Formação para o Desenvolvimento	FSE	2 540 001	2 538 376	1 649 945
1.5. Acções Específicas de Valorização Territorial	FEDER	14 422 132	14 422 132	6 800 124
1.6. Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	FEDER	287 344	287 344	215 508
1.7 Acções de Apoio ao Desenv. Socio Comunitário	FSE	0	0	0
Eixo 1		98 894 491	98 892 866	59 173 797
2.1. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Territorial	FEDER	1 356 343	1 356 343	494 609
2.2. Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana -Componente Emprego	FSE	0	0	0
2.3. Valtejo - Valorização do Tejo	FEDER	12 376 337	12 376 337	6 312 302
2.4 Formação e Empregabilidade	FSE	393 613	393 613	236 168
Eixo 2		14 126 293	14 126 293	7 043 078
3.1.Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa	FSE	25 437 838	25 415 538	15 884 711
3.2. Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade	FSE	35 596 907	27 958 092	17 473 808
3.3. Qualificação e Inserção Profissional dos Desempregados	FSE	27 373 835	27 373 835	17 108 647
3.4. Criação de Emprego	FSE	5 749 451	5 749 451	3 593 407
3.5. Eficácia e Equidade das Políticas	FSE	3 912 139	3 818 871	2 386 794
3.6. Promoção do Desenvolvimento Social	FSE	13 600 333	13 586 372	8 981 602
3.7. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social	FEDER	8 723 824	3 459 996	2 075 997
3.8. Infraestruturas de Educação Pré-escolar e dos ensinos Básico e Secundário	FEDER	1 756 450	1 756 450	1 274 297
3.9. Ensino Profissional	FSE	16 533 528	15 427 971	8 871 083
3.10. Economia	FEDER	63 002 529	63 002 529	24 830 653
3.11. Ciência, Tecnologia e Inovação	FEDER	445 745	445 745	222 872
3.12. Sociedade da Informação FEDER	FEDER	3 142 319	3 142 319	2 356 739
3.13. Sociedade da Informação FSE	FSE	0	0	0
3.14. Pescas - Infraestruturas de Portos	FEDER	4 930 829	4 930 829	2 958 497
3.15. Agricultura e Desenvolvimento Rural	FEOGA	29 834 996	27 276 410	20 351 957
3.16. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	FEDER	3 804 788	3 804 788	2 197 378
3.17. Acessibilidades e Transportes	FEDER	97 233 917	97 233 917	37 599 436
3.18. Ambiente	FEDER	6 192 297	6 192 297	4 644 223
3.19. Saúde	FEDER	9 972 752	9 972 752	7 428 492
3.20. Assistência Técnica FEDER	FEDER	2 368 870	2 368 870	1 504 177
3.21. Assistência Técnica FSE	FSE	885 421	885 421	553 388
3.22. Assistência Técnica FEOGA	FEOGA	247 769	247 769	185 827
Eixo 3		360 706 150	343 866 010	182 481 608
TOTAL		473 726 934	456 885 170	248 698 483
	FEDER	311 661 487	306 397 660	151 423 524
	FSE	131 982 681	122 963 331	76 737 176
	FEOGA	30 082 765	27 524 179	20 537 784

**QUADRO A-4: PESO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO NAS HOMOLOGAÇÕES DO PORLVT
- EIXOS PRIORITÁRIOS 1 E 2 -**

Med.	Fund o	Cód	Domínios de Intervenção	% domínio			Valor homologado (euros)	
				Program	Homol. Desp.	Homol Fundo	Desp. Pública	Fundo
Medida 1.1.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	10%	4.2%	4.4%	8 290 191	5 388 624
		17	Turismo	10%	13.5%	13.6%	26 673 724	16 463 801
		31	Infra-estruturas de transportes	35%	48.5%	48.2%	95 903 990	58 504 886
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	45%	33.9%	33.8%	67 065 461	40 994 860
Medida 1.2.	FEDER	33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	5%	0.0%	0.0%	0	0
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	45%	48.9%	51.1%	68 563 528	44 586 705
		35	Ordenamento e requalificação	50%	51.1%	48.9%	71 672 807	42 609 959
Medida 1.3.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	45%	1.4%	1.4%	116 729	75 872
		17	Turismo	40%	83.5%	83.7%	6 991 993	4 399 989
		32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	15%	15.1%	14.9%	1 261 517	781 190
Medida 1.4.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	45%	85.6%	85.6%	10 187 191	6 621 674
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	45%	14.4%	14.4%	1 719 101	1 117 415
		25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	10%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 1.5.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	15%	0.0%	0.0%		
		17	Turismo	5%	4.8%	5.4%	4 908 640	2 508 604
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	10%	3.3%	3.5%	3 391 627	1 653 514
		35	Ordenamento e requalificação	50%	84.7%	84.3%	86 042 710	39 354 946
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	20%	7.2%	6.8%	7 276 979	3 191 523
Medida 1.6.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	40%	39.5%	39.5%	1 438 345	1 078 759
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	40%	15.3%	15.3%	555 830	416 872
		35	Ordenamento e requalificação	20%	45.2%	45.2%	1 643 945	1 232 959
Medida 1.7.	FSE	22	Integração Social	60%	0.0%	0.0%	0	0
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	20%	0.0%	0.0%	0	0
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 2.1.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	25%	0.0%	0.0%	0	0
		34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	10%	0.0%	0.0%	0	0
		35	Ordenamento e requalificação	50%	100.0%	100.0%	12 718 695	6 217 300
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	15%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 2.2.	FSE	17	Turismo	25%	0.0%	0.0%	0	0
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	5%	0.0%	0.0%	0	0
		22	Integração Social	20%	0.0%	0.0%	0	0
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	25%	0.0%	0.0%	0	0
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0.0%	0.0%	0	0
		25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	5%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 2.3.	FEDER	13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	10%	9.2%	10.0%	5 394 067	3 062 377
		17	Turismo	25%	34.8%	34.0%	20 349 617	10 393 894
		35	Ordenamento e requalificação	65%	56.0%	56.0%	32 782 422	17 102 042
Medida 2.4	FSE	16	Ajudas às PME e ao artesanato	20%	0.0%	0.0%	0	0
		17	Turismo	40%	100.0%	100.0%	1 838 937.00	1 103 362.00
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	40%	0.0%	0.0%	0	0

**QUADRO A-5: PESO DOS DIFERENTES DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO NAS HOMOLOGAÇÕES DO PORLVT
- EIXO PRIORITÁRIO 3-**

Med.	Fundo	Cód	Domínios de Intervenção	% domínio			Valor homologado (euros)	
				Progra m	Homol. Desp.	Homol. Fundo	Desp. Pública	Fundo
Medida 3.1.	FSE	17	Turismo	0%	15.1%	15.1%	19 700 593	12 312 871
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	84.9%	84.9%	110 766 910	69 229 319
Medida 3.2.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	80%	100.0%	100.0%	149 287 373	93 304 550
		24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	20%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.3.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	30%	38.7%	38.7%	37 968 011	23 730 007
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	70%	61.3%	61.3%	60 140 545	37 587 841
Medida 3.4.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	100%	100.0%	100.0%	24 991 000	15 619 375
Medida 3.5.	FSE	21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	73%	0.0%	0.0%	0	0
		23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	0%	100.0%	100.0%	16 720 445	10 450 152
		25	Acções positivas a favor das mulheres no mercado de trabalho	27%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.6.	FSE	22	Integração Social	100%	100.0%	100.0%	125 985 702	78 741 063
Medida 3.7.	FEDER	16	Ajudas às PME e ao artesanato	100%	0.0%	0.0%	0	0
		21	Políticas Activas do Mercado de Trabalho	0%	100.0%	100.0%	25 523 470	15 314 083
Medida 3.8.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100.0%	100.0%	15 479 137	8 925 277
Medida 3.9.	FSE	23	Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico	100%	100.0%	100.0%	73 419 815	42 216 394
Medida 3.10.	FEDER	15/16	Ajudas às Grandes Empresas, às PME e ao artesanato	45%	0.0%	0.0%	0	0
		17	Turismo	3%	0.7%	1.3%	2 303 009	1 727 257
		18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	3%	0.0%	0.0%	0	0
		33	Infra-estruturas no domínio das energias (produção e distribuição)	49%	99.3%	98.7%	326 279 452	126 422 260
Medida 3.11.	FEDER	18	Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	100%	100.0%	100.0%	7 121 227	3 560 613
Medida 3.12.	FEDER	32	Infra-estruturas de telecomunicações e sociedade da informação	100%	100.0%	100.0%	11 400 919	7 522 859
Medida 3.13.	FSE	24	Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	100%	0.0%	0.0%	0	0
Medida 3.14.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100.0%	100.0%	8 910 005	5 346 003
Medida 3.15.	FEOGA	11	Agricultura	40%	5.2%	5.0%	5 939 335	4 228 933
		12	Sívicultura	30%	2.1%	2.1%	2 424 308	1 818 231
		13	Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	30%	92.7%	92.9%	106 390 476	79 004 276
Medida 3.16.	FEDER	36	Infra-estruturas sociais e de saúde	100%	100.0%	100.0%	28 718 719	17 194 617
Medida 3.17.	FEDER	31	Infra-estruturas de transportes	100%	100.0%	100.0%	373 621 566	133 727 781
Medida 3.18.	FEDER	35	Ordenamento e requalificação	100%	100.0%	100.0%	23 501 251	17 625 938
Medida 3.19.	FEDER	34	Infra-estruturas ambientais (incluindo a água)	8%	0.0%	0.0%	0	0
		36	Infra-estruturas sociais e de saúde	92%	100.0%	100.0%	47 034 738	32 809 523
Medida 3.20.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	6 641 157	4 238 604
Medida 3.21.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	2 589 126	1 619 218
Medida 3.22.	FEDER	41	Assistência técnica e acções inovadoras (FEDER, FSE, FEOGA, IFOP)	100%	100.0%	100.0%	2 350 937	1 763 203

QUADRO A-6: RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO) - MEDIDA A GRIS - "AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL" - PO REGIONAL L. V. T. - VALORES ACUMULADOS A 31/12/2003 - POR ACÇÃO

Acções /Subacções	Código (3/4 dígitos)	Aprovações (homologações)			Execução			
		Nº Proj.	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA
Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura								
1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	111	649	9 210 052	4 216 844	2 960 857	6 019 700	2 734 200	1 968 600
1.2 - Diversificação de Actividades nas Explorações Agrícolas	1307	649	9 210 052	4 216 844	2 960 857	6 019 700	2 734 200	1 968 600
1.3 - Incentivo às Actividades Turísticas e Artesanais	1310+1311	0	0	0	0	0	0	0
Acção 2 - Desenvolvimento de Produtos de Qualidade								
2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas	114	27	3 538 179	1 883 657	1 331 993	2 405 800	1 224 200	860 200
2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade	1304	18	3 038 077	1 519 039	1 063 327	2 320 100	1 160 000	812 000
Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas								
3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais	124	9	500 102	364 619	268 666	85 700	64 200	48 200
3.2 - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais	1305	14	3 604 386	2 804 596	2 101 572	207 100	168 100	124 900
3.3 - Apoio à Prestação de Serviços Florestais	125	6	2 159 430	1 736 201	1 302 151	156 800	142 900	107 200
3.4 - Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bioticos e Abioticos	1305	1	75 000	37 500	26 250	50 300	25 200	17 700
3.5 - Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público	127	4	509 821	342 788	257 091	0	0	0
Acção 4 - Serviços à Agricultura								
4.1 - Instalação de Serviços de Substituição e de Gestão das Explorações Agrícolas	1303	3	8 528 829	5 794 945	4 346 209	4 657 000	3 365 800	2 524 400
4.2 - Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura	1305	56	1 118 367	512 350	384 262	173 800	129 700	97 300
Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparelamento								
5.1 - Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	1308	53	7 410 462	5 282 595	3 961 947	4 483 200	3 236 100	2 427 100
5.2 - Reabilitação e Beneficiação de Regadios Tradicionais	1302	46	79 183 212	79 183 212	59 387 409	36 184 500	36 184 500	27 138 400
5.3 - Emparelamento Rural	1309	22	64 918 257	64 918 257	48 688 693	30 487 900	30 487 900	22 865 900
Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais								
6.1 - Caminhos Agrícolas e Rurais	1309	19	12 186 486	12 186 486	9 139 865	5 270 400	5 270 400	3 952 800
6.2 - Electrificação	1302	5	2 078 468	2 078 468	1 558 851	426 200	426 200	319 700
Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural								
7.1 - Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	1306	208	13 404 192	12 038 683	9 340 729	1 480 700	1 480 700	1 066 500
7.2 - Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	1309	110	10 554 531	9 189 022	7 915 898	1 304 200	1 304 200	978 200
7.3 - Dinamização e Desenvolvimento Agrícola e Rural	1309	98	2 849 660	2 849 660	1 424 830	176 500	176 500	88 300
TOTAL		83	4 572 716	3 339 615	2 695 957	1 852 400	1 466 300	1 099 700
		38	2 896 113	2 082 164	1 752 868	828 400	698 300	523 700
		45	1 676 602	1 257 452	943 089	1 024 000	768 000	576 000
		3	299 198	299 198	224 399	10 800	10 800	8 100
		1 086	122 340 764	109 560 750	82 389 123	52 818 000	46 634 600	34 790 800

Fonte: IFADAP, Coordenador Medida Agris

QUADRO A-7: RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO) - MEDIDA AGRIS - "AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL" - PO REGIONAL L.V.T. - VALORES ACUMULADOS A 31/12/2003 - POR DOMÍNIO

Códigos por Domínios de Intervenção (3/4 dígitos)	Acções/ Subacções	Aprovações (homologações)			Execução			
		Nº Proj.	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA
11 Agricultura		667	12 248 129	5 735 883	4 024 184	8 339 800	3 894 200	2 780 600
111 Investimentos nas Explorações Agrícolas	Acção 1.1	649	9 210 052	4 216 844	2 960 857	6 019 700	2 734 200	1 968 600
114 Melhoramento da Transformação e Comercialização dos Produtos Agrícolas	Acção 2.1	18	3 038 077	1 519 039	1 063 327	2 320 100	1 160 000	812 000
12 Silvicultura		9	3 019 565	2 424 308	1 818 231	156 800	142 900	107 200
124 Criação de Associações de Proprietários Florestais	Acção 3.1	6	2 159 430	1 736 201	1 302 151	156 800	142 900	107 200
125 Reconstituição do Potencial de Produção Silvícola afectado por catástrofes naturais e introdução de instrumentos de prevenção adequados	Acção 3.4	3	860 134	688 107	516 080	0	0	0
127 Melhoramento e Preservação da Estabilidade Ecológica das Florestas protegidas	Acção 3.5	0	0	0	0	0	0	0
13 Promoção da Adaptação e do Desenvolvimento das Zonas Rurais		410	107 073 070	101 400 559	76 546 708	44 321 400	42 597 500	31 903 000
1302 Emparelamento	Acção 5.3	5	2 078 468	2 078 468	1 558 851	426 200	426 200	319 700
1303 Serviços de Substituição nas Explorações e Serviços de Apoio à Gestão	Acção 3.2 e 4.1	4	1 193 367	549 850	410 512	224 100	154 900	115 000
1304 Comercialização de Produtos Agrícolas de Qualidade	Acção 2.2	9	500 102	364 619	268 666	85 700	64 200	48 200
1305 Serviços de Base para a Economia Rural e População	Acção 3.3, 4.2, 8	60	8 219 482	5 924 581	4 443 436	4 494 000	3 246 900	2 435 200
1306 Renovação e Desenvolvimento das Aldeias e Protecção e Conservação do Património Rural	Acção 7.1	38	2 896 113	2 082 164	1 752 868	828 400	698 300	523 700
1307 Diversificação das Actividades Agrícolas e conexas para criar actividades múltiplas ou rendimentos complementares	Acção 1.2	0	0	0	0	0	0	0
1308 Gestão de Recursos Hídricos na Agricultura	Acção 5.1, 5.2	41	77 104 743	77 104 743	57 828 557	35 758 300	35 758 300	26 818 700
1309 Desenvolvimento e Melhoramento das Infra-estruturas ligadas ao desenvolvimento da agricultura	Acção 6.1, 6.2	208	13 404 192	12 038 683	9 340 729	1 480 700	1 480 700	1 066 500
1310 Desenvolvimento das Actividades de Turismo	Acção 1.3	0	0	0	0	0	0	0
1311 Fomento do Artesanato nas Explorações	Acção 1.3	0	0	0	0	0	0	0
1312 Preservação do Ambiente em ligação com a Conservação das Terras, das Florestas e da Paisagem e com o melhoramento do bem estar dos animais	Acção 7.2	45	1 676 602	1 257 452	943 089	1 024 000	768 000	576 000
TOTAL		1 086	122 340 764	109 560 750	82 389 123	52 818 000	46 634 600	34 790 800

Fonte: IFADAP, Coordenador Medida Agris

QUADRO A-8: RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO) - MEDIDA AGRIS - "AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL" - PO REGIONAL L.V.T. - VALORES ANUAIS 2003 - POR ACÇÃO

Acções /Subacções	Código (3/4 dígitos)	Aprovações (homologações)		FEOGA		Execução		
		Nº Proj.	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA
Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura		245	3 933 239.18	1 828 371.46	1 307 268.58	2 543 489.25	1 155 662.65	832 453.27
1.1 - Apoio à Pequena Agricultura	111	245	3 933 239.18	1 828 371.46	1 307 268.58	2 543 489.25	1 155 662.65	832 453.27
1.2 - Diversificação de Actividades nas Explorações Agrícolas	1307		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
1.3 - Incentivo às Actividades Turísticas e Artesanais	1310+1311		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Acção 2 - Desenvolvimento de Produtos de Qualidade		4	566 169.69	313 788.19	224 679.26	1 093 145.85	567 971.07	400 791.87
2.1- Criação e Modernização de Unidades Produtivas	114	3	426 475.30	213 237.65	149 266.36	1 007 454.88	503 728.05	352 609.61
2.2- Incentivos a Produtos de Qualidade	1304	1	139 694.39	100 550.54	75 412.90	85 690.97	64 243.02	48 182.26
Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas		7	2 301 805.32	1 845 962.77	1 384 472.09	164 947.51	128 842.58	95 374.65
3.1- Instalação de Organizações de Produtores Florestais	124	4	1 441 671.15	1 157 855.44	868 391.60	114 656.07	103 696.86	77 772.65
3.2- Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais	1305	0	0.00	0.00	0.00	50 291.44	25 145.72	17 602.00
3.3- Apoio à Prestação de Serviços Florestais	1305	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
3.4- Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos	125	3	860 134.17	688 107.33	516 080.49	0.00	0.00	0.00
3.5- Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público	127	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Acção 4 - Serviços à Agricultura		11	2 734 516.96	1 715 803.87	1 098 898.92	1 915 041.35	1 337 009.82	1 002 757.45
4.1- Instalação de Serviços de Substituição e de Gestão das Explorações Agrícolas	1305	3	1 118 366.99	512 349.50	384 262.13	173 769.01	129 743.29	97 307.47
4.2- Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura	1305	8	1 616 149.97	1 203 454.37	714 636.79	1 741 272.34	1 207 266.53	905 449.98
Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparelamento		30	25 997 344.72	25 997 344.72	19 505 508.54	22 385 532.82	22 385 532.82	16 789 149.91
5.1- Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	1308	N	15 784 009.81	15 784 009.81	11 838 007.36	18 918 402.43	18 918 402.43	14 188 801.96
5.1- Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	1308	RP	4 462 925.61	4 462 925.61	3 354 694.22			
5.2- Reabilitação e Beneficiação de Regadios Tradicionais	1308	N	2 424 611.34	2 424 611.34	1 818 458.51			
5.2- Reabilitação e Beneficiação de Regadios Tradicionais	1308	RP	1 120 439.95	1 120 439.95	840 329.97			
5.3- Emparelamento Rural	1302	4	2 205 358.01	2 205 358.01	1 654 018.48	411 127.40	411 127.40	308 345.60
Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais		116	8 712 081.53	8 712 081.53	6 332 102.59	952 367.51	952 367.51	670 141.37
6.1- Caminhos Agrícolas e Rurais	1309	87	7 910 219.56	7 910 219.56	5 931 171.58	775 830.53	775 830.53	581 872.91
6.2- Electrificação	1309	29	801 861.97	801 861.97	400 931.01	176 536.98	176 536.98	88 268.46
Acção 7 - Valorização do Ambiente e do Património Rural		19	1 525 059.37	1 472 544.53	1 111 908.40	769 662.10	738 213.39	553 180.87
7.1- Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	1306	PPI						
7.1- Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	1306	N	1 350 000.00	1 341 250.00	1 013 437.50		639 248.45	407 322.11
7.2- Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	1312	4	175 059.37	131 294.53	98 470.90	130 413.65	195 117.22	145 858.76
Acção 8 - Dinamização e Desenvolvimento Agrícola e Rural	1305	2	199 936.24	199 936.24	149 932.18	10 809.89	10 809.89	8 107.42
TOTAL		434	45 970 153.01	42 085 833.31	31 114 790.56	29 834 996.28	27 276 409.73	20 351 956.81

NOTA: N = Novos RP = Reforço Projectos Aprovados em 2002 PPI = Projectos Inseridos em Planos de Intervenção cujos montantes estão incluídos na aprovação dos PI de 2002

QUADRO A-9: RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO (DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO) - MEDIDA AGRIS - "AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL" - PO REGIONAL L.V.T. - VALORES ANUAIS 2003 - POR DOMÍNIO

Códigos por Domínios de Intervenção (3/4 dígitos)	Acções/ Subacções	Aprovações (homologações)			Execução			
		Nº Proj.	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA	Investimento Elegível	Despesa Pública	FEOGA
11 Agricultura		248	4 359 714.48	2 041 609.11	1 456 534.94	3 550 944.13	1 659 390.70	1 185 062.88
111 Investimentos nas Explorações Agrícolas	Acção 1.1	245	3 933 239.18	1 828 371.46	1 307 268.58	2 543 489.25	1 155 662.65	832 453.27
114 Melhoramento da Transformação e Comercialização dos Produtos Agrícolas	Acção 2.1	3	426 475.30	213 237.65	149 266.36	1 007 454.88	503 728.05	352 609.61
12 Silvicultura		7	2 301 805.32	1 845 962.77	1 384 472.09	114 656.07	103 696.86	77 772.65
124 Criação de Associações de Proprietários Florestais	Acção 3.1	4	1 441 671.15	1 157 855.44	868 391.60	114 656.07	103 696.86	77 772.65
125 Reconstituição do Potencial de Produção Silvícola afectado por catástrofes naturais e introdução de instrumentos de prevenção adequados	Acção 3.4	3	860 134.17	688 107.33	516 080.49	0.00	0.00	0.00
127 Melhoramento e Preservação da Estabilidade Ecológica das Florestas protegidas	Acção 3.5	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
13 Promoção da Adaptação e do Desenvolvimento das Zonas Rurais		179	39 308 633.21	38 198 261.43	28 273 783.53	26 169 396.08	25 513 322.17	19 089 121.28
1302 Emparcelamento	Acção 5.3	4	2 205 358.01	2 205 358.01	1 654 018.48	411 127.40	411 127.40	308 345.60
1303 Serviços de Substituição nas Explorações e Serviços de Apoio à Gestão	Acção 3.2 e 4.1	3	1 118 366.99	512 349.50	384 262.13	224 060.45	154 889.01	114 909.47
1304 Comercialização de Produtos Agrícolas de Qualidade	Acção 2.2	1	139 694.39	100 550.54	75 412.90	85 690.97	64 243.02	48 182.26
1305 Serviços de Base para a Economia Rural e População	Acção 3.3, 4.2, 8	10	1 816 086.21	1 403 390.61	864 588.97	1 752 082.23	1 218 076.42	913 557.40
1306 Renovação e Desenvolvimento das Aldeias e Protecção e Conservação do Património Rural	Acção 7.1	15	1 350 000.00	1 341 250.00	1 013 437.50	639 248.45	543 096.17	407 322.11
1307 Diversificação das Actividades Agrícolas e conexas para criar actividades múltiplas ou rendimentos complementares	Acção 1.2	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
1308 Gestão de Recursos Hídricos na Agricultura	Acção 5.1, 5.2	26	23 791 986.71	23 791 986.71	17 851 490.06	21 974 405.42	21 974 405.42	16 480 804.31
1309 Desenvolvimento e Melhoramento das Infra-estruturas ligadas ao desenvolvimento da agricultura	Acção 6.1, 6.2	116	8 712 081.53	8 712 081.53	6 332 102.59	952 367.51	952 367.51	670 141.37
1310 Desenvolvimento das Actividades de Turismo	Acção 1.3	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
1311 Fomento do Artesanato nas Explorações	Acção 1.3	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
1312 Preservação do Ambiente em ligação com a Conservação das Terras, das Florestas e da Paisagem e com o melhoramento do bem estar dos animais	Acção 7.2	4	175 059.37	131 294.53	98 470.90	130 413.65	195 117.22	145 858.76
TOTAL		434	45 970 153.01	42 085 833.31	31 114 790.56	29 834 996.28	27 276 409.73	20 351 956.81

LISTAGEM DE PROJECTOS APROVADOS

QUADRO A-10: PROJECTOS APOIADOS NO ÂMBITO DE MEDIDAS FEDER

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.1	1.1-037/AML	Beneficiação da Variante de Vialonga	CM V.F.XIRA	936 470.80	936 470.80	636 800.14
1.1	1.1-038/AML	Beneficiação do pavimento, drenagem, equipamento de segurança e trabalhos complementares da EM 531	CM SETUBAL	657 789.85	657 789.85	427 563.40
1.1	1.1-034/AML	Escola Primária de Carcavelos 2 - Recuperação do Edifício Centenário	CM CASCAIS	1 170 936.10	1 170 936.10	644 014.85
1.1	1.1-035/AML	Avª Adelino Amaro da Costa-Troço entre A5 e o norte de Murches	CM CASCAIS	1 187 096.67	1 187 096.67	771 612.84
1.1	1.1-036/AML	Eléctrico Sintra-Troço Ribeira/Estefânia	CM SINTRA	1 932 795.08	1 932 795.08	966 397.54
1.1	1.1-032/AML	Beneficiação Rectificação EM 594 - Albarraque Rio de Mouro	CM SINTRA	509 962.32	509 962.32	331 475.50
1.1	1.1-031/AML	Pavimentação de Estradas e Caminhos Municipais	CM MONTIJO	571 960.85	571 960.85	371 774.55
1.1	1.1-029/AML	Construção Equipamento Pré-Escolar Samouco	CM ALCOCHETE	803 079.61	803 079.61	602 309.70
1.1	1.1-025	Museu da Cidade Almada	CM ALMADA	4 390 907.91	4 390 907.91	2 195 453.95
1.1	1.1-028/AML	Tanque de Aprendizagem e Recreio na Quinta das Drogas	CM V.F.XIRA	586 702.49	586 702.49	293 351.24
1.1	1.1-024/AML	Remodelação do Palácio Sanches Baena - EB Jardim Infância	CM SINTRA	660 707.69	660 707.69	330 353.84
1.1	1.1-018/AML	Execução Remodelação e Arranjos Ext.. EB 1 nº 5 da Rinchoa	CM SINTRA	1 002 284.98	1 002 284.98	501 142.49
1.1	1.1-015/AML	Biblioteca Municipal BM1 Quinta do Mirante - Queluz	CM SINTRA	1 080 765.35	1 080 765.35	540 382.67
1.1	1.1-021/AML	Remoedação e Ampliação da EB 1/JI Nº 3 Caneças/Casal Novo	CM ODIVELAS	486 157.68	486 157.68	316 002.49
1.1	1.1-020/AML	Remodelação e Ampliação do JI de Caneças	CM ODIVELAS	681 550.25	681 550.25	443 007.66
1.1	1.1-019/AML	Remodelação e Ampliação da EB 1/JI Nº 4 Ramada	CM ODIVELAS	704 673.65	704 673.65	458 037.87
1.1	1.1-023/AML	Construção da Escola 1º Ciclo EB do Pai do Vento	CM CASCAIS	949 108.50	949 108.50	616 920.53
1.1	1.1-022/AML	Construção da Rua Pinhal e Rua do Golfe	CM CASCAIS	726 247.57	726 247.57	472 060.92
1.1	1.1-030/AML	Avª Adelino Amaro da Costa-Troço entre Hotel Cidadela e a A5	CM CASCAIS	2 934 653.43	2 934 653.43	1 907 524.72
1.1	1.1-013/AML	Concepção e Construção da EB do Casal da Boba	CM AMADORA	1 467 912.33	1 467 912.33	954 143.01
1.1	1.1-027/AML	Qualificação do Bairro Carlos Galego nas Arroteias	CM MOITA	384 044.45	384 044.45	249 628.89
1.1	1.1-025/AML	Ampliação, Requal. e Apetrechamento do JI Nº 2 Sacavém	CM LOURES	521 263.75	521 263.75	338 821.44
1.1	1.1-017/AML	EB 1+ JI de Loures	CM LOURES	2 391 701.00	2 391 701.00	1 554 605.65
1.1	1.1-016/AML	Ampliação, Requal. e Apetrechamento JI nº 2 -Stª Iria Azoia	CM LOURES	621 167.98	621 167.98	403 759.19
1.1	1.1-040	Complexo de Piscinas de Corroios - 2ª Fase	CM SEIXAL	2 533 214.95	2 533 214.95	1 519 928.97
1.1	1.1-017	Pavimentação de Estradas e Arruamentos	CM SESIMBRA	862 920.36	862 920.36	647 190.27
1.1	1.1-012	Escola Básica Jardim de Infância de Belas	CM SINTRA	1 657 974.28	1 657 974.28	828 987.14
1.1	1.1-043	Beneficiação de Acessibilidades Inter-concelhias - CM 1020	CM MOITA	355 548.12	355 548.12	231 106.28

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.1	1.1-038	Rede Viária Municipal	CM AZAMBUJA	522 101.73	522 101.73	339 366.12
1.1	1.1-004	Remodelação da Escola Régia de Azambuja - Biblioteca Municipal	CM AZAMBUJA	662 677.94	662 677.94	430 740.66
1.1	1.1-014/AML	Complexo Social e Cultural da Lage	CM OEIRAS	893 242.29	893 242.29	580 607.48
1.1	1.1-003/AML	Construção da Escola Nº 5 - Bairro de S. José	CM CASCAIS	567 938.96	567 938.96	369 160.32
1.1	1.1-002/AML	Construção de Instalações para o Ensino Básico	CM MAFRA	3 563 287.18	3 563 287.18	2 316 136.67
1.1	1.1-004/AML	Reabilitação Da Estrada dos Foros do Carrapatal	CM MONTIJO	297 200.74	297 200.74	193 180.48
1.1	1.1-007/AML	Requalificação e Modernização Parque Escolar Odivelas	CM ODIVELAS	792 866.42	792 866.42	515 363.17
1.1	1.1-006/AML	Reabilitação de Equipamentos Desportivos	CM LISBOA	3 386 987.36	3 386 987.36	1 693 493.68
1.1	1.1-005/AML	Construção da Variante Urbana do Samouco	CM ALCOCHETE	431 843.79	431 843.79	323 882.84
1.1	1.1-012/AML	Remodelação e Ampliação do Auditorio Bibl. Mun. Palmela	CM PALMELA	517 657.68	517 657.68	388 243.26
1.1	1.1-011/AML	Pavilhão P/Sala de Espetáculos, Cong. e Sala de Exposições	CM BARREIRO	4 072 192.59	4 072 192.59	2 443 315.55
1.1	1.1-010/AML	Remodelação e Ampliação da EB nº 1 ODIVELAS	CM ODIVELAS	932 726.71	932 726.71	606 272.36
1.1	1.1-001/AML	Rede Equipamento Educ. Pré-Escolar	CM SINTRA	670 105.05	670 105.05	335 052.52
1.1	1.1-008/AML	Escola Básica 1/Jardim de Infancia de Aqualva 6	CM SINTRA	1 543 402.57	1 543 402.57	771 701.28
1.1	1.1-007	Construção da escola da Bela Vista-1º ciclo	CM SETUBAL	1 454 330.06	1 454 330.06	945 314.54
1.1	1.1-006	Radial de Benfica-lig.Nó Buraca ao Eixo N/S Campolide-prol.nat. IC19	CM LISBOA	9 397 352.38	9 397 352.38	4 698 676.19
1.1	1.1-001	E.M.da Panasqueira e Variante de Alverca-Estrada do Brejo	CM V.F.XIRA	404 959.04	404 959.04	263 223.38
1.1	1.1-013	Nova Rotunda no Largo dos Bombeiros Voluntários no Forte da Casa	CM V.F.XIRA	280 743.40	280 743.40	182 483.21
1.1	1.1-008	Ligação do nó de Sintra (IC 16) ao Algueirão	CM SINTRA	1 312 042.97	1 312 042.97	656 021.48
1.1	1.1-003	Recuperação do Palácio Ribamar	CM OEIRAS	997 595.79	997 595.79	648 437.26
1.1	LT-1.1-057	Estádio Municipal-Remodelação Balneários e Infra-estruturas de apoio ao estádio	CM RIO MAIOR	1 328 440.00	1 328 440.00	664 220.00
1.1	LT/1.1/056	E.M. 506 - Beneficiação entre Amiais de Baixo e Cortiçal	CM SANTARÉM	1 103 903.00	1 103 903.00	717 536.95
1.1	LT/1.1/055	Escola Básica do 1º Ciclo de S. Domingos	CM SANTARÉM	1 409 217.00	1 409 217.00	915 991.05
1.1	LT/1.1/054	Rede Viária Concelhia Secundária - 3ª Fase	CM CORUCHE	786 605.00	786 605.00	511 293.25
1.1	LT/1.1/051	Área de Localização Empresarial	CM GOLEGÃ	213 671.00	213 671.00	138 886.15
1.1	LT/1.1/053	Casa Municipal de Desporto e Lazer - 2ª Fase	CM CARTAXO	715 622.00	715 622.00	440 107.53
1.1	LT/1.1/049	Biblioteca Pública Municipal da Chamusca	CM CHAMUSCA	710 195.00	710 195.00	397 709.20
1.1	LT/1.1/025	Piscinas Descobertas e Arranj. Ext. Complexo de Piscinas Municipais de Coruche	CM CORUCHE	1 710 543.00	1 710 543.00	1 111 852.95
1.1	LT/1.1/052	Infraestruturas da Zona Industrial de Muge	CM SALV.MAGOS	668 260.00	668 260.00	434 369.00
1.1	LT/1.1/050	Parque de Negócios da Quinta da Mafarra - 2ª Fase	CM SANTARÉM	718 115.00	718 115.00	466 774.75
1.1	LT/1.1/046	Rede Viária Concelhia Principal - 2ª Fase	CM CORUCHE	2 402 832.00	2 402 832.00	1 561 840.80
1.1	LT/1.1/043	Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante- 2ª Fase	CM CARTAXO	542 826.00	542 826.00	352 836.90
1.1	LT/1.1/024	Centro Cultural de Samora Correia	CM BENAVENTE	1 620 494.61	1 620 494.61	1 053 321.49

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.1	LT/1.1/020	C.M. 1314 - Beneficiação do caminho municipal entre E.N.362 e E.N.361(alcanede)	CM SANTARÉM	667 638.49	667 638.49	433 965.01
1.1	LT/1.1/042	Reconstrução da rede viária concelhia 3ª- fase	CM ALMEIRIM	1 153 939.00	1 153 939.00	750 060.35
1.1	LT/1.1/041	Auditório municipal e posto de turismo	CM ALMEIRIM	433 314.09	433 314.09	281 654.15
1.1	LT/1.1/040	CEC-Chamusca-Troço Pego da Curva/Rosmaninhal	CM CHAMUSCA	686 475.21	686 475.21	446 208.88
1.1	LT/1.1/039	Rede viária municipal - 2ª fase	CM SALV.MAGOS	796 448.00	796 448.00	517 691.20
1.1	LT/1.1/038	EN 365-4-Benef/recup do troço entre Pernes e limite do concelho	CM SANTARÉM	518 000.00	518 000.00	336 700.00
1.1	LT/1.1/029	Rede viária concelhia 2ª - fase	CM RIO MAIOR	769 684.59	769 684.59	500 294.98
1.1	LT/1.1/022	Requalificação do parque escolar municipal para o ensino básico - 2ª fase	CM CHAMUSCA	426 146.66	426 146.66	276 995.32
1.1	LT/1.1/023	Rede Viaria Concelhia Secundária - 2ª Fase	CM CORUCHE	430 951.40	430 951.40	280 118.41
1.1	LT/1.1/026	Arruamento de Acesso a Zona Desportiva com ciclovias	CM ALPIARÇA	398 958.00	398 958.00	199 479.00
1.1	LT/1.1/021	Ligação do Nó da Senhora da Guia á Zona Industrial	CM SANTARÉM	1 177 386.99	1 177 386.99	624 015.10
1.1	1.1/034	Complexo desportivo e de lazer dos Camarinhais, instalações do parque de campism	CM BENAVENTE	276 428.80	276 428.80	179 678.72
1.1	LT/1.1/019	Beneficiação e reabilitação da rede viária municipal - 1ª Fase	CM BENAVENTE	1 003 197.29	1 003 197.29	652 078.24
1.1	LT/1.1/018	Infraestruturas de suporte á actividade económica	CM CARTAXO	679 642.06	679 642.06	441 767.34
1.1	LT/1.1/017	Beneficiação e Reabilitação do Cine-Teatro de Benavente	CM BENAVENTE	1 041 859.11	1 041 859.11	677 208.42
1.1	LT/1.1/016	Centro de Dia - 40 Idosos - Chouto	Centro de Acolhimento Social do Chouto	433 360.60	433 360.60	281 684.39
1.1	LT/1.1/015	Rede viária municipal- 1ª fase	CM SALV.MAGOS	940 333.79	940 333.79	611 216.96
1.1	1.1/047	Pavilhão Gimnodesportivo da Glória do Ribatejo	CM SALV.MAGOS	648 437.26	648 437.26	421 484.22
1.1	LT/1.1/012	Recuperação do sistema viario das freguesias rurais - 1ª Fase	CM SANTARÉM	1 162 769.99	1 162 769.99	755 800.49
1.1	LT/1.1/013	Rede viária concelhia principal	CM CORUCHE	750 587.00	750 587.00	487 881.55
1.1	LT/1.1/007	Piscinas municipais de Azinhaga	CM GOLEGÃ	420 172.38	420 172.38	273 112.04
1.1	LT/1.1/010	E.N. 365 Beneficiação da Estrada de S. Domingos	CM SANTARÉM	1 058 448.00	1 058 448.00	687 991.20
1.1	LT/1.1/009	Estradas de ligação Granho a Foros de Benfica e Granho Novo a Marinhais	CM SALV.MAGOS	417 943.00	417 943.00	271 662.95
1.1	LT/1.1/011	Construção integrada da rede de escolas pré-primárias e primárias do concelho	CM BENAVENTE	914 043.07	914 043.07	594 127.99
1.1	LT/1.1/006	Rede Viária Concelhia 1ª Fase	CM RIO MAIOR	919 977.85	919 977.85	597 985.60
1.1	LT/1.1/008	Parque Desportivo Concelhio	CM CHAMUSCA	567 786.63	567 786.63	369 061.31
1.1	1.1/031	Complexo Desportivo dos Patudos (1ª fase)	CM ALPIARÇA	976 117.55	976 117.55	634 476.41
1.1	1.1/037	Circular Urbana do Cartaxo-2ª fase-Sector C	CM CARTAXO	889 885.37	889 885.37	578 425.49
1.1	1.1/030	Recuperação do sistema Viário Municipal	CM SANTARÉM	406 998.00	406 998.00	264 548.70
1.1	1.1/033	Pavilhão Multiusos	CM RIO MAIOR	3 208 866.63	3 208 866.63	2 021 585.97
1.1	1.1/027	Requalificação do Parque Escolar Municipal para o Ensino Básico	CM CHAMUSCA	1 216 537.00	1 216 537.00	790 749.05
1.1	1.1/036	Infraestruturas do Loteamento Industrial	CM ALMEIRIM	1 825 874.64	1 825 874.64	1 186 818.51

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.1	1.1/035	Reconstrução da rede de acessibilidades concelhia	CM ALMEIRIM	418 725.87	418 725.87	272 171.81
1.1	1.1/028	Parque de Negócios da Mafarra	CM SANTARÉM	2 043 879.25	2 043 879.25	1 328 521.51
1.1	1.1/032	Campos de Treinos-conclusão	CM RIO MAIOR	577 164.03	577 164.03	375 156.62
1.1	1.1/045	Recuperação da EM 586(E. do Meio) e EM1380 (E. das Gatas)e Circ. Norte-V.Cham.	CM CHAMUSCA	1 175 362.37	1 175 362.37	763 985.54
1.1	1.1/044	C.E.C.Chamusca-EM 1375 Troço Semideiro/relvão e Aterro/Galega	CM CHAMUSCA	1 310 372.00	1 310 372.00	851 741.80
1.1	LT/1.1/002	Biblioteca Municipal de Alpiarça	CM ALPIARÇA	1 144 267.31	1 144 267.31	743 773.75
1.1	LT/1.1/001	E.M.594-Correccção do traçado e benef. entre Santos e a EN 3 em Póvoa de Santarém	CM SANTARÉM	701 718.85	701 718.85	456 117.25
1.1	LT/1.1/003	Rede Viária Concelhia Secundária	CM CORUCHE	1 237 126.00	1 237 126.00	804 131.90
1.1	LT/1.1/004	Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante	CM CARTAXO	942 059.63	942 059.63	612 338.76
1.1	LT/1.1/005	C.E.C.Chamusca-Parreira/Pego da Curva e Pego da Curva/Gorjão	CM CHAMUSCA	1 063 167.76	1 063 167.76	691 059.04
1.1	MT/1.1/021	Piscina Coberta para Aprendizagem	CM SARDOAL	526 892.50	526 892.50	342 480.13
1.1	MT/1.1/016	Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Ourém	C.M.OURÉM	1 124 468.00	1 124 468.00	730 904.20
1.1	MT/1.1/015	Pavilhão Desportivo da Freixianda	C.M.OURÉM	610 678.66	610 678.66	396 941.13
1.1	MT/1.1/012	Beneficiação das Acessibilidades Municipais - 4ª Fase	CM TORRES NOVAS	739 400.00	739 400.00	480 610.00
1.1	MT/1.1/014	Campos de Ténis e Polidesportivo na Estrada do Barreiro	CM TOMAR	971 248.29	971 248.29	631 311.38
1.1	MT/1.1/008	Acessibilidades e Equipamentos - 4ª Fase	CM TOMAR	1 909 556.22	1 909 556.22	1 241 211.54
1.1	MT/1.1/009	Piscina Municipal descoberta	CM CONSTÂNCIA	1 156 310.00	1 156 310.00	797 853.90
1.1	1.1/063	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª Fase - Execução de piscinas municipais	CM ABRANTES	3 456 819.07	3 456 819.07	2 246 932.39
1.1	MT/1.1/013	Acessibilidades e Equipamentos - 6ª Fase	CM TOMAR	1 723 036.13	1 723 036.13	1 119 973.48
1.1	MT/1.1/011	Acessibilidades e Equipamentos - 5ª Fase	CM TOMAR	603 821.31	603 821.31	392 483.85
1.1	MT/1.1/010	Biblioteca Municipal - MB1	CM ALCANENA	807 436.59	807 436.59	403 718.29
1.1	1.1/064	Via das Cotôas	CM TORRES NOVAS	976 785.95	976 785.95	634 910.86
1.1	1.1/052	Transformação em arruamentos da EM 540	CM V.N.Barquinha	853 752.46	853 752.46	554 939.10
1.1	MT/1.1/006	Beneficiação das Acessibilidades Municipais - 3ª Fase	CM TORRES NOVAS	978 646.46	978 646.46	636 120.20
1.1	MT/1.1/005	Equipamento de Ensino Básico	CM ABRANTES	2 246 366.26	2 246 366.26	1 460 138.07
1.1	MT/1.1/004	Qualificação dos Recursos Humanos	CM ABRANTES	829 301.38	829 301.38	539 045.89
1.1	MT/1.1/003	Acessibilidades e Equipamentos - 3ª Fase	CM TOMAR	4 757 913.43	4 757 913.43	2 378 956.71
1.1	MT/1.1/002	Qualificação das Vias - PI de Abrantes - Zona Sul	CM ABRANTES	1 895 591.62	1 895 591.62	1 232 134.55
1.1	MT/1.1/001	Beneficiação das Acessibilidades Municipais - 2ª Fase	CM TORRES NOVAS	1 190 426.07	1 190 426.07	773 776.94
1.1	1.1/059	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª Fase - Ed. Prin. e Arr. Ext. + Inf. Ger.do Par	CM ABRANTES	2 000 900.65	2 000 900.65	1 300 585.42
1.1	1.1/058	Acessibilidades e Equipamentos - 2ª Fase	CM TOMAR	499 725.66	499 725.66	249 862.83
1.1	1.1/057	Valorização e consolidação das estruturas viárias urbanas - 2ª fase	CM SARDOAL	463 675.82	463 675.82	301 389.28
1.1	1.1/056	Polidesportivos descobertos nas freguesias	CM FERREIRA DO ZÊZERE	513 415.57	513 415.57	333 720.12
1.1	1.1/054	Acessibilidades e Equipamentos - 1ª fase	CM TOMAR	2 379 073.82	2 379 073.82	1 546 397.98

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.1	1.1/053	Rede Viária Municipal	CM FERREIRA DO ZÊZERE	863 808.22	863 808.22	561 475.34
1.1	1.1/051	Beneficiação das acessibilidades municipais - 1ª. fase	CM TORRES NOVAS	934 933.52	934 933.52	607 706.78
1.1	1.1/050	Rede viária de ligação às freguesias	CM ALCANENA	784 842.93	784 842.93	510 147.90
1.1	1.1/046	Rede Viária Urbana Fundamental de Abrantes - Avenida do Paiol	CM ABRANTES	412 452.92	412 452.92	268 094.39
1.1	1.1/010	Rede Viária Urbana - Av. D. João I	CM ABRANTES	1 594 735.28	1 594 735.28	1 116 314.69
1.1	MT/1.1/017	Beneficiação da Rede Viária Municipal	C.M.OURÉM	3 368 993.02	3 368 993.02	2 189 845.46
1.1	MT/1.1/018	Infraestruturas do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha	CM V.N.Barquinha	1 871 029.86	1 871 029.86	785 832.54
1.1	MT/1.1/020	Complexo Escolar da Freguesia de Urqueira - Sector Norte	C.M.OURÉM	345 587.11	345 587.11	224 631.62
1.1	1.1/005	Parque Desportivo Concelho	CM CONSTÂNCIA	592 926.04	592 926.04	415 048.23
1.1	1.1/020	Valorização e Consolidação das Estruturas Viárias-1ªfase	CM SARDOAL	1 129 827.12	1 129 827.12	734 387.62
1.1	1.1/022	Pavilhão Polidesportivo-2ªfase-cobertura	CM ENTRONCAMENTO	378 084.82	378 084.82	245 755.13
1.1	1.1/048	Rede Viária Interna nas freguesias	CM ALCANENA	708 293.01	708 293.01	460 390.45
1.1	1.1/042	Montalvo-Zona Industrial-Expansão	CM CONSTÂNCIA	399 038.31	399 038.31	279 326.82
1.1	1.1/021	Reabilitação e Beneficiação da rede viária municipal-4ªfase	CM SARDOAL	881 282.54	881 282.54	572 833.65
1.1	O-1.1-033	1ª Fase da Construção do Edifício Multiusos na Av. 5 de Outubro	CM T.VEDRAS	2 802 256.00	2 802 256.00	1 821 466.40
1.1	O-1.1-027	Grandes Beneficiações e correcções de vias municipais 2ª fase	CM ÓBIDOS	871 617.76	871 617.76	566 551.54
1.1	O-1.1-032	Beneficiação do Eixo Norte-Sul de Alcobaca	CM ALCOBAÇA	858 302.00	858 302.00	557 896.30
1.1	O-1.1-029	Infraestruturas desportivas, Culturais e de lazer	CM S.M.AGRAÇO	410 000.00	410 000.00	225 500.00
1.1	O-1.1-018	Pavilhão Multiusos	CM A.VINHOS	1 131 478.13	1 131 478.13	735 460.78
1.1	O-1.1-031	Acessibilidades do Concelho	CM C.Rainha	3 169 137.00	3 169 137.00	1 584 568.50
1.1	O-1.1-030	Infraestruturas Escolares	CM C.Rainha	2 252 462.00	2 252 462.00	1 464 100.30
1.1	O-1.1-026	Reabilitação da Malha Escolar do Concelho de Peniche	CM PENICHE	453 600.00	453 600.00	294 840.00
1.1	O-1.1-036	Museu Barata Feyo	CM C.Rainha	500 000.00	500 000.00	325 000.00
1.1	O-1.1-011	Parque de Feiras e Exposições - 2ª Fase	CM T.VEDRAS	794 744.66	794 744.66	516 584.03
1.1	O-1.1-023	Parque de Estacionamento no largo Cândido dos Reis	CM NAZARÉ	2 545 839.00	2 545 839.00	1 272 919.50
1.1	1.1-026	Piscina Coberta	A.H.Bombeiros V. C. Rainha	1 176 425.31	1 176 425.31	764 676.45
1.1	O-1.1-025	Rede Viária Municipal - 1ª Fase	CM A.VINHOS	740 380.00	740 380.00	481 247.00
1.1	O-1.1-024	Beneficiação da EM 528	CM A.VINHOS	458 270.00	458 270.00	252 048.50
1.1	1.1/004	Creche, Jardim de Infância e ATL do Concelho de Óbidos e Recup. Urb. Envolvente	CM ÓBIDOS	419 613.73	419 613.73	272 748.92
1.1	O-1.1-020	Renovação da Rede Viária - 4ª Fase	CM CADAVAL	563 087.00	563 087.00	366 006.55
1.1	O-1.1-019	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 3ª Fase	CM ALCOBAÇA	426 671.72	426 671.72	277 336.61
1.1	O-1.1-013	Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho / Centro de Apoio às artes	CM T.VEDRAS	1 041 235.62	1 041 235.62	520 617.81
1.1	O-1.1-017	Recuperação de Escolas Primárias e Construção de Jardim de Infância	CM ÓBIDOS	449 406.92	449 406.92	292 114.50
1.1	O-1.1-012	Grandes Beneficiações e Correções de Vias Municipais	CM ÓBIDOS	1 132 351.03	1 132 351.03	736 028.17
1.1	O-1.1-016	Construção da rede Viária Estruturante do Sul do Concelho	CM BOMBARRAL	708 293.01	708 293.01	460 390.45
1.1	O-1.1-015	Construção de Áreas de Actividades Económicas	CM BOMBARRAL	1 097 355.37	1 097 355.37	713 280.99

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.1	1.1/018	Variante do Bombarral, na Zona Desportiva	CM BOMBARRAL	498 797.89	498 797.89	324 218.63
1.1	O-1.1-007	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 2ª Fase	CM ALCOBAÇA	1 586 790.83	1 586 790.83	1 031 414.04
1.1	O-1.1-010	Fecho da rede de Infr. e Equip. Básicos dos Aglom. de Valado F., Fam. e Fanhais	CM NAZARÉ	520 595.36	520 595.36	338 386.98
1.1	O-1.1-008	Reab. do Parque Escolar do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Concelho - 1ª Fase	CM LOURINHÃ	344 629.44	344 629.44	224 009.13
1.1	O-1.1-006	Reabilitação da Rede Viária de Ligação às Freguesias	CM LOURINHÃ	1 714 138.92	1 714 138.92	1 114 190.30
1.1	O-1.1-005	Renovação da Rede Viária - 3ª Fase	CM CADAVAL	489 325.72	489 325.72	318 061.72
1.1	O-1.1-004	Construção e Beneficiação da Rede Viária do Concelho	CM S.M.AGRAÇO	775 131.93	775 131.93	503 835.75
1.1	O-1.1-035	Campos de Ténis	CM C.Rainha	596 638.00	596 638.00	387 814.70
1.1	O-1.1-034	Acessibilidades no Litoral do Concelho	CM C.Rainha	1 435 679.00	1 435 679.00	933 191.35
1.1	1.1/011	Construção da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço	CM S.M.AGRAÇO	748 196.84	748 196.84	448 918.10
1.1	1.1/019	Construção da Av.Variante Poente-1ªfase	CM T.VEDRAS	2 609 612.84	2 609 612.84	1 304 806.42
1.1	1.1/011	Novo Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré	CM NAZARÉ	1 275 431.21	1 275 431.21	829 030.28
1.1	1.1/009	Tanque de Aprendizagem	CM ALENQUER	648 437.26	648 437.26	421 484.22
1.1	1.1/005	Expansão da Rede Pré-Escolar Concelhia-1ªfase	CM ALCOBAÇA	432 791.97	432 791.97	281 314.78
1.1	1.1/012	Beneficiação da Rede Viária Municipal-1ªfase	CM ALCOBAÇA	991 929.45	991 929.45	644 754.14
1.1	O-1.1/028	Centro de Serviços da Associação de Munic.do Oeste	A . Municipios do Oeste	2 102 708.00	2 102 708.00	1 366 760.00
1.1	O-1.1/037	Construção da Av.Variante Poente-2ªfase	CM T.VEDRAS	2 664 040.00	2 664 040.00	1 731 626.00
1.1	O-1.1/038	Remodelação do quarteirão da CM Peniche-1ªfase-espaco cultural	CM PENICHE	540 000.00	540 000.00	351 000.00
1.1	O-1.1/039	Construção da piscina da Lourinhã	CM LOURINHÃ	500 000.00	500 000.00	325 000.00
1.1	O-1.1/022	Piscinas da Lourinhã	CM LOURINHÃ	448 553.98	448 553.98	291 562.33
1.2	1.2-034/AML	Complexo Munic. Atletismo Carla Sacramento - 2ª Fase - Arranjos Ext. e Infraestr	CM SEIXAL	755 224.59	755 224.59	566 418.44
1.2	1.2-033/AML	Execução da rede de saneamento e pavimentação dos Morgados/Ferrão Ferro - 3ª Fas	CM SEIXAL	647 744.54	647 744.54	485 808.40
1.2	1.2-028/AML	Qualificação Urbana da Freguesia Forte da Casa	CM V.F.XIRA	423 014.56	423 014.56	308 800.62
1.2	1.2-027/AML	Estabilização do Talude de Monte Gordo	CM V.F.XIRA	1 089 612.73	1 089 612.73	708 248.27
1.2	1.2-026/AML	Parque Publico da Póvoa Santa Iria	CM V.F.XIRA	418 990.00	418 990.00	272 343.50
1.2	1.2-024/AML	Requalificação Urbana do Bairro Almeida Araújo - Queluz	CM SINTRA	819 490.02	819 490.02	409 745.01
1.2	1.2-023/AML	Parque dos Poetas - 1ª Fase	CM OEIRAS	6 636 695.56	6 636 695.56	3 318 347.78
1.2	1.2-021/AML	Construção do Parque Central da Povia STº Adrião	CM ODIVELAS	509 381.09	509 381.09	331 097.71
1.2	1.2-020/AML	Reforço Capacidade de Reserva de Agua Sist. Abast. ao Concelho	CM MONTIJO	726 366.47	726 366.47	472 138.20
1.2	1.2-025/AML	Reforço do Abastecimento de Agua ao Concelho da Moita - 2ª Fase	CM MOITA	973 465.28	973 465.28	632 752.43
1.2	1.2-022/AML	Reforço de Abast. de Agua Sist. Carriche/Loures/Zambuja	CM LOURES	814 287.56	814 287.56	529 286.91
1.2	1.2-029/AML	Reabilitação do Jardim Conde Almeida Araújo - Queluz	CM SINTRA	393 750.00	393 750.00	255 937.50

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.2	1.2-030/AML	Valorização dos Espaços Públicos Urbanos	CM ODIVELAS	442 847.77	442 847.77	287 851.05
1.2	1.2-031/AML	Recuperação da Lagoa de Casal de Cambra	CM SINTRA	765 749.34	765 749.34	382 874.67
1.2	1.2-032/AML	Reservatório de água	CM MAFRA	742 706.00	742 706.00	408 488.30
1.2	1.2-036/AML	Reforço do abastecimento de água ao concelho da Moita - 3ª fase	CM MOITA	1 105 898.33	1 105 898.33	663 539.00
1.2	1.2-035/AML	Brejo e de Tagarro e rede de abastecimento de água à vila	CM AZAMBUJA	1 022 693.74	1 022 693.74	511 346.87
1.2	1.2-004	Conduta e Estação Elevatória de Esgotos de Alcochete	CM ALCOCHETE	695 703.35	695 703.35	452 207.18
1.2	1.2-025	Centro Cultura da Costa Azul do Convento dos Capuchos	CM ALMADA	2 740 126.29	2 740 126.29	1 370 063.14
1.2	1.2-035	CDA de Santa Marta de Corroios - Const. Civil e Eq. - 2ª Fase	CM SEIXAL	2 435 171.23	2 435 171.23	1 461 102.74
1.2	1.2-001/AML	Rede de Esgotos Domesticos V. N. Spedro e Outeiro - Azambuja	CM AZAMBUJA	361 428.95	361 428.95	234 928.82
1.2	1.2-003/AML	Reservatorio Elevado no Corte das Cheiras	CM MONTIJO	722 815.95	722 815.95	469 830.37
1.2	1.2-004/AML	Condutas Adutoras do Farol da Azeda - Brancanes e Farol da Aze	CM SETUBAL	1 377 480.27	1 377 480.27	895 362.17
1.2	1.2-002/AML	Reforço do Abastecimento de Agua ao Concelho da Moita - 1ª Fas	CM MOITA	648 137.82	648 137.82	421 289.58
1.2	1.2-018/AML	Reabilitação do Espaço Publico dos Loios	CM LISBOA	3 591 344.85	3 591 344.85	1 795 672.42
1.2	1.2-017/AML	Revitalização do Parque Florestal de Monsanto - 1ª Fase	CM LISBOA	1 945 311.79	1 945 311.79	972 655.89
1.2	1.2-016/AML	Obras de Reabilitação do Teatro Mario Viegas	CM LISBOA	4 071 769.22	4 071 769.22	2 035 884.61
1.2	1.2-019/AML	Praça da Independencia	CM PALMELA	1 252 780.77	1 252 780.77	939 585.57
1.2	1.2-012/AML	Intervenções de Qualificação do Espaço Publico	CM AMADORA	746 026.29	746 026.29	484 917.08
1.2	1.2-010/AML	Casa Roque Gameiro - Arranjo Urbanistico - 2ª fase	CM AMADORA	365 540.68	365 540.68	237 601.44
1.2	1.2-009/AML	Jardim Central de S. Brás - Arruamentos	CM AMADORA	772 477.29	772 477.29	502 110.24
1.2	1.2-014/AML	Execução da conduta elevatória CE1 - ETAR do Seixalinho	CM MONTIJO	444 543.46	444 543.46	288 953.24
1.2	1.2-013/AML	Qualificação da Imagem Urbana	CM MOITA	598 038.72	598 038.72	388 725.17
1.2	1.2-005/AML	Construção do Parque Urbano Alto Forte/Serra das Minas	CM SINTRA	1 513 322.89	1 513 322.89	756 661.44
1.2	1.2-006/AML	Obras Reabilitação e Conservação do Teatro S. Luiz - Fase II	CM LISBOA	4 040 262.96	4 040 262.96	2 020 131.48
1.2	1.2-007/AML	Reforço do Abastecimento de Agua à Zona Industrial	CM AZAMBUJA	824 857.09	824 857.09	536 157.11
1.2	1.2-008/AML	Rede de Esgotos de Casais das Comeiras	CM AZAMBUJA	330 982.33	330 982.33	215 138.51
1.2	1.2-034	Parque Desportivo de Via Rara-2ª fase	CM LOURES	654 415.17	654 415.17	425 369.86
1.2	1.2-030	Parque Verde da Algodeia-Arranjos exteriores-1ªfase	CM SETUBAL	672 713.75	672 713.75	437 263.94
1.2	1.2-028	Arranjos Exteriores na Quinta de Stº António	CM SETUBAL	317 385.10	317 385.10	206 300.31
1.2	1.2-029	Arranjo Exterior da Piscina Municipal das Palmeiras	CM SETUBAL	559 405.68	559 405.68	363 613.69
1.2	1.2-013	Reabilitação urbana do Jardim Municipal de Vila Franca de Xira	CM V.F.XIRA	343 701.67	343 701.67	223 406.09
1.2	1.2-002	Reforço do Abastecimento de Água ao concelho de Sesimbra	CM SESIMBRA	1 112 319.31	1 112 319.31	834 239.48
1.2	1.2-003	Rede de Saneamento do Concelho	CM SESIMBRA	728 244.92	728 244.92	546 183.69
1.2	1.2-001	Qualificação Urbana de Diversas Freguesias	CM V.F.XIRA	676 579.44	676 579.44	439 776.63

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.2	1.2-005	Duplicação da Ribeira da Junça-3ª fase	CM OEIRAS	356 665.43	356 665.43	231 832.53
1.2	1.2-021	Arranjos exteriores da Portela-zona 4	CM LOURES	473 858.00	473 858.00	308 007.70
1.2	1.2-015	Beneficiação da Rua Faria da Costa e adjacentes nas Azenhas do Mar	CM SINTRA	576 725.09	576 725.09	288 362.54
1.2	1.2-020	Remodelação do Jardim de Vale de Figueira, S. João da Talha	CM LOURES	435 480.49	435 480.49	283 062.31
1.2	LT/1.2/040	Remodelação e ampliação da rede pública de águas residuais - 2ª fase - freguesia de Samora Correia	CM BENAVENTE	289 104.05	289 104.05	187 917.63
1.2	LT/1.2/039	Reabilitação Urbana na Freguesia de Fazendas de Almeirim	CM ALMEIRIM	869 780.00	869 780.00	565 357.00
1.2	LT/1.2/030	Reforço e Melhoria do Saneamento Básico do Cartaxo e Freguesias	CM CARTAXO	851 019.00	851 019.00	553 162.35
1.2	LT/1.2/035	Rede de Águas Pluviais da Carregueira e Pinheiro Grande	CM CHAMUSCA	369 898.00	369 898.00	240 433.70
1.2	LT/1.2/028	Saneamento de Santarém-Sector Bairro César e Calçada da Atarmar/Interceptor Run	CM SANTARÉM	947 943.00	947 943.00	616 162.95
1.2	LT/1.2/033	Complexo Aquatico Municipal - Arranjos Exteriores	CM SANTARÉM	398 284.00	398 284.00	258 884.60
1.2	LT/1.2/034	Reforço do Saneamento Básico do Concelho - 2ª Fase	CM CORUCHE	1 167 557.00	1 167 557.00	758 912.05
1.2	LT/1.2/029	Reforço de Saneamento Básico do Concelho	CM CORUCHE	444 624.00	444 624.00	289 005.60
1.2	LT/1.2/027	Saneamento da Ribeira de Santarém	CM SANTARÉM	1 259 915.00	1 259 915.00	818 944.75
1.2	LT/1.2/026	Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água ao concelho de Santarém - 2ª Fas	CM SANTARÉM	409 827.00	409 827.00	266 387.55
1.2	LT/1,2/016	Reabilitação Urbana de Amiais de Baixo	Junta de Freguesia de Amiais de Baixo	554 922.64	554 922.64	360 699.71
1.2	LT/1,2/018	Intervenção Urbanística em Santana do Mato e Fajarda	CM CORUCHE	828 412.00	828 412.00	538 467.80
1.2	LT/1,2/025	Reforço do Abastecimento de Água ao Concelho	CM ALPIARÇA	422 160.00	422 160.00	211 080.00
1.2	LT/1,2/020	Saneamento e Tratamento nas freguesias rurais do concelho de Santarém - 1ª fase	CM SANTARÉM	673 000.00	673 000.00	437 450.00
1.2	LT/1,2/019	Execução da Rede de Esgotos da Várzea Fresca, Foros e Marinhas	CM SALV.MAGOS	1 156 340.17	1 156 340.17	751 621.11
1.2	LT/1.2/017	Remodelação, ampliação e construção da rede pública de águas residuais	CM BENAVENTE	337 855.76	337 855.76	219 606.24
1.2	LT/1.2/015	Beneficiação e reabilitação da rede urbana concelhia - 1ª Fase	CM BENAVENTE	821 330.59	821 330.59	533 864.88
1.2	LT/1.2/013	Valorização urbana de Alpiarça-2ª fase	CM ALPIARÇA	1 041 280.51	1 041 280.51	676 832.33
1.2	LT/1.2/012	Rede colectora de águas residuais do concelho	CM CARTAXO	607 336.31	607 336.31	394 768.60
1.2	LT/1.2/011	Reconstrução da Rede Viária - 2ª Fase	CM ALMEIRIM	1 012 285.39	1 012 285.39	657 985.50
1.2	1.2/023	Remodelação do sistema de abastecimento de água ao concelho de Santarém	CM SANTARÉM	597 255.61	597 255.61	388 216.14
1.2	LT-1.2-010	reabilitação Urbana da freguesia da Golegã	CM GOLEGÃ	1 424 082.99	1 424 082.99	925 653.94
1.2	LT-1.2-009	Reabilitação Urbana da Freguesia de Azinhaga	CM GOLEGÃ	906 114.00	906 114.00	588 974.10
1.2	LT-1.2-006	Valorização de Espaços Públicos Verdes de S.Domingos	CM SANTARÉM	633 677.83	633 677.83	411 890.59
1.2	LT-1.2-007	Construção de ETAR em Benavente	CM BENAVENTE	835 162.25	835 162.25	542 855.46

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.2	LT-1.2-008	Ampliação e Beneficiação da rede de águas residuais de Salvaterra de Magos	CM SALV.MAGOS	598 557.47	598 557.47	389 062.35
1.2	LT-1.2-005	Ampliação da Rede de Águas Residuais de Glória do Ribatejo	CM SALV.MAGOS	718 268.97	718 268.97	466 874.83
1.2	1.2/024	Reconstrução da rede Viária Concelhia	CM ALMEIRIM	1 101 176.16	1 101 176.16	715 764.50
1.2	1.2/022	Modern.Sist.Abastec.Água das freg.Car.,P.Grande,Cham; Ulme e Parreira-1ªfase	CM CHAMUSCA	716 323.65	716 323.65	465 610.37
1.2	1.2/031	Ampliação e Benef. da Rede de abast. de águas a Foros de Salv. e Granho Novo	CM SALV.MAGOS	420 572.00	420 572.00	273 371.80
1.2	1.2/032	Ampliação e Benef.da Rede de Abast.de água a Glória,Marinhais,Muge e S.Magos	CM SALV.MAGOS	690 835.08	690 835.08	449 042.80
1.2	1.2/036	Ref. e melhoria da qualidade do abast. de água às freguesias e cidade do Cartaxo	CM CARTAXO	594 597.02	594 597.02	386 488.06
1.2	1.2/037	Memória Viva 2000	CM CARTAXO	809 050.18	809 050.18	525 882.62
1.2	1.2/038	Valorização Urbana de Alpiarça-1ªfase	CM ALPIARÇA	632 206.38	632 206.38	410 934.14
1.2	LT/1.2/001	Revitalização Urbana da Vila de Ulme	CM CHAMUSCA	801 772.72	801 772.72	521 152.27
1.2	LT/1.2/002	Vias Estruturantes dos Aglomerados Urbanos	CM CARTAXO	622 898.81	622 898.81	404 884.22
1.2	LT/1.2/003	Despoluição da Bacia de Rio Maior-3ªfase	CM RIO MAIOR	1 051 904.90	1 051 904.90	683 738.19
1.2	MT/1.2/023	Requalificação Urbana do Pego	CM ABRANTES	870 722.99	870 722.99	565 969.94
1.2	MT/1.2/022	Requalificação da Zona Envolvente ao Espaço Habitacional da Quinta de Santos And	CM TOMAR	519 017.88	519 017.88	259 508.94
1.2	MT/1.2/020	Qualificação da Rua da Sociedade e da Rua dos Oleiros	CM ABRANTES	558 573.69	558 573.69	363 072.90
1.2	MT/1.2/021	Requalificação Urbana das Vilas de Caxarias e Freixianda	C.M.OURÉM	436 246.07	436 246.07	283 559.95
1.2	MT/1.2/019	Criação Espaços de Recreio e Lazer da Zona Habitacional da Quinta de Santo André	CM TOMAR	360 646.39	360 646.39	234 420.15
1.2	MT/1.2/018	Despoluição da Bacia do Alto do Nabão - Redes de Rio de Couros e Formigais - 1º	C.M.OURÉM	1 383 970.01	1 383 970.01	899 580.51
1.2	MT/1.2/014	Reabilitação Ambiental em Praia do Ribatejo e Zona Antiga de Moita do Norte - 2ª	CM V.N.Barquinha	738 855.00	738 855.00	480 255.75
1.2	MT/1.2/017	Sistema de Saneamento de Pombeira	CM FERREIRA DO ZÊZERE	510 445.79	510 445.79	331 789.76
1.2	1.2/041	Sistema de Saneamento de Castanheira	CM FERREIRA DO ZÊZERE	449 500.00	449 500.00	292 175.00
1.2	MT/1.2/016	Requalificação dos Espaços Urbanos do Concelho - 1ª Fase	CM FERREIRA DO ZÊZERE	421 980.00	421 980.00	274 287.00
1.2	MT/1.2/013	Projecto de qualificação de zonas urbanas	CM ENTRONCAMENTO	442 754.62	442 754.62	287 790.51
1.2	MT/1.2/012	Saneamento Básico do Concelho - 1ª Fase	CM ENTRONCAMENTO	696 992.67	696 992.67	453 045.23
1.2	MT/1.2/011	Requalificação de Espaços Urbanos do Concelho	CM ENTRONCAMENTO	469 244.79	469 244.79	305 009.11
1.2	MT/1.2/010	Valorização Ambiental e patrimonial - 3. fase	CM TOMAR	971 248.29	971 248.29	631 311.39
1.2	MT/1.2/009	Requalificação Urbana e Ambiental de Constância (E.N.3 e Recuperação de edifício)	CM CONSTÂNCIA	1 115 283.69	1 115 283.69	724 934.39
1.2	MT/1.2/015	Reparação e Estabilização de Taludes e Drenagem de Aguas Pluviais - Zona S. Lour	CM ABRANTES	487 682.58	487 682.58	316 993.67

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.2	MT/1.2/007	Avenida 25 de Abril e área Envolvente/Arranjos Urbanísticos	CM TORRES NOVAS	737 000.00	737 000.00	479 050.00
1.2	MT/1.2/002	Valorização Patrimonial e Ambiental - 2ª Fase	CM TOMAR	776 393.89	776 393.89	388 196.94
1.2	1.2/043	Concepção/construção do sistema de águas residuais ads localidades de Martinchel	CM ABRANTES	1 097 785.73	1 097 785.73	713 560.72
1.2	MT/1.2/006	Prolongamento da rede de esgotos em vários pontos do concelho - Filhós e C Romei	CM ALCANENA	568 992.45	568 992.45	369 845.09
1.2	MT/1.2/005	Execução do Sistema de Saneamento - Abrantes Cidade -Subsistema Centro,Sul e Bar	CM ABRANTES	434 604.35	434 604.35	282 492.83
1.2	1.2/045	Reforço do Abast. de Água e Saneam. de Águas Resid. Domésticas em Loc. Conc. 2ª	CM TORRES NOVAS	508 270.07	508 270.07	330 375.54
1.2	1.2/042	Requalificação do Largo dos Combatentes, no Tramagal	CM ABRANTES	513 236.12	513 236.12	333 603.48
1.2	MT/1,2/004	Saneamento de Carvalhal de Aroeira, Rodrigo e Nicho do Rodrigo	CM TORRES NOVAS	1 074 251.05	1 074 251.05	698 263.18
1.2	MT/1.2/003	Rede de Saneamento Básico em Minde	CM ALCANENA	334 369.17	334 369.17	217 339.96
1.2	MT/1.2/001	Reabilitação de arruamentos e zona antiga de Moita do Norte - 1ª Fase	CM V.N.Barquinha	879 141.27	879 141.27	571 441.82
1.2	1.2/044	Reabilitação e beneficiação da rede viária da cidade - 1ª Fase	CM TORRES NOVAS	407 518.34	407 518.34	264 886.92
1.2	1.2/039	Valorização Ambiental e patrimonial - 1ª. fase	CM TOMAR	1 722 442.30	1 722 442.30	861 221.16
1.2	1.2/033	Reforço do Sistema de Saneamento Básico do concelho	CM CONSTÂNCIA	428 761.68	428 761.68	300 133.17
1.2	1.2/014	Renov.rede viária e articul.de rede reg./nac-freg.Sta Mª Coutada	CM CONSTÂNCIA	1 323 076.38	1 323 076.38	926 153.47
1.2	1.2/018	Ref. do abast. de água e saneam. de águas residuais em localidades do concelho	CM TORRES NOVAS	838 294.70	838 294.70	544 891.56
1.2	1.2/016	Saneamento Básico,Valorização e Defesa Ambiental	CM SARDOAL	538 986.04	538 986.04	350 340.92
1.2	O-1.2-034	Requalificação Urbana das Freguesias de Sapataria, Santo Quintino e S. M. Agraço	CM S.M.AGRAÇO	562 722.00	562 722.00	365 769.30
1.2	O-1.2-032	Saneamento Básico e Abast. de Água às freg. de S. Quintino e Sapataria - 2ª Fase	CM S.M.AGRAÇO	750 500.00	750 500.00	487 825.00
1.2	O-1.2-040	Arranjo dos Esp. Ext. Env. às Piscinas Municipais e ao Bairro Fundação Salazar	CM PENICHE	576 272.00	576 272.00	374 576.80
1.2	O-1.2-042	Saneamento da zona sul do concelho	CM C.Rainha	801 567.00	801 567.00	521 018.55
1.2	O-1.2-031	Reforço do abastecimento de água à Vila do Cadaval	CM CADAVAL	716 902.00	716 902.00	465 986.30
1.2	O-1.2-035	Requalificação e Valorização do Vilar - 2ª Fase	CM CADAVAL	767 393.00	767 393.00	498 805.45
1.2	O-1.2-023	Requalificação e valorização do Vilar - 1ª Fase	CM CADAVAL	530 428.00	530 428.00	344 778.20
1.2	O-1.2-041	Prolongamento da Despoluição da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Alenquer	CM ALENQUER	861 505.00	861 505.00	559 978.25
1.2	O-1.2-022	Rede de Esgotos de Vimeiro e Zona Alta de Alfeizerão, Medros e Alva de Pataias	CM ALCOBAÇA	1 412 080.82	1 412 080.82	917 852.53
1.2	O-1.2-018	Abastecimento de Água à Vila do Bombarral	CM BOMBARRAL	1 017 548.00	1 017 548.00	661 406.20
1.2	O-1.2-036	Reforço e Ampliação das Redes de Água e Saneamento	CM C.Rainha	1 036 562.00	1 036 562.00	673 765.30
1.2	O-1.2-037	Valorização dos Espaços Públicos do Concelho da Lourinhã	CM LOURINHÃ	606 138.00	606 138.00	393 989.70

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.2	O-1.2-033	Remodelação e Ampliação das Redes de S. Básico no Conc. de Peniche - Fase 3	CM PENICHE	628 940.00	628 940.00	408 811.00
1.2	O-1.2-030	Abastecimento de Água à Zona Alta de Alenquer	CM ALENQUER	883 500.00	883 500.00	574 275.00
1.2	O-1.2-026	Abastecimento de Água às Zonas Periféricas da Cidade de Torres Vedras	CM T.VEDRAS	1 864 304.00	1 864 304.00	1 211 797.60
1.2	O-1.2-028	Req. dos Principais Centros Urbanos do Conc. de Peniche - Fase 2	CM PENICHE	461 799.00	461 799.00	300 169.35
1.2	O-1.2-021	Remodelação e Ampliação das Redes de S. Básico no Concelho de Peniche - Fase 2	CM PENICHE	1 182 505.16	1 182 505.16	768 628.35
1.2	O-1.2-029	Infraestruturas do Bom Sucesso - 1ª Fase	CM ÓBIDOS	943 112.00	943 112.00	613 022.80
1.2	O-1.2-027	Saneamento nas várias freguesias do concelho da Lourinhã	CM LOURINHÃ	543 274.00	543 274.00	353 128.10
1.2	O-1.2-024	Recuperação Urbana e Paisagística da Freguesia da Lourinhã	CM LOURINHÃ	904 370.46	904 370.46	587 840.80
1.2	O-1.2-015	Requalificação Urbana das Freguesias - 1ª Fase	CM CADAVAL	517 346.00	517 346.00	336 274.90
1.2	O-1.2-025	Arranjos de Espaços Públicos de Arruda dos Vinhos - 2ª fase	CM A.VINHOS	607 635.00	607 635.00	394 962.75
1.2	O-1.2-016	Arranjos de Espaços Públicos de Arruda dos Vinhos - 1ª Fase	CM A.VINHOS	472 710.76	472 710.76	307 261.99
1.2	O-1.2-002	Infraestruturas e Reab. Urbana e Funcional dos Lugares do Sítio e da Perderneira	CM NAZARÉ	589 898.34	589 898.34	383 433.92
1.2	O-1.2-017	Req. dos Principais Centros Urbanos do Concelho de Peniche - Fase 1	CM PENICHE	466 146.58	466 146.58	302 995.28
1.2	1.2/019	Reforço do abastecimento de água ao Concelho - Equipamento Furos JK7 e JK8 ...	CM ÓBIDOS	417 773.16	417 773.16	271 552.55
1.2	O-1.2-014	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Real / Lagoa de Óbidos - 3ª Fase	CM CADAVAL	380 870.00	380 870.00	247 565.50
1.2	O-1.2-020	Rede de Esgotos de Freires, Chiqueda e Chãos	CM ALCOBAÇA	1 939 423.20	1 939 423.20	1 260 625.08
1.2	O-1.2-019	Abastecimento de Água a Portela do Pereiro e Casal Vale Ventos	CM ALCOBAÇA	741 343.19	741 343.19	481 873.07
1.2	O-1.2-010	Rede de Esgotos de Moita, Martingança e Burinhosa - 1ª Fase	CM ALCOBAÇA	1 111 054.86	1 111 054.86	722 185.65
1.2	O-1.2-013	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Grande da Pipa - 1ª Fase	CM ALENQUER	755 728.69	755 728.69	491 223.65
1.2	O-1.2-012	Infraestruturas do Bom Sucesso - 2ª Fase	CM ÓBIDOS	1 369 803.77	1 369 803.77	890 372.45
1.2	O-1.2-011	Rede de Esgotos de Cós, Póvoa e Castanheira	CM ALCOBAÇA	858 641.28	858 641.28	558 116.83
1.2	O-1.2-009	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sisandro - 3ª Fase	CM T.VEDRAS	375 968.99	375 968.99	244 379.84
1.2	O-1.2-008	Reforço do Abastecimento de Água ao Concelho	CM LOURINHÃ	1 507 541.82	1 507 541.82	979 902.18
1.2	O-1.2-007	Sistema de drenagem de Aldeia Grande e Outros Aglomerados	CM T.VEDRAS	386 373.00	386 373.00	251 142.45
1.2	O-1.2-006	Sistema de Drenagem de Bombardeira, Póvoa do Além, Valongo e Outros	CM T.VEDRAS	539 986.99	539 986.99	350 991.54
1.2	O-1.2-005	Remodelação e Ampliação das Redes de Saneamento Básico do Concelho de Peniche	CM PENICHE	1 066 030.86	1 066 030.86	692 920.06
1.2	1.2/011	Reforço do Abastecimento de Água à Zona Industrial do Carregado	CM ALENQUER	399 038.31	399 038.31	259 374.90
1.2	O-1.2-003	Rede de Esgotos de Alcobaça 4ª Fase - Interceptores 1,2,3,5 e 6	CM ALCOBAÇA	608 332.09	608 332.09	395 415.85
1.2	O-1.2-004	Rede de Saneamento da Cela, Bário e Casais da Vestiaria - 2ª Fase	CM ALCOBAÇA	1 099 717.35	1 099 717.35	714 816.27

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.2	1.2/010	Despoluição da Bacia do rio Sizandro-2ª Fase	CM T.VEDRAS	1 120 975.00	1 120 975.00	728 633.75
1.2	1.2/006	Despoluição da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Alenquer/Rio de Ota	CM ALENQUER	2 699 963.08	2 699 963.08	1 754 976.00
1.2	1.2/017	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Real/Lagoa de Óbidos-2ª fase	CM CADAVAL	454 209.00	454 209.00	295 235.85
1.2	1.2/009	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Alcabrichel	CM ALENQUER	425 384.82	425 384.82	276 500.13
1.2	1.2/015	Construção de Redes de esgotos em várias freguesias	CM BOMBARRAL	698 317.05	698 317.05	453 906.08
1.2	O-1.2-001	Saneamento Básico e abastec. água às freg.S.Quintino e Sapataria	CM S.M.AGRAÇO	517 477.87	517 477.87	336 360.62
1.2	1.2/008	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Alcabrichel-2ª fase	CM T.VEDRAS	1 047 468.99	1 047 468.99	680 854.84
1.2	O-1.2/043	Ampliação da ETAR de Caldas da Rainha	CM C.Rainha	993 705.00	993 705.00	645 908.25
1.3	1.3-005/AML	Cooperação Internacional para as Zonas Ribeirinhas	JML	387 067.16	387 067.16	251 593.65
1.3	1.3-004/AML	Suportes de Divulgação e Promoção Social e Económica AML	JML	272 175.97	272 175.97	136 087.98
1.3	1.3-003/AML	Eventos Promoção e Lazer na AML	JML	581 274.12	581 274.12	377 828.18
1.3	1.3-006/AML	Acções de divulgação e promoção da AML	JML	584 063.68	584 063.68	292 031.84
1.3	1.3-001/AML	Festejo 2001	JML	146 147.78	146 147.78	94 996.05
1.3	LT-1.3-008	Elaboração de Cartas de Ruído para os Municípios da Lezíria do Tejo	ASS.MUNICIPIOS DA LEZIRIA DO TEJO	136 580.00	136 580.00	88 777.00
1.3	LT-1.3-007	Elaboração de Cartas Educativas para os municípios da Lezíria do Tejo	ASS.MUNICIPIOS DA LEZIRIA DO TEJO	77 164.00	77 164.00	50 156.60
1.3	LT/1.3/006	Promoção e Divulgação da Lezíria do Tejo - 2ª Fase	ASS.MUNICIPIOS DA LEZIRIA DO TEJO	160 000.00	160 000.00	104 000.00
1.3	1.3/023	Dinamização e Apoio ao Desenvolvimento Regional	NERSANT	119 816.24	119 816.24	77 880.55
1.3	LT/1.3/004	Promoção e Divulgação dos Vinhos do Ribatejo	Comissão Vitivinícola Regional do Ribatejo	37 773.96	37 773.96	24 553.07
1.3	LT/1.3/003	Promoção e divulgação da Lezíria	ASS.MUNICIPIOS DA LEZIRIA DO TEJO	49 146.55	49 146.55	31 945.26
1.3	1.3/002	Divulgação da História de Alpiarça	CM ALPIARÇA	66 724.19	66 724.19	43 370.72
1.3	LT/1.3/002	Sistema de Informação Geográfica da Lezíria do Tejo	ASS.MUNICIPIOS DA LEZIRIA DO TEJO	99 759.57	99 759.57	64 843.72
1.3	LT/1.3/001	As finanças locais no distrito de Santarém-Estrutura e evolução 95/98	GOV.CÍVIL SANTARÉM	5 237.37	5 237.37	3 404.29
1.3	MT/1.3/004	Capacidade Institucional Regional - Estudo e Acção de Divulgação	ASS. DE MUNICÍPIOS DO MÉDIO TEJO	33 469.25	33 469.25	21 755.01
1.3	MT/1.3/002	Fersant - XI Feira Empresarial da Região de Santarém	NERSANT	165 102.10	165 102.10	107 316.36
1.3	MT/1.3/001	Cartografia Digital á escala 1/10 000da AMMT	ASS. DE MUNICÍPIOS DO MÉDIO TEJO	383 907.00	383 907.00	249 539.55
1.3	1.3/029	Programa de Valorização urbana da Cidade de Tomar	CM TOMAR	17 507.81	17 507.81	11 380.08
1.3	1.3/027	Capacidade Institucional Regional - Estudos	CM TOMAR	137 903.15	137 903.15	89 637.04
1.3	O-1.3/001	SIG-Oeste (Assessoria)	A . Municípios do Oeste	395 676.00	395 676.00	257 189.40
1.3	O-1.3/005	Cooperação, Promoção e Marketing na Região Oeste	A . Municípios do Oeste	138 167.01	138 167.01	89 808.56
1.3	O-1.3/004	Projecto Integrado de Modernização e Inovação da Administ. Local da Região Oeste	A . Municípios do Oeste	49 879.78	49 879.78	32 421.86
1.3	O-1.3/003	Observatório do oeste	A . Municípios do Oeste	109 735.53	109 735.53	71 328.09
1.3	1.3/015	Fomento da Actividade Empresarial na Região de Setúbal	AERSET	139 598.57	139 598.57	90 741.31

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.3	1.3/016	Cooperação 2001	CCRLVT	170 474.16	170 474.16	110 807.95
1.3	1.3/017	Marketing e promoção da RLVT - 2001	CCRLVT	284 728.80	284 728.80	185 073.97
1.3	1.3/019	Plano Regional do Ordenamento do Território do Oeste	CCRLVT	149 639.37	149 639.37	97 265.59
1.3	1.3/020	Observatório do Ordenamento do Território das zonas influenciadas pela Nova Travessia do Tejo	CCRLVT	74 819.68	74 819.68	48 632.79
1.3	1.3/024	Promoção de exposições, encontros e serviços de apoio ao tecido empresarial, a realizar nos Pólos Técnicos da AERLIS	AERLIS	116 728.68	116 728.68	75 872.15
1.3	1.3/025	Caracterização e Dinamização do Tecido Empresarial da Região	NERLEI	108 408.73	108 408.73	70 465.67
1.3	1.3/026	Apoio ao Desenvolvimento Económico	NERSANT	135 373.75	135 373.75	87 992.94
1.3	1.3/028	II Grande Prémio Internacional de Ciclismo da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Turismo de Lisboa	252 469.73	252 469.73	164 105.44
1.3	1.3/031	Projecto integrado de promoção para reforço da imagem do Oeste	R.T.Oeste	253 788.37	253 788.37	152 273.02
1.3	1.3/035	Projecto Integrado de Promoção para Reforço da Imagem do Ribatejo	Região de Turismo do Ribatejo	200 500.00	200 500.00	120 300.00
1.3	1.3/036	Cooperação 2002/2003	CCRLVT	274 967.00	274 967.00	178 728.55
1.3	1.3/037	Marketing e promoção da Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2002-2003	CCRLVT	481 345.00	481 345.00	312 874.25
1.3	1.3/038	XIII Congresso Mundial de Economia 2002	Ordem dos Economistas	135 000.00	135 000.00	87 750.00
1.3	1.3/039	Carta de equipamentos e serviços de apoio à população da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CESAP-RLVT)	Instituto Nacional de Estatística - DRLVT	120 500.00	120 500.00	78 325.00
1.3	1.3/041	Projecto Integrado de Promoção para Reforço da imagem da Região de Turismo dos Templários	Região de Turismo dos Templários	252 846.00	252 846.00	151 707.60
1.3	1.3/042	Promoção dos Produtos Turísticos de LVT	Ass. Turismo de Lisboa	733 011.00	733 011.00	476 457.15
1.3	1.3/044	Conferência sobre tributação do património	Ass. Nacional de Municipios Portugueses	72 710.00	72 710.00	46 910.50
1.3	1.3/045	Estudos de Desenvolvimento Regional e Local	CCRLVT	255 640.00	255 640.00	127 820.00
1.3	1.3/046	Gestão Estratégica da RLVT	CCRLVT	199 520.00	199 520.00	99 760.00
1.3	1.3/047	Outros Sistemas de Informação da RLVT	CCRLVT	387 954.60	387 954.60	213 375.03
1.5	1.5/009	Construção da unidade aquática coberta (Piscina Municipal)	Câmara Municipal de Tomar	3 880 059.05	3 880 059.05	1 940 029.53
1.5	1.5/008	Remodelação do Teatro-Cine Ferreira da Silva	CM T.Vedras	2 666 473.80	2 666 473.80	1 599 884.28
1.5	1.5/010	Recuperação do Cine-Teatro Paraíso de Tomar	Câmara Municipal de Tomar	2 255 539.15	2 255 539.15	1 127 772.07
1.5	1.5/011	Avenida Andrade Corvo - Torres Novas	CM Torres Novas	1 589 619.02	1 589 619.02	953 771.41
1.5	1.5/013	Avenida 8 de Julho - Torres Novas	CM Torres Novas	1 409 702.62	1 409 702.62	845 821.57
1.5	1.5/002	Complexo Aquático Municipal - 2ª Fase - Santarém	CM Santarém	4 148 003.31	4 148 003.31	2 074 001.66
1.5	1.5/012	Recuperação da Casa do Pelourinho - Óbidos	CM de Óbidos	542 831.78	542 831.78	325 700.06
1.5	1.5/014	Revitalização do Centro Histórico de Torres Novas	CM Torres Novas	875 889.11	875 889.11	525 533.47
1.5	1.5/015	Mercado Municipal de Torres Novas	CM Torres Novas	1 496 393.69	1 496 393.69	897 836.21
1.5	1.5/016	Construção do Mercado da Zona Norte da Baixa da Banheira e Acessos	CM da Moita	733 856.40	733 856.40	440 313.85

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.5	1.5/022	Revitalização Urbana do Bairro das Descobertas e do Br. do CDH do Vale da Amoreira - Moita	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado	359 483.64	359 483.64	233 666.86
1.5	1.5/029	Requalificação das Gares e do Elevador da Nazaré	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Nazaré	485 749.34	485 749.34	242 874.67
1.5	1.5/025	Cobertura da Piscina Olímpica - Rio Maior	CM Rio Maior	2 614 025.20	2 614 025.20	1 307 012.60
1.5	1.5/028	Recuperação e Apetrechamento do Cine-Teatro da Nazaré	CM da Nazaré	840 803.66	840 803.66	420 401.83
1.5	1.5/018	Casa Museu Mário Botas	Fundação Casa Museu Mário Botas	1 318 587.20	1 318 587.20	659 293.60
1.5	1.5/034	Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 1ª Fase - Moita	CM da Moita	639 424.00	639 424.00	319 712.00
1.5	1.5/031	Estudo Sobre os Perfis da População - Características Sócio-Económicas e Condições Habitacionais	Camara Municipal da Amadora	52 523.42	52 523.42	26 261.71
1.5	1.5/035	Construção do Centro de Saúde de Arcena e Arranjos Exteriores	CM V.F.Xira	687 044.22	687 044.22	343 522.11
1.5	1.5/001	Recuperação e Requalificação do Palácio do Morgado - Biblioteca Municipal de Arruda dos Vinhos	Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	882 493.00	882 493.00	441 246.00
1.5	1.5/030	Requalif. Espaço Público/Espaços Verdes-Cruz.R.Liberdade c/ R.Vit.Nemésio Lg Parreirinha R.Tim	Camara Municipal da Amadora	406 749.73	406 749.73	203 374.87
1.5	1.5/033	Requalificação do Espaço Escolar - 1ª Fase	CM da Moita	731 676.66	731 676.66	365 838.33
1.5	1.5/036	Intervenção Urbanística em Alcanena - Zona Envolvente da Câmara Municipal	Câmara Municipal de Alcanena	587 161.70	587 161.70	293 580.85
1.5	1.5/040	Completamento do Parque Verde da Bela Vista (4ª Fase)	Camara Municipal de Setúbal	1 514 777.00	1 514 777.00	757 388.50
1.5	1.5/024	Plano de Requalificação Urbana da Cidade de Rio Maior	CM Rio Maior	202 749.18	202 749.18	101 374.59
1.5	1.5/037	Arranjos Exteriores da Zona Envolvente aos Paços do Concelho	Camara Municipal de Alcobaça	519 079.02	519 079.02	259 539.51
1.5	1.5/041	Recuperação do Real Celeiro Público de Alenquer	CM Alenquer	912 341.26	912 341.26	456 170.63
1.5	1.5/043	Creche e Jardim de Infância de S. Marçal	CM Oeiras	470 786.00	470 786.00	235 393.00
1.5	1.5/039	Reabilitação das Ruas Cândido dos Reis, Arraial e Várzea	CM Torres Novas	452 528.00	452 528.00	226 264.00
1.5	1.5/044	Plano de Requalificação da Cidade de Rio Maior - Zona Envolvente ao Pavilhão Multiusos - 1ª Fase	CM Rio Maior	141 598.75	141 598.75	70 799.38
1.5	1.5/038	Rota de Museus do Oeste	Associação de Municípios do Oeste	702 442.13	702 442.13	351 221.07
1.5	1.5/050	Recuperação do Teatro Eduardo Brazão	CM Bombarral	947 716.00	947 716.00	473 858.00
1.5	1.5/046	Via Circular Interior (troço entre o largo General Humberto Delgado e a Av.Dr.João M. de Azevedo)	CM Torres Novas	2 530 215.00	2 530 215.00	1 265 107.50
1.5	1.5/051	Valorização da Cerca do Castelo - 2ª fase	CM de Óbidos	1 618 868.97	1 618 868.97	809 434.49
1.5	1.5/056	Concepção e execução da recup.e remod.do cine-Teatro deAlcobaça	Camara Municipal de Alcobaça	4 461 384.55	4 461 384.55	2 230 692.28
1.5	1.5/057	Intervenção urbanística em Alcanena-parque de estacionamento	Câmara Municipal de Alcanena	774 383.52	774 383.52	329 113.00
1.5	1.5/061	Via de Cintura Interna de Alcobaça	Camara Municipal de Alcobaça	4 944 000.00	4 944 000.00	2 472 000.00
1.5	1.5/059	Requalificação Urbanística II	CM Oeiras	590 767.00	590 767.00	295 383.50
1.5	1.5/042	Incubadora de Microempresas do alto dos Barrinhos	CM Oeiras	2 863 100.00	2 863 100.00	1 145 240.00

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.5	1.5/066	Programa Estratégico de Intervenção Urbana	Camara Municipal da Lourinhã	46 449.36	46 449.36	27 869.62
1.5	1.5/055	Elaboração do Plano Estratégico de intervenção - PROQUAL	Camara Municipal de Setúbal	34 914.00	34 914.00	17 457.00
1.5	1.5/063	Esquema Director de Estruturação Urbanística	Camara Municipal da Amadora	56 033.00	56 033.00	33 619.80
1.5	1.5/062	Elaboração do esquema Director de Estruturação Urbanística de Arcena/Bom Sucesso	CM V.F.Xira	86 068.00	86 068.00	55 944.20
1.5	1.5/075	Centro Cultural do Sardoal	Câmara Municipal de Sardoal	2 684 902.00	2 684 902.00	1 073 960.80
1.5	1.5/070	Reconversão do espaço Público, do Património e da Imagem local-2ªfase	CM da Moita	548 831.00	548 831.00	219 532.40
1.5	1.5/074	Arranjo Urbanístico da margem Sul do Rio Almonda/Jardim das Rosas	CM Torres Novas	1 162 000.00	1 162 000.00	464 800.00
1.5	1.5/058	Núcleo de Apoio ao Emprego da Quinta do Sales	CM Oeiras	1 082 382.00	1 082 382.00	432 952.80
1.5	1.5/073	Reabilitação do Cine-Teatro Municipal	Câmara Municipal do Cartaxo	2 653 996.00	2 653 996.00	1 061 598.40
1.5	1.5/072	Construção da Alameda Norte da Cidade do Cartaxo	Câmara Municipal do Cartaxo	1 286 314.00	1 286 314.00	514 525.60
1.5	1.5/071	Valorização Urbana da Cidade do Cartaxo	Câmara Municipal do Cartaxo	508 890.95	508 890.95	203 556.38
1.5	1.5/069	Ligação Pedonal entre o Largo dos Combatentes e a Ponte da Rua Araújo Guimarães	Camara Municipal de Alcobaça	235 060.00	235 060.00	94 024.00
1.5	1.5/017	Oeste Digital - 1ª Fase	Associação de Municípios do Oeste	1 036 088.00	1 036 088.00	518 044.00
1.5	1.5/076	Expansão da Rde Museológica I	CM de Óbidos	423 000.00	423 000.00	169 200.00
1.5	1.5/080	Construção do Auditório e Galeria Municipal	Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	590 646.00	590 646.00	236 258.40
1.5	1.5/084	Plano de Requal. da Cidade de Rio Maior - Arranjos Exteriores do Pavilhão Multiusos-2ª fase	CM Rio Maior	640 000.00	640 000.00	256 000.00
1.5	1.5/085	Revitalização e Recuperação do Cine-Teatro e Espaço Envolvente	CM S.M.Agraço	2 406 500.00	2 406 500.00	962 600.00
1.5	1.5/088	Construção do Mercado Municipal	Câmara Municipal de Ourém	3 389 968.00	3 389 968.00	1 186 488.80
1.5	1.5/077	Polidesportivo do Bairro 2 de Abril/Arranjo paisagístico no Interior da Pta Afonso Ventura	Camara Municipal de Setúbal	155 000.00	155 000.00	54 250.00
1.5	1.5/087	Construção do Parque Linear	Câmara Municipal de Ourém	4 158 382.00	4 158 382.00	1 455 433.70
1.5	1.5/089	Recuperação da Casa dos Magistrados	Câmara Municipal de Ourém	451 650.00	451 650.00	180 660.00
1.5	1.5/079	Valorização de Espaços Urbanos-Bairro Avelar Brotero	Comissão Instaladora do Município de Odivelas	400 089.56	400 089.56	140 031.35
1.5	1.5/086	Plano de Requalificação Urbana da Cidade de Rio Maior - Requalificação do Jardim Municipal	CM Rio Maior	1 529 640.00	1 529 640.00	611 856.00
1.5	1.5/094	Requalificação e Valorização da Vila do cadaval - ZIP1	Camara Municipal do Cadaval	988 987.00	988 987.00	395 594.80
1.5	1.5/096	Reconstrução do Cine-Teatro S.Pedro Alcanena	Empresa de Melhoramentos de Alcanena S.A.	1 490 367.00	1 490 367.00	1 117 775.25
1.5	1.5/098	Tecnopolo de Abrantes-Pavilhão 2	CEGAT	799 518.00	799 518.00	399 759.00
1.5	1.5/099	Requalificação do Forum José Manuel Figueiredo	CM da Moita	2 177 100.00	2 177 100.00	761 985.00
1.5	1.5/097	Piscina Exterior-cobertura, acabamentos e equipamentos	Camara Municipal do Entroncamento	1 581 846.00	1 581 846.00	632 738.40
1.5	1.5/104	Requalificação da Zona envolvente do Mercado/Hotel	Câmara Municipal de Alcanena	561 750.00	561 750.00	196 612.50
1.5	1.5/090	Requalificação do Espaço Escolar-2ªe 3ªfases	CM da Moita	722 196.00	722 196.00	252 768.60
1.5	1.5/111	Requalificação Urbanística de Criação de Ligação Pedonal entre Sacavém e Moscavide	CM Loures	562 995.00	562 995.00	197 048.25

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.5	1.5/101	Valorização de Espaços Urbanos -II Fase	Comissão Instaladora do Município de Odivelas	737 392.00	737 392.00	258 087.20
1.5	1.5/105	Requalificação Urbana da zona envolvente ao mercado municipal	Camara Municipal do Entroncamento	3 358 094.00	3 358 094.00	1 175 332.90
1.5	1.5/100	Parque Verde da Várzea - 2ª fase	CM T.Vedras	1 583 637.60	1 583 637.60	633 455.04
1.5	1.5/106	Requalificação Urbana - Praça 5 de Outubro	Câmara Municipal de Caldas da rainha	2 789 778.00	2 789 778.00	976 422.30
1.5	1.5/109	Plano Estratégico da Vila de Alenquer	CM Alenquer	27 370.00	27 370.00	19 159.00
1.5	1.5/108	Construção do Edifício Socio-Cultural	Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere	2 427 258.00	2 427 258.00	849 540.30
1.5	1.5/114	Construção do Pavilhão Desportivo Municipal	CM Alenquer	2 163 941.00	2 163 941.00	1 190 167.55
1.5	1.5/064	Sistema de Informação Territorial do Médio Tejo	Associação de Municípios do Médio Tejo	1 230 097.00	1 230 097.00	615 048.51
1.5	1.5/116	Requalificação da zona envolvente ao mosteiro de Santa Maria de Alcobaça	C.M. Alcobaça	6 331 658.00	6 331 658.00	2 549 246.10
1.6	1.6/001	Renovação da Rede Viária e Articulação da Rede Regional/Nacional	CM Constância	56 230.11	56 230.11	42 172.58
1.6	1.6/002	Parque Desportivo Concelhio	CM Constância	25 199.17	25 199.17	18 899.38
1.6	1.6/003	Novo Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré	CM da Nazaré	67 757.02	67 757.02	50 817.76
1.6	1.6/004	Ampliação e Beneficiação da Rede de Abast. Água a Foros de Salvaterra e Granho Novo	CM Salvaterra de Magos	35 250.04	35 250.04	26 437.54
1.6	1.6/005	Ampliação e Beneficiação do Abastecimento de Água a Glória, Marinhais, Muge e S. Magos	CM Salvaterra de Magos	34 875.94	34 875.94	26 156.96
1.6	1.6/006	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Glória do Ribatejo	CM Salvaterra de Magos	32 736.10	32 736.10	24 552.07
1.6	1.6/007	Radial de Benfica - Ligação Nó da Buraca ao Eixo N/S - Prolongamento natural do IC 19	Câmara Municipal de Lisboa	798 774.75	798 774.75	599 081.06
1.6	1.6/008	Valorização Urbana de Alpiarça - 1ª fase	CM Alpiarça	33 587.06	33 587.06	25 190.29
1.6	1.6/009	Complexo de Piscinas de Corroios - 2ª fase	Câmara Municipal do Seixal	151 042.75	151 042.75	113 282.06
1.6	1.6/010	CDA de Santa Marta de Corroios - Construção Civil e Equipamento - 2ª fase	Câmara Municipal do Seixal	145 196.69	145 196.69	108 897.52
1.6	1.6/011	Construção da Piscina Municipal e Tanque de Aprendizagem	Camara Municipal de Peniche	74 811.76	74 811.76	56 108.82
1.6	1.6/012	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 1ª fase	Camara Municipal de Alcobaça	49 768.41	49 768.41	37 326.31
1.6	1.6/013	Expansão da Rede Pré-Escolar Concelhia - 1ª fase	Camara Municipal de Alcobaça	21 192.20	21 192.20	15 894.15
1.6	1.6/014	Rede de Esgotos de Alcobaça - 4ª fase - Interceptores 1, 2, 3, 5 e 6	Camara Municipal de Alcobaça	23 970.55	23 970.55	17 977.91
1.6	1.6/015	Redes de Saneamento de Cela, Bárrio, Casais da Vestiaria - 2ª fase	Camara Municipal de Alcobaça	48 491.29	48 491.29	36 368.47
1.6	1.6/016	Reabilitação Urbana do Jardim Municipal de Vila Franca de Xira	CM V.F.Xira	18 258.62	18 258.62	13 693.97
1.6	1.6/017	Nova Rotunda no Largo dos Bombeiros Voluntários do Forte da Casa	CM V.F.Xira	14 914.50	14 914.50	11 185.87
1.6	1.6/018	Qualificação Urbana de Diversas Freguesias	CM V.F.Xira	35 942.75	35 942.75	26 957.06
1.6	1.6/019	E.M. da Panasqueira e Variante de Alverca - Estrada do Brejo	CM V.F.Xira	21 512.65	21 512.65	16 134.49

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.6	1.6/020	Museu Municipal de Vila Franca de Xira	CM V.F.Xira	62 775.28	62 775.28	47 081.46
1.6	1.6/021	Construção da Escola da Bela Vista	Camara Municipal de Setúbal	70 779.71	70 779.71	53 084.79
1.6	1.6/022	Arranjos Exteriores da Piscina Municipal das Palmeiras	Camara Municipal de Setúbal	27 224.93	27 224.93	20 418.70
1.6	1.6/023	Parque Verde de Algodeia - Arranjos Exteriores - 1ª fase	Camara Municipal de Setúbal	32 739.42	32 739.42	24 554.57
1.6	1.6/024	Renovação e Requalificação do Centro Histórico e Comercial de Setúbal	Camara Municipal de Setúbal	91 746.33	91 746.33	68 809.75
1.6	1.6/025	Construção e Beneficiação da Rede Viária do Concelho	CM S.M.Agraço	40 556.95	40 556.95	30 417.72
1.6	1.6/026	Saneamento Básico e Abastecimento de Água às Freguesias de S. Quintino e Sapataria	CM S.M.Agraço	27 069.29	27 069.29	20 301.97
1.6	1.6/027	Reforço do Sistema de Saneamento Básico do Concelho	CM Constância	18 222.38	18 222.38	13 666.79
1.6	1.6/028	Montalvo - Zona Industrial - Expansão	CM Constância	16 959.13	16 959.13	12 719.35
1.6	1.6/029	Revitalização da Zona Comercial da Nazaré	CM da Nazaré	14 347.74	14 347.74	10 760.81
1.6	1.6/030	Recuperação da E.M. 586 e E.M. 1380 e Circular Norte - Vila da Chamusca	CM Chamusca	52 340.36	52 340.36	39 255.27
1.6	1.6/031	C.E.C. Chamusca - Parreira/Pego da Curva e Pego da Curva/Gorjão	CM Chamusca	47 344.40	47 344.40	35 508.30
1.6	1.6/032	C.E.C. Chamusca - E.M. 1375 - Troço Semideiro/Relvão e Aterro/Galega	CM Chamusca	58 352.86	58 352.86	43 764.65
1.6	1.6/033	Revitalização Urbana de Ulme	CM Chamusca	35 703.95	35 703.95	26 777.96
1.6	1.6/034	Requalificação do Parque Escolar Municipal	CM Chamusca	50 141.66	50 141.66	37 606.25
1.6	1.6/035	Parque Desportivo Concelhio	CM Chamusca	25 284.56	25 284.56	18 963.42
1.6	1.6/036	Modern. Sist. Abast. Água a Carregueira, Pinheiro Grande, Cham., Ulme e Parreira - 1ª fase	CM Chamusca	31 898.13	31 898.13	23 923.60
1.6	1.6/037	Duplicação da Ribeira de Junça - 3ª fase	CM Oeiras	18 947.59	18 947.59	14 210.69
1.6	1.6/038	Recuperação do Palácio de Ribamar	CM Oeiras	52 997.28	52 997.28	39 747.96
1.6	1.6/040	Centro Cultural da Região de Turismo da Costa Azul / Convento dos Capuchos	Câmara Municipal de Almada	232 910.74	232 910.74	174 683.05
1.6	1.6/039	Condutas Adutoras do Farol da Azeda - Brancanes e Farol da Azeda-Montebelo	Camara Municipal de Setúbal	67 040.27	67 040.27	50 280.20
1.6	1.6/041	Piscinas Municipais de Azinhaga	CM Golegã	22 258.85	22 258.85	16 694.14
1.6	1.6/042	Rede de Esgotos de Cós, Póvoa e Castanheira	Camara Municipal de Alcobaça	38 936.09	38 936.09	29 202.07
1.6	1.6/043	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Alcabrichel - 2ª fase	CM T.Vedras	54 322.21	54 322.21	40 741.66
1.6	1.6/044	Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sizandro - 2ª fase	CM T.Vedras	63 861.72	63 861.72	47 896.29
1.6	1.6/045	Reabilitação Urbana da Freguesia de Azinhaga	CM Golegã	14 839.24	14 839.24	11 129.43
1.6	1.6/046	Reabilitação Urbana da Freguesia da Golegã	CM Golegã	63 596.73	63 596.73	47 697.55
1.6	1.6/047	Escola Básica 1 / Jardim de Infância de Belas	CM Sintra	209 774.25	209 774.25	157 330.69
1.6	1.6/048	Ligação do Nó de Sintra (IC 16) ao Algueirão	CM Sintra	166 005.48	166 005.48	124 504.11
1.6	16./050	Rede Viária Concelhia - 1ª fase	CM Rio Maior	46 299.04	46 299.04	34 724.28
1.6	1.6/052	Rede Viária Municipal - 1ª fase	CM Salvaterra de Magos	47 468.77	47 468.77	35 601.58

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
1.6	1.6/053	Estrada de Ligação a Foros de Benfica e Granho Novo a Marinhais	CM Salvaterra de Magos	38 776.74	38 776.74	29 082.56
1.6	1.6/054	Valorização Ambiental e Paisagística no Âmbito do Valtejo	CM Salvaterra de Magos	14 140.92	14 140.92	10 605.69
1.6	1.6/055	Ampliação e Beneficiação da Rede de Águas Residuais de Salvaterra de Magos	CM Salvaterra de Magos	30 215.64	30 215.64	22 661.73
1.6	1.6/056	Ampliação e Beneficiação da Rede de Águas Residuais de Glória do Ribatejo	CM Salvaterra de Magos	36 258.77	36 258.77	27 194.08
1.6	1.6/051	Despoluição da Bacia de Rio Maior - 3ª fase	CM Rio Maior	26 469.65	26 469.65	19 852.24
2.1	2.1/002	Avenida Cidade de Luanda, 132 Fogos: Infraestruturação Empreendimento PER	INH - Instituto Nacional de Habitação	528 981.80	528 981.80	200 484.10
2.1	2.1/005	Bairro Marquês de Abrantes, 350 fogos: infraestr. e beneficiação paisagística na zona PER	INH - Instituto Nacional de Habitação	1 036 176.85	1 036 176.85	375 096.02
2.1	2.1/006	Rua Nascimento Costa, 136 fogos: Infraestr. do Empreendimento PER	INH - Instituto Nacional de Habitação	558 150.54	558 150.54	181 343.11
2.1	2.1/007	Travessa Sargento Abílio, 91 fogos: Infraestr. do Empreendimento PER	INH - Instituto Nacional de Habitação	580 051.09	580 051.09	227 206.02
2.1	2.1/008	Infraestruturação e arranjos paisagísticos de empreend. PER: 175 fogos no Bairro Chinês e 212 B. Alfin	INH - Instituto Nacional de Habitação	627 589.19	627 589.19	301 807.64
2.1	2.1/009	Parque Urbano de Alhandra	CM V.F.Xira	1 802 485.45	1 802 485.45	991 367.00
2.1	2.1/012	Intervenção Polis Cacém - Reestruturação Viária e Urbana da Cidade- Projectos	Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S.A.	1 499 766.79	1 499 766.79	824 871.74
2.1	2.1/010	Execução de Redes de Infra. e Arranjo de Espaços Ext. num empreendimento do PER em Casal da Mira	INH - Instituto Nacional de Habitação	4 637 937.00	4 637 937.00	2 318 968.50
2.1	2.1/011	Arranjos Exteriores do Parque do Jamor	Instituto do Desporto de Portugal	1 447 556.75	1 447 556.75	796 156.21
2.3	2.3/001	Valor. Ambiental e Paisagística de Sta Margarida-Integração Paisagística do Açude	CM Constância	465 138.66	465 138.66	279 083.20
2.3	2.3/003	Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere (POMTEZE II- 1ª fase)	CM Constância	328 054.39	328 054.39	196 832.63
2.3	2.3/002	Parque do Almourol-Requalificação do Arripiado-1ª fase	CM Chamusca	635 238.17	635 238.17	381 142.90
2.3	2.3/006	Estudo Base de Planeamento, Viabilidade e Mercado dos Equipamentos a instalar no Parque Almourol	Nersant	54 743.06	54 743.06	32 845.84
2.3	2.3/007	Recuperação do Pátio do valverde- 2ª fase	CM Azambuja	2 205 958.64	2 205 958.64	1 102 979.32
2.3	2.3/014	Proj. Téc., Defín. de conteúdos, Estudo de logotipo e Normas Gráf., para IO no Proj. P. Almourol	Nersant	387 471.19	387 471.19	232 482.72
2.3	2.3/016	Arranjo Urbanístico de Zonas Ribeirinhas de Benavente e Samora Correia	CM Benavente	186 430.70	186 430.70	111 858.42
2.3	2.3/015	Valorização Urbana da Tapada-Ribeirinha	CM Almeirim	695 069.88	695 069.88	417 041.93
2.3	2.3/004	Valorização Turística da Vala de Alpiarça-1ª fase	CM Almeirim	1 722 922.40	1 722 922.40	861 461.21

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
2.3	2.3/008	Valorização Ambiental e Paisagística de Sta Margarida- 2ª fase: Parque Ambiental	CM Constância	1 733 242.88	1 733 242.88	1 039 945.73
2.3	2.3/010	Reconversão Urbanística do Centro Cívico de Alpiarça	CM Alpiarça	1 815 938.59	1 815 938.59	1 089 563.15
2.3	2.3/012	Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim	CM Almeirim	2 290 824.71	2 290 824.71	1 374 494.83
2.3	2.3/024	Projecto de Arquitectura do Museu do Almourol	Nersant	71 826.90	71 826.90	43 096.14
2.3	2.3/029	Proj. Exec. do Acoradouro de Tancos Est. Geotéc. Lev. Topográf., Proj. Espec. do Museu Almourol	Nersant	132 181.44	132 181.44	79 308.87
2.3	2.3/028	Aquisição de Equipamentos p/ Recreio e Desportos Náuticos, Equip. Informático, Equip. Transmissões	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	113 673.88	113 673.88	56 836.94
2.3	2.3/033	Parque Almourol - Aquis. de Materiais e Equipam. p/ apoio às Actividades Turismo Activo e Aventura	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	214 782.38	214 782.38	107 391.19
2.3	2.3/031	Aquisição de fatos de protecção e material de canoagem, vest., de insufláveis, BTT, Montanhismo, Tiro	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	304 607.08	304 607.08	152 303.54
2.3	2.3/035	Requalificação do Centro Cívico de Almeirim	CM Almeirim	984 129.97	984 129.97	492 064.98
2.3	2.3/041	Parque do Almourol - Requalificação do Arripiado - 2ª fase	CM Chamusca	976 272.18	976 272.18	488 136.09
2.3	2.3/019	Estudo de Viabilidade da Universidade do Vinho - Alpiarça	InovarTejo - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	120 659.21	120 659.21	72 395.53
2.3	2.3/005	Estudos Prévios e Proj. Exec. de Infraest. e Equipamentos a implantar no Parque Almourol	Nersant	326 582.86	326 582.86	195 949.72
2.3	2.3/026	Reabilitação Urbana de Vila Nova da Barquinha	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	1 264 497.56	1 264 497.56	632 248.78
2.3	2.3/009	AQUAPOLIS - Projecto de Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo - Abrantes	CM Abrantes	947 552.39	947 552.39	473 776.20
2.3	2.3/034	Museu Ferroviário - Edifício 24	Camara Municipal do Entroncamento	447 581.33	447 581.33	268 548.80
2.3	2.3/038	Complexo EQUUSPOLIS	CM Golegã	1 740 628.06	1 740 628.06	870 314.03
2.3	2.3/025	AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Acessos no Rossio ao Sul do Tejo	CM Abrantes	942 872.68	942 872.68	565 723.61
2.3	2.3/040	Acessos ao Castelo do Almourol	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	583 591.89	583 591.89	291 795.95
2.3	2.3/023	Valorização Ambiental e Paisagística no âmbito do VALTEJO ; Projecto de Execução	CM Salvaterra de Magos	233 437.42	233 437.42	140 062.45
2.3	2.3/046	Valorização Ambiental da Albufeira dos Patudos - 2ª Fase	CM Alpiarça	1 883 543.17	1 883 543.17	941 771.59
2.3	2.3/021	Parque do Almourol - Miradouro do Almourol	CM Chamusca	913 942.59	913 942.59	548 365.55
2.3	2.3/036	Parque Ribeirinho de Samora Correia- Arranjo Urbanístico	CM Benavente	892 514.04	892 514.04	446 257.02
2.3	2.3/018	Rota dos Cântaros e Cantos	CM Abrantes	71 827.00	71 827.00	43 096.20
2.3	2.3/022	Programa de Reabilitação do Tejo - I Encontro "O Rio da minha Terra" e Reedição do Livro dos Avieiro	Associação Projecto Palhota Viva	24 141.82	24 141.82	14 485.09
2.3	2.3/048	Parque Ribeirinho de Benavente - Arranjo Urbanístico	CM Benavente	1 774 786.46	1 774 786.46	887 393.23
2.3	2.3/047	Requalificação Amb. e Infraest. da Zona de Localização das Activ. Económicas de Almeirim-1-ª fase	CM Almeirim	1 140 053.29	1 140 053.29	570 026.65

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
2.3	2.3/039	Parque Almourol-Mapas, Percursos TT/BTT/pedestres, Provas Combinadas/Provas Tipo Challenger Trophy	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	110 982.53	110 982.53	55 491.27
2.3	2.3/050	Valorização Ambiental e Paisagística	CM Salvaterra de Magos	2 295 183.53	2 295 183.53	1 147 591.77
2.3	2.3/032	Parque Almourol-Proj. Aquisição de Equipamentos p/ Desportos Náuticos, Turismo Activo e Aventura	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	234 369.17	234 369.17	117 184.59
2.3	2.3/052	Projecto de Concepção do Parque Aventura integrado no Parque Almourol	Nersant	18 300.00	18 300.00	10 980.00
2.3	2.3/053	Centro Regional de Artesanato - Remodelação das Instalações Existentes - 1ª Fase	Associação de Artesanato da Região de Santarém	95 777.94	95 777.94	57 466.76
2.3	2.3/017	Muralhas de Santarém	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	363 578.67	363 578.67	272 684.00
2.3	2.3/037	Primeira fase de requalificação da margem do rio Tejo em Santarém - Projecto Al-margem	CM Santarém	1 999 182.64	1 999 182.64	999 591.32
2.3	2.3/055	Projecto de Concepção e Construção do Centro de Formação Out-Door do Parque Almourol	Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda	1 182 552.64	1 182 552.64	591 276.32
2.3	2.3/051	Requalificação Urbana e Ambiental de Constância	CM Constância	2 316 424.76	2 316 424.76	1 158 212.38
2.3	2.3/044	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para a Albufeira de Castelo de Bode	Região de Turismo dos Templários (Floresta Central e Albufeiras)	52 373.78	52 373.78	31 424.27
2.3	2.3/054	Muralhas de Santarém - 2ª Fase	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	2 171 120.80	2 171 120.80	1 085 560.40
2.3	2.3/045	Aquapólis - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Concepção/ Construção de infraestruturas	CM Abrantes	5 149 457.08	5 149 457.08	2 574 728.54
2.3	2.3/065	Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Santarém	CM Santarém	2 337 839.56	2 337 839.56	1 168 919.78
2.3	2.3/061	Remodelação e construção de rampas e cais da frente marginal do rio Tejo	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	745 182.53	745 182.53	372 591.27
2.3	2.3/066	Centro Náutico de Vila Nova da Barquinha	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	1 156 010.24	1 156 010.24	578 005.12
2.3	2.3/067	Parque Urbano de Vila Nova da Barquinha - 1ª Fase	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	2 311 960.34	2 311 960.34	1 155 980.17
2.3	2.3/069	Valorização Urbanística da Praça Sá da Bandeira e Rua Serpa Pinto	CM Santarém	1 504 638.00	1 504 638.00	752 319.00
2.3	2.3/071	Centro Náutico de Constância	CM Constância	2 177 723.06	2 177 723.06	1 088 861.53
2.3	2.3/060	Reconstrução do Cine-Teatro de Almeirim	CM Almeirim	1 981 406.92	1 981 406.92	990 703.46
2.3	2.3/072	Remodelação e requalificação do Cine-Teatro da Chamusca	Santa Casa da Misericórdia da Chamusca	490 858.43	490 858.43	245 429.22
2.3	2.3/075	Requalificação Urbana de Almeirim - Remodelação do Jardim dos Charcos	CM Almeirim	284 894.82	284 894.82	142 447.41
2.3	2.3/062	CNEMA LAZER	Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas	423 548.01	423 548.01	211 774.01
2.3	2.3/073	Ponte Pedonal sobre o Rio Sorraia	CM Benavente	327 042.53	327 042.53	163 521.27
2.3	2.3/074	Valorização Ambiental e Paisagística - 2ª fase	CM Salvaterra de Magos	592 527.20	592 527.20	296 263.60
3.7	3.7/002	Centro de Apoio Infantil Filadélfia	Associação Vida Cristã Filadélfia	587 747.94	528 973.15	317 383.89
3.7	3.7/004	Centro de Assistência Paroquial de Almada	Centro de Assistência Paroquial de Almada	595 587.73	536 028.96	321 617.38

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.7	3.7/005	Creche na Quinta dos Babelos	Associação Para o Bem Estar Infantil da Freguesia de Vila Franca de Xira	18 885.26	16 996.73	10 198.04
3.7	3.7/006	Crescer para o Futuro	Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Zêzere	22 390.00	20 151.00	12 090.60
3.7	3.7/007	Crescer Saudável	Cooperativa Sócio-Educativa para Desenvolvimento Comunitário Crl	114 774.07	103 296.67	61 978.00
3.7	3.7/008	Aquisição de Equipamento para apetrechamento e reapetrechamento de salas da Creche	Centro de Ocupação Infantil	16 693.00	15 023.70	9 014.22
3.7	3.7/001	Contrato-Programa : Apoios ao Emprego	IEFP	22 985 797.00	18 289 796.00	10 973 878.00
3.7	3.7/009	Adaptação de Edifício para Creche	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha	279 278.00	251 350.00	150 810.00
3.7	3.7/010	CIRE - Centro de Actividades Ocupacionais do CIRE (CAO) - Tomar	CIRE - Centro de Actividades Ocupacionais do CIRE (CAO) - Tomar	1 360 082.40	1 224 074.16	734 444.50
3.7	3.7/011	Aquisição de Equipamento destinado ao Centro de Actividades Ocupacionais	CERCIMA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado de Montijo e Alcochete	65 229.01	58 706.11	35 223.67
3.7	3.7/012	Creche - Centro Infantil da Trafaria	ISSS - Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal - Centro Infantil da Trafaria	23 568.44	23 568.44	14 141.06
3.7	3.7/013	Creche - Centro Infantil da Costa da Caparica	ISSS - Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal - Centro Infantil da Costa da Caparica	81 852.22	81 852.22	49 111.33
3.7	3.7/014	Creche - Santa Casa da Misericórdia de Azambuja	Santa Casa da Misericórdia de Azambuja	351 930.58	316 737.52	190 042.51
3.7	3.7/015	Apetrechamento de uma Creche	Santa Casa da Misericórdia de Mafra	76 615.30	68 953.77	41 372.26
3.7	3.7/016	Centro de Actividades Ocupacionais	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Doente Mental de Setúbal	819 137.09	737 223.38	442 334.02
3.7	3.7/017	Criação de Novo Espaço para Creche Profundos	Centro Social da Quinta do Anjo	305 535.00	274 981.50	164 988.90
3.7	3.7/018	Ampliação do Centro de Actividade e Ocupacionais para Doentes Deficientes Profundos	AFID - Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente	323 684.00	291 315.00	174 789.00
3.7	3.7/019	Remodelação da Creche do Centro de Recursos do Zambujal da AFID	AFID - Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente	117 468.00	105 721.00	63 433.00
3.7	3.7/020	Unidade de Vida Autónoma para os Residentes do Centro da Quinta do Espírito Santo	Comunidade Vida e Paz	203 269.93	182 942.94	109 765.77
3.7	3.7/021	Creche, Jardim de Infância e ATL "O Cogumelo"	Cáritas Diocesana de Setúbal	306 572.00	275 915.00	165 549.00
3.7	3.7/022	Creche - Centro Social do Pego - Equipamento	Centro Social do Pego	23 988.43	21 589.59	12 953.76
3.7	3.7/023	Creche 2003	Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo	208 242.85	187 418.57	112 451.14
3.7	3.7/024	CRAERIS - Centro de Recursos da APERCIM para a Educação, Reabilitação e Inserção Social - Instações e Equipamentos	APERCIM - Associação para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Mafra	1 887 613.99	1 698 852.59	1 019 311.56
3.7	3.7/025	Educar, Reabilitar e Integrar o Cidadão Portador de Deficiência	CERCIPÓVOA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, Crl	86 358.36	77 722.52	46 633.51
3.7	3.7/026	Apetrechamento do Centro de Actividades Ocupacionais	Centro de Recuperação Infantil de Benavente	96 750.39	87 075.35	52 245.21

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.7	3.7/027	Creche CIAM	União mutualista Nossa Senhora da Conceição - Associação Mutualista	52 449.51	47 204.56	28 322.74
3.8	3.8/003	Pré - Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 3 da Damaia	Camara Municipal da Amadora	126 749.53	126 749.53	95 060.90
3.8	3.8/001	Construção da Escola Pré-Primária de Pereira de Palhacana	CM Alenquer	88 461.81	88 461.81	66 345.11
3.8	3.8/002	Construção da Escola Pré-Primária de Santana da Carnota	CM Alenquer	88 461.81	88 461.81	66 345.11
3.8	3.8/004	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 1 da Buraca	Camara Municipal da Amadora	170 015.26	170 015.26	127 512.69
3.8	3.8/005	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 3 da Reboleira	Camara Municipal da Amadora	170 015.27	170 015.27	127 512.69
3.8	3.8/006	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica 1.º Ciclo n.º 9 da Mina	Camara Municipal da Amadora	170 015.25	170 015.25	127 512.69
3.8	3.8/007	Pré-Escolar da Rede Pública da Escola Básica n.º 1 da Mina (Cerrada da Bica)	Camara Municipal da Amadora	170 015.26	170 015.26	127 512.69
3.8	3.8/008	Jardim de Infância da Boba	Camara Municipal da Amadora	274 413.66	274 413.66	205 809.00
3.8	3.8/009	Jardim de Infância de Golegã	CM Golegã	126 744.54	126 744.54	95 058.41
3.8	3.8/012	Jardim de Infancia da Quinta da Piedade - Povoia de Stª Iria	CM V.F.Xira	217 101.78	217 101.78	162 827.59
3.8	3.8/015	Jardim de Infancia do Castelo de Sesimbra	Centro Paroquial do Bem Estar Social do Castelo	39 330.22	39 330.22	19 665.11
3.8	3.8/010	Construção do Jardim de Infancia do Milharado	Câmara Municipal de Mafra	126 744.55	126 744.55	95 060.90
3.8	3.8/011	Ampliação do Jardim de Infancia do Barril / Encarnação	Câmara Municipal de Mafra	126 744.54	126 744.54	95 058.41
3.8	3.8/016	"Roda Viva" - Centro Educacional e Comunitário - Associação de Solidariedade SUBUD - Pré-Escolar	Associação de Solidariedade Sbud	68 634.60	68 634.60	34 317.30
3.8	3.8/021	Jardim de Infancia de Malhou	Câmara Municipal de Alcanena	88 461.81	88 461.81	66 346.36
3.8	3.8/027	Ampliação, remodelação e apetrechamento de estab. de Educação Pre-Escolar de Sarilhos Pequenos	CM da Moita	44 298.24	44 298.24	33 224.93
3.8	3.8/028	Jardim de Infancia Norte do Entroncamento	Camara Municipal do Entroncamento	35 185.20	35 185.20	26 388.90
3.8	3.8/029	Jardim de Infancia do Casal das Chocas	CM Oeiras	166 274.28	166 274.28	124 705.71
3.8	3.8/030	Jardim de Infancia da Outurela / Portela	CM Oeiras	123 003.56	123 003.56	92 252.67
3.8	3.8/031	Jardim de Infancia de Carnaxide	CM Oeiras	219 620.71	219 620.71	164 718.03
3.8	3.8/032	Jardim de Infancia da Deselga (Vale do Calvo)	Câmara Municipal de Tomar	82 893.56	82 893.56	62 170.17
3.8	3.8/033	Jardim de Infancia da Serra	Câmara Municipal de Tomar	126 744.54	126 744.54	95 060.90
3.8	3.8/034	Jardim de Infancia de Valdonas	Câmara Municipal de Tomar	88 461.81	88 461.81	66 346.36
3.8	3.8/035	Jardim de Infancia dos Cotovios - São João dos Montes	CM V.F.Xira	123 602.12	123 602.12	92 701.59
3.8	3.8/036	Jardim Infantil - Fundação Cardeal Cerejeira	Fundação Cardeal Cerejeira	52 812.72	52 812.72	26 406.36
3.8	3.8/039	Jardim de Infancia do Bairro Padre Cruz (nº 2 de Carnide)	Câmara Municipal de Lisboa	325 615.27	325 615.27	244 211.45
3.8	3.8/040	Jardim de Infancia nº2 de Santa Maria dos Olivais	Câmara Municipal de Lisboa	225 506.53	225 506.53	169 129.90
3.8	3.8/037	Jardim de Infancia da Aiana	Camara Municipal de Sesimbra	88 461.81	88 461.81	66 346.36
3.8	3.8/045	Jardim de Infancia de Burinhosa-Pataias	Camara Municipal de Alcobaça	88 462.00	88 462.00	66 346.50

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.8	3.8/046	Jardim de Infância de Casal dos Ramos-Cela	Camara Municipal de Alcobaça	58 060.00	58 060.00	43 545.00
3.8	3.8/042	Jardim de Infância da Zona Norte de Almeirim	CM Almeirim	216 528.17	216 528.17	162 396.13
3.8	3.8/047	Remodelação e Ampliação da Associação Escola Alemã de Lisboa	Associação da Escola Alemã de Lisboa	447 797.00	447 797.00	167 923.88
3.8	3.8/048	Ampliação das Instalações do Colégio dos Plátanos	Rui Manuel da Silva Curica	561 751.00	561 751.00	210 656.63
3.8	3.8/049	Remodelação e Ampliação do Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique	Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique	832 025.00	832 025.00	312 009.38
3.8	3.8/050	Remodelação e Ampliação das Instalações	Instituto Educativo do Ribatejo Lda	875 216.00	875 216.00	328 206.00
3.8	3.8/051	Ampliação da Escola Luis Madureira	Santa Casa da Misericórdia da Amadora	708 093.00	708 093.00	265 534.88
3.8	3.8/052	Construção e Ampliação de St. Peter 's School	SOCIEDUCA - Sociedade de Educação, Lda	897 836.00	897 836.00	336 688.50
3.8	3.8/056	EP Almirante Domingos Tasso de Figueiroso	Cruz Vermelha Portuguesa	25 608.00	25 608.00	19 206.00
3.8	3.8/057	Instituto de Formação Profissional (IFP)	Fernave - Formação Técnica Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos S.A.	124 200.00	124 200.00	93 150.00
3.8	3.8/059	EP Gustave Eiffel	Cooptécnica Gustave Eiffel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnica Profissional, C.R.L.	324 957.00	324 957.00	162 478.50
3.8	3.8/062	Construção de edifício	Pinto & Prata, Lda	451 557.00	451 557.00	169 333.88
3.8	3.8/063	Jardim de Infância da Cotovia	Camara Municipal de Sesimbra	121 871.29	121 871.29	91 403.47
3.8	3.8/043	Jardim de Infância N° 3 de Santa Iria de Azóia	CM Loures	88 461.81	88 461.81	66 346.36
3.8	3.8/044	Jardim de Infância de Fanhões	CM Loures	126 744.54	126 744.54	95 058.41
3.8	3.8/066	Jardim Infantil de Arruda dos Vinhos	Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	225 506.00	225 506.00	169 129.50
3.8	3.8/038	Jardim de Infância da Quinta do Conde	Camara Municipal de Sesimbra	225 506.53	225 506.53	169 129.90
3.8	3.8/067	Jardim de Infância de Santa Maria	CM Torres Novas	102 647.63	102 647.63	76 985.72
3.8	3.8/068	Jardim de Infância de Ary dos Santos	Município de Montijo	170 015.26	170 015.26	127 511.45
3.8	3.8/069	Jardim de Infância do Pó	CM Bombarral	125 573.00	125 573.00	94 179.75
3.8	3.8/070	Jardim de Infância N° 1 da Quinta de Santo António	CM Bombarral	125 573.00	125 573.00	94 179.75
3.8	3.8/071	Jardim de Infância da Lamarosa	CM Coruche	84 700.87	84 700.87	63 525.65
3.8	3.8/053	APEPO - Escola Técnica Profissional do Oeste	APEPO - Associação para o Ensino Profissional do Oeste	723 257.00	723 257.00	361 628.50
3.8	3.8/053E	Apetrechamento Escola Técnica Empresarial do Oeste	APEPO - Associação para o Ensino Profissional do Oeste	24 940.00	24 940.00	18 705.00
3.8	3.8/054	Construção de Escola	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	748 197.00	748 197.00	374 098.50
3.8	3.8/054E	Apetrechamento da Escola	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	43 590.00	43 590.00	32 692.50
3.8	3.8/055	Construção de Instalações Oficiais da EPO	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	177 472.00	177 472.00	88 736.00
3.8	3.8/055E	Aquisição de Equipamentos para apetrechamento das Instalações Oficiais da EPO	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	85 279.00	85 279.00	63 959.25
3.8	3.8/058	Obras de Remodelação	Formar 2000/Formação em Comunicação e Imagem, Lda	40 852.00	40 852.00	20 426.00
3.8	3.8/058E	Renovação e Actualização de Equipamentos	Formar 2000/Formação em Comunicação e Imagem, Lda	70 831.00	70 831.00	53 123.25

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.8	3.8/060	Aquisição e Remodelação de Edifício	Coopécnica Gustave Eifel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnica Profissional, C.R.L.	748 197.00	748 197.00	374 098.50
3.8	3.8/041	Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Mafra	Santa Casa da Misericórdia de Mafra	225 506.52	225 506.52	112 753.26
3.8	3.8/064	Jardim de Infância de Algés	CM Oeiras	219 620.71	219 620.71	164 715.53
3.8	3.8/065	Jardim de Infância do Alto dos Barrinhos	CM Oeiras	219 620.71	219 620.71	164 715.53
3.8	3.8/072	Jardim de Infância a Integrar na EB1 N° 2 do Montijo	Município de Montijo	225 506.53	225 506.53	169 129.90
3.8	3.8/073	Jardim de Infância de Alcoitão	Camara Municipal de Cascais	126 744.55	126 744.55	95 058.41
3.8	3.8/074	Jardim de Infância de Sassoeiros	Camara Municipal de Cascais	88 461.81	88 461.81	66 346.36
3.8	3.8/075	Jardim de Infância do Centro Escolar de Carris	Camara Municipal de Alcobaça	126 744.55	126 744.55	95 058.41
3.8	3.8/076	Jardim de Infância de Alcanena	Câmara Municipal de Alcanena	225 506.52	225 506.52	169 129.90
3.8	3.8/077	Jardim de Infância de Marinhas	CM Salvaterra de Magos	170 015.26	170 015.26	127 511.45
3.8	3.8/061	EP Gustavo Eifel, Entroncamento	Coopécnica Gustave Eifel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnica Profissional, C.R.L.	425 714.00	425 714.00	212 857.00
3.10	3.10/001	Projecto de Distribuição de Gás Natural	LusitaniaGás, SA	7 699 983.04	7 699 983.04	3 079 992.22
3.10	3.10/002	Rede de Distribuição Primária 8ª fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1 707 964.49	1 707 964.49	683 185.80
3.10	3.10/003	Rede de Distribuição Primária 7.ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	870 901.13	870 901.13	348 360.45
3.10	3.10/004	Rede de Distribuição Secundária - 7ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3 857 284.25	3 857 284.25	1 542 913.70
3.10	3.10/005	Expansão de Redes da Unidade Comercial de Loures, Torres Vedras, Sobral M Agraço, Odivelas e Cadaval	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	6 857 640.41	6 857 640.41	2 743 056.16
3.10	3.10/006	Rede de Distribuição Secundária - 8.ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4 233 904.00	4 233 904.00	1 693 561.60
3.10	3.10/007	Urbanizações 5.ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1 518 719.89	1 518 719.89	607 485.96
3.10	3.10/008	Expansão das Redes da Unidade Comercial de Sintra - Mafra - 1.ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	9 124 532.52	9 124 532.52	3 649 813.01
3.10	3.10/009	Rede de Distribuição Secundária 9ª Fase /01	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4 413 073.00	4 413 073.00	1 765 229.20
3.10	3.10/010	Mudança de Gás de Cidade para Gás Natural na Rede de Lisboa	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	10 067 566.50	10 067 566.50	4 027 026.60
3.10	3.10/011	Rede de Distribuição - 9.ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1 072 418.00	1 072 418.00	428 967.20
3.10	3.10/012	Expansão das Redes da Unidade Comercial de V. Franca de Xira - Alenquer - Arruda - Azambuja - 1ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	6 396 700.05	6 396 700.05	2 558 680.02
3.10	3.10/013	Renovação e Expansão da Rede de Lisboa - 17ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	29 267 160.00	29 267 160.00	11 706 864.00
3.10	3.10/014	Expansão de Redes da Unidade Comercial Oeiras - Cascais - 1.ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	11 051 497.16	11 051 497.16	4 420 598.86
3.10	3.10/015	Pousada da Juventude Catalazete - Remodelação	Movijovem, CIPRL	108 680.03	108 680.03	81 510.02
3.10	3.10/016	Rede de Distribuição Primária de Gás Natural de Lisboa - 9.ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	5 303 101.00	5 303 101.00	2 121 240.40
3.10	3.10/017	Pousada da Juventude da Areia Branca	Movijovem, CIPRL	1 271 934.64	1 271 934.64	953 950.98
3.10	3.10/019	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - ADP - Adubos de Portugal	Transgás, SA	68 784.23	68 784.23	25 794.09

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.10	3.10/020	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - CENTRALCER - Cen. Cerv., S.a	Transgás, SA	573 617.48	573 617.48	215 106.56
3.10	3.10/021	Rede de Distribuição de Gás Natural de Lisboa - 10ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	5 489 299.00	5 489 299.00	2 195 719.60
3.10	3.10/022	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - Martelha - Ceramica.	Transgás, SA	124 699.00	124 699.00	46 762.13
3.10	3.10/023	Conversão Área Almada I - Núcleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	88 904.00	88 904.00	33 339.00
3.10	3.10/024	Conversão área Setúbal I - Nucleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	91 825.00	91 825.00	34 434.38
3.10	3.10/025	Conversão Área Barreiro I - Núcleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	29 167.01	29 167.01	10 937.63
3.10	3.10/026	Conversão Área Seixal I - Núcleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	226 119.00	226 119.00	84 794.63
3.10	3.10/027	Reconversão de Equipamentos e Sistemas de Gás do Hospital Distrital de Torres Vedras	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	104 324.00	104 324.00	39 121.50
3.10	3.10/028	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - Ceramica Toreense - Fábrica 4	Transgás, SA	59 855.75	59 855.75	22 445.91
3.10	3.10/029	Sistemas de Gestão e Informação das Infra-Estruturas de Gás	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	2 098 153.00	2 098 153.00	839 261.00
3.10	3.10/030	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural na Empresa Abrigada-C.N.Refractarios, S.A.	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	93 033.00	93 033.00	34 887.38
3.10	3.10/031	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural da Empresa Provimi	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	43 670.00	43 670.00	16 376.25
3.10	3.10/032	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - COPAM - Cª Port. Amidos	Transgás, SA	142 157.00	142 157.00	53 308.88
3.10	3.10/033	Recuperação de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural da Empresa - Fábrica Raccões Acril	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	27 783.00	27 783.00	10 418.63
3.10	3.10/034	Rede de Distribuição Secundária - 10ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4 934 523.00	4 934 523.00	1 973 809.00
3.10	3.10/035	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - Sotancro - Emb.Vidro 2ª Fase	Transgás, SA	49 800.00	49 800.00	18 750.00
3.10	3.10/036	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - FAPAJAL - Fábrica de Papel	Transgás, SA	74 819.68	74 819.68	28 057.38
3.10	3.10/037	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Utilização de Gás Natural - RENOVA	Transgás, SA	367 115.00	367 115.00	137 668.13
3.10	3.10/038	Conversão da Área Barreiro II - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1 284 429.00	1 284 429.00	481 660.88
3.10	3.10/039	Conversão Área Moita I - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	2 451 994.00	2 451 994.00	919 497.75
3.10	3.10/040	Conversão Industrial 2000	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	569 087.53	569 087.53	213 407.82
3.10	3.10/041	Conversão Área Montijo I - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3 128 400.00	3 128 400.00	1 173 150.00
3.10	3.10/042	Conversão Área de Setúbal I - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4 100 523.00	4 100 523.00	1 537 696.13
3.10	3.10/043	Conversão da Área Seixal II B - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3 900 600.00	3 900 600.00	1 462 725.00
3.10	3.10/044	Conversão do Gasodoméstico - 4ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	94 793.30	94 793.30	35 547.49

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.10	3.10/045	Conversão Terciários III - Núcleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	328 735.54	328 735.54	123 275.83
3.10	3.10/046	Conversão Terciários IV - Núcleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	34 950.00	34 950.00	13 106.25
3.10	3.10/047	Conversão Industrial 2001	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1 169 236.54	1 169 236.54	438 463.70
3.10	3.10/048	Conversão Área Moita III - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1 575 000.00	1 575 000.00	590 625.00
3.10	3.10/049	Conversão Área Almada I - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	2 792 112.00	2 792 112.00	1 047 042.00
3.10	3.10/050	Conversão Área Seixal II A - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3 590 100.00	3 590 100.00	1 346 287.50
3.10	3.10/051	Conversão Área Seixal II C - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3 622 500.00	3 622 500.00	1 358 437.50
3.10	3.10/052	Conversão da Área Barreiro I - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3 922 062.00	3 922 062.00	1 470 773.25
3.10	3.10/053	Reconversão de Equipamentos e Sistemas para Gás Natural da Empresa Lavandaria - Belas	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	46 490.00	46 490.00	17 433.75
3.10	3.10/054	Conversão do Consumo de Energia para Gás Natural no Sector Doméstico	LusitaniaGás, SA	1 872 704.60	1 872 704.60	702 264.23
3.10	3.10/055	Projecto Integrado de Valorização da RNPJ	Movijovem, CIPRL	820 197.00	820 197.00	615 148.00
3.10	3.10/056	Urbanizações - 6ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	2 118 133.20	2 118 133.20	847 253.20
3.10	3.10/057	Conversão Terciários V - Núcleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	170 366.02	170 366.02	63 887.26
3.10	3.10/058	Conversão de Consumos para Gás Natural no Edifios de Serviços e Instalações Industriais	LusitaniaGás, SA	202 500.00	202 500.00	75 937.50
3.10	3.10/059	Conversão de Consumos para Gás Natural no Sector Terciária	LusitaniaGás, SA	145 451.00	145 451.00	54 544.13
3.10	3.10/060	Operação Mudança de Gás - 2ª Fase - Reconversão	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	47 501 302.00	47 501 302.00	17 812 988.25
3.10	3.10/061	Operação Mudança de Gás - 3ª Fase - Reconversão	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	27 215 944.00	27 215 944.00	10 205 979.00
3.10	3.10/062	Projecto Lisboa Natural - Ramais	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	1 496 393.69	1 496 393.69	598 557.48
3.10	3.10/063	Conversão de Consumo de Energia Gás Natural no Sector Doméstico	LusitaniaGás, SA	1 918 800.00	1 918 800.00	719 550.00
3.10	3.10/064	Conversão Terciários I - Núcleo 2 (Moita Montijo I)	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	39 052.86	39 052.86	14 644.82
3.10	3.10/065	Conversão Área Palmela I - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	960 300.00	960 300.00	360 112.50
3.10	3.10/066	Pousada da Juventude de Sintra	Movijovem, CIPRL	43 186.00	43 186.00	32 389.50
3.10	3.10/067	Pousada da Juventude de Lisboa	Movijovem, CIPRL	84 621.00	84 621.00	63 465.75
3.10	3.10/070	Conversão Área Setúbal III - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1 423 800.00	1 423 800.00	533 925.00
3.10	3.10/068	Pousadas da Juventude de S. Martinho do Porto - Projecto	Movijovem, CIPRL	83 070.00	83 070.00	62 302.50
3.10	3.10/069	Conversão Gasodoméstico - III Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	33 609.90	33 609.90	12 603.71
3.10	3.10/071	Rede de Distribuição Secundária - 11ª Fase	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4 965 608.53	4 965 608.53	1 986 243.41
3.10	3.10/072	Reconversão do Segmento Doméstico - Unidade Comercial da Amadora - 3ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	1 080 000.00	1 080 000.00	405 000.00
3.10	3.10/073	Reconversão do Segmento Doméstico - Unidade Comercial de Sintra-Mafra - 3ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	450 000.00	450 000.00	168 750.00
3.10	3.10/074	Conversão Terciários VII - Núcleo 2	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	63 000.00	63 000.00	23 625.00

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.10	3.10/075	Projecto de Distribuição de Gás Natural	LusitaniaGás, SA	1 992 526.00	1 992 526.00	797 010.40
3.10	3.10/076	RECONVERSÃO SEGMENTO TERCIÁRIO DO DISTRITO DE LISBOA	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	808 000.00	808 000.00	303 000.00
3.10	3.10/077	EXPANSÃO DAS REDES DA UNIDADE COMERCIAL DE LISBOA - 1ª FASE	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	2 710 966.00	2 710 966.00	1 084 386.40
3.10	3.10/078	EXPANSÃO DAS REDES DA UNIDADE COMERCIAL DE OEIRAS-CASCAIS - 2ª FASE	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	6 863 460.00	6 863 460.00	2 745 384.00
3.10	3.10/079	RENOVAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE LISBOA - 18ª FASE	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	15 166 984.00	15 166 984.00	6 066 793.60
3.10	3.10/080	Conversão Área Seixal III - Núcleo 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	3 417 300.00	3 417 300.00	1 281 487.50
3.10	3.10/081	Adequação I	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	330 589.00	330 589.00	123 970.88
3.10	3.10/082	Expansão das Redes da Unidade Comercial de Sintra - Mafra - 2ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	4 800 930.00	4 800 930.00	1 920 372.00
3.10	3.10/083	Reconversão Segmento Doméstico - Unidade Comercial de Oeiras - Cascais - 3ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	4 491 000.00	4 491 000.00	1 684 125.00
3.10	3.10/084	Projecto Lisboa Natural - Conversão	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	9 810 000.00	9 810 000.00	3 678 750.00
3.10	3.10/085	Reconversão - Unidade Comercial de Sintra - Mafra - 2ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	4 323 600.00	4 323 600.00	1 621 350.00
3.10	3.10/086	Reconversão - Unidade Comercial de Oeiras - Cascais - 2ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	3 330 000.00	3 330 000.00	1 248 750.00
3.10	3.10/087	Reconversão - Unidade Comercial de Oeiras - Cascais - 1ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	2 243 550.00	2 243 550.00	841 331.25
3.10	3.10/088	Reconversão-Unid. Com. de Loures, Torres Vedras, S M Agraço, Odivelas, A Vinhos e Lourinhã-1ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	6 235 200.00	6 235 200.00	2 338 200.00
3.10	3.10/089	Reconversão Segmento Doméstico - Unidade Comercial de Lisboa - 3ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	7 020 000.00	7 020 000.00	2 632 500.00
3.10	3.10/090	Reconversão - Unidade Comercial de Sintra - Mafra - 1ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	5 138 550.00	5 138 550.00	1 926 956.25
3.10	3.10/093	Conversão Industrial - Fábrica da Izidoro	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	103 908.52	103 908.52	38 965.70
3.10	3.10/096	Centro de Inovação Polo Tecnológico e de Empresas de Inovação - Madan Parque PTEIbação de base tecnológica	Associação Polo Tecnológico e de Empresas de Inovação - Madan Parque PTEI	1 624 001.00	1 624 001.00	1 218 001.00
3.10	3.10/097	Criação de um Parque Tecnológico	Associação Parque da Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal-Madan Parque PCTAS	2 774 070.00	2 774 070.00	2 080 552.50
3.10	3.10/098	Laboratório de Alta Tensão	LABELEC - Estudos e Desenvolvimento de Actividades Laboratoriais, S A	504 905.29	504 905.29	227 207.38
3.10	3.10/099	Laboratório de Ensaio de Campo	LABELEC - Estudos e Desenvolvimento de Actividades Laboratoriais, S A	730 454.73	730 454.73	328 704.63
3.10	3.10/100	Construção de Infra-estruturas de Gás Natural na Área da DRE-LVT	LusitaniaGás, SA	2 083 107.00	2 083 107.00	833 242.80
3.10	3.10/101	Rede de Distribuição Secundária - Áreas Geográficas 2003/2004	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4 929 265.46	4 929 265.46	1 971 706.18
3.10	3.10/102	Rede de Distribuição Secundária - Áreas Geográficas 2004/2005	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	4 986 136.00	4 986 136.00	1 994 454.40
3.10	3.10/103	Renovação da Rede do Distrito de Lisboa	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	12 297 759.00	12 297 759.00	4 919 103.60
3.10	3.10/104	PRM 1	SETGÁS-Sociedade Produção e Distribuição de Gás, S.A.	130 500.00	130 500.00	52 200.00
3.10	3.10/105	Expansão de Redes da Unidade Comercial da Amadora	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	2 868 088.00	2 868 088.00	1 147 235.20

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.10	3.10/106	Expansão das Redes da Unidade Comercial de V.F. Xira, Alenquer, A. Vinhos, Azambuja - 2ª Fase	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	1 733 322.00	1 733 322.00	693 328.80
3.10	3.10/107	Expansão das Redes da U. Comercial de Loures, T. Vedras, S. M. Agraço	GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	3 060 124.00	3 060 124.00	1 224 049.60
3.11	3.11/002	Planetário Calouste Gulbenkian - Ciencia Viva de Lisboa	Estado Maior da Armada	3 475 000.00	3 475 000.00	1 737 500.00
3.11	3.11/001	Centro Ciencia Viva da Amadora	Ciencia Viva - Agencia Nacional para a Cultura Cientifica e Tecnológica	644 945.68	644 945.68	322 472.84
3.11	3.11/003	Centro Ciência Viva do Alviela	Câmara Municipal de Alcanena	1 080 000.00	1 080 000.00	540 000.00
3.11	3.11/004	Centro Ciencia Viva de Constancia - Parque de Astronomia	CM Constância	220 200.00	220 200.00	110 100.00
3.11	3.11/005	Centro Ciência Viva de Sintra	Ciencia Viva - Agencia Nacional para a Cultura Cientifica e Tecnológica	674 580.86	674 580.86	337 290.43
3.11	3.11/006	Centro Ciência Viva de Torres Novas	Ciencia Viva - Agencia Nacional para a Cultura Cientifica e Tecnológica	700 000.00	700 000.00	350 000.00
3.11	3.11/007	Centro Ciência Viva da Amadora - 2ª Fase	Associação Centro Ciência Viva da Amadora	326 500.00	326 500.00	163 250.00
3.12	3.12/001	Programa de Informatização dos Tribunais/Região de Lisboa e Vale do Tejo	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça	1 385 243.62	1 385 243.62	1 038 932.72
3.12	3.12/002	Programa de Informação dos Registos e do Notariado / Região de Lisboa e Vale do Tejo	Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça	3 910 081.70	3 910 081.70	2 932 562.52
3.12	3.12/003	Expansão da Instalação de Lojas do Cidadão pelas Capitais de Distrito Portuguesas	IGLC- Inst. p/ Gestão Lojas C	930 258.00	930 258.00	697 694.00
3.12	3.12/005	Rede Estruturada da DRAOT-LVT	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	299 278.73	299 278.73	224 459.05
3.12	3.12/004	Modernizar a CCRLVT	CCRLVT	76 756.78	76 756.78	57 567.59
3.12	3.12/006	Sistema Integrado de Apoio à Investigação Criminal	Polícia Judiciária	552 060.00	552 060.00	414 045.00
3.12	3.12/009	Iniciativa Campus Virtuais - Projecto da UTL	Universidade Técnica de Lisboa	1 006 109.04	1 006 109.04	511 103.39
3.12	3.12/008	Campus Virtuais do ISCTE	Instituto Superior de Ciencias do Trabalho e da Empresa (ISCTE)	900 512.27	900 512.27	457 460.23
3.12	3.12/010	IPL - Campus Virtual	Instituto Politécnico de Lisboa	929 485.52	929 485.52	472 178.64
3.12	3.12/011	UCP - Campus Virtual Sede	Universidade Católica Portuguesa	257 849.00	257 849.00	130 987.30
3.12	3.12/012	SLICE	Fundação Minerva - Cultura - Ensino e Investigação Científica	818 673.00	818 673.00	415 885.88
3.12	3.12/007	UAL - Projecto de Implementação do Campus Virtual na UAL	Cooperativa de Ensino Universitário - Universidade Autónoma de Lisboa	334 611.17	334 611.17	169 982.47
3.12	3.12/013	Projecto Lusofona Digital	COFAC	746 942.52	746 942.52	379 446.80
3.12	3.12/014	Campos Virtual IPAR - Lisboa	Ensigeste - Gestão de Est. De Ensino AS	76 281.94	76 281.94	38 751.23
3.12	3.12/015	Campos Virtual da Universidade Independente	SIDES-SA	67 365.90	67 365.90	34 221.88
3.12	3.12/016	Campus Virtuais	EIA Ensino Investigação e Administração	54 607.60	54 607.60	27 740.66
3.12	3.12/017	UL Digital	Reitoria da Universidade de Lisboa	1 459 688.00	1 459 688.00	741 521.51

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.14	3.14/001	Ampliação da Doca de Pesca do Porto de Setúbal	APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	7 357 268.98	7 357 268.98	4 414 361.39
3.14	3.14/002	Novas Instalações de Pesca na Baía de Cascais - Infraestruturas Marítimas	Camara Municipal de Cascais	1 552 735.98	1 552 735.98	931 641.58
3.16	3.16/001	Construção da Piscina Municipal e Tanque de Aprendizagem	Camara Municipal de Peniche	1 559 736.67	1 559 736.67	891 545.48
3.16	3.16/002	Complexo das Piscinas Municipais	CM S.M.Agraço	1 296 874.53	1 296 874.53	757 549.31
3.16	3.16/003	CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO DE ABRANTES	CM Abrantes	1 058 299.50	1 058 299.50	661 435.94
3.16	3.16/004	CONSTRUÇÃO DE NAVE DESPORTIVA-AMPLIAÇÃO-ALPIARÇA	CM Alpiarça	620 454.70	620 454.70	387 785.44
3.16	3.16/007	CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO Nº2 DO COMPLEXO DESPORTIVO DO JAMOR	COMPLEXO DE APOIO AS ACTIVIDADES DESPORTIVAS	435 605.19	435 605.19	326 702.65
3.16	3.16/005	ARRANJOS DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE ALCANENA	Câmara Municipal de Alcanena	304 516.12	304 516.12	190 321.33
3.16	3.16/006	CONCEPÇÃO, PROJECTO E CONSTRUÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS, NA BENEDITA	Camara Municipal de Alcobaça	1 306 715.97	1 306 715.97	816 697.48
3.16	3.16/009	ARRELVAMENTO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL E DE JOGOS DA JUVENTUDE DE CASTANHEIRA	Juventude da Castanheira	495 854.99	495 854.99	291 810.66
3.16	3.16/008	Construção da Pista de Atletismo de Setúbal	Camara Municipal de Setúbal	1 332 612.09	1 332 612.09	748 261.69
3.16	3.16/010	Construção da Pista de Atletismo	Câmara Municipal do Cartaxo	380 667.59	380 667.59	237 917.24
3.16	3.16/011	Parque Desportivo de Abrantes - 2ª Fase - Campo Nº2+Balneário do Campo Nº2+Iluminação do Campo Nº2	CM Abrantes	674 791.78	674 791.78	421 744.86
3.16	3.16/012	Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol Nº2	Real Sport Club	368 432.08	368 432.08	230 270.05
3.16	3.16/013	Construção da Pista de Atletismo do Estádio Municipal da Nazaré	CM da Nazaré	451 322.31	451 322.31	282 076.45
3.16	3.16/016	Requalificação do Complexo Desportivo do União Mucifalense	União Mucifalense	494 140.27	494 140.27	308 837.67
3.16	3.16/017	Piscina de 25 metros de Moita do Norte	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	1 428 598.40	1 428 598.40	892 874.00
3.16	3.16/014	Arrelvamento Sintético, Construção de 2 Balneários e Reforço da Iluminação do Campo do Clube Desport	Clube Desportivo Amiense	469 883.07	469 883.07	293 676.92
3.16	3.16/018	Obras de Beneficiação das Infra-Estruturas do Sport Algés e Dafundo	Sport Algés e Dafundo	1 495 824.35	1 495 824.35	934 890.22
3.16	3.16/019	Complexo Desportivo e de Lazer do Falcão	CM Bombarral	996 262.69	996 262.69	500 024.24
3.16	3.16/015	Piscinas Municipais de Coruche	CM Coruche	2 460 239.00	2 460 239.00	1 343 782.54
3.16	3.16/020	Beneficiação e Repavimentação da Pista de Atletismo do Clube de Futebol "Os Belenenses"	Clube de Futebol "Os Belenenses"	435 364.94	435 364.94	272 103.09
3.16	3.16/021	Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol da Associação Desportiva Fazendense	Associação Desportiva Fazendense	617 775.23	617 775.23	386 109.52
3.16	3.16/022	Requalificação do Grande Campo de Jogos de Trajouce	ESUC, Empresa de Serviços Urbanos de Cascais, EM	682 708.73	682 708.73	426 692.96
3.16	3.16/023	Piscina Coberta da Golegã	CM Golegã	1 167 039.65	1 167 039.65	729 399.78
3.16	3.16/024	Cobertura e Remodelação das Piscinas Municipais de Vila Franca de Xira	CM V.F.Xira	2 840 784.03	2 840 784.03	1 562 431.22
3.16	3.16/025	Pavilhão Desportivo do Parque do Bonito - 3ª Fase	Camara Municipal do Entroncamento	1 647 566.59	1 647 566.59	1 029 729.12

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.16	3.16/026	Pavilhão Desportivo Municipal	Câmara Municipal de Tomar	1 404 807.34	1 404 807.34	837 546.14
3.16	3.16/027	Pavilhão Desportivo Municipal	CM Salvaterra de Magos	1 455 666.79	1 455 666.79	909 791.74
	3.16/028	Pavilhão Desportivo Municipal	Câmara Municipal de Ourém	836 174.09	836 174.09	522 608.81
3.17	3.17/001	EN243 - Beneficiação entre Chamusca (Aprox.) - Foros de Arrão	Inst. das Estradas de Portugal	2 011 237.91	2 011 237.91	1 106 179.11
3.17	3.17/002	EN361 BENEFICIAÇÃO ENTRE RIO MAIOR-FRÁGUAS (PROX.)	Inst. das Estradas de Portugal	976 212.33	976 212.33	585 727.40
3.17	3.17/004	EN 9: Beneficiação Mercena-Alenquer	Inst. das Estradas de Portugal	1 562 534.29	1 562 534.29	859 393.86
3.17	3.17/005	EN 10: BENEFICIAÇÃO ENTRE VILA FRANCA DE XIRA-SACAVÉM	Inst. das Estradas de Portugal	2 770 064.14	2 770 064.14	1 662 038.49
3.17	3.17/006	EN 247 BENEFICIAÇÃO ENTRE O KM 6,0 - KM 19,1 (RIBAMAR)	Inst. das Estradas de Portugal	2 204 821.38	2 204 821.38	1 212 652.51
3.17	3.17/007	Nó da Ramada-Ligação á Rotunda do Casal do Monte-Nó de ligação da EN 250-2 com a EM	Inst. das Estradas de Portugal	2 969 824.28	2 969 824.28	1 781 894.57
3.17	3.17/008	EN 361-1.VIA DE LIGAÇÃO ENTRE A EN 115 (VILAR) E O IC 1	Inst. das Estradas de Portugal	3 939 945.94	3 939 945.94	2 363 967.56
3.17	3.17/009	TERMINAL FLUVIAL DO MONTIJO-CAIS DO SEIXALINHO	TRANSTEJO-TRANSPORTES TEJO, SA	5 985 574.76	5 985 574.76	3 591 344.86
3.17	3.17/012	EN 247 - Nova Ponte sobre o Rio Lizandro	Inst. das Estradas de Portugal	703 748.96	703 748.96	387 062.18
3.17	3.17/011	Adaptação ao trânsito rodoviário da Ponte D. Amélia	Inst. das Estradas de Portugal	3 470 341.48	3 470 341.48	1 908 690.06
3.17	3.17/010	IC19: Nós da Amadora e Damaia e Alargamento entre nós de Alfragide e do hospital	Inst. das Estradas de Portugal	10 245 898.52	10 245 898.52	6 147 539.11
3.17	3.17/013	IC19 - Alargamento entre os Nós de Queluz e do Hospital	Inst. das Estradas de Portugal	2 245 598.11	2 245 598.11	1 347 358.87
3.17	3.17/014	Fornecimento de sete Navios Catamaran, com opção de mais dois	SOFLUSA-SOCIEDADE FLUVIAL DE TRANSPORTES, S.A.	48 980 000.00	48 980 000.00	24 490 000.00
3.17	3.17/015	Reparação da EN 361 (Alcanede/Alcanena) e EN 362 (L.Distrito de Leiria/Alcanede)	Inst. das Estradas de Portugal	606 853.00	606 853.00	333 769.15
3.17	3.17/016	Reparação do pavimento de diversos troços das EENN349 e 349-3	Inst. das Estradas de Portugal	645 441.38	645 441.38	354 992.76
3.17	3.17/017	Reparação do Pavimento em diversos troços nas EENN3 e 351	Inst. das Estradas de Portugal	402 353.00	402 353.00	221 294.00
3.17	3.17/018	Reparação do Pavimento de Diversos Troços das EENN110 e 358-1	Inst. das Estradas de Portugal	614 522.31	614 522.31	337 987.27
3.17	3.17/019	Reparação do pavimento de diversos troços das EENN2, 118 e 244-3	Inst. das Estradas de Portugal	758 619.08	758 619.08	417 240.49
3.17	3.17/020	Beneficiação e Requalificação da EN 358-1 "Praia do Ribatejo"	Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha	872 896.00	872 896.00	174 579.20
3.17	3.17/021	EN3. Ponte de Pernes sobre o Rio Alviela	Inst. das Estradas de Portugal	1 105 820.00	1 105 820.00	663 492.00
3.17	3.17/022	EN1. Variante em Alenquer	Inst. das Estradas de Portugal	6 524 726.00	6 524 726.00	3 914 835.60
3.17	3.17/023	EN366.Beneficiação entre Aveiras de Cima (Km22+000) e o Entroncamento com a EN (Km29+500)	Inst. das Estradas de Portugal	1 359 282.00	1 359 282.00	747 605.00
3.17	3.17/024	Estudo Integrado da Mobilidade e Sistemas de Transportes nos Concelhos da Associação do Médio Tejo	Associação de Municípios do Médio Tejo	129 466.06	129 466.06	64 733.03
3.17	3.17/026	EN 114 - Beneficiação entre Peniche (Km 5+600)/Serra d'El Rei (Km 14+000) e entre Amoreira...	Inst. das Estradas de Portugal	2 070 900.00	2 070 900.00	1 138 995.00
3.17	3.17/025	Estudos do Metro Ligeiro de Superfície - Algés / Loures	Metropolitano de Lisboa, EP	1 056 314.75	1 056 314.75	528 157.38

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.17	3.17/028	MST - Metropolitano Ligeiro do Sul do Tejo (1ª Fase)	Gabinete de Estudos e Planeamento - MOPTH	265 068 234.72	265 068 234.72	74 802 255.84
3.17	3.17/029	Estudo de Mobilidade e Sistemas de Transportes da AMLT-1ª Fase	Assoc.Munic.Leziria do Tejo	88 060.00	88 060.00	44 030.00
3.17	3.17/030	EN 3: BENEFICIAÇÃO ENTRE O KM 42,800 E 70,200	Inst. das Estradas de Portugal	4 138 279.27	4 138 279.27	2 482 967.56
3.17	3.17/031	Ponte Romana - Muge	CM Salvaterra de Magos	113 996.64	113 996.64	56 998.32
3.18	3.18/003	Implementação do SIG da DRAOT/LVT p/informação, sensibilização e apoio a decisão	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	99 759.58	99 759.58	74 819.68
3.18	3.18/005	Aquisição de quatro unidades laboratoriais móveis	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	99 759.58	99 759.58	74 819.68
3.18	3.18/001	ACTUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DAS ACTUAIS REDES DE MEDIDA DA QUALIDADE DO AR DA REGIÃO DE LVT	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	99 759.58	99 759.58	74 819.68
3.18	3.18/004	Centro de Sensibilização e Educação Ambiental para o Litoral	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	249 398.97	249 398.97	187 049.21
3.18	3.18/008	INTERVENÇÃO POLIS NO CACÉM- SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL-1ªFASE	Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém,S.A.	1 404 230.00	1 404 230.00	1 053 172.00
3.18	3.18/009	Recuperação Ambiental e Encerramento de Lixeiras - Margem Esquerda do Tejo	RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	2 819 067.23	2 819 067.23	2 114 300.42
3.18	3.18/010	Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Encerramento das Lixeiras da Boba, Carenque, Montemor	Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa	9 477 160.04	9 477 160.04	7 107 870.03
3.18	3.18/006	AQUISIÇÃO DE AUTOANALISADOR MULTIPARAMETRICO	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	99 759.58	99 759.58	74 819.68
3.18	3.18/011	Projecto de Investigação do Sistema de Frade	NECA - Núcleo de Espeleologia da Costa Azul	278 329.22	278 329.22	208 746.92
3.18	3.18/002	Aquisição de Sondas para efectuar medições de níveis e de qualidade em águas subterrâneas	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	99 759.58	99 759.58	74 819.68
3.18	3.18/012	Caracterização de Resíduos Sólidos Urbanos	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	39 903.83	39 903.83	29 927.87
3.18	3.18/013	Intervenção Pólis na Costa de Caparica - Sensibilização e Comunicação Ambiental - 1ª Fase	CostaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, S.A.	3 372 848.75	3 372 848.75	2 529 636.75
3.18	3.18/007	Aquisição De Equipamento Laboratorial Para Aumento Dos Parametros De Análise	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	99 759.57	99 759.57	74 819.68
3.18	3.18/014	Encerramento e Recuperação de Lixeiras do Distrito de Santarém	RESITEJO-Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	1 805 056.00	1 805 056.00	1 353 792.00
3.18	3.18/015	Selagem das Lixeiras de Vila Fria, Vale Mourão e Abrunheira	AMTRES (Associ. de Municí. de Cascais, Mafra, Oeiras, e Sintra para o Tratamen. de Resíduos Sólidos)	1 701 337.33	1 701 337.33	1 276 003.00
3.18	3.18/016	Reabilitação do Dique da Junceira	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	836 148.33	836 148.33	627 111.25

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.18	3.18/017	Estudo de Inventariação da Produção dos Resíduos Industriais em Portugal Continental	INSTITUTO DOS RESÍDUOS	555 486.81	555 486.81	416 615.11
3.18	3.18/018	Intervenção Polis em Tomar - Estudos e Planos Preparatórios - Fase 1	TOMARPOLIS - Soc. Para o Desenvolvimento do Programa Polis em Tomar, AS	363 727.13	363 727.13	272 795.35
3.19	3.19/008	Centro de Saúde de Sintra-Ext. São João das Lampas (construção de raiz).	ARS Lisboa e Vale do Tejo	816 462.33	816 462.33	612 349.24
3.19	3.19/009	Centro de Saúde de Alenquer-ExtCarregado (construção de raiz).	ARS Lisboa e Vale do Tejo	923 658.98	923 658.98	692 745.48
3.19	3.19/001	Construção do Centro de Saúde de Ferreira do Zezere	ARS Lisboa e Vale do Tejo	2 203 574.38	2 203 574.38	1 652 677.05
3.19	3.19/003	Construção do Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 443 511.14	1 443 511.14	1 082 630.86
3.19	3.19/013	CENTRO DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS	ARS Lisboa e Vale do Tejo	3 275 156.87	3 275 156.87	2 456 365.16
3.19	3.19/015	Instalações Degradadas	ARS Lisboa e Vale do Tejo	801 185.00	801 185.00	600 888.75
3.19	3.19/027	Construção da Extensão de Saúde de Alferrarede (C.S. Abrantes)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	961 856.92	961 856.92	721 396.43
3.19	3.19/028	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE ALVIOBEIRA (C.S. TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	525 119.47	525 119.47	393 835.86
3.19	3.19/029	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE OLALHAS (C.S.TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	519 498.01	519 498.01	389 621.01
3.19	3.19/030	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DO TRAMAGAL (C.S. ABRANTES)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	936 338.43	936 338.43	702 253.82
3.19	3.19/031	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA SABACHEIRA (C.S. TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	402 285.49	402 285.49	301 712.87
3.19	3.19/032	CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS (C.S. TOMAR)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 523 134.24	1 523 134.24	1 142 350.68
3.19	3.19/005	Extensão de Saúde do Feijó (CS Almada)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 603 964.44	1 603 964.44	1 202 973.33
3.19	3.19/007	Centro de Saúde de Vila Franca de Xira-Ext. Castanheira do Ribatejo (Construção de Raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 808 730.97	1 808 730.97	1 356 550.71
3.19	3.19/004	Centro de Saude de S. Sebastião - Setúbal	ARS Lisboa e Vale do Tejo	2 519 692.54	2 519 692.54	1 889 770.65
3.19	3.19/010	Centro de Saúde de Sintra-U.S.F. da Várzea (Construção de Raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	893 072.69	893 072.69	669 805.77
3.19	3.19/011	Centro de Saúde de Cascais-Ext. Estoril (Construção de raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	4 972 456.50	4 972 456.50	2 486 228.25
3.19	3.19/006	Extensão de Saúde da Sobreira (CS Almada)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 793 727.12	1 793 727.12	1 345 297.83
3.19	3.19/019	Modernização dos Centros de Saúde	ARS Lisboa e Vale do Tejo	694 925.23	694 925.23	521 193.92
3.19	3.19/018	Centro de Saúde de Palmela	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 874 741.87	1 874 741.87	1 406 056.41
3.19	3.19/021	Centro de Saúde de Sacavém - Ext. S. João da Talha (Construção de Raiz)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	2 368 501.91	2 368 501.91	1 776 376.43
3.19	3.19/020	Extensão de Saúde de Ericeira	Câmara Municipal de Mafra	1 525 623.25	1 525 623.25	1 144 217.44
3.19	3.19/033	Construção da Extensão de Saúde Eça de Queiroz	ARS Lisboa e Vale do Tejo	990 073.00	990 073.00	742 554.75
3.19	3.19/034	Extensão de Saúde de Miratejo	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 583 440.00	1 583 440.00	1 187 580.00
3.19	3.19/035	Construção da Extensão de Saúde do Moinho	ARS Lisboa e Vale do Tejo	2 452 056.00	2 452 056.00	1 839 042.00
3.19	3.19/036	Construção do Centro de Saúde de Alcabideche	ARS Lisboa e Vale do Tejo	3 006 943.78	3 006 943.78	1 503 471.89
3.19	3.19/037	Construção da Unidade de Saúde de Pontével (C.S. do Cartaxo)	ARS Lisboa e Vale do Tejo	1 275 000.00	1 275 000.00	956 250.00
3.19	3.19/038	Construção da Unidade de Saúde do Couço	ARS Lisboa e Vale do Tejo	745 000.00	745 000.00	558 750.00

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.19	3.19/039	Construção do Centro de Saúde de Santo António de Charnais	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana	1 886 714.00	1 886 714.00	943 357.00
3.19	3.19/022	Hospital Dr. José Maria Antunes Junior - Obras de Adaptação e Correção da ETAR Existente	DGIES	49 879.79	49 879.79	37 409.84
3.19	3.19/023	Hospital Pulido Valente - Obras de Separação das Águas Reiduais e Pluviais	DGIES	458 894.07	458 894.07	344 170.55
3.19	3.19/024	Hospital Ortopédico do Outão - Obras de Construção de ETAR 'S	DGIES	199 519.16	199 519.16	149 639.37
3.20	3.20/003	Assistência Técnica - 2000-2001 - Eixos prioritários 1 e 2 FEDER	CCRLVT	720 205.64	720 205.64	468 133.67
3.20	3.20/001	Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada Economia	Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	71 768.00	71 768.00	53 826.00
3.20	3.20/004	Assistencia Técnica 2000/2001 - Lezíria do Tejo	Assoc.Munic.Lezíria do Tejo	128 560.17	128 560.17	83 564.11
3.20	3.20/005	Assistencia Técnica 2000/2001 - Oeste	Associação de Municípios do Oeste	98 264.00	98 264.00	63 871.60
3.20	3.20/002	Assist-encia Técnica 2000/2001 - Medida 2.1 do Eixo 2 do PORLVT	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	7 877.87	7 877.87	5 120.61
3.20	3.20/008	Assistência Técnica a Medida 3.16 - Desporto - 2000/2001	Instituto Nacional do Desporto	42 138.48	42 138.48	31 603.86
3.20	3.20/006	ASSISTENCIA TÉCNICA 2000/2001 MÉDIO TEJO	Associação de Municípios do Médio Tejo	59 958.72	59 958.72	38 973.17
3.20	3.20/007	Assistencia Técnica 2000/2001 - Área Metropolitana de Lisboa	Junta Metropolitana de Lisboa	181 613.48	181 613.48	118 048.76
3.20	3.20/010	Assistencia Técnica 2002 - Lezíria do Tejo	Assoc.Munic.Lezíria do Tejo	142 280.00	142 280.00	88 925.00
3.20	3.20/009	Assistencia Técnica á Medida Economia	Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	75 640.73	75 640.73	56 730.55
3.20	3.20/011	Assistencia Tecnica aos eixos 1 e 2 e questões transversais do PO - FEDER	CCRLVT	1 269 145.94	1 269 145.94	793 216.22
3.20	3.20/013	Assistencia Técnica a Medida 3.14 - (Pesca) Infraestruturas de Portos	Direcção Geral das Pescas e Aquicultura	33 902.59	33 902.59	25 426.94
3.20	3.20/014	Assistencia Tecnica 2002 - Associação de Municípios do Oeste	Associação de Municípios do Oeste	137 012.49	137 012.49	85 632.81
3.20	3.20/015	Assistencia Tecnica 2002 - Medio Tejo	Associação de Municípios do Médio Tejo	106 294.28	106 294.28	66 433.93
3.20	3.20/016	Área Metropolitana de Lisboa - Assist-encia Técnica 2002	Junta Metropolitana de Lisboa	138 426.46	138 426.46	86 516.54
3.20	3.20/017	Assistencia Técnica a Medida 3.16-Desporto-Ano 2002	Instituto Nacional do Desporto	41 106.67	41 106.67	30 830.00
3.20	3.20/018	Assistência Técnica 2002 - Medida 2.1 do Eixo 2 do PORLVT	Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo	27 024.68	27 024.68	16 890.43
3.20	3.20/019	Assistência Técnica a Medida Regionalmente Desconcentrada Economia	Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	89 760.00	89 760.00	67 320.00
3.20	3.20/020	Assistencia Técnica 2003 - Eixos 1 e 2 - FEDER	CCRLVT	2 331 619.20	2 331 619.20	1 457 262.00
3.20	3.20/021	Lezíria do Tejo - Assistencia Técnica 2003	Assoc.Munic.Lezíria do Tejo	150 000.00	150 000.00	93 750.00
3.20	3.20/022	Assistência Técnica 2003 - Médio Tejo	Associação de Municípios do Médio Tejo	133 718.82	133 718.82	83 574.26
3.20	3.20/023	Assistência Técnica à Medida 3.14 - Infraestruturas de Portos	Direcção Geral das Pescas e Aquicultura	49 710.00	49 710.00	37 282.50
3.20	3.20/024	Assistência Técnica à Medida 3.16 - Desporto - Ano 2003	Instituto do Desporto de Portugal	59 723.07	59 723.07	44 792.30

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FEDER
3.20	3.20/025	Assistência Técnica 2003 - Associação de Municípios do Oeste	Associação de Municípios do Oeste	142 300.00	142 300.00	88 937.50
3.20	3.20/026	Área Metropolitana de Lisboa - Assistência Técnica 2003	Junta Metropolitana de Lisboa	196 572.79	196 572.79	122 857.99
3.20	3.20/027	Assistência Técnica 2003 - Medida 2.1 do Eixo 2 do PORLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo	206 533.00	206 533.00	129 083.13

QUADRO A-11: PROJECTOS APOIADOS NO ÂMBITO DE MEDIDAS FSE

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
1.4	1.4/001	Cand. 2000 - Formação para o Desenvolvimento	Município de Sintra	103 117.40	103 117.40	67 026.31
1.4	1.4/002	Cand. 2000 - Formação para o Desenvolvimento	CEFA	194 287.68	183 077.20	119 000.18
1.4	1.4/004	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	Município de Sintra	179 041.80	179 041.80	116 377.17
1.4	1.4/005	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	A.M.Médio Tejo	97 833.05	97 833.05	63 591.48
1.4	1.4/006	Formação Profissional 2001	STAL	202 077.42	202 077.42	131 350.32
1.4	1.4/007	Candidatura à Medida 1.4	C.M.Oeiras	118 199.02	118 199.02	76 829.36
1.4	1.4/008	Candidatura à medida 1.4 Cand 2002	C.M.Oeiras	141 467.32	141 467.32	91 953.76
1.4	1.4/009	Formação Profissional 2001	C.M.Amadora	92 657.03	92 657.03	60 227.07
1.4	1.4/010	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	CCRLVT	39 638.66	39 638.66	25 765.13
1.4	1.4/011	Formação Profissional 2001	C.M.Loures	126 449.15	126 449.15	82 191.95
1.4	1.4/012	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.V.F.Xira	98 446.58	98 446.58	63 990.28
1.4	1.4/013	Formação para o Desenvolvimento - 200	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	299 178.00	299 178.00	194 465.70
1.4	1.4/017	Formação para o Desenvolvimento	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	90 906.45	90 906.45	59 089.19
1.4	1.4/022	Formação Profissional 2001	ALTIUS	47 304.00	47 304.00	30 747.60
1.4	1.4/023	Formação Profissional 2001	Município de Almada	215 674.94	215 674.94	140 188.71
1.4	1.4/026	Formação Profissional 2001	Associação de Municípios da Lezíria do Tejo	220 907.23	220 907.23	143 589.70
1.4	1.4/033	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Setúbal	228 098.05	228 098.05	148 263.73
1.4	1.4/037	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.Lourinhã	34 443.85	34 443.85	22 388.50
1.4	1.4/040	Formação Profissional 2001	Ass. Mun. do Oeste	260 790.22	260 790.22	169 513.64
1.4	1.4/041	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	J.F.Póvoa Stª Iria	17 299.23	17 299.23	11 244.50
1.4	1.4/043	Formação para o Desenvolvimento	J.F.de M.do Intendente	7 709.48	7 709.48	5 011.16
1.4	1.4/044	Cand. 2001 - Formação para o Desenvolvimento	C.M.Cascais	70 176.72	70 176.72	45 614.87
1.4	1.4/045	Formação para o Desenvolvimento	J.F.Louriceira	8 180.25	8 180.25	5 317.16
1.4	1.4/047	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	J.F.A.Seixalinho	17 657.22	17 657.22	11 477.19
1.4	1.4/048	Formação para o Desenvolvimento	Instituto da Soldadura e da Qualidade	53 525.31	53 525.31	34 791.45
1.4	1.4/049	Candidatura à Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento	SMAS de Almada	137 658.80	137 658.80	89 478.22

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
1.4	1.4/050	Formação para o Desenvolvimento	Aguas de Cascais, AS	23 881.85	23 881.85	15 523.20
1.4	1.4/051	Formação para o Desenvolvimento	CEFA	161 410.03	159 231.66	103 500.58
1.4	1.4/055	Candidatura Programa Foral/2001 Candidatura 2ª	Município de Sintra	38 313.14	38 313.14	24 903.54
1.4	1.4/056	Formação para o Desenvolvimento	Município de Lisboa	229 941.60	229 941.60	149 462.04
1.4	1.4/057	Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal do Seixal	67 739.88	67 739.88	44 030.92
1.4	1.4/060	Formação para o Desenvolvimento	J.F. De Sta. Maria dos Olivais	8 689.37	8 689.37	5 648.09
1.4	1.4/062	Formação para o Desenvolvimento	Município de Almada	6 616.32	6 616.32	4 300.61
1.4	1.4/063	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Cascais	52 793.09	52 793.09	34 315.51
1.4	1.4/064	Formação profissional 2002	STAL	252 251.91	252 251.91	163 963.74
1.4	1.4/065	Formação para o Desenvolvimento	Ass. Mun. do Oeste	864 004.98	864 004.98	561 603.24
1.4	1.4/066	Formação para Funcionários de Juntas	Ass. Mun. do Oeste	77 481.51	77 481.51	50 362.98
1.4	1.4/067	Formação para o Desenvolvimento	J.F.Sto Condestável	24 296.80	24 296.80	15 792.92
1.4	1.4/068	Formação para o Desenvolvimento	Associação de Municípios da Lezíria do Tejo	245 782.55	245 782.55	159 758.66
1.4	1.4/069	Formação para o Desenvolvimento	A.M.Médio Tejo	323 166.77	323 166.77	210 058.40
1.4	1.4/071	Formação para o Desenvolvimento	Município de Almada	163 062.88	163 062.88	105 990.87
1.4	1.4/072	Formação para o Desenvolvimento	A.M.Médio Tejo	145 333.88	145 333.88	94 467.02
1.4	1.4/073	Formação para o Desenvolvimento 2002	NERSANT NÚCLEO EMPRES. REG. SANTARÉM ASSOCIAÇÃO	36 608.85	36 608.85	23 795.75
1.4	1.4/075	Formação para o Desenvolvimento	J.F. De Alcanhões	46 770.55	46 770.55	30 400.86
1.4	1.4/076	Formação para o Desenvolvimento	CEFA	66 736.68	66 736.68	43 378.84
1.4	1.4/078	Formação para o Desenvolvimento	I.S.S.S.Coop	43 073.75	43 073.75	27 997.94
1.4	1.4/079	Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal do Seixal	8 386.62	8 386.62	5 451.30
1.4	1.4/082	Formação para o Desenvolvimento	Junta de Freguesia do Montijo	31 230.08	31 230.08	20 299.55
1.4	1.4/084	Formação para o Desenvolvimento	CEFA	53 484.31	53 484.31	34 764.80
1.4	1.4/086	Formação para o Desenvolvimento - 2002	Aguas de Cascais, AS	14 499.48	14 499.48	9 424.66
1.4	1.4/087	Formação para o Desenvolvimento	SMAS de Almada	70 346.57	70 346.57	45 725.27
1.4	1.4/088	Formação para o Desenvolvimento 2002/2003	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	144 858.27	144 858.27	94 157.88
1.4	1.4/089	Formação para o Desenvolvimento - 2002/2003	Município de Almada	2 419.72	2 419.72	1 572.82

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
1.4	1.4/090	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Cascais	69 917.40	69 917.40	45 446.31
1.4	1.4/091	Formação para o Desenvolvimento	CCRLVT	37 420.74	37 420.74	24 323.48
1.4	1.4/092	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Oeiras	52 038.58	52 038.58	33 825.08
1.4	1.4/094	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Loures	51 477.31	51 477.31	33 460.25
1.4	1.4/096	Formação para o Desenvolvimento - 2002	Município de Almada	3 395.65	3 395.65	2 207.17
1.4	1.4/098	Formação para o Desenvolvimento	Município de Sintra	65 168.71	65 168.71	42 359.66
1.4	1.4/099	Formação para o Desenvolvimento - 2002	MUNICÍPIO DE PALMELA	16 156.72	16 156.72	10 501.87
1.4	1.4/101	Formação para o Desenvolvimento - 2002	CEFOSAP	5 636.72	5 636.72	3 663.87
1.4	1.4/102	Formação para o Desenvolvimento - 2002/2003	APDAR- ASS. PROM., DESENV. ARTESANATO REGIONAL	170 240.66	170 240.66	110 656.43
1.4	1.4/103	Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Palmela	5 553.52	5 553.52	3 609.79
1.4	1.4/104	Formação para o Desenvolvimento	CEFA	68 738.97	68 738.97	44 680.33
1.4	1.4/105	Formação para o Desenvolvimento	Município de Lisboa	251 219.34	251 219.34	163 292.57
1.4	1.4/106	Formação para o Desenvolvimento - 2002/2003	Município da Amadora	111 473.40	111 473.40	72 457.71
1.4	1.4/107	Formação para o Desenvolvimento - 2002	C.M.Cascais	128 130.08	128 130.08	83 284.55
1.4	1.4/108	Formação para o Desenvolvimento	INDICE - Consultores Lda	48 756.81	48 756.81	31 691.93
1.4	1.4/109	Formação para o Desenvolvimento	C.M.V.F.Xira	232 775.64	232 775.64	151 304.17
1.4	1.4/110	Formação para o Desenvolvimento - 2002	Câmara Municipal de Palmela	1 690.48	1 690.48	1 098.81
1.4	1.4/111	Formação para o Desenvolvimento - 2002/2003	Município de Almada	10 665.42	10 665.42	6 932.52
1.4	1.4/112	Formação para o Desenvolvimento	MUNICÍPIO DE PALMELA	18 282.66	18 282.66	11 883.73
1.4	1.4/113	Formação para o Desenvolvimento - 2003/2004	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	336 537.46	336 537.46	218 749.35
1.4	1.4/114	Formação para o Desenvolvimento - 2003	STAL	423 373.58	423 373.58	275 192.83
1.4	1.4/115	Formação para o Desenvolvimento - 2002	Município de Sintra	8 002.95	8 002.95	5 201.92
1.4	1.4/116	Formação para o Desenvolvimento	CEFOSAP	55 356.58	55 356.58	35 981.78
1.4	1.4/117	Formação para o Desenvolvimento	A.M.Médio Tejo	108 149.83	108 149.83	70 297.39
1.4	1.4/118	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Oeiras	107 245.68	107 245.68	69 709.69
1.4	1.4/119	Formação para o Desenvolvimento	CEFA	364 168.35	364 168.35	236 709.43
1.4	1.4/120	Formação para o Desenvolvimento - 2003 Formação para o Desenvolvi	Ass. Mun. do Oeste	154 854.11	154 854.11	100 655.17

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
1.4	1.4/121	Formação para o Desenvolvimento - 2003	Município do Seixal	142 119.12	142 119.12	92 377.43
1.4	1.4/122	Formação para o Desenvolvimento - 2003	A.M.Médio Tejo	40 641.78	40 641.78	26 417.16
1.4	1.4/123	Formação para o Desenvolvimento - 2003	A.M.Médio Tejo	15 041.22	15 041.22	9 776.79
1.4	1.4/124	Formação para o Desenvolvimento - 2003/2004	Associação de Municípios da Lezíria do Tejo	410 211.52	410 211.52	266 637.49
1.4	1.4/125	Formação para o Desenvolvimento - 2003	C.M.Loures	12 850.12	12 850.12	8 352.58
1.4	1.4/126	Formação para o Desenvolvimento - 2003	Município de Almada	117 096.40	117 096.40	76 112.66
1.4	1.4/127	Formação para o Desenvolvimento - 2003	A.M.Médio Tejo	67 454.80	67 454.80	43 845.62
1.4	1.4/128	Formação para o Desenvolvimento - 2003	MUNICIPIO DA GOLEGÃ	6 502.29	6 502.29	4 226.49
1.4	1.4/129	Formação para o Desenvolvimento - 2003	CCRLVT	71 408.46	71 408.46	46 415.50
1.4	1.4/130	Formação para o Desenvolvimento - 2003	Ass. Mun. do Oeste	300 039.45	300 039.45	195 025.64
1.4	1.4/131	Formação para o Desenvolvimento - 2003	C.M. Moita	43 930.57	43 930.57	28 554.87
1.4	1.4/132	Formação para o Desenvolvimento - 2003	Município de Vila Franca de Xira	2 804.54	2 804.54	1 822.95
1.4	1.4/133	Formação para o Desenvolvimento - 2003	Município de Ourém	958.46	958.46	623.00
1.4	1.4/134	Formação para o Desenvolvimento - 2003	C.M.V.F.Xira	3 659.92	3 659.92	2 378.95
1.4	1.4/135	Formação para o Desenvolvimento - 2003	C.M.Cascais	377 312.95	377 312.95	245 253.42
1.4	1.4/136	Formação para o Desenvolvimento - 2003	CEFA	84 130.80	84 130.80	54 685.02
1.4	1.4/137	Formação para o Desenvolvimento - 2003	Município de Sintra	168 079.83	168 079.83	109 251.89
1.4	1.4/139	Formação para o Desenvolvimento - 2003 e 2004	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	260 304.56	260 304.56	169 197.96
1.4	1.4/141	Formação para o Desenvolvimento - 2003	Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Nazaré	1 008.32	1 008.32	655.41
1.4	1.4/142	Formação para o Desenvolvimento - 2003	C.M.Loures	54 113.80	54 113.80	35 173.97
1.4	1.4/143	Formação para o Desenvolvimento 2003	Município de Oeiras	36 748.03	36 748.03	23 886.22
1.4	1.4/145	Formação para o Desenvolvimento 2003-2004	CEFA	123 040.00	123 040.00	79 976.00
1.4	1.4/146	Formação para o Desenvolvimento 2003-2004	C.M.Setúbal	49 738.93	49 738.93	32 330.31
1.4	1.4/148	Formação para o Desenvolvimento 2003	Município de Caldas da Rainha	1 216.52	1 216.52	790.74
1.4	1.4/149	Formação para o Desenvolvimento 2003	MUNICÍPIO DE PALMELA	39 015.34	39 015.34	25 359.97
1.4	1.4/152	Formação para o Desenvolvimento 2004	Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Loures	17 431.38	17 431.38	11 330.40
1.4	1.4/153	Formação para o Desenvolvimento 2003	Área Metropolitana de Lisboa	21 710.75	21 710.75	14 111.99

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
1.4	1.4/154	Formação para o Desenvolvimento 2003	ESRI PORTUGAL- Sistemas de Informação Geográfica, AS	14 881.95	6 881.95	4 473.27
1.4	1.4/155	Formação para o Desenvolvimento 2003	Município de Oeiras	7 653.92	7 653.92	4 975.05
1.4	1.4/156	Formação para o Desenvolvimento	Município de Lisboa	243 120.97	243 120.97	158 028.63
1.4	1.4/159	Formação para o Desenvolvimento 2003	Município de Oeiras	1 008.34	1 008.34	655.42
1.4	1.4/160	Formação para o Desenvolvimento	ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO	355 006.28	355 006.28	230 754.08
1.4	1.4/161	Formação para o Desenvolvimento	Município de Sintra	19 127.20	19 127.20	12 432.68
1.4	1.4/164	Formação para o Desenvolvimento	FREGUESIA DA PONTINHA	922.05	922.05	599.33
1.4	1.4/165	Formação para o Desenvolvimento	FREGUESIA DA PONTINHA	3 488.80	3 488.80	2 267.72
1.4	1.4/166	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Setúbal	10 077.65	10 077.65	6 550.47
1.4	1.4/167	Formação para o Desenvolvimento	C.M.Cascais	7 358.72	7 358.72	4 783.17
1.4	1.4/170	Formação para o Desenvolvimento	STAL	344 683.35	344 683.35	224 044.18
2.4	2.4/001	Formação e Empregabilidade	Centro de Estudos de Turismo e Cultura	815 024.13	815 024.13	489 014.48
2.4	2.4/002	Formação e Empregabilidade	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	263 434.84	263 434.84	158 060.90
2.4	2.4/006.1	Formação e Empregabilidade	NERSANT NÚCLEO EMPRES. REG. SANTARÉM ASSOCIAÇÃO	760 478.03	760 478.03	456 286.82
3.1	3.1/1/001	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Tomar	1 409 802.38	1 409 802.38	881 126.49
3.1	3.1/1/002	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Setúbal	1 424 974.61	1 424 974.61	890 609.13
3.1	3.1/1/003	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	1 264 494.80	1 264 494.80	790 309.25
3.1	3.1/1/004	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Santarém	2 055 837.26	2 055 837.26	1 284 898.29
3.1	3.1/1/005	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional do Seixal	1 743 045.62	1 743 045.62	1 089 403.51
3.1	3.1/1/006	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	474 545.54	474 545.54	296 590.96
3.1	3.1/1/007	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Alverca	1 071 872.13	1 071 872.13	669 920.08
3.1	3.1/1/008	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	19 111 729.31	19 111 729.31	11 944 830.82
3.1	3.1/1/009	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	480 305.94	480 305.94	300 191.21
3.1	3.1/1/010	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	461 841.70	461 841.70	288 651.06
3.1	3.1/1/011	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	83 060.88	83 060.88	51 913.05

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.1	3.1/1/012	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	132 358.99	132 358.99	82 724.37
3.1	3.1/1/013	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	259 798.94	259 798.94	162 374.34
3.1	3.1/1/014	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	740 684.14	740 684.14	462 927.59
3.1	3.1/1/015	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	454 647.38	454 647.38	284 154.61
3.1	3.1/1/016	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFUTUR	3 334 433.10	3 334 433.10	2 084 020.69
3.1	3.1/1/017	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Tomar	2 571 502.67	2 571 502.67	1 607 189.17
3.1	3.1/1/018	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Setúbal	1 700 141.62	1 700 141.62	1 062 588.51
3.1	3.1/1/019	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	1 390 665.42	1 390 665.42	869 165.89
3.1	3.1/1/020	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Santarém	2 224 867.94	2 224 867.94	1 390 542.46
3.1	3.1/1/021	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional do Seixal	1 944 903.49	1 944 903.49	1 215 564.68
3.1	3.1/1/022	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	588 334.38	588 334.38	367 708.99
3.1	3.1/1/023	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	C.F.P. de Lisboa Sect.Terciário	465 574.11	465 574.11	290 983.82
3.1	3.1/1/024	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional de Alverca	1 476 246.18	1 476 246.18	922 653.86
3.1	3.1/1/025	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	10 544 943.52	10 544 943.52	6 590 589.70
3.1	3.1/1/026	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	711 151.63	711 151.63	444 469.77
3.1	3.1/1/027	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	747 333.31	747 333.31	467 083.32
3.1	3.1/1/028	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	84 938.78	84 938.78	53 086.74
3.1	3.1/1/029	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	161 589.90	161 589.90	100 993.69
3.1	3.1/1/030	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	114 685.18	114 685.18	71 678.24
3.1	3.1/1/031	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	283 929.63	283 929.63	177 456.02
3.1	3.1/1/032	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	897 596.78	897 596.78	560 997.99
3.1	3.1/1/033	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	4 695 648.48	4 695 648.48	2 934 780.30
3.1	3.1/1/034	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	519 619.94	519 619.94	324 762.46
3.1	3.1/1/035	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFUTUR	3 753 377.05	3 753 377.05	2 345 860.66
3.1	3.1/1/036	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	309 304.48	309 304.48	193 315.30
3.1	3.1/1/037	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	10 692 337.36	10 692 337.36	6 682 710.85
3.1	3.1/1/038	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	869 479.01	869 479.01	543 424.38

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.1	3.1/1/039	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	850 000.00	850 000.00	531 250.00
3.1	3.1/1/040	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	167 288.90	167 288.90	104 555.56
3.1	3.1/1/041	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	720 738.99	720 738.99	450 461.87
3.1	3.1/1/042	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	3 472 534.00	3 472 534.00	2 170 333.75
3.1	3.1/1/043	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIC	1 398 579.39	1 398 579.39	874 112.12
3.1	3.1/1/044	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	782 806.00	782 806.00	489 253.75
3.1	3.1/1/045	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	281 515.28	281 515.28	175 947.05
3.1	3.1/1/046	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	764 338.14	764 338.14	477 711.34
3.1	3.1/1/047	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFTUR	3 914 600.19	3 914 600.19	2 446 625.12
3.1	3.1/1/048	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	27 539 990.29	27 539 990.29	17 212 493.93
3.1	3.1/1/049	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	570 416.98	570 416.98	356 510.61
3.1	3.1/1/050	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	944 908.26	944 908.26	590 567.66
3.1	3.1/1/051	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	387 001.01	387 001.01	241 875.63
3.1	3.1/1/052	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	337 608.00	337 608.00	211 005.00
3.1	3.1/1/053	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	164 780.00	164 780.00	102 987.50
3.1	3.1/1/054	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	991 000.00	991 000.00	619 375.00
3.1	3.1/1/055	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	765 770.18	765 770.18	478 606.36
3.1	3.1/1/056	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIC	1 217 179.01	1 217 179.01	760 736.88
3.1	3.1/1/057	Formação Profissional com Certificação Profissional e Escolar	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	3 587 276.00	3 587 276.00	2 242 047.50
3.1	3.1/1/290	Formação Profissional Contínua	EPAR - DESENVOLVIMENTO, ENSINO, FORMAÇÃO E	240 735.70	240 735.70	150 459.81
3.1	3.1/2/002	Formação Inicial para a Qualificação Profissional	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E	116 833.42	116 833.42	73 020.89
3.2	3.2/1/001	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Tomar	52 822.70	52 822.70	33 014.19
3.2	3.2/1/002	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	15 095.12	15 095.12	9 434.45
3.2	3.2/1/003	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	5 630.43	5 630.43	3 519.02
3.2	3.2/1/004	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Santarém	13 352.03	13 352.03	8 345.02
3.2	3.2/1/005	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	29 255.55	29 255.55	18 284.72

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/006	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	10 186.66	10 186.66	6 366.66
3.2	3.2/1/007	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect.Terciário	41 101.90	41 101.90	25 688.69
3.2	3.2/1/008	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect.Terciário	1 077.65	1 077.65	673.53
3.2	3.2/1/009	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Alverca	37 878.69	37 878.69	23 674.18
3.2	3.2/1/010	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	6 669.55	6 669.55	4 168.47
3.2	3.2/1/011	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	180 344.06	180 344.06	112 715.04
3.2	3.2/1/012	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	142 138.88	142 138.88	88 836.80
3.2	3.2/1/013	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	10 096.70	10 096.70	6 310.44
3.2	3.2/1/014	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	222 460.80	222 460.80	139 038.00
3.2	3.2/1/015	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	55 814.05	55 814.05	34 883.78
3.2	3.2/1/016	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	220 005.79	220 005.79	137 503.62
3.2	3.2/1/017	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	536 734.67	536 734.67	335 459.17
3.2	3.2/1/018	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dosTrabalhadores de Escritório,	1 211.38	1 211.38	757.11
3.2	3.2/1/019	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dosTrabalhadores de Escritório,	787 966.53	787 966.53	492 479.08
3.2	3.2/1/020	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel -	87 876.50	87 876.50	54 922.81
3.2	3.2/1/021	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	204 118.08	204 118.08	127 573.80
3.2	3.2/1/022	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	692 576.21	692 576.21	432 860.13
3.2	3.2/1/023	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	129 679.97	129 679.97	81 049.98
3.2	3.2/1/024	Formação Profissional Contínua	CEFOSAP	287 936.94	287 936.94	179 960.59
3.2	3.2/1/025	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	234 731.86	234 731.86	146 707.41
3.2	3.2/1/026	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	236 012.21	236 012.21	147 507.63
3.2	3.2/1/027	Formação Profissional Contínua	Município de Sintra	96 579.55	96 579.55	60 362.22
3.2	3.2/1/028	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PORTUGUESA RÁDIO MARCONI	104 475.38	47 290.46	29 556.54
3.2	3.2/1/029	Formação Profissional Contínua	ATLANTIS - CRISTAIS DE ALCOBAÇA, SA	505 931.48	354 914.52	221 821.57
3.2	3.2/1/031	Formação Profissional Contínua	Instituto da Soldadura e da Qualidade	566 590.02	566 590.02	354 118.76
3.2	3.2/1/031.1	Formação Profissional Contínua	Instituto da Soldadura e da Qualidade	242 975.26	242 975.26	151 859.53
3.2	3.2/1/031.2	Formação Profissional Contínua	Instituto da Soldadura e da Qualidade	163 318.52	163 318.52	102 074.07

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/032	Formação Profissional Contínua	GESTNAVE- PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	586 124.39	247 358.62	154 599.13
3.2	3.2/1/033	Formação Profissional Contínua	SOC.INSTR. BENEFICIÊNCIA A VOZ DO OPERÁRIO	70 643.95	37 112.33	23 195.21
3.2	3.2/1/034	Formação Profissional Contínua	SOTÉCNICA - SOC. ELECTROTÉCNICA, SA	71 282.92	24 324.85	15 203.03
3.2	3.2/1/035	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	1 339 794.14	252 608.95	157 880.59
3.2	3.2/1/036	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	231 943.34	231 943.34	144 964.59
3.2	3.2/1/037	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	307 617.58	307 617.58	192 260.99
3.2	3.2/1/038	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA	311 585.73	311 585.73	194 741.08
3.2	3.2/1/039	Formação Profissional Contínua	COOP.HAB.CON.ECON.BEM VINDA LIBERDADE, CRL	54 468.74	54 468.74	34 042.95
3.2	3.2/1/041	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	418 396.01	173 585.85	108 491.16
3.2	3.2/1/042	Formação Profissional Contínua	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	270 760.07	250 155.23	156 347.02
3.2	3.2/1/043	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA	339 525.00	339 525.00	212 203.12
3.2	3.2/1/044	Formação Profissional Contínua	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	71 702.19	71 702.19	44 813.87
3.2	3.2/1/045	Formação Profissional Contínua	DATINFOR - INFORMÁTICA, SERV. E ESTUDOS, LDA	100 093.48	56 222.21	35 138.88
3.2	3.2/1/046	Formação Profissional Contínua	ACITOFEBA-ASS.C.I.CONC.TOMAR, F.ZÊZERE E V.N.	63 431.66	63 431.66	39 644.79
3.2	3.2/1/047	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DO COMÉRCIO, IND. E SERV. CONC. MAFRA	122 427.46	122 427.46	76 517.16
3.2	3.2/1/048	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCELHO CASCAIS	142 584.25	142 584.25	89 115.15
3.2	3.2/1/049	Formação Profissional Contínua	SATAE-SIND.AGENTES TÉCN.ARQ. E ENGENHARIA	67 992.38	67 992.38	42 495.24
3.2	3.2/1/050	Formação Profissional Contínua	APAVT - ASSOC.PORT.AGÊNCIAS VIAGENS TURISMO	210 316.21	210 316.21	131 447.62
3.2	3.2/1/051	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL	255 569.74	255 569.74	159 731.07
3.2	3.2/1/052	Formação Profissional Contínua	ASSOC.PORTUGUESA DE PERITOS CONTABILISTAS	178 754.70	178 754.70	111 721.69
3.2	3.2/1/053	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO ITALIANA EM PORTUGAL	78 692.85	78 692.85	49 183.03
3.2	3.2/1/054	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO E INDUSTRIA LUSO-ALEMÃ	153 638.36	153 638.36	96 023.97
3.2	3.2/1/055	Formação Profissional Contínua	ACCRO- ASS.COM.CONC.CALDAS RAINHA E ÓBIDOS	45 374.78	45 374.78	28 359.23
3.2	3.2/1/056	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENICHE	192 586.56	192 586.56	120 366.60
3.2	3.2/1/057	Formação Profissional Contínua	CCP - CONFED. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL	524 485.34	475 895.28	297 434.55
3.2	3.2/1/058	Formação Profissional Contínua	ANTRAM- ASSOC. NAC. DE TRANSPORT. PÚBLICOS	268 143.77	268 143.77	167 589.86
3.2	3.2/1/059	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL IND. DO CONCELHO DE SINTRA	170 834.92	170 834.92	106 771.82

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/060	Formação Profissional Contínua	ACISO -ASSOC. COM., IND. SERV. CONC. DE OUREM	39 683.78	39 683.78	24 802.36
3.2	3.2/1/061	Formação Profissional Contínua	SETACOOOP-SIND.E.,TÉCN.A.CONST.CIVIL P E AFINS	186 450.66	186 450.66	116 531.66
3.2	3.2/1/062	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL CONCELHOS OEIRAS AMADORA	156 029.09	156 029.09	97 518.17
3.2	3.2/1/063	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTARÉM	143 079.18	143 079.18	89 424.49
3.2	3.2/1/065	Formação Profissional Contínua	SINFA - SIND. NAC. FERROVIÁRIOS E AFINS	65 945.30	65 945.30	41 215.81
3.2	3.2/1/066	Formação Profissional Contínua	ASSOC. EMPRESARIAL CONC. RIO MAIOR - AECRM	264 384.01	264 384.01	165 240.01
3.2	3.2/1/067	Formação Profissional Contínua	CARITAS DIOCESANA DE SETÚBAL	56 705.63	56 705.63	35 441.02
3.2	3.2/1/068	Formação Profissional Contínua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	1 684 424.35	1 684 424.35	1 052 765.20
3.2	3.2/1/069	Formação Profissional Contínua	UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	287 357.68	287 357.68	179 598.55
3.2	3.2/1/070	Formação Profissional Contínua	CME - CONSTR. E MANUT. ELECTROMECAÂNICA, SA	60 284.32	60 284.32	37 677.70
3.2	3.2/1/071	Formação Profissional Contínua	F. ROLIN - ENG.ª E CONSULT.INDUSTRIAL, SA	52 337.50	52 337.50	32 710.94
3.2	3.2/1/072	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFTUR	1 484 969.68	1 484 969.68	928 106.05
3.2	3.2/1/073	Formação Profissional Contínua	INSCOOP-INST.ANTº SÉRGIO SECT. COOPERATIVO	85 493.09	85 493.09	53 433.18
3.2	3.2/1/074	Formação Profissional Contínua	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP. EST. ECONÓMICOS	1 760 821.44	1 760 821.44	1 100 513.39
3.2	3.2/1/075	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST.FORM.BANCÁRIA	454 405.81	454 405.81	284 003.63
3.2	3.2/1/076	Formação Profissional Contínua	MCAV-METALÚRGICA CENTRAL ALHOS VEDROS, LDA	50 699.01	50 699.01	31 686.88
3.2	3.2/1/077	Formação Profissional Contínua	CARRISTUR-INOV. TRANSP.URB. REG.SOC.UNIP., LDA	180 373.30	180 373.30	112 733.31
3.2	3.2/1/078	Formação Profissional Contínua	AIRO - ASSOC. IND. DA REGIÃO DO OESTE	133 786.19	133 786.19	83 616.37
3.2	3.2/1/079	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	21 643.84	21 643.84	13 527.40
3.2	3.2/1/080	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	54 256.90	37 616.22	23 510.14
3.2	3.2/1/081	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CRISTO REI DE ALGÉS	9 232.45	9 232.45	5 770.28
3.2	3.2/1/082	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	226 053.28	226 053.28	141 283.30
3.2	3.2/1/083	Formação Profissional Contínua	CEISET- CENTRO EMPRESAS INOV. DE SETÚBAL	125 641.04	125 641.04	78 525.65
3.2	3.2/1/084	Formação Profissional Contínua	EL CORTE INGLÊS - GRANDES ARMAZÉNS, SA	708 353.30	380 570.61	237 856.63
3.2	3.2/1/085	Formação Profissional Contínua	LIMPARAÍSO- SOC.HIG., LIMPEZA E CONSERV., LDA	92 122.81	82 328.91	51 455.57
3.2	3.2/1/086	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	149 897.95	149 897.95	93 686.22
3.2	3.2/1/087	Formação Profissional Contínua	PORTUGÁLIA-COMP.PORT.TRANSPORTES AÉREOS, SA	156 364.37	95 255.15	59 534.47

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/088	Formação Profissional Contínua	INDE- ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	37 181.65	37 181.65	23 238.53
3.2	3.2/1/089	Formação Profissional Contínua	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	69 757.14	69 757.14	43 598.21
3.2	3.2/1/090	Formação Profissional Contínua	EUROSET- SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS, LDA	162 732.50	162 732.50	101 707.81
3.2	3.2/1/091	Formação Profissional Contínua	M&P - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	46 726.70	46 726.70	29 204.19
3.2	3.2/1/092	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	145 901.84	145 901.84	91 188.65
3.2	3.2/1/093	Formação Profissional Contínua	MÉTODO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO, LDA	90 520.40	90 520.40	56 575.25
3.2	3.2/1/094	Formação Profissional Contínua	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE	193 544.77	193 544.77	120 965.48
3.2	3.2/1/095	Formação Profissional Contínua	NERSANT NÚCLEO EMPRES. REG. SANTARÉM ASSOCIAÇÃO	542 541.57	542 541.57	339 088.48
3.2	3.2/1/096	Formação Profissional Contínua	AERSET- ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE SETÚBAL	604 803.23	604 803.23	378 002.02
3.2	3.2/1/097	Formação Profissional Contínua	NERLEI -ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE LEIRIA	62 363.14	62 363.14	38 976.96
3.2	3.2/1/098	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	66 449.90	66 449.90	41 531.19
3.2	3.2/1/099	Formação Profissional Contínua	COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, CRL	177 699.33	177 699.33	111 062.08
3.2	3.2/1/100	Formação Profissional Contínua	FORUM DANÇA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	191 010.21	191 010.21	119 381.38
3.2	3.2/1/1000	Formação Profissional Contínua	ASSOC. P/A ENSINO BENTO DE JESUS CARAÇA	297 825.76	297 825.76	186 141.08
3.2	3.2/1/1001	Formação Profissional Contínua	Escola Nacional de Bombeiros	371 087.64	371 087.64	231 929.77
3.2	3.2/1/1002	Formação Profissional Contínua	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	56 518.49	56 518.49	35 324.04
3.2	3.2/1/1003	Formação Profissional Contínua	GESTICOOPFOR- Formação Profissional, CRL	81 353.57	81 353.57	50 845.97
3.2	3.2/1/1004	Formação Profissional Contínua	Sindicato Nacional dos Trab. Telecomunicações e Audiovisual	37 923.61	37 923.61	23 702.26
3.2	3.2/1/1005	Formação Profissional Contínua	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	37 757.23	37 757.23	23 598.27
3.2	3.2/1/1006	Formação Profissional Contínua	ASFAC - Assoc. Soc.Financeiras p/a Aquisições a Crédito	67 260.77	67 260.77	42 037.97
3.2	3.2/1/1007	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. MAQUINISTAS C. FERRO PORTUGUESES	78 171.63	78 171.63	48 857.26
3.2	3.2/1/1008	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	53 459.74	47 718.16	29 823.85
3.2	3.2/1/1009	Formação Profissional Contínua	CCRLVT	130 766.14	80 809.48	50 505.93
3.2	3.2/1/101	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	252 391.09	252 391.09	157 744.43
3.2	3.2/1/1010	Formação Profissional Contínua	OS FRANCISQUINHOS-ASS.PAIS AMIGOS DAS CR.HOSP.S.F.	365 092.56	365 092.56	228 182.85
3.2	3.2/1/1011	Formação Profissional Contínua	IRMANADORA - Cooperativa de Habitação e Construção CRL	250 986.76	250 986.76	156 866.71
3.2	3.2/1/1012	Formação Profissional Contínua	Escola Secundária Poeta Joaquim Serra - Montijo	262 103.17	262 103.17	163 814.48

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1013	Formação Profissional Contínua	MARTOLI GEST- FORM., GESTÃO E CONSULT., LDA	58 334.79	58 334.79	36 459.24
3.2	3.2/1/1014	Formação Profissional Contínua	Sistemas McDonald's Portugal, Lda	126 526.16	84 200.22	52 625.14
3.2	3.2/1/1015	Formação Profissional Contínua	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	107 219.60	107 219.60	67 012.25
3.2	3.2/1/1016	Formação Profissional Contínua	SOCIGESTE - Serviços, Industria e Comércio de Refeições, Lda	52 779.34	29 433.79	18 396.12
3.2	3.2/1/1017	Formação Profissional Contínua	FISIPE - Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.	28 136.00	13 146.09	8 216.31
3.2	3.2/1/1018	Formação Profissional Contínua	IAC - Instituto de Artes e Ciências	56 123.74	56 123.74	35 077.34
3.2	3.2/1/1019	Formação Profissional Contínua	Instituto Superior de Agronomia	149 481.34	83 343.98	52 089.99
3.2	3.2/1/102	Formação Profissional Contínua	PROSALIS - PROJECTO DE SAÚDE EM LISBOA	13 521.17	13 521.17	8 450.73
3.2	3.2/1/1020	Formação Profissional Contínua	INST. PORT. ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL - CENTRO	306 457.68	273 084.44	170 677.78
3.2	3.2/1/1021	Formação Profissional Contínua	INST. PORT. ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL - CENTRO	75 592.87	68 759.27	42 974.55
3.2	3.2/1/1022	Formação Profissional Contínua	SINDICATO DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS SAÚDE	62 988.93	62 988.93	39 368.08
3.2	3.2/1/1023	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL Nª Sª DO ROSÁRIO - BARREIRO AS	323 236.31	201 821.18	126 138.24
3.2	3.2/1/1026	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL-FORM.CON.SERV.HOTEL., LDA	77 998.79	77 998.79	48 749.24
3.2	3.2/1/1027	Formação Profissional Contínua	COLOMER PORTUGAL - Produtos Cosméticos e Profissionais,	16 026.50	10 670.45	6 669.03
3.2	3.2/1/1028	Formação Profissional contínua	TELGRAM - Sociedade Hoteleira do Campo Grande, Lda	21 730.04	21 730.04	13 581.27
3.2	3.2/1/1029	Formação Profissional Contínua	VISTEON PORTUGUESA, LDT	62 018.58	26 147.04	16 341.90
3.2	3.2/1/103	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	24 760.02	24 760.02	15 475.01
3.2	3.2/1/1030	Formação Profissional Contínua	MAGENSINUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	107 074.38	107 074.38	66 921.48
3.2	3.2/1/1031	Formação Profissional Contínua	ADP - Adubos de Portugal S. A	47 896.48	43 106.83	26 941.77
3.2	3.2/1/1032	Formação Profissional Contínua	CENTRO DE OCUPAÇÃO INFANTIL	71 264.21	64 464.62	40 290.39
3.2	3.2/1/1033	Formação Profissional Contínua	FULCRO - SISTEMAS DE INF. E GESTÃO, LDA	28 904.28	28 904.28	18 065.17
3.2	3.2/1/1034	Formação Profissional Contínua	SOPONATA - SOC.PORT. DE NAVIOS TANQUES, SA	76 869.05	38 751.15	24 219.47
3.2	3.2/1/1035	Formação Profissional Contínua	CEUL - Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, CRL	68 192.66	68 192.66	42 620.41
3.2	3.2/1/1036	Formação Profissional Contínua	BIOGAIA - Consultoria e Investigação em Ambiente, Lda	26 495.66	26 495.66	16 559.78
3.2	3.2/1/1037	Formação Profissional Contínua	IPF - INSTITUTO PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, LDA	81 836.92	81 836.92	51 148.07
3.2	3.2/1/1038	Formação Profissional Contínua	TIME TO TRAIN - Formação Profissional, Lda	45 662.67	45 662.67	28 539.17
3.2	3.2/1/1039	Formação Profissional Contínua	DECOECO - Projectos Ambientais, Lda	12 507.98	12 507.98	7 817.48

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/104	Formação Profissional Contínua	ESTORIL SOL HOTÉIS II -ACTIV. HOTELEIRAS, SA	51 392.02	32 373.70	20 233.57
3.2	3.2/1/1040	Formação Profissional Contínua	Santa Casa da Misericórdia de Oeiras	28 539.20	28 539.20	17 837.00
3.2	3.2/1/1042	Formação Profissional Contínua	ESQUADRIA - Transformação de Madeiras do Mucifal, SA	21 045.64	12 896.01	8 060.00
3.2	3.2/1/1043	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AEROCONDOR, LDA	117 012.46	117 012.46	73 132.79
3.2	3.2/1/1044	Formação Profissional Contínua	SOPOL -SOC.GERAL CONSTRUÇÕES OBRAS PÚBLICAS	67 456.94	23 387.18	14 616.99
3.2	3.2/1/1045	Formação Profissional Contínua	VICAIMA - Centro Comercial de Materiais, SA	11 099.24	6 465.69	4 041.06
3.2	3.2/1/1046	Formação Profissional Contínua	Móveis S. Luis, Lda	23 387.66	23 387.66	14 617.28
3.2	3.2/1/1047	Formação Profissional Contínua	MESTRE - Formação e Consultadoria, Lda	33 648.54	33 648.54	21 030.34
3.2	3.2/1/1048	Formação Profissional Contínua	POSTEXPRESSO - Correio da Cidade, Lda	22 703.81	14 640.18	9 150.11
3.2	3.2/1/1049	Formação Profissional Contínua	ASS. COMERC. CARNES DISTRITO DE SANTARÉM	61 970.65	61 970.65	38 731.64
3.2	3.2/1/105	Formação Profissional Contínua	ATT-ASSOC.TRATAMENTO TOXICO-DEPENDÊNCIAS	5 367.52	5 367.52	3 354.70
3.2	3.2/1/1050	Formação Profissional Contínua	ROMAINVESTE - Investimentos Turísticos, SA	39 091.79	16 370.97	10 231.86
3.2	3.2/1/1051	Formação Profissional Contínua	MEGAEXPANSÃO - Ensino Formação Prof. Novas Tecnologias,	99 986.61	99 986.61	62 491.63
3.2	3.2/1/1052	Formação Profissional Contínua	SGHD - SOC.GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	37 422.19	10 332.27	6 457.67
3.2	3.2/1/1053	Formação Profissional Contínua	LINGUACULTURA - Instituto de Linguas e Santarém, Lda	78 349.22	78 349.22	48 968.26
3.2	3.2/1/1054	Formação Profissional Contínua	HEMOPORTUGAL- SOC.MAT. APOIO DIÁLISE, LDA	74 330.05	70 654.46	44 159.04
3.2	3.2/1/1055	Formação Profissional Contínua	VALBOPAN - Fibras de Madeira, SA	15 614.32	15 614.32	9 758.95
3.2	3.2/1/1056	Formação Profissional Contínua	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTÃO, LDA	18 433.02	18 433.02	11 520.63
3.2	3.2/1/1057	Formação Profissional Contínua	CIBER XXI- OCUP.TEMPOS LIVRES,SERV.INFRM., LDA	17 140.02	17 140.02	10 712.51
3.2	3.2/1/1058	Formação Profissional Contínua	I.P.E. - Investimento e Participações Empresariais, SA	24 413.41	19 666.16	12 291.35
3.2	3.2/1/1059	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO ITALIANA EM PORTUGAL	117 327.73	117 327.73	73 329.83
3.2	3.2/1/106	Formação Profissional Contínua	SEMM - SIND.ENGENHEIROS MARINHA MERCANTE	125 803.66	125 803.66	78 627.29
3.2	3.2/1/1060	Formação profissional Contínua	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA,	82 694.70	82 694.70	51 684.18
3.2	3.2/1/1061	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	17 555.89	17 555.89	10 972.43
3.2	3.2/1/1063	Formação Profissional Contínua	HOTEIS SHERATON DE PORTUGAL, SA	29 882.32	15 836.00	9 897.50
3.2	3.2/1/1064	Formação Profissional Contínua	CONTINENTAL MABOR - Industria de Pneus, SA	89 825.28	43 317.79	27 073.62
3.2	3.2/1/1065	Formação Profissional Contínua	LOGIC - Logística Integrada, SA	92 400.88	46 644.49	29 152.81

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1066	Formação Profissional Contínua	MÉTODO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO, LDA	28 707.98	28 707.98	17 942.48
3.2	3.2/1/1067	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL-FORM.CON.S.PROJ.SERV.HOTEL.,LDA	63 809.04	63 809.04	39 880.65
3.2	3.2/1/1068	Formação Profissional Contínua	CONSTRUTORA DO TAMEGA, SA	102 556.37	21 870.80	13 669.25
3.2	3.2/1/1069	Formação Profissional Contínua	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	58 003.18	58 003.18	36 251.98
3.2	3.2/1/107	Formação Profissional Contínua	ACISMA-ASS.COM.IND.SERV.MUNICÍPIO AZAMBUJA	202 930.84	202 930.84	126 831.76
3.2	3.2/1/1070	Formação Profissional Contínua	ASS. COM.LISBOA- CAMARA COM.IND. PORTUGUESA	22 502.20	22 502.20	14 063.86
3.2	3.2/1/1071	Formação Profissional Contínua	GOMÁ - CAMPS PORTUGAL - Fabricante de Papel, Lda	109 745.64	72 941.34	45 588.34
3.2	3.2/1/1072	Formação Profissional Contínua	TIME TO TRAIN - Formação Profissional, Lda	42 613.58	42 613.58	26 633.49
3.2	3.2/1/1073	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	62 262.13	33 433.64	20 896.03
3.2	3.2/1/1074	Formação Profissional Contínua	IEP - Instituto das Estradas de Portugal	106 984.27	106 984.27	66 865.17
3.2	3.2/1/1075	Formação Profissional Contínua	IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas	120 326.91	120 326.91	75 204.32
3.2	3.2/1/1076	Formação Profissional Contínua	Escola Secundária Lima de Freitas	199 387.44	199 387.44	124 617.15
3.2	3.2/1/1077	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL INSTALAÇÕES E EQUIP. DE SAÚDE	42 455.08	18 111.36	11 319.60
3.2	3.2/1/1078	Formação Profissional Contínua	IFADAP - INST.FIN. APOIO DESENV.AGRIC.PESCAS	41 284.66	19 253.45	12 033.41
3.2	3.2/1/1079	Formação Profissional Contínua	Secretaria Geral do Ministério da Ciência e Ensino Superior	81 735.32	48 234.75	30 146.72
3.2	3.2/1/108	Formação Profissional Contínua	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E	347 229.18	347 229.18	217 018.24
3.2	3.2/1/1080	Formação Profissional Contínua	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	20 523.25	11 269.73	7 043.58
3.2	3.2/1/1081	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO	281 338.09	157 100.67	98 187.92
3.2	3.2/1/1082	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ, SA	8 136.77	8 136.77	5 085.48
3.2	3.2/1/1083	Formação Profissional Contínua	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTÃO, LDA	13 166.48	13 166.48	8 229.04
3.2	3.2/1/1084	Formação Profissional Contínua	Escola Secundária de Pinhal Novo	192 178.78	192 178.78	120 111.74
3.2	3.2/1/1086	Formação Profissional Contínua	Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa	42 921.46	38 501.87	24 063.67
3.2	3.2/1/1087	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO ITALIANA EM PORTUGAL	51 502.86	51 502.86	32 189.29
3.2	3.2/1/1088	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ, SA	33 334.64	33 334.64	20 834.15
3.2	3.2/1/1089	Formação Profissional Contínua	ARIA -ASSOC. REAB. INTEGRAÇÃO AJUDA E OEIRAS	5 758.13	5 758.13	3 598.83
3.2	3.2/1/109	Formação Profissional Contínua	ARIA -ASSOC. REAB. INTEGRAÇÃO AJUDA E OEIRAS	24 619.87	24 619.87	15 387.42
3.2	3.2/1/1090	Formação Profissional Contínua	SGHD - SOC.GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	18 040.13	6 967.10	4 354.44

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1091	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE CURRY CABRAL	335 553.80	210 206.52	131 379.08
3.2	3.2/1/1092	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL AMADORA SINTRA - SOCIEDADE GESTORA,SA	270 211.33	219 669.99	137 293.74
3.2	3.2/1/1098	Formação Profissional Contínua	Ivone Pereira Ferreira da Costa Santos	84 423.46	84 423.46	52 764.65
3.2	3.2/1/1099	Formação Profissional Contínua	SISE - SINDICATO INDEP. SECTOR ENERGÉTICO	85 565.46	85 565.46	53 478.41
3.2	3.2/1/110	Formação Profissional Contínua	AERLIS - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA	579 249.90	579 249.90	362 031.18
3.2	3.2/1/1100	Formação Profissional Contínua	CEPSA PORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A	160 860.97	104 500.31	65 312.69
3.2	3.2/1/1101	Formação Profissional Contínua	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	96 386.95	96 386.95	60 241.84
3.2	3.2/1/1103	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA AS	296 887.05	219 369.84	137 106.16
3.2	3.2/1/1104	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA AS	101 760.38	65 606.97	41 004.36
3.2	3.2/1/1105	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE PESCA E DA MARINHA DE COMÉRCIO	45 675.94	45 675.94	28 547.46
3.2	3.2/1/1106	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE PESCA E DA MARINHA DE COMÉRCIO	64 019.81	64 019.81	40 012.38
3.2	3.2/1/1107	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	15 906.22	15 906.22	9 941.39
3.2	3.2/1/1108	Formação Profissional Contínua	GESTNAVE- PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	84 903.13	34 903.33	21 814.58
3.2	3.2/1/1109	Formação Profissional Contínua	SUPEREMPREGO - Sistemas Inform. Gestão Recursos Humanos,	34 549.90	34 549.90	21 593.69
3.2	3.2/1/111	Formação Profissional Contínua	ISD - INFORM., SISTEMAS E DESENVOLV., SA	220 833.01	220 833.01	138 020.63
3.2	3.2/1/112	Formação Profissional Contínua	EFG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISC. E GESTÃO, LDA	158 723.34	158 723.34	99 202.09
3.2	3.2/1/114	Formação Profissional Contínua	OESTECONSULT- CONSULT. DE GESTÃO, LDA	456 816.25	456 816.25	285 510.15
3.2	3.2/1/115	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERC. SERV. INDUSTRIAL DE ALCOBAÇA	304 415.88	304 415.88	190 259.91
3.2	3.2/1/116	Formação Profissional Contínua	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	173 248.46	173 248.46	108 280.29
3.2	3.2/1/1162	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	146 602.00	146 602.00	91 626.25
3.2	3.2/1/1163	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	257 614.56	257 614.56	161 009.10
3.2	3.2/1/1164	Formação Profissional Contínua	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	114 144.26	114 144.26	71 340.16
3.2	3.2/1/1165	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	17 543.62	17 004.93	10 628.08
3.2	3.2/1/1166	Formação Profissional Contínua	C.I.Q.- CENTRO INFORMÁTICO DA QUINTA, LDA	21 033.31	21 033.31	13 145.81
3.2	3.2/1/1167	Formação Profissional Contínua	C.I.Q.- CENTRO INFORMÁTICO DA QUINTA, LDA	10 181.11	10 181.11	6 363.19
3.2	3.2/1/1168	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	10 813.43	10 440.29	6 525.18
3.2	3.2/1/1169	Formação Profissional Contínua	Frans Maas Logística Palmela - Serviços de Transporte e logístic...	74 020.84	26 647.50	16 654.69

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/117	Formação Profissional Contínua	IFQ - INSTITUTO DE FORMAÇÃO QUADROS, LDA	148 518.29	148 518.29	92 823.93
3.2	3.2/1/118	Formação Profissional Contínua	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	61 086.13	61 086.13	38 178.83
3.2	3.2/1/119	Formação Profissional Contínua	DELTAFOR PORTUGUESA-CONS. FORM. INFORM, LDA	166 602.78	166 602.78	104 126.74
3.2	3.2/1/120	Formação Profissional Contínua	GABINAE- GABINETE APOIO AO EMPRESÁRIO, LDA	203 675.28	203 675.28	127 297.05
3.2	3.2/1/121	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	323 919.36	323 919.36	202 449.60
3.2	3.2/1/122	Formação Profissional Contínua	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	164 941.49	164 941.49	103 088.43
3.2	3.2/1/123	Formação Profissional Contínua	ACISN - ASSOC. COM. IND. SERVIÇOS DA NAZARÉ	180 213.32	180 213.32	112 633.32
3.2	3.2/1/124	Formação Profissional Contínua	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA,	196 499.49	196 499.49	122 812.18
3.2	3.2/1/1247	Formação Profissional Contínua	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA,	139 224.81	139 224.81	87 015.51
3.2	3.2/1/1248	Formação Profissional Contínua	SECLA - SOCIEDADE DE EXPLORAÇÃO E CERÂMICA, SA	1 161 296.94	580 648.47	362 905.29
3.2	3.2/1/1249	Formação Profissional Contínua	FARIA & BENTO, LDA	728 568.35	485 231.19	303 269.49
3.2	3.2/1/125	Formação Profissional Contínua	APR- ASOC.PROFISSIONAIS DE RESTAURANTE	250 767.16	250 767.16	156 729.47
3.2	3.2/1/1250	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO MULHERES EMPRESÁRIAS EM PORTUGAL	178 414.78	178 414.78	111 509.24
3.2	3.2/1/1251	Formação Profissional Contínua	M&P - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	115 670.50	115 670.50	72 294.06
3.2	3.2/1/1252	Formação Profissional Contínua	M&P - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	53 602.94	53 602.94	33 501.84
3.2	3.2/1/1253	Formação Profissional Contínua	FUTURMIX - INOVAÇÃO E GESTÃO, LDA	60 332.56	60 332.56	37 707.84
3.2	3.2/1/1254	Formação Profissional Contínua	FUTURMIX - INOVAÇÃO E GESTÃO, LDA	32 177.40	32 177.40	20 110.86
3.2	3.2/1/1255	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PRÓPRIA - FORM. E CONSULT., LDA	140 223.66	140 223.66	87 639.79
3.2	3.2/1/1256	Formação Profissional Contínua	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	196 551.40	196 551.40	122 844.63
3.2	3.2/1/1257	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	62 257.87	62 257.87	38 911.17
3.2	3.2/1/1258	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE	683 453.93	287 127.71	179 454.82
3.2	3.2/1/1259	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTARÉM	280 868.14	280 868.14	175 542.58
3.2	3.2/1/126	Formação Profissional Contínua	CPPE - COMPª PORT. DE PROD. ELECTRICIDADE, SA	107 066.16	87 286.17	54 553.85
3.2	3.2/1/1260	Formação Profissional Contínua	APOTEC - ASS. PORTUGUESA DE TÉCNICOS	172 331.01	172 331.01	107 706.88
3.2	3.2/1/1261	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DO COMÉRCIO, IND. E SERV. CONC. MAFRA	222 355.26	222 355.26	138 972.04
3.2	3.2/1/1262	Formação Profissional Contínua	APAVT - ASSOC.PORT.AGÊNCIAS VIAGENS TURISMO	206 032.44	206 032.44	128 770.28
3.2	3.2/1/1263	Formação Profissional Contínua	FDTI- FUND.P/DIVULG.TECN. DE INFORMAÇÃO	59 273.00	23 245.19	14 528.24

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1264	Formação Profissional Contínua	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE	104 582.91	104 582.91	65 364.32
3.2	3.2/1/1265	Formação Profissional Contínua	RBV - CONSULTORES, LDA	52 175.81	52 175.81	32 609.88
3.2	3.2/1/1266	Formação Profissional Contínua	AERLIS - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA	1 078 361.77	1 078 361.77	673 976.11
3.2	3.2/1/1267	Formação Profissional Contínua	DIONÍSIO & MIGUEL - FORMAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	52 147.39	52 147.39	32 592.12
3.2	3.2/1/1268	Formação Profissional Contínua	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP. EST. ECONÓMICOS	780 100.90	780 100.90	487 563.06
3.2	3.2/1/1269	Formação Profissional Contínua	SETACOOPT-SIND.E., TÉCN.A.CONST.CIVIL P E AFINS	205 057.89	205 057.89	128 161.18
3.2	3.2/1/127	Formação Profissional Contínua	APIEE - ASSOC.PORT. DOS IND. DE ENG. ELÉCTRICA	39 454.29	39 454.29	24 658.93
3.2	3.2/1/1270	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE FORMAÇÃO PORTUGÁLIA	120 398.26	60 198.35	37 623.97
3.2	3.2/1/1271	Formação Profissional Contínua	GELPEIXE - ALIMENTOS CONGELADOS, S. ^a	53 031.45	15 650.51	9 781.57
3.2	3.2/1/1272	Formação Profissional Contínua	SOTÉCNICA - SOC. ELECTROTÉCNICA, SA	27 573.11	12 304.22	7 690.14
3.2	3.2/1/1273	Formação Profissional Contínua	ASS. INDUSTRIAIS E EXPORTADORES DE CORTIÇA	24 990.00	24 990.00	15 618.75
3.2	3.2/1/1274	Formação Profissional Contínua	ÁREA PEDAGÓGICA - CONSULT., REC. FORMAÇÃO, LDA	150 874.34	150 874.34	94 296.46
3.2	3.2/1/1275	Formação Profissional Contínua	JCDECAUX PORTUGAL - MOBILIÁRIO URBANO E	93 244.88	33 028.69	20 642.93
3.2	3.2/1/1276	Formação Profissional Contínua	P.M.G. - PSICOLOGIA E MULTIGESTÃO, LDA	90 571.20	90 571.20	56 607.00
3.2	3.2/1/1277	Formação Profissional Contínua	APME - Assoc. Portuguesa das Mulheres Empresárias	70 814.30	70 814.30	44 258.94
3.2	3.2/1/1278	Formação Profissional Contínua	APR- ASOC.PROFISSIONAIS DE RESTAURANTE	133 064.18	133 064.18	83 165.11
3.2	3.2/1/1279	Formação Profissional Contínua	NERSANT NÚCLEO EMPRES. REG. SANTARÉM ASSOCIAÇÃO	988 770.58	988 770.58	617 981.61
3.2	3.2/1/128	Formação Profissional Contínua	ACIST-ASSOC.COM.INST.SIST.TELECOMUNICAÇÕES	21 922.21	21 922.21	13 701.38
3.2	3.2/1/1280	Formação Profissional Contínua	FROUCO & HENRIQUES Associados, Lda	251 037.44	251 037.44	156 898.40
3.2	3.2/1/1281	Formação Profissional Contínua	ALSTOM POWER PORTUGAL, SA	1 286 552.10	328 402.19	205 251.37
3.2	3.2/1/1282	Formação Profissional Contínua	EURONADEL - INDÚSTRIA DE AGULHAS, LDA	86 662.81	40 103.61	25 064.76
3.2	3.2/1/1283	Formação Profissional Contínua	Instituto da Soldadura e da Qualidade	276 577.42	276 577.42	172 860.89
3.2	3.2/1/1284	Formação Profissional Contínua	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	138 262.38	138 262.38	86 413.99
3.2	3.2/1/1285	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	70 453.70	70 453.70	44 033.56
3.2	3.2/1/1286	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	60 775.57	60 775.57	37 984.73
3.2	3.2/1/1287	Formação Profissional Contínua	INST. INVESTIG. DESENV., COOP. E FORM. BENTO DE JESUS	157 522.65	157 522.65	98 451.66
3.2	3.2/1/1288	Formação Profissional Contínua	FORDIS- PORTUGAL- ASS. FORM. P/A DISTRIBUIÇÃO	54 429.47	54 429.47	34 018.42

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1289	Formação Profissional Continua	LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, SA	548 542.60	215 533.65	134 708.53
3.2	3.2/1/129	Formação Profissional Contínua	BRAVOTEL - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	197 867.09	197 867.09	123 666.93
3.2	3.2/1/1290	Formação Profissional Continua	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFTUR	44 812.54	44 812.54	28 007.84
3.2	3.2/1/1291	Formação Profissional Continua	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFTUR	539 785.57	539 785.57	337 365.98
3.2	3.2/1/1292	Formação Profissional Continua	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFTUR	40 494.53	40 494.53	25 309.08
3.2	3.2/1/1293	Formação Profissional Continua	METROPOLITANO DE LISBOA, EP	699 934.20	260 487.09	162 804.43
3.2	3.2/1/1294	Formação Profissional Continua	SCRIPTORIUM - CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA	61 884.91	61 884.91	38 678.07
3.2	3.2/1/1295	Formação Profissional Continua	SCRIPTORIUM - CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA	24 073.87	24 073.87	15 046.17
3.2	3.2/1/1296	Formação Profissional Continua	ITAU - INST. TÉCNICO ALIMENT. HUMANA	861 710.49	430 855.25	269 284.53
3.2	3.2/1/1297	Formação Profissional Continua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	213 288.32	213 288.32	133 305.20
3.2	3.2/1/1298	Formação Profissional Continua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	42 981.86	42 981.86	26 863.66
3.2	3.2/1/1299	Formação Profissional Continua	CÂMARA DE COMÉRCIO ITALIANA EM PORTUGAL	204 051.21	204 051.21	127 531.99
3.2	3.2/1/130	Formação Profissional Contínua	GASFOMENTO - SIST. E INSTALAÇÕES DE GÁS, SA	63 162.07	45 040.66	28 150.41
3.2	3.2/1/1300	Formação Profissional Continua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST.FORM.BANCÁRIA	370 826.16	370 826.16	231 766.35
3.2	3.2/1/1301	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST.FORM.BANCÁRIA	26 857.62	26 857.62	16 786.01
3.2	3.2/1/1302	Formação Profissional Continua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	573 886.24	286 943.12	179 339.45
3.2	3.2/1/1303	Formação Profissional Continua	IBERSOL - RESTAURAÇÃO, S.A	56 344.88	21 624.89	13 515.56
3.2	3.2/1/1304	Formação Profissional Continua	UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	312 489.34	312 489.34	195 305.84
3.2	3.2/1/1305	Formação Profissional Continua	CCP - CONFED. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL	984 041.18	984 041.18	615 025.74
3.2	3.2/1/1306	Formação Profissional Continua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	1 583 193.01	1 583 193.01	989 495.63
3.2	3.2/1/1307	Formação Profissional Continua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	77 982.02	54 588.02	34 117.51
3.2	3.2/1/1308	Formação Profissional Continua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	135 582.00	135 582.00	84 738.75
3.2	3.2/1/1309	Formação Profissional Continua	CDRH - CONSULTORES ASSOCIADOS, LDA	130 931.25	130 931.25	81 832.03
3.2	3.2/1/131	Formação Profissional Contínua	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA,LDA	51 701.71	51 701.71	32 313.57
3.2	3.2/1/1310	Formação Profissional Continua	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	1 373 581.98	1 373 581.98	858 488.74
3.2	3.2/1/1311	Formação Profissional Continua	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	739 157.04	739 157.04	461 973.15
3.2	3.2/1/1312	Formação Profissional Continua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	226 082.86	226 082.86	141 301.79

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1313	Formação Profissional Continua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	56 133.95	56 133.95	35 083.72
3.2	3.2/1/1314	Formação Profissional Continua	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	164 912.78	164 912.78	103 070.49
3.2	3.2/1/1315	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	241 188.00	241 188.00	150 742.50
3.2	3.2/1/1316	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	8 900.00	8 900.00	5 562.50
3.2	3.2/1/1317	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	207 981.01	207 981.01	129 988.13
3.2	3.2/1/1318	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	139 943.01	139 943.01	87 464.38
3.2	3.2/1/1319	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	50 203.01	50 203.01	31 376.88
3.2	3.2/1/132	Formação Profissional Contínua	GEBALIS - GEST.BAIRROS MUNICIPAIS LISBOA, EM	170 311.19	89 320.32	55 825.20
3.2	3.2/1/1320	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel -	211 208.00	211 208.00	132 005.00
3.2	3.2/1/1321	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	290 868.00	290 868.00	181 792.50
3.2	3.2/1/1322	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	897 113.01	897 113.01	560 695.63
3.2	3.2/1/1323	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	94 583.16	93 977.82	58 736.14
3.2	3.2/1/1324	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	101 000.00	101 000.00	63 125.00
3.2	3.2/1/1325	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	217 000.00	217 000.00	135 625.00
3.2	3.2/1/1326	Formação Profissional Continua	CINÁQUA	19 608.40	19 608.40	12 255.25
3.2	3.2/1/1327	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	1 413 933.01	1 413 933.01	883 708.13
3.2	3.2/1/1328	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	97 322.00	97 322.00	60 826.25
3.2	3.2/1/1329	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	179 197.01	179 197.01	111 998.13
3.2	3.2/1/133	Formação Profissional Contínua	RBV - CONSULTORES, LDA	42 056.14	42 056.14	26 285.09
3.2	3.2/1/1330	Formação Profissional Continua	CEFOSAP	459 873.01	459 873.01	287 420.63
3.2	3.2/1/1331	Formação Profissional Continua	CEFOSAP	74 537.01	74 537.01	46 585.63
3.2	3.2/1/1332	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	315 542.15	315 542.15	197 213.84
3.2	3.2/1/1333	Formação Profissional Continua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	40 899.58	40 899.58	25 562.24
3.2	3.2/1/1334	Formação Profissional Continua	CENFIC	536 585.01	536 585.01	335 365.63
3.2	3.2/1/1335	Formação Profissional Continua	CENFIC	14 606.00	14 606.00	9 128.75
3.2	3.2/1/1336	Formação Profissional Continua	CRISFORM	22 520.00	22 520.00	14 075.00
3.2	3.2/1/1337	Formação Profissional Continua	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	528 040.00	528 040.00	330 025.00

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/134	Formação Profissional Contínua	F.S.I. - FÓRUM DOS SINDICATOS INDEPENDENTES	32 066.46	32 066.46	20 041.54
3.2	3.2/1/135	Formação Profissional Contínua	FLAG-FORMAÇÃO, LOGÍSTICA E APRES. GRÁFICOS,SA	115 193.14	115 193.14	71 995.71
3.2	3.2/1/1359	Formação Profissional Contínua	EL CORTE INGLÊS - GRANDES ARMAZÉNS, SA	1 745 647.45	559 105.27	349 440.79
3.2	3.2/1/136	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO MONITOR, LDA	49 105.65	49 105.65	30 691.03
3.2	3.2/1/1360	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA	638 216.60	287 886.67	179 929.17
3.2	3.2/1/1361	Formação Profissional Contínua	CARRISTUR-INOV.TRANSP.URB. REG.SOC.UNIP., LDA	215 168.00	215 168.00	134 480.00
3.2	3.2/1/1362	Formação Profissional Contínua	ACITOFEBA-ASS.C.I.CONC.TOMAR, F.ZÊZERE E V.N.	287 954.70	287 954.70	179 971.69
3.2	3.2/1/1363	Formação Profissional Contínua	COMPETIR - Formação e Serviços, Lda	224 013.87	224 013.87	140 008.67
3.2	3.2/1/1364	Formação Profissional Contínua	SALVADOR CAETANO, SA	86 399.44	27 913.89	17 446.18
3.2	3.2/1/1365	Formação Profissional Contínua	SINDICATO NACIONAL DO CORPO DA GUARDA PRISIONAL	127 309.01	127 309.01	79 568.13
3.2	3.2/1/1366	Formação Profissional Contínua	TIME TO TRAIN - Formação Profissional, Lda	48 610.29	48 610.29	30 381.42
3.2	3.2/1/1367	Formação Profissional Contínua	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	101 930.77	101 930.77	63 706.73
3.2	3.2/1/1368	Formação Profissional Contínua	SISEP - Sindicato dos Profissionais seguros de portugal	221 700.19	221 700.19	138 562.62
3.2	3.2/1/1369	Formação Profissional Contínua	PRISMA - Soluções Informáticas, SA	30 578.34	30 578.34	19 111.46
3.2	3.2/1/137	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	90 841.07	90 841.07	56 775.67
3.2	3.2/1/1370	Formação Profissional Contínua	PRISMA - Soluções Informáticas, SA	11 561.02	11 561.02	7 225.64
3.2	3.2/1/1371	Formação Profissional Contínua	PRISMA - Soluções Informáticas, SA	7 847.38	7 847.38	4 904.61
3.2	3.2/1/1372	Formação Profissional Contínua	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	84 361.17	42 180.59	26 362.87
3.2	3.2/1/1373	Formação Profissional Contínua	EDP - Gestão da Produção de Energia	116 032.20	58 016.10	36 260.06
3.2	3.2/1/1374	Formação Profissional Contínua	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, SA	362 384.13	181 192.06	113 245.04
3.2	3.2/1/1375	Formação Profissional Contínua	ASSOC. EMPRESARIAL CONC. RIO MAIOR - AECRM	178 619.26	178 619.26	111 637.04
3.2	3.2/1/1376	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	87 088.02	87 088.02	54 430.01
3.2	3.2/1/1377	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	26 157.26	26 157.26	16 348.29
3.2	3.2/1/1378	Formação Profissional Contínua	TECNASOL - FGE, Fundações e Geotecnia, SA	202 215.50	101 107.75	63 192.34
3.2	3.2/1/1379	Formação Profissional Contínua	EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA	91 673.57	45 836.79	28 647.99
3.2	3.2/1/138	Formação Profissional Contínua	LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, SA	341 851.00	151 450.68	94 656.67
3.2	3.2/1/1380	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	87 301.83	87 301.83	54 563.64

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1381	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	60 497.98	60 497.98	37 811.24
3.2	3.2/1/1382	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	59 087.57	59 087.57	36 929.73
3.2	3.2/1/1383	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	194 018.84	194 018.84	121 261.78
3.2	3.2/1/1384	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	165 797.92	165 797.92	103 623.70
3.2	3.2/1/1385	Formação Profissional Contínua	FIDES- COOP. DE FORM., DESENV. E SOLIDARIEDADE, CRL	422 151.20	422 151.20	263 844.50
3.2	3.2/1/1386	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	226 850.79	226 850.79	141 781.74
3.2	3.2/1/1387	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	727 167.56	187 596.63	117 247.89
3.2	3.2/1/1388	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	563 481.25	140 870.33	88 043.96
3.2	3.2/1/1389	Formação Profissional Contínua	CEARTE	4 579.86	4 579.86	2 862.41
3.2	3.2/1/139	Formação Profissional Contínua	REDE FERROVIÁRIA NACIONAL - REFER, EP	78 073.43	29 642.30	18 526.44
3.2	3.2/1/1390	Formação Profissional Contínua	CFPIMM	45 101.25	45 101.25	28 188.28
3.2	3.2/1/1391	Formação Profissional Contínua	SIND. DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO	195 910.64	195 910.64	122 444.15
3.2	3.2/1/1392	Formação Profissional Contínua	APPAREL VENTURESEUROPA TEXTIL, Lda	77 526.59	47 188.17	29 492.61
3.2	3.2/1/1393	Formação Profissional Contínua	SINFÁ - SIND. NAC. FERROVIÁRIOS E AFINS	75 112.56	75 112.56	46 945.35
3.2	3.2/1/1394	Formação Profissional Contínua	MUTILINEA - EQUIPAMENTO DE COZINHA E BANHO, LDA	121 931.77	83 518.38	52 198.99
3.2	3.2/1/1395	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL P/A DESENV. DO SOBRALINHO	29 284.99	20 499.49	12 812.18
3.2	3.2/1/1396	Formação Profissional Contínua	ACCRO - ASS.COM.CONC.CALDAS RAINHA E ÓBIDOS	64 850.08	64 850.08	40 531.30
3.2	3.2/1/1397	Formação Profissional Contínua	ESPAÇOS VERDES - PROJECTOS E CONSTRUÇÃO, LDA	58 340.25	40 838.17	25 523.86
3.2	3.2/1/1398	Formação Profissional Contínua	ACISO -ASSOC. COM., IND. SERV. CONC. DE OUREM	189 164.94	189 164.94	118 228.09
3.2	3.2/1/1399	Formação Profissional Contínua	SINDEL - SINDICATO NACIONAL DA ENERGIA	12 350.00	12 350.00	7 718.75
3.2	3.2/1/140	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PRÓPRIA - FORM. E CONSULT., LDA	40 959.30	40 959.30	25 599.56
3.2	3.2/1/1400	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SÃO JOÃO DAS LAMPAS	10 669.23	7 468.46	4 667.79
3.2	3.2/1/1401	Formação Profissional Contínua	ASS. COM.LISBOA- CAMARA COM. IND. PORTUGUESA	46 890.72	46 890.72	29 306.70
3.2	3.2/1/1402	Formação Profissional Contínua	MULTIÓPTICAS, UNIPESSOAL, Lda	52 339.63	23 471.44	14 669.65
3.2	3.2/1/1403	Formação Profissional Contínua	Gestão Total e Inovação Empresarial - GTIE Consultores, Lda	118 514.90	118 514.90	74 071.81
3.2	3.2/1/1404	Formação Profissional Contínua	Gestão Total e Inovação Empresarial - GTIE Consultores, Lda	82 779.58	82 779.58	51 737.24
3.2	3.2/1/1405	Formação Profissional Contínua	IPF - INSTITUTO PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, LDA	60 935.36	60 935.36	38 084.60

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1406	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-ALEMÃ	79 010.33	79 010.33	49 381.45
3.2	3.2/1/1407	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL CONCELHOS OEIRAS AMADORA	108 543.35	108 543.35	67 839.59
3.2	3.2/1/1408	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	16 736.50	13 502.83	8 439.27
3.2	3.2/1/1409	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR CALDAS DA RAINHA	37 490.35	30 800.70	19 250.44
3.2	3.2/1/141	Formação Profissional Contínua	PEDRA BASE - FORMAÇÃO, LDA	139 445.19	139 445.19	87 153.24
3.2	3.2/1/1410	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	53 662.17	53 662.17	33 538.84
3.2	3.2/1/1411	Formação Profissional Contínua	CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-ALEMÃ	44 269.10	44 269.10	27 668.19
3.2	3.2/1/1412	Formação Profissional Contínua	ASS.C.S.CONC.ABRANTES,CONST., SARDOAL E MAÇÃO	35 023.31	35 023.31	21 889.57
3.2	3.2/1/1413	Formação Profissional Contínua	FED. INST. DA 3.ªIDADE LIGADAS À IGREJA	39 950.05	39 950.05	24 968.78
3.2	3.2/1/1414	Formação Profissional Contínua	INSCOOP-INST.ANTº SÉRGIO SECT. COOPERATIVO	61 635.98	61 635.98	38 522.49
3.2	3.2/1/1415	Formação Profissional Contínua	CONFORLIMPA TEJO - LIMPEZAS INDUSTRIAIS, LDA	73 205.84	36 602.92	22 876.83
3.2	3.2/1/1416	Formação Profissional Contínua	AUTOMÓVEIS CITROEN, S.A	61 674.07	27 104.85	16 940.53
3.2	3.2/1/1417	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ, SA	69 122.58	53 457.66	33 411.04
3.2	3.2/1/1418	Formação Profissional Contínua	SOPONATA - SOC.PORT. DE NAVIOS TANQUES, SA	3 928.65	2 750.05	1 718.78
3.2	3.2/1/1419	Formação Profissional Contínua	SATAE-SIND.AGENTES TÉCN.ARQ. E ENGENHARIA	95 594.82	95 594.82	59 746.76
3.2	3.2/1/142	Formação Profissional Contínua	NBO - RECURSOS TECNOLOGIAS INFORMAÇÃO, SA	156 063.76	156 063.76	97 539.85
3.2	3.2/1/1420	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM ARTUR RAVARA	31 742.46	31 742.46	19 839.04
3.2	3.2/1/1421	Formação Profissional Contínua	VICAIMA - Centro Comercial de Materiais, SA	18 828.05	9 414.03	5 883.77
3.2	3.2/1/1422	Formação Profissional Contínua	ATLANTIS - CRISTAIS DE ALCOBAÇA, SA	124 081.83	62 040.92	38 775.58
3.2	3.2/1/1423	Formação Profissional Contínua	SEMM - SIND.ENGENHEIROS MARINHA MERCANTE	67 834.85	67 834.85	42 396.78
3.2	3.2/1/1424	Formação Profissional Contínua	CIRE - CENTRO INFANTIL RECUPERAÇÃO DE TOMAR	32 488.34	22 741.84	14 213.65
3.2	3.2/1/1425	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	23 110.00	21 065.00	13 165.63
3.2	3.2/1/1426	Formação Profissional Contínua	Ivone Pereira Ferreira da Costa Santos	19 489.46	19 489.46	12 180.91
3.2	3.2/1/1427	Formação Profissional Contínua	Ivone Pereira Ferreira da Costa Santos	93 503.11	93 503.11	58 439.44
3.2	3.2/1/1428	Formação Profissional Contínua	Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário	98 284.66	98 284.66	61 427.91
3.2	3.2/1/1429	Formação Profissional Contínua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	311 000.14	311 000.14	194 375.09
3.2	3.2/1/143	Formação Profissional Contínua	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	152 463.71	152 463.71	95 289.82

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1430	Formação Profissional Contínua	COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, CRL	260 550.02	260 550.02	162 843.76
3.2	3.2/1/1431	Formação Profissional Contínua	SCHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, AS	187 528.07	62 189.68	38 868.55
3.2	3.2/1/1432	Formação Profissional Contínua	SCHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, AS	192 144.93	48 036.23	30 022.64
3.2	3.2/1/1433	Formação Profissional Contínua	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	165 090.20	165 090.20	103 181.38
3.2	3.2/1/1434	Formação Profissional Contínua	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	44 329.01	44 329.01	27 705.63
3.2	3.2/1/1435	Formação Profissional Contínua	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	186 369.76	186 369.76	116 481.10
3.2	3.2/1/1436	Formação Profissional Contínua	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	86 978.42	86 978.42	54 361.51
3.2	3.2/1/1437	Formação Profissional Contínua	CIFOTIE - Cent. Int. de Formação dos Trab. Indústria e Energia	152 896.14	152 896.14	95 560.09
3.2	3.2/1/1438	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO MONITOR, LDA	82 747.22	82 747.22	51 717.01
3.2	3.2/1/1439	Formação Profissional Contínua	APDAR- ASS. PROM., DESENV. ARTESANATO REGIONAL	120 116.77	120 116.77	75 072.98
3.2	3.2/1/144	Formação Profissional Contínua	CESP- SIND. TRAB. COMÉRCIO, ESCRIT. SERV. PORTUGAL	274 105.52	274 105.52	171 315.95
3.2	3.2/1/1440	Formação Profissional Contínua	APSD- ASSOC. PORT. DE SOLID. E DESENVOLVIMENTO	200 062.93	200 062.93	125 039.33
3.2	3.2/1/1441	Formação Profissional Contínua	PEDRA BASE - FORMAÇÃO, LDA	69 024.38	69 024.38	43 140.24
3.2	3.2/1/1442	Formação Profissional Contínua	PEDRA BASE - FORMAÇÃO, LDA	39 917.73	39 917.73	24 948.58
3.2	3.2/1/1443	Formação Profissional Contínua	PEDRA BASE - FORMAÇÃO, LDA	32 017.34	32 017.34	20 010.84
3.2	3.2/1/1444	Formação Profissional Contínua	Centro de Estudos e Formação de Actividades Desportivas	101 600.43	101 600.43	63 500.27
3.2	3.2/1/1445	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	115 227.60	115 227.60	72 017.25
3.2	3.2/1/1446	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	72 309.82	72 309.82	45 193.64
3.2	3.2/1/1447	Formação Profissional Contínua	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	291 988.91	291 988.91	182 493.07
3.2	3.2/1/1448	Formação Profissional Contínua	Significado	121 477.71	121 477.71	75 923.57
3.2	3.2/1/1449	Formação Profissional Contínua	Significado	60 738.84	60 738.84	37 961.78
3.2	3.2/1/145	Formação Profissional Contínua	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, SA	321 032.28	275 529.48	172 205.93
3.2	3.2/1/1450	Formação Profissional Contínua	Significado	87 463.95	87 463.95	54 664.97
3.2	3.2/1/1451	Formação Profissional Contínua	INAE - Instituto Nacional Aprendizagem e Ensino, S.A.	152 896.14	152 896.14	95 560.09
3.2	3.2/1/1452	Formação Profissional Contínua	COMOVAR - Design de Cozinhas, Lda	70 503.04	49 352.13	30 845.08
3.2	3.2/1/1453	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORT/CÂMARA COMÉRCIO	83 542.30	41 771.15	26 106.97
3.2	3.2/1/1454	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. DOS FERROV. ADMINIST. T. SERVIÇOS	173 192.19	173 192.19	108 245.12

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1455	Formação Profissional Contínua	BELTRÃO COELHO, LDA	93 693.69	33 808.78	21 130.49
3.2	3.2/1/1456	Formação Profissional Contínua	EFACEC CAPITAL, SGPS, S.A.	65 448.76	32 724.38	20 452.74
3.2	3.2/1/1457	Formação Profissional Contínua	COLOMER PORTUGAL - Produtos Cosméticos e Profissionais,	20 595.01	14 822.29	9 263.93
3.2	3.2/1/1458	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	283 984.60	283 984.60	177 490.37
3.2	3.2/1/1459	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	155 014.91	155 014.91	96 884.32
3.2	3.2/1/1460	Formação Profissional Contínua	ASSOC.DOS INDUSTRIAIS DE OURIVESARIA DO SUL	57 909.45	57 909.45	36 193.40
3.2	3.2/1/1461	Formação Profissional Contínua	C & C - Consultores de Comunicação, Lda	73 761.96	51 633.37	32 270.86
3.2	3.2/1/1462	Formação Profissional Contínua	IFADAP - INST.FIN. APOIO DESENV.AGRIC.PESCAS	6 813.67	3 017.77	1 886.11
3.2	3.2/1/1463	Formação Profissional Contínua	Câmara dos Solicitadores	56 297.10	56 297.10	35 185.69
3.2	3.2/1/1464	Formação Profissional Contínua	SOMOLUZ - Sociedade de Montagens Eléctricas, Lda	83 455.13	58 418.59	36 511.62
3.2	3.2/1/1465	Formação Profissional Contínua	HEMOPORTUGAL- SOC.MAT. APOIO DIÁLISE, LDA	25 575.03	10 875.03	6 796.89
3.2	3.2/1/1466	Formação Profissional Contínua	COZIMAFRA - Cozinhas e Equipamentos Domésticos, Lda	32 200.57	22 540.40	14 087.75
3.2	3.2/1/1467	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	117 993.71	117 993.71	73 746.07
3.2	3.2/1/1468	Formação Profissional Contínua	S.V.A. - Serviços de Vigilância e Alarmes, Lda	15 931.93	11 152.35	6 970.22
3.2	3.2/1/1469	Formação Profissional Contínua	Móveis TM - Comércio e Industria de Móveis, Lda	2 518.88	1 790.64	1 062.21
3.2	3.2/1/147	Formação Profissional Contínua	ASSOC. P/A ENSINO BENTO DE JESUS CARAÇA	377 011.41	377 011.41	235 632.13
3.2	3.2/1/1470	Formação Profissional Contínua	FORUM DANÇA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	232 075.49	232 075.49	145 047.18
3.2	3.2/1/1471	Formação Profissional Contínua	POGIC- PROJECTOS ORG. GEST. INF. CONSULT., LDA	21 057.02	13 625.86	8 516.16
3.2	3.2/1/1472	Formação Profissional Contínua	VIROC PORTUGAL - Ind. Madeira e Cimento, SA	64 117.87	44 882.51	28 051.57
3.2	3.2/1/1473	Formação Profissional Contínua	CEBI - FUND. P/ DESENV. COMUNITÁRIO ALVERCA	70 942.03	35 444.40	22 152.75
3.2	3.2/1/1474	Formação Profissional Contínua	INTELAC TEMPORÁRIA - Empresa de Trabalho Temporário, Lda	52 884.79	30 977.91	19 361.19
3.2	3.2/1/1475	Formação Profissional Contínua	AIPI - Associação Industriais Portugueses de Iluminação	39 392.13	39 392.13	24 620.08
3.2	3.2/1/1476	Formação Profissional Contínua	GCT - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SA	11 741.25	5 870.62	3 669.14
3.2	3.2/1/1477	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO	431 158.34	205 748.76	128 592.98
3.2	3.2/1/1478	Formação Profissional Contínua	Dirac. Reg. do Ambiente e Ordenamento do Território - LVT	16 222.70	16 222.70	10 139.19
3.2	3.2/1/1479	Formação Profissional Contínua	Secretaria Geral do Ministério da Ciência e Ensino Superior	179 384.99	82 136.76	51 335.48
3.2	3.2/1/148	Formação Profissional Contínua	QGI- GESTÃO DE SIST.DE AVAL.DA QUALIDADE,AS	131 934.02	131 934.02	82 458.76

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1480	Formação Profissional Contínua	Fábrica de Plásticos Torres, Lda	31 081.53	15 504.75	9 690.47
3.2	3.2/1/1481	Formação Profissional Contínua	SOTANCRO - Embalagens de Vidro, SA	14 344.38	6 737.29	4 210.81
3.2	3.2/1/1482	Formação Profissional Contínua	Sind. Dos Trab. Da Ind. Hotelar. Turismo Rest. Simil. Sul	127 291.66	127 291.66	79 557.29
3.2	3.2/1/1483	Formação Profissional Contínua	Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado	92 939.41	92 939.41	58 087.13
3.2	3.2/1/1484	Formação Profissional Contínua	APEMETA - Assoc. Portug. De Empresas Tecnologias Ambientais	18 478.54	18 478.54	11 549.09
3.2	3.2/1/1485	Formação Profissional Contínua	MITSUBISHI TRUCKS EUROPE - Soc. Europeia Automóveis, SA	89 683.43	44 841.72	28 026.08
3.2	3.2/1/1486	Formação Profissional Contínua	LUSOFORMA - Industria e Comércio de Embalagens, Lda	31 040.50	21 728.35	13 580.22
3.2	3.2/1/1487	Formação Profissional Contínua	SOFAMÓVEL - Sociedade de Fabricação de Móveis e Madeiras,	184 845.68	119 839.15	74 899.47
3.2	3.2/1/1488	Formação Profissional Contínua	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	44 798.26	44 798.26	27 998.91
3.2	3.2/1/1489	Formação Profissional Contínua	E. CORREIA DE BRITO, Lda	8 712.32	6 098.62	3 811.64
3.2	3.2/1/149	Formação Profissional Contínua	PORTUGAL TELECOM, INOVAÇÃO, SA	43 082.48	43 082.48	26 926.55
3.2	3.2/1/1490	Formação Profissional Contínua	Secretaria Geral do Ministério da Agricultura	78 820.02	78 820.02	49 262.51
3.2	3.2/1/1491	Formação Profissional Contínua	MOVIJOVEM - Mobilidade Juvenil - Coop. Interesse Público Resp.,	14 219.89	6 949.62	4 343.51
3.2	3.2/1/1492	Formação Profissional Contínua	TRIBO - Decorações, Lda	78 870.15	39 435.08	24 646.93
3.2	3.2/1/1493	Formação Profissional Contínua	SIMI - Sociedade Internacional de Montagens Industriais, SA	22 805.55	15 963.89	9 977.43
3.2	3.2/1/1494	Formação Profissional Contínua	CRIF - Centro de Recuperação Infantil de Fátima	16 708.03	11 117.38	6 948.36
3.2	3.2/1/1495	Formação Profissional Contínua	O FOFAS - Creche e Jardim de Infância, Lda	39 995.70	27 996.99	17 498.12
3.2	3.2/1/1496	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 7 - Comércio de Mobiliário, SA	22 359.56	11 179.78	6 987.36
3.2	3.2/1/1497	Formação Profissional Contínua	NEUTROPLAST - Indústria de Embalagens Plásticas, SA	37 501.45	19 628.91	12 268.07
3.2	3.2/1/1498	Formação Profissional Contínua	E.A.D. - Empresa de Arquivo de Documentação, SA	36 911.78	25 838.25	16 148.91
3.2	3.2/1/1499	Formação Profissional Contínua	ANIECA - Ass. Nac. Dos Ind. Do Ensino de Condução Automóvel	28 472.35	28 472.35	17 795.22
3.2	3.2/1/150	Formação Profissional Contínua	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	222 833.52	222 833.52	139 270.95
3.2	3.2/1/1500	Formação Profissional Contínua	SIFAP - Sind. Nac. Profissionais Farmácia e Paramédicos	48 249.55	48 249.55	30 155.97
3.2	3.2/1/1501	Formação Profissional Contínua	SIFAP - Sind. Nac. Profissionais Farmácia e Paramédicos	48 249.55	48 249.55	30 155.97
3.2	3.2/1/1502	Formação Profissional Contínua	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	202 796.15	202 796.15	126 747.59
3.2	3.2/1/1503	Formação Profissional Contínua	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	42 633.06	42 633.06	26 645.66
3.2	3.2/1/1504	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	366 927.23	366 927.23	229 329.52

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1505	Formação Profissional Contínua	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	191 304.59	191 304.59	119 565.37
3.2	3.2/1/1506	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	169 950.99	169 950.99	106 219.37
3.2	3.2/1/1507	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	210 505.47	210 505.47	131 565.92
3.2	3.2/1/1509	Formação Profissional Contínua	QGI- GESTÃO DE SIST.DE AVAL.DA QUALIDADE,AS	34 370.86	34 370.86	21 481.79
3.2	3.2/1/151	Formação Profissional Contínua	GCT - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SA	199 079.89	91 321.87	57 076.17
3.2	3.2/1/1511	Formação Profissional Contínua	QGI- GESTÃO DE SIST.DE AVAL.DA QUALIDADE,AS	34 009.44	34 009.44	21 255.90
3.2	3.2/1/1512	Formação Profissional Contínua	IFEA - Instituto de Formação Empresarial Avançada	74 294.10	74 294.10	46 433.81
3.2	3.2/1/1513	Formação Profissional Contínua	MERCEDES BENZ PORTUGAL - COM. DE AUTOM., AS	21 909.28	21 909.28	13 693.30
3.2	3.2/1/1514	Formação Profissional Contínua	COMETNA	262 915.43	131 531.51	82 207.20
3.2	3.2/1/1515	Formação Profissional Contínua	CONSTRUTORA DO TAMEGA, SA	455 439.26	187 560.25	117 225.16
3.2	3.2/1/1516	Formação Profissional Contínua	ELECTRO CENTRAL VULCANIZADORA, LDA	54 759.21	27 379.61	17 112.26
3.2	3.2/1/1517	Formação Profissional Contínua	Joaquim Pereira Mendes e Filhos Lda	18 128.42	12 689.89	7 931.18
3.2	3.2/1/1518	Formação Profissional Contínua	MATUTANO - SOC. PRODUTOS ALIMENTARES, AS	14 920.36	5 130.93	3 206.83
3.2	3.2/1/1519	Formação Profissional Contínua	SOCIEDADE DE INDÚSTRIA PESADA TÊXTEIS IPETEX, S A	86 420.26	36 877.65	23 048.53
3.2	3.2/1/152	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL-FORM.CON.SERV.HOTEL., LDA	59 081.15	59 081.15	36 925.72
3.2	3.2/1/1520	Formação Profissional Contínua	VILARMÓVEL - Comércio e Indústria de Mobiliário, Lda	7 817.84	5 472.49	3 420.31
3.2	3.2/1/1521	Formação Profissional Contínua	CEPSA PORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A	62 820.81	21 987.28	13 742.05
3.2	3.2/1/1522	Formação Profissional Contínua	CERCIMA - coop. educ. cidadão inad. Montijo, Alcochete, crl	15 857.26	11 100.08	6 937.55
3.2	3.2/1/1523	Formação Profissional Contínua	Mútua dos Pescadores - Soc. Mutua de Seguros	14 973.36	14 973.36	9 358.35
3.2	3.2/1/1524	Formação Profissional Contínua	MEDILABOR - MED.TRAB. HIG.SEG.FORMAÇÃO, LDA	57 021.65	57 021.65	35 638.53
3.2	3.2/1/1525	Formação Profissional Contínua	ASSOC. HOSPITAL CIVIL E MISERICÓRDIA DE ALHANDRA	58 313.22	25 825.40	16 140.88
3.2	3.2/1/1526	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCELHO CASCAIS	74 038.98	74 038.98	46 274.36
3.2	3.2/1/1527	Formação Profissional Contínua	APEMI	55 983.81	55 983.81	34 989.88
3.2	3.2/1/1528	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ANTERO DE QUINTAL	41 626.90	41 626.90	26 016.81
3.2	3.2/1/1529	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ANTERO DE QUINTAL	31 516.69	31 516.69	19 697.93
3.2	3.2/1/153	Formação Profissional Contínua	ÁREA PEDAGÓGICA - CONSULT.,REC. FORMAÇÃO, LDA	92 800.35	92 800.35	58 000.22
3.2	3.2/1/1530	Formação Profissional Contínua	ASSOC.PORTUGUESA DE PERITOS CONTABILISTAS	89 728.64	89 728.64	56 080.40

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1531	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENICHE	97 557.25	97 557.25	60 973.28
3.2	3.2/1/1532	Formação Profissional Contínua	ANTRAM- ASSOC. NAC. DE TRANSPORT. PÚBLICOS	112 790.30	112 790.30	70 493.94
3.2	3.2/1/1533	Formação Profissional Contínua	SIND. TRAB. ACTIVIDADE SEGURADORA - S.T.A.S.	149 594.42	149 594.42	93 496.51
3.2	3.2/1/1534	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL IND. DO CONCELHO DE SINTRA	180 887.36	180 887.36	113 054.60
3.2	3.2/1/1535	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB. FUNÇÃO PÚBLICA DO SUL E AÇORES	483 723.53	483 723.53	302 327.21
3.2	3.2/1/1536	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB.PORTUGAL TELECOM EMP. PARTICIPADAS	160 738.58	160 738.58	100 461.61
3.2	3.2/1/1537	Formação Profissional Contínua	Associação para o Planeamento de Família	18 242.00	18 242.00	11 401.25
3.2	3.2/1/1538	Formação Profissional Contínua	Associação comercial Industrial do concelho de Alenquer	105 558.51	105 558.51	65 974.06
3.2	3.2/1/1539	Formação Profissional Contínua	SITAVA - SIND. TRAB. DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS	81 624.29	81 624.29	51 015.18
3.2	3.2/1/154	Formação Profissional Contínua	Significado	406 262.79	406 262.79	253 914.24
3.2	3.2/1/1540	Formação Profissional Contínua	SITAVA - SIND. TRAB. DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS	16 118.00	16 118.00	10 073.75
3.2	3.2/1/1541	Formação Profissional Contínua	SITAVA - SIND. TRAB. DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS	9 010.00	9 010.00	5 631.25
3.2	3.2/1/1542	Formação Profissional Contínua	Ass. Comerciantes Conc. Coruche e Salvaterra de Magos	47 617.22	47 617.22	29 760.76
3.2	3.2/1/1543	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. MAQUINISTAS C. FERRO PORTUGUESES	65 832.37	65 832.37	41 145.23
3.2	3.2/1/1544	Formação Profissional Contínua	SINDETELCO - SIND. DEMOCRÁTICO TRAB. COMUNICAÇÕES	65 870.58	65 870.58	41 169.11
3.2	3.2/1/1545	Formação Profissional Contínua	PROSEGUR - TRANSPORTES DE SEGURANÇA, LDA	111 971.52	50 214.63	31 384.14
3.2	3.2/1/1546	Formação Profissional Contínua	AUTO CARRUÇO, Lda	81 355.87	48 271.87	30 169.92
3.2	3.2/1/1547	Formação Profissional Contínua	CINAT - CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO TECNICO, LDA	143 200.41	143 200.41	89 500.25
3.2	3.2/1/1548	Formação Profissional Contínua	CINAT - CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO TECNICO, LDA	190 287.69	190 287.69	118 929.80
3.2	3.2/1/1549	Formação Profissional Contínua	Associação de Assistência Benif. Misericórdia de Alverca	25 421.19	15 166.14	9 478.84
3.2	3.2/1/155	Formação Profissional Contínua	ASS. COM.LISBOA- CAMARA COM. IND. PORTUGUESA	75 331.57	75 331.57	47 082.23
3.2	3.2/1/1550	Formação Profissional Contínua	SODEXHO PORTUGAL II	166 368.24	83 184.12	51 990.08
3.2	3.2/1/1551	Formação Profissional Contínua	CODIMETAL	116 222.60	81 355.82	50 847.39
3.2	3.2/1/1552	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	127 395.32	98 102.94	61 314.34
3.2	3.2/1/1553	Formação Profissional Contínua	VENDICONTA - SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, S.A.	24 696.53	17 287.57	10 804.73
3.2	3.2/1/1554	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL JULIO DE MATOS	83 814.34	65 102.37	40 688.98
3.2	3.2/1/1555	Formação Profissional Contínua	MOLDE-FAIANÇAS, AS	676 545.47	449 510.67	280 944.17

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1556	Formação Profissional Contínua	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	61 637.45	61 637.45	38 523.41
3.2	3.2/1/1557	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	19 880.28	10 417.36	6 510.85
3.2	3.2/1/1558	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DA MOCIDADE DE SETÚBAL	17 166.66	12 016.66	7 510.41
3.2	3.2/1/1559	Formação Profissional Contínua	TUDO AZUL - COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS	188 469.54	93 088.50	58 180.31
3.2	3.2/1/156	Formação Profissional Contínua	AUTO TORREENSE, LDA	71 545.40	50 915.95	31 822.47
3.2	3.2/1/1560	Formação Profissional Contínua	ANJE - ASSOC. NAC. JOVENS EMPRESÁRIOS	304 537.33	304 537.33	190 335.83
3.2	3.2/1/1561	Formação Profissional Contínua	FORSIVA- FORM. ORG. E SERVIÇOS, LDA	8 903.34	8 903.34	5 564.59
3.2	3.2/1/1562	Formação Profissional Contínua	MULTICONSULTORES	21 468.52	15 027.96	9 392.48
3.2	3.2/1/1563	Formação Profissional Contínua	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	132 510.85	132 510.85	82 819.28
3.2	3.2/1/1564	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORT. DE DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS	43 342.98	43 342.98	27 089.36
3.2	3.2/1/1565	Formação Profissional Contínua	PORTUGÁLIA-COMP.PORT.TRANSPORTES AÉREOS, SA	124 736.82	62 368.41	38 980.26
3.2	3.2/1/1566	Formação Profissional Contínua	Asso. Portuguesa para a Análise do Valor (APAV)	19 945.11	17 519.99	10 949.99
3.2	3.2/1/1567	Formação Profissional Contínua	E.S.C.	77 403.06	77 403.06	48 376.91
3.2	3.2/1/1568	Formação Profissional Contínua	E.S.C.	70 681.66	70 681.66	44 176.04
3.2	3.2/1/1569	Formação Profissional Contínua	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF., INF. E GESTÃO, LDA	186 717.18	186 717.18	116 698.24
3.2	3.2/1/157	Formação Profissional Contínua	MERCEDES BENZ PORTUGAL - COM. DE AUTOM., AS	23 676.69	23 676.69	14 797.93
3.2	3.2/1/1570	Formação Profissional Contínua	PHC - Serviços de Tecnologia Industrial, Lda	179 753.78	62 913.82	39 321.14
3.2	3.2/1/1571	Formação Profissional Contínua	2045, Empresa de Segurança S.ª	101 187.91	50 593.96	31 621.23
3.2	3.2/1/1572	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	68 580.72	68 580.72	42 862.95
3.2	3.2/1/1573	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	13 729.84	13 729.84	8 581.15
3.2	3.2/1/1574	Formação Profissional Contínua	PONTO FRESCO - SUPERMERCADOS, AS	29 529.50	14 764.75	9 227.97
3.2	3.2/1/1575	Formação Profissional Contínua	A-PR, Consultores Associados, Lda	416 336.62	416 336.62	260 210.39
3.2	3.2/1/1576	Formação Profissional Contínua	ANJAF- ASS. NAC. JOVENS P/A A ACÇÃO SOCIAL	39 032.18	39 032.18	24 395.11
3.2	3.2/1/1577	Formação Profissional Contínua	ACTIVO HUMANO - CONSULT. ASSOCIADOS, LDA	123 049.52	123 049.52	76 905.95
3.2	3.2/1/1578	Formação Profissional Contínua	ASSOC.LARES E CASA DE REPOUSO P/A IDOSOS	125 575.17	125 575.17	78 484.48
3.2	3.2/1/1579	Formação Profissional Contínua	CIC - ASSOC. P/A COOP. INTERCÂMBIO E CULTURA	38 442.50	38 442.50	24 026.56
3.2	3.2/1/158	Formação Profissional Contínua	CLISA - CLINICA DE SANTO ANTÓNIO, SA	97 434.77	61 757.27	38 598.29

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1580	Formação Profissional Contínua	CIC - ASSOC. P/A COOP. INTERCÂMBIO E CULTURA	55 635.81	55 635.81	34 772.38
3.2	3.2/1/1581	Formação Profissional Contínua	Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira	10 485.16	7 339.61	4 587.26
3.2	3.2/1/1582	Formação Profissional Contínua	SEG - Serviços de Economia e Gestão, Lda	103 634.42	51 817.21	32 385.76
3.2	3.2/1/1583	Formação Profissional Contínua	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	440 917.39	440 917.39	275 573.36
3.2	3.2/1/1584	Formação Profissional Contínua	TIBBETTE & BRITTEN - Transportes e Serviços, Lda	27 225.80	9 529.03	5 955.64
3.2	3.2/1/1585	Formação Profissional Contínua	CIMPOMÓVEL - VEICULOS PESADOS, LDA	18 218.00	9 109.00	5 693.12
3.2	3.2/1/1586	Formação Profissional Contínua	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	47 060.18	47 060.18	29 412.61
3.2	3.2/1/1587	Formação Profissional Contínua	DELTAFOR PORTUGUESA-CONS. FORM. INFORM, LDA	155 580.85	155 580.85	97 238.03
3.2	3.2/1/1588	Formação Profissional Contínua	GABINAE- GABINETE APOIO AO EMPRESÁRIO, LDA	179 610.69	179 610.69	112 256.68
3.2	3.2/1/1589	Formação Profissional Contínua	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	152 920.78	152 920.78	95 575.49
3.2	3.2/1/159	Formação Profissional Contínua	HOTEIS SHERATON DE PORTUGAL, SA	51 639.60	23 447.47	14 654.67
3.2	3.2/1/1590	Formação Profissional Contínua	SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S A	206 048.47	103 024.24	64 390.15
3.2	3.2/1/1591	Formação Profissional Contínua	ACISN - ASSOC. COM. IND. SERVIÇOS DA NAZARÉ	111 203.65	111 203.65	69 502.28
3.2	3.2/1/1592	Formação Profissional Contínua	ESTRATEGOR - CINSULTORES DE GESTÃO, LDA.	35 742.59	35 742.59	22 339.12
3.2	3.2/1/1593	Formação Profissional Contínua	SAPEC AGRO, S.A	119 938.55	53 143.03	33 214.39
3.2	3.2/1/1594	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	60 139.25	60 139.25	37 587.03
3.2	3.2/1/1595	Formação Profissional Contínua	Centro Social Paroquial de Nª Srª das Virtudes de Ventosa	29 285.81	10 250.03	6 406.27
3.2	3.2/1/1596	Formação Profissional Contínua	AREAENSINA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	35 567.94	35 567.94	22 229.96
3.2	3.2/1/1597	Formação Profissional Contínua	AREAENSINA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	40 758.11	40 758.11	25 473.82
3.2	3.2/1/1598	Formação Profissional Contínua	ROBERT BOSCH TRAVÕES LDA	259 879.44	129 939.72	81 212.33
3.2	3.2/1/1599	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMÁTICO, LDA	31 031.82	31 031.82	19 394.88
3.2	3.2/1/160	Formação Profissional Contínua	HOTEL EDUARDO VII, SA	35 163.76	17 731.61	11 082.26
3.2	3.2/1/1600	Formação Profissional Contínua	FERNANDES & SILVA - CONTABILIDADE, FISCALIDADE	32 934.53	32 934.53	20 584.08
3.2	3.2/1/1601	Formação Profissional Contínua	EUROCONSULT - Consultores de Engenharia e Gestão	9 349.41	6 544.59	4 090.37
3.2	3.2/1/1602	Formação Profissional Contínua	GOCEPI - GESTÃO, ORG.,CONSULT,EST., PROJ.INOVAÇÃO,	102 675.90	102 675.90	64 172.44
3.2	3.2/1/1603	Formação Profissional Contínua	CESP-SIND.TRAB.COMÉRCIO,ESCRIT.SERV.PORTUGAL	186 048.33	186 048.33	116 280.19
3.2	3.2/1/1604	Formação Profissional Contínua	APPAREL VENTURES CONFECÇÃO LDA	17 793.90	11 017.98	6 886.24

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1605	Formação Profissional Contínua	CAL	58 069.79	58 069.79	36 293.62
3.2	3.2/1/1606	Formação Profissional Contínua	CONSONOB- FORM. PROF. E CONSULTADORIA, LDA	51 027.01	51 027.01	31 891.88
3.2	3.2/1/1607	Formação Profissional Contínua	AAOO- SOC. FORM. PROF. CONS. TÉCNICA, AS	151 437.25	151 437.25	94 648.28
3.2	3.2/1/1608	Formação Profissional Contínua	ANFORCE	62 478.53	62 478.53	39 049.08
3.2	3.2/1/1609	Formação Profissional Contínua	ANFORCE	102 265.97	102 265.97	63 916.23
3.2	3.2/1/161	Formação Profissional Contínua	ICOMATRO - MADEIRAS E DERIVADOS, AS	22 139.15	22 139.15	13 836.97
3.2	3.2/1/1610	Formação Profissional Contínua	PARTNER HOTEL- FORM. CONS. PROJ. SERV. HOTEL., LDA	164 963.96	164 963.96	103 102.47
3.2	3.2/1/1611	Formação Profissional Contínua	GABIVERDE	75 018.94	75 018.94	46 886.84
3.2	3.2/1/1612	Formação Profissional Contínua	GESTICOOPFOR- Formação Profissional, CRL	150 935.47	150 935.47	94 334.67
3.2	3.2/1/1613	Formação Profissional Contínua	SINTRAMÉDIA INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO, LDA ^a	91 446.45	91 446.45	57 154.02
3.2	3.2/1/1614	Formação Profissional Contínua	MATUDIS	124 487.17	62 243.59	38 902.24
3.2	3.2/1/1615	Formação Profissional Contínua	GLOBALTOP	99 309.01	99 309.01	62 068.13
3.2	3.2/1/1616	Formação Profissional Contínua	MAQUINA - ASS. COMERCIAL E DE SERVIÇOS DO	62 086.44	62 086.44	38 804.01
3.2	3.2/1/1617	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS	39 117.81	31 544.69	19 715.43
3.2	3.2/1/1618	Formação Profissional Contínua	CONFORTURIS - CONSULTORIA E FORM. TURÍSTICA,	101 695.69	101 695.69	63 559.80
3.2	3.2/1/1619	Formação Profissional Contínua	SCHNELLECKE	68 240.30	34 120.15	21 325.09
3.2	3.2/1/162	Formação Profissional Contínua	JOÃO JACINTO TOMÉ, LDA	73 835.03	49 229.65	30 768.53
3.2	3.2/1/1620	Formação Profissional Contínua	PROTEFORMA	62 736.29	62 736.29	39 210.18
3.2	3.2/1/1621	Formação Profissional Contínua	LOGICTRAINING - INSTITUTO DE FORMAÇÃO, LDA.	111 858.53	111 858.53	69 911.58
3.2	3.2/1/1622	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA AS	240 546.67	130 248.15	81 405.09
3.2	3.2/1/1623	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE EGAS MONIZ AS	169 627.24	89 501.76	55 938.60
3.2	3.2/1/1624	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARTA AS	71 134.15	42 311.07	26 444.42
3.2	3.2/1/1625	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER AS	24 743.51	13 371.39	8 357.12
3.2	3.2/1/1626	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL PULIDO VALENTE AS	114 470.22	63 884.21	39 927.63
3.2	3.2/1/1627	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. M ^a FERNANDA RESENDE	61 132.41	59 284.66	37 052.91
3.2	3.2/1/1628	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	164 959.01	154 453.87	96 533.67
3.2	3.2/1/1629	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTARÉM	24 587.54	24 587.54	15 367.21

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/163	Formação Profissional Contínua	PROVIMI PORT.- CONC. P/A ALIMENT. ANIMAIS, AS	79 577.19	30 762.48	19 226.55
3.2	3.2/1/1630	Formação Profissional Contínua	INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO	60 377.87	26 774.22	16 733.89
3.2	3.2/1/1631	Formação Profissional Contínua	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA GERAL	74 299.75	74 299.75	46 437.34
3.2	3.2/1/1632	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	96 344.62	78 183.66	48 864.79
3.2	3.2/1/1633	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	44 672.45	34 005.33	21 253.33
3.2	3.2/1/1634	Formação Profissional Contínua	Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa	45 962.51	28 631.90	17 894.94
3.2	3.2/1/1635	Formação Profissional Contínua	LG ELECTRONICS ESPANA AS	29 634.88	20 744.42	12 965.26
3.2	3.2/1/1636	Formação Profissional Contínua	CIMPOMÓVEL - Veículos Ligeiros, AS	41 884.00	29 318.80	18 324.25
3.2	3.2/1/1637	Formação Profissional Contínua	INDE- ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	22 941.36	22 941.36	14 338.35
3.2	3.2/1/1638	Formação Profissional Contínua	SOUSA LIMA - SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS,	36 797.36	25 758.15	16 098.84
3.2	3.2/1/1639	Formação Profissional Contínua	JOÃO JACINTO TOMÉ, LDA	57 175.18	28 956.24	18 097.65
3.2	3.2/1/164	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	22 835.34	22 835.34	14 272.09
3.2	3.2/1/1640	Formação Profissional Contínua	MERCAUTO METALO MECÂNICA REP. E CONST. DE	115 849.21	40 547.22	25 342.01
3.2	3.2/1/1641	Formação Profissional Contínua	BOMBARDIER TRANSPORTATION PORTUGAL, AS	53 695.98	13 424.00	8 390.00
3.2	3.2/1/1642	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	55 708.56	54 696.88	34 185.55
3.2	3.2/1/1643	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	55 708.56	54 696.88	34 185.55
3.2	3.2/1/1644	Formação Profissional Contínua	CEDC - MIRA SINTRA - Centro de Educação p/o cidadão	65 070.66	45 549.46	28 468.41
3.2	3.2/1/1645	Formação Profissional Contínua	PINGO DOCE DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, LDA	254 292.39	127 146.20	79 466.37
3.2	3.2/1/1646	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO UTILIZ. COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	48 810.70	23 805.31	14 878.32
3.2	3.2/1/1647	Formação Profissional Contínua	Assoc. Comércio, Ind. Serv. Conc. V. Franca de xira /Arruda dos ...	139 114.77	139 114.77	86 946.73
3.2	3.2/1/1648	Formação Profissional Contínua	APEMI	60 690.46	60 690.46	37 931.54
3.2	3.2/1/1649	Formação Profissional Contínua	SINDICATO LIVRE DOS PESCADORES E PROFISSÕES AFINS	106 454.36	106 454.36	66 533.98
3.2	3.2/1/165	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	29 007.17	29 007.17	18 129.48
3.2	3.2/1/1650	Formação Profissional Contínua	SINDICATO NACIONAL PROFISSIONAIS DE SEGUROS E	25 197.33	25 197.33	15 748.33
3.2	3.2/1/1651	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS HOTEIS DE PORTUGAL	72 386.10	72 386.10	45 241.31
3.2	3.2/1/1652	Formação Profissional Contínua	CLARA CUNHA, LDA	36 152.50	18 076.25	11 297.66
3.2	3.2/1/1653	Formação Profissional Contínua	CHR	168 714.23	118 099.96	73 812.47

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1654	Formação Profissional Contínua	TECNOFORMA - SERV. E COM. INTERNACIONAIS, SA	12 996.98	12 996.98	8 123.11
3.2	3.2/1/1655	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	89 121.14	50 778.59	31 736.62
3.2	3.2/1/1656	Formação Profissional Contínua	CEUL - Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, CRL	16 256.13	11 379.29	7 112.06
3.2	3.2/1/1657	Formação Profissional Contínua	MÁRIO DOS SANTOS & FILHOS, LDA	27 979.23	17 479.23	10 924.52
3.2	3.2/1/1658	Formação Profissional Contínua	SETCOM - SGPS, S.A.	95 884.28	67 118.99	41 949.37
3.2	3.2/1/1659	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PAIS AMIGOS DAS CRIANÇAS DA FREG. DA MINA	24 401.06	17 080.74	10 675.46
3.2	3.2/1/166	Formação Profissional Contínua	HESKA PORTUGUESA- IND. TIPOGRÁFICAS, AS	139 614.45	77 640.28	48 525.18
3.2	3.2/1/1660	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	104 698.49	51 629.18	32 268.24
3.2	3.2/1/1661	Formação Profissional Contínua	ASS.FORM.TECNOL.ENG.MECANIC A MAT. - AFTEM	71 716.86	56 808.56	35 505.35
3.2	3.2/1/1662	Formação Profissional Contínua	SONAE IMOBILIÁRIA - GESTÃO AS	218 496.81	75 297.91	47 061.19
3.2	3.2/1/1663	Formação Profissional Contínua	ATAR - SERVIÇOS, LDA	105 473.01	105 473.01	65 920.63
3.2	3.2/1/1664	Formação Profissional Contínua	MÉTODO, ANÁLISE E DIVULGAÇÃO, LDA	46 681.36	46 681.36	29 175.85
3.2	3.2/1/1665	Formação Profissional Contínua	CEVALOR-CTºTECN. VAL.ROCHAS ORN. INDUSTRIAIS	10 749.95	10 749.95	6 718.72
3.2	3.2/1/1666	Formação Profissional Contínua	AITENA DE PORTUGAL - ARMAZENAGEM TRANSP. DISTR.	20 049.12	10 024.56	6 265.35
3.2	3.2/1/1667	Formação Profissional Contínua	FULCRO - SISTEMAS DE INF. E GESTÃO, LDA	151 457.78	151 457.78	94 661.11
3.2	3.2/1/1668	Formação Profissional Contínua	SAF - SISTEMAS AVANÇADOS DE FORMAÇÃO, S A	47 497.55	47 497.55	29 685.97
3.2	3.2/1/1669	Formação Profissional Contínua	FACTOR H - CONS. GEST. RECURSOS HUMANOS, LDA	63 183.89	63 183.89	39 489.93
3.2	3.2/1/167	Formação Profissional Contínua	HESKA PORTUGUESA- IND. TIPOGRÁFICAS, AS	19 300.02	10 783.12	6 739.45
3.2	3.2/1/1670	Formação Profissional Contínua	FACTOR H - CONS. GEST. RECURSOS HUMANOS, LDA	58 783.09	58 783.09	36 739.43
3.2	3.2/1/1671	Formação Profissional Contínua	Ordem dos Médicos Dentistas	13 384.98	13 384.98	8 365.61
3.2	3.2/1/1672	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	148 022.43	92 294.94	57 684.34
3.2	3.2/1/1673	Formação Profissional Contínua	OPERESTIVA - Empresa de Trabalho Portuário de Setúbal, Lda	81 800.43	47 861.43	29 913.39
3.2	3.2/1/1674	Formação Profissional Contínua	VINSA - SEGURANÇA, LDA	106 559.46	53 279.73	33 299.83
3.2	3.2/1/1675	Formação Profissional Contínua	ISSS - INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	97 086.99	25 768.18	16 105.11
3.2	3.2/1/1676	15903,17288	LAS - Louro Aeronaves e Serviços, Lda	92 676.56	53 764.72	33 602.95
3.2	3.2/1/1677	Formação Profissional Contínua	BRAVOTEL - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	294 027.84	294 027.84	183 767.40
3.2	3.2/1/1678	Formação Profissional Contínua	Escola Nacional de Bombeiros	429 729.22	429 729.22	268 580.76

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/1679	Formação Profissional Contínua	CAF	12 763.18	12 763.18	7 976.99
3.2	3.2/1/168	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	22 941.32	22 112.61	13 820.38
3.2	3.2/1/1680	Formação Profissional Contínua	C.I.Q. - CENTRO INFORMÁTICO DA QUINTA, LDA	111 048.74	111 048.74	69 405.46
3.2	3.2/1/1681	Formação Profissional Contínua	COLOMBOGEST	133 616.20	53 864.20	33 665.13
3.2	3.2/1/1682	Formação Profissional Contínua	MICROFORMAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	67 909.54	67 909.54	42 443.46
3.2	3.2/1/1683	Formação Profissional Contínua	ESTER-ASS.FORM.T.SECT. ROCHAS ORN.INDUSTRIAIS	11 782.77	11 782.77	7 364.23
3.2	3.2/1/1684	Formação Profissional Contínua	CENFORCAL- CENTRO FORM. PROFISSIONAL, LDA	51 936.18	51 936.18	32 460.11
3.2	3.2/1/1685	Formação Profissional Contínua	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	135 392.98	135 392.98	84 620.61
3.2	3.2/1/1686	Formação Profissional Contínua	SETE PÉS - PROJECTOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS, LDA	46 345.71	46 345.71	28 966.07
3.2	3.2/1/1687	Formação Profissional Contínua	SINMTAXI-SIND.NAC.MOTOR.TAXI AL.LIG. PASSAG.	136 572.50	136 572.50	85 357.81
3.2	3.2/1/1688	Formação Profissional Contínua	ACINET	29 204.93	10 221.73	6 388.58
3.2	3.2/1/1689	Formação Profissional Contínua	ACINET	5 419.56	3 793.69	2 371.06
3.2	3.2/1/169	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL	21 828.54	21 053.57	13 158.48
3.2	3.2/1/1690	Formação Profissional Contínua	PLURIVALOR - CONSULTORIA EM GESTÃO, LDA	32 922.66	32 922.66	20 576.66
3.2	3.2/1/1691	Formação Profissional Contínua	FORDOMINIUM- FORM. PROFISSIONAL, LDA	162 184.77	162 184.77	101 365.48
3.2	3.2/1/1692	Formação Profissional Contínua	ATLANCO-SELEC. RECRUTAMENTO PESSOAL - EMP. TRAB.	76 049.41	76 049.41	47 530.88
3.2	3.2/1/1693	Formação Profissional Contínua	GL TRANSPORTES, UNIPessoal	45 204.71	31 643.30	19 777.06
3.2	3.2/1/1694	Formação Profissional Contínua	SONAE IMOBILIÁRIA III	81 049.18	29 052.70	18 157.94
3.2	3.2/1/1695	Formação Profissional Contínua	SAFIRA SERVICES - LIMPEZA E ESPAÇOS VERDES, S.A	44 192.00	22 096.00	13 810.00
3.2	3.2/1/1696	Formação Profissional Contínua	SGHD - SOC.GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	49 392.50	24 696.25	15 435.16
3.2	3.2/1/1697	Formação Profissional Contínua	LOSANGO- ASSOC. PORT. AGENTES REPRESENT.AUT.UNIÃO	50 688.14	50 688.14	31 680.09
3.2	3.2/1/1698	Formação Profissional Contínua	PORTUCALE	23 552.22	23 552.22	14 720.14
3.2	3.2/1/1699	Formação Profissional Contínua	INST. PORT. ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL - CENTRO	316 038.29	188 065.46	117 540.91
3.2	3.2/1/170	Formação Profissional Contínua	FENACOOP- FED. NAC. COOPERATIVAS CONSUMO	78 047.90	78 047.90	48 779.94
3.2	3.2/1/1700	Formação Profissional Contínua	SOFATI	87 317.47	87 317.47	54 573.42
3.2	3.2/1/1701	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE PESCA E DA MARINHA DE COMÉRCIO	69 527.78	69 527.78	43 454.86
3.2	3.2/1/1702	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE PESCA E DA MARINHA DE COMÉRCIO	46 392.61	46 392.61	28 995.38

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/171	Formação Profissional Contínua	PATO RICO - COM. E EXPORT. ART. DE PENAS, LDA	18 427.50	14 470.38	9 043.99
3.2	3.2/1/172	Formação Profissional Contínua	IRMANDADE STA. CASA MISERICÓRDIA DO CADAVAL	25 561.20	16 763.71	10 477.32
3.2	3.2/1/1724	Formação Profissional Contínua	Sociedade Portuguesa de Autores, CRL	77 327.35	54 129.14	33 830.71
3.2	3.2/1/1725	Formação Profissional Contínua	MESTRE - Formação e Consultadoria, Lda	39 694.08	39 694.08	24 808.80
3.2	3.2/1/173	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS	211 167.79	95 072.28	59 420.17
3.2	3.2/1/174	Formação Profissional Contínua	SIND. DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO	130 903.95	130 903.95	81 814.97
3.2	3.2/1/175	Formação Profissional Contínua	Sindicato Nacional dos Trab. Telecomunicações e Audiovisual	16 566.13	16 566.13	10 353.83
3.2	3.2/1/176	Formação Profissional Contínua	SIND. TRAB. ACTIVIDADE SEGURADORA - S.T.A.S.	142 851.14	142 851.14	89 281.96
3.2	3.2/1/177	Formação Profissional Contínua	SIND. TRAB. FUNÇÃO PÚBLICA DO SUL E AÇORES	413 971.92	413 971.92	258 732.45
3.2	3.2/1/178	Formação Profissional Contínua	SIND. TRAB. PORTUGAL TELECOM EMP. PARTICIPADAS	150 279.87	150 279.87	93 924.92
3.2	3.2/1/179	Formação Profissional Contínua	ASS.C.S.CONC.ABRANTES,CONST., SARDOAL E MAÇÃO	101 133.68	101 133.68	63 208.54
3.2	3.2/1/180	Formação Profissional Contínua	ASS. COMERC. CARNES DISTRITO DE SANTARÉM	89 226.96	89 226.96	55 766.85
3.2	3.2/1/181	Formação Profissional Contínua	ESPAÇOS VERDES - PROJECTOS E CONSTRUÇÃO, LDA	37 587.86	37 587.86	23 492.41
3.2	3.2/1/182	Formação Profissional Contínua	FED. INST. DA 3.ª IDADE LIGADAS À IGREJA	47 776.69	47 776.69	29 860.43
3.2	3.2/1/183	Formação Profissional Contínua	SIND. NAC. MAQUINISTAS C. FERRO PORTUGUESES	96 674.91	96 674.91	60 421.82
3.2	3.2/1/184	Formação Profissional Contínua	SIND.NAC. DOS FERROV. ADMINIST.T. SERVIÇOS	140 927.52	140 927.52	88 079.70
3.2	3.2/1/185	Formação Profissional Contínua	EXTERNATO CESÁRIO VERDE, LDA	77 653.36	77 653.36	48 533.35
3.2	3.2/1/186	Formação Profissional Contínua	HEMOPORTUGAL- SOC.MAT. APOIO DIÁLISE, LDA	23 406.10	15 986.48	9 991.55
3.2	3.2/1/187	Formação Profissional Contínua	FARAME- FÁB. DE ARTIGOS DE ARAME, LDA	41 390.10	36 487.00	22 804.38
3.2	3.2/1/188	Formação Profissional Contínua	PREVICOL - SOC. DE PREV. E CONTROLE, LDA	95 417.54	95 417.54	59 635.96
3.2	3.2/1/189	Formação Profissional Contínua	CARMONTI - IND. DE CARNES DO MONTIJO, LDA	180 569.00	102 727.73	64 204.83
3.2	3.2/1/190	Formação Profissional Contínua	FÁBRICA DE FAIANÇAS VALE DO PRADO, LDA	168 116.13	109 069.53	68 168.45
3.2	3.2/1/191	Formação Profissional Contínua	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	59 958.42	59 958.42	37 474.01
3.2	3.2/1/192	Formação Profissional Contínua	J.D. - EMPRESA DE LACTICÍNIOS, AS	70 203.37	48 868.33	30 542.70
3.2	3.2/1/193	Formação Profissional Contínua	SISMAIA - SERVIÇOS INFORMÁTICOS, LDA	46 000.38	30 772.75	19 232.97
3.2	3.2/1/194	Formação Profissional Contínua	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	22 991.79	22 991.79	14 369.87
3.2	3.2/1/195	Formação Profissional Contínua	MUNDISERVIÇOS- COMP.PORT. SERV. E GESTÃO, LDA	28 897.26	16 208.95	10 130.59

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/196	Formação Profissional Contínua	EUROLÓGICA- SIST. DE ORG., INFORM. E FORMAÇÃO	24 145.81	24 145.81	15 091.13
3.2	3.2/1/197	Formação Profissional Contínua	FORMÉDIA- CRIAÇÃO E DESENV. DE EMPRESAS, AS	41 696.24	41 696.24	26 060.15
3.2	3.2/1/198	Formação Profissional Contínua	RANGEL TRANSITÁRIOS, AS	3 974.61	2 754.80	1 721.75
3.2	3.2/1/199	Formação Profissional Contínua	ASS.FORM.TECNOL.ENG.MECANIC A MAT. - AFTEM	57 717.93	44 470.94	27 794.34
3.2	3.2/1/200	Formação Profissional Contínua	FAIAMOR - FAIANÇAS DA AMOREIRA, LDA	280 000.72	177 824.82	111 140.51
3.2	3.2/1/201	Formação Profissional Contínua	NADIFIL - SERVIÇOS DE SEGURANÇA, LDA	17 063.97	17 063.97	10 664.98
3.2	3.2/1/202	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	56 722.06	56 722.06	35 451.29
3.2	3.2/1/203	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE CONDUÇÃO MODERNA -INTERNAC., ACE	14 884.13	14 884.13	9 302.58
3.2	3.2/1/204	Formação Profissional Contínua	ASS. ALMADENSE RUMO AO FUTURO	19 252.61	19 252.61	12 032.88
3.2	3.2/1/205	Formação Profissional Contínua	EDICLUBE - EDIÇÃO E PROMOÇÃO DO LIVRO, LDA	82 340.62	49 864.59	31 165.37
3.2	3.2/1/206	Formação Profissional Contínua	C. M. G. - CERÂMICAS, LDA	385 904.01	270 787.78	169 242.36
3.2	3.2/1/207	Formação Profissional Contínua	ACTIVO HUMANO - CONSULT. ASSOCIADOS, LDA	20 858.30	20 858.30	13 036.44
3.2	3.2/1/208	Formação Profissional Contínua	ITALCO - MODA ITALIANA, LDA	172 201.65	104 214.29	65 133.93
3.2	3.2/1/209	Formação Profissional Contínua	FULCRO - SISTEMAS DE INF. E GESTÃO, LDA	50 409.31	50 409.31	31 505.82
3.2	3.2/1/210	Formação Profissional Contínua	POGIC- PROJECTOS ORG. GEST. INF. CONSULT., LDA	25 197.78	16 834.44	10 521.52
3.2	3.2/1/211	Formação Profissional Contínua	FACTOR H - CONS. GEST. RECURSOS HUMANOS, LDA	36 523.20	36 523.20	22 827.00
3.2	3.2/1/213	Formação Profissional Contínua	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	63 490.48	63 490.48	39 681.55
3.2	3.2/1/214	Formação Profissional Contínua	CNC - COMP. NACIONAL DE CARNES, LDA	22 346.00	17 283.20	10 802.00
3.2	3.2/1/215	Formação Profissional Contínua	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	77 653.36	77 653.36	48 533.35
3.2	3.2/1/217	Formação Profissional Contínua	MARTOLI GEST- FORM., GESTÃO E CONSULT., LDA	95 901.36	95 901.36	59 938.35
3.2	3.2/1/218	Formação Profissional Contínua	INIS- INSTITUTO DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	99 567.34	99 567.34	62 229.59
3.2	3.2/1/219	Formação Profissional Contínua	CARNES LOUÇÃO - INDUSTRIAL CARNES, LDA	22 520.58	17 283.20	10 802.00
3.2	3.2/1/220	Formação Profissional Contínua	TRASESA - CONS. HIGIENE SEG. SAÚDE TRAB., SA	36 145.70	36 145.70	22 591.06
3.2	3.2/1/221	Formação Profissional Contínua	CARTOMAIOR- INDUSTRIA DE CARTONAGEM, LDA	47 904.80	35 925.92	22 453.70
3.2	3.2/1/222	Formação Profissional Contínua	OS PREGUIÇAS-EDUCAÇÃO APOIO PEDAGÓGICO, LDA	8 820.27	8 820.27	5 512.67
3.2	3.2/1/223	Formação Profissional Contínua	IPF - INSTITUTO PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, LDA	33 670.35	33 670.35	21 043.97
3.2	3.2/1/224	Formação Profissional Contínua	C.I.Q. - CENTRO INFORMÁTICO DA QUINTA, LDA	74 874.56	74 874.56	46 796.60

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/226	Formação Profissional Contínua	PLURIFACTOR - CONS. MULTIDISC.DESENV., LDA	71 347.28	71 347.28	44 592.05
3.2	3.2/1/227	Formação Profissional Contínua	CORPIUM - MULTIMÉDIA E FORMAÇÃO, LDA	26 751.98	26 751.98	16 719.99
3.2	3.2/1/228	Formação Profissional Contínua	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	40 610.33	31 709.20	19 818.25
3.2	3.2/1/229	Formação Profissional Contínua	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES, SERV. INFRM., LDA	7 306.90	7 306.90	4 566.81
3.2	3.2/1/231	Formação Profissional Contínua	SINMTAXI-SIND. NAC. MOTOR. TAXI AL. LIG. PASSAG.	84 430.42	84 430.42	52 769.01
3.2	3.2/1/233	Formação Profissional Contínua	GLOBAL CHANGE - CONSULT. INTERN. ASSOC., LDA	21 362.52	21 362.52	13 351.57
3.2	3.2/1/234	Formação Profissional Contínua	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTÃO, LDA	108 034.96	108 034.96	67 521.85
3.2	3.2/1/235	Formação Profissional Contínua	FORDOMINIUM- FORM. PORFISSIONAL, LDA	122 229.42	122 229.42	76 393.39
3.2	3.2/1/236	Formação Profissional Contínua	CONSONOB- FORM. PROF. E CONSULTADORIA, LDA	14 352.14	14 352.14	8 970.09
3.2	3.2/1/237	Formação Profissional Contínua	FIAT AUTO MARKETING INSTITUTE PORT., ACE	89 850.29	89 850.29	56 156.43
3.2	3.2/1/238	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	107 522.86	107 522.86	67 201.79
3.2	3.2/1/239	Formação Profissional Contínua	AAOO- SOC. FORM. PROF. CONS. TÉCNICA, AS	176 929.70	176 929.70	110 581.06
3.2	3.2/1/240	Formação Profissional Contínua	ASS. SIND. DO PESSOAL DE TRÁFEGO DA CARRIS	70 831.15	70 831.15	44 269.47
3.2	3.2/1/241	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE FORMAÇÃO PORTUGÁLIA	119 136.88	119 136.88	74 460.55
3.2	3.2/1/242	Formação Profissional Contínua	EAST NET- SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES, LDA	33 006.85	33 006.85	20 629.28
3.2	3.2/1/243	Formação Profissional Contínua	MARIA GLÓRIA RAMOS- CONS. GEST. FORM. PROF., LDA	46 506.61	46 506.61	29 066.62
3.2	3.2/1/245	Formação Profissional Contínua	Ivone Pereira Ferreira da Costa Santos	59 807.20	59 807.20	37 379.50
3.2	3.2/1/246	Formação Profissional Contínua	MARIO PEREIRA VITOR (M.P.V. - CONSULTORES)	63 928.93	63 928.93	39 955.58
3.2	3.2/1/247	Formação Profissional Contínua	DELTAFOR PORTUGUESA-CONS. FORM. INFORM, LDA	83 299.30	83 299.30	52 062.06
3.2	3.2/1/248	Formação Profissional Contínua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	190 575.61	190 575.61	119 109.76
3.2	3.2/1/249	Formação Profissional Contínua	ANTROP- ASSOC. NAC. TRANSP. ROD. PES. PAS SAGEIROS	17 421.44	17 421.44	10 888.40
3.2	3.2/1/250	Formação Profissional Contínua	AREAENSINA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	29 449.02	29 449.02	18 405.64
3.2	3.2/1/251	Formação Profissional Contínua	ARISCO- INSTITUIÇÃO PROMOÇÃO SOC. E SAÚDE	73 824.66	73 824.66	46 140.40
3.2	3.2/1/252	Formação Profissional Contínua	ASSOC. BENEF. CASAS DE S. VICENTE DE PAULO	65 092.67	54 217.18	33 885.74
3.2	3.2/1/253	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE PROTESE	89 484.34	89 484.34	55 927.71
3.2	3.2/1/254	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORT. DE DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS	13 597.54	13 597.54	8 498.46
3.2	3.2/1/255	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE OURIVESARIA DO SUL	62 965.98	62 965.98	39 353.74

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/256	Formação Profissional Contínua	ASSOC.LARES E CASA DE REPOUSO P/A IDOSOS	104 121.06	104 121.06	65 075.66
3.2	3.2/1/257	Formação Profissional Contínua	BELTRÃO COELHO, LDA	135 557.17	46 217.16	28 885.73
3.2	3.2/1/258	Formação Profissional Contínua	Município da Amadora	10 755.63	10 755.63	6 722.27
3.2	3.2/1/259	Formação Profissional Contínua	CASA S. PEDRO DE ALVERCA	52 542.42	35 378.72	22 111.70
3.2	3.2/1/260	Formação Profissional Contínua	CCRLVT	80 421.31	80 421.31	50 263.32
3.2	3.2/1/261	Formação Profissional Contínua	CENFORCAL- CENTRO FORM. PROFISSIONAL, LDA	146 601.93	146 601.93	91 626.21
3.2	3.2/1/263	Formação Profissional Contínua	CENTRO CULT. SOCIAL STº ANT. DOS CAVALEIROS	31 210.58	19 505.21	12 190.76
3.2	3.2/1/264	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL P/A DESENV. DO SOBRALINHO	31 983.78	23 578.85	14 736.78
3.2	3.2/1/265	Formação Profissional Contínua	CEVALOR-CTºTECN. VAL.ROCHAS ORN. INDUSTRIAIS	11 512.13	11 512.13	7 195.08
3.2	3.2/1/267	Formação Profissional Contínua	CIC - ASSOC. P/A COOP. INTERCÂMBIO E CULTURA	38 818.40	38 818.40	24 261.50
3.2	3.2/1/268	Formação Profissional Contínua	CIMPOMÓVEL - VEICULOS PESADOS, LDA	44 244.13	19 798.92	12 374.33
3.2	3.2/1/269	Formação Profissional Contínua	COMPUCONTA-SOC.TEC.PLAN.CONTABILÍSTICO, LDA	26 631.47	18 513.53	11 570.96
3.2	3.2/1/270	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORT/CÂMARA COMÉRCIO	241 677.18	121 442.96	75 901.85
3.2	3.2/1/271	Formação Profissional Contínua	COZINHAS XIRACLASSE -MÓVEIS DECORAÇÕES, LDA	35 525.35	33 725.00	21 078.13
3.2	3.2/1/272	Formação Profissional Contínua	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	43 069.10	42 551.04	26 594.40
3.2	3.2/1/273	Formação Profissional Contínua	ECOSAÚDE	34 303.25	34 303.25	21 439.53
3.2	3.2/1/274	Formação Profissional Contínua	ECOSAÚDE	141 626.88	141 626.88	88 516.80
3.2	3.2/1/275	Formação Profissional Contínua	ELECTRO CENTRAL VULCANIZADORA, LDA	24 703.46	15 124.97	9 453.11
3.2	3.2/1/276	Formação Profissional Contínua	ENATUR - EMPRESA NACIONAL DO TURISMO,AS	6 975.84	6 975.84	4 359.90
3.2	3.2/1/278	Formação Profissional Contínua	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE GOLF	6 892.51	6 892.51	4 307.81
3.2	3.2/1/279	Formação Profissional Contínua	FERREIRA & FILHO, LDA	18 427.50	14 470.38	9 043.99
3.2	3.2/1/280	Formação Profissional Contínua	FORMIPSIS - FORM. E CONSULT, UNIPessoal, LDA	99 504.64	99 504.64	62 190.40
3.2	3.2/1/281	Formação Profissional Contínua	GESTICOOP- COOP. SINDICAL DE SERVIÇOS, CRL	63 745.39	63 745.39	39 840.87
3.2	3.2/1/282	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	29 496.52	25 453.14	15 908.21
3.2	3.2/1/283	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER	110 978.80	87 639.95	54 774.97
3.2	3.2/1/284	Formação Profissional Contínua	Centro Hospitalar do Médio Tejo, S A	39 192.45	39 192.45	24 495.28
3.2	3.2/1/285	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE SETÚBAL (S. BERNARDO)	8 572.42	8 572.42	5 357.76

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/286	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL JULIO DE MATOS	68 546.86	47 756.91	29 848.07
3.2	3.2/1/287	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL ORTOPÉDICO SANT'IAGO DO OUTÃO	34 612.77	34 612.77	21 632.98
3.2	3.2/1/289	Formação Profissional Contínua	IAPMEI- INST.APOIO ÀS PEQ.MÉDIAS EMP. E INV.	121 728.90	60 694.03	37 933.77
3.2	3.2/1/290	Formação Profissional Contínua	IFADAP - INST.FIN. APOIO DESENV.AGRIC.PESCAS	34 785.97	18 438.44	11 524.03
3.2	3.2/1/291	Formação Profissional Contínua	IFR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO RENAULT, LDA	79 109.69	79 109.69	49 443.56
3.2	3.2/1/292	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO	84 252.58	62 179.79	38 862.37
3.2	3.2/1/295	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO NACIONAL DO DESPORTO - IND	307 105.54	71 526.29	44 703.94
3.2	3.2/1/296	Formação Profissional Contínua	IRRICAMPO - SISTEMAS DE REGA, LDA	67 923.43	38 157.06	23 848.16
3.2	3.2/1/297	Formação Profissional Contínua	J.LUCENA - CONSULT., PROJECTOS E SERVIÇOS,EIRL	44 865.28	44 865.28	28 040.80
3.2	3.2/1/298	Formação Profissional Contínua	J.LUCENA - CONSULT., PROJECTOS E SERVIÇOS,EIRL	54 141.17	54 141.17	33 838.22
3.2	3.2/1/299	Formação Profissional Contínua	KNOW - HOW - CONSULTORES, LDA	33 043.39	33 043.39	20 652.12
3.2	3.2/1/300	Formação Profissional Contínua	LAMMI - SOC. DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA	57 804.70	43 080.99	26 925.62
3.2	3.2/1/301	Formação Profissional Contínua	LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES	57 144.70	35 947.05	22 466.90
3.2	3.2/1/302	Formação Profissional Contínua	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, AS	105 501.03	56 297.83	35 186.15
3.2	3.2/1/304	Formação Profissional Contínua	MEDILABOR - MED.TRAB. HIG.SEG. FORMAÇÃO, LDA	74 809.71	74 809.71	46 756.07
3.2	3.2/1/305	Formação Profissional Contínua	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA GERAL	90 306.18	72 064.32	45 040.20
3.2	3.2/1/306	Formação Profissional Contínua	MULTIÓPTICAS DE GESTÃO, AS	119 280.58	42 770.67	26 731.67
3.2	3.2/1/307	Formação Profissional Contínua	PANRICO - PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	52 399.40	30 799.77	19 249.85
3.2	3.2/1/310	Formação Profissional Contínua	ADP - Adubos de Portugal S. A	145 910.68	72 866.62	45 541.64
3.2	3.2/1/311	Formação Profissional Contínua	RADINU-COMÉRCIO GROSSO BACALHAU E AFINS, AS	43 295.36	34 566.39	21 604.00
3.2	3.2/1/312	Formação Profissional Contínua	RDPE - DESENV. DE PROJECTOS EMPRESARIAIS, LDA	86 259.30	86 259.30	53 912.06
3.2	3.2/1/313	Formação Profissional Contínua	COLOMER PORTUGAL - Produtos Cosméticos e Profissionais,	23 892.05	15 760.20	9 850.12
3.2	3.2/1/314	Formação Profissional Contínua	RUMO COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, CRL	20 004.86	20 004.86	12 503.04
3.2	3.2/1/315	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	75 712.20	75 712.20	47 320.11
3.2	3.2/1/316	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAFRA	149 113.14	146 819.09	91 761.93
3.2	3.2/1/317	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	27 948.03	27 948.03	17 467.52
3.2	3.2/1/318	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	104 914.35	104 914.35	65 571.47

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/319	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	103 856.14	103 856.14	64 910.09
3.2	3.2/1/320	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	11 209.44	10 881.77	6 801.11
3.2	3.2/1/321	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO UTILIZ. COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	43 464.55	19 224.65	12 015.41
3.2	3.2/1/322	Formação Profissional Contínua	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF., INF. E GESTÃO, LDA	90 248.99	90 248.99	56 405.62
3.2	3.2/1/324	Formação Profissional Contínua	SOPOL -SOC.GERAL CONSTRUÇÕES OBRAS PÚBLICAS	52 462.74	52 462.74	32 789.21
3.2	3.2/1/325	Formação Profissional Contínua	TERMOCLASS-SOC.INST.AQUEC.CENT LAREIRAS GÁS	33 269.06	31 174.11	19 483.82
3.2	3.2/1/326	Formação Profissional Contínua	TIBA- COMÉRCIO E IND. MAT. CONSTRUÇÃO, SA	59 040.79	59 040.79	36 900.49
3.2	3.2/1/327	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	19 668.45	19 668.45	12 292.78
3.2	3.2/1/328	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	39 299.39	39 299.39	24 562.12
3.2	3.2/1/329	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	3 024.83	3 024.83	1 890.52
3.2	3.2/1/330	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	29 247.92	29 247.92	18 279.95
3.2	3.2/1/331	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	14 456.42	14 456.42	9 035.26
3.2	3.2/1/332	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect.Terciário	2 425.26	2 425.26	1 515.79
3.2	3.2/1/333	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	33 435.46	33 435.46	20 897.16
3.2	3.2/1/334	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	23 870.29	23 870.29	14 918.93
3.2	3.2/1/335	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	100 740.05	66 986.62	41 866.64
3.2	3.2/1/336	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	2 530.60	2 400.82	1 500.51
3.2	3.2/1/337	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	19 233.96	19 031.77	11 894.86
3.2	3.2/1/338	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	10 647.33	10 647.33	6 654.58
3.2	3.2/1/339	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	147 965.15	135 375.70	84 609.81
3.2	3.2/1/340	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	321 292.31	259 071.72	161 919.82
3.2	3.2/1/341	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel -	56 109.77	50 881.95	31 801.22
3.2	3.2/1/342	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	12 762.77	12 762.77	7 976.73
3.2	3.2/1/343	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	244 948.37	182 758.25	114 223.91
3.2	3.2/1/344	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	31 769.96	25 415.97	15 884.98
3.2	3.2/1/345	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	8 047.41	6 437.92	4 023.70
3.2	3.2/1/347	Formação Profissional Contínua	CEFOSAP	217 114.91	217 114.91	135 696.82

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/348	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	65 887.38	65 667.91	41 042.44
3.2	3.2/1/349	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	64 757.59	60 181.31	37 613.32
3.2	3.2/1/350	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Alverca	100 589.25	100 589.25	62 868.28
3.2	3.2/1/351	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	75 983.47	75 983.47	47 489.67
3.2	3.2/1/352	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Tomar	45 675.52	45 675.52	28 547.20
3.2	3.2/1/353	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Setúbal	21 269.09	21 269.09	13 293.18
3.2	3.2/1/354	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	50 043.79	50 043.79	31 277.37
3.2	3.2/1/355	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Santarém	61 324.42	61 324.42	38 327.76
3.2	3.2/1/356	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional do Seixal	32 635.25	32 635.25	20 397.03
3.2	3.2/1/357	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	40 726.16	40 726.16	25 453.85
3.2	3.2/1/358	Formação Profissional Contínua	C.F.P. de Lisboa Sect. Terciário	63 462.90	63 462.90	39 664.31
3.2	3.2/1/359	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	42 868.48	24 859.48	15 537.18
3.2	3.2/1/360	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	267 132.84	172 828.28	108 017.67
3.2	3.2/1/361	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	224 761.64	198 089.38	123 805.87
3.2	3.2/1/364	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	37 052.28	36 926.99	23 079.37
3.2	3.2/1/365	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	78 755.20	78 755.20	49 222.00
3.2	3.2/1/366	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	4 434.32	4 434.32	2 771.45
3.2	3.2/1/367	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	973 099.83	655 584.32	409 740.20
3.2	3.2/1/368	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	64 903.30	51 922.64	32 451.65
3.2	3.2/1/369	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	136 702.64	109 362.11	68 351.32
3.2	3.2/1/370	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	185 469.20	173 544.75	108 465.47
3.2	3.2/1/371	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	48 049.54	44 653.78	27 908.62
3.2	3.2/1/372	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	130 653.92	81 658.70	51 036.69
3.2	3.2/1/373	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	310 137.63	100 901.84	63 063.65
3.2	3.2/1/374	Formação Profissional Contínua	ORDEM DOS MÉDICOS	388 063.20	388 063.20	242 539.50
3.2	3.2/1/375	Formação Profissional Contínua	ANJE - ASSOC. NAC. JOVENS EMPRESÁRIOS	281 889.81	281 889.81	176 181.13
3.2	3.2/1/376	Formação Profissional Contínua	AREAENSINA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	63 405.22	63 405.22	39 628.25

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/377	Formação Profissional Contínua	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	131 938.44	131 938.44	82 461.52
3.2	3.2/1/378	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PROTECTORA DIABÉTICOS DE PORTUGAL	44 122.75	44 122.75	27 576.72
3.2	3.2/1/379	Formação Profissional Contínua	ASSOC.PROD. AGRIC. MANIQUE INTEND. MAÇUSSA	36 566.83	36 566.83	22 854.27
3.2	3.2/1/381	Formação Profissional Contínua	Município de Lisboa	105 748.85	105 748.85	66 093.03
3.2	3.2/1/382	Formação Profissional Contínua	Município de Lisboa	66 889.94	66 889.94	41 806.21
3.2	3.2/1/383	Formação Profissional Contínua	CEBI - FUND. P/ DESENV. COMUNITÁRIO ALVERCA	35 193.48	27 897.71	17 436.07
3.2	3.2/1/384	Formação Profissional Contínua	CENTRO AGRICOLA E RURAL DO OESTE	29 654.66	29 654.66	18 534.16
3.2	3.2/1/385	Formação Profissional Contínua	CENTRO GESTÃO EMPRESA AGRICOLA ÓBIDOS	36 566.83	36 566.83	22 854.27
3.2	3.2/1/387	Formação Profissional Contínua	COMUNIDADE VIDA E PAZ	254 153.29	121 714.02	76 071.26
3.2	3.2/1/388	Formação Profissional Contínua	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	78 540.62	78 540.62	49 087.89
3.2	3.2/1/389	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO	88 683.92	88 683.92	55 427.45
3.2	3.2/1/390	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL INSTALAÇÕES E EQUIP. DE SAÚDE	3 649.18	3 649.18	2 280.74
3.2	3.2/1/391	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SECUNDÁRIA C/ 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	79 271.46	79 271.46	49 544.66
3.2	3.2/1/392	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. Mª FERNANDA RESENDE	20 387.42	20 387.42	12 742.14
3.2	3.2/1/393	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTARÉM	5 846.70	5 846.70	3 654.19
3.2	3.2/1/394	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE SANTARÉM	14 345.90	14 345.90	8 966.19
3.2	3.2/1/395	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE ALCOBAÇA	9 185.58	9 185.58	5 740.99
3.2	3.2/1/396	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL PULIDO VALENTE AS	23 826.65	20 123.99	12 577.50
3.2	3.2/1/397	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE PULIDO VALENTE	14 133.25	12 934.59	8 084.12
3.2	3.2/1/398	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL PULIDO VALENTE AS	80 252.54	70 582.11	44 113.82
3.2	3.2/1/399	Formação Profissional Contínua	Centro Hospitalar do Médio Tejo, S A	24 948.96	24 948.96	15 593.10
3.2	3.2/1/400	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA AS	163 454.55	163 454.55	102 159.09
3.2	3.2/1/401	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL GARCIA DE HORTA	84 702.20	84 702.20	52 938.87
3.2	3.2/1/402	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	24 481.03	13 294.87	8 309.29
3.2	3.2/1/403	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS	109 866.25	50 718.68	31 699.18
3.2	3.2/1/404	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	25 070.51	25 070.51	15 669.07
3.2	3.2/1/405	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	246 342.10	242 097.03	151 310.64

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/406	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	136 496.62	136 496.62	85 310.39
3.2	3.2/1/407	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	7 733.74	7 733.74	4 833.59
3.2	3.2/1/408	Formação Profissional Contínua	I.Q.S. - INSTITUTO DA QUALIDADE DA SAÚDE	87 223.68	87 223.68	54 514.80
3.2	3.2/1/409	Formação Profissional Contínua	Instituto da Droga e da Toxicodependencia	50 945.27	45 850.74	28 656.71
3.2	3.2/1/410	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DE S. JOÃO DE DEUS	9 238.16	4 592.25	2 870.16
3.2	3.2/1/411	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO FONTES PEREIRA DE MELO	286 457.66	286 457.66	179 036.03
3.2	3.2/1/412	Formação Profissional Contínua	MENTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	135 953.06	135 953.06	84 970.66
3.2	3.2/1/413	Formação Profissional Contínua	N.J. - FORMAÇÃO PROF. E PROJECTOS, LDA	39 838.99	39 838.99	24 899.37
3.2	3.2/1/416	Formação Profissional Contínua	SALVADOR CAETANO, SA	54 856.04	46 042.80	28 776.75
3.2	3.2/1/417	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL MIN. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	57 321.31	35 825.81	22 391.13
3.2	3.2/1/418	Formação Profissional Contínua	SGHD - SOC.GEST. HOSPITAL DAS DESCOBERTAS, SA	350 170.21	114 365.59	71 478.49
3.2	3.2/1/419	Formação Profissional Contínua	SISE - SINDICATO INDEP. SECTOR ENERGÉTICO	60 125.41	60 125.41	37 578.37
3.2	3.2/1/420	Formação Profissional Contínua	TECNOFORMA - SERV. E COM. INTERNACIONAIS, SA	12 750.37	12 750.37	7 968.98
3.2	3.2/1/421	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMÁTICO, LDA	4 249.47	4 249.47	2 655.92
3.2	3.2/1/422	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMÁTICO, LDA	31 064.75	31 064.75	19 415.47
3.2	3.2/1/423	Formação Profissional Contínua	VISTEON PORTUGUESA, LDT	187 933.40	111 803.00	69 876.88
3.2	3.2/1/424	Formação Profissional Contínua	SOPONATA - SOC.PORT. DE NAVIOS TANQUES, SA	60 242.87	34 946.58	21 841.61
3.2	3.2/1/425	Formação Profissional Contínua	CONSTRUTORA DO TAMEGA, SA	144 763.48	81 421.62	50 888.51
3.2	3.2/1/426	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE CURRY CABRAL	203 031.85	87 466.12	54 666.33
3.2	3.2/1/427	Formação Profissional Contínua	IBM BTO BUSINESS TRANSFORMATION OUTSOURCING -	384 553.35	135 186.32	84 491.45
3.2	3.2/1/428	Formação Profissional Contínua	Centro Hospitalar do Médio Tejo, S A	83 556.30	82 902.40	51 814.00
3.2	3.2/1/429	Formação Profissional Contínua	Centro Hospitalar do Médio Tejo, S A	16 818.70	16 818.70	10 511.69
3.2	3.2/1/430	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	119 992.06	119 872.07	74 920.05
3.2	3.2/1/431	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	5 057.76	5 057.76	3 161.10
3.2	3.2/1/432	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	52 027.56	51 377.22	32 110.77
3.2	3.2/1/433	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	16 577.95	16 361.93	10 226.20
3.2	3.2/1/434	Formação Profissional Contínua	CEFOSAP	378 558.80	378 558.80	236 599.25

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/435	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	34 903.82	34 903.82	21 814.89
3.2	3.2/1/436	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	106 821.36	106 821.36	66 763.35
3.2	3.2/1/437	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	43 455.95	43 455.95	27 159.97
3.2	3.2/1/438	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	106 443.15	104 770.17	65 481.36
3.2	3.2/1/439	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	147 803.58	128 504.09	80 315.06
3.2	3.2/1/440	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	277 645.14	247 351.71	154 594.82
3.2	3.2/1/441	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE	1 113 394.51	425 094.02	265 683.77
3.2	3.2/1/442	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE EGAS MONIZ AS	541 492.69	317 759.04	198 599.40
3.2	3.2/1/443	Formação Profissional Contínua	Centro Hospitalar de Torres Vedras	217 801.36	173 861.02	108 663.15
3.2	3.2/1/444	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DO MONTIJO	34 191.30	34 191.30	21 369.56
3.2	3.2/1/445	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS	88 492.18	86 723.24	54 202.02
3.2	3.2/1/446	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS	61 733.41	60 322.13	37 701.34
3.2	3.2/1/447	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	97 533.02	76 029.97	47 518.73
3.2	3.2/1/448	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	22 662.88	14 827.47	9 267.17
3.2	3.2/1/449	Formação Profissional Contínua	DIRECÇÃO GERAL INSTALAÇÕES E EQUIP. DE SAÚDE	73 258.71	37 028.36	23 142.73
3.2	3.2/1/450	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM S A	86 397.29	76 576.39	47 860.25
3.2	3.2/1/451	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM S A	9 751.92	5 285.26	3 303.29
3.2	3.2/1/452	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	127 348.66	113 557.90	70 973.69
3.2	3.2/1/453	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO MILHARADO	82 923.16	81 647.41	51 029.63
3.2	3.2/1/454	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE MÉDICOS CLÍNICA GERAL	11 542.24	11 542.24	7 213.90
3.2	3.2/1/455	Formação Profissional Contínua	SINDICATO DAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS SAÚDE	41 366.15	41 366.15	25 853.84
3.2	3.2/1/456	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE MÉDICOS PATOLOGISTAS	22 151.82	22 151.82	13 844.89
3.2	3.2/1/457	Formação Profissional Contínua	ESTER-ASS.FORM.T.SECT. ROCHAS ORN.INDUSTRIAIS	5 530.37	5 530.37	3 456.48
3.2	3.2/1/458	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	14 532.02	14 532.02	9 082.51
3.2	3.2/1/459	Formação Profissional Contínua	ASSOC. AGRICULTORES DO OESTE	66 585.71	66 585.71	41 616.07
3.2	3.2/1/460	Formação Profissional Contínua	CENTRO DE GESTÃO AGRICOLA DE ALVORNINHA	48 760.58	48 760.58	30 475.36
3.2	3.2/1/461	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AEROCONDOR, LDA	36 777.26	35 226.88	22 016.80

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/462	Formação Profissional Contínua	ESCOLA DE AVIAÇÃO AEROCONDOR, LDA	99 427.14	84 676.87	52 923.06
3.2	3.2/1/463	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL AMADORA SINTRA - SOCIEDADE GESTORA, SA	769 932.34	238 585.12	149 115.70
3.2	3.2/1/464	Formação Profissional Contínua	CINAT - CENTRO DE INFORMAÇÃO E APOIO TECNICO, LDA	228 847.77	200 395.93	125 247.45
3.2	3.2/1/465	Formação Profissional Contínua	CCP - CONFED. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL	71 745.52	71 745.52	44 840.94
3.2	3.2/1/466	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	274 020.02	247 864.49	154 915.30
3.2	3.2/1/467	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	8 345.49	8 345.49	5 215.93
3.2	3.2/1/468	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	909 683.74	731 493.07	457 183.17
3.2	3.2/1/469	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel -	187 751.15	153 098.13	95 686.34
3.2	3.2/1/470	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	161 104.75	161 104.75	100 690.47
3.2	3.2/1/471	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	136 014.21	136 014.21	85 008.88
3.2	3.2/1/472	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	354 734.41	354 425.15	221 515.72
3.2	3.2/1/473	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	14 542.00	14 542.00	9 088.75
3.2	3.2/1/474	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL Nª Sª DO ROSÁRIO - BARREIRO AS	100 877.41	86 850.16	54 281.36
3.2	3.2/1/475	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE ENFERMEIROS	34 390.87	34 390.87	21 494.29
3.2	3.2/1/476	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	36 130.93	33 636.94	21 023.09
3.2	3.2/1/477	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	78 607.34	67 168.28	41 980.18
3.2	3.2/1/478	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ, SA	88 066.30	88 066.30	55 041.44
3.2	3.2/1/479	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ	12 314.48	12 314.48	7 696.55
3.2	3.2/1/480	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA CRUZ, SA	70 899.38	70 899.38	44 312.11
3.2	3.2/1/481	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA	41 460.19	41 460.19	25 912.62
3.2	3.2/1/482	Formação Profissional Contínua	ITAU - INST. TÉCNICO ALIMENT. HUMANA	798 306.56	541 582.55	338 489.10
3.2	3.2/1/652	Formação Profissional Contínua	APIEE - ASSOC.PORT. DOS IND. DE ENG. ELÉCTRICA	23 813.63	23 813.63	14 883.51
3.2	3.2/1/653	Formação Profissional Contínua	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, SA	45 414.64	35 886.65	22 429.16
3.2	3.2/1/654	Formação Profissional Contínua	CPPE - COMPª PORT. DE PROD. ELECTRICIDADE, SA	12 732.34	10 001.25	6 250.78
3.2	3.2/1/655	Formação Profissional Contínua	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE	135 889.09	135 889.09	84 930.68
3.2	3.2/1/656	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	172 977.55	172 977.55	108 110.97
3.2	3.2/1/657	Formação Profissional Contínua	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	78 285.60	78 285.60	48 928.50

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/658	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	1 007 884.18	289 295.89	180 809.93
3.2	3.2/1/659	Formação Profissional Contínua	TAP AIR PORTUGAL, SA	603 458.54	112 149.13	70 093.21
3.2	3.2/1/660	Formação Profissional Contínua	TÜV - RHEINLAND PORTUGAL, INSPEÇÕES TÉCNICAS, LDA	100 373.18	100 373.18	62 733.24
3.2	3.2/1/661	Formação Profissional Contínua	ALSTOM POWER PORTUGAL, SA	615 458.90	175 150.85	109 469.28
3.2	3.2/1/662	Formação Profissional Contínua	EFG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISC. E GESTÃO, LDA	345 177.19	326 710.83	204 194.27
3.2	3.2/1/663	Formação Profissional Contínua	EFG SERVIÇOS - ECONOMIA, FISC. E GESTÃO, LDA	100 523.11	98 945.31	61 840.82
3.2	3.2/1/664	Formação Profissional Contínua	RBV - CONSULTORES, LDA	91 006.16	91 006.16	56 878.85
3.2	3.2/1/665	Formação Profissional Contínua	GASFOMENTO - SIST. E INSTALAÇÕES DE GÁS, SA	55 750.41	28 918.77	18 074.23
3.2	3.2/1/666	Formação Profissional Contínua	GEBALIS - GEST.BAIRROS MUNICIPAIS LISBOA, EM	47 690.27	22 853.18	14 283.24
3.2	3.2/1/667	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA	633 673.84	335 783.77	209 864.86
3.2	3.2/1/668	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL CONCELHO CASCAIS	157 160.30	157 160.30	98 225.17
3.2	3.2/1/669	Formação Profissional Contínua	ACISO -ASSOC. COM., IND. SERV. CONC. DE OUREM	54 137.31	54 137.31	33 835.82
3.2	3.2/1/670	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL CONCELHOS OEIRAS AMADORA	234 082.21	234 082.21	146 301.38
3.2	3.2/1/671	Formação Profissional Contínua	LIMPARAÍSO- SOC.HIG., LIMPEZA E CONSERV., LDA	45 035.33	38 632.31	24 145.19
3.2	3.2/1/672	Formação Profissional Contínua	PHC - Serviços de Tecnologia Industrial, Lda	82 759.66	78 314.43	48 946.52
3.2	3.2/1/673	Formação Profissional Contínua	ACISN - ASSOC. COM. IND. SERVIÇOS DA NAZARÉ	157 213.82	157 213.82	98 258.64
3.2	3.2/1/674	Formação Profissional Contínua	SOTÉCNICA - SOC. ELECTROTÉCNICA, SA	67 107.35	27 567.99	17 229.99
3.2	3.2/1/675	Formação Profissional Contínua	ACITOFEBA-ASS.C.I.CONC.TOMAR, F.ZÉZERE E V.N.	189 276.36	189 276.36	118 297.72
3.2	3.2/1/676	Formação Profissional Contínua	ASSOC.COMERCIAL IND. DO CONCELHO DE SINTRA	452 171.57	452 171.57	282 607.23
3.2	3.2/1/677	Formação Profissional Contínua	CARRISTUR-INOV.TRANSP.URB. REG.SOC.UNIP., LDA	117 491.97	117 491.97	73 432.48
3.2	3.2/1/678	Formação Profissional Contínua	M&P - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	127 139.22	127 139.22	79 462.01
3.2	3.2/1/679	Formação Profissional Contínua	M&P - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	152 576.58	152 576.58	95 360.36
3.2	3.2/1/680	Formação Profissional Contínua	GESTINDATA - GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	81 787.89	81 787.89	51 117.43
3.2	3.2/1/681	Formação Profissional Contínua	FORINO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	198 324.36	198 324.36	123 952.73
3.2	3.2/1/682	Formação Profissional Contínua	FORINO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	213 586.16	213 586.16	133 491.35
3.2	3.2/1/683	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	63 660.77	63 660.77	39 787.98
3.2	3.2/1/684	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	71 727.52	71 727.52	44 829.70

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/685	Formação Profissional Contínua	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	67 445.57	67 445.57	42 153.48
3.2	3.2/1/686	Formação Profissional Contínua	LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, SA	464 980.31	185 887.71	116 179.82
3.2	3.2/1/687	Formação Profissional Contínua	ÁREA PEDAGÓGICA - CONSULT., REC. FORMAÇÃO, LDA	88 005.90	88 005.90	55 003.69
3.2	3.2/1/688	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	404 213.21	172 982.85	108 114.28
3.2	3.2/1/689	Formação Profissional Contínua	CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP	190 857.59	105 376.08	65 860.05
3.2	3.2/1/691	Formação Profissional Contínua	SETACOOOP-SIND.E., TÉCN.A.CONST.CIVIL P E AFINS	184 391.62	184 391.62	115 244.76
3.2	3.2/1/692	Formação Profissional Contínua	ISLA - SANTARÉM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	224 326.57	224 326.57	140 204.11
3.2	3.2/1/693	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	234 014.01	234 014.01	146 258.75
3.2	3.2/1/694	Formação Profissional Contínua	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	133 571.09	133 571.09	83 481.93
3.2	3.2/1/695	Formação Profissional Contínua	EL CORTE INGLÊS - GRANDES ARMAZÊNS, SA	669 101.81	329 800.29	206 125.18
3.2	3.2/1/696	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	191 263.06	191 263.06	119 539.41
3.2	3.2/1/697	Formação Profissional Contínua	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	51 463.33	51 463.33	32 164.58
3.2	3.2/1/698	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	135 906.98	135 906.98	84 941.86
3.2	3.2/1/699	Formação Profissional Contínua	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	135 509.58	135 509.58	84 693.49
3.2	3.2/1/700	Formação Profissional Contínua	ENSILIS - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, SOC. UNIPESSOAL	224 326.58	224 326.58	140 204.11
3.2	3.2/1/701	Formação Profissional Contínua	AERSET- ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE SETÚBAL	1 286 687.17	1 286 687.17	804 179.47
3.2	3.2/1/702	Formação Profissional Contínua	UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	582 543.52	582 543.52	364 089.70
3.2	3.2/1/703	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST.FORM.BANCÁRIA	413 554.67	413 554.67	258 471.66
3.2	3.2/1/704	Formação Profissional Contínua	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST.FORM.BANCÁRIA	45 909.24	45 909.24	28 693.26
3.2	3.2/1/705	Formação Profissional Contínua	ISSS - INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	84 696.87	53 248.92	33 280.58
3.2	3.2/1/706	Formação Profissional Contínua	EID - EMPRESA DE INVEST. DESENV. DE ELECTRÓNICA, SA	403 389.41	161 839.83	101 149.90
3.2	3.2/1/707	Formação Profissional Contínua	EID - EMPRESA DE INVEST. DESENV. DE ELECTRÓNICA, SA	26 753.35	9 445.53	5 903.45
3.2	3.2/1/708	Formação Profissional Contínua	METROPOLITANO DE LISBOA, EP	871 647.33	486 493.61	304 058.51
3.2	3.2/1/709	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INF TUR	795 858.30	795 858.30	497 411.44
3.2	3.2/1/710	Formação Profissional Contínua	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INF TUR	63 682.75	63 682.75	39 801.72
3.2	3.2/1/711	Formação Profissional Contínua	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	93 109.26	93 109.26	58 193.29
3.2	3.2/1/712	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	441 433.47	441 433.47	275 895.92

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/713	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	42 140.58	42 140.58	26 337.86
3.2	3.2/1/715	Formação Profissional Contínua	CEFOSAP	511 437.44	511 437.44	319 648.40
3.2	3.2/1/716	Formação Profissional Contínua	CEFOSAP	91 489.50	91 489.50	57 180.94
3.2	3.2/1/717	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	257 348.99	257 348.99	160 843.12
3.2	3.2/1/718	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	14 168.00	14 168.00	8 855.00
3.2	3.2/1/719	Formação Profissional Contínua	CENFIC	179 924.29	122 570.49	76 606.56
3.2	3.2/1/720	Formação Profissional Contínua	CENFIC	28 657.26	28 657.26	17 910.79
3.2	3.2/1/721	Formação Profissional Contínua	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	584 720.16	323 594.19	202 246.37
3.2	3.2/1/722	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	1 036 041.01	1 036 041.01	647 525.63
3.2	3.2/1/724	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	18 098.00	18 098.00	11 311.25
3.2	3.2/1/725	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	109 275.01	109 275.01	68 296.88
3.2	3.2/1/727	Formação Profissional Contínua	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	40 346.99	40 346.99	25 216.87
3.2	3.2/1/728	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	183 500.00	183 500.00	114 687.50
3.2	3.2/1/729	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	107 000.00	107 000.00	66 875.00
3.2	3.2/1/730	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	101 500.00	101 500.00	63 437.50
3.2	3.2/1/731	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	780 246.86	780 246.86	487 654.29
3.2	3.2/1/732	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	245 667.86	245 667.86	153 542.41
3.2	3.2/1/733	Formação Profissional Contínua	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	451 277.01	451 277.01	282 048.13
3.2	3.2/1/735	Formação Profissional Contínua	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	286 109.89	286 109.89	178 818.68
3.2	3.2/1/736	Formação Profissional Contínua	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	150 907.01	141 854.91	88 659.32
3.2	3.2/1/737	Formação Profissional Contínua	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	372 337.43	162 674.22	101 671.39
3.2	3.2/1/738	Formação Profissional Contínua	PROSALIS - PROJECTO DE SAÚDE EM LISBOA	22 610.91	22 610.91	14 131.82
3.2	3.2/1/739	Formação Profissional Contínua	ASSOC. CENTRO JOVEM TEJO	42 918.82	42 918.82	26 824.26
3.2	3.2/1/740	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	36 556.30	36 556.30	22 847.69
3.2	3.2/1/741	Formação Profissional Contínua	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	167 586.11	167 586.11	104 741.32
3.2	3.2/1/742	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PRÓPRIA - FORM. E CONSULT., LDA	119 892.86	119 892.86	74 933.04
3.2	3.2/1/744	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	62 934.72	62 934.72	39 334.20

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/745	Formação Profissional Contínua	SCALCONSULT - CONSULTORES, LDA	147 129.22	147 129.22	91 955.76
3.2	3.2/1/746	Formação Profissional Contínua	REDE FERROVIÁRIA NACIONAL - REFER, EP	264 826.02	141 982.14	88 738.84
3.2	3.2/1/747	Formação Profissional Contínua	REDE FERROVIÁRIA NACIONAL - REFER, EP	14 989.85	7 836.69	4 897.93
3.2	3.2/1/748	Formação Profissional Contínua	KNOW - HOW - CONSULTORES, LDA	456 318.45	456 318.45	285 199.02
3.2	3.2/1/749	Formação Profissional Contínua	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	191 689.68	191 689.68	119 806.04
3.2	3.2/1/750	Formação Profissional Contínua	AERLIS - ASSOC. EMPRESARIAL DA REGIÃO DE LISBOA	666 691.71	666 691.71	416 682.31
3.2	3.2/1/751	Formação Profissional Contínua	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP. EST. ECONÓMICOS	619 802.22	619 802.22	387 376.39
3.2	3.2/1/752	Formação Profissional Contínua	NERLEI - ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE LEIRIA	273 128.36	273 128.36	170 705.21
3.2	3.2/1/753	Formação Profissional Contínua	NERSANT NÚCLEO EMPRES. REG. SANTARÉM ASSOCIAÇÃO	539 867.58	539 867.58	337 417.24
3.2	3.2/1/755	Formação Profissional Contínua	QGI- GESTÃO DE SIST. DE AVAL. DA QUALIDADE, AS	257 159.22	257 159.22	160 724.51
3.2	3.2/1/756	Formação Profissional Contínua	QGI- GESTÃO DE SIST. DE AVAL. DA QUALIDADE, AS	34 597.62	34 597.62	21 623.51
3.2	3.2/1/757	Formação Profissional Contínua	Instituto da Soldadura e da Qualidade	274 636.72	274 636.72	171 647.95
3.2	3.2/1/758	Formação Profissional Contínua	Instituto da Soldadura e da Qualidade	257 942.12	257 942.12	161 213.82
3.2	3.2/1/759	Formação Profissional Contínua	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	164 339.94	164 339.94	102 712.46
3.2	3.2/1/760	Formação Profissional Contínua	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	185 569.23	185 569.23	115 980.77
3.2	3.2/1/761	Formação Profissional Contínua	FIDES- COOP. DE FORM., DESENV. E SOLIDARIEDADE, CRL	357 550.85	357 550.85	223 469.28
3.2	3.2/1/769	Formação Profissional Contínua	FUTURMIX - INOVAÇÃO E GESTÃO, LDA	93 317.00	93 317.00	58 323.12
3.2	3.2/1/770	Formação Profissional Contínua	IBERSOL - RESTAURAÇÃO, S.A	275 824.94	148 328.46	92 705.29
3.2	3.2/1/771	Formação Profissional Contínua	P.M.G. - PSICOLOGIA E MULTIGESTÃO, LDA	89 089.23	89 089.23	55 680.77
3.2	3.2/1/772	Formação Profissional Contínua	SAFIRA SERVICES - LIMPEZA E ESPAÇOS VERDES, S.A	202 618.78	100 235.16	62 646.98
3.2	3.2/1/773	Formação Profissional Contínua	INST. INVESTIG. DESENV., COOP. E FORM. BENTO DE JESUS	270 695.26	270 695.26	169 184.53
3.2	3.2/1/774	Formação Profissional Contínua	EUROSET- SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS, LDA	346 869.32	346 869.32	216 793.32
3.2	3.2/1/775	Formação Profissional Contínua	EIA - ENSINO, INVEST. ADMINISTRAÇÃO, S.A 'UNIVER.	100 191.34	100 191.34	62 619.59
3.2	3.2/1/776	Formação Profissional Contínua	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E	128 098.08	128 098.08	80 061.30
3.2	3.2/1/777	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE	600 553.74	299 796.43	187 372.77
3.2	3.2/1/778	Formação Profissional Contínua	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE	459 648.29	178 389.50	111 493.44
3.2	3.2/1/779	Formação Profissional Contínua	FDTI- FUND.P/DIVULG.TECN. DE INFORMAÇÃO	84 184.85	34 684.78	21 677.99

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/781	Formação Profissional Contínua	APR- ASOC.PROFISSIONAIS DE RESTAURANTE	110 560.62	110 560.62	69 100.38
3.2	3.2/1/782	Formação Profissional Contínua	IFR - INSTITUTO DE FORMAÇÃO RENAULT, LDA	21 519.34	21 519.34	13 449.59
3.2	3.2/1/783	Formação Profissional Contínua	ORDEM DOS MÉDICOS	5 398.77	5 398.77	3 374.23
3.2	3.2/1/784	Formação Profissional Contínua	ASSOC. BENEF. CASAS DE S. VICENTE DE PAULO	73 888.45	63 777.05	39 860.66
3.2	3.2/1/785	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE PROTESE	59 128.72	59 128.72	36 955.45
3.2	3.2/1/786	Formação Profissional Contínua	MERCEDES BENZ PORTUGAL - COM. DE AUTOM., AS	34 079.70	34 079.70	21 299.81
3.2	3.2/1/787	Formação Profissional Contínua	FORUM DANÇA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	188 546.35	188 546.35	117 841.47
3.2	3.2/1/788	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PROTECTORA DIABÉTICOS DE PORTUGAL	34 698.02	34 698.02	21 686.26
3.2	3.2/1/791	Formação Profissional Contínua	CONSONOB- FORM. PROF. E CONSULTADORIA, LDA	68 620.34	68 620.34	42 887.71
3.2	3.2/1/792	Formação Profissional Contínua	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF., INF. E GESTÃO, LDA	140 209.41	140 209.41	87 630.88
3.2	3.2/1/793	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	26 888.93	26 888.93	16 805.58
3.2	3.2/1/794	Formação Profissional Contínua	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	60 725.82	60 725.82	37 953.64
3.2	3.2/1/795	Formação Profissional Contínua	BRAVOTEL - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	171 035.30	171 035.30	106 897.06
3.2	3.2/1/796	Formação Profissional Contínua	FORDOMINIUM- FORM. PORFISSIONAL, LDA	89 539.94	89 539.94	55 962.46
3.2	3.2/1/797	Formação Profissional Contínua	MULTIÓPTICAS, UNIPESSOAL, Lda	75 358.10	34 616.08	21 635.05
3.2	3.2/1/798	Formação Profissional Contínua	CESP- SIND.TRAB.COMÉRCIO, ESCRIT.SER V.PORTUGAL	136 073.81	136 073.81	85 046.13
3.2	3.2/1/799	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PICAPAU - CENTRO FORM. REC.	41 497.15	41 497.15	25 935.72
3.2	3.2/1/800	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL ORTOPÉDICO SANTIAGO DO OUTÃO	36 061.80	33 381.14	20 863.21
3.2	3.2/1/801	Formação Profissional Contínua	Hospital de S. Bernardo S. ^a	41 600.05	41 600.05	26 000.03
3.2	3.2/1/802	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. M ^a FERNANDA RESENDE	10 745.10	10 745.10	6 715.69
3.2	3.2/1/803	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE ENF. M ^a FERNANDA RESENDE	10 745.10	10 745.10	6 715.69
3.2	3.2/1/804	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA	6 693.92	3 813.26	2 383.29
3.2	3.2/1/805	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL EGAS MONIZ	80 899.54	58 821.76	36 763.60
3.2	3.2/1/806	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE EGAS MONIZ AS	65 268.06	46 701.39	29 188.37
3.2	3.2/1/807	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER AS	37 365.74	32 788.13	20 492.58
3.2	3.2/1/808	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE S. FRANCISCO XAVIER AS	35 209.76	28 857.92	18 036.20
3.2	3.2/1/809	Formação Profissional Contínua	ICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A	77 811.12	60 378.15	37 736.35

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/810	Formação Profissional Contínua	EDIÇÕES EXPANSÃO ECONÓMICA, LDA	54 234.43	44 195.64	27 622.28
3.2	3.2/1/811	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	84 495.34	84 495.34	52 809.59
3.2	3.2/1/812	Formação Profissional Contínua	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	25 893.60	25 893.60	16 183.50
3.2	3.2/1/813	Formação Profissional Contínua	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	113 882.51	113 882.51	71 176.57
3.2	3.2/1/814	Formação Profissional Contínua	ADE- ASS.P/ DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	72 448.73	72 448.73	45 280.44
3.2	3.2/1/815	Formação Profissional Contínua	ASSOC.LARES E CASA DE REPOUSO P/A IDOSOS	104 675.78	104 675.78	65 422.36
3.2	3.2/1/816	Formação Profissional Contínua	LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES	46 293.38	25 631.03	16 019.39
3.2	3.2/1/817	Formação Profissional Contínua	LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES	28 631.83	15 462.55	9 664.09
3.2	3.2/1/818	Formação Profissional Contínua	FORMIPSIS - FORM. E CONSULT, UNIPessoal, LDA	78 432.90	78 432.90	49 020.56
3.2	3.2/1/819	Formação Profissional Contínua	ASSOC. HOSPITAL CIVIL E MISERICÓRDIA DE ALHANDRA	28 807.99	15 599.54	9 749.71
3.2	3.2/1/820	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL P/A DESENV. DO SOBRALINHO	21 513.06	21 513.06	13 445.66
3.2	3.2/1/822	Formação Profissional Contínua	Centro Hospitalar do Médio Tejo, S A	86 252.62	82 620.06	51 637.54
3.2	3.2/1/823	Formação Profissional Contínua	Centro Hospitalar do Médio Tejo, S A	62 884.99	62 884.99	39 303.12
3.2	3.2/1/824	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMÁTICO, LDA	40 500.22	40 500.22	25 312.64
3.2	3.2/1/825	Formação Profissional Contínua	TONELO - CENTRO DE ENSINO INFORMÁTICO, LDA	12 230.21	12 230.21	7 643.88
3.2	3.2/1/826	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE FORMAÇÃO PORTUGÁLIA	29 069.50	29 069.50	18 168.44
3.2	3.2/1/827	Formação Profissional Contínua	APAVT - ASSOC.PORT.AGÊNCIAS VIAGENS TURISMO	126 963.90	126 963.90	79 352.44
3.2	3.2/1/828	Formação Profissional Contínua	ITALCO - MODA ITALIANA, LDA	139 047.70	64 001.27	40 000.79
3.2	3.2/1/829	Formação Profissional Contínua	OESTECONSULT- CONSULT. DE GESTÃO, LDA	97 867.46	97 867.46	61 167.16
3.2	3.2/1/830	Formação Profissional Contínua	SIND.TRAB.PORTUGAL TELECOM EMP. PARTICIPADAS	224 484.78	224 484.78	140 302.99
3.2	3.2/1/831	Formação Profissional Contínua	FED. INST. DA 3.ªIDADE LIGADAS À IGREJA	22 079.02	22 079.02	13 799.39
3.2	3.2/1/832	Formação Profissional Contínua	SERVIÇO UTILIZ. COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	104 426.53	39 299.14	24 561.96
3.2	3.2/1/833	Formação Profissional Contínua	SIND. DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO	217 984.22	217 984.22	136 240.13
3.2	3.2/1/834	Formação Profissional Contínua	ESPAÇOS VERDES - PROJECTOS E CONSTRUÇÃO, LDA	51 831.39	51 831.39	32 394.62
3.2	3.2/1/835	Formação Profissional Contínua	CEVALOR-CTºTECN. VAL.ROCHAS ORN. INDUSTRIAIS	9 267.17	9 267.17	5 791.98
3.2	3.2/1/836	Formação Profissional Contínua	GCT - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SA	115 155.50	76 956.06	48 097.54
3.2	3.2/1/838	Formação Profissional Contínua	CENTRO DE COMÉRCIO AGRÍCOLA DE SANTARÉM, LDA	31 368.53	27 688.07	17 305.04

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/839	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARTA AS	106 794.92	92 789.54	57 993.46
3.2	3.2/1/840	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARTA AS	80 080.39	68 246.46	42 654.04
3.2	3.2/1/842	Formação Profissional Contínua	COMPANHIA PORTUGUESA RÁDIO MARCONI	90 256.64	52 145.72	32 591.08
3.2	3.2/1/843	Formação Profissional Contínua	SIND.NAC. DOS FERROV. ADMINIST.T. SERVIÇOS	179 621.68	179 621.68	112 263.55
3.2	3.2/1/844	Formação Profissional Contínua	AAOO- SOC. FORM. PROF. CONS. TÉCNICA, AS	129 706.32	129 706.32	81 066.45
3.2	3.2/1/845	Formação Profissional Contínua	CIMPOMÓVEL - VEICULOS PESADOS, LDA	14 043.72	14 043.72	8 777.33
3.2	3.2/1/846	Formação Profissional Contínua	AREAENSINA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	61 165.92	61 165.92	38 228.70
3.2	3.2/1/847	Formação Profissional Contínua	AREAENSINA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LDA	55 598.68	55 598.68	34 749.16
3.2	3.2/1/848	Formação Profissional Contínua	DELTAFOR PORTUGUESA-CONS. FORM. INFORM, LDA	168 574.62	168 574.62	105 359.14
3.2	3.2/1/849	Formação Profissional Contínua	SATAE-SIND.AGENTES TÉCN.ARQ. E ENGENHARIA	121 678.87	121 678.87	76 049.29
3.2	3.2/1/850	Formação Profissional Contínua	CARITAS DIOCESANA DE SETÚBAL	41 330.37	41 330.37	25 831.48
3.2	3.2/1/851	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	31 776.61	31 776.61	19 860.38
3.2	3.2/1/852	Formação Profissional Contínua	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENICHE	132 086.06	132 086.06	82 553.79
3.2	3.2/1/853	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	40 021.05	40 021.05	25 013.15
3.2	3.2/1/854	Formação Profissional Contínua	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	50 063.68	50 063.68	31 289.79
3.2	3.2/1/855	Formação Profissional Contínua	DATINFOR - INFORMÁTICA, SERV. E ESTUDOS, LDA	148 526.04	98 720.57	61 700.36
3.2	3.2/1/856	Formação Profissional Contínua	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	169 348.14	169 348.14	105 842.58
3.2	3.2/1/857	Formação Profissional Contínua	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	401 508.51	401 508.51	250 942.82
3.2	3.2/1/858	Formação Profissional Contínua	INST.PORT. DA DROGA E TOXICODEPENDENCIA	11 970.05	11 970.05	7 481.28
3.2	3.2/1/859	Formação Profissional Contínua	INST.PORT. DA DROGA E TOXICODEPENDENCIA	153 970.83	153 970.83	96 231.77
3.2	3.2/1/860	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORT. DE DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS	38 402.03	38 402.03	24 001.27
3.2	3.2/1/861	Formação Profissional Contínua	SONIPO - SOC. DE COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	29 748.93	22 389.79	13 993.62
3.2	3.2/1/862	Formação Profissional Contínua	TRASESA - CONS. HIGIENE SEG. SAÚDE TRAB., SA	34 963.14	32 777.68	20 486.05
3.2	3.2/1/863	Formação Profissional Contínua	ACTIVO HUMANO - CONSULT. ASSOCIADOS, LDA	36 387.46	36 387.46	22 742.16
3.2	3.2/1/864	Formação Profissional Contínua	LOSANGO- ASSOC. PORT. AGENTES REPRESENT.AUT.UNIÃO	29 054.99	29 054.99	18 159.36
3.2	3.2/1/865	Formação Profissional Contínua	FACTOR H - CONS. GEST. RECURSOS HUMANOS, LDA	108 594.53	108 594.53	67 871.58
3.2	3.2/1/866	Formação Profissional Contínua	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	20 360.93	20 360.93	12 725.58

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/867	Formação Profissional Contínua	ASSOC. P/A ENSINO BENTO DE JESUS CARAÇA	121 607.29	121 607.29	76 004.56
3.2	3.2/1/868	Formação Profissional Contínua	JOÃO JACINTO TOMÉ, LDA	14 253.06	14 253.06	8 908.16
3.2	3.2/1/869	Formação Profissional Contínua	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	37 421.86	37 421.86	23 388.66
3.2	3.2/1/870	Formação Profissional Contínua	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	44 584.40	44 584.40	27 865.25
3.2	3.2/1/871	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS	172 559.25	172 559.25	107 849.52
3.2	3.2/1/872	Formação Profissional Contínua	UNIVERSIDADE ABERTA	85 958.25	63 386.86	39 616.79
3.2	3.2/1/873	Formação Profissional Contínua	LINDE SOGÁS, LDA	82 713.18	47 816.49	29 885.31
3.2	3.2/1/874	Formação Profissional Contínua	GOCEPI - GESTÃO, ORG., CONSULT., EST., PROJ. INOVAÇÃO,	61 201.92	60 469.81	37 793.63
3.2	3.2/1/875	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE OURIVESARIA DO SUL	64 594.46	64 594.46	40 371.53
3.2	3.2/1/876	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	25 139.74	25 139.74	15 712.34
3.2	3.2/1/877	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	157 741.22	157 741.22	98 588.26
3.2	3.2/1/878	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	70 130.41	70 130.41	43 831.51
3.2	3.2/1/880	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL PULIDO VALENTE AS	3 735.67	3 335.95	2 084.97
3.2	3.2/1/881	Formação Profissional Contínua	CENTRO SOCIAL DE PALMELA	69 633.71	69 633.71	43 521.07
3.2	3.2/1/882	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	121 778.55	112 906.50	70 566.56
3.2	3.2/1/883	Formação Profissional Contínua	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	27 576.56	27 576.56	17 235.35
3.2	3.2/1/884	Formação Profissional Contínua	PROVIMI PORT.- CONC. P/A ALIMENT. ANIMAIS, AS	50 061.58	18 038.66	11 274.16
3.2	3.2/1/885	Formação Profissional Contínua	PLURIFACTOR - CONS. MULTIDISC.DESENV., LDA	117 762.85	117 762.85	73 601.78
3.2	3.2/1/886	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	26 051.99	26 051.99	16 282.49
3.2	3.2/1/887	Formação Profissional Contínua	SINFA - SIND. NAC. FERROVIÁRIOS E AFINS	86 001.22	86 001.22	53 750.76
3.2	3.2/1/888	Formação Profissional Contínua	SEMM - SIND.ENGENHEIROS MARINHA MERCANTE	63 742.42	63 742.42	39 839.01
3.2	3.2/1/889	Formação Profissional Contínua	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	58 220.45	58 220.45	36 387.78
3.2	3.2/1/891	Formação Profissional Contínua	SALUSFORMA - CONSULTORES DE FORMAÇÃO, LDA	14 153.50	14 153.50	8 845.93
3.2	3.2/1/892	Formação Profissional Contínua	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, AS	115 146.32	43 156.40	26 972.75
3.2	3.2/1/893	Formação Profissional Contínua	GCT ON LINE - DISTRIB. ALIMENTAR ELECTRÓNICA, AS	8 515.19	5 917.45	3 698.41
3.2	3.2/1/894	Formação Profissional Contínua	NUTARCA TRANDING, LDA	41 770.39	29 497.64	18 436.03
3.2	3.2/1/895	Formação Profissional Contínua	MEGAÇO/ JAM - COMÉRCIO SIDERÚRGICO, LDA	19 667.37	19 667.37	12 292.10

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/896	Formação Profissional Contínua	LOUROSTOFO - FÁBRICA DE ESTOFOS, LDA	139 480.72	97 057.96	60 661.23
3.2	3.2/1/897	Formação Profissional Contínua	MUTILINEA - EQUIPAMENTO DE COZINHA E BANHO, LDA	121 679.25	84 194.59	52 621.62
3.2	3.2/1/898	Formação Profissional Contínua	GRÊSTEJO - INDUSTRIAS CERÁMICAS, AS	127 611.35	89 020.51	55 637.82
3.2	3.2/1/899	Formação Profissional Contínua	ELECTROTEJO- INSTAL. ELÉCTRICAS DO RIBATEJO, LDA	354 899.28	196 883.02	123 051.89
3.2	3.2/1/900	Formação Profissional Contínua	CONFORLIMPA TEJO - LIMPEZAS INDUSTRIAIS, LDA	111 297.64	78 192.74	48 870.46
3.2	3.2/1/901	Formação Profissional Contínua	NUCASE - CONTABILIDADE E ASSISTÊNCIA FISCAL, LDA	94 217.69	94 217.69	58 886.04
3.2	3.2/1/902	Formação Profissional Contínua	CRUZETA - ESCULTURA, CANTARIA E RESTAURO, LDA	5 631.26	5 631.26	3 519.54
3.2	3.2/1/903	Formação Profissional Contínua	INETI - INSTITUTO NACIONAL DE ENG.ª E TECNOL.	310 456.80	212 381.01	132 738.13
3.2	3.2/1/904	Formação Profissional Contínua	SCHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, AS	132 502.08	53 292.34	33 307.71
3.2	3.2/1/905	Formação Profissional Contínua	NORDIGAL- IND. TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, AS	39 392.46	26 346.57	16 466.61
3.2	3.2/1/906	Formação Profissional Contínua	PONTO FRESCO - SUPERMERCADOS, AS	73 951.01	47 053.96	29 408.73
3.2	3.2/1/907	Formação Profissional Contínua	NASTINTAS - DESIGN GRÁFICO E PUBLICIDADE, LDA	17 215.26	17 215.26	10 759.54
3.2	3.2/1/908	Formação Profissional Contínua	ASSOC. DE PROMOÇÃO SOCIAL DE ALHANDRA	10 362.88	10 362.88	6 476.80
3.2	3.2/1/909	Formação Profissional Contínua	SITAVA - SIND. TRAB. DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS	142 960.69	142 960.69	89 350.43
3.2	3.2/1/910	Formação Profissional Contínua	SITAVA - SIND. TRAB. DA AVIAÇÃO E AEROPORTOS	16 117.79	16 117.79	10 073.62
3.2	3.2/1/911	Formação Profissional Contínua	PROSEGUR - TRANSPORTES DE SEGURANÇA, LDA	56 500.02	26 732.67	16 707.92
3.2	3.2/1/912	Formação Profissional Contínua	FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES	127 868.55	127 868.55	79 917.84
3.2	3.2/1/913	Formação Profissional Contínua	J.J.LOURO PEREIRA, AS	321 679.12	221 572.58	138 482.86
3.2	3.2/1/914	Formação Profissional Contínua	LUSOCOLCHÃO - FÁBRICA DE COLCHÕES, LDA	165 247.34	110 702.50	69 189.06
3.2	3.2/1/915	Formação Profissional Contínua	TELETEJO - TELECOMUNICAÇÕES DO RIBATEJO, LDA	257 473.83	146 698.29	91 686.43
3.2	3.2/1/916	Formação Profissional Contínua	ACORDO - COMÉRCIO DE EQUIP. ELÉCTRICOS, LDA	34 689.92	34 689.92	21 681.20
3.2	3.2/1/917	Formação Profissional Contínua	ASSOC. COMERCIAL DO CONCELHO DO BOMBARRAL	177 461.23	177 461.23	110 913.26
3.2	3.2/1/918	Formação Profissional Contínua	TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, AS	52 814.41	42 563.13	26 601.96
3.2	3.2/1/920	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE ALCOBAÇA	19 652.14	17 458.99	10 911.87
3.2	3.2/1/921	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS	46 377.33	26 772.90	16 733.07
3.2	3.2/1/922	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	75 892.18	67 430.20	42 143.88
3.2	3.2/1/923	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	96 292.73	85 507.94	53 442.46

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/924	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR CALDAS DA RAINHA	41 672.43	36 742.58	22 964.12
3.2	3.2/1/925	Formação Profissional Contínua	CENTRO HOSPITALAR CALDAS DA RAINHA	59 778.32	52 282.12	32 676.33
3.2	3.2/1/926	Formação Profissional Contínua	SPC - SERVIÇO PORTUGUÊS DE CONTENTORES, SA	93 678.49	52 407.20	32 754.50
3.2	3.2/1/927	Formação Profissional Contínua	SINDEL - SINDICATO NACIONAL DA ENERGIA	19 036.33	19 036.33	11 897.70
3.2	3.2/1/928	Formação Profissional Contínua	FERA - FORMAÇÃO, EDIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE	22 384.37	22 384.37	13 990.23
3.2	3.2/1/931	Formação Profissional Contínua	ATLANTIDA - Organização de Limpezas Mecanizadas, Lda	71 682.34	71 682.34	44 801.46
3.2	3.2/1/932	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	59 601.47	49 677.83	31 048.64
3.2	3.2/1/933	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE SANTA MARIA	97 379.26	97 379.26	60 862.04
3.2	3.2/1/934	Formação Profissional Contínua	LIMPOCLEAN - Serviços de Limpeza, Manutenção e Ambiente,	59 435.25	44 622.30	27 888.94
3.2	3.2/1/936	Formação Profissional Contínua	EURO ALIANÇA - Serv. Operacionais de Segurança Privada, Lda	83 897.32	56 083.08	35 051.92
3.2	3.2/1/937	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	19 787.34	19 787.34	12 367.08
3.2	3.2/1/938	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	19 787.33	19 787.33	12 367.08
3.2	3.2/1/939	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	48 458.20	48 458.20	30 286.38
3.2	3.2/1/940	Formação Profissional Contínua	4EMES - Consultores Associados, Lda	48 458.21	48 458.21	30 286.38
3.2	3.2/1/941	Formação Profissional Contínua	LAS - Louro Aeronaves e Serviços, Lda	315 781.57	165 841.93	103 651.21
3.2	3.2/1/942	Formação Profissional Contínua	NADILIMPE - Serviços e Técnicas de Limpeza, S.A	41 948.85	41 948.85	26 218.03
3.2	3.2/1/943	Formação Profissional Contínua	FORMSIDER - Empresa de Formação e Consultoria, Lda	67 966.21	67 966.21	42 478.88
3.2	3.2/1/944	Formação Profissional Contínua	EDICLUBE - EDIÇÃO E PROMOÇÃO DO LIVRO, LDA	123 735.00	65 888.19	41 180.12
3.2	3.2/1/945	Formação Profissional Contínua	AUTO CARRUÇO, Lda	72 817.39	42 252.69	26 407.93
3.2	3.2/1/946	Formação Profissional Contínua	CDR - Cooperação e Desenvolvimento Regional, Lda	58 638.94	58 638.94	36 649.34
3.2	3.2/1/947	Formação Profissional Contínua	AUTOMÓVEIS CITROEN, S.A	212 779.20	80 573.05	50 358.16
3.2	3.2/1/949	Formação Profissional Contínua	Assoc. Portuguesa para a Protecção dos Deficientes Autistas	10 386.47	10 386.47	6 491.54
3.2	3.2/1/950	Formação Profissional Contínua	APPAREL VENTURESEUROPA TEXTIL, Lda	33 041.76	20 790.79	12 994.24
3.2	3.2/1/951	Formação Profissional Contínua	GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A	119 033.49	74 025.25	46 265.78
3.2	3.2/1/952	Formação Profissional Contínua	SOGENAVE - Soc. Geral de Abastecimento à Navegação e	136 601.42	74 185.06	46 365.66
3.2	3.2/1/953	Formação Profissional Contínua	WORLD EDITING - Edição de Publicações, Lda	49 861.77	40 833.12	25 520.70

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/954	Formação Profissional Contínua	ITN - Informação Telefónica Nacional, Lda	13 869.97	11 538.66	7 211.66
3.2	3.2/1/955	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 3 - Comércio de Mobilário, S.A	29 262.46	17 673.92	11 046.20
3.2	3.2/1/956	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 2 - Comércio de Móveis e Electrodomésticos, S.A	7 303.06	4 441.69	2 776.06
3.2	3.2/1/957	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 4 - Comércio de Mobilário, S.A	48 164.23	28 946.82	18 091.76
3.2	3.2/1/958	Formação Profissional Contínua	MOVIFLOR 5 - Móveis e Decorações, S.A	51 014.88	30 202.07	18 876.29
3.2	3.2/1/959	Formação Profissional Contínua	EUROCONSULT - Consultores de Engenharia e Gestão	3 778.82	3 778.82	2 361.76
3.2	3.2/1/960	Formação Profissional Contínua	TEKELEC - Componentes e Equipamentos, Lda	175 160.38	77 488.30	48 430.19
3.2	3.2/1/961	Formação Profissional Contínua	A-PR, Consultores Associados, Lda	398 646.98	398 646.98	249 154.36
3.2	3.2/1/962	Formação Profissional Contínua	PERDIGOTO & FILHOS, Lda	114 305.93	87 370.84	54 606.78
3.2	3.2/1/963	Formação Profissional Contínua	AIRO - ASSOC. IND. DA REGIÃO DO OESTE	322 633.69	322 633.69	201 646.05
3.2	3.2/1/964	Formação Profissional Contínua	Assoc. Humanitária Bombeiros Voluntários de Palmela	18 436.23	12 409.40	7 755.88
3.2	3.2/1/965	Formação Profissional Contínua	SINTICA - Sind. dos Técnicos de Inf. e	123 200.08	123 200.08	77 000.05
3.2	3.2/1/966	Formação Profissional Contínua	SAPEC AGRO, S.A	101 436.45	35 174.23	21 983.89
3.2	3.2/1/967	Formação Profissional Contínua	Sindicato dos Funcionários Judiciais	61 128.93	61 128.93	38 205.58
3.2	3.2/1/968	Formação Profissional Contínua	FROUCO & HENRIQUES Associados, Lda	86 093.74	86 093.74	53 808.59
3.2	3.2/1/969	Formação Profissional Contínua	Gestão Total e Inovação Empresarial - GTIE Consultores, Lda	163 655.59	158 364.65	98 977.91
3.2	3.2/1/970	Formação Profissional Contínua	SOOND - Comércio de Automóveis, S.A	29 821.64	22 023.18	13 764.49
3.2	3.2/1/971	Formação Profissional Contínua	Cardoso & Filhos, Lda	22 148.62	22 148.62	13 842.89
3.2	3.2/1/972	Formação Profissional Contínua	Ordem dos Médicos Dentistas	15 144.10	15 144.10	9 465.06
3.2	3.2/1/973	Formação Profissional Contínua	EMPARQUE - Empreendimentos Exploração Parques, S.A	76 966.76	48 647.63	30 404.77
3.2	3.2/1/974	Formação Profissional Contínua	GABINEPLA - Gabinete Técnico de Engenharia e Planeamento, S.	193 216.93	86 324.63	53 952.89
3.2	3.2/1/975	Formação Profissional Contínua	OPERESTIVA - Empresa de Trabalho Portuário de Setúbal, Lda	82 284.75	47 353.73	29 596.08
3.2	3.2/1/976	Formação Profissional Contínua	FABRISCAPE - Fábrica de Escapes para Automóveis, Lda	112 788.01	112 788.01	70 492.50
3.2	3.2/1/977	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SECUNDÁRIA C/ 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	288 245.67	288 245.67	180 153.54
3.2	3.2/1/978	Formação Profissional Contínua	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	164 790.62	164 790.62	102 994.14
3.2	3.2/1/979	Formação Profissional Contínua	MENTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	32 410.92	32 410.92	20 256.82
3.2	3.2/1/980	Formação Profissional Contínua	MENTE ABERTA-INST.FORM. DESEN.PROF., SOC.UNIP	135 983.32	135 983.32	84 989.56

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.2	3.2/1/981	Formação Profissional Contínua	Secretaria Geral do Ministério da Educação	180 704.18	117 114.38	73 196.49
3.2	3.2/1/982	Formação Profissional Contínua	GTE - Gabinete Técnico de Engenharia, S.A	27 963.65	18 678.74	11 674.21
3.2	3.2/1/983	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	82 532.89	70 538.91	44 086.82
3.2	3.2/1/984	Formação Profissional Contínua	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE LISBOA	19 928.63	18 083.08	11 301.93
3.2	3.2/1/985	Formação Profissional Contínua	VERSUS - Projectos de Informática e Formação, Lda	62 524.72	62 524.72	39 077.94
3.2	3.2/1/987	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	84 454.09	76 034.02	47 521.26
3.2	3.2/1/988	Formação Profissional Contínua	ASSOC. PORTUGUESA DE ENFERMEIROS	34 515.04	34 515.04	21 571.90
3.2	3.2/1/989	Formação Profissional Contínua	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	23 197.33	20 399.73	12 749.83
3.2	3.2/1/990	Formação Profissional Contínua	APME - Assoc. Portuguesa das Mulheres Empresárias	24 052.64	24 052.64	15 032.90
3.2	3.2/1/991	Formação Profissional Contínua	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA GERAL	53 475.62	53 475.62	33 422.26
3.2	3.2/1/992	Formação Profissional Contínua	ACISMA-ASS.COM.IND.SERV.MUNICÍPIO AZAMBUJA	260 987.16	260 987.16	163 116.98
3.2	3.2/1/993	Formação Profissional Contínua	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA	65 274.49	41 647.13	26 029.46
3.2	3.2/1/994	Formação Profissional Contínua	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA	110 825.34	84 454.12	52 783.82
3.2	3.2/1075	Formação Profissional Contínua	IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas	120 326.91	120 326.91	75 204.32
3.3	3.3/1/001	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Tomar	771 142.06	771 142.06	481 963.79
3.3	3.3/1/002	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Artes Gráficas e Multimédia	675 526.03	675 526.03	422 203.77
3.3	3.3/1/003	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Santarém	47 259.02	47 259.02	29 536.89
3.3	3.3/1/004	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Santarém	1 014 323.86	1 014 323.86	633 952.41
3.3	3.3/1/005	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	827 127.89	827 127.89	516 954.93
3.3	3.3/1/006	Formação Profissional	C.F.P. de Lisboa Sect.Terciário	724 471.52	724 471.52	452 794.70
3.3	3.3/1/007	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	1 328 065.63	1 328 065.63	830 041.02
3.3	3.3/1/008	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	106 069.55	106 069.55	66 293.47
3.3	3.3/1/009	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	87 153.79	87 153.79	54 471.12
3.3	3.3/1/010	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	132 847.79	132 847.79	83 029.87
3.3	3.3/1/011	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	364 412.70	364 412.70	227 757.94
3.3	3.3/1/012	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel -	28 129.12	28 129.12	17 580.70

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.3	3.3/1/013	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica - CINEL	89 850.46	89 850.46	56 156.54
3.3	3.3/1/014	Formação Profissional	CEFOSAP	477 070.27	477 070.27	298 168.92
3.3	3.3/1/015	Formação Profissional	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	795 419.52	795 419.52	497 137.20
3.3	3.3/1/016	Formação Profissional	ATLANTIS - CRISTAIS DE ALCOBAÇA, SA	207 085.73	207 085.73	129 428.58
3.3	3.3/1/017	Formação Profissional	Instituto da Soldadura e da Qualidade	219 866.59	219 866.59	137 416.62
3.3	3.3/1/018	Formação Profissional	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	174 987.50	174 987.50	109 367.19
3.3	3.3/1/019	Formação Profissional	FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA	279 147.09	279 147.09	174 466.93
3.3	3.3/1/020	Formação Profissional	ANTRAM- ASSOC. NAC. DE TRANSPORT. PÚBLICOS	109 301.01	109 301.01	68 313.12
3.3	3.3/1/021	Formação Profissional	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	150 020.02	150 020.02	93 762.51
3.3	3.3/1/023	Formação Profissional	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP. EST. ECONÓMICOS	137 693.18	137 693.18	86 058.23
3.3	3.3/1/024	Formação Profissional	MCAV-METALÚRGICA CENTRAL ALHOS VEDROS, LDA	150 547.01	150 547.01	94 091.88
3.3	3.3/1/026	Formação Profissional	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DA MOCIDADE DE SETÚBAL	274 312.79	274 312.79	171 445.49
3.3	3.3/1/027	Formação Profissional	CENTRO COMUNITÁRIO DA QUINTA DO CONDE	274 878.30	274 878.30	171 798.94
3.3	3.3/1/029	Formação Profissional	INDE- ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	320 737.41	320 737.41	200 460.88
3.3	3.3/1/030	Formação Profissional	IPJ - INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE	166 760.43	166 760.43	104 225.27
3.3	3.3/1/031	Formação Profissional	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	645 204.88	645 204.88	403 253.05
3.3	3.3/1/032	Formação Profissional	LS - GESTÃO EMPRESARIAL E IMOBILIÁRIA, SA	120 384.14	120 384.14	75 240.09
3.3	3.3/1/034	Formação Profissional	SOLIFORM - FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	817 500.32	817 500.32	510 937.70
3.3	3.3/1/035	Formação Profissional	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	167 424.27	167 424.27	104 640.17
3.3	3.3/1/036	Formação Profissional	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA,	321 635.38	321 635.38	201 022.11
3.3	3.3/1/037	Formação Profissional	GEBALIS - GEST. BAIROS MUNICIPAIS LISBOA, EM	342 672.66	342 672.66	214 170.41
3.3	3.3/1/038	Formação Profissional	PLAFORMA- CONSULT. E FORMAÇÃO, LDA	183 061.70	183 061.70	114 413.56
3.3	3.3/1/039	Formação Profissional	IPF - INSTITUTO PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, LDA	123 077.12	123 077.12	76 923.20
3.3	3.3/1/041	Formação Profissional	MARIA GLÓRIA RAMOS-CONS. GEST. FORM. PROF., LDA	136 278.48	136 278.48	85 174.05
3.3	3.3/1/042	Formação Profissional	CENTRO DE APOIO AOS DESEMPREGADOS	268 455.73	268 455.73	167 784.83
3.3	3.3/1/043	Formação Profissional	CORPIUM - MULTIMÉDIA E FORMAÇÃO, LDA	33 248.59	33 248.59	20 780.37
3.3	3.3/1/045	Formação Profissional	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES, SERV. INFRM., LDA	17 374.13	17 374.13	10 858.83

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.3	3.3/1/046	Formação Profissional	FORSIVA- FORM. ORG. E SERVIÇOS, LDA	108 564.27	108 564.27	67 852.67
3.3	3.3/1/047	Formação Profissional	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	75 872.91	75 872.91	47 420.57
3.3	3.3/1/048	Formação Profissional	ASSOC.PORT.P/A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO	25 977.22	25 977.22	16 235.76
3.3	3.3/1/049	Formação Profissional	MEDILABOR - MED.TRAB. HIG.SEG. FORMAÇÃO, LDA	99 649.84	99 649.84	62 281.15
3.3	3.3/1/050	Formação Profissional	MEDILABOR - MED.TRAB. HIG.SEG. FORMAÇÃO, LDA	175 913.55	175 913.55	109 945.97
3.3	3.3/1/051	Formação Profissional	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE	207 176.66	207 176.66	129 485.41
3.3	3.3/1/052	Formação Profissional	RUMOS - FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, SA	182 552.55	182 552.55	114 095.34
3.3	3.3/1/053	Formação Profissional	ALTIUS	163 065.50	163 065.50	101 915.94
3.3	3.3/1/054	Formação Profissional	CENTRO CULT. SOCIAL STº ANT. DOS CAVALEIROS	55 659.86	55 659.86	34 787.41
3.3	3.3/1/055	Formação Profissional	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	124 045.06	124 045.06	77 528.16
3.3	3.3/1/056	Formação Profissional	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	127 380.10	127 380.10	79 612.56
3.3	3.3/1/057	Formação Profissional	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	106 836.53	106 836.53	66 772.83
3.3	3.3/1/058	Formação Profissional	FUNDAÇÃO VIVER-CULT.DESP.CONTRA INT. E DROGA	79 133.33	79 133.33	49 458.33
3.3	3.3/1/059	Formação Profissional	INIS- INSTITUTO DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	108 789.30	108 789.30	67 993.31
3.3	3.3/1/060	Formação Profissional	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	172 299.62	172 299.62	107 687.26
3.3	3.3/1/061	Formação Profissional	TALENTUS -ASSOC. NAC. FORM. TECNICOS FORMAÇÃO	129 111.09	129 111.09	80 694.43
3.3	3.3/1/062	Formação Profissional	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	238 524.47	238 524.47	149 077.79
3.3	3.3/1/063	Formação Profissional	Município de Lisboa	46 521.20	46 521.20	29 075.75
3.3	3.3/1/064	Formação Profissional	CIRE - CENTRO INFANTIL RECUPERAÇÃO DE TOMAR	28 839.44	28 839.44	18 024.65
3.3	3.3/1/065	Formação Profissional	EXTERNATO CESÁRIO VERDE, LDA	114 348.42	114 348.42	71 467.76
3.3	3.3/1/066	Formação Profissional	OTELINDO ANDRADE- CONS. DE GESTÃO, LDA	71 445.02	71 445.02	44 653.14
3.3	3.3/1/067	Formação Profissional	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	60 266.37	60 266.37	37 666.48
3.3	3.3/1/068	Formação Profissional	ECOSAÚDE	50 480.26	50 480.26	31 550.16
3.3	3.3/1/070	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional do Seixal	17 666.59	17 666.59	11 041.62
3.3	3.3/1/071	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional da Venda Nova	2 619 036.88	2 619 036.88	1 636 898.05
3.3	3.3/1/072	Formação Profissional	C.F.P. de Lisboa Sect.Terciário	772 445.30	772 445.30	482 778.31
3.3	3.3/1/073	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	492 734.82	492 734.82	307 959.26

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.3	3.3/1/074	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional de Alverca	1 996 602.24	1 996 602.24	1 247 876.40
3.3	3.3/1/075	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	131 599.78	131 599.78	82 249.86
3.3	3.3/1/076	Formação Profissional	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	105 292.78	105 292.78	65 807.99
3.3	3.3/1/077	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	264 141.71	264 141.71	165 088.57
3.3	3.3/1/078	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	6 990.19	6 990.19	4 368.87
3.3	3.3/1/079	Formação Profissional	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	32 483.88	32 483.88	20 302.42
3.3	3.3/1/080	Formação Profissional	CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar	1 031 512.72	1 031 512.72	644 695.45
3.3	3.3/1/113	Formação Profissional	PT CONTACT - TELEMARKETING E SERVIÇOS DE	60 088.66	60 088.66	37 555.41
3.3	3.3/1/114	Formação Profissional	CESAE - CENTRO DE SERVIÇOS E APOIO ÀS EMPRESAS	139 606.40	139 606.40	87 254.00
3.3	3.3/1/115	Formação Profissional	IPJ - INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE	181 168.83	181 168.83	113 230.52
3.3	3.3/1/116	Formação Profissional	HIGIOMED - FORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES, LDA	103 232.71	103 232.71	64 520.44
3.3	3.3/1/118	Formação Profissional	FORINO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	303 391.29	303 391.29	189 619.54
3.3	3.3/1/119	Formação Profissional	FORINO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	26 398.45	26 398.45	16 499.03
3.3	3.3/1/120	Formação Profissional	SOLISFORM - FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	764 970.05	764 970.05	478 106.28
3.3	3.3/1/121	Formação Profissional	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	55 127.30	55 127.30	34 454.56
3.3	3.3/1/122	Formação Profissional	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	166 492.35	166 492.35	104 057.72
3.3	3.3/1/123	Formação Profissional	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	148 742.40	148 742.40	92 964.00
3.3	3.3/1/124	Formação Profissional	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	7 481 968.46	7 481 968.46	4 676 230.29
3.3	3.3/1/125	Formação Profissional	KNOW - HOW - CONSULTORES, LDA	141 720.88	141 720.88	88 575.55
3.3	3.3/1/126	Formação Profissional	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	252 389.29	252 389.29	157 743.31
3.3	3.3/1/127	Formação Profissional	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	124 912.02	124 912.02	78 070.01
3.3	3.3/1/128	Formação Profissional	Instituto da Soldadura e da Qualidade	446 381.93	446 381.93	278 988.70
3.3	3.3/1/129	Formação Profissional	Instituto da Soldadura e da Qualidade	162 145.23	162 145.23	101 340.77
3.3	3.3/1/139	Formação Profissional	FUTURMIX - INOVAÇÃO E GESTÃO, LDA	83 211.46	83 211.46	52 007.16
3.3	3.3/1/140	Formação Profissional	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	152 167.60	152 167.60	95 104.74
3.3	3.3/1/141	Formação Profissional	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	276 084.29	276 084.29	172 552.68
3.3	3.3/1/142	Formação Profissional	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	267 813.83	267 813.83	167 383.64

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.3	3.3/1/143	Formação Profissional	ADE- ASS.P/ DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	417 636.15	417 636.15	261 022.59
3.3	3.3/1/144	Formação Profissional	FORSIVA- FORM. ORG. E SERVIÇOS, LDA	155 012.80	155 012.80	96 883.00
3.3	3.3/1/145	Formação Profissional	OESTECONSULT- CONSULT. DE GESTÃO, LDA	166 466.11	166 466.11	104 041.32
3.3	3.3/1/146	Formação Profissional	ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DA MOCIDADE DE SETÚBAL	194 736.84	194 736.84	121 710.52
3.3	3.3/1/147	Formação Profissional	CENTRO DE APOIO AOS DESEMPREGADOS	470 025.70	470 025.70	293 766.06
3.3	3.3/1/148	Formação Profissional	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	206 882.34	206 882.34	129 301.46
3.3	3.3/1/149	Formação Profissional	ASSOC. P/A ENSINO BENTO DE JESUS CARAÇA	51 871.30	51 871.30	32 419.55
3.3	3.3/1/150	Formação Profissional	AJUDA DE MÃE - ASSOC. DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	288 995.64	288 995.64	180 622.26
3.3	3.3/1/151	Formação Profissional	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	163 624.65	163 624.65	102 265.41
3.3	3.3/1/152	Formação Profissional	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	86 796.70	86 796.70	54 247.94
3.3	3.3/1/153	Formação Profissional	SEA- SIST. EDUCATIVOS AUDIOVISUAIS, LDA	238 927.02	238 927.02	149 329.39
3.3	3.3/1/154	Formação Profissional	A MEDIDA - ASSOC. PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	163 001.06	163 001.06	101 875.66
3.3	3.3/1/155	Formação Profissional	GABINAE- GABINETE APOIO AO EMPRESÁRIO, LDA	618 559.71	618 559.71	386 599.82
3.3	3.3/1/156	Formação Profissional	Gonçalves Pereira & Leitão, Lda	7 834.75	7 834.75	4 896.72
3.3	3.3/1/157	Formação Profissional	PROFRAMO - Assoc. para a Formação Profissional	119 630.98	119 630.98	74 769.36
3.3	3.3/1/158	Formação Profissional	Centro Social Nossa Senhora das Graças	160 841.32	160 841.32	100 525.81
3.3	3.3/1/159	Formação Profissional	FORMSIDER - Empresa de Formação e Consultoria, Lda	302 693.02	302 693.02	189 183.14
3.3	3.3/1/160	Formação Profissional	LAS - Louro Aeronaves e Serviços, Lda	144 360.80	144 360.80	90 225.50
3.3	3.3/1/161	Formação Profissional	ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal	163 118.96	163 118.96	101 949.34
3.3	3.3/1/163	Formação Profissional	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	297 484.53	297 484.53	185 927.83
3.3	3.3/1/164	Formação Profissional	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	556 803.38	556 803.38	348 002.11
3.3	3.3/1/165	Formação Profissional	Soc.de Estudos e Interv. Em engenharia Social, CRL	430 121.83	430 121.83	268 826.14
3.3	3.3/1/166	Formação Profissional	INDE- ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	482 269.95	482 269.95	301 418.71
3.3	3.3/1/167	Formação Profissional	UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta	167 149.06	167 149.06	104 468.16
3.3	3.3/1/168	Formação Profissional	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	197 966.68	197 966.68	123 729.16
3.3	3.3/1/169	Formação Profissional	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	47 269.82	47 269.82	29 543.63
3.3	3.3/1/170	Formação Profissional	CEFEM- CENTRO EUROPEU FORM. EST. MIGRAÇÕES	180 786.32	180 786.32	112 991.45

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.3	3.3/1/171	Formação Profissional	INAE - Instituto Nacional Aprendizagem e Ensino, S.A.	212 112.92	212 112.92	132 570.57
3.3	3.3/1/172	Formação Profissional	Instituto de Educação Tecnológica de Cascais, CRL	269 639.58	269 639.58	168 524.73
3.3	3.3/1/175	Formação Profissional	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	263 422.75	263 422.75	164 639.22
3.3	3.3/1/176	Formação Profissional	EPAR - DESENVOLVIMENTO, ENSINO, FORMAÇÃO E	116 509.66	116 509.66	72 818.54
3.3	3.3/1/232	Formação Profissional	FUNDAÇÃO VIVER-CULT.DESP.CONTRA INT. E DROGA	103 337.14	103 337.14	64 585.71
3.3	3.3/1/289	Formação Profissional	SOLISFORM - FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	610 988.85	610 988.85	381 868.03
3.3	3.3/1/290	Formação Profissional	EPAR - DESENVOLVIMENTO, ENSINO, FORMAÇÃO E	240 735.70	240 735.70	150 459.81
3.3	3.3/1/291	Formação Profissional Contínua	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	422 774.00	422 774.00	264 233.75
3.3	3.3/1/292	Formação Profissional Contínua	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	4 399 826.43	4 399 826.43	2 749 891.52
3.3	3.3/1/293	Formação Profissional Contínua	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	15 600 173.57	15 600 173.57	9 750 108.48
3.3	3.3/1/314	Formação Profissional	CENTRO DE APOIO AOS DESEMPREGADOS	133 346.61	133 346.61	83 341.63
3.3	3.3/1/315	Formação Profissional	FORMISADO - FORM., CONSULT. E SERVIÇOS, LDA	234 772.00	234 772.00	146 732.50
3.3	3.3/1/316	Formação Profissional	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	221 800.77	221 800.77	138 625.48
3.3	3.3/1/317	Formação Profissional	APDC - Assoc. Portuguesa Cultura e Desenvolvimento	264 663.52	264 663.52	165 414.69
3.3	3.3/1/318	Formação Profissional	PLAFORMA- CONSULT. E FORMAÇÃO, LDA	113 643.40	113 643.40	71 027.13
3.3	3.3/1/319	Formação Profissional	PARTNER HOTEL-FORM.CONS.PROJ.SERV.HOTEL.,L DA	256 407.47	256 407.47	160 254.67
3.3	3.3/1/320	Formação Profissional	Instituto de Educação Tecnológica de Cascais, CRL	272 038.08	272 038.08	170 023.80
3.3	3.3/2	IEFP - Contrato Programa - Estágios profissionais	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	33 420 000.00	33 420 000.00	20 887 500.00
3.4	3.4	IEFP - contrato Programa - Criação de emprego	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	24 991 000.00	24 991 000.00	15 619 375.00
3.5	3.5/001	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	1 546 273.49	1 546 273.49	966 420.93
3.5	3.5/002	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	1 632 985.63	1 632 985.63	1 020 616.02
3.5	3.5/003	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	1 722 972.62	1 722 972.62	1 076 857.89
3.5	3.5/3/001	Eficácia e Equidade das Políticas	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	1 393 203.86	1 393 203.86	870 752.41
3.5	3.5/4/001	Centro de Recursos do Conhecimento	Instituto da Soldadura e da Qualidade	81 860.67	81 860.67	51 162.92
3.5	3.5/4/002	Centro de Recursos do Conhecimento	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	58 579.65	58 579.65	36 612.28

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.5	3.5/4/003	Centro de Recursos do Conhecimento	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	73 546.61	73 546.61	45 966.63
3.5	3.5/4/004	Centro de Recursos do Conhecimento	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	65 960.00	65 960.00	41 225.00
3.5	3.5/4/005	Centro de Recursos do Conhecimento	ISSS - INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	22 202.36	22 202.36	13 876.47
3.5	3.5/5/001	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	45 612.27	45 612.27	28 507.67
3.5	3.5/5/002	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CCP - CONFED. DO COMÉRCIO E SERV. DE PORTUGAL	81 577.47	81 577.47	50 985.92
3.5	3.5/5/003	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	21 230.27	21 230.27	13 268.92
3.5	3.5/5/004	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	ISLA - SANTARÉM, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	33 667.14	33 667.14	21 041.96
3.5	3.5/5/005	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	45 059.04	45 059.04	28 161.90
3.5	3.5/5/006	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	23 254.29	23 254.29	14 533.93
3.5	3.5/5/007	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	ENSILIS - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, SOC. UNIPessoal	33 667.15	33 667.15	21 041.96
3.5	3.5/5/008	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	AERSET- ASSOC. EMPRESARIAL REGIÃO DE SETÚBAL	75 571.73	75 571.73	47 232.33
3.5	3.5/5/009	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	107 262.27	107 262.27	67 038.92
3.5	3.5/5/010	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	INSTITUTO DE FORMAÇÃO TURÍSTICA - INFUTUR	5 034.40	5 034.40	3 146.50
3.5	3.5/5/011	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	15 128.99	15 128.99	9 455.62
3.5	3.5/5/012	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	14 842.99	14 842.99	9 276.87
3.5	3.5/5/013	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	128 014.00	128 014.00	80 008.75
3.5	3.5/5/014	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas -	26 032.80	4 009.05	2 505.66
3.5	3.5/5/015	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	26 609.20	26 609.20	16 630.75
3.5	3.5/5/016	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CEFOSAP	9 936.05	9 936.05	6 210.03
3.5	3.5/5/017	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	20 896.42	20 896.42	13 060.26
3.5	3.5/5/018	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	OS FRANCISQUINHOS-ASS.PAIS AMIGOS DAS CR.HOSP.S.F.	100 367.96	100 367.96	62 729.98
3.5	3.5/5/019	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	15 855.14	15 855.14	9 909.46
3.5	3.5/5/020	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	79 820.64	79 820.64	49 887.90
3.5	3.5/5/021	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	33 729.12	33 729.12	21 080.70
3.5	3.5/5/022	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	NERSANT NÚCLEO EMPRES. REG. SANTARÉM ASSOCIAÇÃO	63 711.78	63 711.78	39 819.86
3.5	3.5/5/023	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	Instituto da Soldadura e da Qualidade	69 970.14	69 970.14	43 731.33
3.5	3.5/5/024	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	38 894.27	38 894.27	24 308.92

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.5	3.5/5/025	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	120 661.66	120 661.66	75 413.53
3.5	3.5/5/027	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	INST. INVESTIG. DESENV., COOP. E FORM. BENTO DE JESUS	102 129.80	102 129.80	63 831.13
3.5	3.5/5/028	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	246 887.02	246 887.02	154 304.39
3.5	3.5/5/029	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	25 637.30	25 637.30	16 023.31
3.5	3.5/5/030	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	102 601.97	102 601.97	64 126.23
3.5	3.5/5/031	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	ADE- ASS.P/ DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	10 380.18	10 380.18	6 487.61
3.5	3.5/5/032	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	ANJE - ASSOC. NAC. JOVENS EMPRESÁRIOS	24 123.38	24 123.38	15 077.11
3.5	3.5/5/033	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CCRLVT	79 737.60	79 737.60	49 836.00
3.5	3.5/5/034	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	33 508.22	33 508.22	20 942.64
3.5	3.5/5/035	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	J.LUCENA - CONSULT., PROJECTOS E SERVIÇOS, EIRL	46 271.66	46 271.66	28 919.79
3.5	3.5/5/036	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	TALENTUS -ASSOC. NAC. FORM. TECNICOS FORMAÇÃO	261 321.48	261 321.48	163 325.92
3.5	3.5/5/037	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	ASSOC.DOS INDUSTRIAIS DE OURIVESARIA DO SUL	9 700.50	9 700.50	6 062.81
3.5	3.5/5/038	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	MUNDISERVIÇOS- COMP.PORT. SERV. E GESTÃO, LDA	37 027.80	34 393.38	21 495.86
3.5	3.5/5/039	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	INIS- INSTITUTO DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, SA	301 768.89	301 768.89	188 605.55
3.5	3.5/5/040	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	33 722.74	33 722.74	21 076.71
3.5	3.5/5/042	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	101 482.46	101 482.46	63 426.53
3.5	3.5/5/043	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	64 823.78	64 823.78	40 514.86
3.5	3.5/5/044	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF., INF. E GESTÃO, LDA	71 260.27	67 761.70	42 351.06
3.5	3.5/5/045	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	PROJECTOAMI- SOC. EST., CONS. E FORMAÇÃO, LDA	15 777.36	15 777.36	9 860.85
3.5	3.5/5/046	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	PLURIFACTOR - CONS. MULTIDISC.DESENV., LDA	74 068.21	74 068.21	46 292.63
3.5	3.5/5/047	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	UNIVERSIDADE ABERTA	13 899.97	13 899.97	8 687.48
3.5	3.5/5/048	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	SAPERE - ENSINO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA	28 167.31	28 167.31	17 604.57
3.5	3.5/5/049	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	FERA - FORMAÇÃO, EDIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE	38 929.65	38 929.65	24 331.03
3.5	3.5/5/050	Formação Inicial e continua dos agentes da Política de Emprego	GABINAE- GABINETE APOIO AO EMPRESÁRIO, LDA	24 223.75	24 223.75	15 139.84
3.5	3.5/5/051	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	FROUCO & HENRIQUES Associados, Lda	67 377.75	67 377.75	42 111.09
3.5	3.5/5/052	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	HOSPITAL DE DONA ESTEFANIA	13 680.57	12 218.12	7 636.33
3.5	3.5/5/053	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	CEPSA PORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A	14 477.57	14 477.57	9 048.48

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.5	3.5/5/054	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	55 906.56	55 906.56	34 941.59
3.5	3.5/5/055	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	GESTICOOPFOR- Formação Profissional, CRL	26 826.44	26 826.44	16 766.53
3.5	3.5/5/056	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA	76 849.92	76 849.92	48 031.20
3.5	3.5/5/057	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	44 211.86	44 211.86	27 632.41
3.5	3.5/5/058	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	HOSPITAL DE SÃO JOSÉ	6 958.54	6 958.54	4 349.09
3.5	3.5/5/059	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FDTI- FUND.P/DIVULG.TECN. DE INFORMAÇÃO	1 113 322.50	1 113 322.50	695 826.56
3.5	3.5/5/060	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CAFE - Centro de Apoio e Formação Empresarial,Lda	57 925.42	57 925.42	36 203.38
3.5	3.5/5/061	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	N.J. - FORMAÇÃO PROF. E PROJECTOS, LDA	8 110.06	8 110.06	5 068.79
3.5	3.5/5/062	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	IAC - Instituto de Artes e Ciências	33 308.53	33 308.53	20 817.83
3.5	3.5/5/063	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	32 753.06	32 753.06	20 470.66
3.5	3.5/5/064	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES,SERV.INFRM., LDA	20 419.89	20 419.89	12 762.43
3.5	3.5/5/065	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	Centro Hospitalar do Médio Tejo, S A	11 965.02	11 965.02	7 478.14
3.5	3.5/5/066	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	15 572.78	13 887.97	8 679.98
3.5	3.5/5/067	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA,	46 315.06	46 315.06	28 946.91
3.5	3.5/5/069	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	SCHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, AS	27 531.64	11 103.73	6 939.83
3.5	3.5/5/070	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	TALENTUS -ASSOC. NAC. FORM. TECNICOS FORMAÇÃO	22 776.07	22 776.07	14 235.04
3.5	3.5/5/084	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ENGIÁREA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CONSULTADORIA,	53 899.00	53 899.00	33 686.88
3.5	3.5/5/085	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	IAEC - Instituto Americano de Estudos da Comunicação, Lda.	148 759.48	148 759.48	92 974.68
3.5	3.5/5/086	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	COMPANHIA PRÓPRIA - FORM. E CONSULT., LDA	30 047.94	30 047.94	18 779.96
3.5	3.5/5/087	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CNS - COMPANHIA NACIONAL DE SERVIÇOS, SA	88 055.22	88 055.22	55 034.51
3.5	3.5/5/088	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	NOVA ETAPA- CONS. GESTÃO RECUR.HUMANOS, LDA	60 278.90	60 278.90	37 674.31
3.5	3.5/5/089	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FDTI- FUND.P/DIVULG.TECN. DE INFORMAÇÃO	52 405.09	19 980.06	12 487.54
3.5	3.5/5/090	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FDTI- FUND.P/DIVULG.TECN. DE INFORMAÇÃO	430 464.60	430 464.60	269 040.37
3.5	3.5/5/091	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CIDEC - CENTRO INTERDISCIP.EST. ECONÓMICOS	91 292.10	91 292.10	57 057.56
3.5	3.5/5/092	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	P.M.G. - PSICOLOGIA E MULTIGESTÃO, LDA	27 031.49	27 031.49	16 894.68
3.5	3.5/5/093	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	NERSANT NÚCLEO EMPRES. REG. SANTARÉM ASSOCIAÇÃO	237 927.86	237 927.86	148 704.91
3.5	3.5/5/094	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FROUCO & HENRIQUES Associados, Lda	53 867.57	53 867.57	33 667.23

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.5	3.5/5/095	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Instituto da Soldadura e da Qualidade	30 885.55	30 885.55	19 303.47
3.5	3.5/5/096	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	PROFOC- PROJECTOS FORM. E CONSULTORIA, LDA	22 753.08	22 753.08	14 220.68
3.5	3.5/5/097	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	21 215.30	21 215.30	13 259.56
3.5	3.5/5/098	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	INST. INVESTIG. DESENV., COOP. E FORM. BENTO DE JESUS	45 447.99	45 447.99	28 404.99
3.5	3.5/5/099	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	SCRIPTORIUM - CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA	42 302.42	42 302.42	26 439.01
3.5	3.5/5/100	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	ASS. PORTUGUESA BANCOS/ INST.FORM.BANCÁRIA	8 699.70	8 699.70	5 437.31
3.5	3.5/5/101	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	CAP - CONFED. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	199 722.45	199 722.45	124 826.53
3.5	3.5/5/102	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	119 350.77	119 350.77	74 594.23
3.5	3.5/5/103	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	407 032.13	407 032.13	254 395.08
3.5	3.5/5/104	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação e Inovação - INOVINTER	8 468.00	8 468.00	5 292.50
3.5	3.5/5/105	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica -	20 970.00	20 970.00	13 106.25
3.5	3.5/5/106	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel -	26 206.00	26 206.00	16 378.75
3.5	3.5/5/107	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e	9 174.00	9 174.00	5 733.75
3.5	3.5/5/108	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	33 257.01	33 257.01	20 785.63
3.5	3.5/5/109	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório,	10 372.01	7 147.01	4 466.88
3.5	3.5/5/110	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR	8 700.00	8 700.00	5 437.50
3.5	3.5/5/111	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional de Qualidade - CEQUAL	29 776.00	29 776.00	18 610.00
3.5	3.5/5/112	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	CEFOSAP	10 554.00	10 554.00	6 596.25
3.5	3.5/5/113	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	Centro de Formação Profissional Para o Comércio e Afins -	25 687.46	25 687.46	16 054.66
3.5	3.5/5/114	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	CENFIC	13 518.00	13 518.00	8 448.75
3.5	3.5/5/115	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	CENFIM - Centro de F.P. Ind. Metalúrgica Metalomecânica	106 074.00	106 074.00	66 296.25
3.5	3.5/5/117	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	RHI - Consultores Cons. Recursos Humanos e Informática, Lda	21 787.88	15 251.52	9 532.20
3.5	3.5/5/118	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	CARRISTUR-NOV.TRANS.P. URB. REG.SOC.UNIP., LDA	26 899.16	9 240.40	5 775.25
3.5	3.5/5/119	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	EUROSET- SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS, LDA	37 992.67	37 992.67	23 745.42
3.5	3.5/5/120	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	FASTAOESTUDO-SALÕES DE EST. E FORMAÇÃO, LDA	21 288.96	21 288.96	13 305.60
3.5	3.5/5/121	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	EUROTEMA-INF., GESTÃO E CONSULTADORIA, LDA	25 491.46	25 491.46	15 932.16
3.5	3.5/5/122	Formação Inicial e Continua dos Agentes da Política de Emprego	FIDES- COOP. DE FORM., DESENV. E SOLIDARIEDADE, CRL	96 137.03	96 137.03	60 085.64

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.5	3.5/5/123	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS, LDA	38 864.66	38 864.66	24 290.41
3.5	3.5/5/124	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	Departamento de Modernização e Recursos da Saúde	23 052.98	23 052.98	14 408.11
3.5	3.5/5/125	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	IPF - INSTITUTO PORTUGUÊS DE FORMAÇÃO, LDA	87 979.90	87 979.90	54 987.43
3.5	3.5/5/126	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	SERGA - SERV. ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	55 751.25	55 751.25	34 844.53
3.5	3.5/5/127	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	Significado	99 611.73	99 611.73	62 257.33
3.5	3.5/5/128	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	SCHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, AS	18 907.08	7 851.35	4 907.09
3.5	3.5/5/129	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	17 458.90	17 458.90	10 911.81
3.5	3.5/5/130	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ALBIFOR - Centro de Formação, Lda	31 204.13	14 415.87	9 009.92
3.5	3.5/5/131	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	TALENTUS -ASSOC. NAC. FORM. TECNICOS FORMAÇÃO	56 071.90	56 071.90	35 044.94
3.5	3.5/5/132	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	27 215.67	9 405.40	5 878.38
3.5	3.5/5/133	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	77 136.04	77 136.04	48 210.03
3.5	3.5/5/134	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	11 896.13	11 896.13	7 435.08
3.5	3.5/5/135	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	25 377.14	25 377.14	15 860.71
3.5	3.5/5/136	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORT/CÂMARA COMÉRCIO	21 843.02	21 843.02	13 651.89
3.5	3.5/5/137	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL	128 108.69	128 108.69	80 067.93
3.5	3.5/5/138	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	SINDETELCO - SIND. DEMOCRÁTICO TRAB. COMUNICAÇÕES	18 129.25	18 129.25	11 330.78
3.5	3.5/5/139	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	IBER- PROJECTOS CONS. DE GESTÃO ORGAN., LDA	43 134.50	43 134.50	26 959.06
3.5	3.5/5/140	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CEV - CONSULTORES ENGENHARIA DO VALOR, LDA	7 492.29	5 244.61	3 277.88
3.5	3.5/5/141	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FORSIVA- FORM. ORG. E SERVIÇOS, LDA	31 560.56	31 560.56	19 725.35
3.5	3.5/5/142	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	SOCOGEF- SOC. CONTAB. GESTÃO E FINANÇAS, LDA	43 693.17	43 693.17	27 308.23
3.5	3.5/5/143	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ASSOC. PORT. DE DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS	18 678.69	18 678.69	11 674.18
3.5	3.5/5/144	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	MUNDISERVIÇOS- COMP.PORT. SERV. E GESTÃO, LDA	55 659.97	55 659.97	34 787.48
3.5	3.5/5/145	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	E.S.C.	51 115.73	51 115.73	31 947.33
3.5	3.5/5/146	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	SETEFORMA - GAB. FORM. PROF., INF. E GESTÃO, LDA	65 847.36	65 847.36	41 154.60
3.5	3.5/5/147	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	11 593.22	11 593.22	7 245.76
3.5	3.5/5/148	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ACTIVO HUMANO - CONSULT. ASSOCIADOS, LDA	29 087.59	29 087.59	18 179.74
3.5	3.5/5/149	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	AR-FOR - CONSULT., FORMAÇÃO INFORMÁTICA, LDA	52 234.11	52 234.11	32 646.32

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.5	3.5/5/150	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	Gestão Total e Inovação Empresarial - GTIE Consultores, Lda	27 189.05	27 189.05	16 993.16
3.5	3.5/5/151	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ACRIDEVARUM - ASSOCIAÇÃO DE CARACTER FORMATIVO	192 056.64	192 056.64	120 035.40
3.5	3.5/5/152	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	CIBER XXI- OCUP. TEMPOS LIVRES, SERV. INFRM., LDA	40 144.66	40 144.66	25 090.41
3.5	3.5/5/153	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	GOCEPI - GESTÃO, ORG., CONSULT, EST., PROJ. INOVAÇÃO,	39 814.26	39 814.26	24 883.91
3.5	3.5/5/154	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ISSS - INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEG. SOCIAL	81 239.83	22 689.87	14 181.17
3.5	3.5/5/155	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	EXCELER	66 810.22	66 810.22	41 756.39
3.5	3.5/5/156	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	ZUFORM	29 468.62	29 468.62	18 417.89
3.5	3.5/5/157	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	HOSPITAL STº ANTÓNIO DOS CAPUCHOS	14 850.50	7 425.25	4 640.78
3.5	3.5/5/158	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	F. ROLIN - ENG.ª E CONSULT. INDUSTRIAL, SA	37 387.62	26 171.33	16 357.08
3.5	3.5/5/159	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	HOSPITAL DE SANTA MARIA	33 458.50	16 729.25	10 455.78
3.5	3.5/5/160	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	Centro Europeu de Linguas, Lda	21 082.35	21 082.35	13 176.47
3.5	3.5/5/161	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	UNIVERSIDADE ABERTA	15 663.33	15 663.33	9 789.58
3.5	3.5/5/162	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	SAF - SISTEMAS AVANÇADOS DE FORMAÇÃO, S A	260 151.01	260 151.01	162 594.38
3.5	3.5/5/163	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	PROMOLOURES - DESNVOLVIMENTO EMPRESARIAL, CRL	72 755.19	72 755.19	45 471.99
3.5	3.5/5/164	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	AVALFORMA - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA	34 843.42	34 843.42	21 777.14
3.5	3.5/5/165	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	PROCENSUS - CONSULTORES EM SISTEMAS DE	8 212.05	3 363.43	2 102.14
3.5	3.5/5/166	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	PLURIVALOR - CONSULTORIA EM GESTÃO, LDA	28 153.26	28 153.26	17 595.79
3.5	3.5/5/167	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	HOSPITAL GARCIA DE HORTA AS	44 898.20	22 449.10	14 030.69
3.5	3.5/5/168	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	INST. PORT. ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL - CENTRO	17 372.70	8 686.35	5 428.97
3.5	3.5/5/169	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	SOFATI	54 793.01	54 793.01	34 119.61
3.5	3.5/5/170	Formação inicial e Contínua de Agentes da Política de Emprego	DIRECÇÃO GERAL ASSUNTOS CONSULARES E	20 795.74	20 795.74	12 997.34
3.5	3.5/5/181	Formação Inicial e Contínua dos Agentes da Política de Emprego	MESTRE - Formação e Consultadoria, Lda	10 888.08	10 888.08	6 805.05
3.5	3.5/6/001	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	Instituto da Soldadura e da Qualidade	4 740.08	4 740.08	2 962.55
3.5	3.5/6/002	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENICHE	2 429.25	2 429.25	1 518.28
3.5	3.5/6/003	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta	7 695.15	7 695.15	4 809.47
3.5	3.5/6/004	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	I.S.S.S.Coop	4 017.11	3 872.54	2 420.34

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.5	3.5/6/005	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	5 525.17	5 525.17	3 453.23
3.5	3.5/6/006	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	APSD- ASSOC. PORT. DE SOLID.E DESENVOLVIMENTO	25 443.71	25 443.71	15 902.32
3.5	3.5/6/007	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	7 313.38	7 313.38	4 570.86
3.5	3.5/6/008	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	7 704.74	7 704.74	4 815.46
3.5	3.5/6/009	Concepção e Desenvolv.de acções de sensib Comunicação sobre Temá	GABIVERDE	7 633.65	7 633.65	4 771.03
3.5	3.5/7/001	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	Instituto da Soldadura e da Qualidade	30 045.74	30 045.74	18 778.59
3.5	3.5/7/002	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PENICHE	28 856.10	28 856.10	18 035.06
3.5	3.5/7/003	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	CON.PRO - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA	32 549.49	32 549.49	20 343.43
3.5	3.5/7/004	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	IPFEL- INST.PART.FORM. E ENSINO LINGUAS, LDA	93 529.55	93 529.55	58 455.97
3.5	3.5/7/005	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	22 388.98	22 388.98	13 993.11
3.5	3.5/7/006	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	UNIVERSUS - CONSULTORES EM GESTÃO, SA	107 568.66	107 568.66	67 230.41
3.5	3.5/7/007	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	ANJAF- ASS. NAC. JOVENS P/A A ACÇÃO SOCIAL	178 216.54	178 216.54	111 385.34
3.5	3.5/7/008	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	APSD- ASSOC. PORT. DE SOLID.E DESENVOLVIMENTO	106 423.33	106 423.33	66 514.58
3.5	3.5/7/009	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	27 509.10	27 509.10	17 193.19
3.5	3.5/7/010	Formação de Públicos estratégicos, no dominio da Igualdade de Op	GABIVERDE	24 124.38	24 124.38	15 077.74
3.6	3.6/2	IEFP - Pessoas com deficiencia - Contrato Programa	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	42 398 000.00	42 398 000.00	26 498 750.00
3.6	3.6/2/001	Promoção do Desenvolvimento Social	SOC.INSTR. BENEFICIÊNCIAA VOZ DO OPERÁRIO	437 540.48	437 540.48	273 462.80
3.6	3.6/2/002	Promoção do Desenvolvimento Social	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	1 913 841.95	1 913 841.95	1 196 151.22
3.6	3.6/2/003	Promoção do Desenvolvimento Social	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	1 548 875.65	1 548 875.65	968 047.28
3.6	3.6/2/004	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. DAS ACTIV. SOCIAIS DO BAIRRO 2 DE MAIO	298 603.23	298 603.23	186 627.02
3.6	3.6/2/005	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CALDAS DA RAINHA	644 144.77	644 144.77	402 590.48
3.6	3.6/2/006	Promoção do Desenvolvimento Social	SIND. DOS TRABALHADORES DA PESCA DO CENTRO	216 509.93	216 509.93	135 318.70
3.6	3.6/2/007	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC.SOC.MÚTUOS-MONTEPIO ABRANT.S. MENDES	191 205.63	191 205.63	119 503.52
3.6	3.6/2/008	Promoção do Desenvolvimento Social	CARITAS DIOCESANA DE SETÚBAL	298 621.97	298 621.97	186 638.73
3.6	3.6/2/009	Promoção do Desenvolvimento Social	UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	68 203.84	68 203.84	42 627.40
3.6	3.6/2/010	Promoção do Desenvolvimento Social	COMUNIDADE HINDÚ DE PORTUGAL	584 161.01	584 161.01	365 100.63

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.6	3.6/2/011	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL CRISTO REI DE ALGÉS	286 833.86	286 833.86	179 271.16
3.6	3.6/2/012	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE	218 009.53	218 009.53	136 255.94
3.6	3.6/2/013	Promoção do Desenvolvimento Social	INDE- ORG. COOP. P/A INTERCOOP. E DESENV., CRL	185 286.29	185 286.29	115 803.93
3.6	3.6/2/014	Promoção do Desenvolvimento Social	O COMPANHEIRO - ASSOC.DE FRATERNIDADE CRISTÁ	670 179.31	670 179.31	418 862.07
3.6	3.6/2/015	Promoção do Desenvolvimento Social	CEFEM- CENTRO EUROPEU FORM. EST. MIGRAÇÕES	169 393.44	169 393.44	105 870.90
3.6	3.6/2/016	Promoção do Desenvolvimento Social	RECOMEÇAR-ASS.DES. INSERÇÃO SOC. PROFISSIONAL	210 570.28	210 570.28	131 606.41
3.6	3.6/2/017	Promoção do Desenvolvimento Social	BARAFUNDA - ASSOC. JUVENIL CULTURA E SOLIDARIEDADE	138 931.91	138 931.91	86 832.44
3.6	3.6/2/018	Promoção do Desenvolvimento Social	PROSALIS - PROJECTO DE SAÚDE EM LISBOA	365 666.58	365 666.58	228 541.61
3.6	3.6/2/019	Promoção do Desenvolvimento Social	CONCILIUM - GESTÃO RECURSOS HUMANOS,LDA	297 140.22	297 140.22	185 712.64
3.6	3.6/2/020	Promoção do Desenvolvimento Social	ATT-ASSOC.TRATAMENTO TOXICO-DEPENDÊNCIAS	180 836.43	180 836.43	113 022.77
3.6	3.6/2/021	Promoção do Desenvolvimento Social	GABINAE- GABINETE APOIO AO EMPRESÁRIO,LDA	431 681.76	431 681.76	269 801.10
3.6	3.6/2/022	Promoção do Desenvolvimento Social	OS FRANCISQUINHOS-ASS.PAIS AMIGOS DAS CR.HOSP.S.F.	189 904.86	189 904.86	118 690.54
3.6	3.6/2/023	Promoção do Desenvolvimento Social	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA,LDA	863 559.22	863 559.22	539 724.51
3.6	3.6/2/024	Promoção do Desenvolvimento Social	MORNA - ASSOC. CULTURAL LUSO - AFRICANA	529 245.08	529 245.08	330 778.17
3.6	3.6/2/025	Promoção do Desenvolvimento Social	GEBALIS - GEST.BAIRROS MUNICIPAIS LISBOA, EM	523 806.62	523 806.62	327 379.14
3.6	3.6/2/026	Promoção do Desenvolvimento Social	APDAR- ASS. PROM., DESENV. ARTESANATO REGIONAL	253 420.37	253 420.37	158 387.73
3.6	3.6/2/027	Promoção do Desenvolvimento Social	APSD- ASSOC. PORT. DE SOLID.E DESENVOLVIMENTO	193 305.22	193 305.22	120 815.76
3.6	3.6/2/028	Promoção do Desenvolvimento Social	ADE- ASS.P/ DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	446 543.50	446 543.50	279 089.69
3.6	3.6/2/029	Promoção do Desenvolvimento Social	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	556 033.56	556 033.56	347 520.98
3.6	3.6/2/030	Promoção do Desenvolvimento Social	Câmara Municipal do Seixal	598 607.36	598 607.36	374 129.60
3.6	3.6/2/031	Promoção do Desenvolvimento Social	CRIT- CENTRO RECUPERAÇÃO INFANTIL TORREJANO	119 941.60	119 941.60	74 963.50
3.6	3.6/2/032	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL RAINHA D. LEONOR	206 340.22	206 340.22	128 962.64
3.6	3.6/2/033	Promoção do Desenvolvimento Social	Soc.de Estudos e Interv. Em engenharia Social, CRL	174 146.70	174 146.70	108 841.69
3.6	3.6/2/034	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CENTRO JOVEM TEJO	186 454.50	186 454.50	116 534.06
3.6	3.6/2/035	Promoção do Desenvolvimento Social	GRUPO TRAB. PROJ. DOS SETES DESENV. LIBERDADE	151 398.99	151 398.99	94 624.37
3.6	3.6/2/036	Promoção do Desenvolvimento Social	LIGA PORTUGUESA CONTRA A DROGA	108 782.67	108 782.67	67 989.17
3.6	3.6/2/037	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. MELHORAMENTOS BEM ESTAR SOCIAL DAS PIAS	89 474.77	89 474.77	55 921.73

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.6	3.6/2/038	Promoção do Desenvolvimento Social	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MAFRA	115 922.64	115 922.64	72 451.65
3.6	3.6/2/039	Promoção do Desenvolvimento Social	ANJAF- ASS. NAC. JOVENS P/A A ACÇÃO SOCIAL	185 252.21	185 252.21	115 782.63
3.6	3.6/2/040	Promoção do Desenvolvimento Social	ASS. ALMADENSE RUMO AO FUTURO	187 614.96	187 614.96	117 259.35
3.6	3.6/2/041	Promoção do Desenvolvimento Social	VITAE - ASSOC. SOLID. E DESENV. INTERNACIONAL	380 248.80	380 248.80	237 655.50
3.6	3.6/2/042	Promoção do Desenvolvimento Social	ARADO-ASSOC.DESENV.REINSERÇÃO OPORTUNIDADES	124 342.00	124 342.00	77 713.75
3.6	3.6/2/043	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. CABO VERDIANA DO SEIXAL	273 838.96	273 838.96	171 149.35
3.6	3.6/2/044	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. ESPAÇO DA COMUNIDADE CABOVERDIANA	105 172.21	105 172.21	65 732.63
3.6	3.6/2/045	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. PICAPAU - CENTRO FORM. REC.	166 303.68	166 303.68	103 939.80
3.6	3.6/2/046	Promoção do Desenvolvimento Social	ASSOC. SOLID.CABO VERDIANA AMIGOS SUL TEJO	273 838.95	273 838.95	171 149.34
3.6	3.6/2/048	Promoção do Desenvolvimento Social	AUEGBP - ASSOC.UNIDA EMIGRANTES GUINÉ BISSAU	273 838.95	273 838.95	171 149.34
3.6	3.6/2/049	Promoção do Desenvolvimento Social	Município da Amadora	236 456.23	236 456.23	147 785.14
3.6	3.6/2/050	Promoção do Desenvolvimento Social	CASA DE ANGOLA	273 838.97	273 838.97	171 149.34
3.6	3.6/2/051	Promoção do Desenvolvimento Social	CASELSOL-INST.PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL	189 239.33	189 239.33	118 274.58
3.6	3.6/2/052	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO DE OCUPAÇÃO INFANTIL	229 475.15	229 475.15	143 421.97
3.6	3.6/2/053	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO DE REFORMADOS IDOSOS VALE DA AMOREIRA	156 359.50	156 359.50	97 724.69
3.6	3.6/2/054	Promoção do Desenvolvimento Social	CESIS- CENTRO ESTUDOS P/A INTERVENÇÃO SOCIAL	138 391.89	138 391.89	86 494.93
3.6	3.6/2/055	Promoção do Desenvolvimento Social	CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (CPR)	152 705.35	152 705.35	95 440.84
3.6	3.6/2/056	Promoção do Desenvolvimento Social	AJUDA DE MÃE - ASSOC. DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	187 226.42	187 226.42	117 016.51
3.6	3.6/2/057	Promoção do Desenvolvimento Social	CEBI - FUND. P/ DESENV. COMUNITÁRIO ALVERCA	157 226.00	157 226.00	98 266.25
3.6	3.6/2/058	Promoção do Desenvolvimento Social	CENTRO SOCIAL DE PALMELA	160 679.95	160 679.95	100 424.97
3.6	3.6/2/059	Promoção do Desenvolvimento Social	DESAFIO JOVEM - (TEEN CHALLENGE) PORTUGAL	38 606.61	38 606.61	24 129.13
3.6	3.6/2/060	Promoção do Desenvolvimento Social	PENICHE RENDIBILROS -ASS. DEFESA RENDAS BILROS	371 787.32	371 787.32	232 367.08
3.6	3.6/2/061	Promoção do Desenvolvimento Social	SECRET.DIOCESANO LISBOA PASTORAL DOS CIGANOS	255 333.59	255 333.59	159 583.49
3.6	3.6/2/069	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	CASELSOL-INST.PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL	286 891.04	286 891.04	179 306.90
3.6	3.6/2/070	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	CARITAS DIOCESANA DE SETÚBAL	287 238.34	287 238.34	179 523.96
3.6	3.6/2/071	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	SISEP - Sindicato dos Profissionais seguros de portugal	298 709.09	298 709.09	186 693.18
3.6	3.6/2/072	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Associação Humanitária Bem Fazer de São Paulo	286 206.61	286 206.61	178 879.13

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.6	3.6/2/073	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ENSINUS- ESTABELEC. ENSINO PARTICULAR, AS	298 709.09	298 709.09	186 693.18
3.6	3.6/2/074	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	FORMAJUDA- GAB. FORM.PROJECTOS DA AJUDA, LDA	287 231.18	287 231.18	179 519.49
3.6	3.6/2/075	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	CIFOTIE - Cent. Int. de Formação dos Trab. Indústria e Energia	320 043.78	320 043.78	200 027.36
3.6	3.6/2/076	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	INSTITUTO MONITOR, LDA	249 486.18	249 486.18	155 928.86
3.6	3.6/2/077	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	APDAR- ASS. PROM., DESENV. ARTESANATO REGIONAL	302 243.71	302 243.71	188 902.32
3.6	3.6/2/078	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Centro de Estudos e Formação de Actividades Desportivas	295 004.96	295 004.96	184 378.10
3.6	3.6/2/079	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ASSOC. ESPAÇO DA COMUNIDADE CABOVERDIANA	264 426.43	264 426.43	165 266.52
3.6	3.6/2/080	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	INAE - Instituto Nacional Aprendizagem e Ensino, S.A.	318 351.63	318 351.63	198 969.77
3.6	3.6/2/081	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	1 203 506.58	1 203 506.58	752 191.61
3.6	3.6/2/082	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	287 539.06	287 539.06	179 711.91
3.6	3.6/2/083	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	PROSALIS - PROJECTO DE SAÚDE EM LISBOA	660 670.37	660 670.37	412 918.98
3.6	3.6/2/084	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	VITAE - ASSOC. SOLID. E DESENV. INTERNACIONAL	765 448.70	765 448.70	478 405.44
3.6	3.6/2/085	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ADEPE - ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DE PENICHE	273 220.85	273 220.85	170 763.03
3.6	3.6/2/086	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ADE- ASS.P/ DESENV.EMPREGO VILA FRANCA XIRA	492 183.41	492 183.41	307 614.63
3.6	3.6/2/087	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ASSOC. HOSPITAL CIVIL E MISERICÓRDIA DE ALHANDRA	274 143.12	274 143.12	171 339.45
3.6	3.6/2/088	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa	88 605.04	88 605.04	55 378.15
3.6	3.6/2/089	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Ass. Comerciantes Conc. Coruche e Salvaterra de Magos	239 668.29	239 668.29	149 792.68
3.6	3.6/2/090	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã	440 443.08	440 443.08	275 276.92
3.6	3.6/2/091	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	CENTRO SOCIAL P/A DESENV. DO SOBRALINHO	274 143.12	274 143.12	171 339.45
3.6	3.6/2/092	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Associação de Assistência Benif. Misericórdia de Alverca	274 143.12	274 143.12	171 339.45
3.6	3.6/2/093	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE RURAL	119 019.54	119 019.54	74 387.21
3.6	3.6/2/094	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE	90 252.85	90 252.85	56 408.03
3.6	3.6/2/095	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ASSOC. SOLID.CABO VERDIANA AMIGOS SUL TEJO	266 946.66	266 946.66	166 841.66
3.6	3.6/2/096	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ASSOC. CABO VERDIANA DO SEIXAL	266 946.66	266 946.66	166 841.66
3.6	3.6/2/097	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	SOPROFOR - SOC. PROMOTORA DE FORMAÇÃO, LDA	328 398.14	328 398.14	205 248.84
3.6	3.6/2/098	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Centro Social e Cultural p/Desenvolvimento de Olho Marinho	124 199.37	124 199.37	77 624.61
3.6	3.6/2/099	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Centro de Desenvolvimento Social e Cultural - CDSC	311 638.80	311 638.80	194 774.25

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.6	3.6/2/100	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ANPRP - ASSOC. NATURAIS DE PELUNDO RESIDENTES EM	266 946.68	266 946.68	166 841.66
3.6	3.6/2/101	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	AUEGBP - ASSOC.UNIDA EMIGRANTES GUINÉ BISSAU	266 946.68	266 946.68	166 841.66
3.6	3.6/2/102	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	MAGENSINUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	179 759.69	179 759.69	112 349.81
3.6	3.6/2/103	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOMBARRAL	125 518.76	125 518.76	78 449.23
3.6	3.6/2/104	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	ASSOC. DE FILHOS E AMIGOS DA ILHA DE JETA	272 166.82	272 166.82	170 104.26
3.6	3.6/2/105	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	SIND. DOS TRABALHADORES DA PESCA DO CENTRO	269 008.08	269 008.08	168 130.05
3.6	3.6/2/106	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	Perfil - Psicologia e Trabalho Lda	104 626.38	104 626.38	65 391.49
3.6	3.6/2/107	Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos	CASA DE ANGOLA	272 166.82	272 166.82	170 104.26
3.6	3.6/3	IEFP - mercado social de emprego - Contrato Programa	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	52 374 000.00	52 374 000.00	32 733 750.00
3.9	3.9/001	Escola de Comércio de Lisboa	Aula de Comércio - Estudos Técnicos e Profissionais, Lda.	1 117 871.73	1 117 871.73	642 776.23
3.9	3.9/002	Escola Profissional Val do Rio	FORPRO - Formação Profissional CRL	1 380 302.55	1 380 302.55	793 673.96
3.9	3.9/003	Escola Profissional Gustave Eiffel	COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, CRL	2 550 408.75	2 550 408.75	1 466 485.03
3.9	3.9/004	Escola Profissional Magestil	MAGENSINUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	1 209 756.42	1 209 756.42	695 609.94
3.9	3.9/005	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	Associação para a Valorização Agrária - AVA	593 612.31	593 612.31	341 327.08
3.9	3.9/006	Escola Profissional de Ourém	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	1 108 306.42	1 108 306.42	637 276.19
3.9	3.9/007	Escola Profissional de Salvaterra de Magos	Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda.	1 408 614.69	1 408 614.69	809 953.45
3.9	3.9/008	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda.	1 126 448.00	1 126 448.00	647 707.60
3.9	3.9/009	Escola Profissional de Setúbal	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	1 502 309.27	1 502 309.27	863 827.83
3.9	3.9/010	Escola Profissional de Música e Artes de Almada	CENTRO CULTURAL DE ALMADA	1 562 644.30	1 562 644.30	898 520.47
3.9	3.9/011	Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	Colectividade Cultural e recreativa de Santa Catarina	462 933.93	462 933.93	266 187.01
3.9	3.9/012	Instituto de Tecnologias Náuticas	AEMAR - Associação de Estudos e de Ensino para o Mar	617 293.15	617 293.15	354 943.56
3.9	3.9/013	Escola Profissional do Montijo	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	542 981.71	542 981.71	312 214.48
3.9	3.9/014	Escola Profissional de Recuperação do Património	SintraQuorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos,	534 547.81	534 547.81	307 364.99
3.9	3.9/015	Escola Profissional de Teatro de Cascais	Escola Profissional de Teatro de Cascais	448 651.17	448 651.17	257 974.42
3.9	3.9/016	Escola Profissional de Rio Maior	E.P.R.M. - Escola Profissional de Rio Maior, Lda.	641 214.66	641 214.66	368 698.43

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.9	3.9/017	Escola Profissional de Almada	GESTNAVE- PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	796 562.58	796 562.58	458 023.48
3.9	3.9/018	Instituto Profissional de Transportes	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	530 606.19	530 606.19	305 098.56
3.9	3.9/019	Instituto de Formação Profissional	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E	554 200.14	554 200.14	318 665.08
3.9	3.9/020	Escola Profissional de Imagem	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda.	1 279 445.17	1 279 445.17	735 680.97
3.9	3.9/021	Escola Profissional deTomar	EPT - Escola Profissional deTomar, Lda.	466 118.69	466 118.69	268 018.25
3.9	3.9/022	Escola de Comércio de Lisboa	Aula de Comércio - Estudos Técnicos e Profissionais, Lda.	1 101 527.33	1 101 527.33	633 378.21
3.9	3.9/023	Escola Profissional Val do Rio	FORPRO - Formação Profissional CRL	1 688 086.03	1 688 086.03	970 649.46
3.9	3.9/024	Escola Profissional Gustave Eiffel	COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, CRL	2 738 520.67	2 738 520.67	1 574 649.38
3.9	3.9/025	Escola Profissional Magestil	MAGENSINUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	1 344 387.50	1 344 387.50	773 022.81
3.9	3.9/026	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Torres Vedras	Associação para a Valorização Agrária - AVA	645 302.84	645 302.84	371 049.13
3.9	3.9/027	Escola Profissional de Ourém	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	1 122 606.76	1 122 606.76	645 498.89
3.9	3.9/028	Escola Profissional de Salvaterra de Magos	Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda.	1 271 295.74	1 271 295.74	730 995.05
3.9	3.9/029	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda.	1 265 581.70	1 265 581.70	727 709.47
3.9	3.9/030	Escola Profissional de Setúbal	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	1 660 924.56	1 660 924.56	955 031.62
3.9	3.9/031	Escola Profissional de Música e Artes de Almada	CENTRO CULTURAL DE ALMADA	1 660 066.68	1 660 066.68	954 538.34
3.9	3.9/032	Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	Colectividade Cultural e recreativa de Santa Catarina	508 254.71	508 254.71	292 246.45
3.9	3.9/033	Instituto de Tecnologias Náuticas	AEMAR - Associação de Estudos e de Ensino para o Mar	800 471.42	800 471.42	460 271.06
3.9	3.9/034	Escola Profissional do Montijo	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	626 335.91	626 335.91	360 143.14
3.9	3.9/035	Escola Profissional de Recuperação do Património	SintraQuorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos,	504 524.93	504 524.93	290 101.83
3.9	3.9/036	Escola Profissional de Teatro de Cascais	Escola Profissional de Teatro de Cascais	477 357.17	477 357.17	274 480.37
3.9	3.9/037	Escola Profissional de Rio Maior	E.P.R.M. - Escola Profissional de Rio Maior, Lda.	614 025.50	614 025.50	353 064.66
3.9	3.9/038	Escola Profissional de Almada	GESTNAVE- PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	951 648.15	951 648.15	547 197.68
3.9	3.9/039	Instituto Profissional de Transportes	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	569 450.77	569 450.77	327 434.19
3.9	3.9/040	Instituto de Formação Profissional	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E	573 643.85	573 643.85	329 845.21
3.9	3.9/041	Escola Profissional de Imagem	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda.	1 342 507.45	1 342 507.45	771 941.78
3.9	3.9/042	Escola Profissional deTomar	EPT - Escola Profissional deTomar, Lda.	513 339.43	513 339.43	295 170.17

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.9	3.9/043	Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	Associação Percursos - Ensino e Formação Psicossocial	526 144.83	526 144.83	302 533.28
3.9	3.9/044	Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social	Fundação Monsenhor Alves Brás	490 230.77	490 230.77	281 882.69
3.9	3.9/045	Escola Comercio de Lisboa	Aula de Comércio - Estudos Técnicos e Profissionais, Lda.	1 175 488.75	1 175 488.75	675 906.03
3.9	3.9/046	Escola Profissional Val do Rio	FORPRO - Formação Profissional CRL	1 743 732.80	1 743 732.80	1 002 646.36
3.9	3.9/047	Escola Profissional Gustavo Eiffel	COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, CRL	2 697 537.50	2 697 537.50	1 551 084.06
3.9	3.9/048	Escola Profissional Magestil	MAGENSINUS - Empresa Promotora de serviços de Ensino, Lda.	1 186 544.94	1 186 544.94	682 263.34
3.9	3.9/049	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal	Associação para a Valorização Agrária - AVA	511 212.78	511 212.78	293 947.35
3.9	3.9/050	Escola Profissional de Ourem	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	1 051 843.45	1 051 843.45	604 809.98
3.9	3.9/051	Escola Profissional de Setubal	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	1 651 534.63	1 651 534.63	949 632.41
3.9	3.9/052	Instituto de Tecnologias Nauticas	AEMAR - Associação de Estudos e de Ensino para o Mar	677 555.86	677 555.86	389 594.62
3.9	3.9/053	Escola Profissional do Montijo	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	623 649.36	623 649.36	358 598.38
3.9	3.9/054	Escola Profissional de Rio Maior	E.P.R.M. - Escola Profissional de Rio Maior, Lda.	562 502.57	562 502.57	323 438.98
3.9	3.9/055	Escola Profissional de Almada	GESTNAVE- PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	753 527.08	753 527.08	433 278.07
3.9	3.9/056	Instituto Profissional de Transportes	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	575 528.63	575 528.63	330 928.96
3.9	3.9/057	Instituto de Formação Profissional	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E	567 024.84	567 024.84	326 039.28
3.9	3.9/058	Escola Profissional de Imagem	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda.	2 436 754.65	2 436 754.65	1 401 133.92
3.9	3.9/059	Escola Profissional de Tomar	EPT - Escola Profissional de Tomar, Lda.	481 160.94	481 160.94	276 667.54
3.9	3.9/060	Escola Tecnica Psicossocial de Lisboa	Associação Percursos - Ensino e Formação Psicossocial	559 766.60	559 766.60	321 865.80
3.9	3.9/061	Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social	Fundação Monsenhor Alves Brás	507 015.19	507 015.19	291 533.73
3.9	3.9/062	Escola Profissional de Recuperação do Património	SintraQuorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos,	473 819.57	473 819.57	272 446.25
3.9	3.9/063	Escola de Comercio de Lisboa	Aula de Comércio - Estudos Técnicos e Profissionais, Lda.	786 765.64	786 765.64	452 390.24
3.9	3.9/064	Escola Profissional Val do Rio	FORPRO - Formação Profissional CRL	1 136 023.41	1 136 023.41	653 213.46
3.9	3.9/065	Escola Profissional Gustavo Eiffel	COOPTÉCNICA - GUSTAVE EIFFEL, CRL	1 857 412.12	1 857 412.12	1 068 011.97
3.9	3.9/066	Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal	Associação para a Valorização Agrária - AVA	324 719.60	324 719.60	186 713.77
3.9	3.9/067	Escola Profissional de Ourem	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	705 600.38	705 600.38	405 720.22
3.9	3.9/068	Escola Profissional de Setubal	FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL	1 127 536.25	1 127 536.25	648 333.34

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Despesa Publica	FSE
3.9	3.9/069	Instituto de Tecnologias Nauticas	AEMAR - Associação de Estudos e de Ensino para o Mar	413 619.53	413 619.53	237 831.23
3.9	3.9/070	Escola Profissional do Montijo	Assoc. Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo	407 080.80	407 080.80	234 071.46
3.9	3.9/071	Escola Profissional de Rio Maior	E.P.R.M. - Escola Profissional de Rio Maior, Lda.	353 498.71	353 498.71	203 261.76
3.9	3.9/072	Escola Profissional de Almada	GESTNAVE- PREST. SERVIÇOS INDUSTRIAIS, SA	423 582.43	423 582.43	243 559.90
3.9	3.9/073	Instituto Profissional de Transportes	Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística	432 931.52	432 931.52	248 935.62
3.9	3.9/074	Instituto de Formação Profissional	FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E	314 129.38	314 129.38	180 624.39
3.9	3.9/075	Escola Profissional de Imagem	Escola Técnica de Imagem e Comunicação Aplicada, Lda.	2 201 740.39	2 201 740.39	1 266 000.72
3.9	3.9/076	Escola Profissional de Tomar	EPT - Escola Profissional de Tomar, Lda.	285 703.48	285 703.48	164 279.50
3.9	3.9/077	Escola Psicossocial de Lisboa	Associação Percursos - Ensino e Formação Psicossocial	372 715.81	372 715.81	214 311.59
3.9	3.9/078	Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social	Fundação Monsenhor Alves Brás	332 619.41	332 619.41	191 256.16
3.9	3.9/079	Escola Profissional de Recuperação do Património	SintraQuorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos,	276 871.90	276 871.90	159 201.34
3.21	3.21/001	Assistência Técnica 2000/2001 - Eixos prioritários 1 e 2 (FSE)	CCRLVT	40 544.09	40 544.09	26 353.66
3.21	3.21/002	Assistência Técnica 2000/2001 - Medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5,	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	733 942.45	733 942.45	458 714.03
3.21	3.21/003	Assistência Técnica 2002 - Eixos prioritários 1 e 2 e questões tr	CCRLVT	82 395.49	82 395.49	51 497.18
3.21	3.21/004	Assistência Técnica 2002 - Medidas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, e 3.	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	767 244.50	767 244.50	479 527.81
3.21	3.21/005	Assistência Técnica 2003 - Eixos Prioritários 1 e 2	CCRLVT	175 065.81	175 065.81	109 416.13
3.21	3.21/006	Assistência Técnica 2003	IEFP - INSTITUTO DE Emprego FORMAÇÃO	789 933.90	789 933.90	493 708.69

QUADRO A-12: PROJECTOS APOIADOS NO ÂMBITO DE MEDIDAS FEOGA

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/023	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores	27 388.53	19 171.97	14 378.98
3.15	3.15/024	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	ACRO - Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	67 836.51	53 471.13	40 103.35
3.15	3.15/025	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	APSL - Associação de Criadores do Cavalo Puro Sangue Lusitano	124 375.25	100 043.89	75 032.92
3.15	3.15/026	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	ACBRP - Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta	63 097.93	61 227.44	45 920.58
3.15	3.15/027	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	APCTL - Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide	66 754.12	66 754.12	50 065.59
3.15	3.15/028	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	APCBRC - Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos de Raça Charolesa	18 786.73	13 150.71	9 863.03
3.15	3.15/029	Diversificação na Pequena Agricultura	António Mendes	10 347.07	4 138.83	3 104.12
3.15	3.15/030	Diversificação na Pequena Agricultura	António Alves Amaral	24 939.89	9 975.96	7 481.97
3.15	3.15/031	Diversificação na Pequena Agricultura	Custódio Fernandes da Rama	17 449.38	8 724.69	6 107.29
3.15	3.15/032	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Noé Fera	16 173.02	6 469.21	4 851.91
3.15	3.15/033	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques João	20 433.63	10 216.81	7 151.77
3.15	3.15/034	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	Associação Técnica de Apoio à Bovinicultura Leiteira do Sul	421 456.55	295 019.59	221 264.69
3.15	3.15/035	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóticas	Associação Portuguesa de Criadores de Raça Bovina Frísia	350 286.32	245 200.43	183 900.32
3.15	3.15/036	Diversificação na Pequena Agricultura	António da Graça Vital	2 793.05	1 117.22	837.92
3.15	3.15/037	Diversificação na Pequena Agricultura	Artur José de Oliveira Alves	7 980.77	3 990.38	2 793.27
3.15	3.15/038	Diversificação na Pequena Agricultura	Amilcar Maria Alves Alfaiatinho	24 150.40	12 075.20	8 452.64
3.15	3.15/039	Diversificação na Pequena Agricultura	António Simões	2 668.02	1 334.01	933.81
3.15	3.15/040	Diversificação na Pequena Agricultura	Francisco Duarte Leandro	3 424.94	1 369.97	1 027.48
3.15	3.15/041	Diversificação na Pequena Agricultura	Júlio Florindo Cabaça	9 778.89	3 911.56	2 933.67
3.15	3.15/042	Diversificação na Pequena Agricultura	José Colaço de Sousa	11 757.17	4 702.87	3 527.15
3.15	3.15/043	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria de Lurdes da Silva Victor Roldão	12 393.10	6 196.55	4 337.58
3.15	3.15/044	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Augusta Godinho André Andrade Pires	3 419.23	1 709.61	1 196.73
3.15	3.15/045	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Luisa de Matos André Estudante	24 869.16	12 434.58	8 704.20
3.15	3.15/046	Diversificação na Pequena Agricultura	Miguel Joaquim Oliveira Jorge Castelo Branco	24 939.89	9 975.96	7 481.97
3.15	3.15/049	Diversificação na Pequena Agricultura	Carmina Maria de Carvalho	24 939.89	9 975.96	7 481.97
3.15	3.15/053	Diversificação na Pequena Agricultura	Simão Gonçalves Pedro	3 098.56	1 549.28	1 084.22
3.15	3.15/054	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectiv	Direcção Regional de Agricultura e Oeste	5 088 667.31	5 088 667.31	3 816 500.48
3.15	3.15/055	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectiv	Direcção Regional de Agricultura e Oeste	748 000.00	748 000.00	561 000.00
3.15	3.15/056	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectiv	IHERA - Associação de Beneficiários da Lezíria	696 072.47	696 072.47	522 054.35
3.15	3.15/057	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectiv	IHERA - Associação de Beneficiários da Lezíria	7 940 862.52	7 940 862.52	5 955 646.89
3.15	3.15/058	Novos Regadios Colectivos	IHERA - Asso. de Benefic. do Plano de Rega das Baixas de Óbidos	15 056 713.32	15 056 713.32	11 292 534.99
3.15	3.15/059	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Miguel Antunes Damas	17 979.92	8 989.96	6 292.97
3.15	3.15/060	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria da Conceição Inácio Botelho	15 296.35	7 648.17	5 353.72
3.15	3.15/061	Diversificação na Pequena Agricultura	Ezequiel Dias Branco	15 791.94	7 895.97	5 527.18
3.15	3.15/062	Diversificação na Pequena Agricultura	Deolinda das Neves Nunes Correia	23 950.53	11 975.26	8 382.69
3.15	3.15/063	Diversificação na Pequena Agricultura	José António Vieira Ferreira	8 988.49	4 494.24	3 145.97

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/064	Diversificação na Pequena Agricultura	Edite Celeste dos Santos Reis Henriques	21 208.89	10 604.44	7 423.11
3.15	3.15/065	Diversificação na Pequena Agricultura	Américo Vieira Faria	23 383.65	11 691.82	8 184.28
3.15	3.15/066	Diversificação na Pequena Agricultura	José Santos Jorge	15 877.55	7 938.77	5 557.14
3.15	3.15/067	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Correia Verissimo	2 250.71	900.28	675.21
3.15	3.15/068	Diversificação na Pequena Agricultura	José Carlos dos Santos Correia	3 092.55	1 546.27	1 082.39
3.15	3.15/069	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Domingos	24 462.92	9 785.17	7 338.88
3.15	3.15/070	Diversificação na Pequena Agricultura	António Luis Rijo Milho	24 939.89	9 975.96	7 481.97
3.15	3.15/071	Diversificação na Pequena Agricultura	António Manuel Pereira Costa	3 534.33	1 413.73	1 060.30
3.15	3.15/072	Diversificação na Pequena Agricultura	António Pereira Marcelino Junior	16 954.64	6 781.86	5 086.39
3.15	3.15/073	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Bento Ribeiro	23 722.83	9 489.13	7 116.85
3.15	3.15/074	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Matos Daniel	24 939.89	9 975.96	481.97
3.15	3.15/075	Diversificação na Pequena Agricultura	Helder Joaquim Carvalho de Sousa	21 665.94	8 666.37	6 499.78
3.15	3.15/076	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques das Neves	21 621.16	8 648.46	6 486.35
3.15	3.15/077	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Bento Galego	10 116.01	4 046.40	3 034.81
3.15	3.15/078	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim da Conceição Vicente	625.99	313.00	219.10
3.15	3.15/079	Diversificação na Pequena Agricultura	António Vieira Coelho	18 354.89	7 341.96	5 506.47
3.15	3.15/080	Diversificação na Pequena Agricultura	Pedro Américo Pereira Lázaro	18 530.34	7 412.14	5 559.10
3.15	3.15/081	Diversificação na Pequena Agricultura	Diamantino Lopes de Almeida	3 020.84	1 208.34	906.26
3.15	3.15/082	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Agostinho Durão	18 515.91	7 406.37	5 554.77
3.15	3.15/083	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Luisa Alves Carlota da Silva	15 418.79	7 709.40	5 396.58
3.15	3.15/085	Diversificação na Pequena Agricultura	António Luis Lopes	17 371.16	8 685.58	6 079.90
3.15	3.15/086	Diversificação na Pequena Agricultura	Cecilia Rosinda Ricardo Fernandes Xisto	24 939.89	9 975.96	7 481.87
3.15	3.15/088	Diversificação na Pequena Agricultura	João Firmino Nunes da Costa	22 800.62	9 120.25	6 840.19
3.15	3.15/089	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóc	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores	63 150.06	44 205.04	33 153.78
3.15	3.15/090	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóc	Associação Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	83 107.21	65 357.74	49 018.31
3.15	3.15/091	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóc	Associação Portuguesa Criadores do Cavallo Puro Sangue Lusitano	137 710.12	111 121.60	83 341.20
3.15	3.15/092	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóc	Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta	68 603.42	65 754.66	49 315.99
3.15	3.15/093	Regime de Ajudas à Preservação e Melhoramento Genético das raças Autóc	Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Charolesa	29 565.00	20 695.50	15 521.62
3.15	3.15/094	Diversificação na Pequena Agricultura	Camila Patinha Bexiga Ruivo	23 626.56	11 813.28	8 269.30
3.15	3.15/095	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Augusto Godinho Ribeiro	4 638.30	2 319.15	1 623.41
3.15	3.15/096	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Alzinda de Jesus Gomes	24 690.50	12 345.25	8 641.67
3.15	3.15/097	Diversificação na Pequena Agricultura	Virginia Ramos Santos Bonifácio	24 908.97	12 454.48	8 718.14
3.15	3.15/098	Diversificação na Pequena Agricultura	Paulo Manuel da Silva Ferreira	24 939.89	9 975.96	7 481.97
3.15	3.15/099	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria do Carmo Bento Correia Henriques	23 740.29	9 496.11	7 122.09
3.15	3.15/100	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Neves Luis	22 078.79	8 831.52	6 623.64
3.15	3.15/101	Diversificação na Pequena Agricultura	Otacilio Luz Henriques	15 172.19	6 068.87	4 551.66
3.15	3.15/102	Diversificação na Pequena Agricultura	José Marques Castelão	20 253.69	8 101.48	6 076.11
3.15	3.15/105	Diversificação na Pequena Agricultura	Miguel Lopes Machado	9 094.87	4 547.44	3 183.20
3.15	3.15/110	Preservação e melhoramento genético das raças autóctones, raças exótic	Assoc. Protuguesa de Criadores de Toiros de Lide	130 547.88	118 318.61	88 738.95
3.15	3.15/111	Preservação e melhoramento genético das raças autóctones, raças exótic	Assoc. Nac. para o Melhor. dos Bovinos Leiteiros - ATABLES	513 094.44	359 166.11	269 374.58
3.15	3.15/112	Preservação e melhoramento genético das raças autóctones, raças exótic	Assoc. Nac. para o Melhor. dos Bovinos Leiteiros - APCRF	375 538.20	262 876.74	197 157.56
3.15	3.15/113	Diversificação na Pequena Agricultura	José António da Silva Pereira	21 570.51	10 785.26	7 549.68
3.15	3.15/114	Diversificação na Pequena Agricultura	Artur José Ferreira Pessoa de Amorim	17 002.80	8 501.40	5 950.98
3.15	3.15/115	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria da Conceição Cardoso Monteiro Coelho Trancas	24 441.10	9 776.44	7 332.33

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/116	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Celeste Marques Neves	24 731.40	9 892.56	7 419.42
3.15	3.15/117	Diversificação na Pequena Agricultura	João Alexandre dos Santos	20 350.95	8 140.38	6 105.29
3.15	3.15/118	Diversificação na Pequena Agricultura	Isaura Maria Ferreira Garcia Gonçalves	5 091.23	2 036.46	1 527.37
3.15	3.15/119	Diversificação na Pequena Agricultura	João Pereira	8 958.34	3 583.33	2 687.50
3.15	3.15/120	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos dos Santos Pina	8 074.60	3 229.84	2 422.38
3.15	3.15/121	Diversificação na Pequena Agricultura	António Maria da Guia Vieira Maia	16 489.04	6 595.62	4 946.71
3.15	3.15/122	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria José dos Santos Lourenço Silveira Leal	23 615.59	11 807.79	8 265.46
3.15	3.15/123	Diversificação na Pequena Agricultura	Abilio Lopes Francisco Luis	6 869.42	2 747.77	2 060.83
3.15	3.15/125	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Beirão Monteiro	21 792.98	8 717.19	6 537.89
3.15	3.15/142	Novos regadios colectivos	IHERA - Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	69 831.71	69 831.71	52 373.78
3.15	3.15/144	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Lobeiro Bernardo	5 362.77	2 145.11	1 608.83
3.15	3.15/145	Diversificação na Pequena Agricultura	António José Rodrigues Alves	4 706.75	1 882.70	1 412.03
3.15	3.15/146	Diversificação na Pequena Agricultura	Eduardo Pires	19 532.43	7 812.97	5 859.73
3.15	3.15/147	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Jesus Fulgêncio	8 766.77	3 506.71	2 630.03
3.15	3.15/148	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Manuel Rodrigues Sebastião	22 058.38	8 823.35	6 617.51
3.15	3.15/149	Diversificação na Pequena Agricultura	Agostinho da Silva Alves	19 592.84	7 837.14	5 877.85
3.15	3.15/150	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Óbidos	118 296.89	118 296.89	88 722.67
3.15	3.15/151	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Óbidos	152 295.08	152 295.08	114 221.31
3.15	3.15/152	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Alcanena	544 876.85	544 876.85	408 657.64
3.15	3.15/153	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Fernando Graça Sousa Capitão	44 547.44	33 410.58	25 057.94
3.15	3.15/154	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Herdeiros de João Augusto SPA, Lda	49 879.79	37 409.84	28 057.38
3.15			Sebastião Batista Pereira Verga	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/156	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Luis Filipe Gameiro dos Santos	49 879.79	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/157	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Soares Lopes - Casa Agrícola, Lda.	64 903.21	32 451.61	22 716.12
3.15	3.15/158	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Francisco Bárbara Santa Valente	198 216.53	99 108.27	69 375.79
3.15	3.15/159	Diversificação na Pequena Agricultura	Orlandino Pinheiro Ferreira Rosa	9 972.68	3 989.07	2 991.80
3.15	3.15/162	Diversificação na Pequena Agricultura	Ana Maria da Conceição Silva	18 289.53	7 315.81	5 486.86
3.15	3.15/163	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Trancas de Oliveira Lucas	18 997.47	7 598.99	5 699.24
3.15	3.15/164	Diversificação na Pequena Agricultura	Clementina da Piedade Pereira	1 273.43	509.37	382.03
3.15	3.15/165	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Gaspar Botas	2 634.71	1 053.89	790.42
3.15	3.15/166	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino dos Anjos Garcia	18 272.57	7 309.03	5 481.77
3.15	3.15/167	Diversificação na Pequena Agricultura	José Luis Ribeiro da Silva Pesqueira	5 600.42	2 800.22	1 960.15
3.15	3.15/168	Diversificação na Pequena Agricultura	António Bento Neto	23 742.78	9 497.11	7 122.83
3.15	3.15/169	Diversificação na Pequena Agricultura	João da Silva Fernandes	956.78	382.71	287.03
3.15			Manuel Assunção Caetano	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/171	Diversificação na Pequena Agricultura	António Marques	6 866.53	3 433.27	2 403.29
3.15	3.15/172	Diversificação na Pequena Agricultura	Isa Mónica Terêncio Aniceto Martinho	14 302.10	5 720.84	4 290.63
3.15	3.15/173	Diversificação na pequena agricultura	Mário José Ventura da Costa	10 611.56	4 244.63	3 183.47
3.15	3.15/174	Diversificação na pequena agricultura	João Gonçalves	3 955.47	1 582.19	1 186.64
3.15	3.15/176	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	João Vitor Reis Gomes Mendes	249 249.56	124 624.78	87 237.35
3.15	3.15/177	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	Maria Donzília de Jesus Lopes	142 331.98	71 165.99	49 816.19
3.15	3.15/178	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	Iraldo da Silva Costa	242 305.10	121 152.55	84 806.79

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15			Associação de Produtores Florestais e de Defesa do Ambiente de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/180	Novos Regadios Colectivos	IHERA/Assoc. de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	389 110.10	389 110.10	291 832.58
3.15	3.15/181	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	119 947.53	119 947.53	89 960.64
3.15	3.15/182	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	902 634.65	902 634.65	676 975.99
3.15	3.15/183	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IDHRa/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	196 354.69	196 354.69	147 266.02
3.15	3.15/184	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	99 510.18	99 510.18	74 632.64
3.15	3.15/185	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	5 152 392.73	5 152 392.73	3 864 294.55
3.15	3.15/186	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Assoc. de Beneficiários da Cela	124 699.47	124 699.47	93 524.61
3.15	3.15/187	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Sociedade Agrícola da Quinta da Silveira, Lda	153 047.21	76 523.61	53 566.52
3.15	3.15/190	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Jorge	6 609.06	3 304.53	2 313.17
3.15	3.15/191	Diversificação na Pequena Agricultura	João Jorge	7 133.66	3 566.83	2 496.78
3.15	3.15/192	Diversificação na Pequena Agricultura	António Oliveira Gaspar	18 460.51	9 230.26	6 461.18
3.15	3.15/193	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Tavares Lourenço	14 016.18	7 008.09	4 905.66
3.15	3.15/194	Diversificação na Pequena Agricultura	António Isenta Nogueira	7 287.01	2 914.81	2 186.10
3.15	3.15/195	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria da Glória Marques Neves	8 837.27	3 534.92	2 651.19
3.15	3.15/196	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Dias Marques	11 529.72	5 764.86	4 035.40
3.15	3.15/197	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Antunes Domingues Mendes	8 629.20	4 314.60	3 020.22
3.15			João Pote de Oliveira	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/199	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Pires Prates	2 992.79	1 197.11	897.83
3.15	3.15/200	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Manuel dos Santos Marques	23 316.81	9 326.72	6 995.04
3.15	3.15/201	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Lopes	8 629.20	3 451.68	2 588.76
3.15	3.15/202	Novos Regadios Colectivos	IDRHa/Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	10 267 049.27	10 267 049.27	7 700 286.96
3.15	3.15/203	6.2 Electrificação	EDP/Sociedade Estrela Agrícola, Lda.	9 914.92	9 914.92	4 957.46
3.15	3.15/204	Electrificação	EDP/Companhia das Lezírias, S.A	39 940.35	39 940.35	19 970.18
3.15	3.15/205	Electrificação	EDP/Herdade de Almada, SAG,Lda.	26 216.82	26 216.82	13 108.41
3.15	3.15/206	Electrificação	EDP/Maria Suzel das Neves Marques Ribeiro	7 294.80	7 294.80	3 647.40
3.15	3.15/207	Electrificação	EDP/Colectivo Pó - Albano Henriques Serra e Outros	77 934.73	77 934.73	38 967.37
3.15	3.15/208	Electrificação	EDP/União Fruteira Portuguesa, Lda	8 725.94	8 725.94	4 362.97
3.15	3.15/209	Electrificação	EDP/Quinta das Faias, SAG,Lda	18 333.72	18 333.72	9 166.86
3.15	3.15/210	Electrificação	EDP/Rosifrutas, SAG,Lda	26 673.57	26 673.57	13 336.79
3.15	3.15/211	Electrificação	EDP Distribuição Energia, S.A./José João Botas Caetano	1 223.00	1 223.00	611.50
3.15	3.15/212	Electrificação	EDP/Alda Rita	1 197.90	1 197.90	598.95
3.15	3.15/213	Electrificação	EDP/Quinta das Faias, SAG,Lda	22 803.69	22 803.69	11 401.85
3.15	3.15/214	Electrificação	EDP/Rui Pedro Coelho Monteiro	36 217.50	36 217.50	18 108.75
3.15			EDP/Frutas Nelter Reis, SAG,Lda	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/216	Electrificação	EDP/Virgílio do Coito Henriques	4 060.88	4 060.88	2 030.44
3.15	3.15/217	Electrificação	EDP/Colectivo Quinta do Coqueiro - Amável Tavares Rústico e Outros	40 401.39	40 401.39	20 200.70
3.15	3.15/218	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António dos Santos Pereira	49 879.79	37 409.84	28 057.38

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/219	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sociedade Agrícola Casal das Sarnadas, Lda.	41 923.96	31 442.97	23 582.23
3.15	3.15/220	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Joaquim Fernandes Vieira	43 010.84	32 258.13	28 057.38
3.15	3.15/221	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Vítor Reis Mendes	47 793.47	35 845.10	26 883.83
3.15	3.15/222	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João Santos Abreu	47 733.16	35 799.87	26 849.91
3.15	3.15/223	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José Carlos Pinheiro Bairrão	17 097.94	12 823.46	9 617.60
3.15	3.15/224	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	João da Conceição Oliveira	49 879.79	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/225	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Assunção Patrocinio Barata	49 011.88	36 758.91	27 569.18
3.15	3.15/226	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José João Duarte Ferreira	23 969.48	17 977.12	13 482.84
3.15	3.15/227	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Pereira Maia	15 387.92	6 155.17	4 616.37
3.15	3.15/228	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Anabela da Silva Pardal Rodrigues Freire	143 902.69	71 951.35	50 365.94
3.15	3.15/229	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Amorim Correia	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/230	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	António Gonçalves Cunha Rodas	139 684.36	69 842.18	48 889.53
3.15	3.15/231	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Maria Manuela da Silva Santo Costa	45 398.67	34 049.01	25 536.76
3.15	3.15/232	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Henriques Oliveira	21 265.76	15 949.32	11 961.99
3.15	3.15/233	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Rui José Rosário Luís	37 609.36	28 207.02	21 155.27
3.15	3.15/234	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	José da Costa Ferreira	43 880.40	32 910.30	24 682.72
3.15	3.15/235	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Felício das Neves	32 569.20	24 426.90	18 320.18
3.15	3.15/236	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Felismina Lilete Almeida Rato	8 441.20	6 330.90	4 748.17
3.15	3.15/237	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Madeira Balau	20 066.64	15 049.98	11 287.49
3.15	3.15/238	Diversificação na Pequena Agricultura	Eugénio Pires Flor	6 653.96	3 326.98	2 328.89
3.15	3.15/239	Diversificação na Pequena Agricultura	Aurélio Garrucho Gomes	12 080.89	6 040.44	4 228.31
3.15	3.15/240	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Alagoa Paulo de Matos	24 199.85	12 099.93	8 469.95
3.15	3.15/241	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Simão dos Reis	23 742.78	11 871.39	8 309.97
3.15	3.15/242	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Rui Paulos Mata	10 491.46	4 196.58	3 147.44
3.15	3.15/243	Diversificação na Pequena Agricultura	Virgílio Glórias da Costa Paulo	7 053.37	2 821.35	2 116.01
3.15	3.15/244	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando José Mendes	5 099.76	2 039.91	1 529.33
3.15	3.15/245	Diversificação na Pequena Agricultura	Julia Maria de Jesus Mendes	21 922.17	10 961.08	7 672.76
3.15	3.15/246	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Sousa Mira	2 867.07	1 146.83	860.12
3.15	3.15/247	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	993 854.81	993 854.81	745 391.11
3.15	3.15/248	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	407 500.00	407 500.00	305 625.00
3.15	3.15/249	Electrificação	EDP/Sabino Godinho Saturnino	20 168.00	20 168.00	10 084.00
3.15	3.15/250	Electrificação	EDP/Casa Prudêncio - Sociedade Agro-Pecuária, Lda.	16 499.66	16 499.66	8 249.83
3.15	3.15/251	Electrificação	EDP/Colectivo Terra da Eira - Sociedade Agrícola Terra da Eira, SAG, Lda.	82 100.01	82 100.01	41 050.01
3.15	3.15/252	Electrificação	EDP/Soprogados Sociedade Produtora Industrial Agro-Pecuária, Lda.	21 573.90	21 573.90	10 786.95
3.15			EDP/Sociedade Agrícola Ribatejana, Lda.	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/254	Electrificação	EDP/Manuel da Silva Inácio Correia, Herdeiros	28 304.99	28 304.99	14 152.50

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/255	Electrificação	EDP/Colectivo Vale Madeiro - António Manuel Lourenço Fialho e Outros	11 380.44	11 380.44	5 690.22
3.15	3.15/256	Electrificação	EDP/Maria José Consuelo da Cunha Barreira	18 439.67	18 439.67	9 219.83
3.15	3.15/257	Electrificação	EDP/Rui Manuel Duarte Calças	21 240.55	21 240.55	10 620.27
3.15	3.15/258	Electrificação	EDP/Alvaro Cachado Rodrigues	24 982.21	24 982.21	12 491.11
3.15	3.15/259	Electrificação	EDP/António Soares Guita	6 740.59	6 740.59	3 370.30
3.15	3.15/260	Electrificação	EDP/ Colectivo Catorze - Abel Anjo Sabino e Outros	62 630.10	62 630.10	31 315.05
3.15	3.15/261	Electrificação	EDP/José Ilídio Barreiros	19 008.64	19 008.64	9 504.32
3.15	3.15/262	Electrificação	EDP/Emanuel Nuno Frazão Estrela Salgueiro	67 668.87	67 668.87	33 834.44
3.15	3.15/263	Electrificação	EDP/Guilhermina Serfaty da Veiga Palhinha	86 438.75	86 438.75	43 219.38
3.15	3.15/264	Electrificação	EDP/Fernando Mello e Castro de Oliveira Santos	47 424.03	47 424.03	23 712.02
3.15	3.15/265	Electrificação	EDP/Sérgio & Valdemar, SAG, Lda.	21 047.33	21 047.33	10 523.67
3.15	3.15/266	Electrificação	EDP/Colectivo Cachonito - Cláudio José Valério de Oliveira	21 715.38	21 715.38	10 857.69
3.15	3.15/267	Electrificação	EDP/Manuela Conceição Avelar Mota	23 225.56	23 225.56	11 612.78
3.15	3.15/268	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Guilhermina de Jesus Portugal	30 676.07	23 007.05	17 255.29
3.15	3.15/269	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Augusto Mendes Ferreira	21 383.47	16 037.60	12 028.20
3.15	3.15/270	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Germinal da Costa	39 739.91	29 804.93	22 353.70
3.15	3.15/271	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Maria Coimbra Brites Fernandes Faria	49 582.02	37 186.51	27 889.89
3.15	3.15/272	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	49 879.79	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/273	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Coopoval - Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Valhascos, Crl.	26 181.93	19 636.44	14 727.33
3.15	3.15/274	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Reinaldo de Oliveira Pereira	21 514.52	16 135.89	12 101.91
3.15	3.15/275	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Arquimínio de Jesus Coelho dos Santos Neves	49 879.79	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/276	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Lagar de Azeite Cabeço das Nogueiras, Lda.	21 323.61	15 992.71	11 994.53
3.15	3.15/277	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	MATA-RURAL - Agricultura e Pecuária, Lda.	22 944.70	17 208.53	12 906.40
3.15	3.15/278	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Cooperativa de Olivicultores da Freguesia de Alvega	49 879.79	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/279	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Maria Antónia Curates Garrudo Monteiro (Eurico Monteiro)	46 621.35	34 966.01	26 224.51
3.15	3.15/280	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Sociedade Agrícola e Imobiliária da Quinta do Pouchão, S.A	31 620.05	23 715.03	17 786.28
3.15	3.15/281	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Vitorino	5 786.06	4 339.54	3 254.66
3.15	3.15/282	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Luis Manuel Gonçalves da Silva Mendes	39 901.26	29 925.95	22 444.46
3.15	3.15/283	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	António Fernando Rosa Monteiro	28 257.70	21 193.27	15 894.96
3.15	3.15/284	Electrificação	EDP/Luís Manuel Henoch dos Santos	8 566.02	8 566.02	4 283.01
3.15	3.15/285	Electrificação	EDP/ Colectivo Casais de Santa Maria - José António Canteiro Clemente	28 658.63	28 658.63	14 329.32
3.15	3.15/286	Electrificação	EDP Distribuição de Energia,S.A /Francisco Gameiro Lopes	19 798.54	19 798.54	9 899.27
3.15	3.15/287	Electrificação	EDP/Ana Sofia Galiza Palhavã Cristovão	63 441.51	63 441.51	31 720.76
3.15	3.15/288	Electrificação	EDP/Maria Amélia Almada Mota Carreiras	12 991.75	12 991.75	6 495.88

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15			EDP/ Agro-Pec. Irmãos Coimbra, Lda.	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/290	Electrificação	EDP/Pedro Maria Sousa Holstein de Mello	74 197.01	74 197.01	37 098.51
3.15	3.15/291	Electrificação	EDP/Artiumvest - Prod. Comercialização de Produtos Agrícolas, Lda.	21 341.64	21 341.64	10 670.82
3.15	3.15/292	Electrificação	EDP/João Virgílio Gomes Henriques	2 192.47	2 192.47	1 096.24
3.15	3.15/293	Electrificação	EDP Distribuição de Energia, S.A /Agroalmonda , Sociedade Agro-Pecuária Lda	22 229.69	22 229.69	11 114.85
3.15	3.15/294	Electrificação	EDP/Francisco Manuel Esteves Gomes	8 437.74	8 437.74	4 218.87
3.15	3.15/295	Electrificação	EDP/ Ernesto Ribeiro Dionísio de Oliveira	26 926.47	26 926.47	13 463.23
3.15	3.15/296	Electrificação	EDP/Carlos José Ferreira Ramos	9 308.57	9 308.57	4 654.28
3.15	3.15/297	Electrificação	EDP/ Adelino Gentil Bento	21 712.95	21 712.95	10 856.48
3.15	3.15/298	Electrificação	EDP/Freire & Gonçalves, Lda.	15 463.74	15 463.74	7 731.87
3.15	3.15/299	Electrificação	EDP/João Miguel Pacheco Sousa	3 857.24	3 857.24	1 928.62
3.15	3.15/300	Electrificação	EDP/ Abel Gomes da Costa	8 501.66	8 501.66	4 250.83
3.15	3.15/301	Electrificação	EDP/Sociedade Agrícola Pegos Claros, S A	5 805.20	5 805.20	2 902.60
3.15	3.15/302	Electrificação	EDP/Maria Isabel P. C. C. Falcão Nogueira	55 436.58	55 436.58	27 718.29
3.15	3.15/303	Electrificação	EDP/ Sofia Rosário Coutinho Ribeiro	5 770.80	5 770.80	2 885.40
3.15	3.15/304	Electrificação	EDP/Maria Teresa Valentim Nunes Pereira	857.53	857.53	428.77
3.15			EDP/Paulo José Reis Alves	0.00	0.00	0.00
3.15	3.15/306	Electrificação	EDP/Jorge Manuel Campos Cândido	21 111.68	21 111.68	10 555.84
3.15	3.15/307	Diversificação na Pequena Agricultura	José Miguel da Conceição Oliveira	3 925.94	1 962.97	1 374.08
3.15	3.15/308	Diversificação na Pequena Agricultura	José Gaspar Dias	15 163.71	7 581.86	5 307.30
3.15	3.15/309	Diversificação na Pequena Agricultura	António Sousa Serra	6 259.26	2 503.70	1 877.78
3.15	3.15/310	Diversificação na Pequena Agricultura	Amândio Alves Costa	11 429.64	4 571.86	3 428.89
3.15	3.15/311	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Manuel Leal Alves	3 990.38	1 596.15	1 197.11
3.15	3.15/312	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino Pimenta Lopes	20 503.59	10 251.79	7 176.26
3.15	3.15/314	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lavandeira Pereira	24 895.01	12 447.50	8 713.25
3.15	3.15/315	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino Matias	9 392.75	4 696.38	3 287.46
3.15	3.15/316	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Almerinda Silva Serras Lopes	4 551.53	2 275.77	1 593.04
3.15	3.15/317	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal do Cadaval	31 701.10	31 701.10	23 775.83
3.15	3.15/318	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal do Cadaval	45 759.72	45 759.72	34 319.79
3.15	3.15/319	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal do Cadaval	46 966.81	46 966.81	35 225.11
3.15	3.15/320	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia das Olalhas - Tomar	184 984.07	184 984.07	138 738.05
3.15	3.15/321	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	99 128.35	99 128.35	74 346.27
3.15	3.15/322	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia da Atalaia - Vila Nova da Barquinha	91 462.23	91 462.23	68 596.67
3.15	3.15/323	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia da Atalaia - Vila Nova da Barquinha	93 218.78	93 218.78	69 914.08
3.15	3.15/324	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	51 987.46	51 987.46	38 990.60
3.15	3.15/326	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino de Freitas	4 745.56	2 372.78	1 660.95
3.15	3.15/327	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Lúcia Ribeiro Henriques Nunes	24 939.89	12 469.94	8 728.96
3.15	3.15/328	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Olímpia Alves de Oliveira Santos	23 713.35	11 856.68	8 299.67
3.15	3.15/329	Diversificação na Pequena Agricultura	Eugénia Maria Marques Caldo Pardal	16 609.97	8 304.98	5 813.49
3.15	3.15/330	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Matos Filipe	20 556.46	10 278.23	7 194.76
3.15	3.15/331	Diversificação na Pequena Agricultura	Anselmo José Esteves	3 637.62	1 818.81	1 273.17

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/333	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Carvalho	12 469.93	6 234.97	4 364.48
3.15	3.15/334	Diversificação na Pequena Agricultura	Lucio Sebastião	512.57	256.29	179.40
3.15	3.15/335	Diversificação na Pequena Agricultura	António Dias	21 777.54	10 888.77	7 622.14
3.15	3.15/336	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria do Céu Pereira	15 343.02	7 671.51	5 370.06
3.15	3.15/337	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Gonçalves Pedro	1 734.53	867.27	607.09
3.15	3.15/338	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel da Silva Mota	21 430.85	8 572.34	6 429.26
3.15	3.15/339	Diversificação na Pequena Agricultura	Amandio Augusto Anacleto Simões	20 253.06	8 101.22	6 075.92
3.15	3.15/340	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Narciso da Silva	6 234.98	3 117.49	2 182.24
3.15	3.15/341	Diversificação na Pequena Agricultura	Jacinto Mendes de Oliveira	7 506.93	3 002.77	2 252.08
3.15	3.15/342	Diversificação na Pequena Agricultura	Damaso de Jesus Ferreira	18 655.04	7 462.02	5 596.51
3.15	3.15/343	Diversificação na Pequena Agricultura	José Vieira Gomes	14 963.94	5 985.57	4 489.18
3.15	3.15/344	Diversificação na Pequena Agricultura	Olinda Antónia Rodrigues Duarte Agostinho	23 515.83	11 757.91	8 230.54
3.15	3.15/345	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Jacinta Simões de Oliveira	21 360.51	8 544.20	6 408.15
3.15	3.15/346	Diversificação na Pequena Agricultura	António José Duarte Arsénio dos Santos	2 482.52	993.01	744.76
3.15	3.15/347	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Albertina Nunes Ferreira António	24 669.03	9 867.61	7 400.71
3.15	3.15/348	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos António dos Reis	6 958.23	3 479.12	2 435.38
3.15	3.15/349	Diversificação na Pequena Agricultura	José Pimenta Lopes	8 280.05	4 140.02	2 898.02
3.15	3.15/350	Diversificação na Pequena Agricultura	Abel da Silva Alves	20 451.21	8 180.48	6 135.36
3.15	3.15/351	Diversificação na Pequena Agricultura	Faustino Pereira Maia	20 652.24	8 260.90	6 195.67
3.15	3.15/353	Diversificação na Pequena Agricultura	Cristina Maria Marques da Cruz Botas Neves	19 411.22	7 764.49	5 823.37
3.15	3.15/354	Electrificação	EDP / Sociedade Agro-Pecuária Torre D. Diogo, Lda.	13 751.43	13 751.43	6 875.72
3.15	3.15/355	Electrificação	EDP / Colectivo Quinta da Gouxá	488 645.96	488 645.96	244 322.98
3.15	3.15/356	Electrificação	EDP / Diogo Álvares Guedes Vaz	9 520.62	9 520.62	4 760.31
3.15	3.15/357	Electrificação	EDP / Colectivo Zona do Casal Velho	157 647.70	157 647.70	78 823.85
3.15	3.15/358	Electrificação	EDP / Herdeiros de Joaquim Marques Ferreira	45 403.35	45 403.35	22 701.68
3.15	3.15/359	Electrificação	EDP / Colectivo Courela S. Domingos	37 414.71	37 414.71	18 707.36
3.15	3.15/361	Electrificação	EDP / Maria de Lurdes Gonçalves Caetano	2 105.14	2 105.14	1 052.57
3.15	3.15/362	Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola Petinga & Vicente, SAG, Lda.	26 016.74	26 016.74	13 008.37
3.15	3.15/363	Electrificação	EDP / Manuel Azoia Gabirra	12 917.00	12 917.00	6 458.50
3.15	3.15/364	Electrificação	EDP / Colectivo Maria do Ciso	41 718.53	41 718.53	20 859.27
3.15	3.15/365	Electrificação	EDP / Sociedade Agro-Pecuária da Craveira, Lda.	15 491.14	15 491.14	7 745.57
3.15	3.15/366	Electrificação	EDP / Vitor Manuel Marques Bento	2 925.13	2 925.13	1 462.57
3.15	3.15/367	Electrificação	EDP / Maria Emília Sequeira Cardoso Fernandes	941.88	941.88	470.94
3.15	3.15/368	Electrificação	EDP / Mário João Fidalgo Sanfona	14 088.47	14 088.47	7 044.24
3.15	3.15/369	Electrificação	EDP / Agroalmonda, Sociedade Agro-Pecuária, Lda.	14 787.05	14 787.05	7 393.53
3.15	3.15/370	Electrificação	EDP / Cara Larga, SAG, Lda.	19 207.26	19 207.26	9 603.63
3.15	3.15/371	Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola Quinta do Convento da Visitação, SAG, Lda.	16 384.88	16 384.88	8 192.44
3.15	3.15/372	Electrificação	EDP / Francisco Lourenço Alves Santana	701.22	701.22	350.61
3.15	3.15/373	Electrificação	EDP / Sociedade Agrícola da Quinta das Lezírias, Lda.	8 907.36	8 907.36	4 453.68
3.15	3.15/375	Electrificação	EDP / Carlos Frederico Abecassis do Amaral Netto	15 702.21	15 702.21	7 851.11
3.15	3.15/376	Electrificação	EDP / Jaime Silva dos Reis	16 574.28	16 574.28	8 287.14
3.15	3.15/377	Electrificação	EDP / Colectivo Azenha Velha	35 503.62	35 503.62	17 751.81

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/378	Electrificação	EDP / Colectivo Coroas	26 924.83	26 924.83	13 462.42
3.15	3.15/379	Electrificação	EDP / Cinzeiro Torre - Casa Agrícola e Pecuária, Lda.	9 534.11	9 534.11	4 767.06
3.15	3.15/380	Electrificação	EDP / Maria de Lurdes Duarte Braz Gomes Talhão	22 951.03	22 951.03	11 475.52
3.15	3.15/381	Electrificação	EDP / António Manuel Carvalho Monteiro Cipriano	12 574.84	12 574.84	6 287.42
3.15	3.15/382	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel dos Reis Pereira	49 490.73	37 118.05	27 838.53
3.15	3.15/383	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Augusto Marques Castelão	49 879.78	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/384	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Albertino de Oliveira Martins	45 713.74	34 285.31	25 713.98
3.15	3.15/385	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Lopes Alves	33 242.81	24 932.11	18 699.08
3.15	3.15/386	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Manuel Fernandes Coelho	49 879.78	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/387	Diversificação na Pequena Agricultura	Valentim Gonçalves de Oliveira	22 869.88	11 434.94	8 004.46
3.15	3.15/388	Diversificação na Pequena Agricultura	José Manuel de Oliveira Madeiras	19 847.17	9 923.59	6 946.51
3.15	3.15/389	Diversificação na Pequena Agricultura	José Fernandes	17 527.76	8 763.88	6 134.72
3.15	3.15/390	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria de Lurdes Lobato Jorge Alves	7 776.76	3 888.36	2 721.85
3.15	3.15/391	Diversificação na Pequena Agricultura	Luis Paulo Dias dos Santos	21 493.20	10 746.60	7 522.62
3.15	3.15/394	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Manuel Rodrigues Silva Liberato	15 260.50	7 630.25	5 341.18
3.15	3.15/395	Diversificação na Pequena Agricultura	Paulina Maria Gavino Augusto	14 425.24	7 212.62	5 048.83
3.15	3.15/401	6.2 Electrificação	EDP/José Marques	1 542.66	1 542.66	771.33
3.15	3.15/415	Electrificação	EDP Distribuição de Energia, S.A /Sociedade Agrícola da Quinta do Convento da Visitação, SAG, Lda.	18 868.18	18 868.18	9 434.09
3.15	3.15/416	6.2 Electrificação	Sociedade Agrícola da Quinta das Marianas, Lda	22 472.00	22 472.00	11 236.00
3.15	3.15/420	6.2 Electrificação	EDP /Maria Antonieta Salvador Batalha	3 593.70	3 593.70	1 796.85
3.15	3.15/424	6.2 Electrificação	EDP./Nuno Miguel Figueiredo Basílio	30 060.28	30 060.28	15 030.14
3.15	3.15/426	6.2 Electrificação	EDP/Agro-Ganados, SAG, Lda.	36 722.96	36 722.96	18 361.48
3.15	3.15/441	6.2 Electrificação	Eurico José Ventura Ferreira	26 538.43	26 538.43	13 269.21
3.15	3.15/443	6.2 Electrificação	EDP Distribuição de Energia, S. A/Manuel Parente Mendes Godinho	26 082.67	26 082.67	13 041.34
3.15	3.15/460	6.2 Electrificação	EDP/Jaime Marques Simões	36 765.61	36 765.61	18 382.81
3.15	3.15/486	Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	5 062 669.51	5 062 669.51	3 797 002.13
3.15	3.15/487	Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	2 024 918.51	2 024 918.51	1 518 688.88
3.15	3.15/488	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	32 947.28	32 947.28	24 710.46
3.15	3.15/489	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	16 195.75	16 195.75	12 146.81
3.15	3.15/490	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	25 063.25	25 063.25	18 797.44
3.15	3.15/491	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	40 429.61	40 429.61	30 322.21
3.15	3.15/492	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Santarém	137 410.99	137 410.99	103 058.24
3.15	3.15/493	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	14 494.58	14 494.58	10 870.94
3.15	3.15/494	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	13 885.27	13 885.27	10 413.95
3.15	3.15/495	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	19 767.92	19 767.92	14 825.94
3.15	3.15/496	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	11 294.14	11 294.14	8 470.61
3.15	3.15/497	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	27 286.11	27 286.11	20 464.59
3.15	3.15/498	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	29 018.91	29 018.91	21 764.18
3.15	3.15/499	Caminhos Agrícolas e Rurais	Junta de Freguesia do Pó	20 676.05	20 676.05	15 507.03
3.15	3.15/500	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino Amélia Branco	4 616.89	2 308.45	1 615.92
3.15	3.15/501	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lobato Correia	11 272.83	5 636.41	3 945.49

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/502	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Charolesa	37 275.16	26 092.61	19 569.46
3.15	3.15/503	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide	141 770.83	127 671.06	95 753.30
3.15	3.15/504	Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	27 500.00	27 500.00	20 625.00
3.15	3.15/505	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	257 400.00	198 900.00	149 175.00
3.15	3.15/506	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	JAGRO - Junta de Agricultores de Rega da Ribeira do Olival	162 327.41	125 434.81	94 076.10
3.15	3.15/509	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	Câmara Municipal de Alpiarça	304 183.17	304 183.17	228 137.38
3.15	3.15/510	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Gonçalves Magalhães Franco	8 666.94	3 466.78	2 600.09
3.15	3.15/512	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel dos Santos	23 692.90	9 477.16	7 107.87
3.15	3.15/513	Diversificação na Pequena Agricultura	Virgílio Alves Delgado	14 848.59	7 424.30	5 197.01
3.15	3.15/514	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Martins Esperto	4 144.04	2 072.02	1 450.41
3.15	3.15/515	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria da Conceição Lopes Lavrador	20 660.21	10 330.10	7 231.07
3.15	3.15/516	Diversificação na Pequena Agricultura	Américo Nunes Duarte	6 006.95	3 003.48	2 102.43
3.15	3.15/517	Diversificação na Pequena Agricultura	António Manuel Dionísio	4 966.23	2 483.11	1 738.18
3.15	3.15/518	Diversificação na Pequena Agricultura	Herminio Serras	7 059.17	3 529.59	2 470.71
3.15	3.15/519	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Raquel Vieira dos Reis	22 141.64	11 070.82	7 749.58
3.15	3.15/520	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Lopes Ascenso	4 064.55	2 032.28	1 421.20
3.15	3.15/521	Diversificação na Pequena Agricultura	Clementina Teresa Marques Narciso	4 098.21	2 049.11	1 434.38
3.15	3.15/522	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Manuel Simples Gomes	10 375.00	5 187.50	3 631.25
3.15	3.15/523	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Dias Gomes	4 335.52	2 167.76	1 517.43
3.15	3.15/524	Diversificação na Pequena Agricultura	José António Serras	17 914.32	8 957.16	6 270.01
3.15	3.15/525	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino Fernandes	4 144.04	2 072.02	1 450.41
3.15	3.15/526	Diversificação na Pequena Agricultura	João Soares Garrinhas	1 248.62	624.31	437.02
3.15	3.15/527	Diversificação na Pequena Agricultura	António Sebastião	4 335.51	2 167.76	1 517.43
3.15	3.15/528	Diversificação na Pequena Agricultura	Sérgio António de Oliveira	20 969.38	10 484.69	7 339.28
3.15	3.15/529	Diversificação na Pequena Agricultura	Guilherme da Silva Rosa Amaro	7 478.94	3 739.47	2 617.63
3.15	3.15/530	Diversificação na Pequena Agricultura	José Eduardo Mendonça Mora Alves	4 250.72	2 125.36	1 487.75
3.15	3.15/531	Diversificação na Pequena Agricultura	José Dias Casola	8 978.36	4 489.18	3 142.43
3.15	3.15/532	Diversificação na Pequena Agricultura	Armando Matos Alves	13 365.61	6 682.81	4 677.96
3.15	3.15/533	Diversificação na Pequena Agricultura	José Avelino Colaço Correia	24 441.10	9 776.44	7 332.33
3.15	3.15/534	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Alice Bernardino dos Santos	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/535	Diversificação na Pequena Agricultura	António Manuel Garibaldi Serrão Mora	4 144.04	2 072.02	1 450.41
3.15	3.15/536	Diversificação na Pequena Agricultura	José Francisco Gomes Bráulio Dionísio	19 936.96	7 974.78	5 981.09
3.15	3.15/537	Diversificação na Pequena Agricultura	Francisco Lopes Redol	14 572.76	5 829.11	4 371.83
3.15	3.15/538	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Marques de Oliveira	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/539	Diversificação na Pequena Agricultura	Rafael das Neves	2 414.03	965.61	724.21
3.15	3.15/540	Diversificação na Pequena Agricultura	Ulisses da Silva Felício	8 354.86	4 177.43	2 924.20
3.15	3.15/541	Diversificação na Pequena Agricultura	José Lopes Pereira	20 160.40	10 080.20	7 056.14
3.15	3.15/542	Diversificação na Pequena Agricultura	Augusto Matos Reis	6 105.98	3 052.99	2 137.09
3.15	3.15/543	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Carlos Bandeira Martins	4 064.53	2 032.27	1 422.59
3.15	3.15/544	Diversificação na Pequena Agricultura	José Manuel Marcelino Moreira Nunes	2 197.31	878.92	659.19
3.15	3.15/545	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Luis Gregório Moura Almeida	7 759.30	3 103.72	2 327.79
3.15	3.15/546	Diversificação na Pequena Agricultura	Agostinho Neves Calisto	16 450.85	6 580.35	4 935.26
3.15	3.15/547	Diversificação na Pequena Agricultura	José Luís Neto Gonçalves e Silva	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/548	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Eduardo Barros Craveiro	6 141.64	2 456.65	1 842.49
3.15	3.15/549	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Fernanda Grilo das Neves Moita	11 349.43	4 539.77	3 404.83

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/550	Diversificação na Pequena Agricultura	Rosa Maria da Cruz Teimão Figueiredo	22 220.94	11 110.47	7 777.33
3.15	3.15/551	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Isabel Gomes Marques dos Reis	17 188.58	8 594.29	6 016.00
3.15	3.15/552	Diversificação na Pequena Agricultura	Ezequiel Carriço Ferreira	24 448.58	9 779.43	7 334.57
3.15	3.15/553	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Manuel Ricardo	15 367.27	6 146.91	4 610.18
3.15	3.15/554	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Marques Farinha	20 196.33	8 078.53	6 058.90
3.15	3.15/555	Diversificação na Pequena Agricultura	António Manuel Duarte Ferreira	4 144.03	2 072.02	1 450.41
3.15	3.15/556	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor José Craveiro Gonçalves	1 128.31	564.16	394.91
3.15	3.15/557	Diversificação na Pequena Agricultura	Firmino Falcão Lourenço	6 783.66	3 391.83	2 374.28
3.15	3.15/558	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Correia Falcão Mendes	17 637.55	8 818.77	6 173.14
3.15	3.15/560	Diversificação na Pequena Agricultura	Olga Maria Gonçalves Mendes Santos	23 221.52	11 610.76	8 127.53
3.15	3.15/562	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel da Conceição Saturnino	8 708.82	3 483.53	2 612.65
3.15	3.15/563	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Alberto Santos André	1 482.64	593.06	444.79
3.15	3.15/565	Diversificação na Pequena Agricultura	Jorge Ferreira da Costa	4 474.22	1 789.69	1 342.27
3.15	3.15/566	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	83 606.01	65 856.53	49 392.40
3.15	3.15/567	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	71 653.56	68 114.22	51 085.67
3.15	3.15/568	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Associação Nacional para o Melhoramento dos Bovinos Leiteiros	398 407.50	278 885.25	209 163.94
3.15	3.15/569	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Associação Nacional para o Melhoramento dos Bovinos Leiteiros	564 434.30	395 104.01	296 328.01
3.15	3.15/570	Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IHERA /Associação de Regantes e Beneficiários de Alvega	1 496 393.69	1 496 393.69	1 122 295.27
3.15	3.15/571	Operações de Emparcelamento	AGROTEJO - União Agrícola do Norte do Vale do Tejo	1 232 870.98	1 232 870.98	924 653.24
3.15	3.15/576	Diversificação na Pequena Agricultura	Augusto José Godinho de Freitas	17 909.35	8 954.67	6 268.27
3.15	3.15/577	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Emília Falcão Cascalheira Marques	10 704.91	5 352.46	3 746.72
3.15	3.15/578	Diversificação na Pequena Agricultura	João Mendes Godinho	6 297.32	2 518.93	1 889.20
3.15	3.15/580	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Francelina dos Santos Chambel	17 174.66	8 587.33	6 011.13
3.15	3.15/581	Diversificação na Pequena Agricultura	António Dias Casola	9 980.38	4 990.19	3 493.13
3.15	3.15/584	Diversificação na Pequena Agricultura	Arsénio Castanho Lopes Nunes	22 676.36	11 338.18	7 936.73
3.15	3.15/585	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim José Branco Salgueiro	23 448.94	11 724.47	8 207.13
3.15	3.15/586	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Batista Roldão	6 829.50	3 414.75	2 390.32
3.15	3.15/587	Diversificação na Pequena Agricultura	António José Navalho	4 420.31	2 210.16	1 547.11
3.15	3.15/588	Diversificação na Pequena Agricultura	António Pereira Batista	20 450.72	10 225.36	7 157.75
3.15	3.15/589	Diversificação na Pequena Agricultura	Jesuino da Conceição Forte	4 365.44	2 182.72	1 527.90
3.15	3.15/590	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Vicente Palhota	3 741.00	1 870.50	1 309.35
3.15	3.15/591	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Chambel Serras	4 434.13	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/592	Diversificação na Pequena Agricultura	David Jorge Lavrador	4 419.51	2 209.76	1 546.83
3.15	3.15/593	Diversificação na Pequena Agricultura	Josué Marques Alves	9 006.09	4 503.05	3 152.14
3.15	3.15/594	Diversificação na Pequena Agricultura	João Semedo Barreto	4 144.04	2 072.02	1 450.41
3.15	3.15/595	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Oliveira Rodrigues	4 365.44	2 182.72	1 527.90
3.15	3.15/596	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís António João	3 386.49	1 693.25	1 185.28
3.15	3.15/597	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Teresinha Bia Esperto	4 335.51	2 167.76	1 517.43
3.15	3.15/598	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Ribeiro	3 697.05	1 848.53	1 293.97
3.15	3.15/599	Diversificação na Pequena Agricultura	José Mendes Gomes Ferreira	18 119.57	9 059.79	6 341.85
3.15	3.15/600	Diversificação na Pequena Agricultura	Guilhermino Carreira Marcelino das Neves	4 371.43	2 185.72	1 530.00
3.15	3.15/601	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernanda Maria de Azevedo Pintor Carniça	5 535.90	2 214.36	1 660.77
3.15	3.15/602	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel José da Cunha Cruz Galinha	4 064.54	2 032.27	1 422.59

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/603	Diversificação na Pequena Agricultura	Albino Rodrigues Josué	22 420.23	11 210.12	7 847.08
3.15	3.15/604	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lopes de Sousa	8 515.97	3 406.39	2 554.79
3.15	3.15/605	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Aires Caetano Inês	1 077.32	430.93	323.20
3.15	3.15/606	Diversificação na Pequena Agricultura	Leopoldina Maria Fernandes	4 144.05	2 072.03	1 450.42
3.15	3.15/607	Diversificação na Pequena Agricultura	Adelino Gomes Lopes	23 351.00	9 340.40	7 005.30
3.15	3.15/608	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lopes	21 513.82	10 756.91	7 529.84
3.15	3.15/609	Diversificação na Pequena Agricultura	Pedro Gonçalo Belo Marques Lopes	4 064.54	2 032.27	1 422.59
3.15	3.15/610	Diversificação na Pequena Agricultura	Rui Manuel Luis David	4 144.04	2 072.02	1 450.41
3.15	3.15/611	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Soeiro	21 982.48	10 991.24	7 693.87
3.15	3.15/612	Diversificação na Pequena Agricultura	José da Graça	16 208.44	8 104.22	5 672.95
3.15	3.15/613	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Gameiro Marques	23 152.85	9 261.14	6 945.86
3.15	3.15/614	Diversificação na Pequena Agricultura	Marco Paulo da Silva Forte	4 335.51	2 167.76	1 517.43
3.15	3.15/615	Diversificação na Pequena Agricultura	Candido da Silva Pinho	4 420.31	2 210.16	1 547.11
3.15	3.15/616	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel de Oliveira Gomes	7 168.66	2 867.47	2 150.60
3.15	3.15/617	Diversificação na Pequena Agricultura	Paula Cristina Marques António Pereira	6 284.85	3 142.43	2 199.70
3.15	3.15/618	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Alberto Martins Alpalhão	4 335.51	2 167.76	1 517.43
3.15	3.15/619	Diversificação na Pequena Agricultura	José Paulo Gracio Pereira de Sá	4 420.31	2 210.16	1 547.11
3.15	3.15/621	Diversificação na Pequena Agricultura	António Maria de Oliveira	24 890.02	9 956.01	7 467.01
3.15	3.15/622	Diversificação na Pequena Agricultura	Almerindo José Lopes Simões	3 982.39	1 592.96	1 194.72
3.15	3.15/623	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	AZEITES REAL SABOR, Lda.	297 488.75	148 744.37	104 121.06
3.15	3.15/624	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	MOURITEJO - Cooperativa de Agricultores e Olivicultores do Norte de Mouriscas	247 444.41	123 722.21	86 605.54
3.15	3.15/625	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Paulo Alexandre Duarte Zibaia Paula	104 677.87	52 338.93	36 637.25
3.15	3.15/626	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	MATA RURAL- Agricultura e Pecuária, Lda	248 451.21	124 225.60	86 957.92
3.15	3.15/627	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Sociedade Agrícola e Imobiliária da Quinta do Pouchão, S.A.	218 174.18	109 087.09	76 360.96
3.15	3.15/628	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Associação Portuguesa de Criadores do Cavalo Puro Sangue Lusitano	149 867.88	120 907.24	90 680.43
3.15	3.15/629	Preservação e Melhoramento Genético das Raças Autóctones, Raças Exóti	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores	69 490.45	48 643.32	36 482.49
3.15	3.15/630	Novos Regadios Colectivos	Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente	942 836.00	942 836.00	707 127.00
3.15	3.15/631	Operações de Emparcelamento	Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente	234 520.00	234 520.00	175 890.00
3.15	3.15/633	Electrificação	Câmara Municipal da Nazaré	73 323.30	73 323.30	54 992.48
3.15	3.15/638	Electrificação	Câmara Municipal da Nazaré	73 323.30	73 323.30	54 992.48
3.15	3.15/648	Electrificação	Câmara Municipal da Nazaré	36 661.64	36 661.64	27 496.24
3.15	3.15/652	Electrificação	Câmara Municipal da Nazaré	31 162.39	31 162.39	23 371.79
3.15	3.15/661	Electrificação	Câmara Municipal da Nazaré	36 661.64	36 661.64	27 496.24
3.15	3.15/663	Electrificação	Câmara Municipal da Nazaré	18 330.83	18 330.83	13 748.13
3.15	3.15/667	Electrificação	Junta de Freguesia de Salir de Matos	36 970.83	36 970.83	27 728.13
3.15	3.15/668	Electrificação	Junta de Freguesia de Vidais	58 076.75	58 076.75	43 557.57
3.15	3.15/669	Electrificação	Junta de Freguesia de Vidais	117 728.57	117 728.57	88 296.43
3.15	3.15/670	Electrificação	Junta de Freguesia de São Gregório	77 120.82	77 120.82	57 840.62
3.15	3.15/671	Electrificação	Junta de Freguesia de São Gregório	72 305.79	72 305.79	54 229.34
3.15	3.15/679	Electrificação	Câmara Municipal do Cadaval	15 513.11	15 513.11	11 634.83
3.15	3.15/683	Electrificação	Junta de Freguesia de Santa Catarina	52 608.07	52 608.07	39 456.05
3.15	3.15/684	Electrificação	Junta de Freguesia de Santa Catarina	102 251.61	102 251.61	76 688.71
3.15	3.15/687	Diversificação na Pequena Agricultura	Daniel Gonçalves de Oliveira	17 568.66	7 027.46	5 270.60

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/688	Diversificação na Pequena Agricultura	Azevedo Jorge Correia	4 434.15	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/689	Diversificação na Pequena Agricultura	Honorato Augusto Serras Lourenço	4 335.52	2 167.76	1 517.43
3.15	3.15/690	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria da Glória Simões Rodrigues	23 942.30	11 971.15	8 379.80
3.15	3.15/691	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando da Silva Rosa	3 133.69	1 566.84	1 096.79
3.15	3.15/692	Diversificação na Pequena Agricultura	Nuno Ricardo Mendes Morgado	4 335.51	2 167.76	1 517.43
3.15	3.15/693	Diversificação na Pequena Agricultura	Anibal João da Conceição Gomes	7 925.74	3 962.87	2 774.01
3.15	3.15/694	Diversificação na Pequena Agricultura	José dos Santos Margarido	23 572.20	11 786.10	8 250.27
3.15	3.15/699	Novos Regadios Colectivos	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	600 276.59	600 276.59	450 207.44
3.15	3.15/700	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	211 388.83	211 388.83	158 541.62
3.15	3.15/701	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	148 699.85	148 699.85	111 524.89
3.15	3.15/702	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	140 696.62	140 696.62	105 522.47
3.15	3.15/703	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal da Nazaré	218 578.92	218 578.92	163 934.19
3.15	3.15/704	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Palmela	115 574.80	115 574.80	86 681.10
3.15	3.15/705	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal da Chamusca	211 562.83	211 562.83	158 672.12
3.15	3.15/706	Diversificação na Pequena Agricultura	Armando Pereira	3 030.20	1 515.10	1 060.57
3.15	3.15/707	Caminhos Agrícolas e Rurais	Câmara Municipal de Almeirim	72 367.47	72 367.47	54 275.60
3.15	3.15/708	Diversificação na pequena Agricultura	José Manuel Nunes de Sousa	6 451.95	3 225.97	2 258.18
3.15	3.15/709	Diversificação na Pequena Agricultura	Júlio Nunes Grácio	4 966.23	2 483.11	1 738.18
3.15	3.15/710	Diversificação na Pequena Agricultura	José Artur dos Santos Grilo	4 966.23	2 483.11	1 738.18
3.15	3.15/711	Diversificação na Pequena Agricultura	Augusto Manuel Marques de Freitas	3 442.00	1 721.00	1 204.70
3.15	3.15/712	Diversificação na Pequena Agricultura	Gregório Soares Baião	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/713	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Jesus Freitas	21 377.87	8 551.15	6 413.36
3.15	3.15/718	Diversificação na Pequena Agricultura	Helena da Conceição da Silva Cavalheiro Brites	20 078.16	10 039.08	7 027.36
3.15	3.15/722	Diversificação na Pequena Agricultura	António Florindo da Graça	20 856.84	10 428.42	7 299.89
3.15	3.15/725	Diversificação na Pequena Agricultura	Diamantino Pereira Simões	22 078.79	8 831.52	6 623.64
3.15	3.15/727	Diversificação na Pequena Agricultura	José Luis Duarte Nunes	24 890.03	12 445.01	8 711.51
3.15	3.15/728	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim da Silva	3 429.93	1 714.97	1 200.48
3.15	3.15/729	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lourenço Antunes	3 303.23	1 651.62	1 156.13
3.15	3.15/730	Diversificação na Pequena Agricultura	Francisco Alpalhão Marques	2 796.39	1 398.20	978.74
3.15	3.15/731	Diversificação na Pequena Agricultura	Júlio Nunes	3 176.51	1 588.26	1 111.78
3.15	3.15/732	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel António de Jesus Florencio	6 361.43	3 180.72	2 226.50
3.15	3.15/733	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel da Conceição Batista	9 775.56	4 887.78	3 421.45
3.15	3.15/734	Diversificação na Pequena Agricultura	Luis Henriques Marques	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/735	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando de Jesus Custódio	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/736	Diversificação na Pequena Agricultura	Abílio Policarpo Maia Pita	5 107.47	2 553.73	1 787.61
3.15	3.15/737	Diversificação na Pequena Agricultura	Ermelinda da Conceição Branco	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/738	Diversificação na Pequena Agricultura	José de Freitas Faria	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/739	Diversificação na Pequena Agricultura	José Pereira da Silva	21 184.44	10 592.22	7 414.55
3.15	3.15/740	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Dias	4 365.44	2 182.72	1 527.90
3.15	3.15/741	Diversificação na Pequena Agricultura	José Ambrósio	4 816.85	2 408.43	1 685.90
3.15	3.15/742	Diversificação na Pequena Agricultura	Cipriano da Costa Lopes	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/743	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Dias Serras Raposeiro	4 966.23	2 483.11	1 738.18
3.15	3.15/744	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria de Lurdes Serra Navalho	8 325.89	4 162.94	2 914.06
3.15	3.15/745	Diversificação na Pequena Agricultura	Armando Salgueiro Elias	10 351.01	5 175.50	3 622.85
3.15	3.15/746	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel José da Silva	14 115.07	7 057.53	4 940.27
3.15	3.15/747	Diversificação na Pequena Agricultura	António Alberto Silva Ribeiro	7 268.10	2 907.24	2 180.43
3.15	3.15/748	Diversificação na Pequena Agricultura	António Mendes Alberto	7 765.28	3 106.11	2 329.58
3.15	3.15/749	Diversificação na Pequena Agricultura	Luis Alberto Fernandes Rodrigues	23 743.53	9 497.41	7 123.06
3.15	3.15/750	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Pereira dos Santos	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/751	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Matos	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/752	Diversificação na Pequena Agricultura	Diamantino Maria Ferreira Granja	25 000.00	12 500.00	8 750.00

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/753	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Manuel Coelho Pião	23 675.45	9 470.18	7 102.64
3.15	3.15/754	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Felício Lopes	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/755	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques Vaz	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/756	Diversificação na Pequena Agricultura	José Marques de Oliveira	20 550.48	8 220.19	6 165.14
3.15	3.15/757	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Lopes da Silva	20 212.29	8 084.92	6 063.69
3.15	3.15/758	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Pereira Simões	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/759	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques Pereira	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/760	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Gameiro Pereira	24 471.82	9 788.73	7 341.55
3.15	3.15/761	Diversificação na Pequena Agricultura	José de Oliveira Gonçalves	21 766.33	8 706.53	6 529.90
3.15	3.15/762	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Emilia de Jesus Mendes	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/763	Diversificação na Pequena Agricultura	Emilia Pereira Bento Rodrigues	24 807.03	9 922.81	7 442.11
3.15	3.15/764	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Rosa Martins Pereira	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/765	Diversificação na Pequena Agricultura	Henrique Artur de Matos Dinis	12 686.92	6 343.46	4 440.42
3.15	3.15/766	Diversificação na Pequena Agricultura	Bonifácio Joaquim Carlos Marteleira	20 481.79	8 192.72	6 144.54
3.15	3.15/767	Diversificação na Pequena Agricultura	António Martins Leitão	17 325.70	8 662.85	6 063.99
3.15	3.15/768	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	FLORZÊZERE - Associação de Desenvolvimento Florestal do Concelho de Ferreira do Zêzere	353 454.31	284 598.65	213 448.98
3.15	3.15/769	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Associação de Agricultores e Produtores Florestais do Norte do Ribatejo	364 305.00	293 747.00	220 310.25
3.15	3.15/770	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	IHERA- Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	219 740.00	219 740.00	164 805.00
3.15	3.15/771	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	IHERA- Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	40 000.00	40 000.00	30 000.00
3.15	3.15/772	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	IHERA- Associação de Beneficiários de Cela	215 932.00	215 932.00	161 949.00
3.15	3.15/773	Diversificação na Pequena Agricultura	António Gonçalves Leal	21 420.21	10 710.11	7 497.08
3.15	3.15/774	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Gomes da Cruz	19 839.19	9 919.60	6 943.72
3.15	3.15/775	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Flávia Batalha do Amaral da Mota Cardoso	5 362.27	2 681.14	1 876.80
3.15	3.15/777	Diversificação na Pequena Agricultura	Pietro Emanuele Cavazzini	3 546.17	1 773.09	1 241.16
3.15	3.15/799	Diversificação na Pequena Agricultura	João Rodrigues Estronca	3 366.58	1 683.29	1 178.30
3.15	3.15/800	Diversificação na Pequena Agricultura	Júlio Pedro Batista	8 443.74	4 221.87	2 955.31
3.15	3.15/801	Diversificação na Pequena Agricultura	Jerónimo Rosa Dias	4 570.32	2 285.16	1 599.61
3.15	3.15/802	Diversificação na Pequena Agricultura	Daniel Alpalhão Marques	5 837.42	2 918.71	2 043.10
3.15	3.15/803	Diversificação na Pequena Agricultura	Victor Manuel Vicente Baeta	3 936.77	1 968.39	1 377.87
3.15	3.15/804	Diversificação na Pequena Agricultura	José Rosa	3 683.36	1 841.68	1 289.18
3.15	3.15/805	Diversificação na Pequena Agricultura	António dos Santos Aparicio	7 239.99	3 620.00	2 534.00
3.15	3.15/806	Diversificação na Pequena Agricultura	José Rosa Batista Pombo	3 429.93	1 714.97	1 200.48
3.15	3.15/807	Diversificação na Pequena Agricultura	Raul Lopes Salgueiro	4 642.73	2 321.36	1 624.95
3.15	3.15/808	Diversificação na Pequena Agricultura	Simplicio de Oliveira Tibério	3 556.64	1 778.32	1 244.82
3.15	3.15/809	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário João Lopes Fernandes	24 226.62	12 113.31	8 479.32
3.15	3.15/811	Diversificação na Pequena Agricultura	José Rosa Chambel	9 394.06	4 697.03	3 287.92
3.15	3.15/812	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Manuel da Fonseca Azevedo	4 153.65	2 076.83	1 453.78
3.15	3.15/813	Diversificação na Pequena Agricultura	Rui Miguel Ventura dos Santos	23 839.15	9 535.66	7 151.75
3.15	3.15/814	Diversificação na Pequena Agricultura	Oscar António do Canto	5 654.61	2 827.30	1 979.11
3.15	3.15/815	Diversificação na Pequena Agricultura	Diogo Baptista Pêgo	6 402.41	2 560.96	1 920.72
3.15	3.15/816	Diversificação na Pequena Agricultura	Leonel Rodrigues Lavrador	18 305.27	9 152.63	6 406.84
3.15	3.15/817	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Manuel Fernandes Nunes	11 288.59	4 515.44	3 386.58
3.15	3.15/818	Diversificação na Pequena Agricultura	António José Mendão Pereira	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/819	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lourenço Janeiro Pereira	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/820	Diversificação na Pequena Agricultura	Miguel Carlos Nogueira de Oliveira	25 000.00	12 500.00	8 750.00

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/821	Diversificação na Pequena Agricultura	Isidro Manuel dos Anjos Moreira	4 542.46	2 271.23	1 589.86
3.15	3.15/822	Diversificação na Pequena Agricultura	Luis António Escudeiro Sousa Rosa	24 164.08	9 665.63	7 249.22
3.15	3.15/823	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Salomé Carvalho Malicia	22 803.47	9 121.39	6 841.04
3.15	3.15/824	Diversificação na Pequena Agricultura	Américo da Costa	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/825	Diversificação na Pequena Agricultura	João de Figueiredo Martins	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/826	Diversificação na Pequena Agricultura	Ana Ferreira	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/827	Diversificação na Pequena Agricultura	João Maria Nicolau Duarte	15 005.29	6 002.12	4 501.59
3.15	3.15/828	Desenvolvimento de Produtos de Qualidade	EQUANTO - Intercâmbio Comercial e Industrial, S.A.	245 293.14	122 646.57	85 852.60
3.15	3.15/829	Serviço à Agricultura	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Óbidos	80 002.00	51 532.90	38 649.67
3.15	3.15/830	Serviço à Agricultura	COOPNEMA - Cooperativa Agrícola de Alcanena, C.R.L.	36 503.23	23 044.61	17 283.46
3.15	3.15/831	Serviço à Agricultura	Adega Cooperativa de Arruda dos Vinhos, C.R.L.	26 162.87	16 358.50	12 268.87
3.15	3.15/832	Serviço à Agricultura	APAS - Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena	99 468.00	62 406.00	46 804.50
3.15	3.15/833	Serviço à Agricultura	Adega Regional de Colares, C.R.L.	27 651.84	17 061.83	12 796.37
3.15	3.15/834	Diversificação na Pequena Agricultura	Lucilia dos Anjos do Carmo Santos Marques	11 830.82	5 915.41	4 140.79
3.15	3.15/835	Diversificação na Pequena Agricultura	João Alexandre Felício	16 725.42	8 362.71	5 853.90
3.15	3.15/836	Desenvolvimento de Produtos de Qualidade	AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	35 506.40	26 629.80	19 972.35
3.15	3.15/837	Serviços à Agricultura	VITICARTAXO - Associação de Vitivinicultores da Região do Cartaxo e Azambuja	95 257.79	57 175.43	42 881.58
3.15	3.15/838	Serviço à Agricultura	AGROTEJO - União Agrícola do Norte do Vale do Tejo	151 988.00	95 678.58	71 758.94
3.15	3.15/839	Serviço à Agricultura	FRUTUS - Estação Fruteira de Montejunto, CRL	107 960.00	69 541.40	52 156.04
3.15	3.15/840	Serviço à Agricultura	Associação dos Agricultores do Ribatejo	154 730.50	96 706.60	72 529.95
3.15	3.15/841	Serviço à Agricultura	AJAL - Associação de Jovens Agricultores do Distrito de Leiria	136 745.60	75 210.08	56 407.57
3.15	3.15/842	Serviço à Agricultura	CADOVA - Cooperativa Agrícola Vale de Arraiolos, CRL	73 041.06	48 679.75	36 509.81
3.15	3.15/843	Serviço à Agricultura	AGROMAIS - Entrepósito Comercial Agrícola, CRL	143 912.01	100 000.00	75 000.00
3.15	3.15/844	Serviço à Agricultura	ARCOLSA - Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida	84 932.59	55 177.61	41 383.21
3.15	3.15/845	Serviço à Agricultura	Associação Portuguesa de Produtores de Plantas e Flores Naturais	36 651.00	21 374.70	16 031.02
3.15	3.15/846	Serviço à Agricultura	Associação de Agricultores do Oeste	155 233.98	99 999.98	74 999.98
3.15	3.15/847	Serviço à Agricultura	Centro de Gestão Agrícola de Alvarinho	153 150.48	99 990.35	74 992.77
3.15	3.15/848	Serviço à Agricultura	Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal	106 794.00	67 025.55	50 269.15
3.15	3.15/849	Serviço à Agricultura	Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal	185 857.92	99 998.96	74 999.22
3.15	3.15/850	Serviço à Agricultura	Associação dos Produtores Agrícolas da Região de Rio Maior	37 019.36	23 653.59	17 740.19
3.15	3.15/851	Diversificação na Pequena Agricultura	João Susano Ferreira Coelho	22 055.12	8 822.05	6 616.54
3.15	3.15/869	Diversificação na Pequena Agricultura	Victor Manuel dos Santos Aparício	2 853.09	1 426.54	998.58
3.15	3.15/870	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria do Rosário Gonçalves Bento	8 134.40	4 067.20	2 847.04
3.15	3.15/871	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim António da Conceição Simples	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/872	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Celeste dos Santos Ambrósio Pereira	4 220.18	2 110.09	1 477.06
3.15	3.15/873	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Alagoa Alves	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/874	Diversificação na Pequena Agricultura	Arsénio Gomes Marques	9 946.41	4 973.20	3 481.24

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/875	Diversificação na Pequena Agricultura	João Luís	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/876	Diversificação na Pequena Agricultura	José Joaquim	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/877	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Fernandes Rodrigues	9 511.98	4 755.99	3 329.19
3.15	3.15/878	Diversificação na Pequena Agricultura	Mário Mendes Garcia	4 209.46	2 104.73	1 473.31
3.15	3.15/879	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Manuela da Guia Henriques Lúcio	19 343.84	7 737.54	5 803.16
3.15	3.15/880	Diversificação na Pequena Agricultura	António dos Santos Martins Lobato	4 297.03	2 148.51	1 503.96
3.15	3.15/881	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Trincão Amora	20 792.53	8 317.01	6 237.76
3.15	3.15/882	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Nunes Simões Esgueira	24 124.36	12 062.18	8 443.53
3.15	3.15/883	Diversificação na Pequena Agricultura	José Fernandes Simões	24 873.05	12 436.53	8 705.57
3.15	3.15/884	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos José Rosa Grilo	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/886	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Logística Florestal Central de Produção e Serviços Florestais, S.A.	75 000.00	37 500.00	26 250.00
3.15	3.15/887	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	ACHAR - Associação de Agricultores da Charneca	173 234.14	121 289.68	90 967.26
3.15	3.15/888	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	SILVICENTRO, Serviços Agro-Florestais, Lda.	74 337.00	49 850.94	37 388.20
3.15	3.15/889	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	AFLOPS - Associação de Produtores Florestais de Setubal	123 325.28	83 606.07	62 704.55
3.15	3.15/890	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Logística Florestal Central de Produção e Serviços Florestais, S.A.	138 925.06	88 041.04	66 030.78
3.15	3.15/893	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Adelino Lopes Tomaz	5 911.84	2 364.74	1 773.55
3.15	3.15/894	Diversificação na Pequena Agricultura	José Carlos Roldão da Silva	6 304.64	3 152.32	2 206.62
3.15	3.15/895	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Paulo de Almeida da Silva	19 328.48	9 664.24	6 764.97
3.15	3.15/896	Diversificação na Pequena Agricultura	Nuno Ribeiro Vieira	24 640.47	9 856.19	7 392.14
3.15	3.15/906	Diversificação na Pequena Agricultura	Francisco da Silva Cordeiro	3 292.00	1 646.00	1 152.20
3.15	3.15/907	Diversificação na Pequena Agricultura	Mariana Maria Filipe	12 465.46	6 232.73	4 362.91
3.15	3.15/908	Diversificação na Pequena Agricultura	Francisco Pimenta Vitória	5 264.32	2 632.16	1 842.51
3.15	3.15/909	Diversificação na Pequena Agricultura	José dos Santos Dias Pires	23 752.26	11 876.13	8 313.29
3.15	3.15/910	Diversificação na Pequena Agricultura	Filipe Duarte Mora Alves Farinha Tereso	4 434.15	2 217.08	1 551.95
3.15	3.15/911	Diversificação na pequena agricultura	Francisco Fernandes	4 264.02	2 132.01	1 492.41
3.15	3.15/912	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Lopes Pires	5 123.44	2 561.72	1 793.20
3.15	3.15/913	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria da Conceição Pires	4 220.18	2 110.09	1 477.06
3.15	3.15/914	Diversificação na Pequena Agricultura	Narciso Ribeiro Félix	17 009.22	8 504.61	5 953.23
3.15	3.15/915	Diversificação na Pequena Agricultura	João da Rosa Matos Sécio	23 562.22	11 781.11	8 246.78
3.15	3.15/916	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Lina Maia Dias	4 434.15	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/917	Diversificação na Pequena Agricultura	Sérgio Manuel Chaves Pereira	4 434.15	2 217.08	1 551.95
3.15	3.15/918	Diversificação na Pequena Agricultura	António Henriques Rosa	3 566.38	1 783.19	1 248.23
3.15	3.15/919	Diversificação na Pequena Agricultura	Abílio António Ferro Faria	12 139.05	6 069.53	4 248.67
3.15	3.15/920	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel dos Santos	3 483.94	1 741.97	1 219.38
3.15	3.15/921	Diversificação na Pequena Agricultura	José Falcão Penteado	5 123.44	2 561.72	1 793.20
3.15	3.15/922	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Inês Silva Dias	18 767.28	9 383.64	6 568.55
3.15	3.15/923	Diversificação na Pequena Agricultura	Isidoro Lopes Loureiro	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/924	Diversificação na Pequena Agricultura	Júlio de Oliveira Leitão	4 064.55	2 032.28	1 422.60
3.15	3.15/925	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Lourenço Pires	4 220.18	2 110.09	1 477.06
3.15	3.15/926	Diversificação na Pequena Agricultura	Alberto Matos dos Santos	6 103.26	3 051.63	2 136.14
3.15	3.15/927	Diversificação na Pequena Agricultura	Isolino Serras Lopes Pépio	4 349.08	2 174.54	1 522.18
3.15	3.15/928	Diversificação na Pequena Agricultura	José Florêncio Caniço	4 389.10	1 755.64	1 316.73
3.15	3.15/929	Diversificação na Pequena Agricultura	Ventura da Conceição Alves	4 349.08	2 174.54	1 522.18
3.15	3.15/930	Diversificação na Pequena Agricultura	António Luís Fernandes Pedro	4 349.08	2 174.54	1 522.18
3.15	3.15/931	Diversificação na Pequena Agricultura	Sabino Dias Matos	3 708.63	1 854.32	1 298.02
3.15	3.15/932	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Teresa de Jesus Martins Cascalheira	4 434.15	2 217.08	1 551.95

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/933	Diversificação na Pequena Agricultura	António Lourenço Pires	14 013.00	7 006.50	4 904.55
3.15	3.15/934	Diversificação na Pequena Agricultura	Ricarte Ruivo Lopes da Quinta	8 978.36	4 489.18	3 142.43
3.15	3.15/935	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel José de Jesus Fernandes	3 017.73	1 508.87	1 056.21
3.15	3.15/936	Diversificação na Pequena Agricultura	Sebastião Isidro da Silva Braz	24 890.03	12 445.02	8 711.51
3.15	3.15/937	Diversificação na Pequena Agricultura	Jorge Manuel da Silva Morgado	23 021.94	9 208.78	6 906.59
3.15	3.15/938	Diversificação na Pequena Agricultura	José Antunes da Silva	18 777.13	9 388.57	6 572.00
3.15	3.15/939	Diversificação na Pequena Agricultura	Anibal Martinho Nunes	5 723.87	2 861.93	2 003.35
3.15	3.15/940	Diversificação na Pequena Agricultura	Alcides da Silva Guedes	23 882.82	11 941.41	8 358.99
3.15	3.15/941	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Lopes de Oliveira	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/942	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Carlos Corda Alves	4 369.08	2 184.54	1 529.18
3.15	3.15/943	Diversificação na Pequena Agricultura	Hélio Coelho de Barros	24 765.32	9 906.13	7 429.60
3.15	3.15/944	Diversificação na Pequena Agricultura	Isa Mónica Terêncio Aniceto Martinho	24 899.19	9 959.68	7 469.76
3.15	3.15/945	Diversificação na Pequena Agricultura	José Maria Jacinto	17 904.35	8 952.18	6 266.53
3.15	3.15/946	Diversificação na Pequena Agricultura	António Simões	20 242.96	8 097.18	6 072.89
3.15	3.15/947	Diversificação na Pequena Agricultura	António Antunes dos Santos	24 722.25	12 361.13	8 652.79
3.15	3.15/948	Diversificação na Pequena Agricultura	António Pereira Ribeiro	24 495.46	12 247.73	8 573.41
3.15	3.15/949	Diversificação na Pequena Agricultura	José de Sousa Neto	24 790.00	9 916.00	7 437.00
3.15	3.15/950	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Agostinho Durão	6 501.30	2 600.52	1 950.39
3.15	3.15/951	Diversificação na Pequena Agricultura	José Manuel Bica Roldão	4 434.15	2 217.08	1 551.95
3.15	3.15/952	Diversificação na Pequena Agricultura	Valentim Nunes Duarte	17 133.72	6 853.49	5 140.12
3.15	3.15/953	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Carreira Antunes	21 426.07	8 570.43	6 427.82
3.15	3.15/954	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques Dias	19 321.78	7 728.71	5 796.53
3.15	3.15/955	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Anastácio Ribeiro	24 909.15	9 963.66	7 472.75
3.15	3.15/956	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim das Neves Luís	24 923.88	9 969.55	7 477.16
3.15	3.15/957	Diversificação na Pequena Agricultura	António Marques Luís	23 500.69	9 400.28	7 050.21
3.15	3.15/958	Diversificação na Pequena Agricultura	Adriano Agostinho Lopes	24 929.00	9 971.60	7 478.70
3.15	3.15/959	Diversificação na Pequena Agricultura	Filipe Pereira Ferreira	21 269.54	8 507.82	6 380.87
3.15	3.15/960	Diversificação na Pequena Agricultura	Miguel Marques de Sousa	1 852.68	741.07	555.80
3.15	3.15/961	Diversificação na Pequena Agricultura	Ana Paula Martins Vilelas Raposo	9 422.13	4 711.06	3 297.74
3.15	3.15/962	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Manuel de Faria Oliveira	23 433.98	9 373.59	7 030.19
3.15	3.15/963	Diversificação na Pequena Agricultura	Orlando Santos Leal	2 068.87	827.55	620.66
3.15	3.15/965	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	João Armindo Cruz Loureiro	30 911.27	23 183.45	17 387.59
3.15	3.15/966	Diversificação na Pequena Agricultura	Ilidio Afonso Teixeira Magalhães	13 372.58	6 686.29	4 680.41
3.15	3.15/967	Diversificação na Pequena Agricultura	António José de Matos Abreu	10 321.63	5 160.82	3 612.57
3.15	3.15/968	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Aurora Soares de Moura Praia	5 050.33	2 525.17	1 767.62
3.15	3.15/969	Diversificação na Pequena Agricultura	Jorge Manuel Dias Tavares	10 068.23	5 034.12	3 523.88
3.15	3.15/970	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Adélia Dias Lopes Carreira	8 339.46	4 169.75	2 918.83
3.15	3.15/971	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Joaquina Coelho Dias	9 013.80	4 506.90	3 154.83
3.15	3.15/972	Diversificação na Pequena Agricultura	Luis Miguel Antunes Damas	4 062.59	2 031.29	1 421.90
3.15	3.15/973	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim António Henriques Ferreira	22 826.60	11 413.30	7 989.31
3.15	3.15/974	Diversificação na Pequena Agricultura	José Conceição Antunes	17 257.61	8 628.80	6 040.16
3.15	3.15/975	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Teresa Neves Vergasta	2 359.27	1 179.64	825.75
3.15	3.15/976	Diversificação na Pequena Agricultura	Paula Maria Henriques Rodrigues	23 162.39	9 264.96	6 948.72
3.15	3.15/977	Diversificação na Pequena Agricultura	Nuno José Coelho Silva Geada	7 555.60	3 022.24	2 266.68
3.15	3.15/978	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Alina, Augusto & Gonçalo, Lda.	85 982.54	42 991.27	30 093.89
3.15	3.15/979	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, S.A.	350 000.00	350 000.00	262 500.00
3.15	3.15/980	Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural	ACHAR - Associação de Agricultores da Charneca	99 261.80	99 261.80	74 446.35
3.15	3.15/982	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Dias Valente	22 380.68	11 190.34	7 833.24

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/983	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Luisa Marçal Milheiro	7 808.18	3 904.09	2 732.86
3.15	3.15/984	Diversificação na Pequena Agricultura	Amilcar Garcez Gomes	15 263.00	7 631.50	5 342.05
3.15	3.15/985	Diversificação na Pequena Agricultura	Augusto Maria dos Santos	22 247.09	11 123.55	7 786.49
3.15	3.15/986	Diversificação na Pequena Agricultura	António Vieira Reis	14 215.74	7 107.87	4 975.51
3.15	3.15/987	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Domingos Estriga	14 242.03	7 121.03	4 984.72
3.15	3.15/988	Diversificação na Pequena Agricultura	Ana Patricia Luis Bugalho Lucas	6 690.92	2 676.37	2 007.28
3.15	3.15/989	Diversificação na Pequena Agricultura	Henrique Teles	21 133.88	10 566.94	7 396.86
3.15	3.15/990	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Júlia Marques Neves	22 566.83	9 026.73	6 770.05
3.15	3.15/991	Diversificação na Pequena Agricultura	Julieta Maria Luis Grilo Amaral	19 290.00	7 716.00	5 787.00
3.15	3.15/992	Diversificação na Pequena Agricultura	Albertino Miguel Pereira Félix	6 557.00	2 622.80	1 967.10
3.15	3.15/993	Diversificação na Pequena Agricultura	António Henriques Morais	2 386.00	954.40	715.80
3.15	3.15/994	Instalação de Organizações de Produtores Florestais	ACHAR - Associação dos Agricultores da Charneca	245 116.23	196 092.98	147 069.73
3.15	3.15/995	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	IHERA/Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	4 828 188.00	4 828 188.00	3 621 141.00
3.15	3.15/996	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	IHERA/Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	314 604.00	314 604.00	235 953.00
3.15	3.15/997	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	JARVECA - Junta de Agricultores de Rega de Caxarias	180 013.51	180 013.51	135 010.13
3.15	3.15/998	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	JARBRU - Junta de Agricultores de Rega do Brunheirinho	54 285.02	54 285.02	40 713.77
3.15	3.15/999	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	HERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	130 000.00	130 000.00	97 500.00
3.15	3.15/1000	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	HIERA/Associação de Beneficiários da Várzea de Loures	12 655.00	12 655.00	9 491.25
3.15	3.15/1001	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	HIERA/Associação de Beneficiários da Várzea de Loures	72 361.34	72 361.34	54 271.01
3.15	3.15/1002	Electrificação	João António Cunha Vale e Azevedo	23 732.70	23 732.70	11 866.35
3.15	3.15/1003	Electrificação	José Augusto Rosário Azoia	18 249.65	18 249.65	9 124.83
3.15	3.15/1004	Electrificação	EDP Distribuição Energia, S.A./Sociedade Agrícola do Monte do Sabugueiro, Lda	22 597.47	22 597.47	11 298.74
3.15	3.15/1005	Electrificação	João António Cunha Vale e Azevedo	20 936.40	20 936.40	10 468.20
3.15	3.15/1006	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	José Luís Marques Correia	49 870.31	37 402.73	28 052.05
3.15	3.15/1007	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Eduardo Manuel Quaresma Afonso	34 397.10	25 797.83	19 348.37
3.15	3.15/1008	Diversificação na Pequena Agricultura	Luís Alves Gaitas	18 980.02	9 490.01	6 643.01
3.15	3.15/1009	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques António	24 939.87	9 975.95	7 481.96
3.15	3.15/1010	Diversificação na Pequena Agricultura	António Albino Correia	24 911.36	12 455.68	8 718.98
3.15	3.15/1012	Diversificação na Pequena Agricultura	Horácio de Matos Marques	17 514.82	8 757.41	6 130.19
3.15	3.15/1013	Diversificação na Pequena Agricultura	José Domingues	2 802.99	1 401.49	981.04
3.15	3.15/1014	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Manuel Gameiro Moreira	24 241.67	12 120.83	8 484.58
3.15	3.15/1015	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Ferreira Gonçalves	5 081.64	2 032.66	1 524.50
3.15	3.15/1016	Diversificação na Pequena Agricultura	Filipe Gato Henriques	19 562.87	7 825.15	5 868.86
3.15	3.15/1017	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	IHERA/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia	615 250.00	615 250.00	461 437.50
3.15	3.15/1020	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Martins Cascalheira	4 208.89	2 104.44	1 473.11
3.15	3.15/1024	Diversificação na Pequena Agricultura	João da Silva dos Santos	22 838.19	11 419.10	7 993.37
3.15	3.15/1028	Diversificação na Pequena Agricultura	João Rodrigues dos Prazeres	10 937.50	5 468.75	3 828.12

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/1029	Diversificação na Pequena Agricultura	Mafalda Alves Grossinho	19 754.14	9 877.07	6 913.95
3.15	3.15/1030	Diversificação na Pequena Agricultura	António Simões	19 933.27	9 966.64	6 976.65
3.15	3.15/1031	Diversificação na Pequena Agricultura	Jaime de Jesus Alves Barro	20 628.00	10 314.00	7 219.80
3.15	3.15/1032	Diversificação na Pequena Agricultura	Gil Gonçalves Marques	4 434.14	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1033	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Josefa Luis	16 205.65	8 102.82	5 671.97
3.15	3.15/1034	Diversificação na Pequena Agricultura	António Nunes Grácio	4 434.15	2 217.08	1 551.96
3.15	3.15/1035	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Carlos Belo	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1036	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria de Lourdes da Silva Victor Roldão	19 781.67	9 890.84	6 923.59
3.15	3.15/1037		Francisco José Bairrão	23 943.28	11 971.64	8 380.15
3.15	3.15/1038	Diversificação na Pequena Agricultura	António José Grácio Mendonça	4 434.14	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1039	Diversificação na Pequena Agricultura	Rogério Fidalgo Bastos	5 344.31	2 137.72	1 603.29
3.15	3.15/1040	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Joaquim Barroso	7 455.87	2 982.35	2 236.76
3.15	3.15/1041	Diversificação na Pequena Agricultura	Elsa Maria Barros Simões Pedro Nunes	17 452.82	6 981.13	5 235.85
3.15	3.15/1042	Diversificação na Pequena Agricultura	Júlio dos Santos Faustino	24 939.89	9 975.96	7 481.97
3.15	3.15/1044	Diversificação na Pequena Agricultura	Vitor Manuel Martins Esperto	4 448.19	2 224.10	1 556.87
3.15	3.15/1045	Diversificação na Pequena Agricultura	José Manuel Lucas Martins	4 434.13	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1046	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Matos Daniel	5 153.10	2 061.24	1 545.93
3.15	3.15/1047	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Dias Pereira	15 290.02	7 645.01	5 351.51
3.15	3.15/1048	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Carreira Correia	19 153.71	7 661.48	5 746.11
3.15	3.15/1049	Diversificação na Pequena Agricultura	Isidro Maria Felix da Silva	4 688.00	2 344.00	1 640.80
3.15	3.15/1050	Diversificação na Pequena Agricultura	José Eduardo Domingo Mendes	24 909.98	9 963.99	7 472.99
3.15	3.15/1051	Diversificação na Pequena Agricultura	José Manuel Martins	14 201.15	7 100.58	4 970.41
3.15	3.15/1052	Diversificação na Pequena Agricultura	Joaquim Lopes Luís	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1053	Diversificação na Pequena Agricultura	António Inácio da Costa	7 081.15	3 540.58	2 478.41
3.15	3.15/1054	Diversificação na Pequena Agricultura	Fernando Sousa Capelo	10 651.47	4 260.59	3 195.44
3.15	3.15/1055	Diversificação na Pequena Agricultura	Arlindo da Silva Vieira	12 821.61	5 128.64	3 846.48
3.15	3.15/1056	Diversificação na Pequena Agricultura	António Pereira de Sousa	19 480.90	9 740.45	6 818.32
3.15	3.15/1057	Diversificação na Pequena Agricultura	Custódio Nunes Henriques	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1058	Diversificação na Pequena Agricultura	Carlos Alberto Frias da Costa	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1059	Diversificação na Pequena Agricultura	Maria Emília Marques das Neves	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1060	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel do Rosário Gonçalves	5 859.22	2 343.69	1 757.77
3.15	3.15/1061	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Marques	21 193.65	8 477.46	6 358.10
3.15	3.15/1062	Diversificação na Pequena Agricultura	José da Silva Neves	20 577.40	8 230.96	6 173.22
3.15	3.15/1063	Diversificação na Pequena Agricultura	Henrique Rodrigues de Sousa	23 051.96	9 220.79	6 915.59
3.15	3.15/1064	Diversificação na Pequena Agricultura	Francisco Ferreira	3 198.00	1 279.20	959.40
3.15	3.15/1065	Diversificação na Pequena Agricultura	Donzelina Maria Ferraz	18 667.43	7 466.97	5 600.23
3.15	3.15/1066	Diversificação na Pequena Agricultura	Higino Pereira Lopes Perdigão	21 250.68	8 500.27	6 375.20
3.15	3.15/1067	Diversificação na Pequena Agricultura	José António Correia Pais	11 323.19	5 661.60	3 963.12
3.15	3.15/1068	Diversificação na Pequena Agricultura	António Luís Martins Ferreira	21 026.83	8 410.73	6 308.05
3.15	3.15/1069	Diversificação na Pequena Agricultura	Manuel Luís Gomes	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1070	Diversificação na Pequena Agricultura	António de Sousa Dias	20 726.60	8 290.64	6 217.98
3.15	3.15/1071	Diversificação na Pequena Agricultura	Paulo Jorge Pires Vieira Graça	20 911.28	10 455.64	7 318.95
3.15	3.15/1072	Diversificação na Pequena Agricultura	António João Dias de Jesus	15 127.01	6 050.80	4 538.10
3.15	3.15/1073	Diversificação na Pequena Agricultura	José Carlos Sousa de Moura	1 680.00	672.00	504.00
3.15	3.15/1074	Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas	AFLOPS - Associação de Produtores Florestais	495 106.20	396 084.96	297 063.72
3.15	3.15/1075	Serviços à agricultura	Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide	183 523.00	157 193.50	117 895.12
3.15	3.15/1076	Serviços à agricultura	Associação de Criadores e Reprodutores de Gado do Oeste	86 095.00	67 901.20	50 925.90
3.15	3.15/1077	Serviço à Agricultura	Associação Nacional para o Melhoramento de Bovinos Leiteiros/ATABLES	564 434.30	395 104.01	296 328.01

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/1078	Serviço à Agricultura	Associação Nacional para o Melhoramento de Bovinos Leiteiros/APCRF	398 407.50	278 885.25	209 163.94
3.15	3.15/1079	Serviço à Agricultura	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores	76 448.93	53 514.23	40 135.67
3.15	3.15/1080	Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento - Novos Regadios Colectivos	IDRHa - Assoc. de Regantes e Benef. Do Vale do Sorraia	354 750.00	354 750.00	266 062.50
3.15	3.15/1085	1. Diversificação na pequena agricultura	Joaquim António dos Santos	4 448.19	2 224.10	1 556.87
3.15	3.15/1086	1. Diversificação na pequena agricultura	Joaquim Patinho Botas	23 796.50	11 898.25	8 328.77
3.15	3.15/1087	1. Diversificação na pequena agricultura	Luisa da Conceição Grácio	4 448.19	2 224.10	1 556.87
3.15	3.15/1088	1. Diversificação na pequena agricultura	Iraldo da Silva costa	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1089	1. Diversificação na pequena agricultura	António Higinio Rodrigues de Paula da Mota Cardoso	22 097.96	11 048.98	7 734.29
3.15	3.15/1090	1. Diversificação na pequena agricultura	Ernesto da Silva Rodrigues	24 673.88	12 336.94	8 635.86
3.15	3.15/1091	1. Diversificação na pequena agricultura	Leonel Teodoro da Silva	22 351.78	11 175.89	7 823.12
3.15	3.15/1092	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Maria Lopes	21 535.60	10 767.80	7 537.46
3.15	3.15/1093	1. Diversificação na pequena agricultura	Amândio Fernandes	9 223.92	4 611.96	3 228.37
3.15	3.15/1094	1. Diversificação na pequena agricultura	José Vieira dos Reis	24 899.16	12 449.58	8 714.71
3.15	3.15/1095	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria José Josué Pires Duarte	21 792.52	10 896.26	7 627.38
3.15	3.15/1096	1. Diversificação na pequena agricultura	Américo Moura Silva	6 569.00	3 284.50	2 299.15
3.15	3.15/1097	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Maria Calvário Duarte	21 433.34	10 716.67	7 501.67
3.15	3.15/1098	1. Diversificação na pequena agricultura	Carlos Lopes Bento	14 311.90	7 155.95	5 009.17
3.15	3.15/1099	1. Diversificação na pequena agricultura	Sónia Catarino Antunes	18 946.94	9 473.47	6 631.43
3.15	3.15/1100	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria de Lurdes dos Reis da Silva Oliveira	20 495.70	10 247.85	7 173.50
3.15	3.15/1101	1. Diversificação na pequena agricultura	Cipriano Pedro Lima	18 314.82	9 157.41	6 410.19
3.15	3.15/1102	1. Diversificação na pequena agricultura	António de Oliveira Pereira	23 822.00	11 911.00	8 337.70
3.15	3.15/1103	1. Diversificação na pequena agricultura	João dos Santos Abreu	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1104	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel André Duarte Silva	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1105	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria Ludovina	24 840.12	12 420.06	8 694.04
3.15	3.15/1106	1. Diversificação na pequena agricultura	Ernesto Faria de Oliveira	15 779.89	7 889.94	5 522.96
3.15	3.15/1107	1. Diversificação na pequena agricultura	Joaquim Pereira Vieira de Sousa	21 604.34	8 641.74	6 481.30
3.15	3.15/1108	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Vieira da Fonseca	24 705.29	9 882.12	7 411.59
3.15	3.15/1109	1. Diversificação na pequena agricultura	Abilio Pereira Fonseca	17 368.85	8 684.43	6 079.10
3.15	3.15/1110	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Gonçalves da Costa	23 162.39	9 264.96	6 948.72
3.15	3.15/1111	1. Diversificação na pequena agricultura	Alberto dos Santos Vieira	22 251.38	11 125.69	7 787.98
3.15	3.15/1112	1. Diversificação na pequena agricultura	João Filipe Gonçalves Ferraz	17 038.94	6 815.58	5 111.69
3.15	3.15/1113	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Ferreira Rodrigues	22 642.53	9 057.01	6 792.76
3.15	3.15/1114	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria Celeste Carvalho Sousa Ferraz	22 703.00	9 081.20	6 810.90
3.15	3.15/1115	2.1 Criação e Modernização de Unidades Produtivas	José Carlos Pinheiro Bairrão	82 828.55	41 414.28	28 990.00
3.15	3.15/1116	3.4 Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	AFLOPS - Associação de Produtores Florestais	119 911.74	95 929.39	71 947.04
3.15	3.15/1118	4.1 Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas	AGROCAMPREST- Cooperativa Agrária de Compra, Venda e Prestação de Serviços, CRL	571 835.96	255 000.00	191 250.00
3.15	3.15/1119	4.1 Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas	ZEATAGUS, Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda	259 299.03	135 000.00	101 250.00
3.15	3.15/1120	6.2 Electrificação	EDP Distribuição de Energia/Agricultura de Grupo Pecuária da Quinta das Varandas de Cima, Lda	17 088.88	17 088.88	8 544.44
3.15	3.15/1121	6.2 Electrificação	EDP Distribuição de Energia/Maria João Guerreiro Gago Brito Lima	68 763.20	68 763.20	34 381.60
3.15	3.15/1122	6.2 Electrificação	OSTRICHLAND - Produção de Avestruzes, Lda.	25 247.00	25 247.00	12 623.50

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/1124	5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação da regadios tradicionais	IDRHa/Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	32 000.00	32 000.00	24 000.00
3.15	3.15/1125	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria dos Anjos Rosa Machado	4 349.08	2 174.54	1 522.18
3.15	3.15/1126	1.1 Apoio à pequena agricultura	Fernando Manuel Batista Pereira	4 349.08	2 174.54	1 522.18
3.15	3.15/1127	1.1 Apoio à pequena agricultura	João Manuel Calado Filipe	4 434.13	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1128	1.1 Apoio à pequena agricultura	Augusto Faria Silva Alves	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1129	1.1 Apoio à pequena agricultura	Fernando Manuel José Rodrigues	13 735.00	6 867.50	4 807.25
3.15	3.15/1130	1.1 Apoio à pequena agricultura	Vitor Manuel Ferreira Lopes	24 519.07	12 259.54	8 581.68
3.15	3.15/1131	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria Manuela Navalho Bento	24 564.80	12 282.40	8 597.68
3.15	3.15/1132	1.1 Apoio à pequena agricultura	Júlio da Conceição José	21 020.01	10 510.00	7 357.00
3.15	3.15/1133	1.1 Apoio à pequena agricultura	José António	22 349.62	11 174.81	7 822.37
3.15	3.15/1134	1.1 Apoio à pequena agricultura	Joaquim Nunes Simões	15 877.45	7 938.73	5 557.11
3.15	3.15/1135	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Soeiro Rodrigues Ribeiro	24 637.70	12 318.85	8 623.20
3.15	3.15/1136	1.1 Apoio à pequena agricultura	Adelino Pereira da Costa	22 305.92	11 152.96	7 807.07
3.15	3.15/1137	1.1 Apoio à pequena agricultura	Josué Ribeiro de Oliveira Quartau	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1138	1.1 Apoio à pequena agricultura	Jorge Manuel Henriques Pereira	24 866.00	12 433.00	8 703.10
3.15	3.15/1139	1.1 Apoio à pequena agricultura	Luis Fernando de Jesus Pires	3 623.55	1 811.77	1 268.24
3.15	3.15/1141	1.1 Apoio à pequena agricultura	António Vasco Salgueiro	784.00	392.00	274.40
3.15	3.15/1142	1.1 Apoio à pequena agricultura	Augusto Florêncio	3 623.57	1 811.78	1 268.25
3.15	3.15/1143	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Simão dos Reis	21 179.67	10 589.84	7 412.89
3.15	3.15/1144	1.1 Apoio à pequena agricultura	João Manuel Batista Navalho	3 623.55	1 811.77	1 268.24
3.15	3.15/1145	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Manuel Estrela Ambrósio	4 434.13	2 217.06	1 551.94
3.15	3.15/1146	1.1 Apoio à pequena agricultura	António Francisco Gomes	2 792.48	1 396.24	977.37
3.15	3.15/1148	1.1 Apoio à pequena agricultura	Mafalda Maria Nunes Maia	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1149	1.1 Apoio à pequena agricultura	Ivo Cruz Marques	12 556.69	5 022.68	3 767.01
3.15	3.15/1150	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria Fernanda Esperto dos Santos	3 708.62	1 854.31	1 298.02
3.15	3.15/1151	1.1 Apoio à pequena agricultura	Manuel Rodrigues	24 827.47	12 413.74	8 689.62
3.15	3.15/1152	1.1 Apoio à pequena agricultura	António Jesus Custódio	21 291.67	8 516.67	6 387.50
3.15	3.15/1153	1.1 Apoio à pequena agricultura	Manuel Pereira da Silva	22 370.48	8 948.19	6 711.14
3.15	3.15/1154	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Francisco Martins Jesus Cascalheira	14 507.78	5 803.11	4 352.33
3.15	3.15/1155	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Rodrigues Ribeiro	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1156	1.1 Apoio à pequena agricultura	Pedro José Rodrigues Freitas	19 974.76	9 987.38	6 991.17
3.15	3.15/1157	1.1 Apoio à pequena agricultura	Georgino Carlos Figueiredo Ferreira Ribeiro	22 364.77	8 945.91	6 709.43
3.15	3.15/1158	1.1 Apoio à pequena agricultura	Emília Pereira Gama	4 987.98	1 995.19	1 496.39
3.15	3.15/1159	1.1 Apoio à pequena agricultura	António Joaquim Torrão Abreu	5 070.46	2 028.18	1 521.14
3.15	3.15/1160	1.1 Apoio à pequena agricultura	Almerinda Alturas Dias	16 293.48	8 146.74	5 702.72
3.15	3.15/1161	1.1 Apoio à pequena agricultura	CODIMACO - Associação Interprofissional Gestora de Marcas Colectivas	139 694.39	100 550.54	75 412.90
3.15	3.15/1162	4.2 Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	Associação de Criadores de Bovinos da Raça Preta	99 381.00	87 967.50	65 975.62
3.15	3.15/1163	4.2 Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	Associação Portuguesa do Cavalo Puro Sangue Lusitano	163 052.24	131 523.08	98 642.31
3.15	3.15/1164	5.3 Emparcelamento rural	Centro de Gestão Agrícola de Alvorninha	207 263.87	207 263.87	155 447.90
3.15	3.15/1165	5.3 Emparcelamento rural	Centro de Gestão Agrícola de Alvorninha	218 088.61	218 088.61	163 566.45
3.15	3.15/1166	5.3 Emparcelamento rural	Centro de Gestão Agrícola de Alvorninha	185 724.86	185 724.86	139 293.63
3.15	3.15/1167	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Associação dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação	422 517.81	422 517.81	316 888.36
3.15	3.15/1168	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	16 027.20	16 027.20	12 020.40
3.15	3.15/1169	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	45 944.85	45 944.85	34 458.64

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/1170	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	174 782.81	174 782.81	131 087.11
3.15	3.15/1171	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Carvalhal	73 932.80	73 932.80	55 449.60
3.15	3.15/1172	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Carvalhal	60 007.09	60 007.09	45 005.32
3.15	3.15/1173	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	23 150.40	23 150.40	17 362.80
3.15	3.15/1174	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Carvalhal	81 381.84	81 381.84	61 036.38
3.15	3.15/1175	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	35 616.00	35 616.00	26 712.00
3.15	3.15/1176	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	7 123.20	7 123.20	5 342.40
3.15	3.15/1177	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	99 724.80	99 724.80	74 793.60
3.15	3.15/1178	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	24 931.20	24 931.20	18 698.40
3.15	3.15/1179	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	21 369.60	21 369.60	16 027.20
3.15	3.15/1180	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	26 712.00	26 712.00	20 034.00
3.15	3.15/1181	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	91 581.75	91 581.75	68 686.31
3.15	3.15/1182	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Palmela	159 923.66	159 923.66	119 942.75
3.15	3.15/1183	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	13 356.00	13 356.00	10 017.00
3.15	3.15/1184	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Casével	118 775.00	118 775.00	89 081.25
3.15	3.15/1185	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alpiarça	170 002.86	170 002.86	127 502.15
3.15	3.15/1186	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Chamusca	370 380.99	370 380.99	277 785.74
3.15	3.15/1187	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Palmela	106 172.15	106 172.15	79 629.11
3.15	3.15/1188	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	138 893.31	138 893.31	104 169.98
3.15	3.15/1189	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	43 708.98	43 708.98	32 781.74
3.15	3.15/1190	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Ferreira de Zêzere	126 073.50	126 073.50	94 555.13
3.15	3.15/1191	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Palmela	75 832.70	75 832.70	56 874.53
3.15	3.15/1192	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Almeirim	124 426.85	124 426.85	93 320.14
3.15	3.15/1193	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alcochete	61 303.62	61 303.62	45 977.72
3.15	3.15/1194	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Casével	153 628.50	153 628.50	115 221.38
3.15	3.15/1195	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Santarém	79 882.44	79 882.44	59 911.83
3.15	3.15/1196	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Gançaria	85 985.83	85 985.83	64 489.37
3.15	3.15/1197	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alcochete	15 349.74	15 349.74	11 512.31
3.15	3.15/1198	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Rio Maior	46 830.08	46 830.08	35 122.56
3.15	3.15/1199	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Rio Maior	127 942.98	127 942.98	95 957.24
3.15	3.15/1200	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Alcanede	77 497.10	77 497.10	58 129.58
3.15	3.15/1201	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Alcanede	134 689.50	134 689.50	101 017.13
3.15	3.15/1202	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Alcanede	101 342.38	101 342.38	76 006.79
3.15	3.15/1203	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alcochete	31 605.21	31 605.21	23 703.91
3.15	3.15/1204	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alcochete	38 946.39	38 946.39	29 209.79
3.15	3.15/1205	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alcochete	11 774.49	11 774.49	8 830.87
3.15	3.15/1206	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Ourém	531 964.43	531 964.43	398 973.32
3.15	3.15/1207	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia da Junceira	149 473.99	149 473.99	112 105.49
3.15	3.15/1208	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Casével	147 698.08	147 698.08	110 773.56
3.15	3.15/1209	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Almeirim	56 564.73	56 564.73	42 423.55
3.15	3.15/1210	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças	134 793.33	134 793.33	101 095.00
3.15	3.15/1211	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia da Atalaia	87 697.52	87 697.52	65 773.14
3.15	3.15/1212	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Moçarria	21 189.55	21 189.55	15 892.16
3.15	3.15/1213	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Almagem do Bispo	187 884.68	187 884.68	140 913.51
3.15	3.15/1214	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia da Atalaia	205 770.74	205 770.74	154 328.06
3.15	3.15/1215	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de S.Nicolau	153 340.36	153 340.36	115 005.27
3.15	3.15/1216	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Alviobeira	85 182.58	85 182.58	63 886.94
3.15	3.15/1217	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Alviobeira	128 386.05	128 386.05	96 289.54

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Pública	FEOGA
3.15	3.15/1218	6.2 Electrificação	Maria Manuela Silva Santos Costa	20 333.01	20 333.01	10 166.51
3.15	3.15/1219	6.2 Electrificação	João Maria Nicolau Duarte	3 334.29	3 334.29	1 667.15
3.15	3.15/1222	5.2 Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IDRHa/Associação de Beneficiários da Várzea de Loures	689 250.00	689 250.00	516 937.50
3.15	3.15/1223	5.2 Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IDRHa/Associação de Beneficiários do Vale do Sorraia	100 500.00	100 500.00	75 375.00
3.15	3.15/1224	5.2 Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	IDRHa/Associação de Beneficiários do Vale do Sorraia	462 500.00	462 500.00	346 875.00
3.15	3.15/1225	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria Adélia Fernandes	4 434.13	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1226	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Gomes Branco	6 795.00	3 397.50	2 378.25
3.15	3.15/1227	1. Diversificação na pequena agricultura	João Rodrigues Caseiro	11 654.58	5 827.29	4 079.10
3.15	3.15/1228	1. Diversificação na pequena agricultura	Luis Manuel Henriques da Graça Rodrigo	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1229	1. Diversificação na pequena agricultura	João Calado Alves	13 835.31	6 917.66	4 842.36
3.15	3.15/1230	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Pereira Cotrim	24 510.00	12 255.00	8 578.50
3.15	3.15/1231	1. Diversificação na pequena agricultura	José Gonçalves da Graça	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1232	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Joaquim da Conceição Rosa	23 417.06	11 708.53	8 195.97
3.15	3.15/1233	1. Diversificação na pequena agricultura	Augusto Delgado Martins	6 013.15	3 006.58	2 104.61
3.15	3.15/1234	1. Diversificação na pequena agricultura	Mário António da Conceição Pereira	15 984.25	7 992.13	5 594.49
3.15	3.15/1235	1. Diversificação na pequena agricultura	Carlos Manuel Ferreira de Sousa	6 133.30	3 066.65	2 146.65
3.15	3.15/1236	1. Diversificação na pequena agricultura	Álvaro Andrade e Silva Passarinho	16 807.01	8 403.50	5 882.45
3.15	3.15/1237	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Duarte Violante	24 200.00	12 100.00	8 470.00
3.15	3.15/1238	1.1 Apoio à pequena agricultura	Eduardo Martins Pedro	6 144.57	3 072.28	2 150.60
3.15	3.15/1239	1. Diversificação na pequena agricultura	João Manuel Serrão Mora Frade	3 653.58	1 826.79	1 278.75
3.15	3.15/1240	1. Diversificação na pequena agricultura	Fernando José Nunes Bandarra	8 042.50	4 021.25	2 814.88
3.15	3.15/1241	1. Diversificação na pequena agricultura	José António Silva	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1242	1. Diversificação na pequena agricultura	Jorge Manuel Ascenso Branco	4 349.08	2 174.54	1 522.18
3.15	3.15/1243	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel de Sousa Gomes	16 800.00	8 400.00	5 880.00
3.15	3.15/1244	1. Diversificação na pequena agricultura	Rute Isabel Miguel Alves	4 851.79	2 425.90	1 698.13
3.15	3.15/1245	1.1 Apoio à pequena agricultura	António Manuel Marques André	3 777.60	1 888.80	1 322.16
3.15	3.15/1246	1.1 Apoio à pequena agricultura	António da Silva Lourenço	3 103.20	1 551.60	1 086.12
3.15	3.15/1247	1.1 Apoio à pequena agricultura	Custódio da Luz Aranha	17 425.53	8 712.76	6 098.93
3.15	3.15/1248	1.1 Apoio à pequena agricultura	Albino Vieira da Costa	5 797.48	2 318.99	1 739.24
3.15	3.15/1249	1. Diversificação na pequena agricultura	Celestino Martins	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1250	1.1 Apoio à pequena agricultura	Vitor Rodrigues Carvalho	19 177.87	9 588.93	6 712.25
3.15	3.15/1251	1.1 Apoio à pequena agricultura	Manuel Bento Ribeiro	11 813.00	4 725.20	3 543.90
3.15	3.15/1252	1.1 Apoio à pequena agricultura	Manuel Santos Lopes	24 923.66	12 461.83	8 723.28
3.15	3.15/1253	1. Diversificação na pequena agricultura	José Henriques Pereira	23 015.09	9 206.04	6 904.53
3.15	3.15/1254	1. Diversificação na pequena agricultura	Albino da Costa Antunes	23 714.50	11 857.25	8 300.08
3.15	3.15/1255	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel de Oliveira Pereira	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1256	1. Diversificação na pequena agricultura	Alfredo Pereira Vieira	22 177.91	8 871.16	6 653.37
3.15	3.15/1257	1. Diversificação na pequena agricultura	António José Reis Gerardo	20 222.75	8 089.10	6 066.83
3.15	3.15/1258	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel de Oliveira Duarte	20 281.13	8 112.45	6 084.34
3.15	3.15/1259	1. Diversificação na pequena agricultura	Joaquim Simões	2 794.56	1 397.28	978.10
3.15	3.15/1260	1. Diversificação na pequena agricultura	Luis Domingos Soares	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1261	1. Diversificação na pequena agricultura	Celestino da Silva Rodrigues	23 341.29	9 336.52	7 002.39
3.15	3.15/1262	1. Diversificação na pequena agricultura	Rosária Marques Costa	22 924.00	9 169.60	6 877.20
3.15	3.15/1263	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria da Piedade Baptista Pereira	20 337.49	10 168.74	7 118.12
3.15	3.15/1264	1. Diversificação na pequena agricultura	José Maria Roldão Formigão Francisco	22 798.00	11 399.00	7 979.30
3.15	3.15/1265	1. Diversificação na pequena agricultura	Carlos de Freitas Rodrigues	21 437.59	8 575.04	6 431.28
3.15	3.15/1266	1. Diversificação na pequena agricultura	Arnaldo Vieira	3 155.00	1 577.50	1 104.25
3.15	3.15/1267	3.1 Instalação de Organizações de Produtores Florestais	APAS Floresta - Associação dos Produtores Florestais	361 374.03	293 748.25	220 311.20

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/1268	3.1 Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Associação dos Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobaca e Nazaré	350 626.42	276 607.19	207 455.40
3.15	3.15/1269	4.1 Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas	AGROMAIS - Entrepasto Comercial Agrícola, CRL	287 232.00	122 349.50	91 762.13
3.15	3.15/1270	4.2 Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	Associação Portuguesa de Criadores de Bovinos da Raça Charolesa	44 808.00	31 365.60	23 524.20
3.15	3.15/1271	5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação da regadios tradicionais	IDRHa	150 000.00	150 000.00	112 500.00
3.15	3.15/1272	5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação da regadios tradicionais	IDRHa	443 719.28	443 719.28	332 789.46
3.15	3.15/1273	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Carvalhal Benfeito	57 570.31	57 570.31	43 177.74
3.15	3.15/1274	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Lourinhã	32 054.40	32 054.40	24 040.80
3.15	3.15/1275	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Peral	40 780.59	40 780.59	30 585.44
3.15	3.15/1276	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Peral	20 643.72	20 643.72	15 482.79
3.15	3.15/1277	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal do Cadaval	86 600.02	86 600.02	64 950.02
3.15	3.15/1278	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Peral	33 881.98	33 881.98	25 411.49
3.15	3.15/1279	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere	41 276.97	41 276.97	30 957.73
3.15	3.15/1280	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Ribeira de S. João	49 446.57	49 446.57	37 084.93
3.15	3.15/1281	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Peral	22 946.50	22 946.50	17 209.88
3.15	3.15/1282	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alenquer	128 425.50	128 425.50	96 319.13
3.15	3.15/1283	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal do Cadaval	82 521.37	82 521.37	61 891.03
3.15	3.15/1284	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Pernes	138 302.69	138 302.69	103 727.02
3.15	3.15/1285	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	107 931.32	107 931.32	80 948.49
3.15	3.15/1286	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia de Romeira	91 069.43	91 069.43	68 302.07
3.15	3.15/1287	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	88 648.94	88 648.94	66 486.71
3.15	3.15/1288	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alcochete	30 127.44	30 127.44	22 595.58
3.15	3.15/1289	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Alcochete	13 347.60	13 347.60	10 010.70
3.15	3.15/1290	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	35 177.68	35 177.68	26 383.26
3.15	3.15/1291	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal de Torres Novas	123 740.67	123 740.67	92 805.50
3.15	3.15/1292	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Junta de Freguesia do Landal	67 804.71	67 804.71	50 853.53
3.15	3.15/1293	6.2 Electrificação	Casal do Vilão - Sociedade Unipessoal, Lda.	22 742.66	22 742.66	11 371.33
3.15	3.15/1294	6.2 Electrificação	EDP/Ofélia Conceição António Casimiro Gil	6 917.94	6 917.94	3 458.97
3.15	3.15/1295	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	Câmara Municipal de Alcobaca	1 000 000.00	991 250.00	750 937.50
3.15	3.15/1296	7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	Cândido Joaquim Nobre	40 912.17	30 684.13	23 013.10
3.15	3.15/1302	1.1 Apoio à pequena agricultura	Amaro Vitória Gomes	9 436.18	4 718.09	3 302.66
3.15	3.15/1303	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Rosário Passarinho	4 434.14	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1304	1.1 Apoio à pequena agricultura	Armindo dos Santos Silva	17 954.40	8 977.20	6 284.04
3.15	3.15/1305	1.1 Apoio à pequena agricultura	Amílcar Alves Pereira	21 859.15	10 929.57	7 650.70
3.15	3.15/1306	1.1 Apoio à pequena agricultura	Tito Henriques Godinho	25 000.00	12 500.00	8 750.00
3.15	3.15/1307	1.1 Apoio à pequena agricultura	Anselmo José Esteves	14 159.27	7 079.64	4 955.75
3.15	3.15/1308	1.1 Apoio à pequena agricultura	António César Rodrigues	13 899.96	6 949.98	4 864.99
3.15	3.15/1309	1.1 Apoio à pequena agricultura	Américo da Cruz	18 616.83	9 308.41	6 515.89
3.15	3.15/1310	1.1 Apoio à pequena agricultura	Graciano da Silva Mauricio	20 281.13	10 140.56	7 098.39
3.15	3.15/1311	1.1 Apoio à pequena agricultura	João de Oliveira	20 161.84	10 080.92	7 056.64
3.15	3.15/1312	1.1 Apoio à pequena agricultura	João de Barros Santo	21 555.56	10 777.78	7 544.45
3.15	3.15/1313	1.1 Apoio à pequena agricultura	António Gonçalves Leal	24 449.12	12 224.56	8 557.19
3.15	3.15/1314	1.1 Apoio à pequena agricultura	José Augusto dos Santos Oliveira	4 349.08	2 174.54	1 522.18
3.15	3.15/1315	1.1 Apoio à pequena agricultura	António D' Oliveira Gaspar	13 170.12	6 585.06	4 609.54

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/1316	1.1 Apoio à pequena agricultura	Luís Fernando Oliveira Pereira	22 533.00	11 266.50	7 886.55
3.15	3.15/1317	1.1 Apoio à pequena agricultura	Olga Jesus Duque Cordeiro	4 434.15	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1318	1.1 Apoio à pequena agricultura	Manuel Martins	4 434.15	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1319	1.1 Apoio à pequena agricultura	Sandra Paula Pereira Reis da Silva Martins	600.00	240.00	180.00
3.15	3.15/1320	1.1 Apoio à pequena agricultura	Marcolino Viana Firmino	4 434.14	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1321	1.1 Apoio à pequena agricultura	Fernando dos Santos Vicente	21 091.00	10 545.50	7 381.85
3.15	3.15/1322	1.1 Apoio à pequena agricultura	Silvino Ferreira Mendes	22 260.00	11 130.00	7 791.00
3.15	3.15/1323	1.1 Apoio à pequena agricultura	Joaquim Rosa Pedro	4 349.07	2 174.53	1 522.17
3.15	3.15/1324	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria Pereira Bernardino Pardal	12 576.04	6 288.02	4 401.61
3.15	3.15/1325	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria do Céu Ferreira Bento	22 346.15	11 173.07	7 821.15
3.15	3.15/1326	1.1 Apoio à pequena agricultura	Joaquim Delgado Alves	4 434.14	2 217.07	1 551.95
3.15	3.15/1327	1.1 Apoio à pequena agricultura	Mário Pires Prates	1 191.47	476.59	357.44
3.15	3.15/1328	1.1 Apoio à pequena agricultura	Joaquim da Cruz Pisco	19 840.80	7 936.32	5 952.24
3.15	3.15/1329	1.1 Apoio à pequena agricultura	José António Claro Gaudêncio	12 058.42	4 823.37	3 376.36
3.15	3.15/1330	1.1 Apoio à pequena agricultura	António da Costa Francisco	17 563.14	8 781.57	6 147.10
3.15	3.15/1331	1.1 Apoio à pequena agricultura	Francisco Manuel Ferreira Perna Nunes	18 018.43	9 009.22	6 306.46
3.15	3.15/1332	1.1 Apoio à pequena agricultura	Lucília da Conceição Ribeiro Santos	21 294.76	8 517.91	6 388.43
3.15	3.15/1333	1.1 Apoio à pequena agricultura	Albina Maria Faustino Candido Filipe	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1334	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria Alice de Jesus Santos da Silva	25 000.00	10 000.00	7 500.00
3.15	3.15/1335	1.1 Apoio à pequena agricultura	Fernando Alberto Henriques Oliveira	24 202.67	12 101.33	8 470.93
3.15	3.15/1336	1.1 Apoio à pequena agricultura	Helena Maria da Nazaré Lopes da Silva	23 915.19	9 566.08	7 174.56
3.15	3.15/1337	1.1 Apoio à pequena agricultura	Joaquim Maria Bernardino	23 898.00	11 949.00	8 364.30
3.15	3.15/1338	1.1 Apoio à pequena agricultura	Elsa Maria Fernandes Ramos Santos	24 241.83	12 120.91	8 484.64
3.15	3.15/1339	1.1 Apoio à pequena agricultura	Cecília Martins de Oliveira	22 160.02	8 864.01	6 648.01
3.15	3.15/1340	1.1 Apoio à pequena agricultura	António de Sousa Dias	23 253.47	9 301.39	6 976.04
3.15	3.15/1341	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria dos Anjos Fernandes Oliveira	22 300.00	8 920.00	6 690.00
3.15	3.15/1342	1.1 Apoio à pequena agricultura	António Santos Vieira	22 911.29	11 455.65	8 018.95
3.15	3.15/1343	1.2 Diversificação de actividades na exploração agrícola	António da Silva Henriques	22 096.96	8 838.78	6 629.08
3.15	3.15/1344	1.1 Apoio à pequena agricultura	Arlindo Joaquim de Oliveira	22 155.50	8 862.20	6 646.65
3.15	3.15/1345	1.1 Apoio à pequena agricultura	Maria de Fátima Cristovão de Melo Azemel Zeferino Pereira	10 742.00	5 371.00	3 759.70
3.15	3.15/1346	1.1 Apoio à pequena agricultura	Manuel dos Santos Marques Rodrigues	24 017.93	12 008.97	8 406.28
3.15	3.15/1347	2.1 Criação e Modernização de Unidades Produtivas	João Vítor Reis Gomes Mendes	249 129.39	124 564.69	87 195.28
3.15	3.15/1348	6.2 Electrificação	Ana Isabel Pombo Talhão	16 033.82	16 033.82	8 016.91
3.15	3.15/1349	6.2 Electrificação	Oliveira & Sousa - Casa Agrícola, Lda.	49 406.48	49 406.48	24 703.24
3.15	3.15/1350	6.2 Electrificação	Sociedade Agrícola das Amotolias	16 704.46	16 704.46	8 352.23
3.15	3.15/1351	7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	COPOLAN - Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Andreus - CRL	49 879.79	37 409.84	28 057.38
3.15	3.15/1352	3.1 Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Associação de Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura	366 332.90	293 750.00	220 312.50
3.15	3.15/1353	3.1 Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Associação de Produtores Florestais da Região de Alcobaça	363 337.80	293 750.00	220 312.50
3.15	3.15/1355	2.1 Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Rui José Rosário Luís	94 517.36	47 258.68	33 081.08
3.15	3.15/1356	5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação da regadios tradicionais	IDRHa/ Associação de Beneficiários da Lezíria grande de Vila Franca de Xira	9 781 200.00	9 781 200.00	7 335 900.00
3.15	3.15/1357	5.3 Emparcelamento rural	IDRHa	1 594 280.67	1 594 280.67	1 195 710.50
3.15	3.15/1358	6.2 Electrificação	V.P. Exploração Agrícola, Pecuária, Pecuária e Florestal, SAG, Lda	35 599.00	35 599.00	17 799.50

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/1359	8. Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional	99 950.48	99 950.48	74 962.86
3.15	3.15/1360	8. Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional	99 985.76	99 985.76	74 989.32
3.15	3.15/1361	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Golegã	148 170.54	148 170.54	111 127.91
3.15	3.15/1362	6.1 Caminhos agrícolas e rurais	Câmara Municipal da Golegã	158 638.31	158 638.31	117 478.73
3.15	3.15/1363	1. Diversificação na pequena agricultura	Francisco Alcobia dos Santos	21 523.56	10 761.78	7 533.25
3.15	3.15/1364	1.1 Apoio à pequena agricultura	Diamantino Carvalho	20 308.00	10 154.00	7 107.80
3.15	3.15/1365	1.1 Apoio à pequena agricultura	Américo Gomes Serra de Freitas	22 911.29	11 455.64	8 018.95
3.15	3.15/1366	1. Diversificação na pequena agricultura	João Rosa Silva Henriques	20 851.05	10 425.53	7 297.87
3.15	3.15/1367	1. Diversificação na pequena agricultura	Abílio Antunes Henriques	20 836.00	10 418.00	7 292.60
3.15	3.15/1368	1. Diversificação na pequena agricultura	Josué Marques Alves	22 774.57	11 387.29	7 971.10
3.15	3.15/1369	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel dos Anjos Martins	24 369.00	12 184.50	8 529.15
3.15	3.15/1370	1. Diversificação na pequena agricultura	Albertino da Silva Antunes	11 891.90	5 945.95	4 162.16
3.15	3.15/1371	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria da Conceição Moleirinho Castanheira	6 117.59	3 058.79	2 141.14
3.15	3.15/1372	1. Diversificação na pequena agricultura	Maria de Lurdes Sousa Abreu Vieira	4 058.30	1 623.32	1 217.49
3.15	3.15/1373	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Gaspar	753.27	301.31	225.98
3.15	3.15/1374	1. Diversificação na pequena agricultura	Carlos Manuel dos Santos Ribeiro Lourenço	23 065.04	11 532.52	8 072.76
3.15	3.15/1375	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel dos Reis Inácio	24 957.00	9 982.80	7 487.10
3.15	3.15/1376	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Gameiro Marques	3 416.63	1 366.65	1 024.99
3.15	3.15/1377	1. Diversificação na pequena agricultura	Manuel Neves Luis	1 363.71	545.48	409.11
3.15	3.15/1378	6.2 Electrificação	Mochoinveste - Sociedade Agrícola, Lda	36 623.71	36 623.71	18 311.85
3.15	3.15/1379	6.2 Electrificação	EDP(Mafalda Duarte Ferreira Teles da Gama Vinhas)	134 404.44	134 404.44	67 202.22
3.15	3.15/1380	6.2 Electrificação	Floralmoster - Plantas Ornamentais, Lda	18 472.14	18 472.14	9 236.07
3.15	3.15/507-1	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	28 764.01	28 764.01	21 573.01
3.15	3.15/507-2	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	38 181.67	28 636.25	21 477.20
3.15	3.15/507-3	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	169 145.84	84 572.92	63 429.68
3.15	3.15/507-4	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	76 513.97	57 385.48	43 039.11
3.15	3.15/508-1	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	35 614.17	35 614.17	26 710.64
3.15	3.15/508-2	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	64 843.73	48 632.79	36 474.59
3.15	3.15/508-3	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	21 947.11	16 460.33	12 345.25
3.15	3.15/508-4	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	269 350.86	134 675.42	101 006.58
3.15	3.15/572-1	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	20 923.61	20 923.61	15 692.71
3.15	3.15/572-2	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núc	Associação Casa Memorial	209 236.09	156 927.07	117 695.30
3.15	3.15/573-01	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	25 334.94	25 334.94	19 001.20
3.15	3.15/573-02	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	61 312.24	45 984.17	34 488.14
3.15	3.15/573-03	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	12 469.95	9 352.46	7 014.35
3.15	3.15/573-04	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	29 927.87	22 445.90	16 834.43

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.15	3.15/573-05	Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	ALDEIA GALEGA - Associação de Desenvolvimento Local	149 639.37	74 819.68	56 114.76
3.15	3.15/575-1	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	25 023.04	25 023.04	18 767.28
3.15	3.15/575-2	7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	Câmara Municipal de Bombarral	46 575.75	46 575.75	34 931.81
3.15	3.15/575-3	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	Junta de Freguesia de Olho Marinho	18 146.78	18 146.78	13 610.08
3.15	3.15/575-4	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	Junta de Freguesia de Reguengo Grande	8 901.20	8 901.20	6 675.90
3.15	3.15/575-5	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	Junta de Freguesia de Reguengo Grande	35 217.09	35 217.09	26 412.81
3.15	3.15/575-6	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	LEADEROESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste	18 288.46	13 716.34	10 287.25
3.15	3.15/575-7	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	Junta de Freguesia de Olho Marinho	31 213.10	31 213.10	23 409.82
3.15	3.15/575-8	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	Junta de Freguesia de Olho Marinho	16 943.09	16 943.09	12 707.31
3.15	3.15/575-9	7.1 Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos	Câmara Municipal de Bombarral	40 753.77	40 753.77	30 565.32
3.15	3.15/891-1	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Câmara Municipal de Alcochete	28 502.58	28 502.58	21 376.93
3.15	3.15/891-2	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Câmara Municipal de Alcochete	89 006.45	89 006.45	66 754.84
3.15	3.15/891-3	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Câmara Municipal de Alcochete	2 850.27	2 850.27	2 137.70
3.15	3.15/891-4	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Câmara Municipal de Alcochete	19 001.82	19 001.82	14 251.36
3.15	3.15/891-5	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	34 102.81	25 577.11	19 182.83
3.15	3.15/891-6	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Câmara Municipal de Alcochete	28 679.00	28 679.00	21 509.24
3.15	3.15/891-7	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	61 216.65	45 912.49	34 434.37
3.15	3.15/891-8	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	49 942.00	37 456.50	28 092.38
3.15	3.15/891-9	Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Fundação para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	31 439.42	31 439.42	23 579.57
3.15	3.15/905-1	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	APMA - Associação dos Produtores de Maçã de Alcobaça	112 750.00	83 312.50	62 484.38
3.15	3.15/905-2	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	ANP - Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha	116 382.18	82 299.13	61 724.35
3.15	3.15/964-1	Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade	UNIROCHA - Centro Hortofrutícola, Lda.	31 923.22	23 942.40	17 956.80
3.15	3.15/964-2	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	Central de Frutas do Paíinho	15 961.55	11 971.16	8 978.37
3.15	3.15/964-3	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	FRUTOESTE- Cooperativa Agrícola De Hortifruticultores do Oeste	15 961.39	11 971.04	8 978.28
3.15	3.15/964-4	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	FRUBAÇA - Cooperativa de Hortofruticultores, CRL	15 961.60	11 971.20	8 978.40
3.15	3.15/964-5	Criação de Unidades Produtivas dos Produtos de Qualidade	HORTAPRONTA - Hortas do Oeste, SA	15 961.44	11 971.08	8 978.31

Med	Código	Designação do Projecto	Executor	Aprovações até 31 Dezembro 2003		
				Inv. Elegível	Desp. Publica	FEOGA
3.22	3.22/001	Assist. Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada Agricultura e Desenvolvimento rural	Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste	845 390.06	845 390.06	634 042.55
3.22	3.22/002	Assist. Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada Agricultura e Desenvolvimento rural	Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste	606 146.74	606 146.74	454 610.06
3.22	3.22/003	Assistência Técnica à Medida Regionalmente Desconcentrada Agricultura e Desenvolvimento Rural	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste	899 400.00	899 400.00	674 550.00